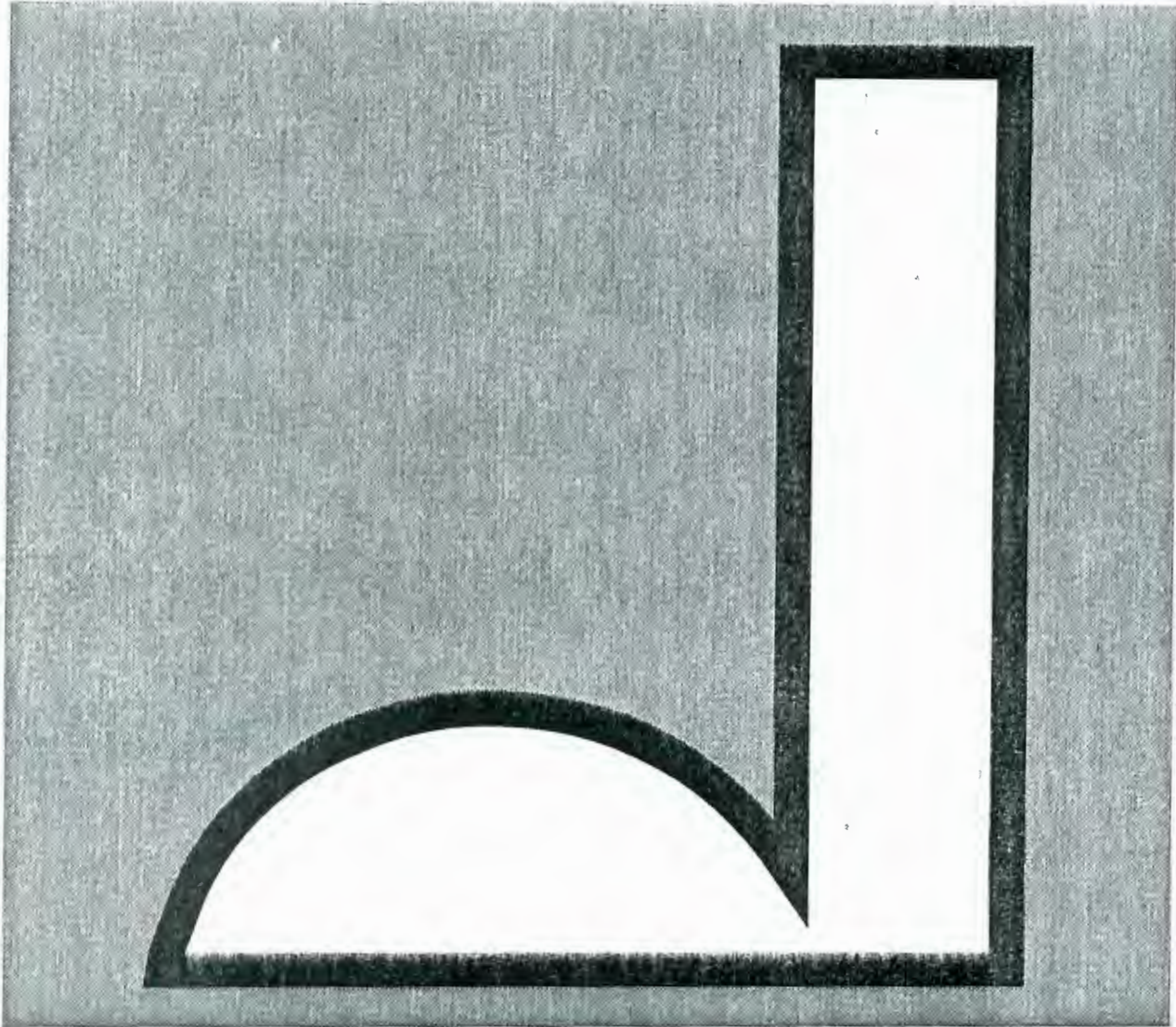




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ATAS DE COMISSÕES

ANO LXI - SUP. AO Nº 228 - QUINTA-FEIRA 21 E SEXTA-FEIRA 22 DEZEMBRO DE 2006 - BRASÍLIA - DF

EXEMPLAR ÚNICO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente
Renan Calheiros – PMDB-AL
1º Vice-Presidente
Tião Viana – PT-AC
2º Vice-Presidente
Antero Paes de Barros – PSDB-MT
1º Secretário
Efraim Morais – PFL-PB
2º Secretário
João Alberto Souza – PMDB-MA

3º Secretário
Paulo Octávio – PFL-DF
4º Secretário
Eduardo Siqueira Campos – PSDB-TO

Suplentes de Secretário
1ª - Serys Sihelessarenko – PT-MT
2º - Papaléo Paes – PSDB-AP
3º - Alvaro Dias – PSDB-PR
4º - Aelton Freitas – PL-MG

LIDERANÇAS

MAIORIA (PMDB) – 20 LÍDER EM EXERCÍCIO Wellington Salgado de Oliveira ⁽²⁾ VICE-LÍDERES Wellington Salgado de Oliveira Garibaldi Alves Filho Gilberto Mestrinho Geovani Borges Amir Lando Ramez Tebet LÍDER EM EXERCÍCIO DO PMDB – 20 Wellington Salgado de Oliveira ⁽²⁾ VICE-LÍDERES DO PMDB Wellington Salgado de Oliveira Luiz Otávio Valdir Raupp Alberto Silva	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB/PRB)- 19 LÍDER Ideli Salvatti – PT VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB LÍDER DO PT – 12 Ideli Salvatti VICE-LÍDERES DO PT Sibá Machado Ana Júlia Carepa Flávio Arns Roberto Saturnino LÍDER DO PL – 3 João Ribeiro VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas LÍDER DO PSB – 2 Antônio Carlos Valadares VICE-LÍDER DO PSB (vago) LÍDER DO PRB – 2 Marcelo Crivella	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 32 LÍDER Alvaro Dias – PSDB VICE-LÍDERES Juvêncio da Fonseca – PSDB Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL LÍDER DO PFL – 16 José Agripino VICE-LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres – PFL César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma (vago) ⁽¹⁾ LÍDER DO PSDB – 16 Arthur Virgílio VICE-LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Flexa Ribeiro Papaléo Paes João Batista Motta
LÍDER DO PDT – 4 Jefferson Peres ⁽³⁾ VICE-LÍDER DO PDT (vago)	LÍDER DO PTB – 4 Mozarildo Cavalcanti VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi LÍDER DO P-SOL – 1 Heloísa Helena	LÍDER DO GOVERNO Romero Jucá – PMDB VICE-LÍDERES DO GOVERNO (vago) Ideli Salvatti – PT (vago) (vago) Fernando Bezerra – PTB (vago)
EXPEDIENTE		
Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Rairundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia	

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÃO		
1.1 – Comissão de Educação		
36ª Reunião, realizada em 14 de novembro de 2006.....	00004	47ª Reunião, realizada em 13 de dezembro de 2006..... 00170
37ª Reunião, realizada em 21 de novembro de 2006.....	00020	48ª Reunião, realizada em 13 de dezembro de 2006..... 00181
38ª Reunião, realizada em 22 de novembro de 2006.....	00025	8ª Reunião da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, realizada em 14 de novembro de 2006 00182
39ª Reunião, realizada em 22 de novembro de 2006.....	00041	9ª Reunião da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, realizada em 22 de novembro de 2006 00184
40ª Reunião, realizada em 28 de novembro de 2006.....	00046	4ª Reunião da Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia, realizada em 28 de novembro de 2006..... 00200
41ª Reunião, realizada em 29 de novembro de 2006.....	00055	5ª Reunião da Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia, realizada em 29 de novembro de 2006..... 00202
42ª Reunião, realizada em 5 de dezembro de 2006.....	00075	6ª Reunião da Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia, realizada em 13 de dezembro de 2006..... 00222
43ª Reunião, realizada em 6 de dezembro de 2006.....	00089	
44ª Reunião, realizada em 7 de dezembro de 2006.....	00094	
45ª Reunião, realizada em 12 de dezembro de 2006.....	00124	
46ª Reunião, realizada em 13 de dezembro de 2006.....	00146	

SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Ata da 36ª Reunião Extraordinária, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 14 de novembro de 2006.

Às onze horas e trinta e quatro minutos do dia quatorze de novembro de dois mil e seis, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senhor Senador Augusto Botelho, Vice-Presidente no exercício da presidência e com a presença dos Senhores Senadores Demóstenes Torres, José Jorge, Marcelo Crivella, Marcos Guerra, Geovani Borges, Valdir Raupp, Paulo Paim, Flávio Arns, Ideli Salvatti, Sérgio Zambiasi, Augusto Botelho, César Borges, Cristovam Buarque, Marco Maciel, Romeu Tuma, Eduardo Azeredo, Geraldo Mesquita, Luiz Otávio e Romero Jucá reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores, Jorge Bomhusen, Maria do Carmo Alves, Edison Lobão, Juvêncio da Fonseca, Leonel Pavan, Teotônio Vilela Filho, Wellington Salgado de Oliveira, Almeida Lima, Sérgio Cabral, Roberto Cavalcanti, Ney Suassuna, Gilberto Mestrinho, Aelton Freitas, Fátima Cleide, Roberto Saturnino e Mozarildo Cavalcanti. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Senador Augusto Botelho, Vice-Presidente no exercício da Presidência, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Senador Augusto Botelho, Vice-Presidente no exercício da Presidência passa a Presidência ao Senhor Senador Romeu Tuma. Na Presidência Eventual o Senhor Senador Romeu Tuma registra a presença, na sala de reuniões, do Senhor Jorge Bacelar Gouveia, Presidente do Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa, que esta em visita oficial ao Brasil. Feito o registro, reassume a Presidência o Senador Augusto Botelho e dando prosseguimento à reunião, inicia a deliberação da Pauta. Item 01: Projeto de Lei do Senado nº 234, de 2006, de caráter terminativo, de autoria do Senador Marcos Guerra, que “Altera os arts. 24 e 34 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para instituir a jornada de tempo integral no ensino fundamental, no prazo de cinco anos”. O relator designado é o Senador Cristovam Buarque e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis, incorporando ao texto final as emendas nºs 01 e 02-CE, aprovadas por quinze (15) votos. Item 02: Projeto de Lei do Senado nº 128, de 2006, de caráter terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que “Altera o § 1º

do art. 1º da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, para incluir os estudantes da educação fundamental de jovens e adultos como beneficiários do Programa Nacional de Alimentação Escolar”. O relator designado é o Senador Cristovam Buarque e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. Item 03: Projeto de Lei da Câmara nº 018, de 2002, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Geraldo Magela, que “Acrescenta inciso ao artigo 20 da Lei nº 8036, de 11 de maio de 1990 (possibilita a utilização do FGTS para aquisição de lote urbanizado)”, Projeto de Lei do Senado nº 122, de 1999, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Ramez Tebet, que “Altera a Lei 8036, de 1990, permitindo a utilização do FGTS para pagamento de Anuidades de Ensino Médio e de Curso Superior”, tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 198, de 1999, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Álvaro Dias, que “Altera o artigo 20 da Lei 8036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o FGTS, de forma a incluir, entre as hipóteses para movimentação da conta vinculada do trabalhador, o pagamento de encargos educacionais decorrentes de curso universitário de graduação e dá outras providências”, tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 223, de 1999, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Luiz Estevão, que “Autoriza a utilização do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço no pagamento do crédito educativo, e dá outras providências”, tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 356, de 1999, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Luzia Toledo, que “Altera o art. 20 da Lei nº 8036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o FGTS, de forma a incluir, entre as hipóteses para movimentação da conta vinculada do trabalhador, o pagamento de encargos educacionais decorrentes de curso universitário de graduação e dá outras providências”, tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 073, de 2000, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Luiz Estevão, que “Acrescenta inciso ao art. 20 da Lei nº 8036, de 11 de maio de 1990, dispondo sobre a permissão de saque pelo trabalhador na conta do FGTS para pagamento de anuidade escolar”, tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 203, de 2000, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Casildo Maldaner, que “Acrescenta inciso ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, de forma a permitir saque no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para pagamento de mensalidade escolar no ensino médio e no superior, bem como de dívidas do programa de crédito educativo”, tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 245, de 2000, de caráter não terminativo, de

autoria do Senador Osmar Dias, que “Acrescenta o inciso XIII ao art. 20 da Lei nº 8036, de 11 de maio de 1990, para permitir o saque da conta vinculada do trabalhador no FGTS para pagamento de cirurgias”, tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 101, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Ricardo Santos, que “Acrescenta dispositivo ao artigo 20 da Lei nº 8036, de 11 de maio de 1990, de forma a permitir que desempregados saquem os recursos do FGTS para abertura e expansão de negócio próprio”, tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Waldeck Ornelas, que “Dispõe sobre a utilização do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, para quitação de prestações atrasadas dos financiamentos habitacionais”, tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 095, de 2002, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Ricardo Santos, que “Acrescenta o inciso XI ao artigo 20 da Lei nº 8036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, de modo a permitir saques para a amortização de empréstimos do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies)”, tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 113, de 2002, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Waldeck Ornelas, que “Altera a Lei nº 8036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, de forma a permitir a movimentação da conta vinculada para aquisição de microcomputador”, tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 124, de 2002, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Carlos Bezerra, que “Altera o artigo 20 da Lei nº 8036, de 11 de maio de 1990, de forma a permitir a utilização do FGTS em casos de destruição da casa própria do trabalhador em função de calamidade pública ou caso fortuito”, tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 319, de 2003, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Efraim Morais, que “Dispõe sobre a utilização dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para pagamento de prestações em atraso relativas a financiamento habitacional concedido no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação (SFH)”. O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o parecer é favorável, na forma do substitutivo oferecido, acatando a emenda apresentada pelo Senador Antônio Carlos Valadares ao Projeto e rejeitando, ainda, os demais projetos que tramitam em conjunto. As Senadoras Fátima Cleide e Ideli Salvatti apresentam requerimento de realização de Audiência Pública para instrução do projeto: Requerimento nº 028, de 2006-CE, de caráter não terminativo, de

autoria da Senadora Fátima Cleide e Ideli Salvatti, que requer “..., nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno, a realização de Audiência Pública conjunta com a Comissão de Assuntos Sociais, com a finalidade de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 018, de 2002, ora em apreciação, bem como das demais matérias apensadas, com as presenças dos seguintes convidados: – Senhor Joaquim Lima, Diretor Executivo da Diretoria de Benefícios da Caixa Econômica Federal (CEF); e – Senhor Paulo Eduardo Cabral Furtado, Secretário Executivo do Conselho Curador do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)-CCFGTS”. O requerimento é aprovado. Em virtude da aprovação do requerimento fica sobrestada a apreciação da matéria na Comissão, até a realização da Audiência Pública. Item 04: Projeto de Lei do Senado nº 161, de 2004, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Romeu Tuma, que “Cria o Programa Nacional de Apoio ao Adolescente Carente – PRONAAC e dá outras providências”. O relator designado, ad hoc, é o Senador César Borges e o parecer favorável é aprovado, com as emendas nºs 01, 02, 03, 04 e 05-CE oferecidas. Item 05: Projeto de Lei do Senado nº 065, de 2005, de caráter terminativo, de autoria do Senador Sibá Machado, que “Altera os arts. 44 e 51 da Lei nº 9.394, de 1996, para disciplinar o ingresso na educação superior, extinguindo os processos seletivos nos cursos de graduação”. O relator designado é o Senador José Maranhão e o parecer é pela rejeição. Em virtude do Senador José Maranhão não mais pertencer aos quadros da Comissão, a Presidência designa o Senador Paulo Paim como relator ad hoc. A matéria é retirada de pauta, atendendo a solicitação do relator ad hoc, para reexame da mesma. Item 06: Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2006, de caráter terminativo, de autoria do Senador Jonas Pinheiro, que “Institui o dia 18 de agosto como o ‘Dia Nacional do Campo Limpo’”. O relator designado é o Senador Marcos Guerra e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. Nesse momento, os Senhores Senadores Flávio Arns e Cristovam Buarque requerem, oralmente, pela ordem, a inclusão extra-pauta de requerimentos e aditamento de requerimento, com o que todos concordam. Extra-Pauta, Item 01: Requerimento nº 026, de 2006-CE, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Flávio Arns, que requer “..., nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, II e V e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública, no âmbito desta Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia, para aprofundar o debate sobre robótica”. O requerimento é aprovado. Extra-Pauta, Item 02: Aditamento nº 01 ao Requerimento nº 026, de 2006-CE

(que propõe Audiência Pública sobre Robótica) de caráter não terminativo, de autoria do Senador Flávio Arns, que “Em aditamento ao requerimento nº 007/05 aprovado na Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia no dia 30 de junho de 2005, sugiro a alteração que se segue: onde se lê ‘...Audiência Pública...’ leia-se ‘...Audiências Públicas...’, sendo a primeira em conjunto com a Comissão de Educação. Tal alteração se deve ao fato de que, por se tratar de um tema novo e de caráter científico, que ainda não foi discutido pelo Congresso Nacional, é conveniente ampliarmos o espaço na agenda legislativa para a discussão de matéria, tão importante quanto complexa, envolvendo os dois colegiados”. O aditamento é aprovado. Extra-Pauta, Item 03: Requerimento nº 027, de 2006-CE, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que requer “..., nos termos dispostos nos incisos II, V, IX e XI do artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, no âmbito da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social e da Comissão de Educação destinada a discutir a política de ensino e formação na área do cinema e audiovisual”. O requerimento é aprovado. Fica adiada, em virtude da ausência do relator, a seguinte matéria: Item 07: Projeto de Lei do Senado nº 386, de 2005. Antes de finalizar a reunião, a Presidência faz os comunicados que se seguem: Comunicado 01: Of. nº CE/125/2006 “De acordo como o art. 89, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, indico o Excelentíssimo Senhor Senador Cristovam Buarque – PDT/DF, para compor os quadros da Subcomissão de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, como membro titular, em vaga cedida pelo PFL, de autoria do Senador Wellington Salgado de Oliveira, Presidente da Comissão de Educação”. Comunicado 02: Of. Nº CE/126/2006 “De acordo como o art. 89, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, indico o Excelentíssimo Senhor Senador Almeida Lima – PMDB/SE, para compor os quadros da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, na primeira vaga de suplente do PMDB, de autoria do Senador Wellington Salgado de Oliveira, Presidente da Comissão de Educação”. Comunicado 03: Of. Nº CE/127/2006 “De acordo como o art. 89, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, indico o Excelentíssimo Senhor Senador Almeida Lima – PMDB/SE, para compor os quadros da Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia, na terceira vaga de suplente do PMDB, de autoria do Senador Wellington Salgado de Oliveira, Presidente da Comissão de Educação”. O Senhor Senador Augusto Botelho, Vice-Presidente no exercício da Presidência determina que as Notas Taquigráficas sejam

anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e cinquenta e um minutos, determinando que eu, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal. – Senador **Augusto Botelho**, Vice-Presidente no exercício da Presidência, da Comissão de Educação.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Havendo numero regimental eu declaro aberta a 36ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura de 7 de novembro de 2006. Submeto a apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma. Quem estiver de acordo permaneça como se encontra. Aprovada. Palavra do Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Só pela ordem, Senador, Flávio Arns... Não, Presidente, eu apenas vi aqui o folheto sobre a mesa, sobre a bancada de cada um dos Srs. Senadores, e a semana passada, o Senador Flávio Arns realizou um evento em Plenário sobre o problema da ciência e tecnologia para a paz. Senador Flávio Arns, eu pedi licença ao Presidente apenas para duas palavras e um apelo a V.Exª. Hoje cedo na leitura do jornal Folha de São Paulo, mostra o contingenciamento violento que o governo fez sobre a área de pesquisa e tecnologia.

Então, como V.Exª é um homem que tem lutado bastante para que isso se desenvolva e vendo esse catálogo, aqui, tão bem exposto, todas as realizações que V.Exª conseguiu comandar, o apelo que junto ao governo nós possamos por essa Comissão, junto a V.Exª reivindicar que seja realmente devolvido o dinheiro para investimento porque a pesquisa, a ciência. O senhor é médico sabe o que é a pesquisa nessa área, que a gente conseguisse restabelecer as verbas alocadas em orçamento para que desse e vingasse esse projeto que tanto a Comissão e o Senador Arns, quase que pessoalmente, têm lutado por isso. Muito obrigado, Presidente, era isso que eu queria.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Senador Flávio Arns com a palavra.

SENADOR FLAVIO ARNS (PT-PR) – Sr. Presidente, não, é... A observação do Senador Romeu Tuma é pertinente, nós já fizemos na Subcomissão uma Audiência Pública com representantes da área da SBPC, da Academia Brasileira de Ciência a respeito do contingenciamento de recursos dos fundos setoriais, que era uma dificuldade assim intensa. E depois, de alguma maneira a dificuldade foi ultrapas-

sada, mas nós vamos ver a reportagem do jornal de hoje e vamos de imediato tomar as medidas, ao alance da Subcomissão, para que a gente possa fazer esse debate, discutir com os ministérios e dizer que o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, inclusive na campanha do Presidente Lula foi colocado como prioridade. Se nós nos lembrarmos, ele falou em termos de educação, de ciência e tecnologia e em termos de infra-estrutura, uma das prioridades, nem precisaria falar porque todos nós sabemos que é prioridade. E para ser prioridade tem que ter orçamento, porque prioridade sem orçamento, eu sempre costumo dizer que é demagogia, não é verdade? Área importante, importante, importante, mas não se coloca dinheiro na área, então é discurso vazio. Então nós precisamos ter recursos para a área. Mas certamente há alguma dificuldade, mas com base na informação do Senador Romeu Tuma e naquilo que estiver escrito nos meios de comunicação, nós vamos, Senador Romeu Tuma, inclusive colocar como prioridade também no debate da Subcomissão. Esse folder que está a Mesa, de fato, na semana passada foi comemorado no dia 10, o Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento. Foi uma iniciativa da UNESCO, fizemos na hora do expediente uma espécie de Sessão Solene, um enaltecimento da data. Esta Comissão de Educação, através da Subcomissão de Ciência e Tecnologia participou de todas as reuniões junto com a UNESCO no decorrer do ano. E eu acho que nesse sentido é justamente para a área da ciência e tecnologia ter mais vigor, mais força, mais abertura, essa União da Subcomissão com outras iniciativas que venham sendo tomadas. Aliás, a Subcomissão vem sendo procurada por inúmeros setores da Sociedade, pedindo apoio da Comissão através da Subcomissão na liberação de recursos, até o Senador Romeu Tuma falando, na semana passada a gente discutiu com as pessoas aqui sobre a questão de pesquisa na Antártida também. E padecendo dos mesmos problemas, a nossa base na Antártida o pessoal vai para lá, os pesquisadores vão para lá como serviço voluntário e para fazer pesquisas e tudo. E a nossa estação tem que ser assim mantida, tem que ter reparos, manutenção e a gente está falando de quatro milhões, por exemplo. Não estamos falando de duzentos milhões, mesmo os quatro milhões para a manutenção da base na Antártida não estão disponíveis, o que causa problemas muito grandes para toda uma pesquisa que é fundamental para o nosso País. Para não ficarmos para trás nesse bonde da história que é o bonde do conhecimento e da informação.

Então, ficaríamos subservientes a outros países em função, às vezes, de quatro, cinco milhões de reais. Eu até falei para as pessoas, olha, se a gente não

tivesse ouvindo e dizendo que era um valor tão baixo, não é possível que um valor tão baixo não receba os recursos, a entidade, a iniciativa não receba os recursos necessários. Então vamos nos debruçar sobre isso sem dúvida alguma.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Senador... Primeiro está escrito o Senador Cristovam e depois o senhor, Senador Azeredo.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Presidente, eu fico muito contente que esse assunto tenha sido levantado pelo Senador Tuma, porque a Comissão precisa se debruçar um pouco mais sobre o orçamento. Já existe uma Comissão de Orçamento, mas essa é uma Comissão de Educação que tem que se debruçar sobre os aspectos que dizem respeito à área de educação. Para que o senhor tenha idéia, Senador Tuma, a proposta orçamentária que veio para cá reduz a metade os recursos de educação de jovens e adultos. O EJA teve seiscentos e poucos milhões gastos esse ano, só vai ter ao redor, pouco acima de trezentos milhões. Ou seja, reduzem-se a metade os recursos para alfabetização e educação de jovens e adultos. Agora, outra coisa grave. O FUNDEB está previsto receber dois bilhões. Mas desses dois bilhões, oitocentos são tirados da própria educação, o governo está se vangloriando de colocar dois bilhões do FUNDEB, mas está tirando trezentos milhões de educação de jovens e adultos e está tirando quinhentos milhões de ensino fundamental. Só que é um truque, porque ele põe como se fosse repetindo o mesmo valor com base na proposta orçamentária de 2006. Mas aqui em 2006, graças a nós, subimos quinhentos milhões, nós que eu digo é o Senado, a Câmara dos Deputados, o Congresso subiu quinhentos milhões. Então, vai se gastar dois bilhões, para esse ano só está previsto um bilhão e meio. Está se reduzindo a 25% da rubrica ensino fundamental. Para poder aumentar dois bilhões do FUNDEB, é um truque. No fim vai aumentar realmente um bilhão e cem milhões, mas vai aumentar dois bilhões para as universidades que a gente tem que aplaudir. Mas tem que analisar porque se aumenta para a universidade e não se aumenta para o ensino fundamental, porque a universidade dá voto. Você colocar uma faculdade numa cidadezinha, até os analfabetos votam em quem coloca faculdade, muito mais do que quem coloca um programa de erradicação de analfabetismo. A Comissão tem que se debruçar, talvez criar uma Subcomissão aqui dentro de orçamento, para a gente analisar, dar sugestões, para evitar esse desastre que pode vir aí. Tirar dinheiro do ensino fundamental para dizer que está aumentando dinheiro no FUNDEB não é correto. Eu vi como o Senador José Jorge se debruçou sobre o

FUNDEB, lutou por isso. Tentamos aumentar até para quatro bilhões, caiu para dois na Câmara, mas no fim vai ser um e cem, mas na propaganda vai parecer dois ou, aliás, vai parecer quatro que é o valor que vai estar daqui quatro anos.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – O que eu queria apenas é complementar o que foi colocado pelo Senador Flávio Arns, com relação a pesquisa da Antártida, porque eu tive a oportunidade de ver o trabalho desses pesquisadores e ouvi deles exemplos de questões realmente práticas e uma delas era a pesquisa sobre a vida do crio na Antártida para, a partir disso, conseguir aumentar o tempo de vida dos órgãos a serem transplantados. Quer dizer, é um exemplo prático e muito interessante, você poder ter a possibilidade de fazer um transplante, desde que o órgão permaneça mais tempo fora. Que hoje o tempo é muito crítico. Com essa pesquisa que eles estão fazendo lá, a partir do crio que vive nesse ambiente tão esquisito, nesse ambiente de gelo, eles utilizariam proteínas do crio para colocar na conservação dos órgãos transplantados. Além disso, também aí depois da participação do Senador Cristovam, é dizer que nós temos sim, está muito bem colocado por ele, precisamos discutir aqui essa questão orçamentária, porque se for só para colocar num bolso e colocar no outro não adianta. Nós temos que ter mais recursos para a educação básica no País.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Muito obrigado, Senador. Dentro dessa linha também, eu gostaria só de acrescentar é que, por exemplo, hoje, nós estamos vendo uma reportagem reclamando que a CTNBio não consegue se reunir, porque é uma Comissão exclusivamente técnica está politizada, com 27 membros tem que se reunir com dois terços.

Então, já várias Sessões que é querem reunir... a CTNBio é que autoriza pesquisa com os transgênicos. E transgênicos não é só essa paranóia da soja transgênica, não. Transgênico vai produzir medicamento de forma mais barata e mais segura para as pessoas, mas só vai produzir se a gente começar a pesquisar logo, continuar a pesquisa.

Então, a pesquisa está amarrada porque a CTNBio não está autorizando porque não consegue *quorum* para reunir. Aquele item de dois terços para fazer reunião que nós aprovamos aqui, quer dizer, está prejudicando a pesquisa. E a pesquisa não é só soja transgênica, transgênico é produção de hormônio de crescimento através de vegetais, produção de insuli-

na. Nós estamos vendo aqui, por exemplo, lá em Roraima, a Raposa, essa famosa Raposa, eu acho que 40% dos índios lá são diabéticos. Agora imagine um índio lá na Raposa, que para chegar tem que andar de terra quase três horas, ter insulina sempre refrigerada para se tratar. Morre todos, quando a diabética passa para o tipo um. Então nós precisamos desenvolver essa pesquisa logo. E nós, nós com a nossa lei dos transgênicos, que deixamos passar aquela reunião com dois terços, estamos prejudicando a pesquisa. Gostaria de sugerir ao Senador Flávio Arns que na Comissão de Ciência e Tecnologia fizesse uma Audiência Pública com o pessoal da CTNBio para saber o que está acontecendo. Hoje, tem uma reportagem no Globo sobre isso. Sobre a politização da Comissão de ciência e tecnologia do Brasil.

Bom, vamos, como o nosso *quorum* está baixo, nós vamos fazer...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Com a palavra, Senador Flávio...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Não, eu só quero dizer que, inclusive, o Requerimento já está aprovado com essa finalidade, então vamos fazer o mais rapidamente possível.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Vamos acelerar essa marcação o mais rápido possível. Senador Tuma...

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Presidente, um esclarecimento só.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Senador José Jorge.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – O item 3 da pauta que eu não estou entendendo aqui. O primeiro item não terminativo, item 3 da pauta. Porque aqui diz o seguinte, é um projeto que eu achei até uma idéia muito boa de autoria do Deputado Geraldo Magela, cujo Relator é o Senador Eduardo Azeredo que na forma do substitutivo, na verdade, possibilita a utilização do FGTS para a aquisição de lote urbanizado. Eu acho essa idéia muito boa porque na realidade, se a pessoa tem um lote urbanizado, que é muito mais barato, ele pode, pouco a pouco, ir fazendo a sua casa, isso funciona, achei a idéia ótima. Eu não sei por que a Senadora Fátima Cleide, ela pediu para que fosse feita uma Audiência Pública sobre esse projeto. Audiência Pública pelo que diz aqui foi aprovada e o projeto estaria paralisado.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – A audiência não foi aprovada ainda, se ela for aprovada é que aí a pauta...

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Ah, sendo aprovada. Então a idéia era colocar esse projeto, era colocar em votação o Requerimento?

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – O projeto.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – O desejo é que nós pudéssemos votar. Presidente, se nós pudéssemos votar o projeto de uma vez, porque ele ainda vai para a Comissão de Assuntos Sociais, então essa Audiência Pública poderia ser feita na outra Comissão.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Eu não sei, não entendo, não vejo... Qual a razão para que ela quer essa Audiência Pública? Qual o inconveniente para esse projeto?

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Está presente aqui a Senadora Ideli Salvatti que subscreveu o Requerimento. Se ela concordar que a gente faça, dê esse passo para adiantar, a gente pode. Eu gostaria de ouvir a Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, a necessidade de fazer a audiência se deve, eu acho que é um debate que a gente já tem acúmulo, em outras situações de projetos que tentam mexer no Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. O Fundo de Garantia, ele tem uma responsabilidade e um destino que toda e qualquer modificação precisa ser avaliada de forma adequada, porque senão nós vamos modificando, e modificando não de forma periférica não, modificando no centro do objetivo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Portanto, eu tenho o entendimento que toda e qualquer nova destinação de recursos do Fundo de Garantia precisa ser aprofundada sim, não é uma posição prévia de contrariedade a que o Fundo de Garantia tenha destinação diferente do que ele é utilizado hoje em dia. Mas, dizer que nós não precisamos aprofundar a modificação de que, a princípio, podemos ir destinando o recurso do Fundo de Garantia para atender uma série de demandas. Que todas elas são justas, são legítimos, mas que... Só um minutinho Senador José Jorge. Então assim, não é a princípio... Tanto isso é verdade, eu posso estar enganada, mas eu acho que são 14 projetos que estão aqui. Ou seja, catorze matérias tratando de destinação de recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, o que demonstra que é não, entende, algo que não tinha um debate que mereça ser feito. Porque se existem catorze projetos tentando destinar recursos do Fundo de Garantia para várias finalidades, demonstra que esse é um assunto que tem controvérsia, que tem polêmica, que tem necessidade de ser aprofundado. Agora, como o Senador Eduardo Azeredo apresentou

um substitutivo, ele pegou os 14 e transformou em um, acatando partes de uns e outras não. Qual é a minha preocupação, nós aprovamos o substitutivo do Senador Eduardo Azeredo, mas os catorze vão continuar apensados. Chega lá na Comissão de Assuntos Sociais, o debate, como não vai deixar de ser, é controverso, vai ter possibilidade, inclusive, de repente, de retomar coisas que foram ou retiradas, ou reformuladas, ou absorvidas parcialmente pelo Senador Eduardo Azeredo lá na Comissão de Assuntos Sociais.

Então, o que eu queria propor, até por economia processual era que, de uma vez por todas, nós pudéssemos fazer o debate que o projeto merece, o debate que o assunto merece.

Então, eu acatei o Requerimento da Senadora Fátima Cleide, mas eu acho até que a gente, até poderia evoluir ao invés da gente fazer a Audiência Pública na Comissão de Educação, que nós pudéssemos como já fizemos em outras matérias, fazer uma Audiência Pública conjunta nas duas Comissões e de uma vez por todas debatermos o projeto na complexidade que ele tem, pela simples exibição ali daquela montoeira de pastas. Aquela montoeira de pastas já é uma visualização da controvérsia e da necessidade que nós temos de debater a matéria como um todo. Aí eu ouço o Senador José Jorge.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – José Jorge.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Olha, na realidade eu concordo em tese com a Senadora Ideli tendo em vista a quantidade de projetos existentes. Na realidade, na primeira observação que eu fiz aqui, eu achava que só era o projeto de utilização do FGTS para a aquisição de lote urbanizado.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Não é.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Aí, nesse ponto de vista, a Senadora não tem razão, porque a utilização do FGTS para a aquisição de lote urbanizado, portanto para a habitação, vem desde a criação do FGTS. Ele já foi criado com essa finalidade, de serem utilizados os recursos para a habitação do trabalhador. E lote urbanizado é uma forma de você fazer habitação. Então eu acho que em relação à questão do lote urbanizado eu não teria essa preocupação que a Senadora Ideli teve, mas em relação aos outros projetos, que eu não conheço em detalhe quais são os assuntos, e eu já vi muito projeto querendo utilizar o FGTS para outras funções, educação, saúde, o que seja. Aí eu acho que realmente tem que ser discutido com mais detalhe, em relação ao lote urbanizado, eu acho que não haveria essa necessidade porque o tema é o mesmo. Mas como a Senadora também concordou que nós

podéssemos deixar essa discussão para a Comissão de Assuntos Sociais, pelo que eu entendi, então eu concordo também que nós poderíamos aprovar e deixar a discussão mais detalhada para a Comissão de Assunto Social. Mesmo porque essa questão de lote urbanizado, por exemplo, não deveria nem passar pela Comissão de Educação. Eu não sei nem porque foi que passou, deve por conta dos outros projetos, que usa o recurso para a educação, mas não é o local próprio, sem dúvida, seria a Comissão de Assuntos Econômicos mesmo ou de Assuntos Sociais.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Presidente, só retomando aqui a palavra, depois do aparte do Senador José Jorge, o que eu quero dizer é exatamente isto. O Fundo de Garantia já tinha, dentro dos seus objetivos centrais, a utilização dos recursos exatamente para desenvolver a área de habitação para os trabalhadores brasileiros. Portanto, o projeto da utilização do FGTS para lote urbanizado não iria ampliar, ou digamos assim, sair da finalidade original do FGTS. O problema não é esse, Senador José Jorge, entende? Inclusive, o Conselho do FGTS teve recentemente uma deliberação importante para que um volume ainda maior de recursos do FGTS pudesse ser destinado à área de habitação. Nós poderíamos até aproveitar a Audiência Pública para poder ter um conhecimento mais detalhado desta decisão que é bem recente do Conselho curador do FGTS que aconteceu, se não me falha a memória, acho que na semana passada ou no máximo aí nos últimos dez dias. Portanto, eu acho que num... O problema não é esse, entende, Senador José Jorge, que no projeto substitutivo do Senador Eduardo Azeredo, lá aparece assim: Amortização de parcelas vencidas e vincendas de empréstimo concedido ao trabalhador ou aos seus filhos dependentes pelo Fundo de Financiamento...

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Porque, como o título do projeto fala em lote urbanizado eu imaginei que... Por isso que eu não entendi o Requerimento.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – E mais, Senador José Jorge, nos outros projetos, nos catorze projetos, tem outras matérias ainda envolvendo educação e outros assuntos, por isso que não adianta, se nós aprovarmos aqui, entendeu, da forma como está o substitutivo do Senador Eduardo Azeredo que tem... Eu não tenho pré-disposição de votar contrariamente não, eu só acho que merece o debate. E se nós escamotearmos o debate, entendeu, da Comissão de educação, mas aqui tem assunto da educação, nós não podemos jogar também para a Comissão de Assuntos Sociais o debate, porque vai ao substitutivo do Senador Eduardo Azeredo, o tema de educação vai e

como os catorze vão continuar indo apensados, quando chegar lá na CAS tem matéria da educação também nos outros catorze.

Então, por isso é que eu acho que a gente economiza, é economia processual e faremos o debate com a profundidade que o assunto merece fazendo audiência conjunta das duas comissões e aí debate tudo, debate de uma vez só.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– O que eu quero colocar, Presidente, está bem colocado aqui os catorze projetos, oito tem alguma coisa a ver com a área de educação, são aqueles projetos todos ali, exatamente para ter o mesmo objetivo que a Senadora coloca, que é a economia processual e que eu defendo que nós aprovássemos de uma vez aqui na Comissão de Educação e fizemos depois Audiência Pública apenas na Comissão de Assuntos Sociais onde estão as questões ligadas intrinsecamente ao Fundo de Garantia que é a questão de saneamento, a questão de moradia estaria na Comissão de Assuntos Sociais. Alguns dos projetos são de 1999, 2000, esses projetos vão, inclusive, ser arquivados ao fim desse ano, porque termina a Legislatura e se arquivam projetos da Legislatura duas vezes antes. Então o que eu defendo é exatamente o contrário para a gente poder, com o mesmo objetivo nós podemos andar mais rápido, senão o que vai acontecer é que vai começar tudo outra vez no ano que vem, alguns vão para o arquivo e nós perdemos a discussão. Agora a questão aqui, nós temos hoje, são sete tipos de uso do fundo de garantia. O que eu estou colocando no substitutivo é depois de fazer um estudo, realmente olhando com muito critério para poder ver a maneira que a utilização não seja uma utilização indevida ou que possa gastar o dinheiro do Fundo de Garantia, digamos assim, então o que está previsto aqui é basicamente o substitutivo, que é o pagamento de prestação de vencido ou vincenda do próximo SFH, a questão da aquisição de lote popular e essa questão aqui de pagar também prestação do fundo do FIES. Esses são os três pontos principais. E ainda o ponto que o Senador Antônio Carlos Valadares propôs que é a questão de micro empresa. Então eu considero que já foi feita uma, um resumo bem grande de todos esses projetos, eu li aqui na outra reunião, eu acho que foi no período eleitoral, tinha pouca gente aqui, eu li todo o texto, mostrando porque que alguns deveriam ser acatados e outros não. E sempre com esse objetivo, veja bem, amortização do FIES, do Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior está limitado a 30% do saldo da conta. Mas é o trabalhador que está apanhando para pagar o financiamento educacional, poder usar, pelo menos, 30% do saldo que ele tem, para ficar livre daquele problema

que está pesando muito no dia-a-dia dele. O Fundo de Garantia é um dinheiro do trabalhador, eu, quanto mais nós pudermos, realmente, deixar essa questão livre para o trabalhador usar me parece mais adequado, o que não pode acontecer é que lamentavelmente tem acontecido, veja que esse Senado... O Senado aprovou um projeto de minha autoria para pagamento de faculdade e está lá na Câmara há quase dois anos parado, aguardando a Deputada Maria do Rosário lá do Rio Grande do Sul, do PT do Rio Grande do Sul é que a Relatora, mas tem dois anos e ela não apresenta relatório e isso vai prejudicando os brasileiros que é querem continuar estudando na faculdade e não conseguem porque não tem como pagar. E o dinheiro do Fundo de Garantia está parado lá, da mesma maneira naquele projeto também fala em 30% só. Então a minha defesa é de continuar discutindo sim, mas que a gente ganhe tempo, já aprove pelo menos a questão aqui ligada a educação nessa Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Sr. Presidente, só um esclarecimento ao Senador José Jorge, ele saiu. Mas nós temos aqui quatro projetos sobre habitação, Senador. São quatro que falam sobre habitação, então tem esse do Senador Eduardo Azeredo que ele acabou de explicar que é a aquisição de lote urbanizado, nós temos também o do Senador Waldeck Ornelas que é prestações atrasadas de financiamentos habitacionais. Do Senador Carlos Bezerra, também do Senador Eduardo Azeredo, Relator, permitir a utilização, em caso de destruição da casa própria do trabalhador, em função de calamidade pública e por último, o também do Senador Efraim com Eduardo Azeredo, ele praticamente, é o Relator de todas essas matérias referentes ao problema habitacional, que é para pagamento de prestações em traz relativo a financiamento habitacional concedido no âmbito do Sistema Financeiro, SFH. Então nós temos quatro aqui, Senador e V.Ex^a é Relator de três. Praticamente eles se interligam diante do objetivo que é trazer aquilo que realmente ele já se referiu, salvar o cidadão que é dono do Fundo de Garantia de passar por essas crises de dificuldades para a manutenção do seu teto. E da educação, a grande maioria dos projetos que aqui se encontram. Eu não sei se isso daria para separar, porque nós teríamos dois eixos importantes a serem discutidos, um era para a área habitacional e outro para a área na educação, além de outros de dinheiro para início de negócio próprio e tal, quer dizer, são vários projetos.

Então, fica a critério, eu acho que a gente poderia separar, discutir o que é habitacional, o que é educação, porque ela separa realmente as duas comissões.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Eu gostaria só de dar continuidade, seguindo o Regimento, há um Requerimento aqui, Senadora Ideli Salvatti. Há um Requerimento de V.Ex^a aqui, eu gostaria de saber se V.Ex^a mantém o Requerimento para a audiência conjunta.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Eu mantenho, Sr. Presidente. Porque eu estou absolutamente convencida de que este é um assunto que mesmo com o substitutivo do Senador Eduardo Azeredo, quando chegar lá na Comissão de Assuntos Sociais, tudo vai voltar ao debate e nós vamos acabar perdendo tempo, então eu acho que a gente economizaria, tenho certeza que o Senador Valadares concordaria, inclusive, de fazer essa Audiência Pública rapidamente, no máximo em uma semana ou duas, e nós ganharíamos tempo fazendo o debate e aprofundando, e de uma vez por todas tendo uma posição clara do que e em qual, de qual magnitude nós poderemos fazer alterações na destinação dos recursos do FGTS.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – A Senadora mantém o Requerimento, nós temos que votá-lo, então. Se for aprovado, nós devemos tentar fazer essa audiência o mais rápido o possível para andar esse negócio.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Sim, eu acho que nós teríamos condição de fazer ainda na próxima semana.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Desde 99. Então, com sete anos já com essa lengalenga.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Eu acho que quinta-feira da semana que vem que é o dia da Sessão Ordinária da Comissão de Assuntos Sociais, eu acho que é um bom dia. Porque normalmente terças e quartas é que são os dias mais atribulados de atividades.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Então eu vou colocar em votação o Requerimento da Senadora Ideli Salvatti e Fátima Cleide que solicita uma Audiência Pública conjunta, CAS e CE para convocar o Joaquim Lima, diretor executivo de diretoria de benefícios da Caixa Econômica Federal e o Sr. Paulo Eduardo Cabral Furtado, Secretário Executivo do Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Em votação. Os Srs. Senadores que concordam com o Requerimento, permaneça como se encontram. Aprovado com o voto contrário do Senador Azeredo e do Senador Flávio Arns. A matéria

fica sobrestada... E do Senador Marcos Guerra, fica sobrestada até a audiência.

★ **SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC)** – Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Seis a três. Não. Sete a três. Fale Senadora.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Sr. Presidente, inclusive para informação, o Requerimento também para a Audiência Pública já foi aprovado na CAS, portanto, nós estaríamos já com concordância da outra Comissão também.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Então vamos acelerar para ser conjunta.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Eu quero discutir sempre os projetos, só quero advertir mais uma vez, é perda de tempo, depois não dá *quorum* outra vez, faz Audiência Pública, poucos Senadores aparecem na Audiência Pública e nós vamos é perder tempo. O meu alerta é nesse sentido.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Obrigado, Senador. Então vamos passar ao item 1 da pauta. Projeto terminativo. Projeto de Lei 234 de 2006 do Senado que altera os artigos 24 e 34 da lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional para instituir a jornada de tempo integral do ensino fundamental no prazo de cinco anos. Autoria Senador Marcos Guerra, Relatoria Senador Cristovam Buarque, com parecer favorável com as Emendas oferecidas. Serão realizadas duas votações nominais, uma para o projeto e outra para as Emendas. Com a palavra a S.Ex^a, o Relator, Senador Cristovam Buarque.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Com a palavra, pela ordem, Senador José Jorge.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Não, Sr. Presidente, eu gostaria, eu vou ter que me retirar, porque eu vou viajar, eu gostaria de antes deixar o meu voto sim a esse projeto. Para as duas votações.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Serão consignados os votos. Com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as}. Senadoras, esse é o tipo de projeto que a gente sente orgulho de dar o parecer. Eu parablenizo ao Senador Marcos Guerra pela iniciativa, pela preocupação, pela competência como elaborou esse projeto que já deveria ter sido feito há 20 anos no Brasil. E é por causa disso que eu peço

paciência para ler o relatório quase inteiro, coisa que eu tento evitar para não tomar muito tempo, indo quase sempre direto ao voto. Esse, eu acho que vale a pena, para que fique registrada a posição do Relator.

O projeto de nº 234 de 2006, que é de iniciativa do Senador Marcos Guerra, altera apenas dois artigos da lei 9394 de 20 de dezembro de 96, conhecida como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Dois artigos apenas e mudaria, quando sejam aprovados, a realidade social, a realidade política, a realidade científica e tecnológica desse País.

A primeira alteração referente ao inciso I do art. 24, diz respeito a carga horária anual do ensino fundamental e do ensino médio. Atualmente ela é de oitocentas horas em cada um dos dois níveis de ensino, distribuídas por, pelo menos, duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais quando houver. O PLS propõe agora o aumento da carga horária do ensino fundamental para 1400 horas, também distribuídas em, no mínimo, duzentos dias letivos, não computados igualmente, o tempo, eventualmente, reservados a exames finais. A carga horária do ensino médio ainda não é atorada pela proposição.

A segunda mudança é feita no art. 34 que trata da jornada escolar no ensino fundamental. Atualmente é prevista a jornada escolar de pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, com previsão de ampliação progressiva do período de permanência na escola. O art. 1º desse art. faz a ressalva quanto a essa jornada do ensino noturno e das formas alternativas, legalmente autorizadas, de organização escolar. Por sua vez, o § 2º estabelece que o ensino fundamental será administrado progressivamente em tempo integral a critério dos sistemas de ensino. O PLS em tela dispõe que a jornada de ensino fundamental será de tempo integral, com pelo menos cinco horas de trabalho efetivo em sala de aula. O regime de tempo integral prevê ainda, o projeto, deverão concluir atividades de acompanhamento pedagógico, oficinas culturais, recreativas, esportivas a critério do sistema de ensino e das respectivas comunidades escolares nas outras três horas que não são sala de aula. A ressalva quanto ao ensino noturno e as formas alternativas no âmbito escolar é mantida.

A iniciativa estipula o prazo de cinco anos para que os sistemas de ensino, com a colaboração técnica e financeira da União implantem a nova carga anual e a jornada de tempo integral. Por fim o projeto prevê que a lei a ser criada entrará em vigor na data da sua publicação, dando obviamente cinco anos para que todo o seu efeito seja realizado. A proposição que tem decisão terminativa desta Comissão não foi objeto de

Emendas. Da análise, diversos indicadores de qualidade revelam as deficiências da maioria das escolas de educação básicas no nosso País. Os índices de repetência, malgrado esforços das políticas públicas dos anos recentes continuam elevados em todas as séries do ensino fundamental e mesmo do ensino médio. Daí a grave distorção série-idade de nossos alunos.

Nas comparações nacionais, o desempenho dos estudantes brasileiros tem ficado entre os piores do mundo e certamente o pior se considerar apenas as nações emergentes como o Brasil. As causas dessa situação são complexas e as sugestões para combater são numerosas. Nós mesmos temos trabalhado incansavelmente nessa matéria e entre as medidas que propusemos a respeito, encontra-se a de buscar a federalização de educação básica, ou seja, um compromisso nacional em favor dos estudantes independentemente da localidade em que morem e freqüente a escola e independentemente da renda da família da criança. Neste parecer temos a oportunidade de analisar, na forma do PLS em tela, uma das sugestões mais recorrentes, sem dúvidas necessárias, para combater os problemas estruturais do ensino fundamental no Brasil, a implantação da jornada escolar em tempo integral.

Com efeito, as vantagens das jornadas escolares integral são conhecidas e foram muito bem sintetizadas na justificação do projeto, feita pelo Senador Marcos Guerra. Ela permite a realização de atividades de reforço e acompanhamento escolar com impulso direto ao sob o rendimento alunos. Possibilita ainda as crianças mais carentes ao acesso a artísticas, culturais e esportivas que, via de regra, lhes são negadas. Além disso, assegura aos pais cada vez mais envolvidos com as labutas do trabalho a tranqüilidade de saber que seus filhos estão exercendo atividades enriquecedoras para a sua formação e não à disposição da violência das ruas, do ósseo produtivo ou de programas de televisão de qualidade duvidosa.

Desse modo, além de ampliar as possibilidades de melhoria do rendimento escolar dos estudantes, a escola em tempo integral promove a inclusão social e contribuiu para a redução do envolvimento dos jovens com a criminalidade. Até o início do século XX, a jornada escolar no ensino primário atingia a seis a oito horas diárias. As professoras dedicavam-se integralmente a uma única turma de alunos.

Todavia, o acesso à escola era privilégio de uma elite, atingindo apenas pequena parcela das camadas populares, em geral nas áreas urbanas. Com o objetivo de democratizar o acesso a escola primária, foram criadas, para funcionar em caráter provisório, os turnos escolares. Maior número de crianças freqüentaria

a escola, mas durante menor tempo. Mesma coisa, parecida, Presidente, com as operações tapa buraco que a gente faz nas estradas, em vez de investir em estradas novas e em caráter definitivo, a gente tapa os buracos, aqui foi o que se fez. Aumentou-se o número de alunos, o que é correto, mas diminuindo a dedicação dos professores, a permanência das crianças na escola e a conseqüência, a gente viu que hoje temos 96% das crianças matriculadas, mas apenas 18% concluindo o ensino médio com qualidade. Os professores receberiam pequenas bonificações quando se fez essa mudança de turnos.

Entretanto, o que era para durar pouco tempo, tornou-se perene e apesar dos avanços na democratização da escola primária, a qualidade de ensino, com menos tempo de estudo e professores progressivamente envolvidos em mais de uma jornada de trabalho, começou a decair. A nova estrutura da jornada escolar para as crianças com aulas em apenas em um turno, matutino ou vespertino, e algumas situações até um inacreditável, turno intermediário que ficou conhecido como turno da fome, porque de onze a uma da tarde tornou-se o padrão também para o ensino primário estendido. Entre as, tentativas de reverter essa estrutura reducionista da educação alimentar, merecem serem destacados os modelos das escolas classes e das escolas parque, concebidas por Anísio Teixeira para a recém fundada Brasília e os Centros Integrados de Educação Pública, CIEP, criado no Estado do Rio de Janeiro pelo eminente ex-Senador Darcy Ribeiro, no governo de Leonel Brizola. Injunções políticas, pressões da demanda, diferentes concepções sobre prioridades nas políticas sociais e falta de recursos até mesmo dos estados e Municípios levarem aos graus diferentes, ao fio, congelamento dessas e de outras experiências jornadas de colégio de tempo integral.

Apesar da descontinuidade de iniciativas tão promissoras, outros tantos projetos, governamentais ou não, tem procurado, ainda que de forma isolada, dar apoio suplementar aos estudantes, principalmente famílias de baixa renda mediante a oferta e atividades culturais e esportivas. O ex-Senador Darcy Ribeiro em seu projeto de LDB, apresentado em 1992 e depois como Relator da proposição que viria a ser sancionada com uma nova LDB, sonhou com a volta imediata da jornada integral para o ensino fundamental. A resistência que se apresentaram a essa proposta, geralmente de natureza fiscal, levaram a aceitar contra gosto o compromisso de tão somente prevê a implantação (*inaudível*) como aparece escrito no citado art. 34, § 2º da lei de diretrizes e bases de 96. Esse princípio foi reafirmado no Plano Nacional de Educação, instituído pela lei 10172 de 9 de janeiro de 2001, que estabele-

leceu como uma das metas do ensino fundamental a ampliação progressivamente escolar com vistas a expandir a escola de tempo integral em período de pelo menos 7 horas diárias.

Contudo, como bem apontou a justificação desse PLS do Senador Marcos Guerra, pouco se tem avançado no cumprimento dessa meta, conforme o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, o INEP, do Ministério de Educação, a média no ensino fundamental é de apenas 4,3 horas de aula e tão somente 8% dos 33,5 milhões de alunos matriculados, em 2005, freqüentavam escola com duração superior a cinco horas. O projeto em exame tenta estimular esse processo, mediante a fixação do razoável prazo de cinco anos, para que a carga horária do ensino fundamental seja ampliada de forma que se universalize a jornada escolar em tempo integral nesse nível de ensino. O seu mérito é indiscutível e merece o nosso apoio, pois estamos convictos, de que pelo menos por meios de ações arrojadas no campo da educação básica será possível combater as seculares injustiças sociais em nosso País e levá-lo a novo patamar no seu desenvolvimento. Contudo a aprovação do projeto em exame tem implicações que precisam desde já ser identificadas e apoiadas. Sem o aporte orçamentário adicional de todos os níveis governamentais, a escola em tempo integral não será implantada, ou será na forma do faz de conta de grande parte das escolas de hoje, Presidente, que são quase escolas, não são escolas.

Com efeito, é preciso ter plena consciência do risco de se implantar a extensão da jornada escolar sem que sejam fornecidas as condições adequadas para que esse período adicional signifique a complementação do projeto nacional e tenha efeitos positivos sobre o rendimento escolar. Manter as nossas crianças e adolescentes na escola por mais tempo sem oferecer atividades pedagógicas adicionais apropriadas constituiria um crime. Com efeitos deletérios para a formação dos nossos jovens, para a própria instituição escolar. Portanto, vale insistir o apoio a esse projeto não se encerra no voto pela sua aprovação, mas só tem continuidade na luta por novos recursos financeiros para efetivamente alcançar seus propósitos, de fazer da escola de ensino fundamental o locus de transformação social do (*inaudível*) Jovens com o adequado domínio da leitura, da escrita e do cálculo, com boa **compreensão do ambiente social, bem informado sobre o meio natural e os princípios da tecnologia, sensibilizados para as artes, capaz de dar continuidade aos seus estudos, e imbuídos dos mais nobres valores de justiça, solidariedade e tolerância.** Em outras palavras, jovens preparados para construir o Brasil do futuro,

senão vamos continuar perdendo terreno em relação aos outros países.

Em relação aos termos da iniciativa, julgamos pertinente formular duas contribuições para aperfeiçoá-los. Em primeiro lugar, não fica claro ainda qual seria a carga anual do ensino fundamental, até a adoção das 1400 horas. Bem como o tempo de trabalho efetivo diário em sala de aula, uma vez que o projeto confere nova redação ao disposto na LDB fixa a seguir o prazo de cinco anos para a implementação da nova jornada escolar. E por fim, prevê a vigência da nova lei na data de sua publicação. Desse modo, sugerimos que seja explicitada a situação no período de transição. Além disso, parece-nos conveniente fixar o tempo de permanência diária na escola, não obstante o projeto fixando a carga mínima de 1400 horas, distribuídas em pelo menos duzentos dias letivos, o resultado dessa determinação o PLS seria o de estabelecer uma jornada, em média de 7 horas diárias de atividades curriculares.

Entretanto, uma vez que os estudantes teriam que necessariamente fazer, pelo menos, duas refeições na escola, essa carga mínima a ser reservada de atividades educacionais acabaria sendo prejudicada. Por isso sugeri a fixação de permanência diária mínima de 8 horas, incluindo aí o tempo reservado para as refeições, assim a permanência anual na escola passa a ser de 1600 horas, das quais 1400 no desenvolvimento de atividades curriculares e destas, 1000 em trabalho efetivo em sala de aula. Em suma, Sr. Presidente, e concluo, em suma o projeto merece acolhimento por trazer alterações promissoras para o ensino fundamental. A iniciativa, por fim, não contém vícios de constitucionalidade e juridicidade e, cabe acrescentar, encontra-se formulada de acordo com a boa técnica legislativa.

O voto, Sr. Presidente, em vista do exposto, é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 234 de 2006 do Senador Marcos Guerra acolhidas as Emendas a serem apresentadas. Primeira Emenda, dê-se ao art. 1º do PLS 234 a seguinte redação no caput, art. 34 seria a jornada escolar no ensino fundamental será de tempo integral, com pelo menos 8 horas de permanência na escola, incluído o tempo reservado às refeições e o mínimo de cinco horas de trabalho efetivo em sala de aula. Segunda Emenda, acrescenta-se o seguinte § único ao art. segundo do PLS, § único, enquanto não forem implantadas as nossas dispostas no art. primeiro, permanece no ensino fundamental as exigências da carga horária mínima anual de 800 horas, distribuídas por no mínimo de 200 dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservados aos exames finais, quando houver, e de jornada escolar de pelo menos 4 horas

de trabalho efetivo de sala de aula. Esse é, a proposta de voto, Sr. Presidente, que eu ofereço a essa Comissão, mais uma vez parabenizando o Senador Marcos Guerra por sua iniciativa e competência.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Passo a presidência ao Senador Romeu Tuma para...

(Troca de presidência).

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu queria só pedir licença aos Srs. Senadores e Senadoras para anunciar a presença entre nós do Dr. Jorge Bacelar Gouveia, Presidente do Conselho de Fiscalização no Sistema de Informações da República Portuguesa, aqui ele vem trocar idéias sobre a legislação referente ao sistema de informações e segurança que nós ainda estamos em alteração, dentro do quadro de mudanças que o Brasil passou.

Então, eu queria agradecer a presença de V.Ex^a, essa aqui é uma Comissão Especial de Membros do Parlamento e Membros do Governo para evoluir nessa área de inteligência, obrigado pela presença de V.Ex^a. Devolvo a presidência ao senhor... O senhor ainda vai.

(Troca de presidência).

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Bom, agora vamos começar a discussão do projeto que foi relatado pelo Senador Cristovam Buarque. A palavra está, o projeto está em discussão. Não havendo quem queira discutir, o Marcos guerra quer falar, autor do projeto.

SENADOR MARCOS GUERRA (PSDB-ES) – Sr. Presidente, senhoras e Srs. Senadores, para mim é uma honra, é um orgulho muito grande eu ter um projeto nessa Casa sendo relatado pelo Senador Cristovam Buarque. Eu sei bem a importância que é a educação no País, no Estado do Espírito Santo, tivemos um Senador lá, o Senador João Calmon, que foi conhecido a nível nacional também como pai da educação. O Senador Cristovam Buarque tem toda essa preocupação, tem essas qualidades, é um Senador que realmente, durante a sua campanha a presidência da república, ele sempre colocou a educação em primeiro lugar no País. Esse projeto, ele foi, como foi dito aqui pelo Senador Cristovam Buarque, muito bem relatado, ele tem uma preocupação muito grande, Sr. Presidente, ele é muito abrangente. Para se ter uma idéia ele tira o menino da rua, quando as pessoas estão trabalhando nas fábricas, no comércio, muitas vezes as crianças ficam na rua, a partir da aprovação desse projeto, as crianças passam a ficar ocupadas na sala de aula.

Então, Sr. Presidente, eu parabeno, agradeço ao Senador Cristovam Buarque, aos demais Senadores, pela acolhida do projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Encerro as discussões, passamos a votação. Demóstenes Torres? José Jorge consignou o voto, os dois consignaram. Marcelo Crivella? Marcos Guerra? Voto conhecido. Geovani Borges.

SENADOR GEOVANI BORGES (PMDB-AP) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Valdir Raupp? Paulo Paim?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Flávio Arns?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Ideli Salvatti?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Sérgio Zambiasi?

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Augusto Botelho? Cristovam Buarque?

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Marco Maciel?

SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE) – Sr. Presidente, sim e gostaria de numa breve frase dizer que considero a aprovação desse projeto um avanço e aliás nisso, nós estamos seguindo as pegadas dos países que hoje estão no primeiro mundo, que sempre investiram no esforço de educação integral.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Romeu Tuma? César Borges?

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Geraldo Mesquita?

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Luiz Otávio? Com o Relator. Aprovado por unanimidade o projeto.

SENADOR MARCOS GUERRA (PSDB-ES) – Sr. Presidente, eu também gostaria de agradecer a Comissão do Senado que realmente ela teve uma participação importante na construção desse projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Passamos agora para o item 2, cujo Relator é o Senador Paulo Paim, Projeto de Lei do Senado nº 128 de 2006.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador Azeredo, se pude ir esperar, vai fazer um relatório bem rápido, eu não vou nem falar no item 2.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Altera o § 1, do art. 1º da Medida Provisória 2178 de 86 de 24 de agosto de 2001 para incluir os estudantes de educação fundamental e jovens, de jovens e adultos como beneficiários do Programa Nacional de Orientação Escolar. Autoria Senador Paulo Paim, Relator, Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Sr. Presidente, esse é um projeto do Senador Paim que corrige uma falha que eu não sei como aconteceu na Medida Provisória, a que ela diz respeito. O projeto 128 de 2006 de autoria do Senador Paim visa alterar o § 1 do art. 1º da Medida Provisória nº 2178/36 de 24 de agosto de 2001. Para incluir, graças à colaboração do Senador Paulo Paim, na base do cálculo do montante de recursos financeiros a ser repassado no âmbito do programa nacional de alimentação escolar, também o quantitativo de alunos matriculados na modalidade educação presencial de jovens e adultos no ensino fundamental. Hoje, os recursos não prevêm financiamento para esse assunto. É preciso lembrar, de uma maneira sintética do relatório, para não tomar muito tempo, que a universalização do ensino fundamental provocou a reação do sistema de ensino, consistente na remoção para turmas ou classes de EJA, Ensino de Jovens e Adultos, e enorme contingente de jovens fora da idade escolar considerada adequada para a frequência do ensino fundamental regular, esses estudantes, quase em sua totalidade são trabalhadores que se submetem as jornadas de extenuantes, não raro em subemprego e ainda sim tem o ânimo para buscar a escolarização onde depositam suas reservas de perspectiva de mudança de vida. É a esperança deles que estão nessas salas. Às vezes esses jovens até dispõe de um alimento em casa, mas o tempo escasso não lhes permite conciliar o deslocamento à escola e a refeição caseira. Trata-se de opção crucial que sempre traz uma forma de prejuízo, ora o prolongamento da fome, o que é ruim também para o aprendizado. Ora, a renúncia à aula do dia, que por impossibilidade de reposição fica perdida para sempre. O recurso das cantinas escolares de acesso restrito, porque oneroso, tem o inconveniente adicional de fugir, via de regra, as recomendações de alimentação nutritiva e saudável e ficam fora das possibilidades desses jovens. Aliás, a preocupação com a formação de hábitos alimentares e saudáveis pode

representar o grande diferencial do projeto do Senador Paim. Trata-se de oportunidade ímpar de ensinar a esses jovens a parte do fornecimento das refeições escolar, os fundamentos de uma vida saudável, calçado na seleção e no consumo de alimentos nem sempre fora do seu alcance. Junta-se, portanto, duas coisas, a garantia desse jovem na escola e a sua boa alimentação. Isso traz poupança, redução de gastos na saúde, traz redução na violência, traz redução no desemprego e no campo orçamentário não se verifica qualquer óbice associada ao compromisso do recurso constitucional e legalmente vinculado à manutenção do desenvolvimento do ensino. Ademais para mitigar eventuais desvirtuamentos de cunho assistencialista, os efeitos da medida estão circunscritos à educação de jovens e adultos na modalidade presencial. Os jovens e adultos estudando ensino a distância não seriam beneficiados por isso. No que respeita ao aspecto de constitucionalidade e juridicidade, a proposição não reclama reparos encontrando-se igualmente adequadas a norma da boa técnica legislativa, de modo que não nada resta a obstar ao seu prosseguimento. No mais, trata-se de medida socialmente relevante para o conjunto da sociedade a merecer, portanto, a pronta acolhida dessa Casa legislativa. Pelo exposto, voto pela aprovação do projeto, dizendo simplesmente que temos que agradecer ao Senador Paim por trazer essa proposta e pedir desculpas a todos os jovens e adultos que passaram esses anos últimos sem ter acesso a algo tão óbvio como a alimentação no momento em que eles estão saindo dos seus empregos para ir para o estudo.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Apresentado o Relator, vamos a discussão do Relator. Não havendo quem queira discutir, vamos a votação do relatório. Demóstenes Torres, José Jorge, Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)

– Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Senador Marcos guerra.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Com o relatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Senador Geovani Borges? Senador Valdir Raupp, Senador Paulo Paim? Senador Flávio, Senadora Ideli Salvatti?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Senador Sérgio Zambiasi?

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Senador Augusto Botelho. Sim. Senador César Borges?

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Sim.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Quer dizer que o senhor está presente.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Estou presente. Senador Marco Maciel?

SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Senador Romeu Tuma?

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Senador Eduardo Azeredo?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Senador Geraldo Mesquita?

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Senador Luiz Otávio?

SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Aprovado por unanimidade. Temos uma Emenda do item 1 que nós não votamos. Eu pergunto ao SENADOR se mantém o voto nas Emendas do item um. Aprovado o item um, a Emenda do item 1. Passamos agora ao item 4 da pauta. Item 4 da pauta. Projeto de Lei do Senado nº 161 de 2004, que cria o Programa Nacional de Apoio ao Adolescente Carente, PRONAC e dá outras providências. Autoria do Senador Romeu Tuma, Relatoria do Senador César Borges, parecer favorável com as Emendas oferecidas. Observação 1, a matéria constou na pauta das reuniões dos dias 3/10 e 7/11. 2, foi concedida vista ao Senador Roberto Saturnino na reunião do dia 10/6 que não apresentou manifestação por escrito. Observação 3, matéria terminativa na Comissão de Assuntos Sociais. Com a palavra o Senador César Borges para fazer o seu relatório. Já foi lido?

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Eu já fiz esse devido relato, foi pedido...

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Então, em discussão o projeto.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Não houve manifestação do pedido de vista, então mantenho o relato com a modificação que foi sugerida para que não fosse, fosse apenas autorizativo e não impositivo.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Muito obrigado, Senador.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Em discussão, o Senador Flávio Arns para discutir.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu quero, em primeiro lugar, enaltecer a iniciativa do Senador Romeu Tuma que sempre tem uma preocupação intensa com as questões sociais e particularmente com a questão dos jovens, principalmente do ponto de vista de se construir alternativas para eles não enveredarem para a área do crime, da marginalidade. Quer dizer, tem que ter o tempo ocupado como, aliás, a gente faria com qualquer filho da gente também, que a pior coisa, como todas as pessoas, como o povo diz sabiamente, que é não deixar tempo vazio para não botar minhoca na cabeça.

Então, essa questão dos estágios que é algo fundamental. Eu tenho uma, uma, assim, eu acho até para a população, seria interessante que a gente debatesse quais são os programas à disposição dos jovens e como que este programa se insere neste conjunto de programas que podem ser ofertados. Como, por exemplo, até com resultados, ver se está dando certo, se o programa está tendo dificuldades, os resultados alcançados, cito, por exemplo, o programa Primeiro Emprego, Agente Jovem, bolsas para os jovens e esse se insere dentro desse nosso contexto.

Então, esse projeto vai para a Comissão de Assuntos Sociais ainda, e eu pediria assim, inclusive a permissão do Senador Romeu Tuma para que lá a gente pudesse só ter essa ocasião, não discutir isso aqui agora para aprovarmos o projeto, agilizarmos a sua tramitação, mais que lá na Comissão de Assuntos Sociais a gente pudesse sem procrastinar as decisões, fazer um debate sobre o que vem acontecendo em termos de resultados nos programas existentes que objetiva atender os jovens. Mas, quero, de qualquer forma, sempre dizer que a questão de alternativas à disposição é um fato importante, estágios são importantes e eu acho que nós podemos contribuir só fazendo, assim, a junção, a amarração aos programas existentes. Voto a favor, pedindo só assim a observação de que lá a gente possa discutir, não para rejeitar, que o meu objetivo, o meu objetivo continuará sendo aprovar, só ver como tudo isso se insere dentro de um arcabouço mais amplo a favor da nossa juventude.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Muito obrigado, Senador, com a palavra o Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Sr. Presidente, eu queria agradecer ao Senador Flávio Arns, principalmente pelo elogio imerecido, sempre simpáti-

co comigo. Mas eu acho, Senador Arns, que V.Ex^a tem super razão de se discutir esses projetos assistenciais que tem surgido com uma rapidez incrível e a gente provavelmente esteja se sobrepondo alguns que já tem vigência e precisariam ser fortalecidos. Então eu acho que essa idéia de se discutir na Comissão temática própria, antes da votação nominal, seria muito importante, talvez V.Ex^a requeresse, eu gostaria de assinar com V.Ex^a e discutirmos toda essa gama de projetos ou de leis ou de Medidas Provisórias que tem trazido alguns benefícios à sociedade e que a gente não se sobreponha uns aos outros, então agradeço a V.Ex^a e concordo com o Senador Arns.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Senador Marcos Guerra para discutir.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Sr. Presidente, também quero me congratular com o Senador Flávio Arns, quero parabenizar o Senador do projeto, o Senador Romeu Tuma que sempre nessa Casa defendeu grandes projetos, esse projeto, Senador Tuma, ele cuida mais do jovem e a partir do momento que o Brasil passa a cuidar mais do jovem, com certeza lá na frente, o nosso índice de violência, eles vão cair.

Então, Sr. Presidente, eu já quero aqui antecipar o meu voto, é pela aprovação do projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Muito obrigado, Senador. Com a palavra o Senador Marcelo Crivella para discutir.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Sr. Presidente, da mesma forma eu quero me somar aos Senadores que aplaudem o projeto preocupado e de caráter extremamente relevante, socialmente falando do Senador Tuma. Quero nessa ocasião, também, parabenizar alguns órgãos do Governo Federal que já tem esse PRONAC aplicado mesmo antes do projeto do Senador Romeu Tuma entrar em vigor, ainda que seja um projeto autorizativo, mas suponhamos que sejam acatados, que é a Câmara dos Deputados, que é o BANCO DO BRASIL, os CORREIOS. Que aceitam jovens carentes, aqueles cujas famílias têm renda familiar até dois salários mínimos para estagiarem em suas dependências. Aqui na Câmara dos Deputados temos vários, e alguma coisa que eu gostaria de ressaltar e até fazer um apelo para que outros órgãos do Governo Federal, BNDES, PETROBRÁS possam se somar a eles afim de que possamos dar aos jovens carentes, estudantes carentes do nosso Estado, como deseja o Senador Romeu Tuma, como desejam nós todos, as oportunidade de estagiarem, de receberem algum dinheiro que é tão importante para sua sobrevivência, mas também de se prepararem para um mer-

cado de trabalho. Porque, hoje, um jovem que aplica para um cargo que, se tiver um estágio ou uma carta de referências oriundas de um órgão importante como esse, dizendo que foi um bom estagiário, Senador Cristovam Buarque.

Até me lembro aqui do grande milagre da multiplicação do pão. Na verdade, aquele milagre ocorreu quando sete pães e dois peixinhos que foram dados a Cristo foram alvos do agradecimento, agradeceu pelo pouco. Eu acho que o grande milagre da multiplicação é quando a gente tem um pouquinho, mas a gente coloca o coração naquele pouquinho, a gente faz o melhor que a gente pode fazer, ainda que seja um primeiro estágio, que seja os primeiros passos de uma profissão. Aos outros podem parecer pouco, mas o sujeito coloca ali o seu coração e faz o melhor de si, dá o melhor de si. Automaticamente aquele pouquinho vai se multiplicando, vai se multiplicando e se torna muito e muitas vezes quem não tem esse coração, faz esse pouquinho virar nada, porque despreza os primeiros passos.

Então, eu acho que o grande ensinamento da multiplicação é dar oportunidade com o pouquinho, aplicar o coração, ser um bom estagiário, chegar cedo, cumprir o seu dever, procurar aprender, ao final receber uma bela carta de recomendação e certamente dar o primeiro passo para multiplicar o pouquinho em muito.

Então, Senador Augusto Botelho, com essas singelas palavras eu quero parabenizar o autor, o Relator e até antecipar o meu voto favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Muito obrigado, Senador. Não havendo quem queira discutir, eu vou colocar em votação o projeto que cria o programa nacional de apoio ao adolescente carente de autoria do Senador Romeu Tuma. Srs. Senadores que concordam permaneça como se encontram. Aprovado. O projeto não é terminativo, vai a Comissão de Assuntos Sociais. Próximo item, terminativo, Projeto de Lei do Senado nº 236 de 2006, institui o dia 18 de agosto como Dia Nacional do Campo Limpo, autoria Senador Jonas Pinheiro, Relatoria Senador Marcos Guerra, o parecer favorável. Com a palavra o Senador Marcos guerra para relatar.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Sr. Presidente, senhoras e Srs. Senadores, esse projeto trata-se da apreciação do Projeto de Lei do Senado nº 236 de 2006, que institui o Dia Nacional do Campo Limpo. O projeto propõe a data comemorativa que seja fixada em 18 de agosto em razão de ser um dia tradicional, geralmente já vem sendo utilizada em prol dessa ação e essa data foi comemorada pela primeira vez em 2005, em 40 centrais de recebimento de embalagens vazias de defensivo agrícolas que reuniram

mais de 11300 pessoas. A segunda comemoração do dia 18 de agosto deste ano, reunião 78 centrais, além do Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias, a iniciativa conta com o apoio da Associação Nacional dos Distribuidores de Insumos Agrícolas e Veterinário, da Organização das Cooperativas Brasileiras e das Associações e entidades gerenciais das centrais de recebimento de embalagens vazias. A instituição do Dia Nacional do Campo Limpo cria um dia de consciência, debate e educação ambiental para desenvolver atividades afirmativas e ampliar a conservação do meio ambiente. Deste modo, ao adotar medida que contribui para a conscientização e a educação ambiental, o projeto vem ao encontro de mandamento expresso pelo inciso 6º, § 1 do art. 225 da Constituição Federal. O projeto apenas fixa o dia para comemorar o Dia Nacional do Campo Limpo e não traz, por consequência, a concessão de feriado nacional, pois é de competência da Presidência da República. Em face do exposto, Sr. Presidente, o voto é pela aprovação do projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Em discussão o projeto. Não havendo quem queira discutir, em votação o projeto. Srs. Senadores que concordam com o parecer do Relator Marcos Guerra. Desculpe, a votação é terminativa tem que fazer votação nominal. Demóstenes Torres, Senador José Jorge, favorável. Senador Marcelo Crivella?

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)

– Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Senador Marcos guerra, voto conhecido. Geovani Borges? Valdir Raupp deixou o voto consignado. Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Senador Flávio Arns?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Senadora Ideli Salvatti? Senador Sérgio Zambiasi? Senador César Borges?

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Senador Cristovam Buarque?

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Senador Marco Marciel? Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Senador Azeredo? Senador

Geraldo Mesquita? Senador Luiz Otávio? Aprovado por unanimidade.

Passamos agora para o último item que pode ser votado nessa região, o item nº 5. Projeto de Lei do Senado 065 de 2005, altera os artigos 44 e 51 da lei 9394 de 96 para disciplinar o ingresso na educação superior extinguido os processos seletivos nos cursos de graduação. Autoria do Senador Sibá Machado, Relatoria do Senador José Maranhão, que pediu licença dessa Comissão e eu designo, *ad hoc* o Senador Paulo Paim. Parecer pela rejeição.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Sr. Presidente, o projeto do Senador Sibá Machado ele é polêmico, porque ele aponta, em resumo, para o fim dos vestibulares. Há posições divergentes entre as universidades e há uma posição também no mínimo, eu diria, que polariza com outros setores junto ao MEC. Como eu entendo que é uma matéria importantíssima, eu vou pedir vista, eu vou...

Então, como eu fiquei como relator agora, eu vou pedir reexame e vou entrar no momento adequado, inclusive, com uma Audiência Pública convidando todas as partes envolvidas nessa questão para o debate, sei que o Senador Cristovam vai ser um dos seus convidados para o debate do tema.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Obrigado, Senador.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Sei não, adianto já.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Então, eu agradeço, fica suspenso o projeto. Então eu agradeço a presença de todos os Srs. Senadores, aprovamos todos os projetos que foram possíveis, só um não foi aprovado. O Senador Flávio Arns com a palavra.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu gostaria que V.Exª, só se permitir, como extra-pauta um adendo a um Requerimento já aprovado pela Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Qual é o adendo? O senhor poderia relatar o adendo?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Está... É bem rápido.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Requeiro nos termos do art. 58 da Constituição Federal, combinado com os artigos do Regimento Interno Federal, que seja realizada Audiência Pública no âmbito dessa Submissão de Ciência e Tecnologia para aprofundar o debate sobre robótica, a matéria foi aprovada na Subcomissão no dia 30 do seis. O aditamento ao Requerimento, aprovado na Comissão, sugere alteração que se segue onde se lê Audiência Pública, leiam-se audiências públicas. Sendo

a primeira em conjunto com a Comissão de Educação. Essa é o aditamento, os Srs. Senadores que aprovam, permaneça como se encontram. Aprovado o Requerimento e o aditamento. Muito obrigado, declaro...

Ainda há outro Requerimento aqui do Senador Cristovam Buarque, com a palavra o autor do Requerimento para justificar.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)

– Presidente, é um Requerimento para que nós tenhamos juntos, entendermos o que fazer corretamente para a área de Ensino e Formação de Cinema e Audiovisual, essa é uma área que está em franco desenvolvimento, está tomando conta até de outros setores, às vezes a gente se pergunta como é que está a literatura diante do avanço do audiovisual, a literatura escrita e ainda esse é um setor tratado nos cursos de comunicação, como uma habilitação apenas, não como uma área própria, como setor fundamental do conjunto de áreas relacionadas com a comunicação. Daí a minha proposta de fazermos uma audiência com pessoas do ramo, tanto da universidade como de fora da cidade, para definirmos uma diretriz, sobre como o audiovisual se insere no ensino da comunicação.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Muito obrigado, Senador. O Senador Paim quer a palavra para discutir. Então, em votação o Requerimento do Senador Cristovam. Os Srs. Senadores que aprovam, senhoras e Srs. Senadores que aprovam o Requerimento permaneçam como se encontram. Aprovado. Com a palavra o Senador Paim para...

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador Augusto Botelho, é só um agradecimento em um minuto a toda a Comissão, em especial, a V.Ex.^a e o Senador Cristovam pelo relatório que fez, um projeto que eu apresentei, lhe confesso, foi um pedido dos trabalhadores que durante o dia suam, como dizem, a camiseta, no seu local de trabalho para poder à noite estar na escola, principalmente aqui no caso o ensino fundamental.

Então foi um pedido deles e eu vi que a Comissão por unanimidade, aprovou que eles vão ter em resumo a merenda escolar, não é Senador, eles saem do seu local de trabalho. Muitos não têm como pagar o ônibus para ir até em casa e voltar, às vezes, para o centro da cidade para poder estudar e terá pelo menos, saindo agora do local de trabalho o direito a merenda escolar. Por isso, eu queria aqui agradecer muito ao brilhante relatório feito pelo Senador Cristovam e que esse projeto representa o atendimento, a vontade, eu diria de milhões de homens e mulheres que estudam à noite e não teriam como desenvolver e aprender o necessário sem que se pensasse também na possibi-

lidade deles terem o direito a alimentação. E concluo, Sr. Presidente, dizendo que para mim foi muito importante hoje, votamos aqui inúmeros projetos na Comissão de Educação terminativos. Ontem eu estava num debate em Porto Alegre, numa emissora, e o repórter disse: Não, em Brasília não vai ter nada amanhã, porque há um feriado na quarta-feira e os Parlamentares não estarão em Brasília. Eu disse, eu vou a Brasília e teremos votação. Felizmente eu acertei, então parabéns a todos nós.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Obrigado, Senador.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Particularmente a V.Ex.^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Temos apenas três comunicados para fazer. Um é uma designação do Presidente da Comissão de Educação. De acordo com o art. 89 do Regimento Interno Senado Federal indico o Senador Cristovam Buarque, PDT, Distrito Federal para compor os quadros da Subcomissão Teatro, Música e Comunicação Social como membro titular da vaga cedida pelo PFL. Outra comunicação, de acordo com o art. 89, indico o Senador Almeida Lima PMDB, Sergipe, para compor os quadros da Subcomissão de Cinema, Teatro, Música, e Comunicação Social na primeira vaga de suplente do PMDB. E outra comunicação indicando o Excelentíssimo Senador Almeida Lima, PMDB, Sergipe, para compor os quadros da Subcomissão de Ciência e Tecnologia na terceira vaga de suplente do PMDB e declaro encerrada a Sessão da Comissão de Educação e comunico que a Subcomissão de Música, Teatro e Cinema e Comunicação Social tem a reunião rapidinha agora. Muito obrigado.

(Sessão encerrada às 12h51)

Ata da 37ª Reunião Extraordinária, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 21 de Novembro De 2006.

Às onze horas e cinquenta e nove minutos do dia vinte e um de novembro de dois mil e seis, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senhor Senador Wellington Salgado de Oliveira e com a presença dos Senhores Senadores Demóstenes Torres, Maria do Carmo Alves, Juvêncio da Fonseca, Leonel Pavan, Valdir Raupp, Roberto Cavalcanti, Aelton Freitas, Ideli Salvatti, Roberto Saturnino, Mozarildo Cavalcanti, Sérgio Zambiasi, Jonas Pinheiro, César Borges, Cristovam Buarque, Garibaldi Alves Filho, Geraldo Mesquita, Mão Santa, Siba Machado e Aloizio Mercadante reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores, Jorge Bornhausen, José Jorge,

Edison Lobão, Marcos Guerra, Teotônio Vilela Filho, Geovani Borges, Almeida Lima, Sérgio Cabral, Ney Suassuna, Gilberto Mestrinho, Paulo Paim, Fátima Cleide e Augusto Botelho. Justificam a ausência os Senhores Senadores Marcelo Crivella e Flávio Arns. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Wellington Salgado de Oliveira, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta, dando preferência aos projetos cujos relatores encontram-se presentes. Item 02: Projeto de Lei do Senado nº 386, de 2005, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Sibá Machado, que “Altera dispositivos da Lei nº 9.993, de 2000, quanto à destinação regional dos recursos da compensação financeira pela utilização de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e pela exploração de recursos minerais para o setor de ciência e tecnologia”. O relator designado é o Senador Roberto Saturnino e o parecer é favorável, com a emenda oferecida. É concedida vista ao Senador Juvêncio da Fonseca, pelo prazo regimental de cinco (05) dias. Item 04: Projeto de Lei da Câmara nº 005, de 2006, de caráter não terminativo, de autoria da Deputada Luiza Erundina, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de mensagem estimuladora do exercício da cidadania na publicidade dos serviços e obras realizados pelos órgãos públicos federais”. O relator designado é o Senador César Borges e o parecer favorável é aprovado. Item 05: Projeto de Lei da Câmara nº 033, de 2006, de caráter não terminativo, de autoria da Deputada Iriny Lopes, que “Institui o dia 6 de dezembro como o Dia Nacional de Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Juvêncio da Fonseca e o parecer favorável é aprovado. Item 06: Projeto de Decreto Legislativo nº 361, de 2006, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Educativa e Cultural Itauense (ACECI) Itaú – RN a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaú, Estado do Rio Grande do Norte”. O relator designado é o Senador Garibaldi Alves Filho e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. Item 07: Projeto de Decreto Legislativo nº 344, de 2006, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Marco Zero Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Laranjal do Jari, Estado do Amapá”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Jonas Pinheiro e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. Item 08: Projeto de Decreto Legislativo nº 371, de 2006, de caráter terminativo,

de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Firminópolis a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Firminópolis, Estado de Goiás”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Demóstenes Torres e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. Ficam adiadas, em virtude da ausência dos relatores, as seguintes matérias: Item 01: Projeto de Lei do Senado nº 157, de 2006 e Item 03: Projeto de Lei do Senado nº 273, de 2006. Antes de finalizar a reunião, a Presidência faz o comunicado que se segue: Comunicado: “Comunico aos Senhores Senadores que no dia 09 de novembro, esta Presidência recebeu um grupo de estudantes representando os Diretórios Acadêmicos e Centros Acadêmicos de diversas instituições de Ensino Superior do país, entre elas: Universidade Federal de São Carlos, Universidade de São Paulo, Fundação Santo André, Universidade Católica de Salvador, Universidade Federal de Uberlândia, Universidade Estadual de Feira de Santana e Universidade Federal de Juiz de Fora, que vieram manifestar sua posição contrária a Reforma Universitária, solicitando a retirada do PL 7200 de 2006, que versa sobre o assunto”. O Senhor Presidente, Senador Wellington Salgado de Oliveira, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e dezenove minutos, determinando que eu, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal. – Senador **Wellington Salgado de Oliveira**, Presidente da Comissão de Educação.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Havendo número regimental, declaro aberta a 37ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, 21 de novembro de 2006.

Submeto a apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma. Quem estiver de acordo permaneça como se encontra. Aprovado.

Passamos imediatamente ao Item 4. Não terminativo, o Projeto de Lei da Câmara nº 5/2006, dispõe sobre a obrigatoriedade de mensagem estimuladora do exercício da cidadania na publicidade dos serviços e obras realizadas pelos órgãos públicos federais. Autoria da Deputada Luiza Erundina, relatoria do ilustre Senador César Borges com o Parecer favorável. Passo a palavra agora ao ilustre Senador César Borges, com a palavra Senador.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Muito obrigado nobre Presidente, Senador Wellington Salgado. Sr. Presidente, esse é o Projeto de autoria da Deputada Luiza Erundina e o objetivo é tornar obrigatória a inserção nas peças publicitárias destinadas a divulgar as obras civis da Administração Pública Federal de mensagens que estimulem o exercício da cidadania.

De acordo com o art. 2º do Projeto, o estímulo se dará para reprodução de dispositivo constitucionais e legais que versem sobre os direitos humanos, assim como aqueles que proíbam qualquer forma de violência, preconceito ou discriminação de raça, origem, religião, estado civil, sexo, orientação sexual, idade ou condição social.

A transcrição dos testes normativos citados deverá seguir a afirmação, exerça a sua cidadania. A veiculação da mensagem na mídia impressa, no rádio, na televisão e na Internet deverá obedecer aos ditames estabelecidos nos artigos 4º, 5º, 6º e 7º da proposição.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, cumpre a essa Comissão opinar acerca de proposições que versem sobre normas gerais. Essa proposição, Sr. Presidente, incorpora o louvável intento. Com efeito carece o nosso País de instrumentos que estimule o exercício da cidadania. Se a população tivesse maior consciência de seus direitos, por certo não seria tão complacente com os abusos de que é vítima constante, praticadas tanto por órgãos públicos por sua ação ou omissão e descompasso com a legalidade e como também por corporações privadas no País, empresas que não respeitam os direitos dos outros. A cidadania, portanto, constitui um dos princípios fundamentais do Estado Democrático de Direito, significa o Estado de que ostenta direitos e obrigações, resguardando a sua dignidade, exercendo a sua solidariedade e reivindicando o que lhe é direito.

O Brasil é cheio de contrastes com imensa desigualdades, tanto econômico, sociais, educacionais quanto regionais, e torna-se urgente a implantação de novas formas de participação política a expressar contínua e ascendente ampliação da cidadania para a inovadora dimensão democrática que podemos denominar de uma participação efetiva. Verificando que o projeto tem esses méritos, Sr. Presidente, não tem vícios nenhum, o nosso voto é pela sua aprovação, destacando que realmente quando o Governo utiliza-se de publicidade para divulgar as suas obras e serviços, está utilizando um recurso público e nada mais justo que possa estender esses serviços à cidadania que não fique apenas na mera propaganda política do Governo ou mesmo a divulgação daquela realização pelo Governo.

Portanto, Sr. Presidente, eu acho todo o mérito nessa proposta da Deputada Luiza Erundina que agora está sendo submetida e o nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 5, é esse o nosso relato, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Em discussão o voto do Sr. Relator, Senador César Borges. Não havendo quem queira discutir, em votação. Quem tiver de acordo permaneça como se encontra. Aprovada.

Passamos ao Item 5. Projeto não terminativo, Projeto de Lei da Câmara nº 33/2006. Institui o dia 6 de dezembro como Dia Nacional de Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência Contra as Mulheres, de autoria da Deputada Iriny Lopes. Relatoria do Senador Sérgio Cabral não está presente já é a segunda Sessão, terceira, nomeamos o Senador *ad hoc*, o Senador Juvêncio da Fonseca. Com a palavra o ilustre Senador.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Sr. Presidente, trata-se de lei de autoria da Deputada Iriny Lopes que institui o dia 6 de dezembro como Dia Nacional de Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência Contra as mulheres. O Projeto foi aprovado na Câmara e remetido ao Senado Federal para revisão tendo sendo distribuída para essa Comissão de Educação. Trata-se de matéria de competência legislativa da União Federal, não arrolada dentre a iniciativa exclusiva do Chefe do Poder Executivo. O Projeto atende, portanto, aos requisitos de constitucionalidade e juridicidade. No mérito, deve ser aplaudida a iniciativa da ilustre Deputada que cria um novo marco no calendário nacional para a luta contra a violência praticada contra as mulheres. O problema da violência contra as mulheres, sobretudo no âmbito familiar, deve ser enfrentado com políticas públicas de segurança e com campanhas de conscientização como a pretendida por meio desse Projeto.

Voto, diante do exposto, o nosso Parecer é favorável, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Em discussão o Parecer do ilustre Senador. Não havendo quem queira discutir. Em votação. O Senador que tiver de acordo permaneça como se encontra. Aprovado. Vamos para a rádio.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Pela ordem, o Senador Sibá Machado.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Queria que V.Exª mantivesse o artigo, Item 2, que o Senador

Saturnino é o Relator, mas ele é também Presidente da Comissão de Relações Exteriores e neste momento por conta da audiência coletiva das três Comissões, eu acho pouco provável para ele vir até aqui relatar a matéria, se a gente pudesse pedir um Relator *ad hoc* para fazer o trabalho.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador Sibá, ele pediu para aguardar um pouquinho que ele está vindo para cá, e eu só posso nomear um Relator *ad hoc* na terceira Sessão por falta da presença do Relator. Essa é a segunda. Então teriam que aguardar um pouco ou então passar para a próxima Sessão.

Item 6 da pauta, projeto terminativo, Projeto de Decreto Legislativo nº 361/2006 que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Educativa e Cultural Itauense, ACECI, Itaú, Rio Grande do Norte a executar o serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaú, Estado do Rio Grande do Norte, autoria do Poder Executivo, Relator, ilustre Senador Garibaldi Alves Filho, com o Parecer favorável. Com a palavra o ilustre Senador.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sr. Presidente, o meu Parecer é favorável ao ato que autoriza a Associação Comunitária Educativa e Cultural Itauense, ACECI, em Itaú, Rio Grande do Norte a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaú.

Portanto, tendo em vista o exame da documentação que acompanha o Projeto não ter evidenciado violação da legislação pertinente, opinamos pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Em discussão. Não havendo quem queira discutir, passaremos a votação em bloco ao final.

Passaremos agora ao Item 7, terminativo também. Que é o Projeto de Lei 344 que aprova o ato que outorga à permissão a rádio Marco Zero Ltda para explorar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Laranjal do Jari, Estado do Amapá. Autoria do Poder Executivo, relatoria seria do Relator Geovani Borges que não está presente. Eu pediria ao Senador Jonas Pinheiro que fizesse a relatoria como Senador *ad hoc*, se possível, Senador, Relator *ad hoc*. É o Item 7.

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vou ler apenas o voto do eminente Senador Geovani Borges. Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS Nº 344/2006 não evidenciou violação das normalidades estabelecidas na Resolução nº 39/92 do Senado Federal e não havendo reparos quanto ao

aspecto de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga a permissão a Rádio Marco Zero Ltda para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Laranjal do Jari no Estado do Amapá, na forma do Projeto de Decreto Legislativo Ordinário da Câmara dos Deputados. Pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Em discussão. Não havendo quem queira discutir, passaremos à votação no final em bloco. Terminativo.

Vamos ao Item 8. Item 8, terminativo, Projeto de Decreto Legislativo nº 371/2006 que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Firminópolis a executar o serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Firminópolis, Estado de Goiás. Autoria do Poder Executivo, relatoria, se estivesse presente seria a Senadora Lúcia Vânia, como não está presente, nomearemos um Senador que conhece muito bem o Estado de Goiás. Senador Demóstenes Torres, Relator *ad hoc*, desculpe.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO)
– Favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Favorável, só isso Senador? (*risos*) Foi o relatório mais rápido na minha... Durante a minha presidência nessa casa.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO)
– Em homenagem a V.Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Muito obrigado, Senador. Em discussão esse relatório mais rápido que eu já vi. Não havendo quem queira discutir, a votação será feita ao final. O mais tarde será agora, então, votaremos nominalmente. O Senador Demóstenes Torres é o primeiro a votar com o seu voto rápido.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO)
– Com os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senadora Maria do Carmo? Senador Juvêncio da Fonseca.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Com os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador Leonel Pavan? Não está presente. Senador Valdir Raupp? Senador Aelton Freitas? Senador Ideli Salvatti?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Com os Relatores concisos.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador Mozarildo Cavalcanti? Senador Sérgio Zambiasi? Com os Relatores, né? Senador Jonas Pinheiro?

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Com os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Ilustre Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Com os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Com homem da educação brasileira, Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Com os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador Garibaldi Alves Filho?

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Com os Relatores, especialmente com o Senador Demóstenes.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador Geraldo Mesquita, o homem que... O grande especialista em Mercosul. Senador Mão Santa? Senador Sibá Machado?

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador Aloizio Mercadante, está presente. Aprovado por unanimidade. Aprovados os Projetos.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Item 2, Presidente, podemos fazer?

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Com tamanha perseverança do Senador Sibá Machado, vamos ao Item 2 que está presente o nosso querido Relator, Senador Roberto Saturnino.

O Projeto Item 2 é não terminativo, Projeto de Lei do Senado nº 386/2005 que altera dispositivos da Lei 9.993/2000, quanto a destinação regional dos recursos da compensação financeira pela utilização de recursos hídricos para fins de geração da energia elétrica e pela exploração de recursos minerais para o setor de ciência e tecnologia. Autoria aqui presente o Senador Sibá Machado, relatoria do Senador Roberto Saturnino com o Parecer favorável com a Emenda oferecida. A matéria constou na pauta da reunião de 14 de novembro de 2006, a matéria é terminativa na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. Com a palavra o ilustre Senador Saturnino.

SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Sr. Presidente, o projeto em pauta de autoria do Senador Sibá Machado tem como objetivo alterar a distribuição dos recursos de *royalties* e de compensação financeira arrecadados e com a exploração de recursos minerais

e com o funcionamento das usinas hidroelétricas de modo a manter nas respectivas regiões do País, pelo menos 50% dos recursos destinados a investimento em ciência e tecnologia.

O autor justifica a sua iniciativa afirmando que atualmente algumas regiões ricas em recursos naturais geram enormes volumes de compensação financeira, mas vem grande parcela desses recursos destinados por lei para a ciência e tecnologia serem atraídos para instituições de pesquisa sediadas em outras regiões mais desenvolvidas a influentes onde naturalmente existem centros de produção científica e tecnológica mais bem desenvolvidos, mas o resultado é o retardamento do desenvolvimento científico e tecnológico das regiões pobres.

O Projeto é particularmente meritório na medida em que procura assegurar que a riqueza natural de uma região redunde em desenvolvimento do bem-estar da população local. É fato consabido, consenso, praticamente unânime que o desenvolvimento de uma nação, ou de uma região, depende profundamente, depende intensamente do desenvolvimento científico e tecnológico dessa nação ou desta região. Assim é que as regiões mais atrasadas exatamente para mais empobrecidas pelo processo econômico e histórico precisam desses recursos para o seu próprio desenvolvimento científico e tecnológico para exatamente preencher esse hiato. E é o que visa justamente o Projeto do Senador Sibá Machado, razão pela qual, Sr. Presidente, o meu voto, o meu Parecer é favorável apenas com uma Emenda que... Emenda suprimindo o art. 1º do PLS 386/2005.

O art. 1º Sr. Presidente, é o que diz: “O § 6º do art. 1º da Lei 8.001 de 13 de maio de 1990, passa a vigorar com uma nova redação.

Sr. Presidente, o meu Parecer por conseguinte é favorável, o Projeto a meu juízo é extremamente, é profundamente meritório.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Em discussão o Parecer do ilustre Senador, com a palavra o Senador Juvêncio da Fonseca.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Eu peço vista do projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Foi pedido vista do Projeto pelo Senador Juvêncio.

Bom, eu queria fazer um comunicado. Comunico ao Srs. Senadores, no dia 9 de novembro, essa presidência recebeu um grupo de estudantes representando os diretórios acadêmicos e centros acadêmicos de diversas instituições de ensino superior do País, entre elas a Universidade Federal de São Carlos,

Universidade de São Paulo, Fundação Santo André, Universidade Católica em Salvador, Universidade Federal de Uberlândia, Universidade Estadual de Feira de Santana, Universidade Federal de Juiz de Fora, que vieram manifestar a sua posição contrária a Reforma Universitária solicitando a retirada do PL 7.200/2006 que versa sobre esse assunto.

Eu prometi que leria esse comunicado, então cumpri a minha promessa. Comunicamos também que amanhã teremos Audiência Pública, assunto: Inclusão da música como disciplina obrigatória no currículo escolar. Autoria do requerimento, Senador Roberto Saturnino que aqui está presente. Convidados: Ilustre Ministro da Educação Fernando Haddad, Liane Rentcher(F), professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Sérgio Luiz Ferreira de Figueiredo, professor da Universidade do Estado de Santa Catarina, a UDESC, Turíbio Santos, músico e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro e João Guilherme Ripper, compositor e diretor da sala Cecília Meirelles no Rio de Janeiro. Essa audiência acontecerá às 10h de amanhã.

Nada mais tendo a tratar, declaro encerrada essa Comissão e essa audiência onde nós tivemos o voto mais rápido para uma rádio no País. Muito obrigado e bom dia.

(Sessão encerrada às 12h19)

SUBCOMISSÃO PERMANENTE
DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA
E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Ata da 38ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação e 9ª Reunião Ordinária da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 22 de novembro de 2006.

**AUDIÊNCIA PÚBLICA
CONJUNTA**

Às onze horas e dois minutos do dia vinte e dois de novembro de dois mil e seis, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência Eventual do Senhor Senador Roberto Saturnino, da Comissão de Educação e Subcomissão Permanente do Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social com a presença dos Senhores Senadores José Jorge, Maria do Carmo Alves, Edison Lobão, Geovani Borges, Roberto Cavalcanti, Aelton Freitas, Paulo Paim, Augusto Botelho, Jonas Pinheiro, Cristovam Buarque, Eduardo Azeredo, Geraldo Mesquita Júnior, Mão Santa, Luiz Otávio, Delcídio Amaral, Antônio Carlos Valadares e Magno Malta reúnem-se a Comissão de

Educação e a Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Demóstenes Torres, Jorge Bornhausen, Marcos Guerra, Juvêncio da Fonseca, Leonel Pavan, Teotônio Vilela Filho, Wellington Salgado de Oliveira, Valdir Raupp, Almeida Lima, Sérgio Cabral, Ney Suassuna, Gilberto Mestrinho, Fátima Cleide, Ideli Salvatti, Mozarildo Cavalcanti e Sérgio Zambiasi. Justificam a ausência os Senhores Senadores Marcelo Crivella e Flávio Arns. O Senhor Senador Roberto Saturnino, Presidente Eventual, registra a presença, para acompanhar a Audiência Pública, das seguintes personalidades: Felipe Radicetti, Compositor e Coordenador do Grupo de Articulação Parlamentar Pró-Música; Cristina Saraiva, Compositora, Professora de História e Coordenadora do Grupo de Articulação Parlamentar Pró-Música; Doutora Magali Kleber, Professora Adjunta do Departamento de Música da Universidade Estadual de Londrina; Dra. Maria Isabel Montandon, Professora do Departamento de Música da Universidade de Brasília – UnB; Doutora Cristina Grossi, Professora e Vice-Presidente da Associação Brasileira de Educação Musical; Senhor José Mauro Ribeiro, Professor e Presidente da Federação dos Artes Educadores do Brasil; Senhora Grace Elizabeth, Coordenadora-Geral de Promoção do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN; Senhor Emílio de César, Maestro e Vice-Presidente da Associação Brasileira de Regentes de Coros e Orquestras; Beatriz Sales, Chefe do Departamento de Música da Universidade de Brasília – UnB; Cláudio Coin, Representante da Secretaria de Educação do Distrito Federal. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Senador Roberto Saturnino, Presidente Eventual, submete à Comissão e a Subcomissão a dispensa da leitura das Atas das Reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 024-CE, de 2006 e nº 004-CECTMCS, de 2006, de autoria do Senhor Senador Roberto Saturnino, para discutir a inclusão da Música como disciplina obrigatória no currículo escolar. Comparecem à Audiência Pública a Senhora Liane Hentschke, Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS; Senhor Sérgio Luiz Ferreira de Figueiredo, Professor da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC; Senhor Turíbio Santos, Músico e Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ; Senhor Murílio Hingel, Conselheiro da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação do MEC e Ex-Ministro de Estado da Educação e Senhor João Guilherme Ripper, Compositor e Diretor da Sala Cecília Meireles – RJ.

Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Cristovam Buarque e Geraldo Mesquita. Durante a discussão e com a aprovação de todos os Senhores Senadores, a Presidência designa o Senhor Senador Cristovam Buarque para elaborar um Projeto de Lei pela Comissão de Educação e Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, instituindo a música como disciplina obrigatória no currículo escolar. O Senhor Senador Roberto Saturnino, Presidente Eventual, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às doze horas e quarenta e três minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares**, Secretário da Comissão de Educação e da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Roberto Saturnino**, Presidente Eventual da Comissão de Educação e da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Declaro aberta a 38ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, e a 9ª Reunião Ordinária da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura, realizando-se hoje, 22 de novembro de 2006.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior. Se todos os Srs. Senadores estão de acordo, fica dispensada.

A reunião de hoje tem por objeto realizar uma Audiência Pública a respeito do tema da inclusão da música como disciplina obrigatória no currículo escolar. E os convidados já estão presentes, e eu peço à Secretaria que os encaminhe à Mesa. São os Srs. Murilo Hingel, ex-Ministro da Educação e Conselheiro do Conselho Nacional de Educação do MEC. A Profª Liane Hentschke da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, o Prof. Sérgio Luiz Ferreira de Figueiredo da Universidade de Santa Catarina, Federal de Santa Catarina, Turibio Santos, nosso músico conhecido e Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e João Guilherme Ripper que é compositor e Diretor da Sala Cecília Meireles, do Rio de Janeiro.

Estando os presentes... Bom, trata-se de um tema que há tempos é discutido, recorrentemente nesta Comissão, e lembrado por um ou outro depoente que por

aqui passa, é um tema antigo na discussão dos currículos escolares brasileiros, que é a inclusão da música no currículo escolar. A música já fez parte do currículo no meu tempo de colégio, a música fazia parte.

Agora, é claro que hoje não é necessariamente a mesma forma de ensino musical que estaria se pretendendo recolocar, mas precisamente sobre este tema, isto é, sobre a importância, a necessidade mesmo da música fazer parte do currículo, e a forma pela qual ela deveria ser apresentada aos nossos estudantes, e que estará hoje em discussão aqui nesta Audiência Pública.

E eu vou logo passar a palavra ao primeiro expositor, que é a Profª. Liane Hentschke, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Eu vou pedir aos expositores que dentro das suas possibilidades, se limitem ao uso de 15 minutos. Naturalmente, se houver alguma necessidade de uma certa elasticidade, isso faz parte da praxe, da condução dos trabalhos. Com a palavra a Profª Liane.

SRA. LIANE HENTSCHEKE – Exmº. Sr. Roberto Saturnino, Presidente da Subcomissão de Educação e Cultura; Exmº. Sr. Murilo Hingel, representante do Ministério da Educação; Exmº. Sr. Júlio Ricardo Linhares, Secretário da Comissão de Educação e Cultura; Exmºs Srs. Senadores, ilustríssimos colegas de Mesa e de área aqui presentes.

É com imensa satisfação que retorno ao Senado, depois de 11 anos. Em 1995, por ocasião das últimas Audiências Públicas para decidir sobre a nova LDB, um grupo de educadores musicais e de educadores de outras artes, estavam aqui reivindicando a inclusão do ensino de artes como disciplina obrigatória no currículo escolar, uma vez que havia sido proposta a extinção completa da obrigatoriedade de qualquer modalidade artística.

A manutenção de ensino de artes como obrigatória no currículo escolar foi sem dúvida um ganho significativo para a qualidade da educação das nossas crianças e adolescentes.

Passaram-se 11 anos e hoje estamos aqui para solicitar aos senhores a redação de um Projeto de Lei que contemple a obrigatoriedade do ensino de música nas escolas, corrigindo, portanto, a redação da LDB, cujo texto é ambíguo e tem gerado múltiplas interpretações. Passo aqui a elencar alguns problemas enfrentados nos últimos anos.

Nos últimos 35 anos, temos presenciado um quase total abandono do ensino de música nas escolas. Isso porque, em 71, a educação artística passa a ser obrigatória no ensino básico. Um professor polivalente que deveria ter conhecimento de todas as artes: Músi-

ca, artes visuais e teatro. Nas universidades, criam-se os cursos de Licenciatura em Educação Artística.

Após 24 anos, um quadro desolador, mostrado através de pesquisas, quis que o professor por possuir formação polivalente não se sentia em condições de trabalhar com música nas escolas.

1996, surge então a nova LDB, que elimina o nome educação artística e coloca ensino de artes. A partir daí, surgem outras interpretações. A minha participação na Comissão de Especialistas em Artes e Música no MEC na SESU entre 95 e 2000, mostrou entre outras coisas, a desarticulação existente na época entre as políticas para os diversos níveis de ensino.

Na SESU estávamos discutindo currículos para as licenciaturas específicas em cada uma das linguagens artísticas. Na Secretaria de Ensino fundamental, criavam-se parâmetros curriculares para o ensino das artes de certa forma prevendo o profissional para desenvolver o trabalho de todas.

Situação atual: Hoje nós temos a universidade formando licenciados em áreas específicas, e Estados e Municípios criando concursos para admitir professores polivalentes, isso sem contar que muitas escolas se utilizam de qualquer professor, de história, de geografia, para cantar com as crianças.

Outro problema sério sobre o qual eu tenho sido sistematicamente questionada quando da participação em fóruns internacionais em relação ao acesso restrito e elitista de indivíduos que buscam uma formação superior em música.

A falta de acesso à formação musical de crianças e jovens, de famílias de baixa renda, é uma realidade gritante nesse País. Como a disciplina música não é obrigatória e, portanto, não oferecida na grande maioria das escolas, o aspirante a uma carreira musical precisa ter freqüentado escolas particulares durante a sua formação pré-universitária. Como consequência, temos poucos alunos oriundos de família de baixa renda na música erudita, por exemplo. Porque os espaços públicos para aprendizagem musical são muito restritos.

Apesar de existirem muitas ONGs no Brasil, e o meu colega Turíbio vai certamente discorrer sobre essa temática, estamos muito distantes de oportunizar a uma parcela mínima de crianças e jovens o acesso ao ensino musical.

O papel da educação musical nas escolas é o de expandir o universo musical dos alunos, oferecendo a eles o acesso à diversidade de práticas e de manifestações musicais locais, regionais e multiculturais. E a oportunidade, se desejarem, de seguir a carreira profissional em música no ensino superior.

Os estudos na área de psicologia na música mostram que o ensino de música favorece o desenvol-

vimento de ferramentas básicas de aprendizagem, do desenvolvimento intelectual, psicomotor, emocional, e, sobretudo, da criatividade.

Já os estudos no campo da sociologia da música, mostram que o envolvimento com música auxilia no processo de integração cultural e social, e com isso, na mediação de uma cultura para a paz.

É inegável que o espaço de educação musical é um espaço de formação de valores pessoais, sociais e de cidadania, podendo assim ser importante no desenvolvimento da tolerância e da compreensão de diferentes matizes culturais.

Infelizmente, a educação musical no Brasil ainda é associada com conservatórios, com professores particulares, algo enfadonho de pouco impacto social. No entanto, como Presidente da *International Society for Music Education*, ISME, maior sociedade internacional de educação musical do mundo com sócios em mais de 80 Países, eu tenho presenciado a expansão de sistemas de educação musical escolares mesmo em Países com restrições religiosas.

A Associação Americana de Educação Musical possui 104 mil sócios, e mobiliza uma indústria musical de bilhões de dólares anuais. A sociedade chinesa possui 350 mil sócios, todos esses membros da sociedade que eu presido.

Todas essas convicções que há anos me acompanham e que norteiam a minha atuação profissional, estavam presentes nas falas de Ministros de Estado da Educação e Cultura e intelectuais oriundos de 93 Países que participaram da I Conferência de Educação em Artes da UNESCO que aconteceu em março passado, em Lisboa. A conferência mundial ela foi promovida pela UNESCO com o apoio então das três sociedades internacionais de música, artes visuais e teatro.

Foram quatro dias de intensos debates, e mostras de programas de todas as linguagens artísticas desenvolvidos nas escolas em projetos comunitários ao redor do mundo. Os participantes, na sua totalidade, foram muito enfáticos ao defender o ensino das artes como forma de desenvolver a criatividade e consequentemente promover o desenvolvimento sustentável das economias emergentes.

Todos nós aqui presentes, uma platéia privilegiada, sabemos que nós vivemos na sociedade do conhecimento, onde o grande capital das nações está centrado no capital humano, na capacidade de produzir e comercializar o conhecimento.

As escolas, por enquanto, se constituem em espaços sociais institucionalizados, destinados ao ensino formal de crianças e adolescentes, e esta tem a obrigação de oportunizar a todos os seus alunos

o desenvolvimento de suas capacidades cognitivas, sociais e afetivas.

Queremos que as nossas crianças e jovens façam opções musicais conscientes, para que possam agir e interagir no seu meio social de forma crítica sem serem manipulados pelo gosto musical alheio.

Concluindo, eu gostaria de dizer que incluir a obrigatoriedade de uma área de conhecimento presente na essência humana, significa antes de tudo trabalhar com cidadania, com inclusão social, com acesso igualitário aos bens culturais nacionais e internacionais. Significa aprender a respeitar e promover para além fronteira a diversidade musical brasileira e fazer dela, quem sabe, uma *commodity* para ser exportada de forma sistemática.

Como Presidente da ISME, eu não gostaria de concluir o meu mandato em 2010 tendo atuado como mediadora política em mais de 80 Países, sem ver o meu próprio País atento para uma questão educacional tão importante como essa.

Nós todos contamos com o apoio de vocês no sentido de promover uma redação do Projeto de Lei que contempla a obrigatoriedade de ensino de música nas escolas. Muito obrigada.

(palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Agradecendo a Prof^a Liane pela sua exposição, a professora, além de professora da Universidade Federal do Rio Grande, é Presidente da Sociedade Internacional de Educação Musical. Uma pessoa, por conseguinte, altamente credenciada para dizer tudo que nos disse.

Passo a palavra então ao segundo expositor, que é o Prof. Sérgio Luiz Ferreira de Figueiredo, da Universidade Federal de Santa Catarina. Aliás, é do Estado de Santa Catarina...

SR. SÉRGIO LUIZ FERREIRA DE FIGUEIREDO – Senador Roberto Saturnino, Secretário Júlio Linhares, demais colegas dessa Mesa, Srs. Parlamentares, é com muita satisfação que eu venho a essa audiência representando a ABEM, a Associação Brasileira de Educação Musical, que nesse ano de 2006 completou 15 anos de atuação, e que tem debatido incansavelmente a educação musical brasileira.

Dessa forma, é muito importante, muito satisfatório verificar que essa questão que vem sendo debatida tantos anos pelos profissionais da educação musical, chega ao Senado Federal para que novos encaminhamentos possam ser feitos em nome, então, da formação musical do cidadão brasileiro.

Então, nessa breve intervenção eu pretendo focalizar algumas questões breves da Legislação Edu-

cacional Brasileira vigente, que afeta diretamente o ensino de música no Brasil.

Começando pela LDB, pela Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional de 1996, então se estabeleceu uma grande expectativa com relação ao ensino de música, já que o art. 26 dessa lei estabelece que o ensino de arte é obrigatório em todos os níveis da educação básica. Então, essa obrigatoriedade do ensino de arte, é sem dúvida, um avanço no sentido de que é possível realizar esse ensino e ele é obrigatório na educação infantil, no ensino fundamental e também no ensino médio.

Os parâmetros curriculares nacionais, que foram produzidos posteriormente, trouxeram alguns esclarecimentos com relação àquilo que a LDB propôs como ensino de arte. Então, arte, nos parâmetros curriculares nacionais, é entendida como a divisão em quatro linguagens: As artes visuais, a dança, a música e o teatro.

Portanto, a música está contemplada de uma certa maneira nessa orientação legal. E essa divisão dos conteúdos dentro dos parâmetros curriculares é uma divisão muito clara, e que demonstra e que afirma a especificidade de cada linguagem artística que deveria ser aplicada na escola.

Dentro dos parâmetros curriculares, diversas informações e reflexões sobre o ensino de arte no passado também estão ali apresentadas. A disciplina da educação artística, que já foi mencionada pela Prof^a. Liane, estabelecida em 1971, acabou tornando – isso nas palavras do próprio PCN – o ensino superficial, e acabou se tornando irrelevante e pouco contribuiu para o desenvolvimento das várias artes no currículo escolar.

Citando literalmente um parágrafo dos parâmetros, então... Abre aspas: “A partir destas constatações que a experiência do passado não foi uma experiência positiva para as diferentes linguagens artísticas, procurou-se formular princípios que orientem os professores na sua reflexão sobre a natureza do conhecimento artístico”. Em outro momento do mesmo texto do PCN, há a seguinte indicação. Abre aspas: “Cabe à equipe de educadores responsável pelo projeto curricular da escola trabalhar com os professores de artes visuais, dança, música ou teatro”.

Então, esses dois momentos do PCN, só para citar dois deles, já demonstram com muita clareza a necessidade ou a obrigatoriedade de profissionais específicos para esse trabalho com cada uma das linguagens artísticas. Então, muitos exemplos poderiam ainda ser extraídos desse documento para que então a presença das diferentes linguagens artísticas na escola pudessem realmente acontecer. Mas não

há clareza suficiente para um documento que procura, entre aspas, “formular princípios que orientem os professores”.

Nesse sentido, é possível perceber a possibilidade da aula de música, mas não há explicações claras para que isso aconteça de fato em todos os sistemas educacionais. Então, esses dois documentos citados, a LDB e os parâmetros curriculares distinguem claramente uma nova etapa e uma nova forma de entender o ensino de arte na escola, revogando de certa maneira a prática anteriormente utilizada da educação artística, que tinha em sua concepção a idéia da polivalência para o ensino de artes, também já mencionado pela Prof^a Liane.

No entanto, a polivalência continua presente em diversos sistemas educacionais brasileiros, perpetuando um modelo criticado pelos próprios parâmetros curriculares nacionais, quando afirmam que o resultado da prática da polivalência foi, abre aspas, “a diminuição qualitativa dos saberes referentes às especificidades de cada uma das formas de arte”. Fecha aspas.

Então, se um documento orientador como os parâmetros curriculares nacionais, que foi produzido pelo Ministério da Educação, assumem que o modelo anterior era inadequado, pode-se deduzir que o que se propõe não é a continuação daquele modelo vigente. Então, a polivalência não deveria mais estar em discussão. Mas, no entanto, ela está ainda muito presente ainda na realidade brasileira.

Então, uma breve síntese até aqui. A LDB fala da obrigatoriedade da arte. Os PCNs dizem que arte, quer dizer, artes visuais, dança, música e teatro. Portanto, a música está contemplada. Os PCNs criticam o modelo anterior da polivalência, e deduz-se então que a polivalência não deveria mais ser aplicada nas escolas, se o que se pretende é uma educação de qualidade, já que o modelo da polivalência trouxe superficialidade e irrelevância para todas as áreas.

Seguindo nessa mesma linha de raciocínio, é importante apresentar também algumas questões referentes às diretrizes curriculares nacionais no que tange a formação dos professores. O Ministério da Educação organizou um grande processo de elaboração e publicação das Diretrizes Curriculares Nacionais para todos os cursos superiores brasileiros, incluindo todos os cursos de arte.

Então, durante vários anos os profissionais das artes discutiram em diversos fóruns a necessidade de se estabelecer uma formação específica em cada linguagem artística em cursos de licenciatura, já que os cursos de educação artística não conseguiram preparar um profissional múltiplo, capaz de atuar em várias linguagens artísticas com competência.

Dessa forma, e como resultado do processo de vários anos de avaliações, debates e reflexões, as diretrizes curriculares nacionais são atualmente dirigidas para cada modalidade artística, encerrando definitivamente a idéia da polivalência para o ensino das artes na escola. Não há diretrizes curriculares para a educação artística. Não há diretrizes curriculares para formar professor polivalente de artes. Então, não há mais porque existir essa prática nos sistemas educacionais.

Então, retomando aquela síntese apresentada, pode-se acrescentar mais este ponto. Então, a LDB obriga o ensino da arte, os PCNs definem o que é arte, os PCNs criticam a polivalência e as diretrizes curriculares encerram a discussão desta prática polivalente, pois estabelecem que os cursos de licenciatura não preparam mais um profissional para atuar de maneira múltipla.

Dessa forma, só poderá ensinar música na escola quem tem formação musical adequada adquirido em curso de licenciatura específico na área de música.

Então, assim se fecha um círculo que demonstra a necessidade de professores específicos para cada linguagem artística na escola. A Legislação vigente apresenta potencialmente essa possibilidade carecendo de maiores esclarecimentos e aperfeiçoamentos para que todas essas orientações possam surtir efeitos de fato na prática escolar.

Enquanto falta clareza nas orientações, o que acontece? Em pontos isolados do território nacional, nós poderemos encontrar exemplos positivos do ensino de cada um das linguagens artísticas, mas felizmente isso não é uma regra nacional. Isso são alguns poucos exemplos. De um modo geral, essa prática não está satisfatória nos sistemas educacionais.

Tantos anos de ausência da música na escola contribuem de forma decisiva para a manutenção dessa situação. Ou seja, não há um espaço digno para a presença da educação musical escolar.

Exportamos música. A música brasileira é considerada uma das melhores músicas do mundo. No entanto, tornou-se natural não ter música no currículo, já que gerações de brasileiros têm sido privados da experiência musical na escola.

Parafraseando o texto dos próprios parâmetros curriculares, quem não tem música na escola tem uma ~~experiência de aprendizagem~~ limitada. E o que se pretende é oferecer às crianças e jovens do Brasil uma educação com conteúdo humanístico, estético e artístico capaz de contribuir para uma educação com mais qualidade.

Com essas considerações, é fundamental que sejam revistas as questões de orientação educacional com relação à música.

O fato da Legislação e outros documentos educacionais indicarem potencialmente a presença da música no currículo não tem sido suficiente para garantir que todo cidadão brasileiro vivencie a música em seu processo educativo. Entende-se que as mudanças podem levar tempo, mas a clareza na Legislação será certamente um indicador para que o ensino de música esteja presente na educação musical, na educação brasileira.

Então, é preciso, para encerrar, que se estabeleça de forma inequívoca, digna e legal o espaço da música na formação dos cidadãos brasileiros. Para isso, medidas urgentes são necessárias para que se inicie um processo de integração da música ao currículo escolar de todos os sistemas educacionais brasileiros. Obrigado.

(palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Obrigado ao Prof. Ferreira de Figueiredo, que falou também em nome da Associação Brasileira de Educação Musical.

Antes de passar a palavra ao terceiro expositor, que vai ser o Turíbio Santos, eu quero registrar a presença que muito nos honra de Felipe Radicetti, compositor e coordenador do Grupo de Articulação Parlamentar Pró-Música. Cristina Saraiva, compositora e professora de história e coordenadora do Grupo de Articulação Parlamentar Pró Música. Prof^a. Magali Kleber, professora adjunta do Departamento de Música da Universidade Estadual de Londrina. Prof^a. Maria Isabel Montandon, professora do Departamento de Música da UnB, Prof^a Cristina Grossi, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Educação Musical, pela qual acabou de falar o Prof. Ferreira de Figueiredo. Prof. José Mauro Ribeiro, Presidente da Federação dos Arte-Educadores do Brasil, e a Sr^a Grace Elizabeth, Coordenadora-Geral de Promoção do IPHAN.

Muito bem, agradecendo a presença dessas pessoas, que enriquecem a nossa audiência, eu vou passar a palavra agora ao terceiro expositor, que vai ser o Turíbio Santos, um músico, um dos mestres da música brasileira, reconhecido como tal, e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Com a palavra, Turíbio Santos.

SR. TURÍBIO SANTOS – Bom dia. É uma honra estar aqui. Quero saudar o Presidente da Comissão de Educação, Senador Saturnino Braga, o representante do Ministro, Prof. Murilo Hingel, o Secretário Júlio Linhares, e vou começar a falar... É quase inevitável no assunto educação musical, de Heitor Villa-Lobos.

O maior Projeto de Educação Musical no Brasil foi criado e administrado por Heitor Villa-Lobos entre 1930 e 1945. Chamava-se Sema. Tinha essas iniciais,

SEMA, Superintendência de Educação Musical e Artística. Segundo o seu biógrafo, o Embaixador Vasco Mariz, Villa-Lobos sempre foi apaixonado pela infância. Para ele, a melhor maneira de reeducar o espírito era aproximar-se das crianças, conviver com elas. O que ele fez a vida toda, por sinal. Eu mesmo me considero fruto desse Projeto do Villa-Lobos, do Projeto do SEMA, assim como a maior parte de intérpretes e músicos na faixa de 60 a 65 anos.

Como Villa-Lobos concentrava o seu Projeto Musical nas professoras e professores de canto orfeônico, eles repercutiam com grande êxito as idéias musicais dele para o mundo infanto-juvenil. Todos nós já acompanhamos a documentação sobre as manifestações cívicas realizadas por Heitor Villa-Lobos durante o Governo de Getúlio Vargas. Aqui temos uma demonstração, aqui na foto. Mas se colocarmos o foco desse acompanhamento na preparação e treino dos professores, poderemos entender melhor a enorme quantidade de compositores e intérpretes, resultado do ensino musical do nosso maior compositor. Esse ensino musical trouxe à tona do inconsciente brasileiro a nossa extraordinária riqueza musical, disseminada por todo o País.

O famoso guia prático de Villa-Lobos recolheu, harmonizou e organizou o cancionário folclórico e popular de todo o Brasil. Uma obra didática, mas preservadora da memória musical, que catapultou para gerações subseqüentes um repertório dinâmico, motivador, inspirado e cheio de poesia, e que realmente sacudiu a infância e a juventude de toda a minha geração.

Em todos os movimentos musicais, o esforço didático de Villa-Lobos se fez sentir, desde a bossa nova à tropicália, de Tom Jobim a Caetano Veloso, dos choros aos sambas, de Jacó do Bandolim a Paulinho da Viola. Se considerarmos o benefício cultural extraordinário para a população brasileira, não podemos excluir o movimento econômico fabuloso que gera a nossa música.

Dentro e fora do País, popular, clássica, religiosa, folclórica, ela nos guia sempre como manifestação essencial da alma brasileira. Do poder extraordinário do ensino musical na transformação e educação de crianças, eu tive duas experiências muito felizes, e diria mesmo extraordinária. A primeira foi junto à comunidade da favela D^a Marta, no Rio de Janeiro, iniciada em 1986 pelo Museu Villa-Lobos, e apoiada pela Academia Brasileira de Música pela LBA e pela SEBIA(F).

A segunda experiência, continuação de certa forma do mesmo Projeto, começou a partir de 1999 tendo sido financiada pela Família Moreira Salles e vários padrinhos beneficentes. Chama-se os "Vila Lobinhos". O parêntese aqui, a idéia foi do banqueiro Walter Mo-

reira Salles que não adotou nenhum favorecimento fiscal. Todos esses padrinhos e a própria família perdiam dinheiro, mas ele queria dar um exemplo para a elite brasileira.

Em ambos os projetos, tivemos um público que variava entre sete e dezessete anos, de baixa renda, e sequioso pela aprendizagem musical. Os alunos mais aplicados e que se transformariam em profissionais modificaram as condições econômicas de suas respectivas famílias, e passaram a ser eles mesmos vetores desse tipo de transformação. A mãe não admitia que o filho estudasse música, porque ele ajudava a vender bala no sinal. Na medida em que ela foi percebendo que aquele aprendizado de música favorecia a família, inclusive economicamente, a família toda adotou o mesmo instrumento, que era a flauta doce. Isso era um exemplo para justificar essa transformação. É como se fosse uma pedra que você joga dentro de um lago, e aqueles círculos vão atingir lugares que você nem imagina. É isso que a educação musical promove, principalmente nas faixas carentes, nas faixas de baixa renda. Esse mesmo efeito vem sendo sentido por uma atividade do Museu Villa-Lobos, iniciada em 1985, e chamada mini-concertos didáticos. Abraçada pelos funcionários do museu, ela se dirige preferencialmente a crianças da rede pública e privada e já conta com o elenco de 60 jovens músicos que se apresentam para pequenos públicos de 25 a 35 crianças, passando informação musical e artística sobre a música, seus instrumentos e sua história.

Mais uma vez, sentimos nessas crianças, são cerca de oito mil por ano, a busca por uma sinalização forte do nosso País e da nossa cultura.

Recentemente ampliamos essa experiência preparando os professores de educação artística para atividades mais específicas dentro do ensino musical no Estado do Rio de Janeiro, com o apoio da Secretaria de Educação do Estado. Ora, nós usamos a experiência do próprio Villa-Lobos, com o seu sistema de manossolfa, o seu sistema de ensino aos professores, e a repercussão que vai muito além da nossa imaginação. E descobrimos o óbvio: Os professores também estão sedentos de ensino musical, e ansiosos para poderem participar com a máxima eficiência na formação de nossas crianças e de nosso futuro.

Villa-Lobos dizia que a música é feito um ser humano. A cabeça é a melodia, o corpo é a harmonia, e os membros o ritmo. Eu tive a chance e a oportunidade de escutar essas belas palavras ditas pelo próprio Villa-Lobos. Mas eu acho que nós, todos juntos, precisamos dizer que a educação musical é a consciência desse ser humano e a materialização de um sentimento de brasilidade que precisa pairar sobre o nosso futuro.

Portanto, visando dar continuidade à fantástica visão didática de Villa-Lobos, precisamos a garantia legal do ensino de música nas escolas de educação básica com realização de concursos para os professores, e cursos para o seu aperfeiçoamento constante. Estaremos, então, interpretando a obra mais bonita do nosso maior compositor. Obrigado.

(palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Obrigado dizemos nós, Turíbio Santos, pela sua exposição, que trouxe à nossa lembrança e a nossa consideração essas figuras extraordinárias da nossa história. Villa-Lobos é conhecido como um dos maiores e muitos dizem que o maior de nossos compositores. Mas costuma-se esquecer que ele foi talvez o maior... E aí eu acho que seguramente, o maior divulgador da música, o maior educador musical brasileiro, promovendo aqueles espetáculos fantásticos no estádio São Januário, com coro de crianças de todas as escolas do Rio de Janeiro. Um momento extraordinário da cultura brasileira e da formação cultural do povo brasileiro coordenado, liderado por essa figura extraordinária que foi Villa-Lobos. Claro que teve o apoio de Capanema, que era o grande Ministro da Educação, e do próprio Presidente Getúlio Vargas, que era um homem que tinha sensibilidade para a importância desses fatos. E outro exemplo admirável também do banqueiro Walter Moreira Salles, um financista, um homem que foi Ministro da Fazenda, que foi Embaixador do Brasil em Washington, mas que também tinha a sensibilidade para a importância do desenvolvimento cultural de nosso povo, e que, como disse Turíbio, ele promoveu um programa de educação musical para as crianças, os “Villa Lobinhos”, com recursos que não tinham incentivos fiscais, não. Saía do bolso dele e ele arrecadava de outros amigos para financiar esse movimento.

Então, esses exemplos são edificantes e são muito importantes no momento em que nós estamos aqui discutindo a questão da inclusão da música no currículo. E eu antes de dar a palavra ao próximo, eu quero registrar também a presença além daqueles que eu já citei, de Beatriz Sales, que é Chefe do Departamento de Música da UnB, e de Cláudio Coin(F) que é o espala(F) da nossa orquestra sinfônica, representando a Secretaria de Educação do Distrito Federal.

Agradeço a presença de ambos, e passo a palavra então ao quarto dos nossos expositores, que é Murilo Hingel. Foi Ministro da Educação e hoje é Conselheiro do Conselho Nacional de Educação. Com a palavra o Dr. Murilo.

SR. MURILO HINGEL – Bom dia a todos. Eu cumprimento o Senador Saturnino Braga, que é o

autor do Requerimento que propiciou esta Audiência Pública, cumprimento os meus companheiros convidados, gostaria de fazer um cumprimento especial ao Ministro Cristovam Buarque, a quem devo em grande parte a minha nomeação para o Conselho Nacional de Educação, quem sabe, abrindo um importante precedente, porque ex-Ministros em um Conselho Nacional de Educação, evidentemente, têm uma grande contribuição a oferecer.

Eu não preparei nenhum texto, porque eu fui comunicado na tarde de ontem que deveria estar aqui presente como membro do Conselho Nacional de Educação, representando o Sr. Ministro da Educação, Fernando Haddad. Mas, afinal, esta determinação de última hora ela se tornou muito importante, porque eu integro a Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, e faço parte da Comissão que exatamente nesse momento, está examinando a revisão e atualização das diretrizes curriculares para a educação básica. Não poderia haver um momento mais propício para que eu pudesse ouvir os convidados, três dos quais foram brilhantes na sua defesa da música nos currículos de educação básica. E certamente eu vou poder levar aos meus companheiros de Comissão, aos meus companheiros de Câmara de Educação Básica tudo aquilo que eu estou ouvindo aqui nesta Audiência Pública.

Queria também dizer que é a primeira vez que retorno ao Senado Federal depois de 12 anos, porque em 1993 e 94, eu estive muitas vezes no Senado Federal, exatamente na Comissão de Educação, discutindo com os Srs. Senadores sobre o Projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que havia nascido do Poder Legislativo. Que chegou a ser aprovado, esse Projeto de Lei, pela Câmara dos Deputados. Chegou a ser aprovado pela Comissão de Educação do Senado e de repente eu não sei dizer por que, talvez aí os historiadores possam buscar melhores informações, esse Projeto saiu de circulação depois de ter sido debatido por toda a sociedade brasileira em numerosos simpósios, conferências e encontros, e foi substituído por uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, que tem virtudes, mas que precisa ser revisada e atualizada, porque dez anos depois ela se mostra inadequada à realidade da educação no Brasil.

Penso que se tornaria desnecessário dizer que eu comungo com as idéias dos que me antecederam. Assim como com as idéias do Senador Saturnino Braga ao propor essa Audiência Pública. Realmente, não há que discutir sobre a importância da educação musical na formação do cidadão, que afinal de contas, é o grande objetivo da educação em qualquer nível, em

qualquer modalidade, em qualquer etapa, em qualquer situação.

Portanto, nisso nós estamos plenamente de acordo. Também quero dizer que nas oportunidades em que pude exercer um trabalho nessa direção, eu aproveitei essas oportunidades.

No Governo Federal nós tivemos ocasião de desenvolver o Programa Nacional de Atenção Integral às Crianças e aos Adolescentes, o PRONAICA, que construiu por todo o Brasil cerca de 450 centros de atenção integral à criança e o adolescente, e essas unidades educacionais eram unidades de ensino em dois turnos. Por conseguinte, criavam as condições para o trabalho com a música e assim também com os esportes, o lazer, o teatro, o cinema, e tudo mais, porque eram unidades de tempo integral. Eu insisto nesse dado porque eu acho que aí é que nós vamos encontrar alguns problemas para superar. E eu acho que eles são superáveis.

Além disso, naquela ocasião nós apoiamos financeiramente um programa muito interessante, e eu me lembrei dele por uma das fotografias aqui, umas transparências apresentadas pelo nosso músico Turibio Santos, o Projeto Curumim. O Projeto Curumim era um Projeto complementar à escola, que oferecia ao aluno recuperação de estudos, e oferecia, além disso, esporte, música, teatro, dança e lazer. Desenvolveu-se especialmente no Estado de Minas Gerais, e continua existindo. Infelizmente não teve prosseguimento como uma ação governamental de política pública voltada para a educação. Embora o Projeto tivesse nascido na Secretaria de Esportes do Estado de Minas Gerais. E como Secretário de Educação do Estado de Minas Gerais, de 1999 a 2002, eu tive o prazer de desenvolver algo que me parece privilégio do Estado de Minas Gerais. O Estado tem na sua rede educacional, 11 conservatórios estaduais de música. Repito: Na sua rede educacional. São unidades que integram a Secretaria de Educação. E a essas unidades nós demos muito apoio construindo prédios próprios, equipando-as, e tornando-as, trabalhando em coordenação, um resultado bastante expressivo. Lembro que nos conservatórios estaduais de música de Minas Gerais, associa-se a educação básica, ensino fundamental e ensino médio; portanto a educação regular com a educação musical. E na verdade, os conservatórios também trabalham com o tempo integral, porque os alunos vão em um turno diferente daquele em que as aulas são oferecidas para receber a educação musical.

Bem, falamos agora do nosso apoio, do nosso interesse. Agora, como fazer? É aí, sem dúvida nenhuma, que nós temos o nó a ser desatado. O que temos no Brasil? Nós temos na educação básica, e vamos

nos voltar particularmente para o ensino fundamental, que é o único ensino obrigatório nos termos constitucionais, talvez fosse o momento de rever a Constituição e tornar obrigatório também a educação infantil e o ensino médio, mas o único obrigatório é o ensino fundamental. E imensa maioria de escolas brasileiras de ensino fundamental elas trabalham em tempo parcial. Na verdade, elas cumprem 200 dias letivos, que é o mínimo exigido, nem todas atingem a essa quantidade de dias letivos, com quatro horas de atividades escolares por dia. Isto é, 800 horas anuais. E nem todas escolas cumprem essa carga horária. Haja vista que Municípios de São Paulo que ainda tem muitas escolas diurnas que funcionam em três turnos. É claro que aí não é possível chegar às 800 horas de atividade escolar. Ora, se nós temos assim 20 horas de trabalho escolar por semana, quatro horas diárias de segunda a sexta-feira, porque nenhuma escola trabalha aos sábados a não ser em situações excepcionais, a carga horária a que o aluno está obrigado, ela é mínima. Na verdade, uma das menores do mundo. E nessa carga horária, nós queremos que o aluno aprenda português, matemática, história, geografia, ciências, sem contar o tempo destinado à educação básica, e eventualmente ao ensino religioso de oferta obrigatória, mas de matrícula facultativa.

Os sistemas de avaliação do ensino fundamental têm mostrado os resultados lamentáveis, conhecidos nacionalmente e internacionalmente. Que alunos que estão no quarto ano do ensino fundamental, na verdade, não sabem ler e escrever, e muitos dos que estão no oitavo ano do ensino fundamental são analfabetos funcionais.

Então, como tornar obrigatória a disciplina música? Não estou nem falando na educação infantil e do ensino médio. Estou falando do ensino fundamental. O que obrigaria a reduzir a carga horária de alguns dos outros conteúdos. Mas haveria uma outra alternativa? Eu acho que há uma outra alternativa. A primeira delas, é claro, nós temos que trabalhar para termos um ensino fundamental de tempo integral. Isso não há dúvida nenhuma. Isso tem que ser prioridade das políticas públicas de educação do Brasil. Porque é isso que vai tornar possível enriquecer o currículo e oferecer muito mais. Mas enquanto nós temos quatro horas diárias de atividade escolar, o que fazer? A mim me parece, e eu trocava essa idéia com os outros convidados, um dos quais o João Guilherme Ripper, que ainda vai se manifestar, eu dizia que talvez uma forma fosse a de tornar obrigatória na educação básica a educação musical. Admitindo, porém, para a educação musical o agrupamento de alunos não por ano ou por série, mas segundo o seu interesse, a sua vocação, segundo

a sua manifestação como, aliás, se recomenda para o ensino de línguas estrangeiras, como, aliás, se recomenda para a dança, para o teatro. Que os alunos vão ser agrupados não por estarem no segundo ano do ensino fundamental ou no sétimo ano do ensino fundamental. Mas por terem um mesmo nível de desenvolvimento, um mesmo nível de interesse.

Então, as escolas teriam que ter um professor de música. E esse professor teria que ter uma formação muito apropriada, não apenas para atender aos alunos vocacionados, mas também para despertar nos demais alunos o gosto pela música nas suas mais variadas manifestações, pois a música é um instrumento de valorização da nossa nacionalidade. Falou-se aqui em Heitor Villa-Lobos. O que mais poderia valorizar a nossa nacionalidade do que a música de Heitor Villa-Lobos? E o que mais pode despertar admiração pelo Brasil do que a música popular brasileira, os nossos grandes compositores?

Então, a escola teria que ter professor de educação musical, de música. Os alunos seriam enturmados e matriculados de acordo com o seu interesse, vocação e aptidão e de acordo com capacidade do professor de levantar a sua vontade de aprender música nas suas variadas manifestações.

Fica aí, portanto, uma sugestão. É claro que ao levar a Câmara de Educação Básica o que eu estou ouvindo ou o que eu estou dizendo aqui nesta Audiência Pública, certamente eu poderei defender uma posição como esta. Como esta é possível defender. Agora, ficará difícil defender a introdução da música como disciplina no currículo obrigatório da educação básica, particularmente do ensino fundamental. Muito obrigado.

(palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Obrigado demais nós ao aproveitar Murilo Hingel, que já se mostrou um aliado importante, na medida que como membro da Câmara de Educação Básica do Conselho, ele levará os pontos de vista aqui expressos, e que coincidem com os deles também para que seja modificado, enfim, a Legislação com a introdução do ensino de música.

Aproveito para fazer um comentário, antes de passar a palavra ao último expositor aqui, esta defesa que nós fazemos já era feita há 2500 anos por Platão. Na República Platão aconselhava... E ele dava conselho sobre todas as atividades do ser humano, ideais para a constituição de uma República ideal, mas a educação das crianças tinha que passar pela música. Não só pela matemática, que naquele tempo era aritmética e geometria, pela fala e pela escrita, pela retórica e pela música. Que dizia ele, que a música é

importantíssima para a formação da inteligência, do sistema nervoso que efetivamente é, hoje se constata isso. Naquele tempo era uma intuição de Platão, uma observação, e naturalmente a ginástica, o atletismo, que era a complementação do corpo às virtudes do espírito que eram formadas na infância.

Então, agradecendo muito ao Prof. Murilo Hingel, que também fez a referência a Villa-Lobos, que é uma marca extraordinária do Brasil, e eu vou aproveitar também para passar uma informação que eu escutei na Confederação do Comércio no Rio de Janeiro, há pouco tempo atrás. A Confederação do Comércio fez uma pesquisa para aconselhar aos exportadores brasileiros a levar junto com seus produtos uma tática de *marketing* que tornasse os produtos brasileiros simpáticos à receptividade no mundo. E fiz uma pesquisa sobre qual a face dos brasileiros mais simpática aos povos do mundo inteiro. É claro que essa pesquisa foi feita na Europa e nos Estados Unidos. E surpreendentemente todo mundo esperava que fosse o futebol. E surpreendentemente foi a música.

Quer dizer, então a Confederação passou a aconselhar aos exportadores brasileiros que fizessem o *merchandising* do seu produto junto com alguma coisa que levasse à música brasileira, porque a música era a mais bem recebida de todas as atividades desenvolvidas no Brasil de nossos dias. A música realmente... A Prof^a. Liane fez uma referência à capacidade da música, a capacidade de desenvolver a sociabilidade, a confraternização, e evidentemente a paz.

Eu também quero lembrar um episódio, um episódio histórico que até faz parte de um filme que está sendo esses dias lançado no Rio de Janeiro, um filme que se passa na I Grande Guerra Musical, de 14 a 18, aquela guerra que era uma guerra de fronteiras onde os inimigos ficavam de uma distância que não era muito grande, entrincheirados, e o que pusesse a cabeça fora da trincheira era fuzilado, metralhado, então, ficava aqueles impasses. Era uma guerra que acabou não... Levou muito tempo num impasse de trincheiras, e na noite de Natal de 1917, um soldado alemão, da sua trincheira, começou a cantar *Stille Nacht*. Noite feliz, noite silenciosa. *Stille Nacht*... Eu me emociono até lembrando desse episódio. E imediatamente os franceses e os ingleses do outro lado começaram a cantarem juntos. E levantaram-se das trincheiras. E os soldados saíram de suas trincheiras e foram confraternizar. Abraçaram-se, desejaram Feliz Natal, e voltaram para as suas trincheiras e continuaram à guerra. Mas a música teve esse condão, esse enfeitamento de levar o sentimento da paz, da fraternidade, da humanização do ser humano. Isso é um episódio absolutamente único, talvez, na história

de todo mundo, mas que tem essa importância e que mostra o que a música é capaz de fazer nas almas ou na vibração das almas dos seres humanos.

Bem, eu já falei demais, vou passar aqui a palavra ao último expositor. João Guilherme, compositor e Diretor da Sala Cecília Meireles, a grande sala musical da minha cidade do Rio de Janeiro. Com a palavra o professor.

SR. JOÃO GUILHERME RIPPER – Muito obrigado, Exm^o. Sr. Senador Roberto Saturnino, Presidente da Subcomissão, Exm^o. Sr. Murilo Hingel, representante do Ministro da Educação, Júlio Linhares, Secretário da Comissão de Educação do Senado. Senadores aqui presentes, demais membros que compõem essa Mesa, senhoras e senhores.

Nos últimos sete anos tive a oportunidade de dirigir duas instituições que atuam nas áreas de educação e produção musical. Primeiro, a Escola de Música da UFRJ, que dirigi de 99 a 2003, depois a Sala Cecília Meireles, que é uma das principais salas de concertos do País, e que dirijo desde 2004. Em ambas as situações pude perceber que a falta de ensino musical nas escolas afeta tanto aqueles que desejam ingressar na profissão como os seus futuros ouvintes. A música de concerto é tida como elitista e inacessível, quando, na verdade, falta na maior parte dos casos conhecimento básico para apreciá-la.

Atualmente pode-se considerar que a educação musical de crianças e jovens está restrita a meritórios programas sociais e educativos, alguns dos quais com excelentes resultados, como acabaram de mostrar Turibio Santos. Algumas das imagens que vocês viram foram de um concerto recentemente realizado na Sala Cecília Meireles com excelente afluência de público, e o resultado emocionante desse trabalho feito pelo Museu Villa-Lobos, dirigido pelo Turibio.

A educação musical, entretanto, deveria ter uma existência muito mais abrangente em nossa sociedade, porque a música é a própria essência da nossa civilização. A educação musical não visa à formação de profissionais, apenas, mas de um público capaz de usufruir o imenso patrimônio que foi construído em sua maior parte no decorrer dos últimos quatro séculos, e que se constitui uma das maiores provas do gênio humano.

Aaron Copland, compositor americano do Século XX, fala em livro "MÚSICA e imaginação", de ouvintes talentosos. Ouvintes talentosos são pessoas que são capazes de abordar gradativamente um repertório musical cada vez mais amplo e explorar relações sonoras cada vez mais complexas. Em minha opinião, esses ouvintes são co-responsáveis pela evolução da arte musical juntamente com os compositores e

intérpretes que revolucionaram a arte da música. Não há como separar as inovações de Arnold Schönberg da rica vida musical vienense do início do Século XX, onde cada residência abrigava um piano, onde a música fazia parte da formação de todo jovem.

No Brasil, como bem colocou o Turibio, o impacto do canto orfeônico de Villa-Lobos e do SEMA na formação musical de toda uma geração, proporcionou uma grande efervescência nos anos 50, 60 e 70, inclusive com a intensa participação do público em festivais de música contemporânea, como as bienais de Música Brasileira Contemporânea e os festivais de música nova de Santos, em São Paulo.

A iniciativa de Villa-Lobos ainda se reflete hoje nas cabeleiras grisalhas que freqüentam as salas de concerto. Mas quem irá substituí-las?

Eu passo a relacionar pontualmente as minhas principais observações quanto às conseqüências da supressão da disciplina educação musical do ensino fundamental, conforme pude perceber no exercício das direções da Sala Cecília Meireles e da Escola de Música da UFRJ. Elas representam dois lados da situação: A formação musical do ouvinte e a formação musical encaminhada à profissão. Então, eu começo pela Escola de Música da UFRJ. São observações de caráter pessoal num universo restrito, mas que podem ser até um determinado ponto, generalizadas. Existiu no decorrer da minha vida de estudante até a minha vida profissional uma redução da procura pela carreira de músico. Ela passou a ser menos procurada, sobretudo nas áreas de composição e regência. Existiu também uma mudança do perfil sócio-econômico dos alunos. Antigamente nós tínhamos uma clientela na escola de música muito mais ampla. Ela era formada por estudantes da classe média e estudantes de baixa renda que vinham através das bandas do interior e que vinham também de igrejas evangélicas.

Hoje em dia nós notamos também uma pouca preparação cultural e humanística dos alunos. O que eu reputo também à falta de educação musical no ensino básico. Existiu também uma mudança da origem geográfica dos alunos. Hoje em dia existe muito pouca procura pela carreira musical de estudantes da classe média. Existe muito mais de estudantes que moram na periferia e que são egressos desses movimentos sociais educativos e também de igrejas evangélicas que vão procurar a formação superior na escola de música.

Eu acho que existe também uma ausência de escuta crítica ou seletiva, sobretudo, em relação à música comercial. Hoje em dia nós somos bombardeados por uma música comercial de baixa qualidade e que o aluno ou o jovem, em geral, ele é pouco crítico, ele é pouco

seletivo em relação a isso. Eu também reputo isso à ausência da educação musical no ensino básico.

Existe também uma procura do músico por trabalhos mal remunerados, ainda na fase de formação. Isso nós notamos pela ausência do músico nos concertos. O músico em formação não assiste a concertos. Não existe a concertos por dois motivos: Primeiro, porque ele mora longe. Ele tem dificuldade de transporte, o transporte acaba sendo oneroso para ele virá assistir concertos na Sala Cecília Meireles no Teatro Municipal, e o outro motivo é que ele, para poder ganhar alguma coisa, ainda em fase de formação, ele começa a freqüentar orquestras jovens, que tem uma pequena bolsa. Então, como tem uma pequena bolsa, ele freqüenta três. Ele troca em três ou quatro orquestras jovens. Então, ele não pode participar de palestras, não pode participar de concertos, *master class*, e ele também mal participa da orquestra universitária, que é uma orquestra mais de formação. Na Sala Cecília Meireles eu notei o outro lado da moeda. A redução da fluência de público jovem aos concertos. Nós temos na Sala Cecília Meireles uma política de ingressos a um real para estudantes das escolas de música. São fileiras específicas. Eu não consigo, na maior parte dos casos, encher essas fileiras. Os alunos não comparecem aos concertos. Fiz uma enquête, uma pequena pesquisa. A resposta é... Está no quadro anterior. Eu não posso vir porque eu tenho a orquestra tal, tal e tal que eu tenho ensaio. Então, as terças, quintas e sábados ele toca na orquestra X. Nas segundas, quartas e sextas na orquestra Y. Ele ainda tem que dar conta dos trabalhos escolares... Então, ele não pode comparecer ao concerto. O aluno de música não vai ao concerto. Por conta disso, a ineficiência da política de ingressos populares para estudante de música, não tem sido, e é uma autocrítica que nós fazemos, não tem sido eficiente essa política. Falta de acesso à música. Isso, em geral, não só com alunos de música, mas falta de acesso do jovem aos concertos. E o concerto é um bem cultural. Justificativa da apresentação musical. Quer dizer, o que é que acontece? Nós só conseguimos ter apresentação musical quando ele é vinculado a uma ação social e educativa. E a ausência, mais uma vez, da escuta crítica em relação à música comercial.

O objetivo da educação musical é contribuir para a capacitação do indivíduo com vistas ao pleno exercício da cidadania. Acredito que dentre as definições de cidadania, algumas delas contemplem o pleno acesso aos bens gerados pela indústria cultural. E aqui eu faço uma distinção entre cultura e entretenimento. Indústria cultural, bens de qualidade. Não adianta uma política de ingressos a preços populares quando não há público que possa usufruir.

A educação musical não cria apenas pessoas capazes de assistir a um concerto ou uma ópera, mas também beneficia o aprendizado em outras áreas, como a matemática. Afinal, música é a proporção matemática traduzida em ritmo e som. Teremos também ouvintes mais críticos e seletivos que identificam na indústria de entretenimento produtos de melhor qualidade.

Como mencionou o Prof. Sérgio Figueiredo, os cursos de licenciatura e educação artística estão felizmente sendo substituídos por aqueles de licenciatura em música. Universidades no Brasil seguem esse caminho, estão preparadas para atender à demanda das escolas em busca de professores qualificados. Acredito que com a participação de profissionais formados especificamente para esse fim, conseguiremos oferecer uma educação musical de qualidade.

Usando aqui uma imagem do Senador Roberto Saturnino, eu acho que é hora de nós sairmos das nossas trincheiras, e sairmos cantando em prol da educação musical desse País. Será uma verdadeira revolução na vida cultural do Brasil. Muito obrigado.

(palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Obrigado, João Guilherme Ripper, pela sua exposição. Desnecessário ressaltar a alta qualificação e a riqueza das exposições aqui trazidas.

Eu vou passar então a palavra aos Senadores que quiserem... Já tem aqui dois Senadores inscritos. Vou apenas pedir licença para registrar a presença do Maestro Emílio de César, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Regentes, Coro e Orquestras. Obrigado pela presença aqui, muito prestígio, e a palavra então vou passar ao Senador Cristovam Buarque, ex-Ministro da Educação, e ex-candidato à Presidência da República, com uma belíssima campanha desenvolvida em torno da questão da educação, enfim, uma pessoa que sempre tem muito a nos dizer.

Com a palavra... Ah, um momento. Eu peço, porque o Secretário me avisa e eu esqueci de fazer uma referência ao Prof. Murilo Hingel referiu-se à importância do ensino em tempo integral, ensino básico em tempo integral. Esta Comissão do Senado, há uma semana ou duas semanas atrás aprovou um Projeto instituindo a educação básica em tempo integral.

(palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – E o Relator desse Projeto foi exatamente o Senador Cristovam Buarque, a quem passo a palavra.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – E fazendo justiça ao autor, foi o Senador Marcos Guerra.

Bem, Sr. Presidente, em primeiro lugar eu queria lhe agradecer por essa manhã aqui, esse trabalho tão insosso do Congresso a gente ter uma manhã para ouvir músicos, professores de música defenderem a música é algo fundamental. Eu não consegui pensar aqui Júlio o argumento deveria fazer uma sobre poesia. Precisamos encontrar um pretexto para fazer isso. Ao mesmo tempo, eu fico feliz de ver o ânimo como vocês vêm aqui defender algo fundamental.

Era o próprio Einstein que dizia que a imaginação é mais importante que o conhecimento. Não há imaginação sem música. Música e literatura são as duas pernas da imaginação. E não adianta querer ter uma boa educação sem dar imaginação às nossas crianças. Sem falar do prazer estético, sem falar da beleza, sem falar do usufruir da música. Então, é óbvio que música tem que estar como uma disciplina obrigatória na educação. Não é possível não estar. Português tem que estar, matemática tem que estar, música tem que estar. O que a gente tem que discutir é por que não está e como fazer para que venha. Três coisas eu acho que fizeram com que não tenha. Uma é que a gente abandonou a educação. O segundo é que a gente seguiu a educação, e o terceiro é que a gente mercantilizou a educação.

Eu vou começar pelo último. A Prof^a. Liane fez uma bela defesa. Mas inclusive usou um argumento que parece de nós políticos. Quando a gente quer conseguir, usa os argumentos dos outros, quando a senhora disse que a música pode vir a ser uma boa *commodity* para a exportação. Ao mesmo tempo eu lhe felicito por ter tido essa argúcia retórica, eu fico triste que a gente, para defender a música, precisa dizer que ela é uma *commodity*. Daqui a pouco vai ter gente justificando as igrejas que criam, porque a gente vai poder exportar religiões. Aí Deus virou uma *commodity*. E não está longe de ser usado como justificativa disso. Então, nós mercantilizamos. E de fato, a música não é, no processo educacional, um instrumento que ajuda a dar emprego para criança. Claro que muitos vão ter talento, mas para todos é importante. As pessoas não percebem isso. As pessoas acham que um curso de digitação é mais importante que um curso de tocar piano. Os teclados... Um é mais utilitário do que o outro. E a gente tem que perder isso. Porque a longo prazo, é burrice não ensinar música. Mesmo do ponto de vista utilitário. Aquele que aprende música, ele desenvolve melhor a sua aptidão nas outras áreas. Muitos acham que dificilmente Einstein teria formado a Teoria da Relatividade se ele não tocasse violino, mesmo que sem ser um grande músico, obviamente. Grandes músicos são raros, como grandes jogadores são raros, de futebol. Mas todos jogam futebol, e é importante.

Então, primeira coisa é essa, trazer a idéia de que educação é mais do que uma profissão. Então, você aprende música não para ser um profissional de música, mas para ser um bom profissional em qualquer área e para ser um bom cidadão e para usufruir do mundo. Segunda é a segmentação, a gente tem que voltar à idéia de que cultura e educação têm que estar juntos. Juntas. Não é possível a gente achar que cultura é uma coisa e educação é outra. Mas hoje se passa essa idéia. Não há como ter uma boa educação sem ter cultura lá dentro da escola. E também não há como ter o desenvolvimento cultural pleno, salvo alguns gênios sem a gente poder fazer com que a educação seja um setor fundamental.

E aí vem a outra coisa, o abandono. A educação já teve canto orfeônico. Eu tive canto orfeônico. Porque era para poucos. E como a educação era para poucos, a gente dava importância a ela. Era para a elite, para a aristocracia. Os poucos que conseguiam vagas nas universidades públicas, raríssimas, mas eram boas. O Colégio Dom Pedro II sempre foi uma excelência. Mas Dom Pedro fez aquele colégio para os pouquinhos dos filhos dos seus amigos, dos filhos da Corte. *(soa a campainha)* Quando ela ficou para todos, imediatamente nós abandonamos. Entregamos ao Município. O Município, sim, é que tem que gerenciar. Mas não é quem tem que ter a responsabilidade. Primeiro porque as nossas cidades são muito desiguais. E uma criança não tem culpa de nascer numa cidade ou na outra. Hoje no Brasil o futuro de uma criança depende de uma cidade dela. Então, tem que nacionalizar a educação. Era Getúlio que a gente falava. Hoje se a gente for comentar sobre educação, a gente vai comentar do Governador, e não do Presidente. O Presidente tem nada a ver com a educação hoje no Brasil. A não ser as universidades, que são federais, e as escolas técnicas. Tem, nacionalizar a educação. Deixando a gerência para o Prefeito.

Aliás, aí eu sou radical. Eu defendo até que a gerência pode ser dos pais e dos professores. Não precisa nem ser do Estado. Agora, o padrão é nacional. Os recursos são nacionais. Não pode ser só locais. E aí fazer integrá-lo à escola. Não há dúvida, não há como ensinar. Não só música, as outras coisas todas necessárias sem ser integral. A classe média resolveu o seu problema. O menino sai às quatro lá da escola, aí põe no carro, e leva para estudar música não sei aonde, balê não sei aonde, inglês não sei aonde, francês, ginástica, judô... Então, inventaram a escola em horário integral partida. Espalhada. Termina-se gastando um dinheirão de transporte. Criando neuroses, raiva dos meninos de se locomoverem tanto quando podia ser na própria escola.

E aí eu quero concluir dizendo: O caminho da gente, a meu ver, para forçar o ensino médio e fundamental em horário integral, para ter música, é criar a demanda. O que é necessidade não se realiza. O que é demanda se realiza. Enquanto não é obrigatório o ensino médio, os Governadores ficam na deles. Não é obrigatório, não fazem. E os pais não procuram. Quando for obrigatório, os pais vão procurar. No começo, alguns. Aí será obrigado a fazer. Uma criança numa calçada de uma escola necessita dentro da escola a demanda. Quando você põe uma criança que está na calçada dentro da escola, não tem cadeira para ela, não tem professor para ela, não tem merenda para ela... Mas vai aparecer. Porque ela passa a demandar. Só que no Brasil demandam aos poucos. Os outros necessitam. Tem que transformar a necessidade em demanda. Como? Fazendo leis que obriguem o Estado a dar aquilo que as pessoas necessitam e não tem a demanda. Ou porque não tem o dinheiro, como resolve privadamente a classe média alta, ou porque não têm uma lei que lhe garanta.

Então, vamos aprovar, sim, essa lei, antes mesmo de haver horário integral. Porque ela é um instrumento para viabilizar o horário integral. E outras leis desse tipo.

Então, Senador Saturnino, meu amigo, eu lhe agradeço essa manhã. Foi uma bela manhã, e vamos fazer com que ela seja conseqüente. Que ela não seja só como ir ao concerto, e sair deslumbrado, que já é uma grande justificativa, mas vamos fazer com que ela tenha utilidade.

Eu já saio deslumbrado. Mas não me contento com o deslumbramento. Eu quero ter uma transformação do mundo a partir disso aqui. Vamos levar rapidamente o Projeto obrigando o ensino de música. E aí que se consiga dar o tempo necessário. No começo até vão tirar uma disciplina e pôr música. Tá bom. Não faz mal, no começo. *(palmas)* Mas aí as pessoas não vão querer isso. Aí, aqueles que ficarem sem uma disciplina, vão lutar para que essa disciplina não desapareça. E aí a gente termina fazendo o que os outros Países já fizeram, que é ter horário integral para todas as crianças desse País com música e outros instrumentos e outros valores e outros conteúdos fundamentais na formação de um cidadão e de uma pessoa.

(palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Muito obrigado, Senador Cristovam. Antes de passar a palavra a palavra ao próximo Senador, que é o Geraldo Mesquita, eu vou propor a Comissão, aos Senadores da Comissão que a Comissão tome o encargo e a responsabilidade de produzir um Projeto de Lei que naturalmente consulte os

expositores que aqui estiveram sobre a forma, mas um Projeto de Lei nesse sentido. E peço... Apelo ao Senador Cristovam que seja, enfim, o coordenador desta iniciativa da Comissão, de produzir um Projeto desta natureza.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)

– Está aceito. Na próxima reunião o senhor vai ter esse Projeto.

(palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Com a palavra então o Senador Geraldo Mesquita.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Acho até, Senador Saturnino, que a elaboração do Projeto, Senador Cristovam, deve merecer posteriormente uma nova reunião com esse grupo que está aqui, para que a gente discuta o Projeto coletivamente.

Eu não sei... Olha a grande coincidência. Hoje a gente está aqui reunida com pessoas importantes no mundo da música, no mundo da arte, da cultura do nosso País. E hoje, Senador Buarque, se comemora, salvo engano, o dia universo da música. Eu não sei se o Júlio fez isso de propósito, de marcar a audiência hoje. Talvez tenha sido porque ele é vivo que é danado.

(risos)

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Mas uma grande coincidência, e uma coincidência feliz. Aqui no Senado, Profª Liane, aqui no Senado nos momentos solenes, se fazem acompanhar da presença do nosso coral. Desse momento aqui. Acho que foi uma falha nossa, viu Júlio? Falha sua. Agora lhe atribuí o mérito, vou lhe atribuir uma falha. O coral do Senado deveria ter sido convidado para participar dessa audiência. Porque acho que é um momento de fundamental importância para a música, para o Senado Federal. Então, na próxima audiência, Senador Buarque, o Júlio já fica intimado a convocar o... E convidar os integrantes do coral do Senado para participar dessa nossa audiência aqui.

Senador Saturnino disse que eu falo muito, eu vou tentar reduzir aqui a... Veja com muita atenção, eu ouvi a exposição de cada um dos senhores e da senhora. Tive... Essa audiência me deu a grata satisfação de sem demérito aos demais, mas rever o Turíbio. O Turíbio não tem a obrigação nenhuma de lembrar de mim, mas eu tenho o dever cívico, inclusive, de lembrar do Turíbio sempre, em todos os instantes, até quando eu ouço os discos dele. Porque acerca de 30 anos atrás, eu levei o Turíbio lá na minha terra, no Acre, não sei se ele está lembrado... (risos) Através da FUNARTE, Lembra Turíbio? Ele foi lá e extasiou os acreanos, deu lá alguns concertos. O Turíbio, como

muitos músicos brasileiros, hoje ele cumpre um papel importante. É professor de uma universidade, mas é daquelas pessoas que devia viver numa campânula de vidro. Entendeu, Turíbio? A imagem que eu tenho das pessoas como você, de muitos e muitos músicos, alguns inclusive anônimos que a gente tem por esse País afora. Vocês deveriam estar numa posição em que todo dia a gente reverenciasse pelo que vocês nos dão, pelo que vocês... Pela mensagem que vocês promovem nos nossos corações. Eu fiquei empolgado agora com a elaboração desse Projeto. Antes da fala do Senador Buarque, e aqui... Olha o meu atrevimento, eu vou discordar do Senador Buarque. Eu achei fantástica a idéia do *commodity*. (risos) Eu achei. Sabe por que, Senador Buarque? Eu não vejo incompatibilidade nenhuma, na prática da música, na cultura, e a gente ganhar uma grana com isso. Não vejo nenhuma incompatibilidade. Achei ótima a idéia da *commodity*. E antes do Senador Buarque falar, eu estava aqui colocando no papel, se eu fosse elaborar um Projeto dessa natureza, eu faria (*soa a campainha*) segundo quatro pontos fundamentais aqui. O Projeto teria a chamada principal de introduzir a música na grade curricular do ensino público do nosso País no prazo de... Um prazo que nós estipularíamos para cumprirmos três outras obrigações.

A primeira: Uma preocupação da Profª. Liane, formação de professores com capacidade específica. Nada de multidisciplinariedade. A segunda, já foi lembrado aqui que semana passada nós aprovamos um Projeto de autoria ou da relatoria do Senador Marcos Guerra para que as escolas de ensino fundamental adotem o período integral. Acho fantástico isso. Então, isso faria parte também. Seria uma condição para que essa introdução da música na grade curricular fosse objeto da preocupação desse Projeto. E a terceira condição é que... Aí eu concordo com o meu professor, Senador Cristovam Buarque. Que a música fosse adotada como uma disciplina básica e não complementar. Eu devo dizer, inclusive, para ilustrar o que eu estou falando, eu estudei... Aqui em Brasília, por exemplo, na década de 60, meu pai era Deputado Federal e eu tive que morar aqui um período. Estudei, fui aluno da Profª. Neuzza França, a quem eu rendo homenagem, professora de música, na época que eu estudava no ginásio. Foi uma pessoa muito importante, e eu estudava música. Tínhamos coral, tínhamos atividade de toda sorte na área da música. Estudávamos as matérias que são consideradas importantes: Matemática, física... Física, eu não me lembro de absolutamente nada de física. Nunca me serviu para nada, na verdade. Pode ter servido para algumas pessoas, mas para mim nunca serviu para coisa nenhuma. Mas a música, o pouco

que eu tive contato com a música, me proporcionou aqui... Desculpem a falta de modéstia, me proporcionou grandes amizades, me proporcionou... Eu desafio aqui quem me diga que os momentos de maior deleite na vida não tenham sido passados sob o som de alguma música. Desafio aqui quem me diga isso. Os meus também foram. E música me impregnou. Faz parte da minha razão de ser, inclusive. Sem brincadeira. Eu me atrevi, inclusive, a... Sou compositor de banheiro... (risos) A física nunca me proporcionou absolutamente nada. Mas a música me proporcionou.

Portanto, a minha defesa para que a música seja considerada uma disciplina básica. De formação básica. E como diz o Prof. Buarque, se a gente tiver que tirar uma outra matéria, uma outra disciplina da grade, que a gente tire. Isso aí não me causa nenhuma espécie. Portanto, está aqui o esqueleto daquilo que seria um Projeto, se eu fosse apresentá-lo. Agora, eu me submeto à coordenação do Prof. Buarque e vou sugerir aqui que alguma coisa nesse sentido seja adotada.

Portanto, o Projeto... Digamos, a introdução da música na grade curricular num determinado prazo, Senador Buarque, porque é como diz o Prof. Murilo: Não adianta a gente instituir sem ter as condições básicas para tal. Então, formação de professor com capacidade específica, um grande programa de formação de professor; Adotar o período integral, pelo menos nas escolas de ensino fundamental; e considerar a música como paulina básica do currículo escolar. Está aqui o esqueleto do Projeto, e eu quero dizer para vocês que eu estou muito feliz hoje aqui de ter tido a oportunidade de ouvi-los. Muito obrigado.

(palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Obrigado, Senador Geraldo Mesquita. Eu vou concordar inteiramente com V.Ex^a de que a música é mais importante na formação do ser humano do que a física. (risos) Mas vou lembrar também que Arquimedes estava numa banheira, tomando banho, quando teve a intuição da Lei da Hidrostática, e foi um grande avanço na física naquele tempo. (risos)

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – (pronunciamento fora do microfone)... O Senador Botelho que ele provavelmente deveria estar ouvindo uma música.

(risos)

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Provavelmente. Seria isso mesmo. Bem, já que não há mais Senador inscrito, eu vou passar a palavra a cada um dos expositores para fazerem as suas considerações finais. A começar pela Prof^a Liane Hentschke.

SRA. LIANE HENTSCHE – Muito obrigada, Srs. Senadores. Realmente é um prazer tê-los ouvido, e esses relatos e... Professor Cristovam realmente minha admiração é de longa data pelo seu trabalho.

Eu realmente hoje com a experiência profissional não só no Brasil, como a internacional, como eu disse, nós temos 80 Países membros, eu tenho trabalhado com a indústria internacional diretamente envolvida com a educação musical, e tenho sido um dos fatores que tem motivado muitos Países pela defesa da educação musical.

Nos Estados Unidos, quem vai ao Senado não são educadores musicais, é a indústria, porque eles têm um cálculo muito claro que se houver música na escola, qual é o índice de emprego, de geração de emprego, de consumo de instrumento, etc. Na China a mesma coisa. Na China é obrigatório o ensino musical desde o início.

Então, eu não vejo em primeiro lugar como um demérito, digamos assim, inicialmente. E também não vejo como excludentes os argumentos da educação musical com uma base filosófica, estética e humanista, e uma parte, digamos, comercial. Eu acho que aí está um potencial que o Brasil pode explorar. E tanto quando... Daí eu falo da minha presença, negociando com grandes empresas de instrumentos americanas, com premiações para a criação de premiações internacionais, e eu ouço o relato deles dizendo que eles não têm interesse nenhum na América Latina, que o foco deles no mercado está na Ásia e na Europa.

Então, é lamentável ter ouvido isso de muitas fontes. Nós não temos tido a competência de mostrar do que nós somos capazes. De produzir, de exportar e de mostrar ao mundo. Então, esse é o relato que eu trago, nessa minha experiência oito anos já nesse cenário internacional, e muitos anos aqui no Ministério, e há mais de 15 anos advogando a causa da educação musical.

Eu tenho a vocês agradecer muito. Peço muitíssimo, que quando for o momento da redação de qualquer documento, que sejam consultados os profissionais da área. Não necessariamente os mesmos. Nós temos excelentes profissionais no Brasil, nas universidades, (soa a campainha) que sejam realmente então consultados esses profissionais.

Agradeço imensamente a você, ao Ministro, ao Senador Roberto Saturnino por essa oportunidade ímpar de nós estarmos aqui falando sobre educação musical. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – A palavra agora ao Prof. Sérgio Figueiredo.

SR. SÉRGIO LUIZ FERREIRA DE FIGUEIREDO

– Quero dizer que eu saio dessa audiência extremamente feliz de ver que essa causa já foi abraçada. Ela foi iniciada, tem um longo processo, tem uma história até a chegada nesse momento, e a gente tinha uma expectativa muito grande que esse resultado acontecesse, e ele está aqui configurado na palavra dos Senadores, e esse Projeto vai acontecer.

Então, também coloco à disposição a experiência da Associação Brasileira de Educação Musical, que há 15 anos tem batalhado pela presença da música na escola. Então já temos alguns materiais acumulados e temos uma experiência que gostaríamos muitíssimo de dividir e de poder contribuir para que esse processo se torne um fato, e que ele saia mesmo do papel e chegue na escola no tempo que for possível, no tempo que for previsto como um tempo adequado para a implantação da música na escola. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SARTURNINO (PT-RJ) – Muito obrigado ao professor, e passo a palavra agora ao Turíbio Santos.

SR. TURÍBIO SANTOS – Também quero agradecer a todos. Foi uma manhã muito emocionante. Aprendi muitíssimo não só aqui no Plenário como lá dentro com o Prof. Murilo Hingel, que deu uma verdadeira aula sobre os problemas da música no Brasil. E fiquei muito emocionado com a sua lembrança. Isso de vez em quando me acontece. 30 anos atrás, 40 anos atrás. Até 40 anos atrás. Mas aí fica meio apavorado. Caramba! Já estou ficando bem velhinho. *(risos)*

Em suma, eu acho que esse Projeto vai para frente. Pelo entusiasmo que eu vejo, principalmente dos Senadores, porque o entusiasmo do lado de cá, nós sabemos que ele é muito forte. Mas ver refletido do lado daí eu acho uma vitória essa manhã. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SARTURNINO (PT-RJ) – Agora o Dr. Murilo Hingel.

SR. MURILO HINGEL – Eu quero repetir, como outros que me antecederam, que essa manhã já agora começando à tarde, foi para mim de grande satisfação. Satisfação pessoal porque eu sou um admirador da música. E certamente devo muito à música. No meu discernimento, na minha apreciação, até na minha visão de mundo. Então, eu me sinto em casa. E a minha alegria ainda se amplia porque eu vou poder levar a Câmara de Educação Básica à Comissão Especial que está tratando das diretrizes curriculares para a educação básica, tudo o que eu ouvi aqui da parte dos Senadores e da parte dos convidados.

O estabelecimento de diretrizes curriculares é uma atribuição do Conselho Nacional de Educação. Nada impede que o Poder Legislativo do Brasil apro-

ve uma lei que se colocará acima da competência do Conselho Nacional de Educação dizendo alguma coisa sobre música e educação musical, como já se fez anteriormente para outros aspectos que introduziram mudanças na LDB por força de leis aprovadas pelo Congresso Nacional.

Certamente isso para o Senador Mesquita, apenas a título de contribuição, é que nós não trabalhamos sobre grade curricular. Nós trabalhamos sobre diretrizes curriculares. Porque, na verdade, a grade curricular, ela vai se concretizar a nível de escola. Mas é claro que se música é um conteúdo obrigatório, a grade curricular lá embaixo terá de contemplar um tempo especial para a música. *(soa a campainha)* Muito obrigado a todos pelo que eu aprendi aqui nessa manhã.

(palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SARTURNINO (PT-RJ) – Obrigado, Dr. Murilo. E agora João Guilherme Ripper.

SR. JOÃO GUILHERME RIPPER – Eu faço minhas as palavras dos membros dessa Mesa. Realmente foi uma manhã muito especial, e eu creio que posso dizer histórica para a música desse País.

Eu gostaria de congratular o Felipe Radicetti e a Cristina Saraiva por terem feito essa articulação desse movimento que já há algum tempo acontece no meio musical com essa Casa. Eu gostaria de agradecer muito a acolhida de todos nós pelos Srs. Senadores, e eu acho que os elementos para o sucesso dessa empreitada estão aqui. Estão presentes.

Nós já temos a aprovação do horário integral, que é muito oportuno. Uma série de coincidências que a gente vê que o sucesso está aqui porque existe uma série de coincidência. A aprovação do horário integral, a primeira delas. As Universidades Federais estão hoje capacitadas para atender a demanda na formação de profissionais especificamente nessa área. Na escola de música da UFRJ, eu transformei um curso que era genérico, educação artística, em um curso especificamente em formação de professores de música. Porque é uma demanda crescente.

E, portanto, nós contamos com os Srs. Senadores para que nós possamos realmente chegar ao fim, ao bom termo nessa batalha. E não bastasse tudo isso, como bem lembrou o Senador Geraldo Mesquita, hoje é dia de Santa Cecília. Muito obrigado.

(palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SARTURNINO (PT-RJ) – Muito obrigado. Bem, vamos chegando ao fim, e desnecessário repetir o que todos já disseram. Foi uma manhã realmente extraordinária e muito especial desta Comissão, e da própria Casa, Senado Federal, e para o mundo da música brasileira

de um modo geral. Quero dizer apenas que o nosso Secretário Júlio Linhares aceita a crítica da falta do coro. Entretanto, ele diz que há músicos tocando lá no salão principal do Senado, e, enfim, ele não descuidou tão completamente assim (*risos*) da preocupação do Senador Mesquita.

Aqui me chegou às mãos uma manifestação do Núcleo Independente dos Músicos, cumprimentando a Comissão de Educação e Cultura do Senado pela aprovação do Projeto do Tempo Integral para o Ensino Básico, com assinatura de Alexandre Negriske(F), Cristina Saraiva, Dalmo Mota, Felipe Radicetti, Fernanda Abreu, Francis Hime e Ivan Lins.

Agora, tive conhecimento de que o Felipe Radicetti tem um outro manifesto ainda mais amplo que ele... Pediria então que ele nos trouxesse este outro...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (*pronunciamento fora do microfone*)

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – O Felipe Radicetti nos traz um manifesto já com mil assinaturas, e diz ele que essas mil já estão se acrescentando para mil e cem, mil e duzentos... Enfim, do mundo da música e do mundo da cultura de um modo geral, exatamente um manifesto pela implantação do ensino da música nas escolas brasileiras.

De modo que é mais uma manifestação de grande importância para nós Senadores sobre esse tema que foi objeto da nossa Audiência Pública de hoje.

Quero então manifestar também o meu regozijo, agradecer a presença de todos e especialmente dos expositores, e declarar encerrada a Sessão.

(*palmas*)

(*Sessão encerrada às 12h43*)

Ata da 39ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 22 de novembro de 2006

EMENDAS AO ORÇAMENTO 2007

Às quatorze horas e trinta e seis minutos do dia vinte e dois de novembro de dois mil e seis, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Wellington Salgado de Oliveira e com as presenças dos Senhores Senadores José Jorge, Maria do Carmo Alves, Edison Lobão, Geovani Borges, Roberto Cavalcanti, Aelton Freitas, Paulo Paim, Ideli Salvatti, Roberto Saturnino, Sérgio Zambiasi, Augusto Botelho, Jonas Pinheiro, Cristovam Buarque, Eduardo Azeredo, Mão Santa, Luiz Otávio, Romero Jucá, Delcídio Amaral, Magno Malta e Patrícia Saboya Gomes reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer, os Senhores Senadores

Demóstenes Torres, Jorge Bornhausen, Marcos Guerra, Juvêncio da Fonseca, Leonel Pavan, Teotônio Vilela Filho, Valdir Raupp, Almeida Lima, Sérgio Cabral, Ney Suassuna, Gilberto Mestrinho, Fátima Cleide e Mozarildo Cavalcanti. Justificam a ausência os Senadores Marcelo Crivella e Flávio Arns. Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. A Presidência dispensa a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, o Senhor Presidente informa que o objetivo da reunião é o de discutir e aprovar as cinco (5) emendas da Comissão de Educação ao Orçamento de 2007. Neste momento o Senhor Presidente, passa a palavra ao Senador Paulo Paim, relator das Emendas ao Orçamento nesta Comissão de Educação, para proferir seu parecer. Prossequindo, a Comissão analisa e aprova as seguintes emendas ao **Orçamento de 2007**: **Emenda n.º 01 – Educação – “Apoio à Reestruturação da Rede Física Pública de Educação Infantil”** no valor de R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), apresentada pelos Senadores Romero Jucá, Mão Santa, Patrícia Saboya Gomes e Wellington Salgado de Oliveira. **Emenda n.º 02 – Educação – “Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional”** no valor de R\$ 1.200.000.000,00 (um bilhão e duzentos milhões de reais), apresentada pelos Senadores Mão Santa, Paulo Paim, Maria do Carmo Alves, Fátima Cleide, Lúcia Vânia, Roberto Cavalcanti, Mozarildo Cavalcanti, Augusto Botelho, Valdir Raupp e Teotônio Vilela Filho. **Emenda n.º 03 – Cultura – “Instalação de Bibliotecas Públicas”** no valor de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), apresentada pelos Senadores Roberto Saturnino, Cristovam Buarque, Mão Santa, Paulo Paim e Lúcia Vânia. **Emenda n.º 04 – Ciência e Tecnologia – “Pesquisa para o Desenvolvimento do Ciclo do Combustível Nuclear”** no valor de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), apresentada pelos Senadores Sérgio Zambiasi, Paulo Paim, Aelton Freitas, Luiz Otávio, Eduardo Azeredo, Jonas Pinheiro e César Borges. **Emenda n.º 05 – Esporte – “Implantação e Modernização de Infra-Estrutura para Esporte Recreativo e de Lazer”** no valor de R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais), apresentada pelos Senadores Romero Jucá, Mão Santa, Sérgio Zambiasi, Lúcia Vânia e Valdir Raupp. Finda a discussão e deliberação das Emendas da Comissão ao Orçamento de 2007, o Senhor Presidente determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às quatorze horas e cinquenta e oito minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares**, Secretário da Comissão de Educação, lavrasse a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. – Se-

nador **Wellington Salgado de Oliveira**, Presidente da Comissão de Educação, – **Senador Augusto Botelho**, Vice-Presidente da Comissão de Educação.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Havendo número Regimental, declaro aberta a 39ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, 22 de novembro de 2006. Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, e a aprovação da mesma. Os Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado.

A presente reunião destina-se à análise das Emendas do orçamento 2007, e qual passo imediatamente a palavra ao ilustre Senador Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Excelentíssimo Senhor Presidente dessa Comissão, Senador Wellington Salgado, é com muita satisfação que eu recebi de V.Exª a incumbência de fazer essa análise de cerca de 102 Emendas que recebi. Tentei atender a ampla maioria dos Senadores. Dividi em cinco grupos, um deles foi de apoio à reestruturação da Rede Física Pública de Educação Infantil, e unificando as propostos dos Senadores Romero Jucá, Mão Santa, Patrícia Saboya Gomes, Wellington Salgado de Oliveira, e Senador Augusto Botelho, conseguimos assegurar a faixa de um bilhão de reais.

A Emenda 02, fomento ao desenvolvimento da educação profissional, do qual V.Exª sabe da minha história e o compromisso que todos nós temos com esse tema. Também aqui acatando as emendas de Mão Santa, Paulo Paim, Maria do Carmo Alves, Fátima Cleide, Lúcia Vânia, Roberto Cavalcante. Conseguimos alocar também um bilhão e duzentos milhões de reais. Instalação de bibliotecas públicas, Senadores Roberto Saturnino, Cristóvam Buarque, Mão Santa, Paulo Paim e Lúcia Vânia, duzentos milhões de reais. Combustível nuclear, Senadores Sérgio Zambiasi, Paulo Paim, Aelton Freitas, Luiz Otavio, Eduardo Azeredo, Jonas Pinheiro e César Borges, duzentos milhões de reais. Esporte, implementação e modernização da infraestrutura para o desenvolvimento do esporte recreativo de lazer, Senadores Romero Jucá, Mão Santa, Sérgio Zambiasi, Lúcia Vânia e Valdir Raupp, quatrocentos milhões de reais.

Sr. Presidente, infelizmente não pude acatar por ter recebido em cima da hora, eu diria, as Emendas do Ministério da Comunicação. Eu recebi duas Emendas, V.Exª, inclusive, ajudou nesse encaminhamento, mas por ter encerrado o prazo infelizmente, o encaminhamento feito pelo Ministério não foi no tempo adequado, e infelizmente eu não pude acatar. Mas entendo, Sr. Presidente, que a forma que nós aqui redigimos o

Relatório, agradeço a toda a equipe que me ajudou, os consultores, fez com que a gente acatasse e atendesse a ampla maioria dos Senadores e inclusive dos Ministérios, que em tempo viável me encaminharam as Mendes. Era esse o Relatório, e eu peço a aprovação dos nossos pares.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador Paim, V.Exª foi escolhido porque realmente domina bem a matéria, e é um homem que faz sempre um resumo bem definido das necessidades, e quanto à questão do Ministério da Comunicação ter mandado a Emenda fora de data, foi perfeitamente colocado por V.Exª e também pelos demais que não poderia ser aceita, e assim que deve prosseguir na Comissão. E com certeza o Ministro encontrará um caminho para solucionar os problemas que é no Ministério. Ok? Então vamos em votação. Em discussão...

SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Sr. Presidente, só uma palavrinha. Eu vou votar. Acho que o Relatório do Senador Paim é perfeito, estou de pleno acordo. Eu só queria registrar a minha frustração, o meu desencanto com a impossibilidade de aprovação da Emenda da ANCINE, porque acho que o cinema nacional e o incentivo, e o estímulo e a alavancagem do cinema nacional é uma atividade extremamente importante, sob o ponto de vista cultural, sob o ponto de vista econômico, para o meu Estado e para minha cidade do Rio de Janeiro, razão pela qual eu gostaria de vê-la. Mas reconheço que a limitação nossa é implacável e o Senador Paim foi muito criterioso no seu Relatório e eu vou votar a favor do seu Relatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador Saturnino, V.Exª que é um homem que luta bastante pela questão cultural do País, vi aqui também que o Senador Paim acatou a emenda na área da cultura, e realmente foi muito difícil. Quantas Emendas foram apresentadas?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – 102 Emendas.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – 102 emendas, quer dizer, eu vejo que V.Exª também está bem prestigiado com o Relator.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Na área cultura, com certeza, as Emendas dele me influenciaram muito para tomar essa decisão.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Mas bem colocado. Não pode, mas tem que deixar aqui a manifestação. Não é isso, Senador Saturnino? Em votação. Alguém mais discutir? Não? Em votação. Aprovado.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Eu agradeço a V.Ex^a, agradeço ao Senador Zambiasi que fez o possível para chegar em tempo para dar o seu voto favorável, Senador Saturnino, Senador Romero Jucá, Senador Wellington Salgado. Eu acho que fizemos o possível. Claro que eu gostaria de atender as 102 Emendas, mas é impossível. E tivemos que reunir em cinco grandes blocos, assessorado muito pela Presidência, o Senador Romero Jucá deu sua contribuição, o Zambiasi deu a sua contribuição, o Saturnino na cultura com certeza deu a sua contribuição, e os outros Senadores também. A Patrícia, enfim... Eu teria que citar todos os Senadores da Comissão. O Senador Uelton, que está aqui do nosso lado também deu sua contribuição. E veja bem, nós aqui em resumo, acho que somos a Comissão que foi mais generosa. Porque nós chegamos aqui a um bi, dois bi e duzentos, dois bi e quatrocentos, dois bi e seiscentos... Chegamos a mais de três bilhões de reais da Comissão de Educação comprometida com essa proposta.

Era isso, e agradeço a todos. Sei que a discussão continua.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Eu gostaria de elogiá-lo, mas antes disso queria passar a palavra ao Senador Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Presidente Wellington, eu cheguei a tempo de registrar aqui os meus cumprimentos para o trabalho da Comissão na sua Presidência, na relatoria do Senador Paulo Paim.

Eu fui Relator, Presidente, da Comissão de Relações Exteriores, e às minhas mãos chegaram 28 Emendas para sistematizá-las em cinco. E estou vendo aqui 105 Emendas para acolher cinco. Quer dizer, eu não tenho dúvida de que o trabalho do Senador Paim para chegar a estas cinco Emendas, e vê-las aprovadas aqui de forma unânime, acolhidas aqui como foram, sem dúvida nenhuma ele conseguiu captar o espírito de cada autor de Emenda aqui, de maneira que pudesse contemplar de alguma maneira a sua proposta. Por isso quero aproveitar o momento para abraçar com muito carinho e muito respeito o meu conterrâneo e querido Senador Paim, ao Presidente e aos componentes que conseguem encerrar uma reunião nessas circunstâncias, de forma que os setores, enfim, pudessem ser contemplados, e ver atendidos pelo menos em sua maioria os Senadores da Comissão, através das Emendas que o Relator apresentou sistematizando-as. Cumprimento a todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador Paim, eu queria agradecer em nome da Comissão, mas

como já foi bem agradecido pelo Senador Zambiasi, realmente um trabalho muito difícil, concentrar várias idéias, inclusive o orçamento nessas cinco também resumidas, como V.Ex^a fez. E o que é importante, V.Ex^a também, junto com essa Comissão, respeitamos prazo e datas corretamente, porque nós sabemos que aqui os Senadores são todos iguais. Então, é um trabalho difícil, acho que Deus me iluminou no momento de escolhê-lo. Já tenho um carinho especial por V.Ex^a, V.Ex^a sabe muito bem disso, mas realmente quando se trata de fazer uma análise e preparar um documento, eu vejo em V.Ex^a realmente, já o elogio pessoalmente, um homem com uma iluminação divina e maravilhosa.

Então, muito obrigado. Essa Comissão agradece.

E espero que outros Presidentes também tenham a mesma luminosidade de escolhê-lo para outras relatorias.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador Wellington, eu quero cumprimentar V.Ex^a de forma especial. E vou dizer porque.

V.Ex^a teve a grandeza que eu sempre digo, dos grandes homens. Porque V.Ex^a inclusive viu que eu acabei rejeitando duas Emendas de V.Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Teria um trabalho em casa à noite para conversar com o Ministro.

(risos).

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Vou mandar preparar um chá à noite. Ele não vai saber. Vamos conversar e eu vou dar um chá para ele.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – (risos) V.Ex^a com muito respeito, com muita diplomacia, depois de muita conversa...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – A conta do chá será de V.Ex^a.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – (risos) ...Nós vamos com certeza fazer com que o Ministro entenda que nós tínhamos que decidir por cinco grandes temas. E o fizemos sem demérito nenhum dos outros. E com certeza, nas comissões que pudermos ainda influenciar, vamos colaborar nesse sentido. Como também para o ano que vem. Fica esse compromisso aqui assumido. Se Deus quiser, nós estaremos juntos aqui o ano que vem, nesta Comissão, e sobre a orientação de V.Ex^a para fazer um Relatório ainda mais amplo, já que aqui nós por maior esforço que fizemos, não conseguíamos atender 100%.

Eu diria, quem sabe, 90, 95%. Mas eu espero que aqueles 5 ou 10% que não foram atendidos, a gente

possa atender, quem sabe, em outras comissões. Tem Emendas que aqui chegaram que eu vou contemplar lá na Comissão de Direitos Humanos. Que não cabiam aqui e foram para lá. E como hoje pela manhã nós temos votação na Comissão de Assuntos Sociais, tinha muito tema voltado, por exemplo, para comunidade negra e deficientes que ali não entraram.

Mas lá na Comissão de Direitos Humanos, onde eu também sou Relator, as Emendas vão estar contempladas. Acho que gente conseguiu fazer aí, graças ao apoio de V.Ex^a, Senador Zambiasi, Saturnino, Wellington e os outros Senadores, fazer um Relatório que buscasse a média de pensamento da Comissão. Muito obrigado, e parabéns a V.Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador, me chega a informação da nossa assessoria que dos 27 Senadores que colocaram Emenda, nós atendemos 22. Com o resumo que V.Ex^a fez das Emendas. Então, acho que é realmente um índice maravilhoso, e queria parabenizar também ao Senador Saturnino, que sempre pensando na cultura, colocou aqui, fui aprovado pelo Relator, e por último que eu estou com ciúme porque o nosso Relator também é Relator de outra Comissão. Então, fica aqui manifestado o meu ciúme em relação a isso. Não é isso, Senador Saturnino?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador Wellington, pela importância dessa Comissão, da Comissão de Educação, a Senadora Patrícia está chegando aqui agora e disse que gostaria muito de dar um depoimento sobre o seu trabalho aqui nessa Comissão, o trabalho que ela sabe que a gente tem feito de forma coletiva com outras comissões.

Hoje de manhã ainda aprovamos políticas para as mulheres, aqui acatamos Emendas também de autoria dela. Eu sei que todos nós aqui poderíamos passar a tarde toda dialogando da importância do investimento em todas essas áreas. Por exemplo, a do combustível nuclear. A importância que é esse investimento. Do esporte e lazer, nós sabemos que o esporte, ele é um instrumento também de educação e muito profundo, para tirar nossas crianças das ruas. Eu aqui discutia com o Senador Zambiasi, que está aqui ao meu lado, nós já fizemos uma discussão inclusive, com o Ministro dos Esportes para que a gente pense também em ginásio de esportes com a sensibilidade. Então, as pessoas com deficiência estarão contempladas aqui nesse Relatório da Comissão de Educação.

Então, há uma discussão que a gente vai pensar muito, que no ginásio de esportes que forem feitos nesse País, Senador Zambiasi, eu falava daquela idéia que nós conversávamos com o Ministro, que em diversos ginásios de esportes, o Ministro vai insistir

muito para que haja o corte da sensibilidade. E isso é fruto do trabalho também dessa Comissão por nós termos colocado aqui.

Avançamos, com certeza, na cultura. Que eu sempre digo que o livro ele é o universo da sabedoria, da cultura, do conhecimento, da história, de hoje, de ontem e do amanhã. Então, nós estamos investindo aqui nos livros, da cultura. Com certeza nós temos aqui uma Comissão Especial do Cinema, cinema e Teatro. Nós vamos encaminhar... Eu tenho recebido, o Senador Zambiasi também é do Rio Grande do Sul, diversos homens e mulheres envolvidos com a história do cinema, do teatro, e nós nos comprometemos a trabalhar também com o Senador Saturnino, com V.Ex^a, nesse tema. Hoje pela manhã também houve aqui já uma excelente reunião da Subcomissão e podem ter certeza nós vamos trabalhar juntos também nesse tema.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Quanto à colocação da Senadora Patrícia Saboya, eu tive a oportunidade de almoçar ao lado da mesa do Governador eleito do Ceará, Cid Gomes, aonde eu falava que realmente o Ceará, tendo a Senadora Patrícia como Senadora do Estado, ela acaba conseguindo tudo para o Estado, com a gente lá no Senado. Ela tem um jeitinho muito especial e é muito querida na Casa. Então eu falei: “Governador, o senhor está muito bem representado no Senado”.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Hoje de manhã, inclusive, foi unificado as propostas das mulheres baseado na articulação que ela fez muito bem, e que nós todos nos sentimos contemplados. E acabamos inclusive dando um depoimento que entendíamos que aquela soma haveria de contemplar. O Senador Romero Jucá estava junto, da importância de ter aprovado hoje de manhã numa outra Comissão a política para as mulheres, como também lá na Comissão de Educação nós unificamos todas as propostas na Comissão de Direitos Humanos, e vamos ampliar ainda mais o investimento na política de combater a violência contra as mulheres.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Senador Paim, aproveitar o gancho apenas para elogiar o trabalho que foi feito pela relatoria de V.Ex^a, Presidente Wellington Salgado e dizer que realmente as comissões do Senado estão definindo Emendas muito importantes. E se a gente for ver hoje o elenco que foi priorizado aqui, a gente vê inclusive a contemporaneidade da decisão, por exemplo, duas das Emendas, atendem o fortalecimento do FUNDEB, que nós queremos que no próximo ano possa funcionar. Exatamente o ensino infantil e o ensino profissionalizante.

Então V.Ex^a sem dúvida nenhuma deu um parecer que eu acho que atende bem a Comissão, reforça a política educacional do País, e agora é nós trabalharmos no sentido de que se possam apresentar os projetos e a gente possa ter um outro embate que é a liberação de recursos.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Veja como a Senadora Patrícia tem amigos na Comissão, Senadora Patrícia. Senador Romero Jucá fez a última intervenção na expectativa que V.Ex^a chegasse para poder dar aqui o seu depoimento. Na verdade, nós todos aqui elogiamos o trabalho de todos os Senadores, e tínhamos que elogiar também o trabalho das Senadoras.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE) – Senador Paulo Paim, Sr. Presidente Wellington, Romero Jucá, Sérgio Zambiasi, eu queria dizer da minha alegria. Eu estou aqui meio esbaforida porque eu vim correndo, estava em outra Comissão para tentar aprovar realmente essa Emenda. Eu já tinha tido a oportunidade de conversar com o Senador Paulo Paim, que é fundamental esse valor de um milhão de reais em função do FUNDEB.

Essa foi uma luta que essa Casa travou de forma árdua, eu diria até intransigente no sentido de que a mensagem que o Governo mandou para essa Casa, que tratava do FUNDEB pudesse incluir as crianças de zero a três anos de idade. E isso foi uma vitória do Congresso, uma vitória da sociedade.

Eu quero aqui parabenizar o Movimento FUNDEB Para Valer, que foram assim pessoas que vieram aqui o tempo inteiro nos ajudando, nos orientando para que esse Projeto pudesse ser aprofundado, para que esse Projeto pudesse ser melhorado. E eu acho que hoje, Senador Paulo Paim, nós estamos aqui tentando resgatar uma dívida que o Brasil tem com essas crianças de zero a três anos de idade. Apenas 13% estão matriculados no nosso País.

Portanto, esse um bilhão serve como se fosse uma reserva, porque o FUNDEB será aprovado, já foi aprovado por essa Casa, será aprovado pela Câmara dos Deputados, mas como o número de matrículas em creches é muito baixo, nós queremos que esse recurso sirva para preparar pelo menos três mil Municípios brasileiros para que possam ter no mínimo duas creches cada um deles. Eu acho que nós estamos dando um passo muito importante. Eu quero agradecer aqui de todo o coração pelo carinho dos Srs. Senadores, não só porque que já tem sido uma demonstração que eu serei grata eternamente. Já valeu a pena esses anos que eu estou aqui pelo carinho, pela compreensão de todos os Srs. Senadores e Senadoras dessa Casa. E eu quero dizer da minha imensa satisfação, da minha emoção em poder estar aqui cumprindo mais uma res-

pensabilidade que é de todos nós, e mais uma vitória para as crianças brasileiras.

Eu acho que é dessa forma que a gente vai ser capaz de investir no futuro, cuidando dessas crianças hoje, dando lugar, um ambiente adequado, seguro, com a boa alimentação, com cuidados para que as mulheres possam ter o direito de trabalhar, de ir em busca da sua sobrevivência, em busca da sua realização pessoal e profissional e para que os nossos filhos brasileiros, filhos e filhas brasileiras possam ter um futuro, possam ser felizes, porque o que eles nos pedem é muito pouco. Eles apenas querem ser crianças, querem ter o direito de ser crianças. E essa é a nossa responsabilidade que hoje nós estamos cumprindo com essa responsabilidade.

Muito obrigada, Presidente Wellington Salgado, por ter me aguardado, ao líder Romero Jucá, meu querido amigo, eu posso assim dizer, porque têm sido companheiro de todas as horas, Senador Paulo Paim, e Relator dessa matéria tão importante. Muito obrigada.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – (Pronunciamento fora do microfone).

SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE) – E o Projeto... Exatamente, demos o parecer favorável. Muitíssimo obrigada a todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Ok. Por último eu queria passar a palavra ao ilustre Relator, que deve retribuir as palavras de carinho à Senadora, com certeza.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – A Senadora Patrícia eu sei que ela sabe que tudo que eu disser aqui vai ser pouco para falar do magnífico trabalho que ela tem feito nessa Casa. Ela sabe disso, não precisa eu repetir aqui. Eu jamais vou me esquecer daquela CPI que a Senadora, junto com a Deputada Maria do Rosário dirigiu, coordenou em todo o País contra a exploração sexual das nossas crianças, eu resumiria nisso. Foram ao Rio Grande do Sul, um episódio que eu conto, às vezes, Senadora, quando eu estou lá no meu Estado, visitando as cidades, que eu vi a senhora chorando, a Maria do Rosário chorando, num gesto bonito, bonito mesmo, do que foi aquela violência que elas assistiram durante aquela CPI.

Mas eu quero também fazer uma homenagem a um Senador que não está aqui e Senadora Patrícia, eu não pude atender ele. Não pude, mas senti muito, que é o Senador Flávio Arns. V.Ex^a sabe do carinho que todos nós temos pelo Senador Flávio Arns. Ele não está aqui, ele está em São Paulo, mas assim mesmo ele ligou para cá, ele queria que fosse atendido uma Emenda do Ministério da Ciência e Tecnologia, mas

eu tive que conversar com todos os Senadores, e a ampla maioria optou por essa Emenda que nós aqui acatamos. Mas eu quero dizer para o Senador Flávio Arns, e tenho falado quase que diariamente dele, nessa Semana da Pessoa com Deficiência, que fiz de tudo. Mas não teve como. A ampla maioria dos Senadores entendeu que nesse momento não dava para atender aquela Emenda. Mas atendemos uma Emenda do Ministério da Ciência e Tecnologia. Atendemos. Não atendemos as duas, porque são programas totalmente diferentes. Uma foi atendida. E eu entendo que o Senador Flávio Arns está contemplado no conjunto das cinco Emendas, pelo trabalho belíssimo que ele faz em inúmeras áreas, mas principalmente com as pessoas com deficiência.

E quando nós investimos aqui, também em torno de quatrocentos milhões de reais no esporte, vai muito para a construção do ginásio de esporte, nós já fizemos um acordo com o Ministro dos esportes para que os ginásios tenham toda a sensibilidade. Que os ginásios sejam adaptados exatamente para as pessoas com deficiência, numa homenagem também ao Senador Flávio Arns. Era isso. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador Paulo Paim, eu tenho certeza que diante do índice de colocação dos Senadores, 27, V.Ex^a atendeu a 22 Senadores, quero, um índice enorme, que seria aprovado com média com certeza numa avaliação se fosse um aluno, e diante disso eu tenho certeza que nós fizemos um grande trabalho nessa Comissão e atendemos a maioria. Nada mais tendo a declarar, Senadora Patrícia, esperamos que ela chegasse, eu conversava aqui, que tive com o Governador e falei que V.Ex^a defendendo o Estado do Ceará nessa Casa, vai ser covardia. Porque V.Ex^a consegue, com o jeitinho dela ao mesmo tempo guerreira, mãe, que adotou uma criança tem quanto tempo Senadora?

SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE) – Seis meses.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Seis meses. Sempre lutando pelas crianças, pelas mulheres, correndo, conforme chegou aqui já vai para outra Comissão. Então, está de parabéns V.Ex^a também e o Senador Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Se ela continuar dessa forma nós vamos perder a Senadora. Ela vai virar Governadora rapidamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – *(risos)* Tá

bom. Diante de tudo, e como atendemos bem a nossa função aqui, declaro encerrada essa nossa reunião.

(Sessão encerrada às 14h58)

Ata da 40ª Reunião Extraordinária, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 28 de novembro de 2006.

Às doze horas e doze minutos do dia vinte e oito de novembro de dois mil e seis, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência Eventual do Senhor Senador Paulo Paim e com a presença dos Senhores Senadores José Jorge, Maria do Carmo Alves, Edison Lobão, Marcelo Crivella, Juvêncio da Fonseca, Leonel Pavan, Gilberto Mestrinho, Flávio Arns, Ideli Salvatti, Roberto Saturnino, Mozarildo Cavalcanti, Jonas Pinheiro, Cristovam Buarque, Marco Maciel, Eduardo Azeredo, Lúcia Vânia, Garibaldi Alves Filho, Geraldo Mesquita, Luiz Otávio, Romero Jucá, Aloizio Mercadante, Delcídio Amaral, Antônio Carlos Valadares e João Ribeiro reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores, Demóstenes Torres, Jorge Bornhausen, Teotônio Vilela Filho, Wellington Salgado de Oliveira, Gerson Camata, Valdir Raupp, Almeida Lima, Sérgio Cabral, Roberto Cavalcanti, Ney Suassuna, Aelton Freitas, Fátima Cleide, Sérgio Zambiasi e Augusto Botelho. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente Eventual, Senador Paulo Paim, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. Item 01: Projeto de Lei do Senado nº 297, de 1999, de caráter terminativo, de autoria do Senador Luiz Estevão, que “Institui o sistema de bolsa de estudo para os integrantes das carreiras de policiais federais, policiais civis, policiais militares, dos corpos de bombeiros militares e das Forças Armadas”. O relator designado é o Senador Leonel Pavan e o parecer é favorável, com as emendas oferecidas. É concedida vista ao Senador Roberto Saturnino, pelo prazo regimental de cinco (05) dias. Item 03: Projeto de Lei do Senado nº 386, de 2005, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Sibá Machado, que “Altera dispositivos da Lei nº 9.993, de 2000, quanto à destinação regional dos recursos da compensação financeira pela utilização de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e pela exploração de recursos minerais para o setor de ciência e tecnologia”. O relator designado é o Senador Roberto Saturnino e o parecer favorável, com a emenda 01-CE oferecida, é aprovado. Item 05: Projeto de Lei do Senado nº 106, de 2004, de caráter terminativo, de autoria da Senadora Roseana Sarney, que “Regulamenta a concessão de

incentivos destinados a viabilizar o desenvolvimento cultural e socioeconômico, o bem estar da população e a autonomia tecnológica do País, de que tratam os §§ 3º a 5º do artigo 218 e o artigo 219 da Constituição Federal”. O relator designado é o Senador Roberto Cavalcanti e o parecer é pela prejudicialidade. A Presidência submete a voto a declaração de prejudicialidade do presente projeto, que é aprovada por quinze (15) votos. Item 07: Projeto de Lei do Senado nº 241, de 2006, de caráter terminativo, de autoria do Senador Geraldo Mesquita Júnior que, “Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Construção Naval de Cruzeiro do Sul, no Estado do Acre”. O relator designado é o Senador Roberto Cavalcanti e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. Item 09: Projeto de Decreto Legislativo nº 575, de 2004, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Empresa de Radiodifusão Tijucas FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bombinhas, Estado de Santa Catarina”. O relator designado é o Senador Leonel Pavan e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. Item 10: Projeto de Decreto Legislativo nº 156, de 2005, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Empresa de Radiodifusão Tijucas FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nova Trento, Estado de Santa Catarina”. O relator designado é o Senador Leonel Pavan e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. Item 11: Projeto de Decreto Legislativo nº 370, de 2006, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Belém FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Belém, Estado da Paraíba”. O relator designado é o Senador Roberto Cavalcanti e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. Item 12: Projeto de Decreto Legislativo nº 425, de 2006, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Fundação Massaranduba – FUNMAS a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Massaranduba, Estado da Paraíba”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Roberto Cavalcanti e o parecer é favorável. A matéria é retirada de pauta, atendendo a solicitação do relator, ad hoc, para reexame da matéria. Item 13: Projeto de Decreto Legislativo nº 430, de 2006, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária José de Sousa Teixeira da Cidade de Cachoeira dos Índios a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cachoeira

dos Índios, Estado da Paraíba”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Roberto Cavalcanti e o parecer é favorável. A matéria é retirada de pauta, atendendo a solicitação do relator, ad hoc, para reexame da matéria. Item 14: Projeto de Decreto Legislativo nº 431, de 2006, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Radio Cajazeiras FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Solânea, Estado da Paraíba”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Roberto Cavalcanti e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. Item 15: Projeto de Decreto Legislativo nº 314, de 2006, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Assistência Social e Educacional Ebenezer a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paulo Lopes, Estado de Santa Catarina”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Leonel Pavan e o parecer é favorável. É concedida vista ao Senador Roberto Cavalcanti, pelo prazo regimental de cinco (05) dias. Item 16: Projeto de Decreto Legislativo nº 429, de 2006, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Rádio e TV Educativa Atlântico Norte para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Castanhal, Estado do Pará”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Geraldo Mesquita e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. Item 17: Projeto de Decreto Legislativo nº 427, de 2006, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação de Monte Carmelo a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais”. A relatora designada é a Senadora Lúcia Vânia e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. Ficam adiadas, em virtude da ausência dos relatores, as seguintes matérias: Item 02: Projeto de Lei do Senado nº 157, de 2006, Item 04: Projeto de Lei do Senado nº 348, de 2005, Item 06: Projeto de Lei do Senado nº 326, de 2005 e Item 08: Projeto de Lei da Câmara nº 092, de 2006. O Senhor Senador Paulo Paim, Presidente Eventual, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e cinquenta e quatro minutos, determinando que eu, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal. – Senador **Paulo Paim**, Presidente Eventual da Comissão de Educação.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Há número regimental, declaro aberta a 40ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação e da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, 28 de novembro de 2006.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata e a aprovação da mesma. Os Senadores que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Vamos à pauta. Item 1, esse é terminativo, 2 é terminativo. Item 3 é não terminativo, há *quorum* para votarmos os itens até o momento não terminativos.

Projeto de Lei do Senado nº 386/2005, altera dispositivo da Lei 9.993/2000, quanto à destinação regional dos recursos da compensação financeira pela utilização de recursos hídricos para fim de geração de energia elétrica e pela exploração de recursos minerais para o setor de ciência e tecnologia.

Autoria, Senador Sibá Machado. Relatoria, Senador Roberto Saturnino para o qual, de imediato, eu passo a palavra.

Item 3, está na página 32. Senador Roberto Saturnino vai apresentar o seu Relatório e em seguida vamos abrir a discussão do tema. Senador Saturnino.

SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Sr. Presidente, trata-se do Projeto de Lei do Senado de autoria do Senador Sibá Machado que tem como objetivo alterar a distribuição dos recursos de *royalties* e compensação financeira arrecadados com recursos federais e usinas hidroelétricas, de modo a manter nas respectivas regiões do País pelo menos 50% dos recursos destinados a investimento em ciência e tecnologia.

Eu já li o Parecer, já apresentei o Parecer... Já apresentei o Parecer na reunião anterior e houve um pedido de vista. Se não me engano, do Senador...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Foi concedido... Se me permite, Senador, até porque eu já devia ter lido isso, mas vou ler agora. Foi concedido vista ao Senador Juvêncio da Fonseca na reunião anterior que não apresentou nenhuma contra e muito menos por escrito. Observação dois, a matéria constou na pauta da reunião de 14 do 11. Observação 3, matéria terminativa na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – O Parecer é favorável e o Senador Juvêncio levantou na Sessão passada algumas dúvidas que tinha, mas depois me declarou que, estudando melhor o assunto, ele concordava também com o Parecer, razão pela qual não apresentou nenhuma Emenda nem nenhuma alteração ao meu Parecer que é favorável, reitero da mesma forma, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Em discussão a matéria. Não havendo quem queira se pronunciar, coloco em votação, já que a matéria, repito, não é terminativa.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Eu gostaria de pedir um esclarecimento ao Senador Saturnino, já que o autor do projeto não está, na verdade, ele está alterando apenas os recursos que são destinados à ciência e tecnologia. É só isso?

SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – É. Só isso.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Então o meu voto é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – À explicação dada pelo Senador Saturnino ao Senador José Jorge, colocamos a matéria em votação. Sr^{as}. e Srs. Senadores e Senadoras que concordam com o Relator permaneça como se encontram. Aprovado.

Vamos para o Item 4. No Item 4, como não está presente nem o Senador Papaléo Paes, nem o Relator César Borges, vamos para o Item 5.

Item 5 é terminativo? Qual é o não terminativo?

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – O 1 é terminativo, sugiro ao Presidente que já que tem *quorum* suficiente...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Item 1, vamos lá, então. Item 1, terminativo. Projeto de Lei do Senado nº 297/1999, institui o sistema de bolsa de estudos para os integrantes das carreiras de policiais federais, policiais civis, policiais militares, dos corpos de bombeiros, dos militares e das Forças Armadas. Autoria, Senador Luiz Estevão, Relatoria, Senador Leonel Pavan. V.Ex^a está com a palavra.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Sr. Presidente, amigo, Paim, esse é o tipo de projeto que V.Ex^a certamente assina embaixo e todos aqueles que têm preocupação com o social em garantir melhor qualidade de vida as pessoas com certeza também são favoráveis. O Relatório, o nosso Relatório diz que o Projeto de Lei do Senado, PLS nº 297/1999 de iniciativa do ex-Senador Luiz Estevão cria no âmbito do Ministério de Educação, MEC, bolsas de estudos para o aperfeiçoamento profissional dos integrantes das carreiras de policiais federais, civis e militares, bem como para os membros do corpo de bombeiros militares das Forças Armadas, art. 1º. Em seu art. 2º, a proposição estende o direito à referida bolsa de estudos para os

órfãos dos servidores acima listados que tiverem falecido no exercício da função ou em razão dela.

O art. 3º, remete ao Poder Executivo num prazo de 60 dias a responsabilidade para definir as condições, requisitos e percentuais para a concessão da bolsa.

Srs. Senadores, a análise: A ampliação das oportunidades educacionais é uma medida sadia que deve ser buscada incessantemente pelo poder público e a concessão de bolsas de estudo constitui um meio consagrado para que os indivíduos de renda modesta possam ter acesso aos benefícios trazidos pela educação.

No caso do PLS em questão, os beneficiários são os integrantes das carreiras policiais de bombeiros e das Forças Armadas conforme alega a justificção do projeto retomando a assertiva do autor da referida proposição da Câmara dos Deputados.

Assiste-se a uma evolução cultural e tecnológica num mundo que não admite mais que o integrante da carreira de segurança pública ou militar tenha somente o nível escolar de ensino fundamental.

Adiante, aponta justificção da iniciativa. Devemos considerar a necessidade de adotar tais servidores públicos de melhores condições educacionais que trará como benefício direto um melhor trato com a sociedade.

Esses fundamentos parecem-nos suficientes para escolher o Projeto de Lei em exame. No entanto, três Emendas são sugeridas para promover adequações de constitucionalidade no PLS. A primeira, Sr. Presidente, suprime a menção ao Ministério da Educação no art. 1º, uma vez que tem sido interpretado que compete privativamente ao Presidente da República tomar a iniciativa legal na atribuição de competências a órgãos sob o seu comando. Com base no disposto do art. 84, VI da Constituição Federal, que confere ao Chefe do Poder Executivo a prerrogativa privativa de mediante Decreto dispor sobre a organização e o funcionamento da Administração Federal quando não implicar aumento de despesa nem criação, nem extinção de órgãos públicos.

De todo o modo, a supressão não compromete a essência da proposição. Ademais, aproveita-se a oportunidade para efetuar ajustes de redação no art. 1º do projeto.

A segunda Emenda Srs. Senadores, constitui o conteúdo do art. 3º, já que o Poder Judiciário tem considerado inconstitucionalidade a atribuição de prazo por iniciativa do Poder Legislativo para que o Poder Executivo regulamente as leis.

Assim, sugerimos mediante novo conteúdo oferecido a esse artigo, que o projeto adaptasse as exigências para a concessão de bolsas em escolas privadas

contidas nos arts. 213 da Constituição Federal e 77 da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação, LDB.

Assim as bolsas em questão apenas podem ser concedidas para o pagamento de encargos educacionais em escolas comunitárias, concessionais e filantrópicas beneficentes sem fins lucrativos que cumpram ainda outras condições estipuladas nos citados artigos da Constituição Federal e da LDB.

Por fim, Sr. Presidente, incluímos novo artigo que procura respeitar o dispositivo de nossa Lei Magna que veda o início de programas ou projetos não concluídos na Lei Orçamentária Anual, art. 167, 1.

O voto, Sr. Presidente. Deste modo, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 297/1999 acolhidas as Emendas a seguir apresentadas. Emendas que diz, dê-se ao art. 1º do PLS nº 297/99 a seguinte redação. Fica instituída a bolsa de estudos, destinado ao aperfeiçoamento profissional dos integrantes das carreiras de policial federal, civil e militar, bem como dos membros do corpo de bombeiros e das Forças Armadas.

Emenda nº... A segunda Emenda. Dê-se ao art. 3º do PLS 297/99 a seguinte redação: Art. 3º, as bolsas de que trata essa lei apenas serão concedidas para o financiamento de encargos educacionais em estabelecimento de ensino sem fins lucrativos conforme as condições estipuladas no art. 270 da Constituição Federal, no art. 77 da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

Outra Emenda, dê-se ao art. 4º, do PLS 297/99 a seguinte redação, remunerando-se o seguinte, essa é a lei. A concessão das bolsas de que dispõe essa lei está subordinada a prévia consignação das respectivas dotações no orçamento da União.

Sr. Presidente, essas são as Emendas, salas das sessões, esperamos que o Presidente e todos os Senadores aprovem. É uma lei criada pelo ex-Senador Estevão e que tem o meu Parecer favorável que vem, sem dúvida alguma atender uma carreira de um setor da sociedade onde temos pessoas que lidam com a segurança, muitos que aí estão, às vezes, sequer tem condições de debater com pessoas das quais eles têm um certo confronto, uma série de discussão e até diálogo, ou até confronto. E são pessoas que precisam de qualificação, precisam de conhecimento, mas eles não têm condições financeiras para continuarem os seus estudos, e o Brasil estaria financiando essas bolsas de estudo, estaria financiando profissionais do Governo, pessoas que trabalham com o público estariam investindo na sua própria Casa, estariam investindo naqueles que têm concurso público, aqueles que foram aprovados para servir a sociedade brasileira.

Então, eu acho que faz justiça esse projeto designando bolsa de estudos para que eles possam aperfeiçoar ainda mais os seus conhecimentos e ampliar os seus conhecimentos através de estudos. Esse é o meu Parecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador Saturnino pediu pela ordem, em seguida, Senador José Jorge, Senador Mesquita Júnior para discutir a matéria.

SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Sr. Presidente, o projeto tem cunho social, tem méritos inegáveis, assim como o Parecer do Senador Pavan muito bem constituído, aperfeiçoando o projeto com três Emendas.

Entretanto, trata-se de uma proposição que cria uma nova modalidade de bolsa e diante deste fato, Sr. Presidente, eu prefiro pedir vistas para durante uma semana, sem querer retardar o projeto, que já tem uma tramitação longa, eu peço a compreensão dos Srs. Senadores, mas por uma semana, eu gostaria de examinar melhor para dar o meu Parecer e o meu voto sobre essa matéria que, como eu disse, eu acho que tem méritos, mas cria uma nova modalidade que precisa ser examinada.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – De pronto, a Mesa acata, é regimental o pedido de vista ao Senador Saturnino. Eu já que dizia então que a discussão nós vamos protelar, mas de imediato o Senador José Jorge me fez um sinal que gostaria de fazer uma consideração, e V.Ex^a está com a palavra.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Eu acho que foi ponderado o Senador Saturnino pedir vistas, mas eu gostaria de dizer o seguinte. Na realidade, se a gente olha esse projeto, a gente verifica que tem uma série de problemas neles. Primeiro o seguinte, no art. 1º, ele diz assim, fica instituída a bolsa de estudos destinada ao aperfeiçoamento profissional dos integrantes das carreiras de policial federal, civil e militar.

Aparentemente, não existe policial federal militar, eu pelo menos não conheço, eu acho que policial federal é toda civil. Segundo, bem como dos membros dos corpos de bombeiros e das Forças Armadas. Ora o corpo de bombeiro ele é um agregado da polícia militar, e a polícia militar não está incluída aqui, porque a polícia militar elas são estaduais.

Então, tem um problema de redação nesse art. 1º que tem que ser visto qual era a intenção do autor. Porque se a gente olha aqui o artigo do autor, ele bota assim: Aperfeiçoamento profissional dos integrantes das carreiras de policiais federais, policiais civis, policial federal, ele já é policial civil também, policiais civis, policiais militares, dos corpos de bombeiros militares

e das Forças Armadas. Quer dizer, ele tem que tecnicamente melhorar a redação desse art. 1º.

Segundo lugar, eu também acho que esse art. 3º, quando diz que as bolsas só serão dadas a quem, se forem concedidas para escolas de estabelecimento sem fins lucrativos, eu acho que essa é uma restrição que na realidade não leva há muita coisa. Porque esse negócio de sem fins lucrativos cada dia está ficando *sub judice*. A gente verifica ontem mesmo aquela, esses negócios dessas ONGs todas por aí que se criou até uma CPI, é o sem fins lucrativos entre aspas.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – V.Ex^a me permite um aparte?

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Deixa eu só terminar o meu raciocínio.

Então, o que acontece é que o Governo também está dando bolsas de estudos agora através do Programa de Financiamento de Ensino Superior, a escola com fins lucrativos e sem fins lucrativos, varia apenas a regra como ele dá essas bolsas.

Então, eu acho que aqui, também essas escolas, não têm porque essa restrição. O resto, eu acho o seguinte: Não há nenhuma proibição. Esse é o tipo de projeto, que na realidade, não há nenhuma proibição que o Poder Executivo faça isso. Se ele quiser criar um programa de bolsas de estudos para policiais militares, civis e etc., ele pode criar, é uma atribuição específica do Executivo.

Era só isso, eu concedo um aparte ao Senador Garibaldi.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – É apenas para colaborar com V.Ex^a e lembrar que estabelecimento de ensino sem fins lucrativos, então não há a necessidade de...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (*pronunciamento fora do microfone*)

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Hein? É. Tem que ser particular. Há uma Emenda de V.Ex^a. Ah, está certo.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador Mesquita Júnior, em seguida V.Ex^a.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Sr. Presidente, Senador Paim, Srs. Senadores, é claro, a execução está adiada, mas como o Senador Saturnino pediu vistas do projeto, eu queria sugerir já que ele vai se debruçar mais uma vez sobre as considerações do projeto, eu queria lembrar aqui que os integrantes dessas corporações que estão aqui, objeto do projeto de benefícios, todas elas têm academias próprias. Academias de treinamento e formação. Talvez fosse o caso, não da concessão, Sena-

dor Pavan, de uma bolsa de estudos, mas talvez fosse o caso dos Poderes Executivos, sob os quais essas corporações estejam sobre essa responsabilidade que reforçassem as estruturas dessas academias, porque esses profissionais optaram por uma carreira e uma profissão que precisa ser, a todo instante, reciclada, aperfeiçoada, mas dentro ali dos objetivos da corporação ou das corporações.

Portanto, eu deixo aqui uma sugestão desta feita do Senador Saturnino que considere a possibilidade, caso o projeto sofra alguma alteração que se direcionem benefícios para o reforço das academias próprias dessas corporações porque todas elas possuem... A Polícia Federal aqui em Brasília tem uma grande academia, o policial quando é aprovado em concurso, ele passa um período nessa academia, e por que não após a sua incorporação, ele frequentar cursos oferecidos por essas academias? O que se sabe é que em regra as academias sofrem o mesmo problema que as corporações. Ou seja, escassez de recursos para a atividade fim e escassez de recursos logicamente para as atividades meios como as academias se propõem a fazê-lo. Era essa consideração que eu queria deixar.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador Crivella como último orador inscrito e em seguida, como o Relator é o Senador Pavan, ele terá direito a considerações finais e em seguida, se assim o Plenário entender, como há um *quorum* privilegiado, vamos votar primeiro as rádios que isso não é polêmico. São nove rádios.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Senador Paulo Paim, serei muito breve, mas não gostaria de deixar de passar a oportunidade de também sugerir ao Senador Saturnino e ao companheiro Pavan que pense em duas coisas.

Primeiro, a bolsa está sendo concedida para aperfeiçoamento profissional, como nós vamos passá-la para os órfãos, o caso já não se encaixa bem, seria interessante aí nesse aspecto dar uma melhoria nessa redação.

O segundo, Senador Paulo Paim, criarmos na lei algum tipo de dispositivo para que concedida à bolsa e terminado o curso, o militar não saísse das Forças Armadas ou não saísse da polícia militar ou do corpo de bombeiro que é comum, infelizmente, isso ocorrer. O sujeito faz a carreira militar, faz o curso da academia militar, por exemplo, depois como coronel acaba tendo uma bolsa do Governo para se formar em Advogado, e aí deixa precocemente as Forças Armadas ou a polícia militar ou o corpo de bombeiro. Seriam essas as minhas sugestões, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador Leonel Pavan para as últimas considerações como Relator e aí nós vamos em frente.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Sr. Presidente, aqui foi levantado rapidamente algumas possíveis falhas no projeto, possíveis falhas. Porém isso é um projeto que passou pelo corpo técnico do Senado Federal e gostaria que a minha própria Assessoria olhasse principalmente o que foi levantado aqui pelo Senador José Jorge referente à confusão de carreiras.

E quanto à questão da academia que foi levantada, existe academia em Brasília, ou civis também nas capitais, mas tem policiais civis como bombeiros e militares de cidades distantes que não têm esse acesso.

E quanto ao aperfeiçoamento profissional, também levantado, ele cita que para o aperfeiçoamento profissional, mas também o segundo grau e até o terceiro grau. Também fala é continuidade nos seus estudos.

Mas, é um projeto de interesse social, de grande importância social, não poderia, em hipótese alguma, eu não poderia dar aqui um voto contrário, pois entendendo que essa categoria precisa ser reconhecida e valorizada. Essas categorias.

Agora se houver falha na lei e inconstitucionalidade, cabe a essa Comissão reprová-la ou não a lei.

Porém, peço ao que pediu vista, ao Saturnino, que se é possível ajustar a essa lei com uma Emenda, a lei corrigindo algumas falhas que porventura tenham no projeto. Mas eu vejo ele como um projeto de muita importância para o nosso País.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Como nós temos nove rádios e é numa única votação, e o primeiro Relator é...

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) –...o Senador Pavan, inclusive, V.Ex^a já poderia relatar o Item 9 e 10. O Senador Mesquita Júnior, com justa razão e pede pela ordem.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Eu só pedia a gentileza de V.Ex^a colocar em apreciação a possibilidade de invertemos a ordem aqui para apreciarmos o Projeto 7 com prioridade já que o Relator se encontra... Claro, logicamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Então, se me permitirem, nós vamos fazer a inversão e espero o apoio do Plenário conforme pediu o Senador Mesquita Júnior e faremos também a votação dessas nove rádios numa única votação e em seguida a votação de V.Ex^a. Pode ser? Está aprovado.

Senador Pavan, Item 9 e 10. Eu nem vou ler para ganhar tempo, V.Ex^a já faz os...

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Item 9. Primeiro, nós somos pela aprovação para a empresa e radiodifusão Tijucas FM Ltda da cidade de Bombinhas do meu Estado de Santa Catarina. Um dos lugares que tem as praias mais lindas do Brasil, entre as dez do Brasil, e a radiodifusão também da empresa radiodifusão Tijuca FM Ltda cidade de Nova Trento, da nossa Madre Paulina, lá onde chama de Paulina, também tem o nosso voto favorável, as duas emissoras. O Item 9 e o Item 10.

✱ **SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS)** – Vamos agora para o Item 11, Senador Roberto Cavalcanti. Depois teremos no fim da leitura das nove, uma votação nominal, a importância da permanência em Plenário das Senadoras e Senadores. Item 11.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB) – Proposta de aprovação de uma rádio FM devidamente constituída a qual passou por todos os processos licitatório, pelas Comissões, então o nosso voto é favorável. A cidade de Belém, uma cidade que está encravada na região do brejo da Paraíba e o grupo empresarial que comanda é um grupo político local com total capacidade de implementação do equipamento. Voto favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Eu pediria ao Senador Roberto Cavalcanti que já faça também o Relatório do Item 12, do Item 13 e do Item 14 como Relator *ad hoc* já que o Relator original era o Senador Ney Suassuna.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB) – O Item 12 da rádio comunitária da cidade de Massaranduba do Estado da Paraíba, e o Item 13 também de uma rádio comunitária na cidade de Cachoeira dos Índios, também no Estado da Paraíba, eu peço vistas, como Relator, eu sou pela suspensão da aprovação das mesmas no sentido de que tem haver por parte dessa Casa um maior rigor na concessão de rádios comunitárias. Não sei de que forma burocrática isso poderá ser feito, mas as rádios comunitárias, elas não têm uma fiscalização efetiva, as rádio comunitária concorrem com as rádios comerciais e eu peço que seja tirado de pauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – V.Ex^a, como Relator *ad hoc*, não precisa pedir vista, e sim, V.Ex^a pede a Mesa de pronto atende a retirada de pauta.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB) – As razões são em função da não fiscalização das rádios comunitárias e a sua atuação como efetivas rádios comerciais.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Em discussão somente o primeiro Item por V.Ex^a relatado.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB) – O Item 14, a Relatoria favorável à aprovação da mesma, é uma rádio FM na cidade de Cajazeiras e Solânea, a empresa é rádio Cajazeiras, mas Solânea também está vizinha a Belém e passou por todos os trâmites legais e devidas e nós somos pela aprovação da mesma. Item 14.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Sai de pauta o Item 12 e 13. 14 é aprovado. Em discussão. Votação no final. Volta de novo ao Senador Leonel Pavan. Item 15, que seria V.Ex^a como Relator *ad hoc* o Relator original é a Senadora Ideli Salvatti. Item 15, PDS 314.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – É porque ela é Líder. Líder do PT e é do meu Estado de Santa Catarina. Associação Comunitária... Meu voto aqui, deixei o voto aqui. Eu mudei muito, eu virei governista agora.

O meu voto é pela aprovação que autoriza a Associação Comunitária de Assistência Social e Educacional da cidade de Paulo Lopes. Somos favoráveis conforme Parecer também da Senadora.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Em discussão. A votação será no final.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB) – Eu peço da mesma forma, como se trata de uma rádio comunitária, que a Casa, ao aprovar uma rádio comunitária, tenha paralelamente instrumentos de fiscalização dessas rádios que hoje não existe, essas rádios...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Então, Item 15, V.Ex^a também pede...

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB) – Pede retirada de pauta, se não for o caso, vista.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Está concedida a vista. Vamos ao Item 16, Senador Luiz Otávio, a Mesa designa Senador Mesquita Júnior como Relator *ad hoc* do Item 16.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Senador, o Parecer é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Em discussão. A votação será no final. Item 17, Senadora Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Trata-se da Associação Comunitária de Comunicação de Monte Carmelo. Autoriza a executar o serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais. O voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Em discussão. Vamos às votações.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Presidente, só cumprimentar a Senadora Lúcia Vânia que está dando o voto em favor da rádio mineira, então ela está dando um voto goiano, metade goiano e metade mineiro. Agradecer a Senadora Lúcia Vânia.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Muito bem.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senadora Lúcia Vânia com a palavra.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Eu não terminei a leitura. Eu não dei o voto. Opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação de Monte Carmelo a executar o serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Monte Carmelo. Cumprimento o Senador Azeredo que foi uma das pessoas que mais lutou para que essa rádio tivesse a aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Em discussão. Vamos às votações. Nós vamos votar agora orientando todos os Senadores, o Item 9, o Item 10, 11, 14, 16 e 17. Dois saíram de pauta e um pedido de vista. Em votação nominal. Vamos a chamada. Senador José Jorge.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Maria do Carmo. Edison Lobão. Marcelo Crivella. Marcos Guerra. Juvêncio da Fonseca. Leonel Pavan.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Teotônio Vilela Filho. Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB) – Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Gilberto Mestrinho. Paulo Paim. Flávio Arns. Ideli Salvatti. Senador Roberto Saturnino.

SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador Jonas Pinheiro. Senador Marco Maciel. Eduardo Azeredo. Lúcia Vânia. Garibaldi Alves Filho.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Geraldo Mesquita.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Com os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Luiz Otávio. Romero Jucá. Aloizio Mercadante. Dalcídio Amaral. Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – João Ribeiro.

Aprovado por unanimidade todos os itens aqui relatados. Senador Cristovam Buarque também pela aprovação. Saturnino também já constou.

Vamos ao Item 7. V.Ex^a Senador Roberto Cavalcanti é o Relator. Projeto de Lei do Senado nº 241, autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Construção Naval de Cruzeiro do Sul no Estado do Acre. Senador Geraldo Mesquita Júnior é o autor. Relator, Senador Roberto Cavalcanti. A votação é nominal.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB) – A proposta é da criação de uma Escola Técnica de Construção Naval na cidade de Cruzeiro do Sul no Estado do Acre, essa entidade visa resgatar uma cultura histórica da construção naval naquela região. É uma região especializada em embarcações com proposta fluvial específica e caso não ocorra à criação de uma escola como esta, toda essa cultura, toda essa tradição, toda essa especialização náutica será perdida ao longo do tempo. Essa escola visa resgatar exatamente essa cultura náutica e de estaleiro já existente na região.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Vamos colocar em votação, o Parecer é favorável. Eu sei que o Senador Geraldo Mesquita vai falar logo após a votação. Em votação, votação nominal. Senador José Jorge.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Maria do Carmo Alves. Edson Lobão. Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Juvêncio da Fonseca. Leonel Pavan.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB) – Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Gilberto Mestrinho. Flávio Arns. Flávio Arns já deixou o Parecer dele favorável. Ideli Salvatti e Roberto Saturnino. Está aqui presente assim também. Jonas Pinheiro, Marco Maciel, Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Lúcia Vânia. Deixou o voto favorável. Garibaldi

Alves Filho deixou o voto favorável nesse momento também.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sim, sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Está aqui, mas estava autorizado, não estava? Tava. Luiz Otávio e Romero Jucá, Aloizio Mercadante e Delcídio Amaral. Antônio Carlos Valadares e João Ribeiro.

Muito bem, com a palavra, o projeto aprovado... Senador Cristovam Buarque também favorável com o Relator, com a palavra nesse momento o Senador Geraldo Mesquita Júnior autor da proposta que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Construção Naval de Cruzeiro do Sul no Estado do Acre. Senador Roberto Cavalcanti deu o Parecer favorável, foi aprovado por unanimidade.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Senador Paim, antes de mais nada eu queria agradecer a sensibilidade do Senador Roberto Cavalcanti que mesmo distante de um Estado que não é o dele, compreendeu as vicissitudes que são abrigadas pelo projeto, de fato, eu queria também agradecer aos Senadores e Senadoras a aprovação unânime do projeto. Esse projeto é muito importante lá para a minha região, particularmente lá para o Juruá, Senador Paim. Temos lá uma tradição de construções de embarcações que por falta de um instrumento como esse, está se diluindo, se perdendo no tempo por falta de registros, por falta de uma estrutura como essa, e a instalação dessa escola de construção naval, com um pequeno estaleiro para a formação de mão-de-obra profissional, uma preocupação de V.Ex^a, inclusive. Será fundamental para quem sabe criarmos um ambiente produtivo na região de Juruá na produção e confecção de embarcações, não só para a região, como para toda a Região Amazônica, inclusive, para os Países limítrofes, inclusive, vendermos embarcações bem feitas, bem construídas.

Portanto, eu estou muito satisfeito hoje com a aprovação desse projeto, eu quero agradecer meus pares, particularmente a V.Ex^a que está dirigindo a Mesa e que colocou o projeto em apreciação e quero torcer para que ele seja aprovado na Câmara para que o Poder Executivo, com o instrumento desse, possa imprimir o desenvolvimento mais ágil, mais rápido a região do Juruá no meu Estado. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – A presidência cumprimenta o Senador Mesquita Júnior pela importância da proposta, nós que defendemos tanto as escolas técnicas, por isso a alegria também dessa presidência pela aprovação do projeto.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)

– Presidente Paim, apenas para dizer que o nosso Presidente Lula que resgatou a construção das escolas técnicas pelo Governo Federal tendo feito mais de trinta nesses últimos quatro anos.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Muito bem, parabéns o aparte de V.Ex^a.

Item 5, terminativo também. Como não há nenhuma polêmica, eu solicito ao Relator Roberto Cavalcanti, o Parecer é pelo arquivamento que se puder faça a leitura do Projeto de Lei do Senado nº 106/2004, regulamenta a concessão no sentido destinado a viabilizar o desenvolvimento cultural e socioeconômico de bem-estar da população e autonomia tecnológica do País que tratam os § 3º a 5º do art. 281 da Constituição Federal. V.Ex^a com a palavra.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB)

– O presente projeto ele viabiliza o desenvolvimento cultural e socioeconômico e bem-estar da população e, na verdade, é um campo na qual a tecnologia está em foco.

Eu acho que tudo que se prender ao desenvolvimento cultural e tecnológico do País, nós devemos acostar-nos. Por isso o meu Parecer é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Em discussão. Como não há nenhuma manifestação. Vamos à votação. O Parecer é pelo arquivamento. Vamos aos votos. Fazer a leitura bem rápida nominal. Senadora Maria do Carmo Alves já deixou o voto. Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)

– Sr. Presidente, apenas para elogiar o meu correligionário que agora já está completando o seu curto mandato aqui no Senado Federal, mas que não teve nenhuma falta as Sessões do Plenário, a nenhuma Comissão a qual tenha sido designado, apresentou relatórios, projetos, teve uma participação tão brilhantes, realizou diversos pronunciamentos no tope do seu Estado, e que, nesse momento, que apresenta o derradeiro relatório nessa Comissão, merece, de todos nós um aplauso, um reconhecimento e a gratidão. Deus abençoe o senhor e parabéns pela sua tão distinta atuação no Senado Federal.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB)

– Na verdade, Sr. Presidente, as razões pelas quais essa proposta ela foi apresentada, elas são extremamente merecedora. Agora, na verdade, tecnicamente existem problemas e que fazem com que haja solicitação do arquivamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS)

– Só queria dizer que a presidência faz das suas palavras, as palavras desta Mesa em homenagem

justa ao nosso querido Senador que, infelizmente, no ano que vem não estará conosco.

Então, passamos de imediato à continuação da votação. Senador Marcos Guerra. Juvêncio da Fonseca. Leonel Pavan que deixou o Parecer. Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB) – Na sua proposta o voto é pelo arquivamento do Projeto de Lei.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Voto conhecido. Senador Gilberto Mestrinho, deixou o voto. Flávio Arns deixou o voto, Ideli Salvatti deixou o voto, Roberto Saturnino.

SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ)
– Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Jonas Pinheiro, Marco Maciel, Eduardo Azeredo deixou o voto, Lúcia Vânia também, Geraldo Mesquita também, Antônio Carlos Valadares também. Geraldo Mesquita está aqui nesse momento, com o Relator. E João Ribeiro.

Então foi aprovado por unanimidade numa justa homenagem ao Senador Roberto Cavalcanti pelo brilhante trabalhando que vem fazendo nessa Casa pelo arquivamento.

Está encerrada a presente Sessão.

(Sessão encerrada às 12h54)

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Ata da 41ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação e 5ª Reunião Ordinária da Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 29 de novembro de 2006.

AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA

Às onze horas e um minuto do dia vinte e nove de novembro de dois mil e seis, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senhor Senador Flávio Arns com a presença dos Senhores Senadores José Jorge, Marcelo Crivella, Juvêncio da Fonseca, Mozarildo Cavalcanti, Augusto Botelho, Geraldo Mesquita e Delcídio Amaral reúnem-se a Comissão de Educação e a Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Demóstenes Torres, Jorge Bornhausen, Maria do Carmo Alves, Edison Lobão, Leonel Pavan, Teotônio Vilela Filho, Wellington Salgado de Oliveira, Gerson Camata, Valdir Raupp, Almeida Lima, Sérgio Cabral, Roberto Cavalcanti, Ney Suassuna, Gilberto Mestrinho, Aelton Freitas, Paulo

Paim, Fátima Cleide, Ideli Salvatti, Roberto Saturnino, Sérgio Zambiasi, Marco Maciel, Jonas Pinheiro, Lúcia Vânia e Cristovam Buarque, que justifica a ausência. O Senhor Presidente Senador Flávio Arns submete à Comissão e à Subcomissão a dispensa da leitura das Atas das Reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo aos Requerimentos nº 026-CE, de 2006 e nº 007-CESCT, de 2005, de autoria dos Senhores Senadores Flávio Arns e Delcídio Amaral, para aprofundar o debate sobre Robótica e ao Aditamento nº 01-CE. Comparecem à Audiência Pública o Senhor José Luiz Rubinatto, Diretor da Área de Automação Industrial da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica – ABINEE e Diretor Geral da Yaskawa Elétrica do Brasil; Senhor Dante Augusto Barone, Coordenador do Laboratório de Robótica Inteligente da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS; Senhora Anna Helena Reali Costa, Coordenadora do Comitê de Robótica da Sociedade Brasileira de Automática – SBA e Professora da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo – USP; Senhor Henrique de Oliveira Miguel, Coordenador Geral de Microeletrônica da Secretaria de Política de Informática do Ministério da Ciência e Tecnologia e Senhora Louise Pereira Ribeiro, Gerente de Tecnologia Submarina do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Leopoldo Américo Miguez de Mello – CENPES/PETROBRÁS-RJ. Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Geraldo Mesquita e Augusto Botelho. O Senhor Senador Flávio Arns, Presidente da Subcomissão, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às treze horas e doze minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares**, Secretário da Comissão de Educação e da Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Flávio Arns**, Presidente da Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia, e Comissão de Educação.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Havendo *quorum* regimental, declaro aberta a 41ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação e 5ª Reunião Ordinária da Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizando-se nesta quarta-feira, nesta Sala da Comissão de Educação.

Solicito, em primeiro lugar, a dispensa da leitura das Atas, tanto da Comissão de Educação, como da Subcomissão de Ciência e Tecnologia. Havendo concordância, estão aprovadas as Atas então das reuniões anteriores dessas duas... Comissão e Subcomissão.

Essa Reunião Ordinária tanto da Comissão de Educação, como da Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia tem por objetivo realizar Audiência Pública sobre o assunto robótica. A autoria do Requerimento é desse Presidente e também do Senador Delcídio Amaral e também existe um aditamento ao Requerimento na minha autoria.

Na justificação do Requerimento estão expostos os seguintes argumentos: Já está amplamente demonstrada a existência de correlação direta entre o desenvolvimento científico e tecnológico, desenvolvimento econômico, assim quanto maiores os investimentos em pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico, maiores os benefícios colhidos pela sociedade.

A robótica, objeto dessa Audiência Pública, é área fundamental para o avanço do progresso industrial do nosso País, e necessário se faz a análise dos mecanismos de investimento no setor. Pela relevância do assunto, julgamos necessária e oportuna a realização de Audiência Pública com a participação de representantes dos diversos segmentos e entidades interessados na temática para a discussão minuciosa dos vários aspectos que envolvem a questão e a avaliação de efetiva atuação dos mecanismos de investimento.

Houve aditamento ao Requerimento nos seguintes termos: Em aditamento ao Requerimento nº 7/2005 sugiro a alteração que se segue, onde se lê Audiência Pública, leia-se Audiências Públicas, sendo a primeira em conjunto, no dia de hoje com a Comissão de Educação. Tal alteração se deve ao fato que por se tratar de um tema novo e de caráter científico que ainda não foi discutido pelo Congresso Nacional é conveniente ampliarmos o espaço na Agenda Legislativa para a discussão de matéria tão importante quanto complexa envolvendo os dois colegiados.

Para esta Audiência Pública temos a satisfação de ter os seguintes convidados, a minha esquerda o Dr. Henrique de Oliveira Miguel que é Coordenador-Geral de Microeletrônica do Ministério da Ciência e Tecnologia, também a minha esquerda, Louise Pereira Ribeiro, Gerente de Tecnologia Submarina do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Leopoldo Américo Miguez de Mello, CENPES/PETROBRÁS, Rio de Janeiro. Também à minha esquerda, temos a satisfação de ter a presença de José Luiz Rubinatto, Diretor da Área de Automação Industrial de Associação Brasileira de Indústria Elétrica e Eletrônica e Diretor-Geral da YASKAWA Elétrico do Brasil.

À minha direita temos a alegria de ter a presença de Dante Augusto Barone que é Coordenador do Laboratório de Robótica Inteligente da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e também a minha direita à presença de Marylin Peixoto da Silva Nogueira, aliás, desculpe que é Louise Pereira Ribeiro, não, não, está certo. Me desculpe, viu. (risos) Nós já estávamos falando antes, eu que me atrapalhei aqui nos convidados. Anna Helena Reali Costa, exatamente, da USP, Coordenadora do Comitê de Robótica da Sociedade Brasileira de Automática e Professora da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, USP.

Eu quero dar as boas vindas a todos os convidados, ressaltar novamente a importância desta Audiência Pública em conjunto com a Comissão de Educação. É o primeiro debate sobre este assunto que está acontecendo dentro do Congresso Nacional, donde há razão para mudarmos, inclusive, o termo de Audiência para Audiências Públicas, para que as Audiências Públicas possam subsidiar o trabalho dos Senadores, dos Deputados e da sociedade em geral em termos das medidas a serem tomadas, em termos dos investimentos no setor, da legislação e que essa e as outras Audiências Públicas possam indicar ao Congresso Nacional caminhos que possibilite um avanço maior, ainda da ciência e tecnologia e particularmente desta área da robótica.

Então, com alegria é que estamos realizando essa Audiência Pública. Passo, em primeiro lugar, conforme já havia sido combinado ao Sr. José Luiz Rubinatto, Diretor da Área de Automação Industrial da Associação Brasileira da Indústria Elétrica Eletrônica e Diretor-Geral da YASKAWA Elétrico do Brasil.

Então, com prazer, passo a palavra a V.Sª.

SR. JOSÉ LUIZ RUBINATTO – Bom dia a todos, Srs. Senadores, membros da Mesa e pessoas que estão nos ouvindo aqui no auditório.

Esse é um tema de suma importância para o desenvolvimento industrial brasileiro, visto a competitividade que o mundo, hoje, em suas indústrias coloca-se como necessário. Vou tentar mostrar um pouco da visão da nossa empresa, um pouco da visão da ABINEE sobre esse mercado, especificamente sobre robôs industriais. São robôs que são instalados nas indústrias automotiva, nas indústrias de autopeça, nas indústrias de manuseio de materiais em geral e o conceito que nós temos de robótica.

O conceito de robótica é muito amplo, desde robôs móveis, até máquinas específicas que recebem a denominação de robôs sendo que a minha apresentação vai se concentrar especificamente no braço mecânico fixo que consideramos como robô industrial. Vou mostrar alguns números, alguma coisa de tecnologia

e fazer uma comparação com relação à base instalada no Brasil.

O robô surgiu de uma tecnologia chamada mecatrônica, esse termo, essa tecnologia foi desenvolvida em YASKAWA do Japão em 1969, registrada em 1972 e tornada pública para uso em 1982. O que é mecatrônica? Naquela época a YASKAWA desenvolveu essa nova tecnologia com uma junção a integração da engenharia mecânica, da engenharia eletrônica e da ciência da computação. Para quê? Para o desenvolvimento de projeto e manufatura de produtos e processos. Hoje a mecatrônica, ela cresceu, houve a introdução de outras engenharias, outras aplicações, então, além da mecânica, da eletrônica, do desenvolvimento de software e hardware aplicados a mecatrônica com a eletromecânica, o controle digital, os circuitos de controle, o *cad cam*(F) como engenharia de manufatura, os modelamentos de sistemas, sensores, microcontroladores, simulação de formas e modelos surgiu a mecatrônica atual. E dentro da mecatrônica surgiu um produto, esse produto surgiu no Japão em 1972 e foi o primeiro robô industrial totalmente elétrico dentro do conceito de robô que hoje nós temos desenvolvido na YASKAWA no Japão.

Eu vou apresentar um pouco desse contexto de robótica pela visão da YASKAWA. Um pouquinho da nossa empresa. É uma empresa quase centenária fundada em 1915, aonde ela foca quatro ramos estratégicos de negócio no Japão que forma o nosso conceito de mecatrônica. Tem a divisão de *motion*(F) controle que são servos acionamentos, tem a divisão de robótica propriamente dita, tem a divisão de inversores de frequência e tem a divisão de engenharia de sistemas.

Falando especificamente sobre a área de robótica, foram feitas vendas de um bilhão de dólares durante o ano de 2005, foram comercializados 18.367 robôs aonde se acumularam desde 1977 quando foi iniciada a venda de robótica, 140 mil unidades, tem uma participação mundial de mercado de 24%, emprega três mil pessoas no total entre Japão, América e Europa.

Aqui mostra uma divisão de todas as áreas com seus respectivos faturamentos e a divisão por mercado doméstico japonês, mercado europeu, mercado americano e uma área específica de semicondutores.

Esse é um quadro muito interessante que mostra a evolução da robótica desde 1977. Em 1977, a nossa empresa comercializou 15 robôs, o volume de produção hoje pode exceder a 20 mil robôs por ano e nós devemos fechar o total de 2006 com aproximadamente 160 mil robôs. O que está em vermelho são os robôs, isso aqui é acumulativo, tá certo? É o que foi vendido na Europa, nos Estados Unidos e América e o azul no

mercado japonês. Vocês podem ver que o mercado japonês é extremamente automatizado. A indústria japonesa tem robôs em todos os seus segmentos.

Este é um quadro aonde mostra o total de robôs vendidos no mundo e a participação da YASKAWA e a participação de concorrentes da YASKAWA como a AZEIA(F), BROWNBOWERI(F) FANUC, KUCA, NASH, KAWASAKI desde 2003 e 2005, e aqui a produção, venda de robôs no mundo.

Então, em 2005, foram vendidos 73 mil e 900 robôs no mundo todo. Falando um pouquinho sobre robótica e tendência, o primeiro robô comercializado foi em 1977 que teve uma evolução ao longo dos anos. Essa evolução se deu no número de eixos de controle. Hoje, um robô ele tem seis eixos de controle. Uma grande preocupação da YASKAWA é o domínio total da tecnologia robótica. Então nós fabricamos desde os servos acionamentos que acionam os eixos dos robôs, nós fabricamos a tecnologia de controle, baseado em tecnologia de CNC, a tecnologia de sensores, divisão e sensores a laser, aplicação específica de robôs a solda arco e solda a ponto e sistemas integrados de manufatura em termos de desenvolvimento de *software*.

Temos selos de qualidade e selos, vamos dizer assim, de fabricação no mundo todo, e um desenvolvimento específico, principalmente para a indústria automotiva, para a indústria de pintura, para a indústria de manuseio de materiais e robôs desenvolvidos para a área no campo de LCD a plasma e manuseio de LCD a plasma e também no campo de semicondutores.

A YASKAWA também desenvolveu os robôs específicos para cada área. Para a área de solda a arco, solda ponto, pintura, manufaturamento de silicone para a indústria de semicondutores, para a indústria de LCD e plasma e culminando com uma nova tecnologia que foi lançada no ano de 2006 que é um robô com um formato humanóide com dois braços e com sete graus de operação, sete eixos. Essa é a tendência mundial, nós temos robôs com sete eixos, superando os robôs com seis eixos, dando maior produtividade, maior repetibilidade e precisão. Esse é o segredo de um robô dentro de uma linha de produção, é a repetibilidade do processo.

A tecnologia robótica, ela tem evoluído além da tecnologia do uso industrial. A YASKAWA desenvolveu alguns robôs para a manutenção de linhas vivas de linhas de transmissão. Está desenvolvendo protótipos na área médica, na área de terapia, reabilitação de pessoas com problemas físicos, na área educacional, dando suporte para o desenvolvimento em diversas áreas como engenharia, física. E trabalhando também no desenvolvimento de robôs humanóides com formato humano de maneira que possa ter algum grau de mo-

bilidade. E hoje, o robô nosso de mais alta tecnologia é o da série DA que tem dois braços mecânicos para executar suas funções numa linha de produção.

Bom, aí a YASKAWA tem suporte no mundo todo, principalmente no Brasil, e aqui eu gostaria de fazer uma comparação com o que nós temos instalado no Brasil. Essas informações são colhidas junto com outros fornecedores, visto que até agora dados estatísticos são muito pouco, a ABINEE a partir do ano que vem terá um grupo setorial especificamente sobre a área de robótica para a gente poder ter dados mais precisos e estatísticos e evolução do mercado de robótica.

Esse foi o número de vendas de robôs em 2005, em toda a indústria nacional, incluindo a indústria automotiva de montagem de automóvel.

Então, nós vendemos 322 robôs durante o ano de 2005. Se nós compararmos com que a YASKAWA fabricou em 2005, dezessete quase dezoito mil robôs e foram vendidos no mundo 75.900 robôs o desenvolvimento da área robótica no Brasil é muito pequeno. Aqui alguma participação no mercado, só o que importa é aquele número que eu mostrei antes.

Aqui é tirando a indústria automobilística e deixando somente a indústria de autopeças e outras indústrias que foram consideradas.

Então, foram vendidos 180 robôs. Então a demanda por robôs ela é concentrada na indústria automobilística hoje dia. *(soa a campainha)* Aqui também a participação dessas empresas sem a... Nós fizemos um levantamento e nós temos, desde 1994, quando começou a instalar-se e utilizar-se robôs no Brasil, nós temos uma base instalada de cinco mil e duzentos, acreditamos que esse número seja um pouco maior, 10, 20%, mas ele é muito pequeno se nós compararmos com Europa, Estados Unidos, Japão e com outros Países em desenvolvimento.

Aqui, eu gostaria de comentar um pouquinho. A fábrica da YASKAWA no Japão, ela é totalmente automatizada, os robôs montam robôs. Aqui é uma parte só da montagem, só para vocês poderem ver como é feita a montagem dos robôs lá na fábrica do Japão. Esse é um sistema de visão. Essa fábrica ela é inteirinha automatizada, ou seja, os 18 mil robôs que são fabricados, eles são fabricados por robôs.

É importante dizer que já está existindo por parte do Governo um incentivo a automatização das nossas indústrias. Hoje a importação de robôs tem um ex de 6%, tem uma isenção de IPI, mas mesmo assim não está havendo um desenvolvimento esperado na indústria em termos de robótica. Uma sugestão que eu gostaria de deixar aqui seria que o BNDES quando ele faz o FINAME de algum projeto, ele considera necessário 60% de participação da indústria nacional. No caso da

robótica, o robô, ele é uma *commodity*, ele chega aqui no Brasil, praticamente como um braço mecânico. Todo o desenvolvimento, toda a engenharia, toda a instalação, toda a análise, todo o processo de instalação de um robô dentro de uma indústria é feito por nossos engenheiros aqui no Brasil. Então tem um desenvolvimento de engenharia e tecnologia muito grande.

Então, seria importante que houvesse uma diminuição desse índice de nacionalização para nós podermos aumentar a instalação de robôs no Brasil. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Agradeço a participação do José Luiz Rubinato. Passo, em seguida, a palavra ao Dante Augusto Barone à minha direita com prazer o revejo aqui dentro do Congresso Nacional, batalhador também na área da educação, particularmente do PET, Programa do PET e que é Coordenador do Laboratório de Robótica Inteligente da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Com a palavra, então, V.S^a.

SR. DANTE AUGUSTO BARONE – Bom dia, Senador Flávio Arns, é um prazer muito grande estar presente nessa Audiência Pública, gostaria, então de saudar o Senador que foi o autor dessa Emenda, da proposta, digamos, dessa Audiência Pública, conheço o Senador desde a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, pude então acompanhar o seu trabalho em prol da educação, da questão também da assistência aos deficientes físicos e nós vamos ver também nessa audiência que as tecnologias de robótica, pode atender muito também a questão dos deficientes. E saudar também os demais componentes da Mesa, o nome da Prof^a Anna Realí Costa da USP, saúdo também os demais integrantes da Mesa.

Então, essa Audiência Pública que também é uma audiência conjunta da Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia e da Comissão de Educação do Senado vai tratar desse tema que é importante não só para a ciência e tecnologia no País como também é muito importante para a educação.

Nessa figura nós já vemos como a robótica tem avançado em termos de pesquisa mundial e nós vemos duas imagens que é difícil a gente identificar qual é a pessoa e qual é já o robô humanóide que está sendo já desenvolvido nos centros mais avançados tanto da China, quanto do Japão. Como nós não temos muito tempo para facilitar, queria também saudar a presença do Senador Geraldo Mesquita aqui, presente nessa importante Audiência Pública.

Então, a moça, à nossa direita está vendo o robô à esquerda e ali justamente o cientista também fez o seu robô gêmeo. O cientista está à esquerda e o robô está à direita.

Então, nós vemos que o avanço é muito grande e são tecnologias, como eu estava falando, que podem ser muito úteis também para o ser humano.

Me cabe também fazer algumas definições mais introdutórias sobre robótica, então vamos ver, se a gente for pensar, quando a gente vê essas figuras de robôs humanóides, vamos pensar também do próprio corpo humano como é que, digamos, ele se estrutura. Do ser humano, temos uma estrutura de corpo, um sistema muscular que vai movimentar esse corpo propriamente dito. Nós temos todo o sistema sensorial que vai nos levar informações de temperatura, a questão da visão, assim por diante, que vai nos dar uma série de informações que nós vamos reagir em função dessas informações, uma fonte de potência que vai ativar os nossos músculos e sensores, ou seja, toda a energia que nós obtemos através dos alimentos e evidentemente como principal o próprio cérebro que vai processar as informações, a partir do sistema sensorial e vai determinar ações através dos músculos, é claro que a gente faz isso automaticamente, não pensa. Mas quando nós vamos desenvolver os robôs, a nossa maior fonte de inspiração é o próprio corpo humano tanto dos seres humanos, como corpos também de animais.

Isso se nós formos ver o robô tipo que tem os mesmos componentes físicos, uma estrutura física móvel, tanto de um braço robótico quanto de um robô móvel que pode se deslocar. Motores para mover essa estrutura, todo o sistema de sensoriamento e também um sistema que vai prover potência e um computador que vai controlar todos os componentes.

Então, a inspiração maior para os robôs é visto no comportamento humano e também no comportamento animal. Qual é a origem dessa palavra robô? Então, a origem está muito ligada a questão da automatização do trabalho, então foi um dramaturgo tcheco Karel Capek, em 1923 que através dessa peça de teatro, *Rossum Universal Robots*, ele justamente colocava como que seres artificiais, que ali ele empregou o termo *Robot* que é a palavra tcheca para esse trabalho, digamos assim, ser criativo e repetitivo. Como é que uma sociedade, com esses trabalhadores, poderiam, digamos assim, interferir no comportamento da própria sociedade.

Então, de uma certa maneira às vezes a ficção, ela coloca muito como preocupante a questão da presença dos robôs e a gente vê também que há um desenvolvimento grande até de robôs humanóides, mas o que nós vamos querer procurar ver nessa Audiência Pública é que a robótica não só, desmistificar aquela idéia que ela tira postos de trabalho, de uma certa maneira, alguns postos no processo produtivo é claro que são eliminados, mas muitos outros postos de

trabalho com valor mais agregados são incorporados e com uma perspectiva muito grande para o desenvolvimento científico e tecnológico das nações que se envolvem com a robótica.

E como nós vimos também na apresentação do Dr. Rubinatto a robótica mesmo industrial ainda tem muito que desenvolver no nosso País.

Então, vamos ver uma definição de robô. Aí quando eu falo uma definição, eu vou pegar justamente, o que a Associação de Automação e Robótica Australiana diz, e aí o que ela diz: "não há uma definição exata, é muito complexo, um conceito preciso". Então é muito amplo esse conceito de robótica, porque tem muitas coisas envolvidas como a questão da visão computacional, os dispositivos robóticos em si, a questão de sensoriamento, desenvolvimento de pele robótica, enfim, é um campo muito vasto de aplicações que é difícil dizer o que é efetivamente um robô.

Bom, mas basicamente seriam três características principais que teriam os robôs. Eles deveriam possuir alguma forma de mobilidade, eles deveriam ser programáveis para realizar uma série de tarefas diversas e também devem operar automaticamente após serem programados, e cada vez mais também, quando a gente, a Prof^a Anna Costa e eu, atuamos muito também no campo da inteligência artificial e a idéia também é que cada vez mais eles possam tomar decisões de uma forma autônoma, incorporando esses mecanismos da inteligência artificial. Já para o Museu Tecnológico de Inovação em San José na Califórnia, eles dão a seguinte definição para o robô: O robô é uma máquina que coleta informações sobre o seu ambiente, então a informação sensorial e usa essa informação, que seria o seu pensamento, para seguir construções, para realizar um determinado trabalho, ou seja, a forma que ele iria atuar. Aqui nós vemos já um campo também muito importante para a robótica, robótica médica e com orgulho também podemos falar que foi uma empresa que surgiu da própria Universidade do Rio Grande do Sul, um trabalho que se originou do Laboratório de Robótica Inteligente e é um braço robótico voltado para cirurgias videolaparoscópicas e aí também a gente pode pensar, mas como que nós vamos entrar na robótica médica, nós não vamos estar tirando postos de trabalho? Muito pelo contrário, foi um próprio médico que nos procurou para desenvolver esse braço robótico. Nós temos lá no estudo de cardiologia, um braço robótico importado que introduzia recentemente células tronco para uma cirurgia cardíaca, então é minimamente invasiva, o paciente ficaria uma semana numa cirurgia convencional de abertura do tórax, fez apenas três micro incisões e ficou apenas três dias hospitalizado. Então nós achamos também

que o próprio Ministério da Saúde teria que se envolver cada vez mais com robótica. E essa importância também dessa Audiência Pública com vários atores aqui presentes, inclusive agentes governamentais, mas essa ação não se restringe apenas ao Ministério da Ciência e Tecnologia, é uma ação que perpassa vários outros Ministérios e vários outros órgãos públicos do País e como está presente aqui a própria PETROBRÁS.

Bom, vamos falar um pouco mais do braço robótico que, digamos, é a aplicação principal da indústria. Nós temos o manipulador robótico de alguns graus de liberdade. Grau de liberdade, então, é a possibilidade de variação, digamos assim, de um movimento possível.

Então, se eu for falar da minha mão, eu girar num certo ângulo, isso revelaria um grau de liberdade, se um braço robótico levanta um segmento, isso seria um outro grau de liberdade. Então nós temos um ombro que montado numa base estacionária, ele poderia, por exemplo, ter seis graus de liberdade e o robô ele deve mover um atuador de uma posição a outra. Então o robô de pintura que é muito usado na indústria automobilística, ele justamente é indicado à posição e ele começa a fazer a pintura, faz a cobertura em toda de pintura ou a soldagem, uma série de ações que são até repetitivas também.

Aqui nós temos, então, o exemplo de um braço robótico, um braço puma 560. Aqui também temos uma mão robótica que foi desenvolvida pela Agência Espacial Alemã. E nós vemos cada vez mais como a tecnologia tem que se desenvolver até para pegar objetos com mais sensibilidade e essas tecnologias são muito importantes também para pessoas com deficiências físicas. Então, já houve também no exterior o implante de um braço robótico numa pessoa que tinha um braço decepado e com um controle muito complexo da fisiologia com esse braço robótico que a pessoa reconquistou todos os seus movimentos através desse através robótico. Então a gente vê como essas tecnologias são inclusivas. Então uma alta tecnologia que tem um poder social fantástico.

Aqui nós vemos também outra aplicação fantástica para a robótica, são aplicações espaciais, nós mesmos do laboratório de robótica inteligente em 97, fomos convidados a participar do projeto da Estação Espacial Internacional que teria uma participação de um braço robótico brasileiro, mas infelizmente, aparentemente, o financiamento brasileiro não correspondeu ao que estava meio compromissado e essa participação mais acadêmica do Brasil, na Estação Espacial Internacional, que é o maior projeto tecnológico já feito pela humanidade, envolveu em princípio sessenta bilhões de dólares, nós ficamos um pouco

a parte, apenas montando partes para esse braço robótico. Mas, enfim, toda a pesquisa espacial ela se tornaria impossível se não fossem os robôs móveis e os braços robóticos também.

Então, nós vemos a exploração de Marte, através de sondas que podem coletar o material e fazer a própria análise. E também nessa robótica, digamos, espacial, é uma aplicação fantástica para a robótica móvel e para a autonomia dos robôs, porque justamente entre Marte e a Terra o sinal leva quatro minutos. Ora, nós não podemos com a imagem que nós estamos vendo aqui na Terra de Marte, era uma imagem do passado de quatro minutos, então nós não podemos operar seja por um *joystick*, para dizer, vai para a esquerda, vai para a direita, pode ser que o robô esteja se deslocando para um precipício, e ele de forma autônoma, ele tem que justamente tomar suas próprias decisões sobre o terreno.

E uma grande aplicação também da robótica móvel, temos tanto a robótica aérea quanto a robótica submarina. Nós visitamos também recentemente em maio um importante estudo dos sistemas robóticos em Lisboa, nesse aspecto também Portugal está muito mais avançado que o Brasil em robótica, principalmente do ponto de vista de financiamento para as universidades, e lá, eles têm muito problemas de incêndio em florestas e vários robôs aéreos já são usados para controlar esses incêndio em florestas. E outra aplicação também é a robótica submarina que a própria Dr^a Luiza terá a oportunidade de falar que já é bastante trabalhada aqui na PETROBRÁS também.

Temos, então, os robôs humanóides, esse é o robô COG que tinha a intenção de desenvolver a mesma capacidade cognitiva de inteligência de uma criança de até dois anos de idade. Foi desenvolvida lá no MIT, pelo Dr. Rodney Brooks. Aqui também nós vemos um robô humanóide que é o professor japonês a direita também construiu uma réplica de si mesmo, mas com o objetivo de que cada vez mais, robôs... Por que também a idéia de fazer esses robôs antropomórficos mais parecidos com o ser humano? Porque se acha também que quanto mais parecidos forem essa interação com as pessoas, vai ser facilitada também.

Temos um mercado fantástico também no entretenimento. Nós temos, por exemplo, fabricados pela SONY o AIBO, AI Robot, que é um cão robótico em que ele tem 20 motores, ele pode andar, jogar futebol, sentar, deitar, expressa emoções, tem instintos, pode fazer brincadeiras, ele pode expressar quando está com fome, sono e etc., e entretém muito os donos também. Temos os robôs AZIMO e QRIO também da SONY que também são robôs com forma humanóide e também servem para o entretenimento.

E temos o mercado fantástico agora que são os robôs domésticos, e a gente vê como a robótica é importante em termos mundiais e de mercado mesmo. Robôs limpadores de superfície, tanto para superfícies externas com superfície mais dura, como também para aspirar carpete. E vamos ver que esse AI Robot, o modelo Romba, ele está sendo vendido, já vendeu dois milhões de unidades vendidas em todo o mundo. Até nós estávamos conversando um pouco, em 2005, com a Profª Anna aqui, já está também a venda pela internet podemos comprar até no Brasil a um preço de apenas 600 reais, na base de trezentos dólares e que já vem um pacote, esse robô para aspiração e um robô também para fazer a limpeza de superfícies duras.

Temos, então, um maior mercado que são os robôs de manufatura que fazem pintura e soldagem e, inclusive, como já foi falado também pelo Dr. Rubinatto, no mercado brasileiro já temos um parque instalado razoável e cada vez mais no mercado automobilístico, e outras aplicações também industriais, a robótica está entrando com força, e é importante que ela entre com força para aumentar os ganhos de produtividade. E que no mercado global, a gente tem que ser efetivamente competitivo.

Um outro mercado importantíssimo, mas não como um mercado, como uma aplicação para as pessoas. A medicina, operação à distância, telecomandadas. Às vezes, a gente vê também (*soa a campanha*) locais, por exemplo, distantes a nossa estação na Antártida, regiões inacessíveis como a Amazônia, no centro-oeste, às vezes, tem um problema sério de uma saúde de uma pessoa e poderia se fazer telecirurgias ou até consultas a outros especialistas à distância.

Então, esse efetivamente é uma aplicação muito importante para a robótica, a robótica médica. E como eu falei, nós já temos essa aplicação no Brasil até com a implantação de células tronco através dessa modalidade. Aí vamos falar um pouquinho também sobre a estruturação da área de robótica no País.

Então, nós temos tanto no setor industrial, temos aqui presentes à própria ABINEE, a ABIMAC que é a Associação Brasileira das Indústrias Mecânicas, Automação e Controle, temos a Confederação Nacional da Indústria e viemos, então, com muita simpatia à oportunidade dessa Audiência Pública em que esses atores estão aqui reunidos.

Então o segmento industrial está colocando essa importância junto com o seguimento de ciência, tecnologia e inovação como Centro de Pesquisa dos CENPES, as universidades, temos a USP, a UFRGS representadas, as sociedades científicas, temos também as sociedades científicas atuando, como a Sociedade Brasileira de Computação, a Sociedade Brasileira

de Automática, e o seguimento governamental com o Ministério de Ciência e Tecnologia, o Ministério da Educação e o Ministério da Saúde, também.

Essas são as principais sociedades científicas ligadas à robótica, a BCM, que é a Associação Brasileira de Ciências Mecânicas mais voltadas ao aspecto da construção dos robôs, a construção física. Envolve mais a mecânica e mecatrônica, a SBA, Sociedade Brasileira de Automática, com a sua Comissão Especial de Robótica que já foi criada, que se envolve mais no controle dos robôs, e a Sociedade Brasileira de Computação, através da Comissão Especial de Robótica da qual eu faço parte, se envolve mais com o controle inteligente de robôs, técnica de computação e inteligência artificial, e nesse aspecto também deve-se mencionar que esse ano de 2006 foi um ano muito oportuno para a robótica que foi criado dentro do Conselho Nacional de Pesquisas, o CNPq, um comitê Assessor específico para a área de robótica e mecatrônica. Então nós já temos robótica, mecatrônica e automação.

Então nós temos um comitê de especialistas que podem já ver demandas específicas para a robótica, do ponto de vista mais acadêmico, e apreciar com competências essas demandas. Temos também a Sociedade Brasileira de Automação, a Sociedade Brasileira de Robótica, desculpa, de Automação, elas realizaram também, realizam, cada uma delas, eventos específicos de robôs. Então, temos aí o pôster do 7º Simpósio Brasileiro de Automação Inteligente, que foi realizado em São Luiz do Maranhão e temos também um fator de aglutinação, é o futebol de robôs em que justamente várias universidades desenvolvem robôs, tem-se uma câmara, uma ou duas câmaras em cima, então tem toda a questão de tecnologia em visão computacional, isso é um grande estímulo para as universidades e para as escolas.

Pesquisando na base do CNPq, esses dados estão desatualizados, está sendo feito uma reatualização, a cada três anos, está fechando agora, mas nos dados que nós tínhamos da última atualização, nós temos 816 pesquisadores doutores no País atuando em robótica, 114 grupos de pesquisa dos quais 35 grupos na área de ciência de computação.

E quais são as áreas que nós vemos nesses 114 grupos? Nós temos, então, a robótica não está apenas na engenharia, ela está na matemática, na ciência da computação, na medicina, na filosofia, porque é fundamental também que as ciências humanas se preocupem nessa empregabilidade, nessa convivência de robôs, homens e máquinas. Nas artes também, o design das máquinas, como é que é a melhor interface para as pessoas se relacionarem com as máquinas. E as engenharias, então, nem se fala. Tanto a elétrica,

mecânica, produção civil, nuclear, biomédica, materiais e metalúrgica. E qual é, então, a ação governamental e a articulação com o Congresso? Então, o legislativo tem um papel fundamental como esse, a realização de Audiências Públicas, ano que vem também, vai ser um ano fundamental, porque vão estar se definindo as Emendas do Plano Plurianual 2008/2011 e nós gostaríamos também que essa Audiência Pública que seja precursora de outras e que nós possamos fazer uma ação articulada que a própria robótica mereça, então, uma Emenda no Plano Plurianual 2008/2011.

No nível do Executivo, gostaríamos muito que o MCT abraçasse a idéia de constituir um embrião do Plano Nacional de Robótica através dos fundos setoriais, das ações transversais, e temos uma sinalização muito importante, o próprio Dr. Henrique, que isso já está sendo pensado no nível do MCT. Formação de rendes de pesquisa, fomento e infra-estrutura de laboratórios e também a criação de bolsas de mestrados, doutorados específicas tal como nós temos um Plano Nacional de Microeletrônica. E também a robótica, ela vai desenvolver muitas engenharias e as demandas para a próxima microeletrônica.

Já finalizando, e no Executivo também no nível do Ministério da Educação, nós temos ações de robótica educativa, as olimpíadas de robótica e competições de futebol de robôs.

Aqui temos uma grande competição mundial que nós no Brasil estamos muito longe de sermos competitivos. E também uma ação concreta, finalizando, então, o Projeto RUBEDU(F) uma parceria da Federal do Rio Grande do Sul com a Secretaria de Educação, eu coordeno esse projeto com duas escolas públicas, a Escola Tubino Sampaio e a Escola Técnica de Comércio da URGs financiada pelo MEC para PROMED e UNESCO.

E aqui nós justamente mostramos várias dessas ações da integração nas escolas públicas e isso aumenta muito o interesse por física e matemática, e aí também um registro ao Senador Flávio Arns, já desde a época da Comissão de Educação que tanto defenderam o Programa de Educação Tutorial, o PET, que esteve ameaçado de extinção, justamente aqueles rapazes de camisa laranja, são petianos que estão trabalhando em robótica nas escolas públicas para sensibilizar, para melhorar a física e a matemática.

Então, a gente vê como concretamente, a ação do Legislativo ela impacta, ela impacta em ações concretas na sociedade civil. Aqui, então, de novo, várias ações com aulas de física, lançador de projéteis, enfim, então várias das nossas interações com a escola.

Temos para aprimorar o aprofundamento, temos alguns artigos, da minha própria autoria, “Reflexões

sobre o futuro da robótica” que apareceu na revista Consciência da UNICAMP de outubro de 2005 e também os meus dados de contato.

Mais uma vez agradeço a oportunidade e cumprimento o Senador Flávio Arns pela oportunidade dessa Audiência Pública. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Muito bem. Agradeço a participação do Prof. Dante Augusto Barone e dizer da satisfação desta Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia tê-lo como convidado com as informações e com as sugestões, inclusive, apontadas até falávamos, sugeriríamos que há um amplo, uma ampla possibilidade de ações a serem tomadas como desdobramento da apresentação também. Passo em seguida a palavra a Dr^a Anna Helena Reali Costa que é a Coordenadora do Comitê de Robótica da Sociedade Brasileira de Automática e professora da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, USP. Com prazer, então, a palavra com V.S^a.

SRA. ANNA HELENA REALI COSTA – Bom dia a todos, agradeço ao Senador Flávio Arns aqui presente, pelo Senador Wellington Salgado de Oliveira também, e parabeno entusiasticamente essa brilhante iniciativa de realizar Audiências Públicas relativas para debater essa questão da robótica tão importante para o nosso desenvolvimento, o desenvolvimento científico e tecnológico, possibilitar inovações no nosso País e o progresso do nosso País.

Eu vou ser rápida, complementando as apresentações já feita pelo Dr. Rubinatto e pelo Dr. Dante Barone, e eu gostaria, então, somente de elucidar um pouquinho com alguns termos em relação o que é falado, o que é estipulado da Federação Internacional de Robótica que é o IFR, International Federation of Robotic.

Eles dividem os robôs como bem vimos nessa apresentação em duas classes distintas: A primeira seria os robôs industriais, bastante abordados pelo Dr. Rubinatto, onde a grande parte dos robôs estão em operação, são manipuladores a grande maioria e são voltados, principalmente, 50% desses robôs, os meus dados estão um pouco desatualizados, porque como mesmo ele, como representante da ABINEE ressaltou, temos dificuldades de colher esses dados, principalmente aqui no Brasil, mas dentro do relatório apresentado na IFR, no final de 2003, aproximadamente 50% dos robôs industriais em operação eram voltados para a tarefa de soldagem, enquanto que 28% ficavam no manuseio de materiais e empacotamento e 7% em montagens e depois outras aplicações menos relevantes.

As indústrias, as principais indústrias que adotam essa tecnologia são vinculadas à indústria automotiva, metalúrgica, química, eletroeletrônica, máquinas, manipulação de produtos alimentícios e na área de comunicação, essas são mais relevantes.

Em operação em 2004, talvez os números divirjam justamente pela dificuldade do levantamento desses dados, mas segundo o IFR tínhamos aproximadamente em operação no mundo inteiro 850 mil unidades, 850 mil robôs. O Japão é bastante expressivo como ele mostrou nos números. Na América como um todo, tínhamos aproximadamente 127 mil unidades, sendo que dessas, eu já vi que tem uma discrepância, lá no IFR estava constando o Brasil em robôs industriais com número de 2.355 unidades, sendo que 124 mil, a grande parte dessa representação com robôs na América está voltada para Estados Unidos, Canadá e México. A Ásia e Austrália têm aproximadamente 445 mil unidades, tinha no final de 2004 em operação e União Européia 280 mil.

A projeção para a América, incluindo, portanto, a América do Sul, Central e do Norte, em 2009 haverá um total de 150 mil robôs industriais implantados em operação. E no mundo a estimativa seria de um milhão, cento e doze mil e quinhentos unidades no mundo inteiro. Isso representando um crescimento médio anual de 4,9% de implantação de robôs.

A segunda classe definida pelo IFR de robôs, são os robôs de serviços. Nesses estão aglomerados uma gama bastante diversificada de robôs. Uma definição temporária, como eles mesmos dizem, ainda não muito formalizada de que seriam robôs de serviços, seriam robôs autônomos, ou semi-autônomos que realizam serviços úteis para o bem-estar de humanos ou equipamentos, excluindo aí operações e manufatura porque em manufatura estaria na classe de robôs industriais. Essa área de robótica está em franca expansão devendo superar o mercado de robôs industriais em quantidades devido à imensa diversidade de aplicações como o Prof. Dante Barone aqui bem salientou. Esse grupo de robôs de serviços são divididos em dois grandes grupos, e esses grupos são assim divididos devido ao custo de cada robô. Então são os robôs de serviços profissionais e o robô de serviços pessoais, ou particulares ou privados. Do robô de serviços profissionais, em 2005, tinha num levantamento bastante informal e difícil de ser feito por volta de 31.600 unidades instaladas. A maioria desses robôs, apesar de estar uma distribuição bastante equivalente, lembrem que nos soldadores eram 50% do mercado dos robôs industriais, aqui já tem uma distribuição bem mais homogênea, desses, desculpem, desses robôs de serviços profissionais subaquáticos

e submarinos representam 20%, e eu acredito que a Dr^a. Louise vai falar um pouco mais porque é uma área de bastante interesse para a PETROBRÁS. Robôs de limpeza, limpeza em geral, LUFTANZA para lavar aviões, lavar janelas em edifícios e todos são robôs de limpeza, representam 18% do mercado para defesa, resgate e monitoramento, segurança, patrulhamento, são 16% para construção e demolição, então, robôs que auxiliam em construção e demolição, aproximadamente 11% do mercado, medicina 11%, bastante diversificado como salientou o Prof. Dante Barone e aí com aplicações no campo, em agricultura, tratores autônomos, colheitas autônomas, inspeção de solo, e assim por diante, são 11% e plataformas móveis de uso em geral ficam com mais 11%.

No final de 2005, tinha aproximadamente dois milhões de unidades de robôs de serviços para uso doméstico como aqui também salientou o Prof. Dante Barone, o aspirador de pó da empresa AI Robot, que era o aspirador Romba foi um sucesso em 2005 com dois milhões de unidades vendidas a um preço bastante acessível e no mesmo estilo tem robôs para lavar chão, para limpeza miúdas em áreas externa, quintal, garagens, cortadores de grama é um que cresceu muito nesse ano, cortadores autônomos de grama, guardas residenciais que fazem o patrulhamento de residência e possuem visão computacional para verificar se está sendo invadida alguma área ou não. E a maioria desses robôs que são, portanto, dividido dentre os robôs de serviços para serviços pessoais são assim dividido, porque a faixa de preço de custo de cada produto é bem menor do que os outros, que por sua vez é menor do que o de serviços profissionais, que por sua vez ainda é menor do que robôs industriais, como o Dr. Rubinatto salientou. Então a maioria está na faixa de 150 a 400 dólares.

Além disso, dentro desses robôs de serviços pessoais, têm também os robôs voltados para a diversão e entretenimento que é uma fatia do mercado que está crescendo muito, e em 2005 houve uma venda de um milhão de unidades, que são brinquedos voltados para robby, educação, treinamento, para difusão do conhecimento tecnológico e motivação principalmente das crianças em colégio com o trabalho bastante bonito e relevante que o Prof. Dante tem feito. O crescimento esperado nas áreas de aplicação são assistências a deficientes e idosos, para transporte pessoal, para segurança e monitoramento. Esses são o que o mercado está sentindo que vai crescer muito a faixa de aplicação de robôs de serviços. A projeção de 2006 a 2009 é uma projeção de venda de 5,6 milhões de unidades nesse período. E o interesse do Brasil, qual seria? Robôs é um produto com bastante tecnologia agregada

que possui atualmente um desempenho como produto em franca melhoria com os preços cada vez mais reduzidos, então tornando-se cada vez mais acessíveis para serem difundidos em diversas aplicações. É uma das tecnologias de interesse da Defesa Nacional que cita nominalmente o item de inteligência de máquina e robótica entre suas áreas de interesse, e como o Prof. Dante já salientou é interesse também da academia, tanto é que houve uma solicitação para o CNPq para a criação de um novo comitê de Assessoramento dentro das áreas de engenharia que é o comitê de Assessoramento em robótica, mecatrônica e automação, o CNPq que está nascendo esse mês.

As dificuldades no Brasil. Infelizmente, ainda não se conseguiu inserir pesquisa na indústria. Isso, com algumas exceções, a PETROBRÁS é uma louvável exceção. Isso daí torna muito difícil converter o conhecimento em inovação e desenvolvimento que é o que a gente quer para o nosso País.

Então, somente de transferência de tecnologia da universidade para a indústria não é suficiente, tem um *gép(F)*. Algumas políticas estão sendo formadas nesse sentido, tanto no âmbito Federal, quanto lá no meu Estado, no âmbito da FAPESP, com o incentivo da transferência de tecnologia, junção uma unificação maior no discurso da universidade com as indústrias e a FAPESP fomentando esse tipo de interação. Mesmo assim não é muito eficiente e suficiente para gerar toda a inovação e desenvolvimento que o Brasil seria capaz de conquistar. Então a universidade não pode substituir a pesquisa que deve ser conduzida na indústria com a agregação, com o Assessoramento da universidade, mas não fazendo totalmente a pesquisa. E ainda o Brasil possui uma economia fechada e falta de ambição de conquista de mercado internacional por parte do nosso setor produtivo.

Então, como que nós poderíamos promover esse avanço tecnológico no País? A gente precisa de uma atuação pró-ativa e isso louvável seja aqui o Senado que tomou essa iniciativa, realmente, sentiu essa necessidade para dominar o conhecimento e a tecnologias e gerar inovação e desenvolvimento.

Então, nós precisamos formar um projeto mesmo de Estado para o avanço tecnológico brasileiro na área de robótica, através de diversas ações, como ações de divulgação da robótica e suas aplicações, essa Audiência Pública consta numa dessas ações, desmistificação e popularização desse tema para motivar nossas crianças e futuros desenvolvedores e detentores do conhecimento nessa área, através de promoção de feiras, de mostras, competições, com participação de todos os níveis escolares e de grande público, mais uma vez saliento o trabalho relevante do Prof. Dante

Barone nesse sentido. Incentivo a formação, o que o Governo pode fazer, incentivo à formação de recursos humanos nas áreas e áreas afins, agregadas com novos cursos, bolsas de estudos, premiações voltadas nesse sentido e recursos para ensino, enfim, fomentando os recursos para ensino, pesquisa e desenvolvimento nesse setor.

Um exemplo do Japão, o Japão, como o Dr. Rubinatto bem salientou, é um expoente na área de robotização. Em 2003, o Governo japonês, por exemplo, designou a cidade de Fukuoka, que está, ajude-me, por favor, Kitaguchi(F) como zona de experimentação robótica e colocou robôs com formato humanóide, como o Prof. Dante Barone salientou para melhor interação com as pessoas nas ruas, literalmente nas ruas, para auxiliar idosos a atravessar ruas, idosos, crianças e deficientes atravessar ruas, subir escadas, para guiar e informar pessoas no trânsito, para interagir com infratores, a última notícia que teve, eles jogavam bolinhas coloridas nos infratores de trânsito para mostrar que estavam infringindo de alguma forma a lei, mas voltado para a educação, obviamente. Aplicações de interesse que penso, algumas são bastante relevantes e por isso que eu salientei aqui para o nosso País, os robôs submarinos que eu nem vou me expandir mesmo porque a Dr^a. Louise já vai se aprofundar nesse tema.

Com relação à defesa e áreas afins o uso de VANT, veículos autônomos não tripulados, para fazer reconhecimento tático, apoio operacional e execução de missões militares ou não. Patrulhamento e monitoramento de regiões remotas (*soa a campanha*) fronteiras e áreas costeiras, segurança e apoio policial, busca e salvamento, operação em zonas de perigo e de desastre, para mapear, mapear solos, mapear regiões de agricultura para fazer coleta de dados a respeito de colheita, de contagem de rebanho para a detenção e suporte a extinção de incêndio como o Prof. Dante salientou, pesquisa ambiental e de clima, inspeção de linhas de transmissão, que já existe robôs para isso também, além de represas e estradas, para telecomunicações e serviços de transmissão. Além disso, uma área expoente e que está crescendo no mundo, e que vai ser muito útil, a área de redes de sensores móveis, onde se agrega à parte de sensoriamento, de comunicação com robôs que são máquinas que permitem a locomoção e de tal forma que se possa realizar o sensoriamento de forma cooperativa e dinâmica reconfigurando a formação desses sensores conforme a necessidade.

Auxílio a deficientes com cadeiras de rodas e andadores autônomos, próteses inteligentes que foi aquele exemplo salientado pelo Prof. Dante Barone da garra com bastante grau de liberdade, assistência

a idosos e crianças que isso é um serviço que está crescendo no mundo, devido ao envelhecimento da população mundial, que é através do monitoramento de supervisão, incluindo equipamentos sofisticados de interação para garantir segurança dessas pessoas que moram sozinhas, robôs para educar, divertir, fazer companhia, lembrar de atividades, como tomar medicamento, alimentação, tomar água, e assim por diante para pessoas que assim necessitam. Na medicina, queria só lembrar que a robótica vai desde a nanorrobótica onde se tem, hoje em dia, micro-robôs, daí a integração também com a área de microeletrônica, onde se tem micro, já se possuem micro-robôs navegando pelo corpo humano, pelos vasos sanguíneos e tudo mais, intestinos, verificando, e aí ele tem que ser autônomo, ele não pode ter colisão forte com os órgãos para não danificar para fazer uma inspeção mais rigorosa e desobstrução de vias, e assim por diante, fazendo exames. Assessoramento e execução de cirurgias, como foram os exemplos aqui demonstrados, robôs que permite a interação à distância do médico e paciente hospitalar, já existe, eu peço desculpa, mas eu esqueci o nome, eu tenho dificuldade com nome japonês, mas já tem alguns hospitais japoneses que o robô vai visitar o paciente nos hospitais e coleta diversos dados e através da sua tela e da sua interação, ele já se comunica com o médico que está lá na clínica dele para fazer acompanhamento de diversos pacientes. E além do mais, uma área bastante interessante que é de reabilitação que é para assistir, assessorar a reabilitação do paciente. Então são máquinas inteligentes que reanima, ajudam a reaprender movimento e assim por diante. A agricultura é outro tópico bastante de interesse para o nosso País com tarefas de mapeamentos, análise de solo, agricultura de precisão, identificação e extração de ervas daninhas, colheitas autônomas e assim por diante e educação, onde essas equipes educacionais voltados para as áreas tecnológicas motivariam os jovens para essa área que é o que gera inovação e desenvolvimento nos Países.

Há diversos grupos acadêmicos, o Prof. Dante salientou inúmeros e eu saliento em algumas instituições, em todos eles, há atualmente representantes, doutores com atuação em robótica no País.

Então, no momento, na coordenação desse, recém criado, comitê de robótica da Sociedade Brasileira de Automática, um dos nossos grandes objetivos é fazer mapeamento de desses grupos atuantes em robóticas e observar, e salientar as suas competências promovendo também, fazer uma promoção também de eventos nessa área e melhor levantamento do Estado, do País na área, tanto na área acadêmica, quanto nas competências também e como está o

nosso setor produtivo e nossas indústrias, espero ter a colaboração da ABINEE nesse trabalho que é uma meta comum de toda a sociedade. Como conclusão, podemos ver, que então, que a robótica tem excelentes e variadas oportunidades de desenvolvimento e geração de inovação que o Brasil pode se adiantar, então, realmente numa ação pró-ativa e ser um desenvolvedor de diversos produtos, não só um importador e consumidor que há muito espaço que o País ainda pode ocupar, várias áreas de interesse que ele tem competência para isso a área e para a área que está um pouco frágil, distribuída e incipiente no País por falta de uma política mais clara agregadora poderia, então, fomentar o incentivo e o apoio, e a idéia de um Programa Nacional de Robótica seria também bastante bem-vindo e espero que colha frutos. Como referências, então, temos a International Federation of Robotics, a United Nations Economic Commission for Europe que também se aplica bastante na área de robótica, a notícias e fomentos realizados pela agência FAPESP e também pelo CNPq e CAPES, peguei dados também da Used Today, da inovação tecnológica, da AI Robot e da revista Consciência. Muito obrigado e parabéns mais uma vez a iniciativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR) – Muito bem. Muito interessante. Agradecemos a participação da Dr^a Anna Helena Reali Costa e em seguida passo a palavra a Marilyn Peixoto da Silva Nogueira, Marilyn está sendo substituída pelo Dr. Henrique de Oliveira Miguel que é Coordenador-Geral de Microeletrônica do Ministério da Ciência e Tecnologia, Secretaria Política de Informática.

Então, com a palavra V.S^a.

SR. HENRIQUE DE OLIVEIRA MIGUEL – Bom, eu inicialmente saúdo o Exm^o. Sr. Senador Flávio Arns agradecendo e saudando em nome dos demais Senadores presentes, a oportunidade do convite para a Secretaria de Política de Informática do Ministério da Ciência e Tecnologia estar participando dessa reunião da Subcomissão Permanente a de Ciência e Tecnologia aqui do Senado Federal.

Apesar da nossa apresentação, a apresentação que a Dr^a Marilyn teria oportunidade de fazer está tratando do assunto robótica, nós vamos falar mais precisamente sobre a Política Nacional de Tecnologia da Informação que abrange esse setor e concluindo também, avaliando algumas sugestões, algumas propostas para fomentar, para apoiar esse setor.

Bom, o Ministério da Ciência e Tecnologia estabeleceu já, desde o início dessa última gestão, um plano estratégico que busca exatamente resgatar algumas das tecnologias que nós já havíamos desenvolvido internamente ou através de parceria com instituições

ou mesmo empresas e buscando disseminar essas tecnologias por todo o País. Analisando, então, hoje o mapa das instituições de ensino e pesquisa nacionais, principalmente aquelas que atuam na área de ciência e tecnologia e inovação, nós verificamos que há uma distribuição, uma concentração, melhor dizendo, muito forte nas regiões sul e sudeste, então, esse plano estratégico do MCT visa transformar esse sistema de ciência, tecnologia e inovação, possibilitar uma ampla participação de agentes públicos e privados. Aumentar e distribuir melhor todo o sistema de ciência e tecnologia pelo Brasil, envolvendo todos os setores e segmentos. Daí, mais uma vez a importância desta reunião que estamos tendo. Nos seus eixos verticais, através de ações efetivas foram vinculadas todas as ações e atividades do Ministério de Ciência e Tecnologia, as prioridades da Política Industrial, Tecnológica de Comércio Exterior lançada em 2004 pelo Governo Federal. Também aliar os objetivos estratégicos nacionais e promover a inclusão social.

Esse, então, é o plano estratégico do MCT no qual, uma parte a Secretaria que integra o Ministério está atuando nas suas atribuições específicas para apoiar esse plano.

Bom, como integrar essas ações? Através, exatamente, de medidas conjuntas entre os diversos Governos, ou seja, na esfera federal, estadual e municipal buscando uma maior interação entre as empresas e as instituições de ensino e pesquisa, essa aproximação é necessária, tanto pela transferência de tecnologia, como também por uma maior presença de pesquisadores mestres e doutores na iniciativa privada, porque aqui no Brasil, diferentes de outros Países, a maior parte de pesquisa e desenvolvimento, e da participação e presença de mestres e doutores estão no Governo, nas suas três esferas e não nas empresas. Isso faz com que nós tenhamos uma pesquisa que ficam projetos, pesquisas e desenvolvimento que fica muito concentrado nas instituições de ensino e pesquisa e na sua maioria ainda nas regiões sul e sudeste.

Outro objetivo ampliar os investimentos em pesquisa desenvolvimento e inovação nas empresas. Porque a inovação, na realidade, ela ocorre na empresa, o centro de pesquisa desenvolve, mas ele precisa repassar para a empresa para que haja a efetiva comercialização e industrialização do bem.

Então, quais são as ações, então, efetivamente realizadas? Na nossa área, em particular, de atuação da SEPIN, a extensão da vigência da lei de tecnologia da informação ou da Lei de Informática como nós conhecemos. Houve uma proposta de Projeto de Lei que foi aprovado em 2004 e esse Projeto de Lei se

transformou, então, na Lei 11.077 que estendeu a vigência da Lei de TI de 2009 para 2019.

Então, houve uma atuação efetiva do Legislativo na aprovação dessa legislação, desde já das legislações anteriores como nós vamos verificar a seguir. Se estabeleceu também um novo modo de gestão dos fundos setoriais, os fundos setoriais eles são constituídos por comitês gestores em áreas estratégicas com a participação de representantes do Governo Federal, do Governo Estadual, da área acadêmica, da área empresarial e também participação de trabalhadores em alguns casos. A gestão dos fundos, então, ou seja, os recursos e a destinação dos projetos ficam vinculados ao plano estratégico do MCT com aquelas diretrizes, com os macro objetivos e as ações transversais da política industrial de comércio exterior que definiu áreas prioritárias para a atuação. E mais recentemente foram aprovadas as leis de inovação e a chamada MP do Bem que foi transformada na Lei do Bem.

Sobre os fundos setoriais é um importante instrumento do MCT e eu extrapolaria dizendo que é da sociedade como um todo para promover o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação e os incentivos fiscais que compõem o arcabouço específico voltados na área de ciência, tecnologia e inovação.

Eu gostaria de destacar fundamentalmente as duas últimas legislações ali que estão mencionadas, a Lei de Inovação e a Lei do Bem que são mais recentes, estão sendo regulamentadas e seus frutos devem começar a surgir em breve.

Bom, esses são os Fundos Setoriais, além desses quinze Fundos Setoriais, existem dois Fundos que não estão na atuação do MCT, estão na esfera do Ministério das Comunicações e eu destaco o Fundo de Tecnologia da Informação que são recursos advindos do setor privado para apoiar as atividades de pesquisa e desenvolvimento nessa área. Mas existem outros Fundos, como os senhores podem observar, estão relacionados ao tema aqui tratado como a aeronáutica, o agronegócio, a biotecnologia, a área energética, a área espacial, a área mineral, a área de petróleo, a área de saúde, a área de transportes e a área de infraestrutura que é responsável por um Fundo que apoia o desenvolvimento e a implantação de uma infraestrutura de pesquisa e desenvolvimento nas instituições de ensino e pesquisa vinculadas ou não ao Ministério de Ciência e Tecnologia.

Mais especificamente sobre a Lei de Informática, ela tem já uma longa história, ela vem desde a Lei 7.232 de 29 de outubro de 84 no qual havia um regime bastante restrito de atuação das empresas que ficou conhecido como o regime, na época, como reserva de mercado. Havia um controle das importações e um

controle bastante rigoroso do ponto de vista de importações, isso em função do setor no momento. Essa legislação, então, ela evoluiu, a Lei 8.248, a Lei 10.176 e mais recente a Lei 11.077 que altera os dispositivos anteriores e que na mudança da Lei 7.232 para a Lei 8.248, nessa época, o setor de robótica e de automação como um todo já era considerado um setor estratégico, mas com a abertura de mercado. A partir dos anos 90, as poucas empresas que atavam no setor de robótica, praticamente integrando bem aqui no País e executando a engenharia de serviços, de instalação e de manutenção deixaram de existir.

Hoje, na Lei 11.077, nós não temos nenhuma empresa se beneficiando dos incentivos estabelecidos nessa legislação, ou seja, produzindo esses equipamentos no País e recebendo, em troca, a redução do IPI na comercialização do bem final. Essas são as diretrizes que norteiam a política, é um fomento ao investimento de um setor produtivo, na área de pesquisa e desenvolvimento em ITI, ela busca também uma aproximação efetiva, uma interação maior entre as empresas que participam desse setor e as instituições de ensino e pesquisa, ela busca universalizar a informática, as telecomunicações e automação na sociedade brasileira e está intimamente vinculada a APTS(F), porque dois setores estratégicos da APTS(F) fazem parte da legislação de ITI, que é o setor de microeletrônica e também o *software* e também formar e capacitar recursos humanos.

Os investimentos em P&D, então, é uma contrapartida ao benefício que as empresas podem receber para os seus produtos aqui fabricados, ou seja, os produtos recebem a redução do IPI na sua comercialização, mas há também um incentivo importante que é o direito de preferência nas aquisições da Administração Pública. Estão abrangidos por essa lei o setor de informática, tradicionalmente, o setor de telecomunicações, as centrais, os telefones celulares, o setor de automação, o CLPs, os controladores lógicos programáveis, os SDCDs também, os equipamentos mais tradicionais de informática que a gente conhece só para voltar os microcomputadores, as impressoras e também alguns produtos da área de automação comercial também e automação bancária. Então é um leque bastante interessante de equipamentos abrangidos por essa legislação. A contrapartida das empresas habilitadas, então, é investir em pesquisa e desenvolvimento em tecnologia de informação. Estão obrigatoriamente compelidas a produzir cumprindo um processo produtivo básico estabelecido, as empresas precisam também obrigatoriamente no prazo máximo de dois anos, implantarem o sistema da qualidade e

também implantarem o programa de participação dos trabalhadores nos lucros resultados da empresa.

Esse é o arcabouço legal, eu não vou... Apenas comentar que recentemente a Lei 11.077 foi regulamentada em 26 de setembro, mas ela não teve uma suspensão na sua operação, ela continua operando sem nenhuma interrupção. Essa é a distribuição dos incentivos, as empresas precisam realizar investimentos em pesquisa e desenvolvimento na área de ITI, ou investimentos internos propriamente com liberdade de atuação pela empresa de escolher seus parceiros ou investimentos com instituições credenciadas, que é exatamente aquela segunda linha no meio de 1,44% do faturamento com os bens advindos dos incentivos ou investirem no Fundo Setorial de Informática que esse fundo que realiza, então, projetos, pesquisa e desenvolvimento na área de ITI, buscando também a parceria entre empresas e instituições.

Bom, aí é um resumo, são investimentos em convênio, são investimentos obrigatórios também nas regiões do norte, nordeste e centro-oeste, uma parte desse faturamento é obrigatoriamente investido nessas instituições situadas nessas regiões. E o Decreto, como já comentei, regulamentou, estendeu os benefícios, deu novas condições para os investimentos em P&D, possibilitou as renegociações de dívidas de empresas em investimentos anteriores não realizados, e instituiu um mecanismo operacional de suspensão e cancelamento para aquelas empresas que não cumprem em contrapartida aos incentivos auferidos as suas obrigações.

Bom, robótica, nós já vimos, eu só gostaria de destacar que essa tecnologia, desde a sua origem nos anos 70, quando se começaram as primeiras implantações, isso vale também para o setor de automação como um todo, ela realmente possibilita para as empresas, apesar de um grande investimento inicial, uma redução de custos, um aumento de produtividade e um ganho indireto que é a redução de problemas com trabalhadores. Mas no bom sentido, obviamente, porque determinadas tarefas executadas em ambientes agressivos e muito repetitivos, causam realmente lesão aos trabalhadores, isso é um problema essencialmente sério. Agora, por outro lado, é um ponto bastante polêmico agrava as questões de vagas no mercado de trabalho, quando se substitui mão-de-obra por máquinas. É claro que há um ganho em termos de qualificação necessária para o profissional que lida programa, atua com essas máquinas.

Especificamente, em relação aos bens, por exemplo, robô industrial aqui mencionado, esse produto, ele é passível de se beneficiar dos incentivos da Lei de Informática. Esses produtos estão enquadrados na-

quelas posições tarifárias da TIPI, que é a tabela de incidência de IPI, mas como já foi mencionado aqui, existe um desestímulo indireto, mas a gente entende a necessidade, porque é um bem de capital para a importação, por isso que existem diversos “Ex” Tarifários com o imposto de importação reduzido e também a alíquota do IPI reduzido.

Bom, um pouquinho agora da conclusão. Qual seriam as possibilidades de apoio para o setor de robótica no Brasil? Primeiramente para as indústrias, as indústrias podem se beneficiar da Lei de Informática desde que produzam aqui os seus equipamentos numa profundidade ou numa maior agregação de valor ou não, dependendo dessa possibilidade da viabilidade de agregação da cadeia produtiva a esse bem. Nós sabemos que realmente é muito complexo a produção de um robô industrial, por exemplo, vamos nem falar do seu desenvolvimento. Retorna por gentileza só um pouco. E também através de apoio com ações transversais ou verticais dos Fundos Setoriais.

Obviamente (*soa a campanha*) a Lei do Bem também pode ser utilizada. E como já foi destacado aqui, essa legislação do Setor de Ciência Tecnologia e Inovação pode apoiar a formação e a capacitação de recursos humanos nessa área. E é óbvio que seria importante estabelecer uma política industrial e tecnológica visando esses investimentos produtivos é outra possibilidade para que haja empresas fabricantes de capital nacional e externo implantadas aqui no Brasil.

Esses são dados da ABIMAC que é o setor que além da ABINEE representam também parte dos fabricantes potenciais desse tipo de produtos, nós temos 4.500 que a ABIMAC representa. Então são empresas que fabricam diversos equipamentos, por exemplo, máquinas e ferramenta e sistemas integrados de manufatura, equipamentos hidráulicos, pneumáticos de automação industrial.

Então, existem aí diversos produtos que hoje poderiam se beneficiar dessa legislação, mas nós entendemos que a complexidade necessária para a produção no Brasil realmente é uma barreira. Esse é o mercado, são informações da ABIMAC, isso deve estar já ampliado, mas é um setor, realmente muito interessante.

Só para concluir, então, eu gostaria de relatar que no ano passado nós fizemos um levantamento, neste ano e no ano passado, nessa posição referente a robôs industriais, foram importados cerca de dezoito milhões de dólares em 2005, correspondendo a 1.660 unidades, aparentemente não há condições de garantir que sejam 1.660 robôs, e este ano até outubro, já foram importados aproximadamente vinte milhões de dólares, representando 621. Aqui, sim, acredito que

sejam robôs industriais. Então é um volume crescente de importações que deve, em breve, justificar talvez a participação maior dessas indústrias no País. Eu agradeço, então, mais uma vez e me coloco à disposição aqui para...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Agradeço a participação do Dr. Henrique de Oliveira Miguel que é o Coordenador-Geral de Microeletrônica do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Passo em seguida a palavra a Marilyn... Não, Marilyn, sim. Desculpe, eu estou um pouco atrapalhado aqui nos nomes, mas de fato a Marilyn está sendo substituída, como eu já havia dito anos, pelo Dr. Henrique. Passo em seguida a palavra, com muito prazer, para a Louise Pereira Ribeiro que é Gerente de Tecnologia Submarina do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Leopoldo Américo de Mello, CENPES/PETROBRÁS, Rio de Janeiro. Com a palavra, então, V.S^a.

SRA. LOUISE PEREIRA RIBEIRO – Bom dia, Senador, bom dia presentes a Mesa, demais presentes a essa audiência, em nome do nosso Gerente Executivo Carlos Tadeu que eu agradeço em nome da PETROBRÁS a possibilidade de estar aqui contribuindo nessa audiência e em todas as demais que se fizerem necessário.

Eu vou fazer uma breve explicação da aplicação da robótica na PETROBRÁS e até por ser a minha área de atuação, eu vou fazer a importância desse uso na área submarina. E para isso, eu trouxe alguns dados que correlacionam produção e reservas, a profundidade. Nesse primeiro gráfico, aqui, nós temos a produção de óleo equivalente diário, a média diária da produção de 2005 que foi de mil novecentos e cinquenta e oito mil barris de óleo equivalente, onde se pode perceber que nesses dados de produção, 19% somente dessa produção veio de campos em terra, o que significa que 81% vieram de campos, ou seja, poços que estão no mar. Sendo que significativamente a maior parte, 60%, em campos, em poços que estão em lâmina d'água de 300 a 1.500 metros de profundidade, 16% de 0 a 300 metros e ainda uma pequena fatia de 5% em campos em lâminas d'água superiores a 1.500 metros.

Com relação a reservas, ainda no ano de 2005, reservas provadas, esse quadro também se repete onde a gente pode perceber que uma pequena fatia, somente de 10% de reservas estão em campos em terra. Ou seja, 90% em campos, em mar. E cada vez aqui mais, sempre caminhando para águas profundas ou ultra-profundas com 55% em campos entre 300 e 1.500 e já uma contribuição significativa de campos em lâminas d'água superiores a 1.500.

A área exploratória, o que nós estamos fazendo esse ano também, temos concessões também numa...

24% somente de campos em terra e outra vez, 64% das áreas de concessão estão em águas profundas, que são aquelas de 300 a 1.500 ou águas ultra-profundas, ou seja, acima de 1.500.

Então, a gente pode perceber que existe um grande nicho para a aplicação da robótica na área submarina.

Bom, eu trouxe aqui alguns exemplos de aplicação, essa necessidade que se faz, nesse caso-se até subaquática e submarina de serviços que se fazem necessários, nesse caso feito por mergulhadores, porque eles são em lâminas d'água de até 300 metros, então aqui nós temos um mergulhador fazendo uma solta, aqui uma mediação de espessura, aqui ele está fazendo uma conexão de um equipamento e aqui auxiliando colocação de um cabo para o içamento de um equipamento submarino. Mas, conforme eu mostrei, a lâmina d'água, poços, o nosso cenário são de lâmina d'água acima de 300 metros onde a gente não pode ter o mergulhador, os mergulhos, mesmo saturados, eles se limitam a 300 metros. Além do fato, mesmo nessa lâmina d'água, a segurança. Isso aqui é um homem trabalhando em condições difíceis, além do que também prejudica a saúde.

Então, hoje o que a gente tem utilizado muito na área submarina são os denominados ROVs, que do inglês, veio do Remote Operating Vehicle, que nada mais é do que um robô submarino telecontrolado da superfície através de umbilical eletromecânico.

Se a gente comparar esse robô com um homem, com é que a gente poderia fazer a comparação das suas características básicas? O que é que ele se utiliza para se deslocar? O homem utiliza as pernas e ele vai se utilizar de propulsores hidrodinâmicos.

Com relação a manuseio, nós temos os braços e as mãos e o ROV terá os manipuladores. Com relação a visualização, nós temos os nossos olhos e eles se utilizaram de câmaras de vídeos submarinhas especiais. Com relação ao controle e decisões, nós temos o cérebro e eles terão um sistema de controle da superfície com algoritmos dedicados. Aqui tem uma visão, então, de um ROV, é um equipamento com essa... Ele possui, então, as câmaras, os manipuladores, o sistema de controle e telemetria, potência, também, alimentação elétrica e os propulsores para ele poder se locomover. É um veículo móvel. Ele está ligado, então, a superfície por um cabo eletro-ótico, ou mecânico, e na superfície, operado normalmente por dois homens, nós temos uma central de controle. Nessa central, nós temos os monitores das câmaras, os controladores dos manipuladores, os controles dos propulsores e sistema de navegação e os sensores das variáveis dos sistemas elétricos, eletrônicos e hidráulicos.

Bem, aqui são alguns exemplos de robôs que a gente vem utilizando na indústria do petróleo desde a década de 70, 80. Esses primeiros aqui, a PETROBRÁS fez grande uso dos RCV 225. Eles basicamente eram só para visualização e mesmo onde a gente tinha, quer dizer, a visualização é a transmissão da viagem para a superfície.

Então, mesmo quando nós tínhamos os mergulhadores, nós sempre tínhamos a presença desse tipo de veículo para transmitir a imagem do que um mergulhador e podemos até nos comunicarmos com ele para saber se a atividade que ele estava fazendo, estava fazendo correta e ter esse feedback.

Aqui já se vê um aumento da complexidade desse tipo de equipamento e nessa última, temos aqui mesmo no caso tendo um mergulhador, temos só um robô para visualização e um aqui já para manipuladores, onde mostra que também eles podem conviver. Mas, caracterizam uma passagem quase já do... Ele está passando aqui até uma chave, já para o robô automatizado.

Aqui são alguns exemplos de ROVs que nós temos atualmente em operação, a PETROBRÁS não é dona desses equipamentos, ela contrata esse tipo de serviço, nós temos hoje, cerca de 43 desses robôs contratados de empresas, contrata o serviço de inspeção e 20 desses robôs estão em unidades em barcos especiais que nós chamamos de RSCVs esses barcos onde normalmente só temos o ROV e 23 em sondas de perfuração e completação. Que o nós usualmente utilizamos esse ROVs para fazer que tipo de operações.

Então, o ROV não são operações que a gente faz todo dia, igual a indústria, elas variam bastante. Aqui existe um exemplo de um ROV, um equipamento submarino e ele está atuando uma válvula, aqui é o *open*, abrir e aqui é o *close* de fechar.

Então, nossos equipamentos, apesar da atuação muitas vezes serem atuações remotas, nós temos *backup*, que no caso de falha de uma operação automática, você poderia ir com o ROV e fazer essa operação.

Nesse caso aqui, um ROV, o mesmo que até o anterior... Com o seu manipulador fazendo uma montagem de um cabo de aço para possibilitar o içamento de um equipamento que está no fundo do mar. Ele também é muito utilizado na inspeção visual de qualquer equipamento, nesse caso aqui é uma árvore de (inaudível) molhada, é um equipamento de segurança de poços submarinos ou ele pode também ser utilizado para a mediação de potencial eletroquímico também de um equipamento submarino, nesse caso aqui é o *manifold* para avaliar a proteção anticorrosiva e são operações

que a gente tem que fazer para garantir a integridade daquele equipamento no fundo do mar. Além dessas que são operações regulares, existem aqueles casos de falha, aqueles casos onde a gente precisa desenvolver algo que o próprio ROV não dispõe que a gente chama que são as intervenções especiais.

Então, por exemplo, nesse caso foi desenvolvida aqui uma ferramenta, ela tem uma câmara e um bico aqui para a injeção de glicol onde era de difícil acesso, por exemplo, você tem metro vazamento e não sabe de onde ele vem. E olhando, só para as câmaras do ROV, você não é capaz de identificar de onde ele vem.

Então, a gente desenvolve em conjunto com indústria ferramentas que são acopladas ao ROV para, por exemplo, nesse caso um local de difícil acesso. Nesse aqui é uma ferramenta de toque também como a câmara, aqui a própria ferramenta de toque que também foi acoplada pelo braço do ROV também pelo seguinte motivo porque ele era um lugar de difícil acesso e somente com um braço e uma ferramenta de toque nós não teríamos acesso ao local onde a gente precisava apertar a porca de um parafuso de um flange. Então foi desenvolvida essa ferramenta. Uma outra ferramenta também que a gente faz uso é uma ferramenta de corte de parafuso. Aqui a ferramenta mostrada num modelo computacional e aqui ela já montada num flange, aqui é os cortes onde fazia o corte e normalmente essas ferramentas são projetadas, são testadas em laboratório, primeiro, e depois elas são testadas no campo e depois para fazer a operação realmente a que ela se destina.

Bom, aqui eu trouxe também alguns exemplos de projetos que nós temos em desenvolvimento. Todos esses projetos, usualmente são feitos em conjunto com a indústria ou com as universidades, apesar da gente dispor de um laboratório na PETROBRÁS, nós testamos algumas coisas, mas sempre temos a iniciativa para poder agilizar essa chegada da prestação de serviço fazer junto com a indústria e a universidade. Essa é uma ferramenta que nós chamamos de ARGUS, ela é utilizada para a inspeção de dutos, nesse caso um duto flexível e esse duto normalmente ele está assoado, e para garantir a integralidade, nós temos que fazer uma inspeção em toda a circunferência, e também na geratriz inferior. Então essa foi uma ferramenta desenvolvida para que ela possa inspecionar todo esse trecho horizontal do duto, mas com uma visão completa da circunferência, aqui ele em teste, 100% testado em campo antes da gente levar a ferramenta para o mar.

O outro projeto é o robô GIRINO, esse girino vem das iniciais de Gabarito Interno Robotizado de Incidência Normal Oleoduto, ele caminha sozinho, claro

que ele tem umbilical que conecta ele até a superfície, mas ele se desloca dentro do duto sozinho. Ele tem a finalidade de fazer a restituição, ele pode carregar ferramenta com ele, e com isso ele pode restituir a geometria de um duto, fazer levantamentos de dados geométricos e também desobstrução interna, dependendo da ferramenta que ele carregue com ele. Aqui já temos o teste também feito em campo para depois, a gente poder ir para o mar, são projetos todos que estão ainda em desenvolvimento, não são tecnologias ainda totalmente disponibilizadas.

Bom, aqui é um robô, nós chamamos o robô ambiental Chico Mendes, que é um robô móvel que não está em Marte, mas está lá na Amazônia fazendo, ele é parte de um projeto PETROBRÁS denominado Pia-tã, e ele vai fazer um monitoramento visual, além da coleta de amostras e espécimes.

Então, a gente começa com modelos reduzidos como esse aqui, ele está sendo testado lá mesmo no CENPES para partir para modelos, para o seu protótipo no seu tamanho original já fazendo um teste aqui no Rio Solimões. Ele transmite a imagem para onde você quiser e pode coletar imagem e trazer.

(soa a campainha)

Bom, além desse projeto, nós temos também o robô-cobra que é um coletor e observador de borra robótico articulado que é utilizado na inspeção de tanques de combustível e ele também coleta amostras em pontos específicos. Então a mesma coisa, ele pode colher amostras quanto fazer a inspeção. E o que é que a gente entende, o que é o futuro dessa robótica, alguns exemplos do que a gente pensa que pode ter no futuro. Primeiro um equipamento autônomo com inteligência artificial que é o, a gente chama de AUV Autonomous Underwater Vehicle. Já existem alguns até no exterior a utilização em serviços de levantamento de dados geofísicos, assim como também poderiam ser adequados para a realização de inspeção submarina.

Uma outra necessidade é o sistema de visualização submarina tridimensional, a necessidade da gente até para poder se localizar melhor, ter essa visão 3D. Então nós temos também lá, é um projeto que está em andamento, desenvolvendo, mais posicionamento das câmaras e um software que permite, inclusive, a gente fazer medições como essas, esse aqui é um teste de laboratório em regiões congestionadas, mas a importância para que amanhã a gente possa, inclusive, programar certas operações ainda em terra e que o ROV sozinho possa lá e fazê-la. Com isso a gente tem redução de custo, porque essas intervenções submarinhas utilizam-se de barcos que têm valor de taxa diária bem elevada.

Aqui, até por uma necessidade da PETROBRÁS no campo de barricuda, nós vamos precisar trocar muitos parafusos porque nós tivemos problemas numas conexões, então essa ferramenta ela trocaria, ela substituiria automaticamente todos os parafusos de um sistema de conexão. Aqui só está o modelo computacional, mas em breve, a gente conta ter essa ferramenta disponibilizada.

Então, muito útil e necessário até para diminuir o tempo de operações, seria softwares para simulação e testes para nossas intervenções em que a gente pudesse simular tudo antes, para que quando a gente chegasse para fazer a operação realmente no mar, a gente pudesse diminuir o tempo dessas operações.

Bom, agradeço. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR) – Eu agradeço a participação da Louise Pereira Ribeiro que é Gerente de Tecnologia Submarina do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Leopoldo Américo de Mello, CENPES/PETROBRÁS, Rio de Janeiro. Passo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR

(PMDB-AC) – Agradeço ao Senador Arns e quero cumprimentar as senhoras e os senhores que nos dão a oportunidade de uma imersão num assunto que, há determinados assuntos que dada a sua importância, as audiências públicas, Senador Arns deveriam ocorrer no Plenário do Senado, para despertar a curiosidade, o interesse, a atenção do maior número possível de Parlamentares.

Para os senhores, e os senhores avaliarem a importância de uma Audiência Pública como essa, há necessidade, primeiro, de haver Parlamentares que tem a compreensão exata do que representa uma Audiência Pública, com representantes de setores da sociedade, de organismos, como essa que nós realizamos hoje. Há necessidade de ter Parlamentares aqui que tenham essa exata compreensão. Para vocês terem idéia, ainda ontem por provocação também do Senador Arns, tivemos oportunidade de discutir um outro tema relativo ao complexo de assistência à saúde em nosso País, a relação do SUS com a rede hospitalar e etc. Algum de nós ou talvez muito de nós não damos, não por negligência ou displicência, mas às vezes a nossa atenção está voltada para outros problemas outros aspectos e não valorizamos como devemos valorizar a realização de uma audiência como essa.

Então, eu quero, mais uma vez, parabenizar a iniciativa do Senador Arns de proporcionar e nos envolver num debate de um tema que muito de nós, eu confesso a minha quase total ignorância no assunto, muito superficial e aqui, durante, quase uma hora, nós tivemos oportunidade de perceber o quanto o as-

sunto é importante porque ele impacta do usuário a nossa economia, é de uma importância fundamental para não me estender, eu gostei muito da expressão utilizada pelo Senador Arns e ela traduz o propósito de não ficarmos por aqui, as Audiências Públicas que eu já estou aqui na expectativa de voltarmos a discutir essa questão em outras oportunidades. Eu acho fundamental que isso ocorra e, portanto, louvo a iniciativa. Eu fiquei atento aqui a dois aspectos que eu acho que são, vejam, que aqui me permito não discordar, Dr. Rubinatto, mas eu coloquei aqui também não em confronto, mas considerações paralelas feitas pelo senhor e pela Dr^a. Anna, se não estou equivocado, acerca da... Ela inclusive utilizou uma expressão que eu achei muito interessante, desenvolvedores, é isso? Pelo que entendi, nós estamos muito longe de atingirmos, de demonstrarmos a capacidade que nós temos, inclusive, em outras áreas. A Dr^a. Louise, aqui representa a PETROBRÁS, a PETROBRÁS canta isso em verso, isso daí, ela é talvez (*soa a campainha*) das empresas de prospecção de petróleo no mundo inteiro, aqui tem talvez uma das melhores tecnologias de prospecção em águas profundas, isso é cantado em prosa e verso no nosso País.

O Brasil tem o melhor sistema eleitoral que tem sido copiado por outros Países. É uma coisa interessante, nós temos, no que tange a tecnologia, desenvolvimentos fantásticos em algumas áreas, mas esse é o centro da questão, não discordando do senhor, mas por coincidência um dia desses nós estávamos tratando de um outro assunto na área da educação, inclusive, surgiu a expressão *commodity*, eu discordei, inclusive do Senador Cristovam porque ele achava que não deveríamos aplicar a expressão na nossa, na música brasileira, por exemplo, é exportada para o mundo inteiro e eu achava que... Por que não? Mas, hoje, eu me inclino a considerar que o Brasil deve se debruçar com a maior atenção, com a maior responsabilidade no sentido de criar as condições para que *pari passu* deixemos de importar o que o senhor considera uma *commodity*, um braço mecânico. Como eu disse, nós temos... Isso aqui não é ufanismo, mas o brasileiro se lhe é dado condição material, financeira para que ele produza coisas fantásticas, isso se torna uma realidade.

Então, eu creio que o que nos falta é de isso, Sr. Arns. Observarmos **essa questão com a responsabilidade** que ela exige, com a atenção que ela exige, para *pari passu* nos tornarmos menos exportadores do que o senhor denomina de *commodity* e nos tornarmos cada vez mais desenvolvedores nessa área de equipamentos, de robôs, de tecnologia de ponta, encarando com realismo, com inteligência, a questão

que é a todo instante, é recorrente mesmo nessa área de vocês, a relação entre o crescimento dessa área e o mercado de empregos e trabalhos.

Na década de 70, eu trabalhei como torneiro mecânico numa... Em várias empresas no Rio, desde o turno imor(F), aquele mecânico mesmo, e acompanhei o que talvez seja na área, na área da tornearia mecânica o precursor da robótica que era o surgimento do torno semi-automático e depois do torno automático. De fato, isso no nosso ambiente casou, impactou na área do emprego. O torno automático, por exemplo, substituía cinco, seis, sete torneiros mecânicos. A gente programava o bicho e ele produzia ali, sem a estafa que nos acometia, sem os problemas que o ser humano, na prática, no trabalho desenvolve. Mas eu acho que a gente deve encarar esse aspecto com realismo, também com extrema responsabilidade, com criatividade, nós não podemos, o Japão que talvez seja o País onde isso ocorre de forma extremada, o desenvolvimento da robótica, a atuação e a aplicação da robótica, talvez isso tenha que ser aplicado em nosso País sem a cópiagem direta, por quê? A gente precisa como em áreas que a gente tem crescido e se desenvolvido com criatividade, com inteligência, não precisamos copiar as coisas formalmente, precisamos copiar é o interesse pela ciência, copiar o interesse pelo desenvolvimento da tecnologia, isso sim, mas com criatividade, observando a nossa realidade que talvez aponte para outras necessidades para outros campos. Então eram as considerações que eu queria fazer, louvando mais uma vez a iniciativa e agradecendo o privilégio, inclusive, de ter estado aqui ouvindo as senhoras e os senhores com muita atenção e queira Deus que o Congresso Nacional incorpore esse assunto, esse tema como um de seus temas mais importantes para que a gente possa, quem sabe, aí no futuro, como às vezes ocorre no desdobramento de Audiências Públicas como essa de sair aqui na Casa ou tramitar na Casa projetos que contemplam o setor na sua moldagem normativa, na sua fonte de financiamento, quem sabe, não é Senador Arns?

Então, eu quero agradecer o privilégio de ter estado aqui ouvindo as senhoras e os senhores, e tomar que coisa se desenvolva e cresça aqui nessa Casa como eu acho que é importante que isso ocorra.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Agradeço a reflexão sempre adequada, profunda do Senador Geraldo Mesquita sobre esta Audiência Pública, passo em seguida a palavra ao Senador Augusto Botelho. Nós comentávamos, inclusive, antes, que a tecnologia que V.Ex^a utiliza sempre nos lembra da Amazônia também.

(risos)

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR)

– Do meu sapinho.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – É, o sapinho no telefone. Eu até peço desculpas porque eu já deveria ter convidado V.Ex^a antes para cá para presidir essa reunião que é Conjunta da Comissão de Educação com a Subcomissão de Ciência e Tecnologia, eu quero destacar a todos que o Senador Augusto Botelho é Vice-Presidente da Comissão de Educação do Senado Federal. Médico, atuante, estava também no debate hoje sobre a lei que regulamenta o ato médico. Então são várias atividades... (celular tocando) Olha aí... (risos) Concomitantes no Senado Federal, mas está com a palavra V.Ex^a.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Muito obrigado, Sr. Presidente, realmente eu gostaria de me desculpar porque é a primeira vez no parlamento, nos 180 anos de parlamento do Brasil, que esse assunto robótica está sendo abordado e os senhores não fiquem triste porque a frequência foi pequena porque havia uma discussão, duas discussões assim que tinham que votar com presença aqui na Comissão de Assuntos Sociais, o ato médico estava sendo discutido, e na Comissão de Infra-Estrutura também havia uma discussão que já vinha rolando algum tempo que exigia a presença dos Senadores para votar.

Terminando lá, eu corri para cá porque eu acho assim, que nós passamos para o terceiro milênio, no terceiro milênio quem vai mandar é o conhecimento e os senhores estão na ponta do conhecimento.

É lamentavelmente que no nosso País, ainda, talvez só 10% das escolas públicas tenham acesso a informática, que é o primeiro passo para chegar no campo dos senhores, mas eu tenho certeza que nós brasileiros, Santos Dumont era brasileiro, essa mistura genética que tem aqui no Brasil, nós conseguimos produzir coisas importantes e de ponta. E robótica, na minha área de medicina é uma coisa que dá muitas esperanças, dá esperanças mesmo de reduzir as intervenções, as procuras de doenças a pequenas incisões, sempre vai ter que ter uma incisão, isso o cirurgião não pode correr. Então do conforto paciente da segurança, e até de intervenções mesmo, é sonhar, mas a gente tem que sonhar mesmo para a gente chegar lá. Eu gostaria de agradecer a presença dos senhores e dizer que essa presença dos senhores vai ser reproduzida e os Senadores terão acesso, eu vou ter acesso às duas que eu perdi, foi do Dr. Rubinatto e do Dr. Barone que eu perdi. A TV vai reproduzir também, todos terão oportunidade de ver. E tenho certeza que os senhores serão incomodados novamente para vir aqui, numa ocasião que tiver mais gente para participar, porque o dinheiro é resolvido aqui que vai para as

universidades. Eu vou falar uma coisa, eu sou da Comissão de Orçamento, a gente briga com dificuldade para conseguir colocar dinheiro no conhecimento, na ciência, na tecnologia.

A EMBRAPA que é um exemplo, que todo mundo respeita e conhece, que sabe-se que já pagou milhares de vezes o dinheiro que foi investido nela e o que é investido nela, a gente tem dificuldade de conseguir. Por isso que os senhores quando forem chamados, devem vir aqui com boa vontade e fazer o que fizeram hoje, mostrar o conhecimento, introduzir o assunto na cabeça das pessoas aqui, porque na hora que a gente for lutar por uma reivindicação dos setores de vocês, todos saberão para poder ter consciência da necessidade de colocar mais recursos.

Muito obrigado a todos e, Presidente Flávio Arns, parabéns pelo Requerimento de V.Ex.^a e do Senador Demóstenes.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Agradeço também a participação do Senador Augusto Botelho e eu quero dizer o seguinte que esta é uma... Se bem que a audiência esteja sendo conjunta da Comissão de Educação, com a Subcomissão de Ciência e Tecnologia, todas as conclusões serão levadas para a Comissão de Educação, ao mesmo tempo, eu acho que como já foi ressaltado, é a primeira vez que esse debate acontece dentro do Congresso Nacional, o que também é outro ponto positivo, ao mesmo tempo a TV Senado, a Rádio Senado, a Agência Senado, quer dizer, os mecanismos de comunicação do Senado Federal estão levando as notícias, a repercussão, a informação dessa Audiência Pública para todo o Brasil e através desses mecanismos, esta audiência vai ser repetida, inclusive, para todo o Brasil. Então muitas pessoas vão assistir, vão discutir, vão pensar sobre o assunto e é uma oportunidade assim, inclusive, de se desmistificar coisas em relação a essa área para ver... Quer dizer isso está desde quando usando a expressão do Senador Geraldo Mesquita, desde a utilização pela pessoa, pelo indivíduo, pelo cidadão, até a grande indústria, numa tecnologia de ponta em termos, por exemplo, da PETROBRÁS. Mas, ao mesmo tempo, nós temos um conjunto de sugestões que foram apresentadas e todas essas sugestões serão analisadas pela Comissão, pela Subcomissão e nós vamos aqui fazer esses encaminhamentos para que isso subsidie os trabalhos na seqüência também em termos de robótica.

Então, eu diria assim que foi um momento importante, rico, produtivo, agradecemos assim, a participação, o conhecimento, a troca de informações. Fazemos esse pleito de novo para realmente o Congresso Nacional poder contar com os senhores e com as senhoras

em outras ocasiões, esta convocação, este Requerimento é para a realização de Audiências Públicas.

Então, no plural, inclusive.

Então, foi uma satisfação muito grande. Antes de encerrarmos essa Audiência Pública, eu gostaria de durante um minuto, dar a palavra a cada um dos participantes para as considerações finais.

Então, em primeiro lugar, o Dr. José Luiz Rubinatto que é Diretor da Área de Automação Industrial da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica e Diretor-Geral da YASKAWA Elétrico do Brasil.

SR. JOSÉ LUIZ RUBINATTO – Quero agradecer a oportunidade em estar presente num evento que eu considero de suma importância para o desenvolvimento do nosso País e que num futuro breve o Brasil esteja na mesma posição das grandes potências, tanto na utilização da área de robótica, como no desenvolvimento dela. Nós temos um corpo de cientistas e doutores universitários que são capazes, junto com a indústria, de levar o Brasil a essa posição.

Então, eu quero agradecer e pode contar com a minha presença em outros eventos e com a nossa colaboração. Muito obrigado a todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Agradeço ao Dr. Rubinatto, passo a palavra ao Dr. Dante Augusto Barone, Coordenador do Laboratório de Robótica Inteligente da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

SR. DANTE AUGUSTO BARONE – Mais uma vez, gostaria de agradecer a oportunidade dessa Audiência Pública, o Requerimento do Senador Flávio Arns e do Senador Delcídio Amaral, e também quando justamente estava na presidência da Comissão de Educação, o Senador Augusto Botelho aqui presente, que inclusive também temos que depois marcar um momento para entregar oficialmente o diploma de amigo do PET, que quando houve o congresso lá em julho em Florianópolis, o Senador estava com problema de saúde. Mas queremos, então, registrar de público que é amigo do Programa de Educação Tutorial assim como Senador Flávio Arns e vamos marcar uma oportunidade. E justamente por que eu falo do PET? Porque como eu mostrei nas transparências e foi justamente o próprio Congresso Nacional, a Comissão de Educação do Senado, a Comissão de Educação da Câmara que mantiveram esse importante programa para a educação. E esse programa ensino, pesquisa e extensão e a gente vê como ações justamente do próprio Congresso Nacional impactando na sociedade, eu mostrei uma atividade que nós fazemos do meu grupo, PET-Computação, com escolas públicas, então, a própria robótica, não só ela é fundamental na ciência e tecnologia como também para desenvolver todo o

interesse pela física, pela matemática e pelo interesse pelas engenharias como um todo.

Então, o nosso País realmente tem uma vocação para ser um País grande, nós sabemos que entre 1900 e 1970 era o País que mais crescia no mundo, então a nossa vocação é para ser o que a China é hoje, as taxas de desenvolvimento extremamente elevadas da China, dos Tigres Asiáticos e efetivamente a robótica veio para ficar e nós temos que assumir o nosso papel.

Então, temos também condições de fazer um Plano Nacional de Robótica e juntamente com o Governo, setor industrial, academia, podemos partir até para Emenda, para o Plano Plurianual 2008/2011.

Então, mais uma vez muito obrigado por essa importante oportunidade que vocês dão para a robótica num País como o todo, e para a ciência e tecnologia e para a educação como um todo. *(soa a campanha)*.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Agradeço ao Prof. Dante Barone. Passo em seguida a palavra para as considerações finais para a Dr^a Anna Helena Reali Costa que é Coordenadora do Comitê de Robótica da Sociedade Brasileira de Automação e Professora da Escola Politécnica na Universidade de São Paulo, USP.

SRA. ANNA HELENA REALI COSTA – Mais uma vez eu gostaria muito de agradecer aqui a nossa participação, essa importante iniciativa tomada aqui pelo Senado, por essa Casa e indicar que também queremos fazer a difusão e a desmistificação do nome robótica, do tema robótica bem explorado na ficção, mas que no fundo afeta e impacta diretamente a sociedade, e está aí, vai chegar, vai tomar conta dos nossos lares, dos nossos serviços, das empresas, indústrias e nos resta somente difundir isso, encarar esse problema, apostar na educação e na difusão do conhecimento, na transferência de desenvolvimento de tecnologia e inovação para que façamos parte de fato e assumamos o nosso papel que está nos esperando aí no mundo, como potência que é o nosso País. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Agradecemos a Dr^a Anna Helena. Passo em seguida a palavra ao Dr. Henrique de Oliveira Miguel que é o Coordenador-Geral de Microeletrônica da Secretaria de Política de Informática do Ministério da Ciência e Tecnologia.

SR. HENRIQUE DE OLIVEIRA MIGUEL – Eu agradeço a oportunidade da Secretaria de Política de Informática trazer as políticas que estão ora em desenvolvimento nesse setor, mas é claro, é visível pelas apresentações aqui feitas, pelas discussões que certamente ainda serão desenvolvidas que nós temos um desafio muito grande pela frente. Esse não é um setor, realmente, muito fácil de atuar, é bastante com-

plexo, a dificuldade de acompanhar e de superar as defasagens e as lacunas que nós temos no Brasil, realmente são muito grandes. Esses desafios realmente transcendem a atuação do próprio Ministério da Ciência e Tecnologia, dos parceiros aqui presentes, porque demandaria uma ação conjunta, realmente, da indústria, das instituições de ensino e pesquisa, dos mais diversos setores, desenvolvimento seja hardware, seja software, seja formação de recursos humanos, enfim, é um leque muito grande e esse setor pela abrangência que terá e pela importância que terá no futuro é significativo e merece realmente uma atuação conjunta de toda a sociedade.

Só para os senhores terem uma idéia o déficit da nossa balança no complexo eletrônico esse ano deverá superar oito bilhões de dólares. E nós pagamos esse déficit com as exportações e outros setores da economia. E para que nós consigamos e tenhamos condições de crescer e superar e realmente levar o País a uma condição de sociedade do conhecimento no futuro, essa é uma área que a gente entende que o desafio é grande, mas se conseguirmos realizar e tomar essas medidas, teremos sucesso, então o Ministério da Ciência e Tecnologia, essa é a mensagem que o Secretário nos pediu que trouxesse, *(soa a campanha)* está à disposição dos senhores para auxiliá-los e para que essas medidas sejam direcionadas para apoiar e desenvolver esse setor. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Muito bem, passo em seguida a palavra a Dr^a Louise Pereira Ribeiro, Gerente de Tecnologia Submarina do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Leopoldo Américo de Mello, CENPES/PETROBRÁS, Rio de Janeiro.

SRA. LOUISE PEREIRA RIBEIRO – Também agradeço mais uma vez o convite feito a PETROBRÁS e coloco à disposição todo o nosso conhecimento, a nossa informação no que for necessário para colaborar a introdução nesse assunto no País. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Muito bem, agradecendo a presença dos convidados para esta Audiência Pública, também ainda dos Senadores Marcelo Crivella, que está aqui presente, Senador Augusto Botelho, Geraldo Mesquita, de todas as pessoas aqui presentes. E já dizendo, antecipando, que daqui a duas semanas teremos uma Audiência Pública aqui nesta Subcomissão sobre nanotecnologia e, inclusive, já tivemos uma introdução ao assunto nesta audiência de hoje e realmente é uma outra área extremamente importante também a ser discutida e desenvolvida, mas eu agradeço a participação, a presença, o envolvimento de todos e que sejamos...

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)

– Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR) – ...competentes para fazer os desdobramentos dessa Audiência Pública. Antes de encerrar pela ordem ao Senador Marcelo Crivella com a palavra.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)

– Eu só queria pedir a V.Ex^a e aos nossos ilustres convidados que perdoasse a hora que eu cheguei, mas é que o Presidente da República hoje em exercício, Presidente do meu partido José Alencar fez uma visita a Câmara. Por questões protocolares eu tinha que estar lá. A reunião terminou 12h40 e eu vim correndo para cá, por isso eu peço desculpas aos senhores por não ter estado aqui. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR) – Pois não. Agradeço a todos os presentes e declaro encerrada esta reunião. Obrigado.

(Sessão encerrada às 13h12)

Ata da 42ª Reunião Extraordinária, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 5 de dezembro de 2006.

Às onze horas e trinta e oito minutos do dia cinco de dezembro de dois mil e seis, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senhor Senador Wellington Salgado de Oliveira e com a presença dos Senhores Senadores Demóstenes Torres, José Jorge, Maria do Carmo Alves, Marcelo Crivella, Juvêncio da Fonseca, Leonel Pavan, Valdir Raupp, Ney Suassuna, Gilberto Mestrinho, Aelton Freitas, Paulo Paim, Flávio Arns, Ideli Salvatti, Augusto Botelho, César Borges, Marco Maciel, Romeu Tuma, Garibaldi Alves Filho, Geraldo Mesquita, Luiz Otávio, Sibá Machado, Antônio Carlos Valadares e João Ribeiro reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores, Jorge Bornhausen, Edison Lobão, Teotônio Vilela Filho, Gerson Camata, Almeida Lima, Sérgio Cabral, Fátima Cleide, Roberto Saturnino, Mozarildo Cavalcanti, Sérgio Zambiasi e Cristovam Buarque, que justifica a ausência. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Wellington Salgado de Oliveira, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. Item 01: Projeto de Lei do Senado nº 005, de 2004, de caráter terminativo, de autoria do Senador Eduardo Siqueira Campos, que “Insere artigo na Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), com o fim de criar forma especial de amortização mediante serviço so-

cial”. A relatora designada é a Senadora Lúcia Vânia e o parecer é favorável, com a emenda oferecida. É concedida vista ao Senador Paulo Paim, pelo prazo regimental de cinco (05) dias. Item 02: Projeto de Lei do Senado nº 218, de 2006, de caráter terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que “Altera o art. 12 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, determinando às instituições de ensino obrigatoriedade no envio de informações escolares a pais ou responsáveis não conviventes”. O relator designado é o Senador Juvêncio da Fonseca e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis, incorporando ao texto final as emendas nºs 01 e 02-CE, aprovadas por quinze (15) votos. Item 04: Projeto de Lei do Senado nº 273, de 2006, de caráter terminativo, de autoria do Senador Marcos Guerra, que “Inclui parágrafo no art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com o objetivo de incluir o empreendedorismo como componente curricular dos ensinos fundamental e médio”. O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis, incorporando ao texto final as emendas nº 01 e 02-CE, aprovadas por quatorze (14) votos. Item 06: Projeto de Lei do Senado nº 326, de 2005, de caráter terminativo, de autoria da Senadora Ana Julia Carepa, que “Denomina ‘Aeroporto Internacional de Belém – Júlio Cezar Ribeiro de Souza’ o aeroporto da cidade de Belém, no Estado do Pará”. O relator designado é o Senador Jonas Pinheiro e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis, na forma do substitutivo oferecido. A matéria será submetida a turno suplementar segundo o que preceitua o artigo 282, combinado com o artigo 92 do Regimento Interno do Senado Federal. Item 08: Projeto de Lei do Senado nº 007, de 2006, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que “Insere alíneas nos §§ 1º e 2º do art. 9º da Lei nº 4.024, de 1961, modificada pela Lei nº 9.131, de 1995, para atribuir às Câmaras do Conselho Nacional de Educação a função de análise e intermediação de conflitos entre trabalhadores da educação e seus empregadores”. A relatora designada é a Senadora Ideli Salvatti e o parecer é pela rejeição. A matéria é retirada de pauta, atendendo a solicitação do autor, com a concordância da relatora. Item 09: Projeto de Lei da Câmara nº 092, de 2006, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Givaldo Carimbão que, “Institui o Dia Nacional do Conselheiro Tutelar”. O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o parecer favorável é aprovado. Item 10: Requerimento nº 029, 2006 – CE, de caráter não terminativo, de autoria do Senadores Augusto Botelho, Roberto Saturnino e Juvêncio da Fonseca que, “De acordo com o que preceitua os arts. 90, II, V, IX e XI e 93, II, do

Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiências Públicas, no âmbito desta Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia sendo a primeira conjunta com a Comissão de Educação, para iniciar os debates sobre uma das áreas mais promissoras da ciência mundial: a Nanotecnologia, ciência que está associada a áreas como, mecânica; eletrônica; computação; física; química; biologia e engenharia de materiais; pesquisa e produção na escala nano (escala atômica)....". O Requerimento é aprovado. Item 11: Projeto de Decreto Legislativo nº 418, de 2006, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à FM Som das Cataratas Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná". O relator designado é o Senador Flávio Arns e o parecer é favorável. A matéria é retirada de pauta, atendendo a solicitação do relator, para reexame da matéria. Item 12: Projeto de Decreto Legislativo nº 428, de 2006, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a ACC Sempre Cultura – Associação Cultural de Congonhal Sempre Cultura a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Congonhal, Estado de Minas Gerais". O relator designado, ad hoc, é o Senador Leonel Pavan e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. Item 13: Projeto de Decreto Legislativo nº 314, de 2006, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Assistência Social e Educacional Ebenezer a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paulo Lopes, Estado de Santa Catarina". O relator designado, ad hoc, é o Senador Leonel Pavan e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. Item 14: Projeto de Decreto Legislativo nº 425, de 2006, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Fundação Massaranduba – FUNMAS a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Massaranduba, Estado da Paraíba". O relator designado, ad hoc, é o Senador Geraldo Mesquita e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. Item 15: Projeto de Decreto Legislativo nº 430, de 2006, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária José de Sousa Teixeira da Cidade de Cachoeira dos Índios a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cachoeira dos Índios, Estado da Paraíba". O relator designado, ad hoc, é o Senador Juvêncio da Fonseca e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. Nesse momento, os Senhores Senadores Ney Suassuna, Ideli Salvatti e Cristovam Buarque requerem, oralmente,

pela ordem, a inclusão extra-pauta, de Projeto de Lei da Câmara, Requerimento, e Aditamentos a Requerimentos, o que são aprovados. Extra-Pauta, Item 01: Projeto de Lei da Câmara nº 114, de 2006, de caráter não terminativo, de autoria da Presidência da República que, "Altera a destinação de receitas decorrentes da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional – CONDECINE, criada pela Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, visando ao financiamento de programas e projetos voltados para o desenvolvimento das atividades audiovisuais; altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e a Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993, prorrogando e instituindo mecanismos de fomento à atividade audiovisual; e dá outras providências". O relator designado é o Senador Ney Suassuna e o parecer favorável é aprovado. Extra-Pauta, Item 02: Requerimento de Urgência nº 030, de 2006 – CE, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Ney Suassuna que, "Nos termos do artigo 336, inciso II, combinado com o artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requer urgência, para o Projeto de Lei da Câmara nº 114, de 2006, que 'Altera a destinação de receitas decorrentes da contribuição para o desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional – CONDECINE, criada pela Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, visando ao financiamento de programas e projetos voltados para o desenvolvimento das atividades audiovisuais; altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e a Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993, prorrogando e instituindo mecanismos de fomento à atividade Audiovisual e dá outras providências". O Requerimento é aprovado. Extra-Pauta, Item 03: Aditamento nº 01 ao Requerimento nº 028, de 2006-CE, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Juvêncio da Fonseca que, requer "..., nos termos regimentais, aditamento ao Requerimento nº 28/2006, para incluir o professor Eduardo Soares, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Mantenedores de Educação Superior – ABMES, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Mantenedoras de Faculdades Isoladas e Integradas – ABRAFI, para participar, como expositor, da Audiência Pública conjunta da Comissão de Educação com a Comissão de Assuntos Sociais, com a finalidade de instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 2002, ora em apreciação, bem como das demais matérias apensadas". O aditamento ao Requerimento é aprovado. Extra-Pauta, Item 04: Aditamento nº 02 ao Requerimento nº 028, de 2006-CE, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Ideli Salvatti que, requer "..., em aditamento ao Requerimento nº 028/2006 – CE, já aprovado, requer seja também convidada para

a Audiência Pública conjunta com a CAS, a Secretária Nacional da Habitação do Ministério das Cidades, Inês da Silva Magalhães”. O Aditamento ao Requerimento é aprovado. Ficam adiadas, em virtude da ausência dos relatores, as seguintes matérias: Item 03: Projeto de Lei do Senado nº 348, de 2005, Item 05: Projeto de Lei do Senado nº 346, de 2005 e Item 07: Projeto de Lei do Senado nº 157, de 2006. Antes de finalizar a reunião, a Presidência faz os comunicados que se seguem: Comunicado 01: “Comunico aos Senhores Senadores que no dia 06 de dezembro, 4ª feira, às 10 horas, está convocada uma Reunião Ordinária da Comissão de Educação para a cerimônia de aposição do retrato do Ex-Senador Ricardo Santos, que presidiu esta Comissão no Biênio 2001/2002. Como é de praxe na nossa Comissão, na solenidade de descerramento do retrato, sempre homenageamos uma personalidade que tenha prestado uma grande contribuição a educação brasileira e nessa sessão, a homenagem será ao Professor Anísio Teixeira. Convido a todos para estarem presentes na sessão de 4ª feira”. O Senhor Presidente, Senador Wellington Salgado de Oliveira, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e quarenta e seis minutos, determinando que eu, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal. –Senador **Wellington Salgado de Oliveira**, Presidente da Comissão de Educação.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO(PMDB-MG) – Havendo número Regimental, declaro aberta a 42ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, 5 de dezembro de 2006.

Submeto a apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma.

Os Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado.

Vamos primeiramente aos projetos não terminativos.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO(PMDB-MG) – Pela ordem, ilustre Senador Ney Suassuna.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Sr. Presidente, eu queria pedir a V.Exª., por que esse é um assunto que vem se arrastando já há muito tempo, já chegou a ser levada ao Plenário, voltou do Plenário,

que é o Projeto de Lei da Câmara nº 114, é o projeto que altera a destinação de receitas decorrentes da contribuição para o desenvolvimento da indústria cinematográfica criada pela Medida Provisória nº 2228/1 de seis de setembro de 2001, visando o financiamento de programas e projetos voltados para o desenvolvimento de atividades audiovisuais. Altera a lei 8313 de 20 de julho de 93. Esse projeto é um projeto que hoje é pacífico, todas as vertentes convergiram e que tem o pedido do próprio Presidente da Casa para que a gente resolvesse ainda esse ano, porque já se arrasta há muito tempo, eu pediria prioridade.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO(PMDB-MG) – Gostei de ver, incisivo, vamos submeter a aprovação do Requerimento extrapauta do Senador Ney Suassuna, aprovada. Já fizemos Audiência Pública sobre esse assunto, já debatemos durante muito tempo, com a palavra o Senador Ney Suassuna sobre o PLC 114 de 2006, com a palavra o ilustre Senador.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Nobre Presidente, Srs. Senadores, esse é um projeto de muita importância, para um item de muita importância na cultura nacional. O cinema quando funcionando plenamente, ele vende não só a cultura desse povo, do povo... do País que faz o cinema, veja o que o americano conseguiu através do cinema no mundo todo, mas ele com certeza polariza todos os setores das artes. E por essa razão, a análise nossa foi o seguinte: Nos termos do inciso I, art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a essa Comissão opinar a respeito de proposições que versem sobre normas gerais de educação, da cultura, do ensino e dos desportos. Nesse sentido, é que é pertinente a oportuna análise nessa Comissão do PLC 114 de 2006, por versar sobre a destinação da CONDECINE, instrumento impulsionador da cinematografia internacional, uma das mais relevantes formas de expressão da cultura brasileira. De início, cumpre informar que o projeto em comento supre lacunas relativas a manutenção e ao incremento de mecanismo de captação financeira, destinada ao setor audiovisual brasileiro. No atual contexto, é inegável a oportunidade das inovações promovidas pelo Projeto de Lei, bem como a previsão de ampliação do prazo de vigência dos benefícios já existentes e dispensáveis para a manutenção da vitalidade do produto audiovisual nacional, arduamente obtida.

Reza a Constituição Federal, em seu art. 210 que o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais, e acesso as fontes de cultura nacional e apoiará, Sr. Presidente, e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. No parágrafo 3º do mesmo art. 215, ao prevê o estabelecimento do

plano nacional de cultura, a Carta Magna referenda o intento de promoção de desenvolvimento cultural do País, estipulado pelo *caput* dispondo sobre o imperativo da integração do poder público que conduzem à produção, promoção e difusão dos bens culturais. Assim, o ditame constitucional é o suporte privilegiado da iniciativa. Na medida que o projeto dispõe sobre mecanismos de incentivo à produção audiovisual brasileira, considerada como uma das mais dinâmicas da economia internacional e detentora dos mais expressivos índices de expansão e crescimento, o que contribui para incluir o Brasil na lista dos mercados altamente promissores para produtos dessa natureza.

A previsão de um novo direcionamento de receitas obtidas com a aplicação da CONDECINE, bem como a ampliação e a criação de mecanismos diferenciados destinados a captar recursos para o setor do audiovisual, encontram total respaldo do comando normativo constitucional, sem vulnerar as regras do sistema administrativo aplicadas a atividades culturais públicas e privadas. E aí eu discorro sobre mais alguns itens de análise, que como os Senadores estão com o parecer em mão, eu passaria para nós ganharmos tempo, ao voto. Pelo exposto, analisado o mérito e não encontrando óbice de natureza constitucional, jurídica e de técnica legislativa, pronunciamos sobre a aprovação do Projeto de Lei da Câmara 114 de 2006, nº 7193 de 2006 na Câmara dos Deputados, nos termos do substitutivo adotado pela aquela Casa Legislativa. Cumpre dizer ainda Sr. Presidente, que além do parecer favorável, eu queria dizer aos Srs. Senadores que o interesse é tanto nosso do Senado para que esteja essa Casa ajudando o sistema nacional, o audiovisual nacional que amanhã a Comissão de economia abriu mão para ser relatado em Plenário pelo Senador Sarney o voto daquela Comissão de forma que a gente possa votar essa matéria amanhã. Porque bem como está colocado desde o início, é um assunto que vem se arrastando há muito tempo e que houve uma série de desentendimentos que agora todos foram sanados e se convergiu para uma posição única. Por isso, eu peço aos meus pares que ajudem o cinema nacional, ajudem a cultura nacional, porque quando a gente fala cinema, a gente está colocando os atores, os músicos, enfim, é toda uma síntese cultural, por isso eu peço o voto favorável desse parecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO(PMDB-MG) – Senador Ney Suassuna, que tive a oportunidade de freqüentar o gabinete liderança com seus quadros pintados maravilhosos, decorados, é um homem realmente ligado a cultura. Em discussão, o parecer do ilustre Senador Ney Robson Suassuna. Com a palavra Senador Pavan.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Sr. Presidente, além da Câmara Federal, não diz o autor, é do governo o Projeto de Lei? Ele não fala autor aqui.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Veio da Câmara, mas o governo... (pronunciamento fora do microfone)

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Sr. Presidente, eu queria enaltecer a Comissão de educação, por diversas vezes nós tivemos aqui vídeo conferência, tivemos debates, nós fizemos inúmeras discussões justamente defendendo audiovisual e os nossos artistas. Aqui nessa Comissão, pessoas de vários lugares do nosso País estiveram aqui pedindo apoio, porque disseram se nós não apoiarmos, se não tivermos uma dedicação do governo e do Congresso, o cinema ia cada vez mais ficar mais frágil sem a devida atenção. E se nós percorrermos o Brasil, nós estamos vendo inúmeras cidades que antigamente era moda, o moderno, o gostoso, era ir no cinema, à tarde, à noite. E está desaparecendo os cinemas, o que existe hoje, é nos shoppings, não é aquela casa de cinema. E o governo precisa financiar, o governo precisa financiar. Que financia tanta coisa nesse Brasil, porque não financiar a cultura, então por isso que eu quero aqui cumprimentar o Senador Ney Suassuna pelo seu relatório e com a certeza absoluta que não haverá ninguém no Congresso Nacional que seja contra um projeto que venha trazer incentivos e benefícios a cultura do nosso País, principalmente na questão do audiovisual. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO(PMDB-MG) – Muito bem colocado pelo Senador Pavan, para discutir ainda Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Muito rapidamente, eu acessei a um artigo do cineasta Luiz Carlos Barreto que trata exatamente desse projeto e aí se o Senador Ney Suassuna me permitisse de eu poder ler aqui um pequeno trecho da carta do cineasta Luiz Carlos Barreto, porque eu acho que ele dá a dimensão do que nós vamos estar votando e aprovando neste momento.

Então ele inicia é o trecho que eu vou ler é: “Pela primeira vez na história desse País, em matéria de política cultural, um governo adota medidas preventivas, visando evitar que um ciclo virtuoso, ou seja, um momento de ganho e avanço se transforme em ciclo vicioso e perverso como aconteceu nos anos 50 e 60 com o cinema nacional, quando se implantou neste País o sistema de transmissão pela TV”. Barreto se refere ao aumento de consumo de produções importadas sem o devido estímulo a capacidade de produção de conteúdos audiovisuais nacionais, seja pelas redes de

TVs ou pelos produtores independentes que poderá se repetir agora com a implantação da TV digital.

Portanto aprovar o fundo é imprescindível para continuarmos estimulando a produção do cinema nacional. Por isso que como diz o Senador Leonel Pavan, ninguém pode ser contra isso, qualquer pessoa que for contra isso está indo contra a cultura, e a produção artística brasileira no cinema que é gloriosa e que quando ela tem apoio e incentivo, ela demonstra que é uma das melhores do mundo.

SENADOR ROMEUTUMA (PFL-SP) – Presidente, o senhor permitiria um segundo só.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO(PMDB-MG) – Senador Romeu Tuma com a palavra, Senador.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu peço desculpas falando com V.Ex^a. Que a Subcomissão até então presidida pelo Senador Sérgio Cabral, hoje eleito Governador do Estado do rio, grande Senador, se debateu muito por esses problemas durante a sua gestão a frente da Subcomissão.

Então eu acho que esse projeto que o Senador Ney apresenta, ele vem ao encontro desses objetivos. E ainda com a palavra a Senadora Líder do Governo concordando, eu não vejo porque votar contra. Nosso futuro Vice-Governador de Santa Catarina, Santa Catarina está endossando, então eu acho que São Paulo não poderia ficar fora disso.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Senador Romeu Tuma, se V.Ex^a. me permite, é porque nós sabemos da qualidade dos cineastas Catarinenses, que dão um banho, dão show. Então para nós é muito importante que o fundo seja aprovado.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Pelo Brasil todo tem grandes inteligências nessa área. Obrigado Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO(PMDB-MG) – Em votação o parecer. Não havendo quem queira se manifestar, aprovado o parecer. Eu queria pedir licença um minuto, agora eu vou passar para o Vice-Presidente, eu tenho que comparecer a CAE.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Eu só pediria, Sr. Presidente, a urgência.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Sr. Presidente, a urgência.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Sr. Presidente, pedir a urgência.

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Em votação a urgência e o pedido de urgência do Senador Ney Suassuna. Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão.

Aprovado o regime de urgência por unanimidade. Vamos passar para o item...

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Pela ordem. Se por possível Sr. Presidente, eu tenho o item 13, é que eu sou Relator...

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Os não terminativos vão todos entrar. A Ideli está ali, vamos já chegar no 13.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Pode ser agora, porque tem ela mesma para relatar?

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Senador Ideli Salvatti é Relatora do item 8.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Sr. Presidente, apenas o seguinte: O projeto é de autoria do Senador Cristovam Buarque, que por compromissos outros, ele não tem condições de estar presente. Ele nos pediu que pudéssemos adiar a apresentação para ele poder estar presente e debater o projeto.

Então, eu não tenho como não atender o pedido do Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Então o item 1 está retirado de pauta. Passamos ao item 9. Item 12, Senador Azeredo. Na ausência do Senador Azeredo, designo o Senador Pavan para relatar *ad hoc*, item 12.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Item 12 ou 13?

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – 12 e 13.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Vamos lá então, 12. Só um minutinho aqui. O Relator desse projeto é Eduardo Azeredo. Para atender Associação Cultural de Congonhal, Sempre Cultura do Estado de Minas Gerais. O Eduardo Azeredo deu voto favorável e como Relator *ad hoc* também dou o voto favorável.

Quanto ao 13, a Relatora é a Senadora Ideli e eu relatei como *ad hoc*, a semana passada, então apenas queremos aqui reafirmar o nosso voto da... Me permita aqui, Sr. Presidente, da Associação Comunitária e Centro Social Educacional de Paulo Lopes Santa Catarina, então dar. Eu voto favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Em discussão os relatórios do item 12 e 13 relatados pelo Senador Pavan. Não havendo quem queira discutir, serão votados posteriormente. Item 14, designo o Senador Geraldo Mesquita como Relator *ad hoc* do item 14.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Sr. Presidente, o projeto de Decreto Legislativo nº 425, ele trata do ato que autoriza a Fundação Maçaranduba a executar serviço de rádio difusão

comunitária na cidade de Maçaranduba no Estado da Paraíba e o parecer é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Parecer favorável do Senador Geraldo Mesquita, parecer está em discussão. Não havendo quem queira discutir, passamos para o item 15. Designo Relator Juvêncio da Fonseca como Relator ad hoc do item 15, Decreto Legislativo nº 430 a respeito da Associação Comunitária José de Souza da cidade de Cachoeira dos Índios, com a palavra o Senador.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – O projeto está regular, Sr. Presidente, e o nosso parecer é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Parecer favorável do Senador Juvêncio da Fonseca, parecer em discussão. Não havendo quem queira discutir, vamos à votação nominal de todos os projetos de Decretos Legislativos relatados nesta Sessão. Cinco projetos. Maria do Carmo Alves, Juvêncio da Fonseca.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Com os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Estão sendo votados todos os Relatores apresentados pelo Senador Juvêncio da Fonseca, Geraldo Mesquita e Senador Pavan, menos o item 11 que pediu para ser retirado.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Pois não.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Em função do esvaziamento, a Comissão, os terminativos não...

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Nesse item há acordo, das rádios há acordo para votar. Senador Leonel Pavan. Com o Relator.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Com o Relator, de acordo.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Washington Salgado. Ney Suassuna. Aelton Freitas, Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Com os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Ideli Salvatti, com o Relator. Augusto Botelho com o Relator... César Borges? Marco Marciel, Senador Marco Marciel com os Relatores, Senador Romeu Tuma, Senador Garibaldi Alves Filho? Senador Geraldo Mesquita?

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Com os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Sibá Machado, Antônio Carlos Valadares, João Ribeiro. Aprovado os itens 12, 13, 14 e 15. Favorável. Voto do Senador Marco Marciel é favorável. Senador Juvêncio da Fonseca. O item 2, V.Ex.^a é o Relator. Nós não temos quorum para votar, mas V.Ex.^a poderia fazer a leitura só para adiantar, o item 2, é um projeto terminativo, Projeto de Lei do Senado nº 218 de 2006.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Pois não, Sr. Presidente. Sr. Presidente, chega a esta Comissão para decisão terminativa o Projeto de Lei do Senado 218 de 2006, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que altera o art. 12 da lei 9394 de 20 de dezembro de 96, LDB. Para determinar a instituição de ensino, o envio obrigatório de informações escolares aos pais ou responsáveis não conviventes com o aluno. Pelo art. 1º, o PLS altera a expressão: informar os pais e responsáveis sobre a frequência e rendimento dos alunos, pela frase, “informar pai e mãe e responsáveis não conviventes sobre a frequência e rendimento dos alunos, contida no inciso 7 do art. 12 da LDB, como uma das incumbências dos estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino”.

Na justificativa, o nobre Senador argumenta que a atual redação dá margem a quem, em caso de separação, pai ou mãe pelo fato de não mais conviver com filho ou filha estudante, deixa de receber as informações necessárias para a continuidade do exercício de educadores. O projeto não recebeu Emendas. Análise: sobre a intenção do PLS, não temos reparo algum a fazer. No entanto, a formulação generalista e plural do texto pode dar oportunidade a uma interpretação que subtraia do pai e da mãe um dever e um direito em algumas situações. O fato de sobrevir uma separação do casal de direito ou de fato ou mesmo óbice temporário à convivência com um dos seus progenitores com o seu filho estudante, não tira dele a responsabilidade de continuar a educá-lo do que deriva os seus direitos a informações mínimas garantidas pela LDB e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. O termo “responsáveis” constante no art. 12 da lei 9394 de 1996, designa a pessoa ou pessoas que na ausência permanente ou temporária do pai e da mãe, assume os direitos e deveres a ele atribuídos pela Constituição e demais dispositivos legais em relação a filhos antes da maioridade. A estas pessoas investidas do dever de educar, o inciso 7 estende o direito de ser informados pela escola em simetria ao direito originário dos pais. Da forma como se expressa o PLS, o termo “responsáveis” passa a designar tão somente o pai e a mãe, não conviventes com o filho ou filha estudantes e não

mais os responsáveis sobre o instituto, que certamente o autor do projeto não pretende excluir da responsabilidade de educar e do direito de ser informado. Por isso, Sr. Presidente, para transformar o texto em lei, em mecanismo operativo e claro, coerente com as intenções do autor, impõe-se uma mudança de redação.

Nosso voto: Pelo exposto, somos pela aprovação do PLS, com a seguinte Emenda de redação. Emenda nº 1, a Emenda PLS 218 de 2006 passa a ter a seguinte redação: Altera o art. 12 da lei 9394 de 20 de dezembro de 1996, determinando as instituições de ensino, obrigatoriedade no envio de informações escolares aos pais e conviventes ou não com seus filhos. Emenda nº 2, o inciso 7º do art. 12 da lei 9394 de 96, nos termos do art. primeiro do PLS 218 de 2006 passa a ter a seguinte redação: Art. 12, inciso 7, informar pai e mãe conviventes ou não com seus filhos, e na sua falta os responsáveis legais sobre a frequência e rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da escola. Este é o nosso parecer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Muito obrigado Senador. Em discussão o parecer do Senador Juvêncio da Fonseca. Não havendo quem queira discutir, vamos a votação nominal do projeto terminativo. Senador José Jorge?

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Senadora Maria do Carmo. Senador Juvêncio da Fonseca, voto conhecido. Senador Leonel Pavan? Senador Wellington Salgado?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Valdir Raupp?

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Ney Suassuna, Gilberto Mestrinho? Aelton Freitas? Senador Paulo Paim?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Senadora Ideli Salvatti?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Senador Jonas Pinheiro?

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Senador César Borges? Sena-

dor Marco Marciel? Senador Romeu Tuma? Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Senadora Lúcia Vânia?

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Senador Garibaldi Alves Filho?

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Senador Geraldo Mesquita?

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Senador Sibá Machado? Senador Antônio Carlos Valadares?

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Senador João Ribeiro. Aprovado por unanimidade. Passamos agora ao item 1 que a Senadora Lúcia... Gostaria de perguntar aos Srs. Senadores, se confirma essa votação para a Emenda apresentada no projeto? Votada a Emenda também. Com a palavra o item 1 da pauta, Senadora Lúcia Vânia, Projeto de Lei do Senado nº 005 de 2004 para relatar.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Sr. Presidente, senhoras e Srs. Senadores. Insere o artigo na lei nº 10.260 de 12 de junho de 2001 que dispõe sobre o fundo de financiamento ao estudante do ensino superior com fim de criar forma especial de amortização mediante serviço social.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Gostaria, há um orador na tribuna, solicito silêncio da platéia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Eu vou fazer apenas uma síntese do assunto para que os Senadores possam entender melhor. Permite que a amortização de 50% do financiamento obtido através do FIES (*soa a campanha*) Se dê através de prestação de serviços sociais pelo estudante. Destina 30% das receitas orçamentária do fundo de financiamento do ensino superior, FIES, para as operações de amortização com até 50% do valor financiado mediante prestação de serviço social. Essa é a proposta.

Como funciona o FIES? O FIES cobra até 70% do valor da prestação cobrada pelas faculdades. O prazo de cobertura não pode ser superior ao prazo regular do curso, os juros serão estipulados semestralmente pelo CMN, como se dá a amortização hoje? A amortização

terá início no mês seguinte ao da conclusão do curso. Nos 12 primeiros meses, o valor deverá ser igual ao da parcela cobrada pela faculdade no semestre anterior ao da conclusão do curso. O saldo devedor será parcelado em período até uma vez e meia da permanência do estudante no FIES. Receita do FIES: Dotações orçamentárias consignadas ao MEC. 30% da renda líquida dos concursos dos prognósticos, administrados pela Caixa Econômica Federal, bem como a totalidade de recursos de premiações não procurados pelos contemplados dentro do prazo de prescrição. Em cargos e sanções contratualmente cobrados nos financiamentos concedidos ao amparo dessa lei. Taxas e emolumentos cobrados dos participantes de processo de seleção para o financiamento. Em cargos e sanções contratualmente cobrados nos financiamentos concedidos no âmbito do programa de crédito educativo. Rendimento de aplicações financeiras sobre suas disponibilidades e receitas patrimoniais.

Determina que a prestação do serviço de alcance social deverá ocorrer na forma do regulamento com preferência aos estudantes mais carentes. Estipula que a vigência da lei se dará após 60 dias de sua publicação. Emenda nº 1 da Comissão de Assuntos Econômicos propõe que o serviço de alcance social se dê após da conclusão do curso e que seja gerido por entes públicos de preferências pelas universidades. O voto. Diante do exposto, o nosso voto é favorável ao PLS nº 5 de 2004 com a seguinte Emenda: Insira-se no texto do art. 5º A da lei nº 10.260 de 2001 nos termos do Projeto de Lei do Senado nº 5 de 2004 o seguinte parágrafo, Parágrafo único: O serviço de alcance social a que se refere o caput será prestado pelo estudante depois da conclusão do curso financiado e gerido por entes públicos preferencialmente universidades. Este é o meu voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – O voto da Relatora, com a palavra para discutir, o Senador Paim, depois o Senador Wellington, depois o Senador Suassuna e depois o Senador José Jorge, ordem de inscrição. Com a palavra Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador Augusto Botelho, primeiro cumprimentar a iniciativa do Senador Ciqueira Campos e o belíssimo Relatório, como sempre da Senadora Lúcia Vânia. Sr. Presidente, como esse projeto foi apresentado antes do PROUNI, praticamente no ano anterior que ele foi aprovado e como eu estou muito preocupado com a situação dos alunos do PROUNI para se manterem efetivamente no curso e acho que o projeto vem numa boa hora, eu vou pedir vista ao projeto, já conversei com a Senadora Lúcia Vânia, recebi uma proposta que vamos

dialogar com ela e com o governo para ver se é possível, nesse mesmo projeto ampliarmos inclusive esse benefício. Ela é simpática a ideia, mas quer conversar naturalmente com o governo, por isso eu peço vista ao projeto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Com a palavra o Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Sr. Presidente, quando pede vista acaba o debate imediatamente?

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Não, o Regimento manda que sim.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Então acabou o debate, eu queria muito acrescentar. Eu queria só colocar em vista que o Senador Paim com certeza vai tentar aumentar esse percentual. Senador Paim, o governo do PT do qual o senhor faz parte, V.Exª. faz parte, o Ministério Fernando Haddad conseguiu para os cursos de licenciatura o FIES ter praticamente no financiamento simplesmente a correção da inflação no período para os cursos de licenciatura. Fez parte de toda uma série de atitudes que foi tomada por esse governo e pelo Ministro Fernando Haddad. Agora, eu tenho certeza que V.Exª. vai conseguir aumentar esse percentual. Não vai aumentar não? Não vai pedir para aumentar? Eu pensei que V.Exª. ia pedir para aumentar, estava certo disso, não vai?

Porque eu acho muito importante, porque o PROUNI e o FIES, eles têm uma clientela diferente, viu Senador? O PROUNI é realmente para os alunos carentes que V.Exª. tem se preocupado com a questão da manutenção dos alunos do PROUNI, porque não é simplesmente da isenção da faculdade, tem locomoção, alimentação, complementação de livros, tudo isso. Esse é o debate do Senador Paim. Agora, quanto ao FIES já é uma outra clientela, é aquela que pode ter conta, fiador, pode fazer esse empréstimo para terminar, para poder estudar. Agora veja bem, Senador Paim, o que acontece é que o governo precisa entender que o problema hoje da educação superior é o financiamento. O problema da educação superior é que o financiamento para a educação, ele na verdade é investimento, está aprovado para todas as grandes nações que conseguiram atingir o seu desenvolvimento econômico passa por aí, investimento em educação e não gasto em educação. Tenho certeza que V.Exª. vai cuidar muito bem disso, eu estaria preparado para um grande debate, mas como V.Exª. pediu vista, vou esperar e municiar para o próximo encontro.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Com a palavra o Senador Suassuna.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – O processo, Sr. Presidente, esse projeto, é um projeto de muito grande interesse de toda a Nação, de toda a área que pode transformar essa nação, que é o ensino, mas tendo em vista o pedido de vistas, eu vou deixar a discussão para uma próxima etapa quando nós debateremos com mais profundidade. Mas eu quero louvar a preocupação da Senadora Vânia que teve pressa e interesse de resolver um assunto que é um assunto que vem arrastando-se a tempo. Eu tenho certeza que o Senador Paim, eu posso dar um aparte? Posso, não é.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Para que não fique nenhuma dúvida, eu sou totalmente a favor do projeto e do relatório da Senadora Lúcia Vânia, apenas há uma pequena Emenda que eu gostaria de fazer, ela não pode acatar nesse momento e por isso o pedido de vistas, se a gente construir esse entendimento votamos já na próxima quarta-feira. Se depender de mim, na próxima semana, na próxima terça-feira nós já votamos o projeto.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – V.Ex.^a. não havia necessidade de justificar, porque todas as ações de V.Ex.^a. nessa Casa tem sido sempre na busca de melhorar o que do interesse do povo. Então eu deixo essa discussão para a próxima ocasião.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Com a palavra o Senador José Jorge.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Eu gostaria de... aproveitando que o Senador Paim pediu vistas, fazer uma observação aqui em relação a esse projeto. Aqui no final do art. 5º diz o seguinte: Na forma do regulamento observada a seleção dos estudantes mais carentes, bem como a definição de áreas prioritárias de formação.

Bom, na realidade, o parágrafo único acrescenta o seguinte, o serviço de alcance social que se refere ao caput será prestado pelo estudante depois da conclusão do curso financiado e gerido por entes públicos, preferencialmente universidades. A minha observação é a seguinte: Quando ele será prestado pelo estudante, depois da conclusão do curso, porque depois que conclui o curso ele não é mais estudante, começa por aí. Na realidade, quando concluir o curso ele não é estudante. Sim mas veja bem, a segunda observação, de caráter prático é o seguinte, é que na realidade, se ele vai prestar o curso depois, ele vai ser carente na hora do curso e depois que se formar ele não ser mais

carente, ele pode ser um profissional que conseguiu um emprego bom e etc., etc..

Então o critério deve ser na finalização do curso não na origem. Por exemplo, suponha, eu sou estudante, sou carente, me formo em engenharia. No outro dia eu vou trabalhar na PETROBRAS, então tem um salário de engenheiro, etc., fiz um concurso e passei.

Então eu viro carente, porque eu era carente na origem, na realidade eu acho que essa é uma coisa que tem que ser analisada, porque tem que ser o profissional carente e não o estudante, porque ele vai pagar já como profissional e não como estudante.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Pela ordem, Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Com a palavra o Senador.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Só para perguntar a Relatora, porque aqui tem uma expressão dizendo que as iniciativas de crédito estudantil padece de dois grandes problemas. O primeiro reside no atendimento insuficiente, por exemplo: Em 2003, 291 candidatos, a senhora corrigiu isso aí? Se inscreveram para obter acesso ao FIES, mas tão somente 42 mil foram atendidos, FIES. Existe aí um erro de redação? Na página 14, o 3º parágrafo.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Depois o Senador Juvêncio da Fonseca também pediu a palavra. Comunicar aos Srs. Senadores que os nossos trabalhos estão sendo transmitidos ao vivo pela TV Senado.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Ao invés de mil deveria ser 42? É só uma correção do relatório. Não, mas ela colocou.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – A TV está ao vivo, isso significa que vai demorar mais as votações porque todos vão querer falar mais.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Sr. Presidente, eu gostaria de continuar, posso continuar?

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Pode continuar Senador Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Sr. Presidente, o FIES desde 1999 que ele sofreu, quer dizer, era o crédito educativo, o crédito educativo, através de uma Medida Provisória foi transformado em Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior e a Relatora diz textualmente que 'ná, vamos dizer, uma certa resistência para que o estudante aceite esse FIES. Logicamente, depois que o governo fez essa alteração, e ao invés de melhorar a inscrição, ela decresceu essa inscrição. Quer dizer, não há a importância que deveria ter o crédito educativo devido principalmente ao novo fundo de financia-

mento que foi criado pelo governo para o estudante mais carente.

Portanto, Sr. Presidente, eu acho que esse pedido de vista do Senador Paim, ele tem inteira procedência, porque ele vai dar oportunidade para que nós estudemos com mais melhor com mais profundidade a existência desse FIES e fazer Emendas que possam atrair o estudante para esse financiamento. Agradeço a V.Ex^a.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Pedido de vista do Senador é acessível, eu posso discutir e rever.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Eu ainda não concedi pedido de vista, porque eu achei que quatro apenas queriam falar, Senador José Jorge. Mantém a inscrição para falar.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Eu já falei.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Senador Juvêncio da Fonseca, depois do Senador Juvêncio da Fonseca, eu vou conceder vistas do processo.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Sr. Presidente, já que está sendo possível a fazer sugestões, fazer sugestões em razão da vista requerida pelo ilustre Senador Paulo Paim, eu faria a minha também. A questão do FIES, a questão do PROUNI, questão de inadimplência do universitário que não consegue pagar o seu financiamento.

Nesse projeto, pretende-se dar uma solução para isso, dizendo que 50% do seu valor será pago mediante serviço de alcance social e eu perguntaria, Sr. Presidente, a prestação desse serviço social para pagamento das despesas da universidade será feita a quem? A universidade não é. Teria que trabalhar, prestar um serviço social, teria que ser praticamente, ter uma remuneração, ter recursos financeiros para fazer o pagamento da mensalidade, das mensalidades que foram o que custaram o seu curso. Como é que pode pagar com serviço social as entidades privadas de ensino superior se o trabalho social não tem remuneração?

Então eu tenho uma grande dúvida sobre a eficiência desse projeto e gostaria que nesse voto em separado o Senador Paim pudesse trazer para nós uma solução para este caso.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Concedida vista ao Senador Paim. Passamos ao item 4, o Senador Eduardo Azeredo é o Relator. Item 4 é o Projeto de Lei do Senado nº 273, está na página 59, Senador Azeredo, item 4.

Bom, eu convido o Presidente a assumir a sua posição aqui, vai discutir mais? Com a palavra o Senador Azeredo para começar o seu relatório.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Sr. Presidente, senhores Senadoras e Senadores, o projeto do Senador Marcos Guerra trata do objetivo de incluir o empreendedorismo como componente curricular dos ensinos fundamental e médio e propõe que as escolas de ensino fundamental e médio tenham exatamente em seu currículo de temática do empreendedorismo.

No mundo atual os Estados buscam subir no *ranking* internacional da competitividade e do crescimento sustentável, graças ao ferramental proporcionado pela educação. Mais a frente, nós estamos exatamente na análise, colocando que o empreendedorismo se coaduna com o presente e futuro da humanidade em que o conhecimento compartilhado exige de cada um a participação ativa nos processos educativos e econômicos. Por conta da acelerada dinâmica do mundo moderno, devemos trabalhar pela elevação do potencial e da criatividade do povo brasileiro. Assim, é por meio da acelerada criação de riquezas poderá a sociedade brasileira ultrapassar as fronteiras de universo da necessidade. O fomento “Educação para o Empreendedorismo” haverá de cumprir essa meta, apenas para efeito de clareza e síntese, opinamos por uma alteração tópico do texto legal proposto de maneira que nós alteramos com uma Emenda de redação.

O voto, portanto é favorável a inclusão do empreendedorismo como matéria em cursos básicos e ensino médio do Brasil. O empreendedorismo constituirá componente curricular das escolas do ensino fundamental e médio com o objetivo de preparar os alunos com bases nos valores, como a busca de oportunidade de iniciativa, à disposição para inovar e enfrentar desafios e riscos calculados a persistência, o comprometimento e a auto confiança na busca dos seus objetivos. É uma matéria nova, moderna, mas que é importante que ela possa também ser ensinada aos alunos brasileiros.

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Em discussão, com a palavra o ilustre Senador Ney Suassuna.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Tem pouca gente que me bota o uso Robson. Eu fico grato que V.Ex^a. fala, o meu pai acha que para complicar a vida da gente botou, Vandik Ney Robson, Alhadik, Sanfrancidei, são nomes muitos complexos para a minha região. Mas nobre Presidente, senhoras e Srs. Senadores, o empreendedorismo é realmente uma coisa que faz diferença numa sociedade, um País

que tem empreendedores, ele tem tudo para dar um *take off*, para dar uma arrancada rápida em direção ao progresso.

São muitas as escolas que tem essa preocupação de ensinar empreendedorismo, a minha, o Anglo Americano é uma delas, a gente tem feito isso, porque a gente tem visto que isso nos Estados Unidos, no Japão, na Coreia, em todos os países que desenvolveram, tem sido uma máxima. E essa não deve ser só o ensinar, tem que ensinar também a praticar, ao praticar no caso, por exemplo, das escolas que seguem essa tendência, a gente até cria para os alunos microempresas fictícias, ele recebe um crédito e eles ao final do ano, concorrem entre si para ver o sucesso de quem ganhou mais, quem teve mais sucesso, quem vendeu mais, quem empreendeu mais, e isso, com toda a certeza, é uma coisa importantíssima na formação da mão-de-obra de empresários, de empreendedores, de líderes em um País. Por isso, eu apoio inteiramente, nobre Senador, essa inclusão que vai trazer para... Claro, que não é fácil numa escola pública, você fazer esse exemplo que eu estou dando, mas nós devíamos tentar. Inclusive nós de certa forma, no Ministério da Integração nós chegamos fazer isso, porque o SEBRAE, ele cuida de uma classe que tem já empreendedores, microempresas, não é verdade. Mas tem uma camada da sociedade que não tem o menor acesso e o que nós fazíamos no PRONAGER? O PRONAGER ensinava as pessoas a fazerem sabão, pão, cabeleireiro, enfim profissões. Montava uma cooperativa, dava um pouquinho de dinheiro para essa cooperativa ser ativada e no final, eles até conseguiam devolver o dinheiro para o governo.

Veja que coisa incrível, hoje mesmo ainda na Paraíba, nós temos na cidade de Marí, nós temos em João Pessoa fábricas de bolos, padeiros, salões de beleza que iniciaram assim para o extrato mais baixo da sociedade, aqueles que não tem nenhuma chance se não forem assim colocados, e para a surpresa nossa, mesmo nesse extrato mais baixo da sociedade, quantos empreendedores que não tinham oportunidade surgiram? Então, esse eu acho que é um assunto que nós devemos apoiar inteiramente, porque isso pode mudar a face do empresariado, do micro empresariado no nosso País com toda a certeza.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO(PMDB-MG) – Ainda para debater, com a palavra o Senador Garibaldi.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sr. Presidente, senhoras e Srs. Senadores, eu também tenho simpatia pelo projeto, tenho a vontade de aprovar esse projeto, agora o que eu estou achando é que o Senador Marcos Guerra precisava dar a ele

contornos mais definitivos, mais objetivos, por exemplo, esse empreendedorismo, ele vai fazer parte de escola de ensino profissionalizante ou vai fazer parte de uma escola como diz aqui, de ensino fundamental e médio? Eu...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO(PMDB-MG) – O ilustre Relator poderia explicar para o nosso Senador Garibaldi a pergunta, se assim o interessar, interessa Senador Garibaldi?

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Interessa. Eu queria só a paciência dele para eu concluir, porque as minhas dúvidas são pequenas, são poucas dúvidas, uma delas é essa. Como enquadrar o empreendedorismo para que ele não se constitua numa matéria vaga, numa matéria teórica, como era, por exemplo, aquela matéria de problemas brasileiros, a moral e cívica, essa coisa que nem é moral, nem é cívica, nem é problema, nem é brasileiro. No fim, Sr. Presidente, vai ser um empreendedorismo sem que o aluno aprenda a ser realmente empreendedor, eu acho que o Senador Marcos Guerra que por aqui passou e trouxe uma contribuição muito grande, como deverá trazer ainda, ele tem razão, agora é precise dar um caráter mais pragmático, mais objetivo a esse empreendedorismo.

Porque o empreendedorismo até reclama essa objetividade, porque há matérias que reclamam uma base teórica maior, V.Ex^a. sabe disso, como educador, como Presidente de entidades educativas. E há matérias que não reclamam tanto essa base teórica. O empreendedorismo, ele reclama uma base, a meu ver mais voltado para o ensino profissionalizante. Ora, nós sabemos que o ensino profissionalizante no Brasil ainda é uma promessa, porque existe da parte dos CEFETs uma realidade que nós não podemos desconhecer. Mas no que toca ao ensino público médio, o ensino profissionalizante não avançou, então eram essas as minhas dúvidas, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO(PMDB-MG) – Com a palavra o ilustre Relator para tirar as dúvidas do Excelentíssimo Sr. Senador Garibaldi, depois o Senador José Jorge.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – A intenção do Senador Marcos Guerra é exatamente trazer essa questão que é fundamental para os micro-empresários, para a criação de novas empresas, que haja uma formação dos brasileiros para o empreendedorismo. Evidente que o detalhamento não está nessa lei, o detalhamento como seria essa matéria, isso deveria no detalhamento da lei. Mas eu entendo que o que nós podemos fazer de alteração aqui como Relator, eu posso fazer a modificação, é retirar a questão de ensino fundamental e ficar ensino médio e profissio-

lizante, ao invés de fundamental e médio, ensino médio e profissionalizante, Senador Garibaldi. Eu colocaria ensino médio e profissionalizante, ao invés de ensino fundamental e médio, ficaria mais adequado.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – V.Ex.^a, me permite um aparte.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO(PMDB-MG) – Senador Ney, o Senador José Jorge.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Mas é um aparte que eu estou pedindo a ele.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO(PMDB-MG) – Um aparte a ele, desculpe então.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Eu não só acho que seria prudente o que V.Ex.^a está fazendo, mas eu (pronunciamento fora do microfone) Porque ele começa micro, mas ele pode chegar a ser um gigante. Com toda certeza, mas é o início, o *start* é a partida de uma profissão de empreendedor.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Como microempresário.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO(PMDB-MG) – Com a palavra... Relator, posso passar a palavra ao Senador José Jorge? Com a palavra Senador José Jorge.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Não, Sr. Presidente, na realidade a idéia é meritória. Agora eu me preocupo sempre quando se coloca uma disciplina, aí no caso não é disciplina, é apenas um conteúdo no currículo, porque na realidade quem serão os professores disso? Nós temos uma rede com milhões de alunos que essa rede, ela é rede pública, rede privada, rede municipal, rede estadual na pública e você não tem professores em quantidade, preparado para que se possa a cada dia colocar um conteúdo novo ou uma disciplina nova. A disciplina, eu acho mais grave, lógico. Mas esse conteúdo, é um conteúdo para o qual não está, não há uma definição específica daquilo que deve ser ensinado.

Então, eu acho que seria de bom tamanho que se aprovasse o projeto, mas que se desse um prazo para que as redes estaduais e municipais pudessem efetivamente implantar esse conteúdo, porque é um conteúdo que na verdade é um pouco novo, pode-se dizer assim para entrar no currículo escolar.

Então eu acho que se colocasse um prazo seria melhor, senão aqui ou na Câmara, porque senão vai dar a impressão que a gente não está olhando o lado prático da coisa.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Peço a palavra.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO(PMDB-MG) – Com a palavra ainda para debater o Senador Ney Suassuna.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Nobre Senador, essas colocações têm sido sempre colocada como extracurricular, não tem sido uma matéria obrigatória, não reprova, ela é extracurricular e sempre em convênio com o SEBRAE, em convênio com as associações comerciais, há uma série de ponderações a ser feita. O que nós estamos aprovando aqui e apoiando é a idéia de que se coloque. Nos Estados Unidos, inclusive isso tem lá o Júnior independente que é uma espécie de clube que as escolas todas têm, busca-se fazer. E tem várias associações internacionais que financiam isso.

Agora, eu concordo com o Senador José Jorge que colocar como matéria, não é uma coisa prudente, a idéia é excelente, que tenha inúmeras e inúmeras escolas fazendo isso para a elite, já tem, que se de a oportunidade de fazer para, em geral, para as escolas que puderem e tiverem condições, o que não pode fazer uma camisa de força e querer vestir essa camisa de força de uma vez. Mas que devemos debater e aprovar isso até talvez, como eu estou dizendo, como matéria extracurricular, ela é de suma importância e para o País é imprescindível que se faça.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO(PMDB-MG) – Com a palavra ainda para debater o Senador Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Sr. Presidente, eu acho que toda e qualquer idéia que venha ao encontro de proporcionar às escolas e ao estudante a oportunidade de obterem conhecimento na área do empreendedorismo, ou seja, voltando-se para o desenvolvimento econômico deve ser bem vindo, toda e qualquer idéia deve ser bem vinda nesse sentido. Entretanto, eu acho que generalizar seria de uma certa forma temerário, porque nem todas as escolas vão ter condições de proporcionar ao estudante esse direito. Portanto, poderíamos colocar se o Relator assim aceitar que as escolas de forma não obrigatória, mas alternativa, poderiam se utilizar desse componente curricular no desenvolvimento de suas atividades escolares, de forma alternativa, não obrigatória. Eu acho que as nossas escolas, principalmente as públicas, ainda não estão devidamente preparadas para este objetivo.

É uma sugestão que eu dou ao Relator, que isso seja feito não de forma obrigatória, mas de forma alternativa para que a escola que tenha estrutura suficiente possa adotar.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO(PMDB-MG) – Desculpe. Ainda em debate, algum Senador deseja fazer uso da palavra?

Então voltando a palavra para o Senador Relator, Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – A discussão está interessante, porque ela vai melhorando o conteúdo do projeto. Eu creio que nós poderíamos colocar então, da maneira que está o projeto, substituindo-se o ensino fundamental e médio, por ensino médio e profissionalizante e colocarmos como componente extracurricular, ao invés de componente curricular.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO(PMDB-MG) – é esse o voto do Relator?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO(PMDB-MG) – Ok. Então colocaremos em votação. Algum Senador deseja fazer uso da palavra? Ok, então, vamos fazer votação nominal visto que é um projeto terminativo.

Então temos o parecer do Relator com as sugestões sugeridas aqui pelos Senadores, é isso Senador Azeredo?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Extracurricular e ensino médio e profissionalizante.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO(PMDB-MG) – Então ela vai ser empreendedorismo uma disciplina extracurricular para o ensino...

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Médio e profissionalizante.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO(PMDB-MG) – Médio e profissionalizante, é esse que nós vamos votar. Senador José Jorge?

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO(PMDB-MG) – Com o Relator, sim. Senadora Maria do Carmo? Senador Juvêncio? Senador Leonel Pavan? Senador Valdir Raupp?

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO(PMDB-MG) – Senador Ney Suassuna?

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Sim, Sr. Presidente, com louvor ao Relator pela grande abertura que deu a discussão.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO(PMDB-MG) – Senador Gilberto Mestrinho, para mim é o maior entendido em florestas tropicais?

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – E muitas outras coisas.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO(PMDB-MG) – Senador Aelton Freitas? Senador Paulo Paim? Senadora Ideli Salvatti?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO(PMDB-MG) – Hoje de vermelho! Senador Augusto Botelho?

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO(PMDB-MG) – Senador Jonas Pinheiro?

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO(PMDB-MG) – Senador César Borges? Senador Marco Marciel? Senador Romeu Tuma que estava com saudade de V.Ex^a..

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – V.Ex^a., eu não consegui falar, mas o meu coração batia e repetia o seu nome.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO(PMDB-MG) – (*risos*) Poeta, como vota Sr. Senador? Essa é uma paixão antiga. É recíproco também, viu Senador?

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Poderiam repetir para eu botar um fundo musical.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO(PMDB-MG) – Voto conhecido, Senador Eduardo Azeredo. Senadora Lúcia Vânia? Como vota Senadora?

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO(PMDB-MG) – Senador Garibaldi Alves?

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sr. Presidente, eu sou da opinião que deveria ser só profissionalizante, no ensino profissionalizante, mas eu me curvo a maioria e voto com o Relator aplaudindo a sua abertura, mas eu queria ver isso adequado ao ensino profissionalizante.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO(PMDB-MG) – Este é um problema da democracia, quando a maioria quer, nós temos que nos curvar. Senador Sibá Machado? Senador Antônio Carlos Valadares?

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO(PMDB-MG) – Senador João Ribeiro? Os Senadores que acabaram de votar mantêm o voto para

as Emendas do Senador Azeredo? Aprovado. Último item terminativo da pauta, item 6, é o Projeto de Lei do Senado 326 de 2005 denomina Aeroporto Internacional de Belém Júlio César Ribeiro de Souza, o aeroporto da cidade de Belém, no Estado do Pará. Autoria da Senadora Ana Júlia Carepa, eleita governadora as eleições passadas, Relatoria do ilustre Senador Jonas Pinheiro, parecer favorável na forma do substitutivo oferecido. Observação 1: sendo aprovado o substitutivo a matéria será incluída em pauta da próxima reunião para turno suplementar nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal. Observação 2, a matéria constou na pauta da reunião do dia 28 do 11. Com a palavra o Excelentíssimo Sr. Senador Jonas Pinheiro.

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as}. Senadoras, esse projeto da nobre Senadora Ana Júlia, por si só já justifica porque foi apresentado. O senhor Júlio César Ribeiro de Souza é outro inventor, assim como nós tivemos o Santos Dumont de Minas Gerais, esse aqui é o Santos Dumont do Pará, ele também inventou o dirigível e foi por isso, e por ser muito reconhecido pelos seus feitos no Estado do Pará, particularmente em Belém, ele foi proposto o seu nome para denominar o atual aeroporto de Belém, que todos nós conhecemos como o Aeroporto Val-de-Cans. Portanto, Sr. Presidente, com muita justiça, a bancada do Pará quer homenagear agora o eminente Dr. Júlio César Ribeiro de Souza e o meu parecer, portanto, ele é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO(PMDB-MG) – Para debater. Não havendo quem queira debater, em votação o parecer. Visto que o projeto é terminativo, votaremos de novo a votação nominal. Como vota o Senador José Jorge?

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO(PMDB-MG) – Como vota a Senadora Maria do Carmo? Como vota o Senador Juvêncio da Fonseca?

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO(PMDB-MG) – Como vota o Senador Leonel Pavan? Como vota o Senador Valdir Raupp?

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO(PMDB-MG) – Como vota o Senador Ney Suassuna?

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO(PMDB-MG) – Como vota o Senador Gilberto Mestrinho?

SENADOR GILBERTO MESTRINHO (PMDB-AM) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO(PMDB-MG) – Senador Aelton Freitas? Como vota o Senador Paulo Paim? Como vota a ilustre líder Ideli Salvatti?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO(PMDB-MG) – Por favor, como Senadora? A senhora foi tão assim diferente, meiga, com o Relator? Senador Augusto Botelho, a nova fase?

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO(PMDB-MG) – Senador Jonas Pinheiro? Voto conhecido desculpe Senador. Senador César Borges? Senador Marco Marciel? Senador Romeu Tuma?

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO(PMDB-MG) – Senador Eduardo Azeredo?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO(PMDB-MG) – Senadora Lúcia Vânia?

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO(PMDB-MG) – Senador Garibaldi Alves?

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO(PMDB-MG) – Senador Geraldo Mesquita? Senador Sibá Machado, Senador Antônio Carlos Valadares?

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO(PMDB-MG) – Senador João Ribeiro? *Aprovado. A matéria será submetida a turno suplementar na próxima reunião. Passaremos agora ao último item da pauta, o item 8, não terminativo, que institui o dia nacional do Conselho tutelar, Projeto de Lei da Câmara nº 92 de 2006, autoria do Deputado Givaldo Carimbão, Relatoria do Senador Valdir Raupp, com parecer favorável, a matéria constou na pauta da reunião do dia 28*

do 11 de 06. Com palavra o ilustre Senador Relator, Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Sr. Presidente, senhoras e Srs. Senadores, para ganharmos tempo, o nosso relatório é favorável, nosso parecer é favorável a esse projeto que institui o Dia Nacional do Conselheiro Tutelar, é o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO(PMDB-MG) –Em discussão o voto do ilustre Senador. Não havendo que nenhum Senador queira discutir, em votação. Aprovado. Comunicado, comunico aos Srs. Senadores que no dia 6 de dezembro, quarta-feira às 10 horas, está convocada uma reunião ordinária da Comissão de educação para cerimônia, a posição de retrato do Excelentíssimo Senhor Senador Ricardo Santos, ex-Senador Ricardo Santos que presidiu esta Comissão no biênio 2001, 2002. Como é de praxe na nossa Comissão, na solenidade de encerramento do retrato sempre homenageamos uma personalidade que tenha prestado uma grande contribuição à educação brasileira e nessa Sessão, a homenagem será ao professor Anísio Teixeira. Convido a todos para estarem presentes a Sessão nessa quarta-feira, às 10 horas. E espero também que um dia a minha foto vá para lá.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO(PMDB-MG) –Pela ordem, a Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Sr. Presidente, eu apresentei um Requerimento para a inclusão de mais um participante na Audiência Pública que vai acontecer agora dia 7 sobre a questão da utilização do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço para as várias...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO(PMDB-MG) – Está aqui, botaremos em votação. Em aditamento do Requerimento de 28 de 2006 do CE, já aprovado, requeiro que seja também convidado para a Audiência Pública conjunta com a CAS, a secretária nacional de habitação do Ministério das Cidades, Inês da Silva Magalhães, sala de comissões Senadora Ideli Salvatti, em discussão, em votação. Aprovado.

Aditamento nº 01 do Requerimento 28/06, Senador Cristovam Buarque e Senador Juvêncio da Fonseca. "Requeiro nos termos regimentais, aditamento do Requerimento 28/06 para incluir o professor Eduardo Soares, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Educação Superior, ABMS, Vice-Presidente da associação brasileira das faculdades isoladas integradas, ABRAF, para participar como expositor da Audiência

Pública conjunta da Comissão de Educação com a Comissão de Assuntos Sociais, com a finalidade de instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 018 de 2002 ora em apreciação bem como as demais matérias apensadas".

Com isso, o senhor Eduardo Soares, eu acho que vai enriquecer tremendamente essa Audiência Pública. Em votação. Aprovado. Ainda temos aqui o item 10 que é um Requerimento, de acordo com que preceitua os artigos 90, 2, 5, parágrafo 9 e 11 de 93, parágrafo 2, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiências Públicas no âmbito dessa Subcomissão permanente de ciência e tecnologia, sendo a primeira conjunta com a Comissão de educação para iniciar os debates sobre uma das áreas mais promissoras da ciência mundial, a nano tecnologia, ciência que está associada a áreas como mecânica, eletrônica e computação, física, química e biologia e engenharia de matérias, pesquisa e produção na escala nano, escala atômica. Autoria Srs. Senadores Augusto Botelho e Roberto Saturnino e Senador Juvêncio, também. Em votação. Aprovado o Requerimento. Agradecendo a presença dos Senadores, declaro encerrada essa reunião.

(Sessão encerrada às 12h46)

Ata da 43ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 06 de dezembro de 2006.

APOSIÇÃO DE RETRATO

Às onze horas do dia seis de dezembro de dois mil e seis, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senhor Senador Wellington Salgado de Oliveira com a presença dos Senhores Senadores Marcelo Crivella, Juvêncio da Fonseca, Gerson Camata, Valdir Raupp, Flávio Arns, Augusto Botelho, Eduardo Azeredo, Mão Santa e Delcídio Amaral reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Demóstenes Torres, Jorge Bornhausen, José Jorge, Maria do Carmo Alves, Edison Lobão, Leonel Pavan, Teotônio Vilela Filho, Almeida Lima, Sérgio Cabral, Ney Suassuna, Gilberto Mestrinho, Aelton Freitas, Paulo Paim, Fátima Cleide, Ideli Salvatti, Roberto Saturnino, Mozarildo Cavalcanti e Sérgio Zambiasi. O Senhor Presidente Wellington Salgado de Oliveira submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada para a aposição do retrato do Ex-Senador Ricardo Santos, Presidente da Comissão de Educação, no biênio 2001/2002, na galeria dos ex-presidentes da Comissão de Educação

e como é de praxe na Comissão, homenagear uma personalidade significativa da Educação. Nesta sessão a homenagem (póstuma) será ao educador Anísio Teixeira, com a palestra intitulada “A Obra de Anísio Teixeira”, com o expositor, Professor João Antônio Cabral de Monlevade, Consultor Legislativo do Senado Federal. A seguir, a Presidência passa a palavra ao convidado. Usam da palavra os Senhores Senadores Gerson Camata, Eduardo Azeredo e Juvêncio da Fonseca. O Senhor Senador Wellington Salgado de Oliveira, Presidente da Comissão, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às onze horas e trinta e três minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares**, Secretário da Comissão de Educação lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Wellington Salgado de Oliveira**, Presidente da Comissão de Educação.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Havendo número Regimental declaro aberta a 43ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, a realizar-se no dia de hoje, 06 de dezembro de 2006.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma. Os Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado.

A presente reunião tem como objetivo a posição do retrato do ex-Senador Ricardo Santos, e como é de praxe na Comissão, sempre homenageamos uma personalidade que tenha contribuído de maneira significativa para a educação brasileira. E nessa Sessão o homenageado será o professor Anísio Teixeira.

SR. MESTRE DE CERIMÔNIA – A posição do retrato do ex-Presidente da Comissão de Educação Ricardo Santos, fundamenta-se pelo desempenho auferido pelo Senador, durante o seu mandato como Presidente do biênio 2001-2002. Neste período foram realizadas 84 reuniões, sendo 48 no ano de 2001 e 36 no ano de 2002. Entre as proposições aprovadas durante a sua gestão, destacam-se o encaminhamento de reuniões com entidades da mídia nacional, visando a instalação do Conselho de comunicação social, Projeto que defende o uso da língua portuguesa sobre a descriminalização das drogas que disciplina os recursos do FUNDEF para serem aplicados no ensino infantil, e que cria cota municipal e estadual para distribuição na área de educação.

As principais audiências foram: A Implantação da TV Digital no Brasil, o Simpósio Nacional Sobre a Educação Infantil em parceria com a UNESCO e com a CNI e as audiências relacionadas ao debate sobre a PEC que permitiu às empresas estrangeiras a compra de até 30% do capital das empresas de comunicação brasileiras.

A partir deste momento, convidamos para compor a Mesa o Sr. Deputado Federal Ricardo Santos. O Sr. Consultor Legislativo do Senado Federal, João Monlevade.

Ouviremos agora o Sr. João Monlevade, Consultor Legislativo do Senado Federal.

SR. JOÃO MONLEVADE – Convocado que fui a essa Sessão para discorrer sobre a vida e o pensamento do Professor Anísio Espíndola Teixeira e comunicado que teria 10 minutos para fazê-lo, também num ato de homenagem ao nosso ex-Presidente da Comissão, Senador Ricardo Santos, preparei um texto para realçar em 10 minutos, 10 momentos e 10 contribuições de nosso homenageado.

Anísio Teixeira em 10 minutos. Primeiro minuto. A infância em Caetité, sertão da Bahia, no âmago de uma família da nobreza da terra, filho de fazendeiro e político, crescendo num mundo de abundância, cercado pela natureza Severina e pela pobreza da gente. Hoje a casa do seu pai é o museu Anísio Teixeira. Isso resulta num menino sensível e estudioso, fadado a emigrar.

Segundo minuto. A adolescência nos livros da escola dos jesuítas que vieram de Portugal, primeiro em Caetité e depois em Salvador, no Colégio Antônio Vieira, sob o olhar e constante chamado do Padre Luiz Gonzaga Cabral a vocação religiosa e intelectual. Constrói então uma consciência humanista indelével.

Terceiro. Viajando para a Europa, em companhia do cardinal primaz, Dom Alvaro da Silva, é ele que acompanha o cardinal ou é o cardinal que precisa de um sócio que domina o espaço e o tempo europeu para deles tirar proveito pastoral? Nesta viagem reafirma a sua vocação para o conhecimento universal.

Quarto. Estuda Direito no Rio de Janeiro, prolonga sua dúvida vocacional. Ser ou não ser jesuíta? Mergulha ilha na erudição jurídica e no domínio do profissionalismo burocrático. Frequenta o ambiente da capital da República, prepara-se para administrar a coisa pública e apropria-se da institucionalidade nacional.

Quinto. O grande choque nos Estados Unidos com a sociedade democrática no apogeu do progresso industrial compartilhando as teorias e práticas participativas de John(F) (inaudível) e se achegando aos lampejos geniais de um brasileiro fascinado pelo ferro, pelo petróleo e pelos livros que era adido cultural de

nossa Embaixada em Washington, Monteiro Lobato. Volta outro para a Bahia, com novo Projeto de educação brasileira para testar na primeira oportunidade. E a oportunidade se faz como Diretor da instrução pública do Estado da Bahia, onde tenta sem sucesso sua primeira reforma educacional.

Sexto. 1932, a aventura revolucionária na Capital Federal, Rio de Janeiro, do início da revolução de Vargas, do manifesto dos pioneiros, da constituinte democrática de 1934, irrigado de verbas o Rio de Janeiro dos anos 30, enfunado pelo reformismo do Prefeito Pedro Ernesto. Secretário de Educação, constrói escolas inovadoras institui a Universidade do Distrito Federal, que acolhe os expoentes da esquerda da época. Nesse tempo, redige pessoalmente o manifesto político do partido autonomista revolucionário.

Sétimo. O educador cientista e político da educação é reduzido a pó por intrigas e pela borrasca do Estado novo ditatorial. Voltando do Rio de Janeiro para Caetité por terra, clandestino, numa carroça, até Belo Horizonte. Dali, de trem até Pirapora. E de Pirapora até Caetité para chegar à terra natal e viver como vendedor de dormentes e professor esposo e pai de quatro filhos. Anísio se interioriza e redescobre as dimensões da humildade e da luta pela sobrevivência. É tempo de recolher os escritos e dar a luz seus primeiros livros.

Oitavo. Redemocratizado o País é chamado do Amapá, onde participava de uma licitação para exploração do manganês para voltar à capital de sua querida Bahia, para de novo, tentar pôr em prática a sua escola ideal, o educandário democrático para as classes populares, educação de tempo integral e a pedagogia ativa. Mas o Brasil rural estava de viagem para a cidade grande. A indústria fazia inchar as capitais e os desafios de educação de qualidade se esfumam diante da pobreza de recursos públicos. O Instituto Carneiro Ribeiro leva 10 minutos para ser pensado e 10 anos para ser construído, sem ter sido concluído.

Nono. Volta a ampla cena da Capital Federal, agora Brasília para atuar não mais como um Gerente de rede escolar, mas como um construtor do sistema da educação nacional, como um intelectual que defende de unhas e dentes a escola pública laica e gratuita. Como administrador do desenvolvimento científico da educação. Não é por acaso que seu querido INEP se chama hoje Instituto de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Nesta época conturbada de discussões da LDB, pronuncia conferência inesquecível para os professores paulistas em Ribeirão Preto, onde defende a educação básica comum e universal e que se faz o capítulo primeiro de sua obra-prima. Educação não é privilégio.

Décimo. Anísio, o homem do interior que conquistou as capitais do Brasil, Salvador, Rio de Janeiro e por fim Brasília, a convite de Juscelino e Darcy Ribeiro, na coroa do Plano Piloto, incrusta duas pérolas, a Escola Classe e a Escola Parque para comporem a jornada integral de educação das novas gerações. Transplanta para a nascente UnB as idéias arrojadas da universidade pluralista de 1935. Contudo, parece que Anísio, homem do futuro, plantando o presente democrático, atraía tempestades autoritárias. É banido pelo golpe militar e se recolhe a seu querido Rio de Janeiro, onde se multiplicam as edições de suas obras e para onde se dirigem centenas de convites para expor suas visões e seus pensamentos por todo o Brasil.

Um décimo minuto. No período de chumbo da ditadura, às vésperas de se associar à Academia Brasileira de Letras, nosso mestre em educação sem mestrado, nosso Dr. em Brasil sem doutorado, sai de Casa e desaparece por dois dias. Seu corpo é encontrado frio no poço de um elevador. Como muitos outros corpos nos anos do terror. Acidente? Execução? Não importa. O que vale é que depois de seus 70 anos de viver, pensar e lutar e depois desses 10 minutos de evocar sua vida, seu pensamento e sua luta, nós renascemos e estamos prontos para empunhar sua bandeira pela escola universal comum, laica, gratuita, inclusiva, democrática e de qualidade. Viva Anísio, viva a educação brasileira.

(palmas).

SR. MESTRE DE CERIMÔNIA – Fará uso da palavra o Sr. Deputado Federal pelo Espírito Santo, Ricardo Santos. Ex-Presidente da Comissão de Educação no período de 2001- 2002.

DEPUTADO RICARDO SANTOS – Eu queria cumprimentar primeiramente o Senador Wellington, Presidente da Comissão de Educação do Senado, Senador Gerson Camata, ex-Presidente da Comissão de Educação do Senado, e membro dessa Comissão, Senador Juvêncio da Fonseca, Senador Eduardo Azeredo, o Senador Augusto Botelho, Vice-Presidente da Comissão de Educação do Senado, dizer que eu me sinto extremamente honrado de estar voltando a esta Casa numa homenagem expressiva aqui em meu nome, que passa a figurar numa galeria tão ilustre para a história da educação brasileira, com nomes como Gustavo Capanema, como João Calmon, que é da roça e terra, Senadores que prestaram um imenso trabalho, um imenso... Têm uma história inteiramente ligada à educação brasileira.

Falando um pouco sobre a nossa gestão aqui, nos anos de 2001 e 2002. 2001 foi o primeiro ano de vigência do Plano Nacional de Educação, aprovado no final de 2000. Uma das grandes bandeiras da Comissão

de Educação naquele período foi a implementação do Plano Nacional de Educação. No sentido de estimular os Estados e os Municípios para que detalhassem suas regiões, em seus territórios, o Plano Nacional de Educação. Naquela oportunidade, nós realizamos um grande seminário em Brasília, com o objetivo de transferir metodologia de trabalho, metodologia de elaboração do plano para secretários estaduais de educação, para secretários municipais de educação e para profissionais de educação. É importante destacar que este evento foi um evento coordenado tanto pela Comissão de Educação do Senado, quanto pela Comissão de Educação da Câmara, naquele momento presidido pelo saudoso Deputado Nelson Marchezan, do Rio Grande do Sul.

Importa destacar também como uma das grandes contribuições daquele período, foi a Constituição do Conselho de Comunicação Social, uma das bandeiras da Comissão de Educação naquela época. Como todos sabem, o Conselho de Comunicação Social é um órgão auxiliar do Congresso Nacional na política de comunicação social, segundo determina o art. 224 da Constituição Federal. Ele foi regulamentado, esse Conselho por uma Legislação de 2001, e ficou praticamente durante 11 anos sem o seu funcionamento. Com o apoio do Senador, saudoso Senador Ramez Tebet, naquele período, Presidente do Congresso Nacional, conseguimos implantar o Conselho que hoje funciona e vem dando uma enorme contribuição à política de comunicação social no Brasil como um todo. E era de grande interesse das empresas de comunicação, dos trabalhadores que operam na comunicação no Brasil como um todo e das instituições públicas que atuam na comunicação social.

Dentro do plano, dentro da discussão do Plano Nacional de Educação, julgou-se de extrema relevância a discussão da educação infantil. Foi realizado em abril de 2002, um grande seminário em Brasília patrocinado pela Comissão de Educação, sobre a realidade da criança brasileira e a importância da educação infantil como uma etapa fundamental na formação do adolescente e do futuro jovem e cidadão brasileiro. Esse seminário que resultou numa publicação, ele foi também presidido naquele período pelo Senador, saudoso Ramez Tebet. Também quero destacar a aprovação da lei antidrogas pela Comissão de Educação do Senado. Naquela época essa lei ela foi transformada em norma jurídica e parcialmente vetada pelo Presidente da República da época, que era o Presidente Fernando Henrique Cardoso.

A relação feita aqui pelo Júlio Linhares, cita outros pontos de grande relevância como a discussão, a Audiência Pública que depois foi transformada na

lei da radiodifusão, sob a Emenda Constitucional que permitiu a entrada de capital estrangeiro em empresa de comunicação social no Brasil e outros tantos projetos num período em que a Comissão de Educação, graças aos Senadores da época e também de maneira muito particular, graças à Secretaria Executiva da Comissão, quero aqui fazer questão de homenagear também nessa oportunidade o Júlio Linhares, Secretário-Executivo, o Nivaldo Oliveira que ainda se encontra na Comissão e também a Lorena, a Mariane, a Andréia e a Ludmila.

Pra mim, me honra também muito de esta homenagem estar sendo precedida por uma apresentação sobre Anísio Teixeira, o grande educador brasileiro. E me honra muito também de que por uma coincidência muito grande, a Câmara dos Deputados deverá votar hoje em segundo turno a proposta de Emenda Constitucional que vota, que aprova o FUNDEB. O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica que conclui todo o ciclo de educação básica brasileira que com certeza foi um dos grandes sonhos de Anísio Teixeira, e que vai consolidar a educação brasileira, laica e democrática. E eu me sinto também muito envaidecido pelo depoimento do nosso Consultor João MONLEVADE, de que a minha proposta de Emenda Constitucional nº. 34, que propôs a Constituição do FUNDEB, em 2002 foi um fator que incentivou o Governo Federal a ter em 2005 uma iniciativa também nesse sentido.

Com isso Srs. Senadores, eu quero agradecer essa homenagem, e dizer que esse momento em que aqui passei foi um dos momentos mais importantes na minha vida política e também um dos momentos mais felizes na minha vida pessoal. Muito obrigado.

(palmas).

SR. MESTRE DE CERIMÔNIA – Neste momento, fará uso da palavra o Sr. Senador Wellington Salgado, Presidente da Comissão de Educação.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Antes de participarmos da posição do retrato, eu queria franquear a palavra aos Senadores presentes. Com a palavra o meu Senador, Presidente dessa Comissão, do meu coração, Senador Camata.

SR. SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Primeiro, Sr. Presidente, muito obrigado pela reverência de V.Exª. Mas V.Exª., com todos os méritos, é o Presidente da Comissão. Eu queria agradecer a oportunidade de falar aqui agora. Eu vou ser rápido, pelo horário também, mas eu quero primeiro cumprimentar o Professor João Monlevade. Isso não é um nome, é uma grife. Esse nome vale... *(risos)* é uma etiqueta. João Monlevade. Mas eu queria cumprimentá-lo,

e ele fez um texto anisiano, ou anisino, muito bonito também, num português moderno e também castiço. Parabéns pela exposição que ele fez sobre o Professor Anísio Teixeira. Mas o Ricardo é um... Deputado Ricardo Santos é um servidor público modelo para o Brasil. Ele não foi só no Espírito Santo atrelado às atividades educacionais que acabaram por trazê-lo aqui como Senador, mas também ele foi quando eu era Governador, com muito orgulho para o Espírito Santo e pra mim o Secretário da agricultura do Estado do Espírito Santo. E aí uma coisa interessante é que eu fui o primeiro Governador eleito depois do período militar e eu tenho origem rural. Quando eu nomeei o Ricardo Secretário da agricultura eles diziam que ele era comunista. “Ih, esse cara foi treinado em Cuba”. (risos) Nunca foi a Cuba, mas inventaram aquela história é tinha cara que tinha até fotografia dele com Fidel Castro e Che Guevara na invasão. Aonde ele nunca foi lá. Mas fez um grande trabalho. Por exemplo, nós criamos... O Espírito Santo foi o pioneiro, o Estado que descobriu a clonagem, que está em moda hoje do eucalipto. Que foi uma revolução para se poupar a floresta natural. Não só para a produção de papel, nós temos lá hoje a maior indústria mundial de fábrica de celulose proveniente de eucalipto, que era a Aracruz Celulose, mas também com o programa fazendeiro florestal, a produção de madeira plantada, de florestas industriais, poupou e vem poupando a Mata Atlântica e o corte de essências nativas.

Então, essa clonagem fez com que uma árvore de eucalipto se tornasse própria para o corte ao invés de nove anos, em quatro anos e meio. Quer dizer, foi um avanço extraordinário essa clonagem. Desta clonagem do eucalipto, na época do Ricardo, se desenvolveu no Espírito Santo a clonagem do café conilão(F), que foi um avanço pioneiro no Brasil, que transformou o Espírito Santo no maior produtor mundial de café conilão(F). E se fosse um País seria o maior produtor mundial. Mas o Brasil ganhou, tomou da Nigéria a produção, o lugar de... O Brasil era o terceiro produtor de café conilão(F). Porque tinha esse País muçulmano lá cheio de ilhas... Como é que chama? Que teve até um tufão... Nas Filipinas, não? Aonde tem a ilha de Bali. A Indonésia era a primeira, da segunda era a Nigéria e o Brasil o terceiro. Hoje o Espírito Santo é o maior produtor mundial, o Brasil é o segundo maior produtor mundial, a Indonésia é o terceiro e a Nigéria, por um problema político, é o quarto produtor de

café conilão(F). Graças a essa clonagem instituída no tempo do Ricardo.

No tempo do Ricardo também, houve um revolução extraordinária da pesquisa agrícola do Espírito Santo, onde se criou o chamado capixaba precoce. É um feijão que tem um ciclo de apenas 70 dias. O feijão normal tem o ciclo de 90 dias. Com o ciclo de 90 dias ele fica sujeito ou à seca ou a excesso de chuva. Os lavradores dizem que no feijão, o feijão só pode levar três águas. Uma no plantio, uma na flor e uma na panela. Se levar um pouquinho a mais, ele... Ou mela como eles dizem lá, ou não produzem nada. Esse feijão foi tão importante que quando era aqui o atual Subministro de relações exteriores de Cuba, ele era o Embaixador aqui no Brasil, foi me procurar e nós mandamos para Cuba algumas sacas de sementes, e Cuba hoje usa. Esse feijão, Cuba tem o hábito alimentar muito parecido com o Brasil. E esse feijão propicia também você dobrar a produção. Porque você planta o ciclo de 70 e o ciclo de 90. Se você perder o ciclo de 70, você ganha no ciclo de 90. Se você ganhar nos dois, a mesma mão-de-obra que colheu o ciclo de 70 vai colher o de 90.

A outra coisa que o Ricardo introduziu, nós proibimos plantar soja no Espírito Santo. Parece uma coisa retrógrada. Mas foi um grande avanço para a nossa agricultura do Estado. A soja leva consigo uma mosca branca que destrói a plantação de feijão. Pobre come feijão, não come soja. E nós tínhamos que produzir feijão. Se a gente introduzisse a soja, o Estado hoje teria feito uma Reforma Agrária ao contrário. Os grande produtores de soja teriam tomado a terra dos pequenos. E nós não estaríamos produzindo feijão. Introduzimos também o programa “pequenos animais” aquele pequeno agricultor que não podia ter boi, vaca, tinha cabrito, tinha coelho... Foi um grande programa também. O programa do Tourinho, o Ricardo conseguiu dobrar a produção de leite. A produção média de uma vaca no Espírito Santo, era 2.2 litros. Passou para seis litros em quatro anos. Comendo a mesma ração e o mesmo capim. Introduzimos o programa de inseminação artificial para o pequeno proprietário. O Estado tinha os postos de inseminação, quando a vaca do pequeno proprietário entrava no cio, o inseminador ia lá e inseminava. Só o rico tinha isso. Os médios e pobres passaram a ter. Ele criou nove reservas florestais. No Estado pequeno como o Espírito Santo, reservas estaduais em número de nove foi um grande avanço que até hoje não se fez mais. E ainda nós fizemos, foi o primeiro Estado bra-

sileiro, o Estado, e não União, que fez Reforma Agrária. O Espírito Santo fez 11 assentamentos agrários em quatro anos. Mais do que o Governo Federal nos últimos 20 anos lá no Espírito Santo. De modo que foi um grande Secretário, merecia um busto no Espírito Santo e esse quadro aqui. Parabéns.

(palmas).

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Continua franqueada a palavra. Algum Senador deseja? Senador Eduardo Azeredo.

SR. SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Eu quero apenas pelo nosso partido, pelo PSDB, saudar o Ricardo Santos, essa homenagem que merecida que ele recebe aqui como uma pessoa que estamos sabendo aí pelo Senador Camata, exatamente que tem uma atuação tão exitosa(F) na área da agricultura, mas também na área da educação, que é o objeto desta Comissão. Ele esteve sempre muito presente e com uma atuação efetiva. De maneira que eu quero também trazer aqui os nossos abraços, os nossos cumprimentos, ao mesmo tempo em que cumprimento também o Professor João Monlevade pela palestra que aqui fez para nós, e que nós temos lá em Minas Gerais uma cidade que chama João Monlevade. (risos).

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Com a palavra o Senador Juvêncio.

SR. SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Sr. Presidente, eu não poderia deixar também de fazer a minha pessoal homenagem ao Senador Ricardo Santos. Fui conto plaino de V.Ex^a. nessa Comissão e fui testemunha da sua operosidade, determinação no trabalho, inteligência para exercer a sua função. E conseguiu, com a ajuda do nosso sempre operoso Júlio e sua equipe, conseguiu também naquele período revolucionar o trabalho da Comissão fazendo com que o Brasil ganhasse muitos e muitos projetos de interesse social. Parabéns pela sua passagem por aqui, que foi muito proveitosa para todos nós. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Ok. Algum Senador deseja mais fazer uso da palavra? Não.

SR. MESTRE DE CERIMÔNIA – Convidamos a todos para participarem da aposição do retrato, ao tempo em que agradecemos suas presenças.

(palmas).

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Bom, agradecendo a presença de todos, declaro encerrada a presente Sessão.

(Sessão encerrada às 11h33)

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

Ata da 44ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação e 34ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 07 de dezembro de 2006.

AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA

Às dez horas e trinta e quatro minutos do dia sete de dezembro de dois mil e seis, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senhor Senador Wellington Salgado de Oliveira com a presença dos Senhores Senadores José Jorge, Edison Lobão, Marcelo Crivella, Paulo Paim, Flávio Arns, Ideli Salvatti, Mozarildo Cavalcanti, Augusto Botelho, César Borges, Cristovam Buarque, Romeu Tuma, Eduardo Azeredo, Geraldo Mesquita, Antônio Carlos Valadares e Flexa Ribeiro, reúnem-se a Comissão de Educação e a Comissão de Assuntos Sociais. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Demóstenes Torres, Jorge Bornhausen, Maria do Carmo Alves, Juvêncio da Fonseca, Leonel Pavan, Teotônio Vilela Filho, Gerson Camata, Almeida Lima, Sérgio Cabral, Ney Suassuna, Gilberto Mestrinho, Aelton Freitas, Fátima Cleide, Roberto Saturnino, Sérgio Zambiasi, Marco Maciel, Jonas Pinheiro, Rodolpho Tourinho, Lúcia Vânia, Luiz Pontes, Romero Jucá, Mão Santa, Patrícia Saboya Gomes e Valdir Raupp, que justifica a ausência. O Senhor Presidente Senador Wellington Salgado de Oliveira submete à Comissão de Educação e à Comissão de Assuntos Sociais a dispensa da leitura das Atas das Reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 028-CE, de 2006, de autoria das Senhoras Senadoras Fátima Cleide e Ideli Salvatti, e com os Aditamentos nºs 01 e 02 de autoria dos Senhores Senadores Cristovam Buarque e Ideli Salvatti para instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 018, de 2002, que “Acréscita inciso ao artigo 20 da Lei nº 8036, de 11 de maio de 1990 (possibilita a utilização do FGTS para aquisição de lote urbanizado) que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 122, 198, 223 e 356 de 1999; 73, 203 e 245 de 2000; 101 e 185 de 2001; 95, 113 e 124 de 2002 e 319 de 2003”. Comparecem à Audiência Pública o Senhor Paulo Eduardo Cabral Furtado, Secretário Executivo do Conselho Curador do FGTS – Ministério do Trabalho e Emprego; Senhor Eduardo Soares, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Mantenedores de Educação Superior – ABMES; Senhora Inês da Silva Magalhães, Secretária Nacional de

Habitação – Ministério das Cidades; Senhor Joaquim Lima de Oliveira, Diretor Executivo da Diretoria de Benefícios – Caixa Econômica Federal e Senhor Pedro Cortêz, Representante da Confederação Nacional do Comércio no Conselho Curador do FGTS. O Senhor Senador Wellington Salgado de Oliveira, Presidente da Comissão passa a Presidência ao Senhor Senador Augusto Botelho, Vice-presidente no exercício da Presidência, da Comissão de Educação. Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Edison Lobão, Marcelo Crivella, Eduardo Azeredo, Paulo Paim, Ideli Salvatti, Romeu Tuma, Flexa Ribeiro e Antônio Carlos Valadares. O Senhor Senador Augusto Botelho, vice-presidente, no exercício da Presidência, da Comissão de Educação, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às treze horas e trinta e sete minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares**, Secretário da Comissão de Educação, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Wellington Salgado de Oliveira**, Presidente da Comissão de Educação, – Senador **Augusto Botelho**, Vice-Presidente, no exercício da Comissão de Educação

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Havendo número regimental declaro aberta a 44ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, e 34ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura, 07 de dezembro de 2006.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, e a aprovação da mesma. Os Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado.

Audiência Pública. Assunto: Instruir o Projeto de Lei da Câmara nº. 18/2002 que acrescenta inciso ao art. 20 da Lei 8.036 de 11 de maio de 1990, que possibilita a utilização do FGTS para aquisição de lote urbanizado que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nº. 122, 198, 223 e 356 de 1999. E também o 73, o 203 e 245 de 2000. E também o 101 e 185 de 2001. Também o 95, 113 e 124 de 2002 e o 319 de 2003. Autoria do Requerimento das Senadoras Fátima Cleide e Ideli Salvatti. Autoria dos aditamentos ao Requerimento: Senadores Cristovam Buarque, Juvêncio da Fonseca, Ideli Salvatti, Eduardo Azeredo, Paulo Paim e Flexa Ribeiro.

Eu vou agora citar os convidados e pediria ao nosso Secretário Júlio que acompanhasse os convidados até a Mesa.

Primeiro convidado, Sr. Paulo Eduardo Cabral Furtado, Secretário-Executivo do Conselho Curador do FGTS do Ministério do Trabalho e do Emprego. Nosso segundo convidado é o Sr. Eduardo Soares, Vice-Presidente da Associação Brasileira das Mantenedoras de Educação Superior, ABMES. Por favor, Sr. Júlio. A nossa terceira convidada, Inês da Silva Magalhães, Secretária Nacional de Habitação do Ministério das Cidades. Nosso quarto convidado, Joaquim Lima de Oliveira, Diretor Executivo da Diretoria de Benefícios da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. E por último, o nosso quinto convidado, SR. PEDRO CORTÊZ, representante da Confederação Nacional de Comércio no Conselho Curador do FGTS.

Eu queria submeter à Mesa para cada expositor 10 ou 15 minutos. O que os senhores acham, Srs. Senadores? 10 ou 15? 15 minutos? Ok, então abriremos agora para os convidados fazerem a sua apresentação e em primeiro o Sr. Paulo Eduardo Cabral Furtado, eu pediria que a Assessoria marcasse 15 minutos, por favor. Com a palavra o Sr. Paulo Eduardo Cabral Furtado.

SR. PAULO EDUARDO CABRAL FURTADO: Bom dia Sr. Presidente, Srs. Senadores, membros da Comissão, demais convidados. Presidente, me permita fazer uma sugestão. O Diretor Joaquim Lima, da CAIXA, ele preparou uma apresentação muito esclarecedora acerca do Fundo de Garantia, e eu proporia a V.Ex^a que nós começássemos, fizéssemos uma inversão e começássemos com uma apresentação do Diretor da CAIXA, que é muito elucidativa em relação ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. E depois retomariamos a fala pela ordem que V.Ex^a determinar.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Eu vou submeter ao nosso Plenário se estão de acordo. Sem problema? Então, passaremos primeiramente, a sugestão do Sr. Paulo Eduardo, acatado pela Comissão, que o Sr. Joaquim Lima de Oliveira, Diretor Executivo da CAIXA ECONÔMICA fizesse a sua explanação. Com a palavra, então, o Sr. Joaquim Lima de Oliveira. Por favor.

SR. JOAQUIM LIMA DE OLIVEIRA – Srs. Senadores, Sr. Presidente da Mesa, é bem objetivo, dentro do prazo estipulado, apenas para dar uma nivelada nos grandes número do FGTS, acho que é interessante até para a gente posicionar o assunto, o tema dessa reunião.

É um rápido desenho do universo institucional do FGTS, onde a CAIXA exerce por força da Lei o papel de agente operador, já que o Conselho Curador do FGTS

é um ente despersonalizado, e todas as ações desse Conselho se consubstanciam por ações da CAIXA no papel de agente operador. O que nós temos em azul são os órgãos que compõem esse sistema. O Ministério das Cidades como gestor das aplicações, o Conselho Curador é a entidade máxima onde os Conselheiros individualmente são os responsáveis pela curatela deste Fundo, o Ministério do Trabalho, através da Secretaria de Inspeção do Trabalho é o responsável pela fiscalização, e o Ministério da Fazenda, por intermédio da PGFN é o responsável pela representação em dívida ativa do FGTS. Um GAP, um Grupo de Apoio Técnico permanente que Assessora este Conselho, os Conselheiros que se reúnem semanalmente para tratar das questões do FGTS.

O que está em verde são as diversas instâncias que fazem auditoria no FGTS. Nós temos a auditoria interna, auditoria independente, a fiscalização do BANCO CENTRAL, uma auditoria integrada, que vem auditores da fazenda, do Ministério... Diversos Ministérios, o próprio BANCO CENTRAL, CGU. Então é um grupo bem homogêneo e bem multidisciplinar. É o próprio Tribunal de Contas da União. Este Fundo está com todas as suas contas quitadas perante o TCU até o ano de 2004 e as contas de 2005 já foram aprovadas sem ressalvas pelo Conselho Curador.

Do outro lado nós temos os agentes que operam diretamente com os recursos do Fundo. Nós temos os empregados que são na verdade o proprietário desse patrimônio, nós temos empresas, que são os contribuintes, e nós temos ali os Bancos que tomam recursos para as áreas de habitação, saneamento e infra-estrutura.

Os grandes números do FGTS nós temos aí um ativo total de 181 bilhões, agora com posição estimada para dezembro. Temos 78 bilhões em operações de crédito, o patrimônio líquido do Fundo 20 bilhões, uma arrecadação líquida deste ano de 4,4 bilhões de reais, deve chegar aí até em torno de seis até dezembro, o 13º salário. O retorno de financiamentos até o mês de setembro de 6,7 bilhões de reais dados deste ano, de 2006.

Termo de cadastro: Nós temos no FGTS um dos maiores cadastros do mundo. Nós temos em contas ativas, são aquelas contas que mensalmente estão recebendo depósito dos empregadores em nome dos trabalhadores, 52 milhões e 800 mil contas com o valor da ordem de 121 bilhões. Temos as contas inativas, são contas que têm mais de dois anos que não tem depósito regular, temos 15 milhões nessas contas, no valor de três bilhões e oitocentos reais, as contas chamadas históricas são contas que estão no Fundo há mais de cinco anos, o trabalhador quando foi demitido

não teve direito ao saque por alguma modalidade de evento. Temos 94 milhões de contas no valor de 13 bilhões de reais. Contas dos planos econômicos que têm saldo. Aqueles 121 milhões de contas decorrentes do Plano Verão e do Plano Collor. Temos 72 milhões e 500 mil contas com depósito aí da ordem de 15 bilhões de reais entre valores já provisionados e valores já depositados nessas contas.

Contas zeradas nós temos 271 milhões de contas, pessoas que fizeram saque, mas por força de Legislação têm que ser guardadas e preservadas por 30 anos. Então nós temos aí um cadastro de 506 milhões de contas no FGTS. Empresas que recolhem e que já recolheram no FGTS em torno de 10 milhões e 500 mil e as que estão recolhendo mensalmente a ordem aí de 2 milhões e 400 mil empresas que mensalmente recolhem o Fundo de Garantia. Aqui é um retrato dos cadastros, os principais cadastros de contas considerando as contas ativas. São aquelas contas que recebem depósito regularmente e as contas inativas que são aquelas que têm até dois anos sem depósito.

Então, nós temos aí um quadro que mostra o perfil dessas contas. Nós temos aí trabalhadores que têm saldo de até um salário mínimo, 60% dessas contas, de um a quatro 18%, de quatro a seis 4.7, de seis a dez 5%, de dez a vinte salários mínimos 5.6, de vinte a trinta 21, de maneira que a gente fecha. Os valores mais elevados é uma quantidade bem pequena em termos de contas, trabalhadores que têm mais de 30 salários mínimos nas suas contas, tem 1.9 de todas as contas do Fundo de Garantia. De seis a cem, e assim até chegar acima de cem salários mínimos, 0.7. É o quantitativo de contas correspondente a esse universo.

Nós temos hoje 26 modalidades de saques no FGTS. É uma gama de eventos, de oportunidades que o trabalhador pode fazer uso desse recurso, desde a despedida sem justa causa, que é o maior evento de saque, até diversas particularidades. Então nós temos aí 13, na outra tela nós temos outros 13 mostrando o elenco de eventos que possibilita o saque da conta vinculada do FGTS que hoje é da ordem de 26 modalidades de saques.

Nós temos aqui os principais eventos de saques. A demissão sem justa causa, 67% dos saques do Fundo de Garantia quando o trabalhador é demitido, a empresa demite, ele tem direito ao saque acompanhado da multa rescisória. A aposentaria é 8%. A habitação é o segundo maior evento, com 14.66, e vem crescendo, dado o volume de recursos que têm sido viabilizados para a área de habitação nos últimos anos. Depois nós temos as contas inativas, a enfermidade grave, neoplasia maligna, HIV, calamidades, são aqueles even-

tos mais voltados a catástrofes, e outros formando aí o elenco dos principais saques do FGTS.

Aqui são reportes sobre os planos econômicos, aquelas contas decorrentes do plano verão e do Plano Collor, no valor de hoje 47 bilhões de reais, o Fundo de Garantia já pagou 37 bilhões dessas contas. A última parcela será paga agora em janeiro próximo, daqueles que optaram por recebimento administrativo, ainda temos algumas ações na justiça em torno de 400 mil ações. Era quase um milhão de ações. Mas a conta já está praticamente resolvida em termos de pagamentos. Desses 37 bilhões e 700 que já foram creditados aos trabalhadores, 32 bilhões sacaram, já tinham direito ao saque, e remanesce nas contas por não ter ainda direito aos saques 5 bilhões e 700. Ainda temos a provisionar, a amortizar no balanço do FGTS 27 bilhões. É aquele azul ali de 2006. Em decorrência de a Lei Complementar 110 ter dado um prazo de 15 anos para ser feito esse deferimento.

Então, ainda nós temos como provisão para esse pagamento aproximadamente 15 bilhões, o último quadro ali à direita. Termos de arrecadação do FGTS. Nós tínhamos em 2000 uma arrecadação líquida da ordem de 4.9% de tudo que entrava no FGTS também saía. 95.1 de saques. A economia foi melhorando, e diversos fatores de gestão, de cobrança, nós chegamos aí em 2004 a ter uma arrecadação líquida de em torno de 21%. O saque ficou em 79.8, veio crescendo esta arrecadação líquida, e esta arrecadação líquida tem possibilitado o aumento dos investimentos em habitação e saneamento que é crescente nos últimos anos, a gente poderá ver em seguida.

Então, ainda naquele quadro anterior, a gente só tem uma... A gente chegou ali a 79.8 o volume de saques em relação ao universo da arrecadação e ele começa a crescer, o ano de 2005 foi 82%, esse está em torno de 83, beirando 84, então começa a haver um crescimento dos saques no FGTS. Estas são duas contribuições que foram criadas para ajudar o pagamento das contas dos planos econômicos, aqueles 47 bilhões. Esta de 0,5% ela encerrar-se-á agora em dezembro, o prazo foi determinado de cinco anos. Essa de 10% está em discussão a destinação que vai ser dada. Ela não tem prazo determinado. O Governo está estudando a possibilidade de o que fazer com isso. Mas a verdade é que o FGTS deixará de receber 2.8 bilhões a partir de provavelmente de janeiro. Um período aí, só um rápido recorte para nós vermos os números do FGTS.

De 2000 a 2006, nós temos aí investimentos do FGTS da ordem de 35 bilhões colocados aí para investimento em habitação, infra-estrutura e saneamento básico, o Fundo de Arrendamento Residencial, que é

um Fundo que trata de moradia para até cinco salários mínimos, o Fundo alocou quase seis bilhões de reais nesses últimos anos para habitação, 23 bilhões e quatrocentos, infra-estrutura 57, um bilhão em operações especiais que é uma faixa de salário um pouco mais elevada, o saneamento cinco bilhões, e o total de 35 bilhões que o FGTS destinou nesses últimos anos para os seus objetivos.

Esses 35 bilhões eles promoveram a concretização de dois milhões de unidades habitacionais, geraram três milhões de emprego e atenderam ao alcance de uma população de 43 milhões de pessoas. Este é um quadro só para mostrar a importância do fandi(F) FGTS para habitação. Nós temos aí esse quadro azul, é o impacto, o resultado da intervenção do FGTS em habitação. A linha pontilhada é o que foi investido pelos Bancos com recursos da caderneta de poupança.

Então, se nós temos um déficit bastante elevado de moradia, se não fossem os recursos do Fundo de Garantia, esse déficit seria bem mais grave. Uma situação bem mais complicada para o País. Porque nós temos aí durante essas últimas décadas o FGTS fazendo a diferença já que ele é focado na questão da habitação. Enquanto que o mercado ficou bem abaixo dos recursos em termos de quantidade, de unidades financiadas com recursos do Fundo de Garantia.

Este é o mesmo gráfico, apenas mostrando em termos de valores. Já que o setor financeiro privado investe mais em moradias de valor mais elevado, o Fundo de Garantia se concentra atualmente em rendas de até cinco salários mínimos. Então, os valores são bem mais altos, os valores do SBPE em relação aos valores do FGTS porque ele está focado na moradia para baixa renda.

Aqui é um quadro, algo muito importante que o FGTS faz, que é a alocação de recursos não onerosos para subsidiar aquisição da moradia pelas famílias de baixa renda.

Então, nós temos aí quatro bilhões e trezentos aproximados, disponibilizados pelo Conselho Curador, resultado da gestão do Fundo de Garantia dos seus resultados financeiros, alocação desses recursos possibilitou a contratação de um milhão e quatrocentos mil moradias para pessoas de baixa renda. Dando a estas famílias condições de ter um financiamento habitacional, já que essas famílias não detêm renda suficiente.

Do outro lado, ali no quadro à direita, nós temos a quem foram destinados esses recursos. Famílias de até um salário mínimo receberam 22% de um a dois 9, de dois a três 18, e assim sucessivamente, mostrando a importância do fandi(F) para viabilizar a moradia para aquelas famílias que não têm renda suficiente.

Aqui é um quadro demonstrando este exercício de 2006, a aplicação dos recursos do Fundo de Garantia. Dos 334 mil financiamentos realizados este ano até o dia 22 de novembro, nós temos aí fortemente concentrado 86% desse financiamento para família de até cinco salários mínimos. Isso foi possível por causa dos recursos não onerosos que o Fundo de Garantia coloca para que essas pessoas possam ter acesso. Pela primeira vez nós temos um número significativo de famílias de um salário mínimo tendo o problema da habitação sendo enfrentado e resolvido. Então, este é o quadro do perfil das aplicações do FGTS este ano.

O Orçamento Plurianual do Fundo de Garantia nós temos aí já previsto no Plurianual do FGTS a manutenção do seu foco no enfrentamento déficit da habitação e do saneamento básico, o orçamento do FGTS para o ano de 2007 assim enquanto aprovado vai ser o maior orçamento da história do Fundo, 12 bilhões e 200 milhões de reais, onde um bilhão e duzentos já estão alocados para a manutenção da política de subsídio às famílias de baixa renda. Aqui é só uma exemplificação da importância do foco do fandi(F), *(soa a campanha)* naquilo que ele se destina. Aqui é a distribuição dos recursos das loterias. A gente vê que ele é repartido em diversas entidades, diversos segmentos importantes que têm carência, necessidade, mas o que a gente observa é que em decorrência da dispersão os valores são pequenos. Você poderia até passar para o próximo.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Sr. Expositor, eu queria dizer que o toque de um minuto é apenas para avisar que falta um minuto. Mas se precisar de um pouco tempo, eu acho que o material está tão interessante que poderia terminar toda a sua exposição.

SR. JOAQUIM LIMA DE OLIVEIRA – Mas acho que só tem mais um slide.

Então, quando a gente faz uma pulverização desses recursos, eles não são focados numa determinada área, a gente vê que o efeito não é muito eficaz no seu resultado. Como Fundo ele está focado em habitação e saneamento, ele tem feito a diferença nesses segmentos. O exemplo da distribuição dos recursos das loterias, são distribuídos aí 48% são distribuídos para aeronaves sociais.

Então, nós verificamos que ele se pulveriza e acaba se tornando de espécie e não fazendo muita diferença. Seja na área da educação, seja na área da segurança, ou mesmo na seguridade social.

Aí são dados que estão até aqui no Relatório do Senador que faz o relato desse Projeto, é a questão do FIES, tem uma tela seguinte só para mostrar qual é o nível de renda família das pessoas, dos alunos do

FIES, e a gente vê que tem uma correlação muito forte com aqueles primeiros níveis de acúmulo de saldo no FGTS. São saldos insignificantes que na maioria das vezes paga uma, duas parcelas de uma mensalidade escolar.

Então, a gente verifica que a eficácia da medida, ela poderá ser mostrada apenas naquele 1.9% que tem altos valores no Fundo de Garantia, e que a gente entende que ele tem condição de resolver o seu problema de educação assim como ele já resolveu o problema de habitação. E o Fundo, então, se destina ao foco dele que é a habitação para baixa renda.

Em tese são esses aí. São só alguns dados do PROUNI, está em andamento aí agora para 2007 estamos fazendo o processo seletivo, já esse programa sendo novo irá alcançar quase 360 mil alunos.

Então, são só dados para a gente ter bem presente. Era esta a apresentação.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Muito obrigado, Sr. Joaquim Lima de Oliveira. Eu queria acrescentar que todos os projetos, o Relator de todos os projetos, é aqui o Senador Eduardo Azeredo que está presente e que não foi colocado no início.

Então, voltando à ordem agora, é possível? Passaremos a palavra ao Sr. Paulo Eduardo Cabral Furtado, Secretário-Executivo do Conselho Curador do FGTS do Ministério do Trabalho e Emprego. Com a palavra, Sr. Paulo.

SR. PAULO EDUARDO CABRAL FURTADO – Bom, Presidente, obrigado pelo convite, e trago aqui certamente parte das preocupações dos membros do Conselho Curador do FGTS. Vou fazer um breve histórico do Conselho. O Conselho Curador do FGTS já existia na estrutura do FGTS quando gerido pelo BNH nas 5.107, a Lei de 66 que completou 40 anos agora. Então o Fundo acabou de fazer 40 anos em setembro. Só que era um Conselho Curador que praticamente replicava a Diretoria do BNH. Com a extinção da 5.107, veio em 89 e depois em 90 a Lei 8.036 e se formatou um Conselho Tripartite com a participação de Governo e trabalhadores e empresários, e esse Conselho tem sido, Presidente, uma prova de que... Com acerto a Constituição de 88 determinou que todos os conselhos onde tivesse interesse difuso, tivesse a participação da sociedade. E nós temos hoje uma gestão equilibrada, uma gestão do Fundo de Garantia profissionalizada, com o apoio principalmente do seu agente operador, a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, e também do Ministério das Cidades, como gestor da aplicação dos recursos, direcionando as políticas do FGTS política de recurso do FGTS voltada para o desenvolvimento urbano, voltada para as famílias de mais baixa renda.

Hoje os números do FGTS estão a comprovar a boa gestão que se fez, a boa gestão apesar dos inúmeros compromissos do Fundo de Garantia, e o mais recente deles o pagamento dos expurgos inflacionários, de Plano Collor e Plano Verão, que do ponto de vista histórico representou 42 bilhões de ônus, de oneração para o recurso do Fundo de Garantia. E esse Conselho, muito responsabilmente com a ajuda da sociedade, com a ajuda deste Congresso, conseguiu dar cabo a esse pagamento e é com prazer e no Brasil é importante à gente resgatar isso, é com prazer que o Conselho Curador, que a sociedade, enfim, anuncia como Diretor da CAIXA anunciou o pagamento da última parcela do acordo para janeiro desse ano. É um fato, no meu ponto de vista, importante de resgate de compromisso de contratos perante os trabalhadores brasileiros.

Então, esse é o Conselho que tem dado demonstrações inequívocas de bem curar, de bem cuidar, de zelar pelo patrimônio do trabalhador. Preocupa particularmente a mim, mas penso que é para a totalidade dos Conselheiros, a quantidade de saques já havida no Fundo de Garantia, presidido. Hoje o Fundo de Garantia tem 26 modalidades de saque. E é interessante resgatar aqui um pouco a natureza e a essência de um Fundo. Quer dizer, o Fundo de Garantia, como de resto todos os Fundos, ele tem uma natureza peculiar. Ele tem que ser cumulativo. Todo Fundo, por natureza, tem que acumular riqueza. Por quê? Porque ao tempo em que ele é um pecúlio do trabalhador, esse recurso desde a sua origem, desde 66, há 40 anos atrás quando foi instituído, ele tem outras funções. E funções importantes para a sociedade. No caso específico do Fundo de Garantia, o financiamento do desenvolvimento urbano através da habitação focada e habitação popular, e do saneamento básico. E tem cumprido essa sua missão institucional. E só tem cumprido, por quê? Porque há um certo equilíbrio entre a arrecadação e o saque. Na curva apresentada há pouco se vê alguns lapsos de investimento exatamente em razão de um uso, de uma relação entre saque, utilização do Fundo de Garantia e a sua arrecadação.

Então, o Fundo só se justifica como tal, como Fundo, e pra cumprir essas funções institucionais, se eles forem cumulativos, se ele gerar riqueza, se ele gerar patrimônio suficiente para que se invista esse recurso e esse recurso retro alimente o Fundo de Garantia.

Então, essa é uma preocupação que está sempre presente nas discussões do Conselho Curador. É importante que nós resgatemos essa função ou essa essência do que é um Fundo. O Fundo não foi feito, em tese, para ter saques ou para ter saques desmesurados. Porque senão ele acaba. Ele não se justifica

como um acumulador de riquezas. Desse ponto vem à preocupação com a quantidade de saques que se quer do Fundo de Garantia. Preocupa-nos, por quê? Porque, na verdade, esses saques levam a um desequilíbrio do Fundo e se não tiver uma medida adequada desse saque vis-à-vis a arrecadação, a sua arrecadação e a sua acumulação de riqueza, ele tende a comprometer seriamente a vida desse Fundo de Garantia e com prejuízo, no meu ponto de vista, para toda a sociedade em razão das nobres missões que reservam, que a lei reservou ao Fundo de Garantia que é financiar basicamente a habitação e a habitação focada em quem não tem condições de comprar a casa própria, que é quem tem renda de até cinco salários mínimos, e saneamento básico que, em suma, é: Saúde, bem-estar e qualidade de vida para a população.

Então, Presidente, essa é a fala inicial que eu faria, chamando a atenção para a preocupação do Conselho Curador, para essas questões de saque, e gostaria talvez até de retornar a essa Casa para discutir talvez uma ponderação da quantidade de saques que existem, para que a gente possa preservar e tornar o Fundo de Garantia, um Fundo de recursos permanente, perene para o financiamento das suas funções institucionais. Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Diante da exposição do Sr. Paulo Eduardo Cabral Furtado, passemos a palavra agora ao Sr. Eduardo Soares, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Mantenedores de Educação Superior. ABMES. Com a palavra o Sr. Eduardo Soares.

SR. EDUARDO SOARES – Muito bom dia, Sr. Presidente, Srs. Senadores, em primeiro lugar agradecer a oportunidade da ABMES e das entidades que representam a educação superior privada, participarem dessa Audiência Pública no intuito de apresentarmos alguns indicadores, alguns números do ensino superior, e com o objetivo também de sensibilizá-los para a importância de algumas medidas, sobretudo aquelas que dizem respeito a financiamento e as possibilidades de acesso ao ensino superior.

Eu tive dando uma olhada no material, no Parecer do Senador Eduardo Azeredo, e de certa forma me deixou satisfeito porque mostra a clareza e a sensibilidade dessa Casa para as iniciativas referentes ao ensino superior. Eu vou me permitir ler apenas um parágrafo aqui que eu acho que resume bem um pouco daquilo que a gente vai estar apresentando aqui.

Então, no Parecer do Senador nós temos aqui: “Iniciativas recentes como FIES e também o PROUNI têm por objetivo favorecer o acesso das camadas populares ao ensino superior privado por meio da

concessão de financiamentos estudantes e bolsas de estudo. Embora sejam insuficientes para atender a demanda reprimida por educação superior, são um passo adiante em direção à democratização do acesso a esse nível de ensino. Mas ainda falta muito para atingir a meta do Plano Nacional de Educação, que é 30% na faixa etária de 18 a 24 no ensino superior”. E um outro item: “Nesse contexto, a utilização do FGTS para custeio da educação básica incluindo o ensino médio, não se faz tão relevante quanto no caso do ensino superior”.

Então, acho que é uma boa demonstração da sensibilidade da Casa para a importância desse... Da possibilidade de inclusão da utilização do FGTS para custeio das mensalidades escolares.

Eu preparei algumas transparências, eu vou passar em função do tempo que mostram um pouco o retrato do ensino superior, e o ensino superior particular no Brasil, e alguns indicadores de mercado, quer dizer, as possibilidades, a demanda que está aí em busca de uma formação de nível superior, e que infelizmente em função de questões financeiras e econômicas, infelizmente estão fora das faculdades.

Só uma observação, os dados eles estão até 2004 porque o Ministério da Educação ainda não forneceu os dados referentes a 2005, me parece que já foram coletados através do censo da educação superior, mas ainda não foram disponibilizados.

Então, nós limitamos ali até 2004 que são os dados disponibilizados pelo INEP.

Então, os senhores estão observando ali que até 2004, a partir do ano de 97 realmente foi um crescimento muito grande. Nós partimos aí de 700 instituições em 97 para 1.789 IES particulares em 2004. Esse número hoje deve estar próximo aí de 2.100, um crescimento aproximado de 20%.

Ali é um número de cursos também demonstrando a mesma tendência, saímos ali de 97 com um total de 4.188 cursos para 18.644 cursos. O que a gente observa é que realmente do ponto de vista da oferta, de toda essa estrutura que foi criada ao longo desses anos, o sistema está muito bem atendido. Não só pelas universidades públicas, mas, sobretudo, pela iniciativa privada, que ali a gente observa também essa tendência de quase 80% da oferta de vagas de matrículas e de instituições estão nas instituições de vagas para o ensino superior e estão nas instituições particulares.

Também dentro da mesma tendência, nós temos ali as matrículas efetivamente registradas até 2004 com a mesma projeção. Aproximadamente 4.164, hoje está próximo de 4.600, sendo que dessas... Quatro milhões, desculpa. Sendo que dessas 2 milhões 985 estão no sistema particular de ensino contra 1 milhão 178 nas

universidades particulares. Uma proporção média também de 75% das matrículas no segmento particular.

Um outro dado interessante, o número de funcionários, quer dizer, o sistema até 2004, ele chegava em torno aí de 560 mil servidores entre docentes e pessoal administrativo dos quais 388, 310 estão no setor particular. Mostra também um pouco da eficiência do sistema que consegue absorver e ofertar um número três ou quatro vezes maior do que a escola pública com número menor de professores, ou seja, com o custo operacional menor do que as universidades públicas. Ali nós fizemos uma projeção até 2010. Aquela curva vermelha é uma tendência histórica. Mas infelizmente o que a gente observa é que ela não deverá acontecer. Considerando principalmente esse aspecto da dificuldade do acesso e da manutenção dos estudantes nas escolas particulares. A falta de capacidade de pagamento desses alunos.

Então, eles ingressam, nós vamos ver um gráfico um pouco à frente que mostra os ingressantes e os concluintes, é uma defasagem absoluta. A gente chega a assustar.

Então, todo esse aparato, toda essa estrutura da educação superior representa uma movimentação de 16 bilhões ao ano. Se comparado com o PIB deve estar próximo de 1% do PIB brasileiro. É um recurso entre tudo isso que foi movimentado. E existe uma tendência de crescimento para os próximos anos.

Ali nós fizemos uma comparação que chega a assustar um pouco. São os concluintes do ensino médio, e os ingressantes no ensino superior.

Então, nós tivemos ali ao longo dos últimos nove anos, até 2004, entre as escolas públicas e particulares, um total de 8 milhões 188 mil 520 alunos que concluíram o ensino médio. Desses 8 milhões... Aliás, desculpa, 16 milhões 764 concluíram o ensino médio, e apenas 8 milhões, 188 mil, ou seja, 50%, praticamente, conseguiram ingressar nas escolas no ensino superior, entre públicas e privadas. Ou seja, uma defasagem de 50%.

Então, até 2004, considerando os últimos nove anos, nós temos aí quase 8 milhões de alunos em condições de ingresso no ensino superior, mas infelizmente estão fora principalmente pela falta de condições financeiras de se manter.

Ali também um outro retrato que também mostra a mesma tendência. Ou seja, existe a demanda por meio dos inscritos. A gente pegando ali 2004. É claro que ali tem uma dupla contagem que muitas vezes os candidatos fazem vestibular nas escolas particulares, e também fazem nas públicas, e às vezes nas particulares eles tentam em mais de uma escola. Mas a gente observa que a busca pelo ensino superior ela

existe, muito grande. Porém, esse número a gente não consegue absorver esse alunos em função da incapacidade econômica dos candidatos. Aquele número até 2004 referente aos concluintes do ensino médio, 15 milhões e 550 mil até 2004, e em 2006 também a situação é a mesma. Dentre 2005 e 2006 nós tivemos ali 5 milhões 418 alunos concluintes do ensino médio, e apenas 2 milhões 372 puderam ingressar nas universidades. Entre públicas e privadas. Também a mesma coisa. A questão da oferta. É que o eu estava comentando inicialmente. Quer dizer, ao longo desses últimos seis anos, principalmente, de 99 a 2000 para cá, houve todo um investimento, toda uma estruturação pelo País afora e criação de escolas de vagas de faculdades, de ampliação de vagas nas universidades, enfim, então essa estrutura hoje ela está preparada e infelizmente ociosa, porque a defasagem entre as vagas ofertadas e os alunos ingressantes é muito grande. E é uma pena ver números absurdos de quase 8 milhões aí em nove anos fora da escola por falta de pagamento. Falta de condições financeiras.

Essa é aquela questão dos ingressantes e concluintes. Se pegarmos por exemplo, os alunos que ingressaram em 2000, nós temos ali na rede particular, por exemplo, aproximadamente uns 600 mil, aproximadamente, vamos pegar um curso de quatro anos, esses alunos concluiriam em 2004.

Então, teoricamente nós teríamos que ter em 2004 aproximadamente uns 600 mil se essa evasão fosse baixa ou próxima de zero. No entanto, nós temos ali como concluintes das escolas particulares em torno de 430 mil. O que demonstra uma evasão próxima de 50%. Além da evasão de 50% entre aqueles que concluíram o ensino médio, nós temos também uma outra evasão de mais 50% daqueles que ingressaram e não tiveram condições econômicas de se sustentarem nas instituições particulares. Também a mesma coisa, o ENEM. Ali tem um dado interessante, nós tivemos inscrito para o ENEM em 2006, 3 milhões 554 mil alunos. Dos quais 2 milhões 190 eram concluintes do ano de 2006, e 1 milhão 621 são alunos que concluíram o ensino médio em anos anteriores. Uma das explicações, embora isso não é um dado científico, mas uma das explicações fazendo uma enquête com alguns candidatos, com a criação do PROUNI, muitos alunos estão voltando para fazer o ENEM para criar condições de acesso. Todos sabem que uma das condições é exatamente essa, ele ser egresso de escola pública e ter feito o ENEM nos anos anteriores.

Então, está tendo um retorno daqueles alunos que concluíram o ensino médio que não fizeram o ENEM, estão voltando para fazerem exatamente buscar essa

possibilidade de ingresso no ensino superior através do PROUNI.

Ali é um problema sério. Não vou entrar na discussão da famosa lei do calote, que tem criado uma dificuldade muito difícil, um problema muito sério para as instituições no que diz respeito à inadimplência. A gente observa ali uma inadimplência média de 25% que simplesmente corrói todo o processo de investimento e de fluxo de caixa dessas instituições. E o resultado, infelizmente, é perverso, porque inibe novos investimentos, capacitação do corpo docente, criação de laboratórios, enfim. Essa inadimplência vem realmente complicando muito a situação.

E uma das defesas para a implantação, para a possibilidade de saque do FGTS para pagamento das mensalidades é exatamente no sentido da gente tentar possibilitar o ingresso de novos, mas também possibilitar a manutenção daqueles que já estão matriculados, para não acontecer exatamente aquela evasão de 50% dos que já conseguiram ingressar nas universidades e estão sem condições de manter o pagamento das suas mensalidades.

Então, a gente vê essas duas frentes. A possibilidade de viabilizar o ingresso e a possibilidade de manutenção daqueles que já estão matriculados. Eu diria aí que boa parte desses alunos inadimplentes, com parte da mensalidade financiada, por meio do FGTS ou outros meios que a gente conseguir, ele teria essa sustentabilidade.

Ali é um dado, uma distribuição por faixa de renda, mas eu vou passar para o próximo gráfico que eu acho que ele espelha melhor. É só aquele dado referente ao PROUNI, todos sabem, até um salário mínimo e meio é 100%, de um salário mínimo e meio a três salários é 50% de bolsa, então a gente imagina que dentro do que foi estabelecido e que são 10% das vagas ofertadas para o PROUNI, nós poderemos atingir em 2010, (soa a campanha) 500 mil alunos beneficiados. Esse número aumenta porque muitas instituições estão acrescentando além das vagas exigidas como permuta, por meio do PROUNI, estão oferecendo vagas excedentes. Então eu acredito que esse número deva subir ainda mais.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Por favor, só uma explicação. Esse valor do salário aí é per capita ou é...

SR. EDUARDO SOARES – É per capita. É o salário

familiar, da família. Exatamente. A soma dos salários da família, dividindo pelo número de pessoas da família, per capita. Tem que ser 1,5 para 100% e 1,5 a 3, 50%. Ali é um dado interessante. A gente entende que até de um a três salários mínimos o PROUNI contemplou e contemplou muito bem. A gente vem observando

nas nossas instituições que a procura tem sido muito grande. Tem exemplos de IES que disponibilizam lá cem vagas e costumam ter oitocentos, mil candidatos disputando aquelas vagas.

Então, a nossa intenção, a gente imagina que a possibilidade de utilização de 30% do FGTS, ou se possível um percentual maior, mas os 30% atenderia, exatamente aquela faixa de renda de dois a dez salários mínimos, que tomando como parâmetro aquela distribuição da renda per capita feita naquele gráfico anterior, nós teríamos ali 22,7% mais 6,10%, aproximadamente 54 milhões de brasileiros dentro dessa faixa de renda que teriam possibilidade de utilizar o FGTS, considerando que ele pode ser para dependência direta, esposo, esposa, filhos...

Então, quer dizer, é um número muito grande de alunos que hoje estão sem condições, não têm nenhum tipo de benefício e de financiamento previsto para aquela camada de dois a dez salários mínimos. Considerando que abaixo disso o PROUNI atenderia, e acima disso as dificuldades de manutenção no ensino superior são menores.

Então, a gente entende que aquela faixa de dois a dez seria o público alvo para esse Projeto de utilização do FGTS.

Um dado rápido, só para entender qual seria o comportamento das mensalidades, nós fizemos um levantamento, um corte entre o valor das mensalidades e em média nós temos de 280 a 420 para os tecnólogos. Essa mensalidade cairia para 196 a 294. A mesma situação para os cursos de licenciatura, 210 a 294 e para os cursos de bacharelado também.

Então, a gente observa o seguinte: Um aluno pagar hoje uma mensalidade de 280 a 420 reais realmente para ele é mais difícil. Sobretudo quem tem a renda aí até três, quatro salários mínimos. Mas quando você fala em 196, 294, já cria uma condição mais fácil. Porque não é apenas o valor da mensalidade, tem outras despesas. Condução, material, etc, etc.

Então, a gente vê que aquele valor embora não seja muito expressivo, aqueles 30% do FGTS, mas para um trabalhador de quatro a cinco salários mínimos de renda média, realmente é muito significativo. E finalmente, dentro da meta estabelecida aí no Plano Nacional de Educação, para os 10 anos, de 2001 a 2011, que é o corte que foi feito, nós teríamos ali em média, teríamos que estar atendendo em média 10 milhões de alunos na faixa de idade... Ali dá menos um pouco, porque aquele corte foi feito de 15 a 24 e a idade para ingresso é acima dos 18 anos.

Então, vamos imaginar alguma coisa em torno de 30 milhões, e que daria nove milhões. Se não fizermos ações a exemplo desse Projeto de utilização do FGTS,

o que a gente percebe é que vai chegar o ano de 2010 e nós não vamos estar atendendo nem a metade da meta estabelecida. Com a projeção feita em 2008 nós chegaríamos ali no máximo a 5 milhões e 400 mil alunos. Para atender uma meta de 10 milhões.

Então, quer dizer, praticamente 50% da meta seria alcançada se não fizermos nada que possa tentar viabilizar o acesso e a manutenção desses alunos no ensino superior.

Eu conversava hoje pela manhã com uma mantenedora e a gente fez o seguinte trocadilho: Nós tivemos o apagão da energia elétrica, agora estamos com o apagão aéreo, do transporte aéreo. Se não mudarmos esse quadro, nós vamos ter o apagão do conhecimento. Porque a quantidade de alunos que estão concluindo o ensino médio e que não estão tendo acesso ao ensino superior é muito grande.

Então, fica aí o nosso apelo, a nossa solicitação no sentido de que esse Projeto que está para ser aprovado, embora ele não contemple aqui pelo texto que eu vi a questão da utilização dos 30% que se for possível que a gente consiga avançar nesse sentido, porque isso é uma questão de manutenção e o ingresso de todo esse contingente aí que está em busca de uma formação de nível superior. Muito obrigado.

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTE-LHO (PDT-RR) – Muito obrigado, Sr. Eduardo Soares. A palavra agora com o SR. PEDRO CORTÉZ, representante da Confederação Nacional do Comércio, do Conselho Curador do FGTS.

SR. PEDRO CORTÉZ – Bom, Sr. Presidente, Senadores presentes, agradeço a oportunidade de participar dessa Audiência Pública em que se discute sobre as possibilidades de aplicação dos recursos do FGTS em outras alternativas, em outras previsões na lei. É importante a gente lembrar um pouquinho, e eu recordaria que o FGTS, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço é um pecúlio ao trabalhador e na sua formação se procurou atender aquilo o que parecia ao planejador que era extremamente importante para o trabalhador, que era a sua habitação, e a infra-estrutura e as condições do seu entorno, a infra-estrutura urbana e saneamento. O que nós verificamos que realmente o Fundo desenvolveu-se e solidificou-se e hoje tem resultados extraordinariamente impressionante para todos nós, e isso é resultado de uma luta, de uma preservação desse Fundo como pecúlio e no seu direcionamento. É evidente que quando um Fundo como o FGTS apresenta um resultado tão extraordinário é que se verifica a possibilidade desse Fundo ser utilizado para outras finalidades que não aquelas que são básicas para o trabalhador. Que é a moradia e

as condições do seu entorno. A infra-estrutura urbana e o saneamento básico. É evidente também que nós não podemos contrapor ou deixar de contrapor a esse resultado extraordinário do Fundo a manutenção ou a preservação ou a verificação se as condições de sua aplicação já permitem que se visualize outras alternativas na sua aplicação. Nós verificamos e sabemos e discutimos e falamos disso há muitos anos das condições, da existência de um déficit habitacional extraordinário. Verificamos também que a impossibilidade ou a luta para conseguir diminuir esse déficit habitacional. O Governo atual realmente demonstrou uma perspectiva política muito interessante no momento que procurou direcionar os recursos do FGTS a populações de até cinco salários mínimos. E nós verificamos então que nós temos ainda e continuamos com o desafio extraordinário que é a habitação, saneamento, e infra-estrutura urbana.

Indago, essas aplicações ou essas necessidades brasileiras, do Brasil, já foram solucionadas e estão em vias de serem solucionadas? Me parece que não. Eu acho que nós temos um desafio extraordinário pela frente. E quando nós verificamos essas carências, ou essas necessidades por serem satisfeitas, nós devemos focar em relação aquilo que é básico para o trabalhador. Que é a habitação e as condições de seu entorno. Elas continuam existindo, a carência continua existindo e deve ser solucionada. Não podemos divergir ou direcionar recursos enquanto isso não for equacionado, ao menos. Onde não houver um aumento vegetativo a cada ano do déficit existente. O outro aspecto que eu gostaria de dizer também em relação ao Projeto, me parece que dentro do Projeto existe da proposta, existe realmente alguns direcionamentos que parece extremamente interessante. Quando realmente eles se voltam à possibilidade da aplicação naquilo que é próprio do Fundo, que é ou que seja, quais são? As duas alternativas de aplicação para pagamento de prestações em atraso, através do recurso do FGTS, dentro das limitações previstas, e a possibilidade da aquisição do financiamento do lote, de um loteamento regular. E o que nós verificamos também e isso é um retrato, o crescimento das cidades de uma forma vertiginosa, e de uma forma, de certa forma desastrosa porque não planejada ou por não contar com recursos necessários para esse fim. Não contar com recursos necessários para esse fim, eu diria, porque a população demandante ela não tem capacidade do pagamento de acesso à aquisição do lote regular ou da moradia. É uma condição que nós estamos discutindo no Conselho Curador a cada reunião existente ou discutindo semanalmente no GAP, no momento que nós formu-

lamos as propostas, os programas para aplicação dos recursos orçamentários.

Mas eu queria dizer o seguinte, quando eu falo em aquisição de lote, e eu tenho que imaginar o financiamento da aquisição do lote, eu preciso imaginar o seguinte: Eu preciso imaginar que dentro das áreas urbanas passíveis de loteamento, e que são poucas dentro das grandes cidades, como bem lembrado pela nossa Dr^a. Maria Inês, mas se elas são poucas elas têm que ter o diretamente adequado, atender a população de baixa renda ou a população de baixa renda que tem necessidade desse lote. E quando eu falo em lote, eu desvinculo até da construção da residência. Porque quando eu falo em lote, eu falo em loteamento regular, e eu falo numa área absolutamente servida com obras de infra-estrutura urbana e saneamento básico. Eu crio matéria-prima para que esses lotes sejam integrados de uma forma harmônica, urbanística, de uma forma salutar dentro da cidade. E quando eu dou condições desse lote ser financiado através de recursos de FGTS, é claro, dentro de uma população com pouca capacidade ou com pouco pecúlio existente, eu estou abrindo uma alternativa para as cidades. E quando eu alio a possibilidade da habitação e do loteamento, do lote urbano ser financiado através de recursos do FGTS, eu estou propiciando também que a... E eu posso aliar essa questão, este financiamento dentro do Estatuto da Cidade, dentro da previsão das zonas especiais de interesse social eu estou criando condições para que essa população adquira um lote, sim, que é o início da moradia, mas um lote que vai ter o saneamento básico implantado com uma infra-estrutura urbana assentada e mais, eu estou dando condições, além disso tudo, que o empresário, o empresário, o empreendedor imobiliário ele se volte para essa faixa de renda da população. Essa faixa de população. O que não ocorre hoje. Porque se a população não tem condições de pagar porque não tem... O empreendedor vai se voltar para uma faixa de renda mais elevada que tem o resultado certo.

Então, quando nós falamos em financiamento, nós falamos subsídios e nós falamos em condições da população de baixa renda de atender, de acessar ao núcleo básico da sua habitação que é o terreno. E aí eu acredito que é a grande virtude que se encontra nesse Projeto. Eu agradeço a oportunidade, muito obrigado e estou à disposição de todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Muito obrigado, Dr. Pedro Cortêz. Agora com a palavra a Sr^a. Inês da Silva Magalhães, Secretária Nacional de Habitação do Ministério das Cidades.

SRA. INÊS DA SILVA MAGALHÃES – Bom dia a todos. Eu agradeço o convite em nome do Ministro Márcio Fortes para que a gente possa colocar as questões que vêm sendo desenvolvidas no Ministério das Cidades no que se refere a habitação. Eu acho que algumas questões preliminares são fundamentais que sejam colocadas para que nós possamos fazer o debate que é muito importante dentro de uma moldura sobre a qual nós devemos ter algum consenso.

Primeiro, esse debate está inserido no momento da história do País onde a questão do crescimento econômico e da diminuição das desigualdades ela é, digamos, o tema central e a perspectiva dos próximos anos. Nesse sentido, é importante colocar que o FGTS ele é hoje um Fundo de poupança de longo prazo, um dos mais importantes do País, e acho... O Joaquim pode corrigir, o maior Fundo de poupança de longo prazo que é um dos quesitos fundamentais para você ter uma situação macroeconômica que possibilite o crescimento.

Outra questão fundamental que acho que é importante que nós nos coloquemos de acordo, é que esse não é um debate de habitação, saneamento, infra-estrutura, versus educação. Nós temos absoluta convicção de que esses são componentes fundamentais para um processo de crescimento e diminuição de desigualdade no País. O que está em debate aqui é a questão do foco dos recursos, da utilização dos recursos disponíveis para esses dois pilares importantíssimos para esse desafio enorme, que é construir um País menos desigual e com maior crescimento.

Então, nós estamos falando aí em relação a construção civil que é hoje a indústria capaz de responder mais fortemente a esse input de recursos, nós estamos falando de 16 ou 19% do PIB, então portanto a importância disso e que isso tenha Fundos estáveis que hoje são garantidos por um processo vitorioso e um processo muito responsável de gestão do Fundo de Garantia, e por um lado as alterações feitas neste Governo que possibilitaram que este recurso fosse aplicado de uma maneira bastante focada no sentido de complementar os esforços do Governo para estender a questão da habitação não só para a baixa renda mas também para a classe média. E como terceiro comentário preliminar, o professor, meu companheiro Cristovam Buarque pode dizer isso melhor certamente do que eu, mas as questões de saneamento e de moradia, pesquisas têm mostrado que também são questões importantes no desempenho escolar e na possibilidade de que esses alunos tenham um desempenho e um aproveitamento do ensino de uma maneira mais adequada, tendo em vista que eles vão ter que sair, pisar na lama, trocar de sapato para entrar na escola, que eles tenham

uma casa com condições de habitabilidade decente. E, portanto, isso a habitação deve ser encarada não só como um elemento fundamental para o crescimento do País, mas também como uma porta de saída para o esforço do Governo em relação ao Bolsa Família, em relação ao próprio PROUNI.

Então, colocado isso, que não se trata de fazer um contra outro, mas se trata de uma discussão de foco, eu gostaria de apresentar algumas questões que nós vimos desenvolvendo nesse período aqui.

Bom, o tamanho do problema, o Prof. Soares colocou em termos habitacionais, o tamanho do problema habitacional do País é também um problema alarmante. Quer dizer, nós temos 7.2 milhões de moradias novas, uma necessidade de novas moradias em torno de 7.2 milhões, e temos uma inadequação de cerca de 12 milhões de domicílios. A inadequação é o universo de domicílios que necessitam de água, esgoto, infra-estrutura (*soa a campanha*) ou a questão fundiária. A questão do crescimento das favelas também é um fenômeno que nos preocupa imensamente, e isso ocorre principalmente nas regiões metropolitanas, e é essa fotografia que nós temos, esse é o desafio que nós temos para enfrentar.

Essa é uma pirâmide que ela... Quem leu ontem o Valor Econômico e para a nossa felicidade ela está se alterando um pouco, mas nós temos aí que o déficit habitacional está concentrado na faixa de até cinco salários mínimos, e o mercado tem tradicionalmente produzido para aquele topo da pirâmide. Nós temos aí um intervalo que nos preocupa e que nós estamos desenvolvendo mecanismos para que ele se torne cada vez mais estreito e cada vez mais complementar do ponto de vista da habitação de interesse social e da habitação de mercado como ressaltou aí o nosso companheiro, Conselheiro Cortez.

Então a nossa atuação tem sido nesses dois sentidos. Um da questão da reestruturação institucional do setor e a questão da revisão dos programas de habitação. Eu vou rapidamente... A questão da reestruturação institucional do sistema de mercado vem de uma convicção de que para que os recursos públicos ou sob gestão pública possam ser utilizados de maneira focada na habitação de interesse social, ou seja, até cinco, seis salários mínimos, nós temos que ofertar e fazer com que aquele mercado que hoje só produz para aquele topo da pirâmide consiga produzir mais e descer o seu perfil de atendimento como, repetindo as notícias boas que o jornal, o Valor nos trouxe ontem, de que esse mercado está ficando aquecido para a classe média baixa.

SENADOR EDISON LOBÃO (PFL-MA) – Secretária, por favor, pra mim não ficou esclarecido qual

é o déficit habitacional nessa faixa de até cinco salários mínimos?

SRA. INÊS DA SILVA MAGALHÃES – Até cinco salários mínimos, 92% do déficit, daquele 7.2, está centrado nessa faixa de renda. De domicílios.

SENADOR EDISON LOBÃO (PFL-MA) – Sim. São quantos milhões?

SRA. INÊS DA SILVA MAGALHÃES – 7.2 milhões de domicílios.

SENADOR EDISON LOBÃO (PFL-MA) – Obrigado.

SRA. INÊS DA SILVA MAGALHÃES – Então, em relação à questão do mercado, nós vimos aí uma evolução dos investimentos refletindo as medidas que estão no quadro anterior que são patrimônio de afetação, a exigibilidade da aplicação dos recursos da poupança, então fazendo a comparação com o quadro que o Joaquim Lima apresentou, quer dizer, isso vem crescendo com o objetivo de que nós tornemos essa defasagem cada vez menor.

A outra questão em termos de construção dessa institucionalidade que se fragmentou depois do término do BNH, são a Política Nacional de Habitação e a Lei 11.124, que é a Lei aprovada por esta Casa, e que institui o Fundo e o Sistema Nacional de Habitação de interesse social, cuja construção está em andamento e nós temos hoje cerca de 1.200 Municípios que fizeram adesão nesses últimos dois meses. Pode passar. Isso é o que foi aplicado dos recursos esse ano. E como um outro item da estratégia foi a revisão dos investimentos e programas já existentes e a criação de alguns novos para o enfrentamento do déficit. Quais foram os princípios que nos orientaram nessa revisão?

Primeiro, a focalização dos subsídios para a faixa de até cinco salários mínimos, e a segunda foi de privilegiar as ações estruturadas por entidades públicas e organizações no sentido de criar e alavancar mais os recursos disponíveis para a habitação.

Então, em relação ao incremento de recurso, houve um incremento em todos esses Fundos, mas como a gente vai ver no quadro a seguir, nós podemos constatar que na verdade o FGTS é o Fundo estruturante em termos do Fundo que dá a alavancagem da habitação. Eu não trouxe o quadro de saneamento, mas ele é um quadro também bastante significativo. Quer dizer, nove bilhões de reais foram disponibilizados pelo FGTS para investimento em saneamento. Esse quadro, para gente, é um quadro, demonstra a função primordial e o acerto nas alterações que foram feitas na utilização dos recursos do FGTS. Não sei se os senhores sabem, quer dizer, até 2004 a questão do subsídio ela era feita de uma maneira dispersa. Nós, numa proposta acatada plenamente e construída junto

com o Conselho Curador, colocamos uma nova maneira de aplicar o que a gente chama de subsídio, o Conselho chama de desconto. Ou seja, nós juntamos aquilo que não é apropriado pelas contas individualmente, e esse volume de recurso significativo se deve a uma gestão muito competente feita pelo Conselho Curador do FGTS, e dissemos, colocamos que esses subsídios devem ser aplicados na faixa de até cinco salários mínimos, priorizando a relação com Estados e Municípios. E é por isso que a gente consegue chegar a um resultado desse que nós só pegamos o último ano, mas o Joaquim apresentou aí desde 2000. Nós saímos de uma aplicação na faixa de até cinco salários mínimos, Senador, dos atendimentos que era de 53%, e hoje nós devemos fechar o ano com o atendimento nessa faixa de renda posterior a 80. Isso certamente foi possível por uma parceria muito forte que nós temos estimulado Estados e Municípios a fazer conosco.

Bom, esse é o orçamento, aí o meu apelo setorial, esse é o orçamento previsto para esse ano do OGU, o que indica também... É um indicativo de o quão fundamental os recursos do FGTS são para o enfrentamento deste problema. (*soa a campanha*).

Juntando aí os outros recursos alocados nós temos cerca de um bilhão de reais. Esse é um pouco o nosso quadro de uma certa irregularidade na questão do Orçamento Geral da União no que se refere a aplicação de habitação.

Bom, aí são os desafios. O tamanho do nosso problema para a questão do desafio de enfrentamento no período de 15, 16 anos, seria de 10 bilhões só para enfrentar o déficit quantitativo. E também somado ao déficit quantitativo a questão da inadequação, mais uns sete milhões de reais. Claro que a Constituição Brasileira coloca que a habitação ela é uma das atribuições partilhadas pelos três níveis. Mas é um volume muito grande de recursos necessários. Habitação como todos os senhores sabem ela tem uma dificuldade porque ela não é um serviço. Habitação ela é na verdade uma transferência de patrimônio.

Então, por isso ela é um problema dos mais sérios, mas também dos mais caros e complexos para ser resolvido. Porque ela depende não só de recursos, mas de terra, como colocou o Conselheiro Cortez, e deve ser um desafio para o qual nós temos que ter um foco e uma regularidade de recursos que hoje quem nos garante é o FGTS, que foi criado para esse fim.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Secretária, me permite só um pequeno aparte?

SRA. INÊS DA SILVA MAGALHÃES – Pois não.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Senador Crivella. O Sistema Nacional de Habitação

por interesse social esse ano teve um bilhão de reais. Não sei se contrataram tudo. É um problema.

SRA. INÊS DA SILVA MAGALHÃES – Sim senhor, Senador.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – O problema de terreno não existe nessas favelas aí que são a infra-estrutura inadequada. O que me preocupa é o seguinte: Segundo números divulgados, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, se todos os trabalhadores brasileiros sacassem hoje, sobraria 20 bilhões. 20 bi, bilhões. Se todos os trabalhadores tirassem. É difícil tirar. Porque tem uma série de regras. Por que, se a gente tem um Fundo, que é privado, as empresas é que colocam dinheiro lá, administrado pelo Governo, mas é privado, por que é que a gente tem só um bilhão de reais nesse Sistema Nacional de Habitação por interesse social que é a primeira Lei de Iniciativa popular? Eu quero mostrar a relevância dessa lei. Primeira lei de iniciativa popular. Depois da Constituição de 88 que veio para o Congresso com dois milhões de assinaturas de brasileiros, entre elas a assinatura do Lula, quando era sindicalista. É uma espécie de recriação do BNH. Mas o que me deixa assustado é que tem poucos recursos quando a gente tem um Fundo de Garantia, como eu disse, que é superavitário, e eu não sei para onde vai esse dinheiro. Quer dizer, 20 bilhões de reais de superávit num Fundo onde a gente tem 12 milhões de domicílio, que são essas favelas brasileiras aí, que o sujeito não pinta... E eu me lembro que no lançamento do Sistema Nacional de Habitação por interesse social o discurso do Presidente Lula foi esse. O sujeito constrói um barraco, quando nasce o primeiro filho, aí ele faz uma casinha, quando nasce o segundo filho ele faz um puxado, quando ele está velho, quando ele está vovô é quando ele bota o telhado. E aí tem que vender o barraco porque o filho que não arrumou emprego está preso, tem que pagar o Advogado. Se envolveu numa boca de fumo. Quer dizer, então... Senador Botelho, eu só queria ouvir isso porque eu tenho que ir embora. Mas eu queria falar isso aqui porque acho que é... (interrupção no áudio)

SRA. INÊS DA SILVA MAGALHÃES – Senador, acho que a sua colocação é muito pertinente. É evidente que eu como Secretária da pasta quero realmente que tenha mais recursos no Fundo Nacional de Habitação. Mas é só para nós entendermos como é que está funcionando essa questão do casamento. Ou seja, da complementaridade entre o FGTS e o Fundo. O Fundo Nacional, quando se cria o Fundo se cria o Sistema Nacional de Habitação de interesse social, cuja composição do... Na composição do sistema o FGTS faz parte. Por uma questão legal, nós não podemos colocar o recurso do FGTS, como o senhor disse é um

recurso sob gestão pública, mas ele não é um recurso público dentro do orçamento da União.

Então, qual foi a nossa, digamos, engenharia institucional e econômica para de um lado atender a essa limitação e de outro focalizar na baixa renda?

Então, Senador, se de um lado é verdade que o senhor está falando... O gráfico de subsídio... Se de um lado é verdade o que o senhor está falando, de outro lado também nós temos que ressaltar que este ano, 2006, o Fundo de Garantia aplicou em subsídio, ou seja, ele atendeu famílias de até cinco salários mínimos, dentre os seus atendimentos, quase 86%.

Então, ele não está no Fundo, mas ele está obedecendo as diretrizes da política e do Fundo. Ou seja, o seu foco está...

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)

– Qual valor?

SRA. INÊS DA SILVA MAGALHÃES – De subsídio, um bi, oitocentos e trinta de FGTS. Eu acho que essa... Então nós tivemos a questão do Orçamento Geral da União, investidos prioritariamente em favelas, é um bi oitocentos e trinta do FGTS mais um bi de reais do parque. É um programa de arrendamento residencial que também tem um foco até seis salários mínimos.

Evidente, eu ficaria muito feliz se o Congresso colocar mais recursos no Fundo Nacional de Habitação de interesse social, apoiar a Emenda da Comissão de Desenvolvimento Urbano que tem uma Emenda de 500 milhões lá, mas o que eu posso garantir ao senhor é que os recursos que estão sendo investidos no FGTS obedecem integralmente as diretrizes estabelecidas pelo Conselho das Cidades, e pela Política de Habitação que coloca que os recursos públicos ou sob gestão pública, como é o caso do FGTS, devem atender a faixa de até cinco salários mínimos, onde a gente tem 92% do nosso problema. Não sei se isso responde adequadamente a sua pergunta, mas...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Presidente, só um...

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Pois não.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Eu gostaria de fazer só um esclarecimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Só um minutinho. Deixa ela concluir. Ela estava concluindo para começar a discussão, aí houve... Falta pouquinho para concluir, né?

SRA. INÊS DA SILVA MAGALHÃES – Não, na verdade, é isso. Quer dizer, só ressaltando que é importante que nós não coloquemos essa discussão muito rica e importante numa coisa em detrimento de outra.

Quer dizer, nós estamos discutindo um instrumento cujo foco é e deve continuar sendo as questões de habitação, saneamento e infra-estrutura, tão fundamentais quanto a educação para o desenvolvimento do País. E como o Prof. Eduardo Soares colocou, é uma questão de renda, e nós sabemos que com o mecanismo de distribuição de renda, com o crescimento econômico e com as medidas que vem sendo tomadas, nós poderemos melhorar a valorização do salário mínimo que tem sido uma valorização significativa nós podemos melhorar o perfil de renda dessa população. E, portanto, fazer com que ela tem mais condição de acessar as escolas além aí da batalha em relação à escola e ao ensino público. Muito obrigado pela oportunidade, e eu estou à disposição.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Muito obrigado, professora Inês. Bom, vamos passar para a segunda etapa, após a exposição dos senhores apresentadores, agora são os questionamentos dos Srs. Senadores. Pela ordem, tem prioridade os que fizeram Requerimento. Aqui presente o Senador Eduardo... Ideli está aqui? Senador Eduardo Azeredo com a palavra.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, senhores expositores e expositora, nós estamos estudando esses projetos, na verdade são 20 projetos que prevêm utilização variada para o Fundo de Garantia. É evidente que eu entendo a necessidade que o Fundo de Garantia não ser descapitalizado, e a sua função primordial que é dar o suporte ao trabalhador no momento da sua dispensa ou no momento que ele fica desempregado. Esse é o objetivo básico. Mas, acontece que a porteira, digamos assim, já foi arrambada há muito tempo. Quando se abriu a possibilidade de usar o recurso para habitação, na verdade já se abriu a porteira. Não ficou uma questão que fosse apenas no objetivo primordial. O objetivo primordial era evidentemente o Fundo de Garantia do Tempo do Trabalhador, o Tempo de Serviço.

Então, essa questão lá atrás já se abriu essa perspectiva. E depois, ao correr do tempo, foram se abrindo várias outras opções, até mesmo participação em fundos de privatização. De maneira que a questão que eu aqui me parece que com relação ao lote urbano, não haveria maior discordância da parte dos senhores. Eu... São 20 projetos, eu volto a dizer, eu estou acatando apenas três, alguns deles outros são considerados como atendidos parcialmente, outros são prejudicados, e do ponto de vista da educação, o que está sendo acatado neste Projeto é a questão dos débitos com relação ao FIES, ao crédito educativo. Pelo simples raciocínio de que o Fundo de Garantia é um dinheiro do trabalhador. E o trabalhador que está ten-

do que pagar uma prestação do FIES às vezes esse recurso é fundamental para o seu dia-a-dia, para a sua sobrevivência.

Então, ele tem um dinheiro parado com uma rentabilidade baixa no Fundo de Garantia, e ele poderia utilizar parte desse dinheiro, o Projeto está sempre com essa preocupação, nunca se fala em saque liberado de maneira global, é sempre em percentuais, de maneira que ele poderia utilizar, me parece que até 30% do saldo para poder pagar a sua dívida com o crédito educativo.

Eu tenho aqui comigo os relatórios dos últimos dias. O trabalhador poderá aplicar 20% do FGTS em novo Fundo. O Governo prevê gastar cinco bilhões do patrimônio líquido do FGTS, e nós vimos aqui pela apresentação do Dr. Joaquim que o Governo tem... O FGTS tem 20 bilhões de patrimônio líquido. 20,8 bilhões. Desses 20,8 o Governo está prevendo usar cinco bilhões para um Fundo novo, um Fundo para a infra-estrutura. Portanto, bem diferente do que nós estamos falando aqui. Não é a mesma coisa de habitação, não é a mesma questão do trabalhador em si. É para um Fundo de Infra-Estrutura. Eu defendo difundo de infra-estrutura demais da conta. Eu estou cansado de fazer discurso aqui. A infra-estrutura está precisando de recurso.

Então, está claro aqui. Pelo que eu entendo todos os senhores são contra o que o Governo está propondo. Não quero colocar ninguém em situação difícil. Mas eu imagino que Paulo Furtado é contra, imagino que o Joaquim é contra, que a Dr^a. Inês é contra, e todos vocês são contra. Porque isso aqui é a utilização do Fundo de Garantia para uma finalidade diversa da sua criação. E mais, aqui vai à frente na matéria e diz assim, que o novo Fundo não terá cobertura de risco de crédito. Ou seja, eventual prejuízo será arcado pelo trabalhador. E ainda dizendo que a Medida Provisória abre espaço para Plenário a aplicação do patrimônio do Fundo de Garantia, no novo Fundo, para até 16,7 bilhões.

Então, tem 20,8, então o patrimônio líquido todo, praticamente, de 16 de 20, 16. 80% poderá ser utilizado nesse novo Fundo.

Eu queria, portanto, ouvir aí algumas informações adicionais, os dados são muito interessantes, os dados gerais, toda essa realidade, eu considero que atingimos a classe pobre, a classe mais necessitada é sem dúvida alguma o objetivo primordial. Estamos todos de acordo nesse aspecto. Entretanto, existe realmente... Eu comentava aí com o Senador Paulo Paim, um dos gráficos mostra aí, quer dizer, é considerado rico quem ganha mais do que 3.500 reais. Que tristeza de Brasil. Com 3.500 reais é rico? Então na verdade eu

considero que a gente precisa ter também um olhar para a chamada classe média, ou para a classe média baixa, ou para o pobre remediado, que é o nome que se usa também.

Então, eu sinto que existe hoje um foco correto na questão daqueles (*soa a campainha*) que são mais pobres, mas não podemos esquecer também esses outros setores. Seja na área educacional, seja na habitação. Eu queria saber como anda o Projeto de Palafitas, se ele já está caminhando para uma conclusão, se já está para exterminar as palafitas rapidamente. A preocupação com a questão das invasões, financiamentos para invasões que não me parece adequado, que é um incentivo ao desrespeito à Lei na medida em que financia imóveis do MST, pessoal de MST. Por que não se utiliza financiamentos internacionais, a Dr^a. Inês, financiamentos internacionais na área de habitação? A questão da inadequação habitacional realmente ela é muito grave, quem conhece favela sabe bem que às vezes a casa existe, mas de uma tremenda inadequação.

Então, a minha colocação é basicamente em cima da Dr^a. Inês, a Secretária Inês, com relação a palafita, invasões de financiamento internacionais e eu queria realmente... Não estou convencido que não se possa usar o recurso para a educação tendo em vista que o próprio Governo vai utilizar para a infra-estrutura. Quer dizer, o investimento na educação é a mesma coisa que investir na habitação. O conhecimento, investir em conhecimento é fundamental. O trabalhador tem o dinheiro dele que está aplicado, ele usa uma parte desse dinheiro para conseguir melhorar a sua capacitação educacional ou do seu filho, evidentemente que ele está investindo no seu patrimônio para ter o emprego mais adequado, para ter uma condição melhor de vida.

Portanto, a questão de... "Ah, mas aí vai ser a 21ª modalidade de utilização de Fundo de Garantia". Tá bom. Se já tem 20, por que não 21? O Governo mesmo está colocando a 21ª, então vai ser a 22ª, porque a 21ª já está aqui na proposta do Governo.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTE-LHO (PDT-RR) – Com a palavra a Secretária Nacional de Habitação. Sr^a. Inês.

SRA. INÊS DA SILVA MAGALHÃES – Eu vou responder parte da pergunta, porque acho que o Joaquim pode responder de maneira mais adequada a questão... Algumas questões.

Primeiro, Senador, quer dizer, não é, digamos, correto dizer que o Fundo de Garantia foi criado com esta finalidade. Na sua criação, ele já previa a finalidade de um Fundo para investimento em habitação, saneamento e infra-estrutura.

Então, ele, na verdade, foi criado como um Fundo de proteção ao trabalhador, mas cuja aplicação era para se realizar de uma função social muito importante. Então, não é verdade que a gente...

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Não, está correto. Eu sei que ao aplicar o dinheiro do trabalhador na habitação, ele era remunerado por quem está pagando o financiamento e voltaria o dinheiro. Mas o objetivo básico é, evidentemente, a modalidade de aplicação habitacional é para remunerar o dinheiro do trabalhador para o momento que ele tivesse...

SRA. INÊS DA SILVA MAGALHÃES – Sim. Ele garante isso, mas ele garante também que as aplicações desse Fundo devam ser necessariamente nestas três finalidades: Habitação, saneamento e infraestrutura.

Então, não tem invenção de uma nova modalidade. Em relação à questão do Fundo, eu vou pedir para que o Paulo ou o Joaquim respondam com maiores detalhes. Em relação às questões que o senhor colocou de palafitas e de ocupações, em termos de recursos internacionais, nós temos hoje em andamento um programa que vem de empréstimos oriundos do Banco Interamericano de Desenvolvimento, do BID, para favelas. Belo Horizonte, para citar a sua cidade, tem três projetos (*soa a campainha*) financiados com esse... Passados para cidade a Fundo perdido, oriundos desse empréstimo internacional. A questão do empréstimo internacional hoje é uma questão que tem que ser debatida. Nós achamos ela um instrumento pertinente, uma estratégia importante, mas ela entra nos nossos limites orçamentários.

Então, ela muitas vezes não traz grandes vantagens. Em relação ao Projeto de Palafitas, os contratos que foram assinados esse ano alguns já estão em andamento. Uma das características dos projetos em favela é que são projetos de uma execução de em torno de 24 meses, alguns já estão em andamento, outros ainda estão em processo de licitação, porque este ano foi um ano peculiar do ponto de vista das restrições eleitorais, de repasse de dinheiro, então isso atrapalha um pouco o andamento, a celeridade da execução desses projetos. Em relação à questão de renda, Senador, quer dizer, nós temos um País... Se nós olharmos para uma curva de renda do País a gente vai ver que na verdade você tem quase que, se não me engano, 80% da população que ganha até, se não me engano, até sete salários mínimos. Senador Paim pode me ajudar. Mas no norte e nordeste, por exemplo, 90% da população ganham até 1.500 reais.

Então, quer dizer, eu concordo com o senhor que... Eu não estou fazendo a classificação do que é rico e do que é pobre. Eu estou olhando para a curva

de renda do País. A curva de renda do País me mostra que norte e nordeste as pessoas ganham 1.500 reais. Não é uma questão, é uma questão de foco de uma política. Quer dizer, se nós sairmos... Nós só vamos ter uma mudança de curva aumentando esse regimento se a gente for para o sudeste e para o sul. Mas acidentalmente, evidentemente, no sudeste.

Então, eu diria que mesmo as questões de defesa em relação à utilização dos recursos, para isso têm duas limitações. Uma é a limitação do que tem nas contas como o Joaquim demonstrou, quer dizer, tem muito... A população alvo do que seria essa ação tem pouco dinheiro depositado em suas contas. E essa população ela é uma população minoritária se você olhar para o mapa de renda do País. Infelizmente.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – O Prof. Pedro Cortêz quer falar alguma coisa?

SR. PEDRO CORTÊZ – Bom dia, Senador. Prazer estar aqui. Senador, só colocando aqui algumas questões. Uma, inclusive, o Senador Crivella teve que se ausentar, mas ele... Acho que não ficou muito claro, e eu queria só esclarecer aqui alguns pontos sobre a alocação dos recursos do Fundo de Garantia no seu orçamento.

Então, nos últimos três anos nós alocamos mais de 30 bilhões de reais para financiamento de habitação e saneamento. Então, isso... Ele ficou incomodado lá com o um bilhão.

Então, na verdade é o seguinte, o objetivo do Fundo de Garantia é fazer crédito. Porque com isso ele remunera a conta do trabalhador e remunera o seu custeio. O Fundo de Garantia tem que pagar o... Custa movimentar essa máquina, sustentar essa máquina FGTS. Isso tem um custo. E ainda tem que remunerar o trabalhador. Então, precisa aplicar esse dinheiro a crédito.

Então, nós disponibilizamos para crédito na área de habitação só nos últimos três anos mais de 30 bilhões. E aí vem uma outra questão que o Fundo de Garantia extrapola essa sua condição primeva, que é fazer crédito. Que é dar subsídio. O Fundo de Garantia não foi criado para dar subsídio. Mas nós temos uma rentabilidade financeira, Senador, em razão de uma Política Monetária que possibilitou uma elevação da taxa de juros básica.

Então, você aplicar em título público nós chegamos no início desse Governo com a aplicação de... Com SELIC a 26,5. Hoje felizmente já estamos mais baixo e isso possibilitou um excedente de recursos financeiros ao Fundo de Garantia em razão da aplicação desse recurso.

A aplicação desse recurso em título público possibilitou um acréscimo na disponibilidade financeira do Fundo, o que possibilitou o extrapolamento da sua função primordial que nós alocamos subsídio. E só para grandeza, (soa a campainha) ordem de grandeza, nos últimos três anos nós alocamos mais de 4 bilhões, contando 2007, Senador, nós estamos alocando mais de 4 bilhões de reais para subsídio. E subsídio sim vai só para habitação, e habitação de interesse social até cinco salários.

A linha de crédito disponibilizada pelo Fundo de Garantia ela, na verdade, ela atinge até, Senador, quem ganha 4 mil e 900 reais.

Então, nós atingimos também com recurso de crédito do Fundo de Garantia disponibilização de crédito classe média baixo um pouco quem ganha até 4.900 reais.

Então, são os esclarecimentos que eu queria fazer. Sobre o ponto de vista do Fundo de Investimento de Infra-Estrutura, que o Senador referiu, na verdade, ali, Senador, não se trata de saque, que é uma questão... É uma aplicação. Então, isso tem retorno. A dificuldade que nós temos, eu particularmente, acho que boa parte do Conselho, na verdade é o saque é que não tem retorno. Esse dinheiro sai do Fundo definitivamente. Quando se faz crédito, se retorna, quando se faz uma aplicação em infra-estrutura, que é importantíssimo para o País, e digo mais, Senador, esse Fundo de Infra-Estrutura ele é importante para o trabalhador brasileiro que é o dono do Fundo. Porque não há dúvida nenhuma que nós precisamos de crescimento econômico. Essa é, como colocou a Dr^a. Inês, a conjuntura, o momento que nós vivemos nos leva a ser criativos de modo a ter um crescimento econômico. E o Fundo, com essa disponibilidade que tem, com essa gestão vitoriosa que tem, está dando a sua contribuição com muita prudência, Senador. São cinco bilhões de reais imediatamente, que vão ser alocados no tempo. Esse dinheiro não sai do Fundo de Garantia, ele vai sair a medida em que os projetos forem entrando, e muito cautelosamente. A utilização de 20% da conta do trabalhador para comprar cotas desse Fundo, isso é um Projeto de médio e longo prazo. Isso não vai ser imediatamente agora. Não se sabe o resultado desse Fundo.

Então, isso é uma prudência que está dentro do Projeto. O Conselho Curador aprovou esse Projeto na reunião de 29 de agosto desse ano, foi discutido com alguns setores, a bancada dos trabalhadores, o Conselho Curador aprovou por unanimidade esse Projeto de levar o FGTS para a infra-estrutura porque entende, Senador, que esse Projeto desengargala parte da nossa infra-estrutura e cria emprego. Porque o Fundo de Garantia, por ser um Fundo do Trabalhador, se ele

criar emprego, se ele gerar condições de crescimento, se ele gerar condições de pleno emprego, essa é a função primordial da aplicação do Fundo de Garantia afora questão social.

Então, esses esclarecimentos para dizer o seguinte, o Fundo de Infra-Estrutura tem retorno ao patrimônio do Fundo. Ele não é como está no Projeto aqui, alguns saques, que não tem retorno. Saiu do Fundo e isso nos preocupa particularmente em razão da quantidade de saques que já existe. Um pontinho só sobre a questão aqui do lote urbanizado, Senador, nós já temos essa solução no Conselho, mas a nossa solução é diferente um pouco da lei. Nós financiamos o lote urbanizado, mas com uma solução habitacional à vista. Só para fazer esse reparo. Muito obrigado, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Senador Eduardo Azeredo para a réplica.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– É evidente que eu sei a diferença entre a aplicação dos recursos do Fundo e o saque do Fundo. O que eu estou querendo colocar é que o argumento de que não pode gastar o dinheiro do Fundo para outra finalidade na verdade não é um argumento tão forte já que existe um recurso superavitário que o Governo está inclusive pensando em aplicar nessa questão do... Já decidiu aplicar na infra-estrutura.

Eu tenho motivos para duvidar de que esse Fundo vá resolver o problema da infra-estrutura, porque outras ferramentas o Governo já tem e não tem conseguido investir em infra-estrutura. Mas isso é outra questão e não é o caso aqui. Quer dizer, o Governo tem CIDE, o Governo tem dinheiro orçamentário, o Governo tem PPP, o Governo tem concessões, e não consegue fazer nada disso funcionar. Nenhuma concessão iniciativa privada em quatro anos, nenhuma PPP quando nós aprovamos aqui no Senado, no Congresso essa solução, o dinheiro da CIDE não é utilizado.

Então, eu temo só que essa é mais uma opção de recurso, mais uma fonte de financiamento para a infra-estrutura, mas a questão talvez não adiante porque o problema está um pouco na esfera decisória, na esfera operacional. Mas tudo bem, eu considero que a questão realmente do saque, por isso que o saque está limitado. Eu sei que o saque é um dinheiro que sai e não volta. Mas é uma questão de opção que se dá ao trabalhador. Ele teria a opção de sacar o recurso dele mantendo um saldo 70% do saldo intocado, digamos assim, mas ele poderia então resolver uma pendência que ele tem com a utilização do saque do Fundo de Garantia para esse caso educacional também que é defendido por nós.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Muito obrigado, Senador. Com a palavra o próximo inscrito, Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador Augusto Botelho, primeiro cumprimentar a todos os Senadores e Senadoras pela iniciativa desse debate, sobre o FGTS. Eu tenho por mim, de quase 20 anos de sindicalista e 20 no Congresso, e paro por aí, senão vou dizer a minha idade já, que tanto a Previdência como o FGTS eles são de uma enorme responsabilidade dos trabalhadores. De interesse direto dos trabalhadores. E a primeira pergunta, o senhor respondeu em parte, que eu vou deixar, e eu confesso, eu vou falar aqui porque falei da Tribuna. Eu fiquei muito preocupado com a história do Fundo da Infra-Estrutura. E por quê? Por que é que eu falei aqui em Previdência? Na minha memória vem a Previdência. Que no passado, quando a nossa Previdência só arrecadava, e o Fundo está arrecadando muito bem, graças a Deus, está aí com superávit, ela tinha bilhões de superávit. Daí veio o investimento na infra-estrutura. E nós construímos, eu não vou citar aqui porque todo o Brasil sabe, Ponte Rio-Niterói, Transamazônica, e por aí vai. Volta Redonda... Enfim, não vou citar que são mais de... E não estou dizendo que nós vamos fazer isso. Eu estou assustado com o passado. E eu trago o filme do passado para o presente. Que de repente o nosso Fundo vai ser... Até em parcerias, tudo bem, e não vai haver o retorno devido para o Fundo. Que é muito relativo. Eu entendo a sua argumentação que é válida quando diz que se o País cresce os trabalhadores também ganham. Claro que é válido. E por que é que eu digo isso? A própria CAIXA ECONÔMICA FEDERAL mencionou isso. Eu era Deputado Federal seguidamente a CAIXA reunia conosco, me lembro do Relator da matéria lá que na época foi o Deputado Paulo Rocha, ele reuniu todos os projetos que tratavam desse tema, e depois de muito debate nos convenceram, inclusive a mim, que era equivocado nós começarmos a destinar dinheiro do FGTS para as outras áreas que não fosse casa para o trabalhador de baixa renda, a estrutura mínima que tem que ter naturalmente as casas, e naturalmente para pagar a ele no ato da demissão. E que esse investimento para o trabalhador e aqui a Secretaria mostra que existem sete milhões, no mínimo, de déficit de Casa, me preocupa. E por quê? Porque nos tempos, e nos tempo que eu digo é de 10 anos para cá, começaram a liberar o dinheiro do trabalhador do FGTS inclusive para comprar ação nas empresas. E tem diversos projetos na Casa, na Câmara e aqui, que vai no mesmo sentido. Para as privatizações.

Bom, então o Fundo começa a perder a sua origem, a sua matriz, o objetivo básico. Construção de

Casa, saneamento básico e indenizar o trabalhador. Eu chamo quase como uma indenização no momento que ele mais precisa. E por isso que o trabalhador, inclusive, ele subsidia também. Porque se ele pegar aquele dinheiro e aplicar fora, ele vai ganhar muito mais.

Então, nós entendemos que o dinheiro está lá com esse objetivo. Básicos. E por isso que eu fico um pouco preocupado. Estou aqui levantando aqui as minhas preocupações. Eu acho que o dinheiro do Fundo de Garantia, e foi isso que me ensinaram no longo desses quase... Eu vou parar nos 50. Nos quase desses 50 anos, construção de casa para quem mais precisa, e para indenizar o trabalhador no ato da demissão, enfim, na sua conta vinculada. Me preocupa muito.

Então, eu deixo aqui as minhas preocupações. Preocupações e eu tenho o maior carinho pelo Conselho Curador, que eu acho que é por aí que nós tínhamos que avançar com o poder deliberativo, que a Previdência não tem até hoje. E que devia ter. Lá devíamos ter também o Conselho Quadripartite com o poder deliberativo. Mas eu estou levantando aqui as minhas preocupações. *(soa a campanha)*

Mas o último questionamento, como eu entendo que o Fundo é do trabalhador, e ele tem que retirar o dinheiro que é dele, pelas vias legais e normais, como existem hoje, eu pergunto para o Diretor Executivo da CAIXA, o Sr. Joaquim. Eu recebi lá no Rio Grande do Sul numa Audiência Pública um documento que demonstra em tese mais ou menos o seguinte. Que o trabalhador teria... Existem milhares e milhares de contas que estão lá inativas, e que o trabalhador brasileiro nem sabe que ele tem o dinheiro lá. Se nós pegarmos nessa sala aqui, eu acho que 50% têm conta inativa e não sabe. E eu fiquei sabendo que eu tinha e não sabia. Que essa pessoa falou: "Vamos ver a sua? O senhor me autoriza?". "Autorizo". Autorizei naturalmente. E ele entrou e eu tinha lá de fato.

Então, a pergunta que eu faço. O dado que eu tenho aqui são milhares e milhares de contas. Que entre as contas inativas e as contas incorporadas como reserva técnica que estão há mais de cinco anos sem mexer, são mais ou menos 13 bilhões. Aqui não é nenhum questionamento, é algo acumulado no longo dos anos. Não é uma crítica à atual administração, e tenho tido esse cuidado aqui. Não estou fazendo crítica nem há cinco anos no passado e nos últimos cinco anos que o Presidente Lula, do meu partido, está na Presidência da República. Eu pergunto: Não é de se fazer uma campanha de esclarecimento para os trabalhadores que têm de direito, que eles possam ir lá e retirar o Fundo dessa conta considerada inativa que pode ultrapassar já a 13 bilhões? São essas perguntas rápidas que eu faço. A sua é mais de esclarecimento. E gostaria que

se pudesse aprofundar um pouquinho essas minhas preocupações, quem sabe que V.Ex.^a consiga me... Que as minhas preocupações são improcedentes.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Vamos começar pelo Paulo Furtado.

SR. PAULO EDUARDO CABRAL FURTADO:

Senador Paulo Paim, muito prazer em falar... Tenho uma admiração pessoal que exponho aqui publicamente. *(risos)* Mas Senador, essa estruturação do Fundo de Investimento, na verdade ela é extremamente prudente. Vou lhe dizer por que. Quer dizer, como bem já falou o Senador Eduardo Azeredo e o Diretor da CAIXA expôs, hoje o Fundo de Garantia tem um patrimônio líquido de 20 bilhões de reais. Quer dizer, desses 20 bilhões de reais, nós estamos alocando apenas 5 bilhões no Fundo de Investimento. Então o Fundo de Investimento vai ter 5 bilhões imediatamente. E esses 5 bilhões eles vão ser aplicados no máximo por empreendimento 30% no valor do empreendimento. Por quê? Para que a gente mitigue risco, para que não tenha um risco muito forte, então 30% é o que o mercado pratica, no máximo 30% por empreendimento, e ao mesmo tempo se alavanca outros recursos, outros financiamentos de outros setores. Pode até ser o setor público, vocês, mas prioritariamente o setor privado e as empresas.

Então, quer dizer, com o Fundo de 5 bilhões nós poderíamos alavancar 15 bilhões de investimento em infra-estrutura. E é essa estrutura que nós pensamos, Senador, é uma estrutura via Fundo de Investimento. Ou seja, é um instrumento, é um mecanismo que o mercado dispõe e que o Brasil hoje tenha expertise nesse assunto.

Então, é um Fundo de Investimento fiscalizado por CVM, fiscalizado pelo BANCO CENTRAL, com gestão profissionalizada, e com instrumentos de mercado vai ser os investimentos em participação direta serão sempre por via de sociedade propósito específico, para se agregar patrimônio da empresa, *(soa a campanha)* do patrimônio do empreendimento. As ações de compra de participações, via débito, desse empreendimento serão por instrumentos de mercados experimentados, e com uma prudência que eu acho até exagerada, mas, enfim, é necessário para que não aconteça essa situação, sobre um comitê de investimento que vai decidir é um comitê de investimento que réplica o Conselho Curador.

Então, vão estar lá representantes dos trabalhadores, representantes das empresas e representantes do Governo.

Então, esse comitê de investimento é quem vai verificado do *checklist* prévio que o Conselho Curador

vai dar ao gestor desse Fundo, verificado isso, optar por aquele financiamento ou não.

Então, eu reputo, Senador, como uma iniciativa extremamente cautelosa do Conselho Curador, extremamente prudente do Conselho Curador. E o que é mais importante, esse Projeto para que tenha eficácia, para que seja efetivo, ele precisa passar pela aprovação dessa Casa, Senador.

Então, vem ou por Medida Provisória ou por Projeto de Lei, aí é uma decisão política, mas a decisão é dessa Casa, o que na minha opinião é uma garantia de que aqui a discussão havendo, vai se aperfeiçoar e se fazer os acertos necessários.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Só cumprimentar V.Ex^a, e achei que esse final que V.Ex^a deu foi muito preciso, que vai passar pelo debate. Aqui a gente pode aprofundar. Então, meus cumprimentos a V.Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Com a palavra o SR. PEDRO CORTÊZ, outro Curador.

SR. PEDRO CORTÊZ – Senador Azeredo, foi de uma extrema felicidade sua a colocação dessa questão. Realmente eu acredito que não existe meia virgem. Quando o senhor coloca a questão que eu coloco FGTS ter uma destinação histórica, fundamental em função do próprio trabalhador que é habitação, saneamento básico, e infra-estrutura urbana, eu estou estabelecendo um Fundo, uma destinação e preservo isto. E quando eu preservo isto, eu posso questionar a aplicação em educação porque eu entendo que esta necessidade que é fundamental ligada, vinculada ao trabalhador que é o titular do Fundo, está sendo observada.

Quando isto não ocorre, realmente eu fico preocupado. Eu fico preocupado e me questiono até onde eu posso permitir esta vinculação ou defender esta vinculação quando nós estamos vendo que os recursos do FGTS estão sendo destinados, podem vir a ser destinados a um Fundo de Investimento de Infra-Estrutura não mais urbana, mas de grande infra-estrutura deste País.

O que me preocupa, e o que eu entendo que não pode ocorrer, efetivamente, é que haja essa ruptura da tradição do FGTS a uma destinação fundamental que é a habitação. E é por isso que eu digo: O senhor tem razão, o senhor colocou um ponto chave, a questão de uma forma precisa. Quando se imagina que é um Fundo de Investimento onde não há garantia do resultado do trabalhador, aí o Senador Paim com a maior proficuidade também demonstrou o que aconteceu com o recurso da Previdência, eu me assusto. E esse questionamento existe, é evidente dentro do Conselho Curador.

Houve uma aprovação de uma proposta trazida pelo Ministro do Trabalho em relação a esse Fundo. Não por unanimidade, houve dois votos dentro que se negaram essa aprovação. *(soa a campainha)* Se negaram não pela idéia, mas pelo conteúdo disso. Realmente, como eu posso aprovar uma proposta se eu não sei todos os questionamentos? Como é que eu posso aprovar uma proposta de um Fundo de Investimento do trabalhador que ele opta, mas que não há garantia de resultado. Onde está a responsabilidade do Estado no momento que tem a gestão pública de um Fundo particular e permite que isso seja deslocado para um Fundo de Investimento de aplicações de grandes obras? Quando aquela questão básica, fundamental, moradia, saneamento básico e estrutura urbana não foi observada. São questionamentos que eu me faço e que eu continuo fazendo enquanto eu não ver o Projeto. Isso é noticiado no jornal, acho que isso vai ser uma questão que vai ser discutida com muita intensidade nessa Casa, faço votos que isso ocorra. Porque realmente é um pecúlio o trabalhador que está sendo levado para alguma coisa que talvez existam recursos no Estado para atender e que foram mal direcionados ou que estão preservados dentro do Tesouro e armazenados. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Com a palavra o Sr. Joaquim, da CAIXA ECONÔMICA.

SR. JOAQUIM LIMA DE OLIVEIRA – Bom, para responder de maneira bem objetiva ao Senador, tem um artigo na Lei 8.086 que quis que essas contas, após cinco anos, elas devem ser incorporada ao patrimônio do FGTS. Como é um direito individual do cidadão, do trabalhador e ele pela própria lei inalienável, impenhorável, intransferível, por uma regra de prudência do Fundo, isso tem sido mantido nas contas dos trabalhadores, e como se tratam de contas de muito tempo, e que até quando o trabalhador era demitido muitas vezes o depósito daquele mês cairia três meses depois na conta dele. Ele já tinha feito a rescisão, já tinha ido embora, nem sabia que aquele valor remanescente iria ser depositado posteriormente.

Então, são valores muito pequenos, é uma quantidade quase 100 milhões de contas, muitas dessas contas foram do conhecimento dos trabalhadores por oportunidade dos Planos Econômicos do FGTS, onde nós tivemos que mandar extrato para o trabalhador dizendo que ele tinha direito a um plano econômico, porque lá tinha essa continha de reais ou mesmo de centavos, mas que gerou um direito e por força da Lei Complementar 110, nós tivemos que mandar para ele um extrato decorrente da correção monetária daquele pequeno saldo com ele tinha.

Então, nesta oportunidade, milhões de trabalhadores tomaram conhecimento, já que esse universo das contas tratou de 38 milhões e 800 mil trabalhadores. Muitos passaram a receber o extrato e “puxa, eu nem lembrava que eu tinha isso. Eu não sabia”.

Então, esse universo foi muito sacado dessas contas, foram. Mas é verdade que ainda remanesce uma quantidade muito grande. Qual é a dificuldade de fazer uma operação dirigida, focada para o trabalhador? É a questão do endereço. Esse trabalhador tem a mobilidade enorme, o trabalhador de baixa renda, a gente não consegue localizar.

Então, na época da própria criação quando foi restabelecido o Conselho Curador, em 93, houve um movimento nesse sentido. Naquela oportunidade muitos sacaram, mas houve muita confusão, porque quando você anuncia: Procurem a CAIXA. Aí vem todo mundo (*soa a campanha*) Acha que tem e na dúvida vai procurar.

Então, nós temos buscado alternativas. Hoje o trabalhador tem o cartão do cidadão, ele recebe o extrato de diversas formas, agora no início do próximo ano ele receberá até por telefone. Ele recebe pela internet, em qualquer caixa eletrônico que ele passe e quando ele passa o cartão do trabalhador ou qualquer um cartão que ele tenha, seja do Bolsa Família, ele recebe todos os extratos de contas que ele tenha.

Então, eu acho que é oportuno a lembrança do Senador e a gente com certeza pode estudar alternativas para fazer contemplar, porque isso é um direito do cidadão, e seja qual for o valor ele tem como receber.

Eu só gostaria de fazer um esclarecimento aqui sobre o FI, que dentre as atividades da infra-estrutura, preponderantemente nós temos o saneamento. É uma tentativa da gente sair do gargalo do setor público com esse Fundo. Só para poder esclarecer. Porque uma das áreas da infra-estrutura que está fortemente identificada, com projetos dentro do FI, são as obras de saneamento básico. Por quê? Porque via setor público o dinheiro do FGTS é disponibilizado e não consegue ter eficácia na aplicação. Por causa do endividamento do setor público, por causa das restrições, por causa da normatização que existe, capacidade de pagamento de Estado e Municípios, e a necessidade existe de um lado e o dinheiro existe de outro. Mas os mecanismos não têm possibilitado a eficiência e a eficácia desses recursos.

Então, com essa modelagem muitos projetos do setor público poderão ser viabilizados via modelo privado, com o foco no saneamento que é um dos objetivos básicos do próprio FGTS.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Muito obrigado. Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Não é nem réplica, é só uma contribuição, então, ao Dr. Joaquim. Como eu tenho um Projeto chamado Projeto 126, que eu aponto caminhos para que os trabalhadores possam efetivamente retirar esse dinheiro, eu encaminho a V.Exª para estudo e a gente ver... Nem que ele se transforme num Projeto Autorizativo, para que a gente possa dar a contribuição e que eles possam retirar o dinheiro no momento que entenderem mais adequado. Que vai na linha da divulgação. Eu me sinto contemplado com a resposta de todos, e percebo que há uma divergência do Conselho Curador, mas fiquei feliz de saber que havia Projeto, e nós vamos debater o tema aqui com a maior tranquilidade. Meus parabéns a todos pelas respostas.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Nós temos ainda quatro Senador inscritos. Eu gostaria de agrupar. Que todos fizessem as perguntas e depois respondessem. Porque senão daqui a pouco o tempo fica... Já são 12h33. Faria o Senador Romeu Tuma, a Senadora Ideli, o Senador Flexa, o Senador Valadares e eles responderiam a todos em conjunto. Para a gente poder ganhar tempo. Concordam, Senadores?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Pela ordem. Como, Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – O bloco.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Eu estou de acordo.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Presidente, eu vou ser rápido porque o adiantado da hora, e inclusive os dois Senadores que nos antecederam têm profundo conhecimento de assunto. Já obtiveram as respostas que era a nossa ansiedade, então não há muito o que perguntar. Até porque eu também tenho um compromisso e verei as respostas pelas notas taquigráficas. Mas há aqui uma grande preocupação minha que o que é baixa no nosso aqui, a CAIXA ECONÔMICA deve saber, que talvez solucionasse alguma coisa, nos Estados Unidos têm uma força muito grande, é a poupança, porque ela é muito baixa. Não sei se eu estou certo, Dr. Joaquim, ela poderia substituir todos esses Fundos nos investimentos que tivesse interesse público pela remuneração que elas poderiam obter.

Então, a poupança brasileira é muito baixa. E não há um estímulo para que ela cresça. A gente sente pelo noticiário. Não tenho os dados técnicos para poder fazer uma análise mais profunda. Talvez o Ministério das Cidades pudesse ter na poupança uma mobilidade maior para os projetos que têm.

Eu ainda esta semana falei da minha grande preocupação com o uso do Fundo de Garantia para substituir qualquer falta de dinheiro no orçamento. Todo mundo já pensa em fazer um Projeto, já pensa num Fundo de Garantia.

Então, o Conselho Curador tem que ter uma responsabilidade enorme até criminal, se for necessária, para que possa fiscalizar isso. E eu vi pouca divergência aqui em razão do saneamento básico. Por quê? Porque não deve ter retorno. Quando se fez aqui, o Governo insistiu na aprovação das PPPs, Senador Presidente. E V.Ex^a, Senador Botelho, sabe é que como foi a luta e a grande dificuldade para se conseguir essa participação público-privada, principalmente no investimento do saneamento e infra-estrutura. Por quê? Porque quem tem dinheiro quer saber como é que vai ter o retorno rápido.

Então, se precisar fazer uma estrada, e tem... Pode cobrar o pedágio, tudo bem. Então amanhã está lá. São Paulo fez a segunda pista das Imigrantes sem um tostão do Estado. Por quê? Porque os empreiteiros financiaram, porque o retorno viria pela cobrança de pedágio. E saneamento básico e infra-estrutura, saneamento básico fica por baixo da terra. Nem voto tem.

Então, hoje é uma ansiedade muito grande o saneamento básico porque ele reflete diretamente na saúde. A saúde pública ela tem sofrido muito porque a gente verifica a falta de saneamento básico em vários Estados brasileiros, até no meu. Que dizem que é o mais rico, mas a pobreza é grande lá também em São Paulo. Quem anda pela periferia sabe o que ocorre. Mas eu não sei, aqui fala em 20 bilhões de reais, que é o capital do fundo, o patrimônio líquido. E o Conselho vai designar 5 bilhões para a infra-estrutura.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Não, eu sei. Mas é uma destinação ansiosamente esperada pelo Fundo, pelo que eu vi perderam por dois votos. E um é o seu. *(risos)* Mas o problema é... É importante essa infra-estrutura. O País... Eu vejo a guerra fiscal... Desculpa estar fugindo um pouquinho do tema, mas a guerra fiscal ela se define pelas ofertas que os Governos fazem em benefício das indústrias que mudam. Mas São Paulo perdeu muito nisto. E hoje várias indústrias têm voltado a São Paulo porque a infra-estrutura não corresponde à expectativa pelos benefícios que o Estado ofereceu. *(soa a campainha)* porque São Paulo tem uma infra-estrutura mais consolidada ao longo dos anos pelos investimentos que recebeu.

Então, é uma coisa importante a ansiedade para que essa infra-estrutura possa ocorrer, e para poder realmente versificar geograficamente os investimentos

industriais pelo País afora para que o emprego cresça. O emprego pode crescer quando tiver uma infraestrutura que ofereça ao empresário que ele pode investir que vai ter o retorno garantido. Eu tenho uma preocupação que foge um pouco a todos os membros que estão aqui. É mais questão de polícia. Que ainda infelizmente ou felizmente não saiu do meu sangue. 50 anos. Eu tive um procedimento grave em São Paulo que eu constituí uma Comissão Especial quando chefe de polícia, porque aqui se discute, pelo menos foi a chamada da venda de lotes urbanizados. São os lotes clandestinos, loteamentos clandestinos sem infra-estrutura, sem saneamento básico, e sem ser o proprietário que vende. Se apropria da terra, vende, e o coitado do trabalhador paga aquela prestaçõzinha com o sacrifício às vezes até da sua alimentação, que é dar mais importância ao teto e à educação do filho, do que propriamente a alimentação. Quando vê vem uma desapropriação jogando para fora tudo aquilo que ele tentou construir ao longo do tempo.

Então, não sei se o Ministério das Cidades poderia um dia criar uma Comissão Especial para o levantamento de todos os loteamentos clandestinos para a gente botar na cadeia esses canalhas que são estelionatários que se profissionalizaram nisso.

Eu queria cumprimentar todos que aqui se encontram, e a principalmente a Comissão que requereu a presença, que eu estou aprendendo muito sobre o Fundo de Garantia com as exposições que foram feitas. Porque é meio... Não sei se é falta de transparência ou falta de comunicação. O que o Fundo representa nessa movimentação financeira. Porque o dinheiro é do trabalhador. Toda hora tem um Projeto aqui que estão tirando dinheiro do Fundo de Garantia. Qual é o retorno garantido que o trabalhador vai ter? Porque quando se aprovou o Fundo de Garantia, foi para substituir a indenização que o empregador era obrigado a trabalhar pela demissão.

Então, se criou o Fundo que pelo menos na nossa visão, tem uma importância maior. Porque ele vai crescer. É um bolo que cresce. E se ele deixar de crescer, ele perde a razão direta da sua criação, conforme... Paim que tem muito mais experiência do que eu, muito mais janela, foi líder sindical, e é um profundo estudioso daquilo que o Estado precisa oferecer ao trabalhador como garantia da sua sobrevivência na aposentadoria. Peço desculpas e agradeço, e cumprimento aos senhores expositores.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Muito obrigado, Senador.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Só esclarecer aqui ao Senador Tuma, Senador, o Projeto que está em discussão aqui do lote urbano,

ele é do Deputado Geraldo Magela, na origem dele, e é a utilização para aquisição de lote popular de uso residencial com até 250 metros quadrados em parcelamento urbano aprovado pelo Poder Público.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – (pronunciamento fora do microfone)

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Com os outros. Com os clandestinos.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Com a palavra a Senadora Ideli Salvatti. A seguir o Senador Flexa Ribeiro, depois o Valadares.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – O Senador Romeu Tuma nunca esquece a profissão. Já é logo botar na cadeia. *(risos)* Faz muito bem. Tem que botar um monte na cadeia. Vai continuar faltando cadeia, mas...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – (pronunciamento fora do microfone)

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Não tem jeito. Com certeza.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Senão o Governo nunca vai conseguir realizar o sonho do trabalhador que é ter a sua casinha.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Gostaria de falar aos Srs. Senadores que a TV Senado está transmitindo diretamente agora essa Sessão. Ao vivo.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Agradeço, Presidente. Mas eu queria, primeiro, agradecer, parabenizar as exposições realizadas. Acho que esclarece sobremaneira quando nós pedimos, inclusive, a realização da audiência, era exatamente com esse objetivo. Porque a quantidade... Teve uma controvérsia de que nós deveríamos realizar a Audiência Pública, e eu utilizei a pilha dos projetos, que era bastante elevada, uma pilha desta altura, de projetos que estavam tramitando todos eles querendo dar mais... Pegar mais uma fatiazinha, ter algum jeito de transferir recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

Portanto, trazer o assunto com a dimensão, qual é o significado, o que é que representa a gente continuar destinando recursos do FGTS para tantas... Uma diversidade maior de objetos, de finalidades. O que é que isso representa em termos de mudar a finalidade do Fundo, tirar o seu objetivo central, que exatamente trazer... É uma poupança que tem que ser transformada em benefício para o trabalhador, e principalmente para o trabalhador de menor renda. E na própria criação do Fundo de Garantia, ficou bastante claro que a maneira mais, digamos, concreta de realizar isso é a questão da habitação. A habitação para os que menos ganha, a questão do saneamento, e a infra-estrutura

que está correlata com esta questão da própria habitação e saneamento. Por isso eu fico muito feliz da gente estar realizando a audiência com os dados tão importantes que foram trazidos aqui. Eu terminei de receber informação da nossa Assessoria, eu não me lembro agora em qual Comissão foi, mas foi rejeitado um Projeto para a utilização do Fundo de Garantia para aquisição de veículo.

Então, veja como... Você vai abrindo as brechinhas, e a coisa vai se ampliando de forma bastante contundente. Mas o que eu queria colocar é o seguinte, eu acho que a gente não deve tratar como cabo de guerra, queda de braço, a questão da habitação e educação.

Então, se nós enveredarmos... Porque, assim, alguns projetos têm para a questão educacional. Eu, como sou da educação, eu gostaria que todos os recursos possíveis e imagináveis viessem para atender a educação. Mas nesta questão, eu não poderia deixar aqui de me reportar a alguns dados que estão colocados, porque é o seguinte, para valer a pena o FGTS vir para a educação, ou seja, diminuir o aporte que ele tem, e os dados aí são bastante elucidativos, o quanto que nós estamos evoluindo para que exatamente foque naquilo que precisa. Porque o déficit habitacional é grande, é imenso, e mais de 90% é na faixa até cinco salários mínimos.

Portanto, todas as medidas adotadas que estão em andamento, através do Ministério das Cidades, através da CAIXA ECONÔMICA de focar, de dar a destinação do recurso prioritário mesmo, quase que absoluto para esta faixa de renda, é de fundamental importância. Agora, veja bem, a informação que eu tenho, que está aqui na documentação que a Assessoria passou, é de que 75% das contas do FGTS, *(soa a campainha)* 75% tem um saldo médio de 149 reais. 150 reais. Portanto, três quartos das contas do Fundo de Garantia têm saldo médio de 150 reais. E ainda tem que... Mais da metade das contas, são sacadas em até 12 meses. Portanto, nem ficam muito tempo. Mas três quartos têm saldo médio de 150 reais.

Então, se nós aprovássemos o Projeto aqui para poder abater das mensalidades atrasadas o dinheiro da conta, quanto é que significaria 150 reais? Meia mensalidade? Um terço de uma mensalidade? Um quarto de uma mensalidade? Não vai resolver o problema. Vai diminuir o recurso do Fundo, e não vai resolver o problema. Porque primeiro que a maior parte desta população aí está no PROUNI. Se está em faculdade, está no PROUNI.

Então, não é nem o objeto, digamos assim, que deveria nos mover aqui. E depois não vai resolver. Vamos supor que ele tenha lá as mensalidades atra-

sadas. Ele vai, se houver um movimento grande de saque para resolver esse problema, vai diminuir o recurso, não resolver o problema, porque vai pagar meia mensalidade, é um terço de uma mensalidade, e ele vai continuar lá com o problema da sua inadimplência na instituição privada de ensino, e ainda vai ocasionar um prejuízo grande para o Fundo em termos de diminuição de recursos.

Por isso que eu tenho a convicção de que nós devemos manter o Fundo de Garantia como foco que ele tem, que é a questão habitacional, que é a questão do saneamento, que temos que estudar e vai vir para cá, o Projeto do Fundo de Investimento de Infra-Estrutura vai vir para cá. Nós vamos ter ampla oportunidade de debater se é conveniente ou não. Inclusive eu já quero aqui fazer o convite. Na quinta-feira que vem, na Comissão de Assuntos Econômicos, nós aprovamos a realização de uma Audiência Pública aonde a União Nacional da Construção Civil vai estar apresentando um estudo que a Fundação Getúlio Vargas preparou para eles dos impactos que os investimentos em habitação, saneamento, malha rododferroviária, todo o investimento de infra-estrutura repercute em termos de emprego, aumento do PIB, e melhora no Índice de Desenvolvimento Humano, do IDH.

Então, eu já convido os Parlamentares todos que estão aqui para a gente poder acompanhar estes estudos que aí o setor da construção civil está fazendo. Eles inclusive vão apresentar ao Presidente Lula no dia 13, às 16h30.

Então, eu não teria muito mais perguntas para fazer, eu queria apenas realçar esses dados e se fosse possível, tanto ao Dr. Joaquim quanto ao Dr. Paulo Eduardo, se pudessem detalhar um pouco mais o que significa mesmo no perfil das contas do FGTS, essa pulverização que não resolve o problema da inadimplência educacional, mas pode ocasionar uma diminuição considerável nos recursos aí que o Fundo hoje tem priorizado para habitação popular.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Muito obrigado, Senadora Ideli. Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro para os questionamentos.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente Senador Augusto Botelho, Sr^a. Senadora, Srs. Senadores, senhores convidados. Meus questionamentos já foram em grande parte elucidados pelas exposições, pelos questionamentos dos Senadores Eduardo Azeredo e Paulo Paim. Mas eu queria fazer algumas reflexões a respeito do assunto que é objeto dessa audiência com relação ao uso do FGTS, das contas do FGTS, que é um patrimônio dos trabalhadores.

O Senador Eduardo Azeredo coloca com muita propriedade, e é uma preocupação nossa, e hoje eu fico feliz, Senador Augusto Botelho, porque ontem eu tive uma discordância com o Senador Paulo Paim na própria Comissão de Assuntos Sociais, e hoje eu concordo com ele plenamente com a preocupação do uso dos recursos do FGTS para esse Fundo de Investimento, e para a surpresa minha, a Líder do PT, a nobre Senadora Ideli Salvatti comunga do mesmo pensamento, que ela acha pelo que ela disse, que os recursos devem ser mantidos no objetivo primeiro da criação do FGTS, que é nos investimentos em educação, em habitação, ou melhor, educação não, habitação, saneamento e infra-estrutura. E que ela quer discutir... Ela já saiu. Porque senão ela tinha respondido dali. Eu estava esperando a resposta da concordância de pensamento. Eu até estranhei. Por isso que eu fui procurá-la. E ela se coloca também apreensiva e quer discutir a questão do uso dos recursos dos trabalhadores no Fundo de Infra-Estrutura. Acho louvável que o Governo Lula esteja desde agora de forma muito atrasada preocupado em buscar recursos para investimento em infra-estrutura necessário para o que ele comumente chama de destravar o Brasil. Mas não sei se o caminho é esse. Ou o melhor caminho. Até porque para que haja investimento em infra-estrutura, a própria matéria aqui que diz com relação à minuta da Medida Provisória, e lamentavelmente por Medida Provisória mais uma vez, ele diz que a criação do novo Fundo é só a primeira largada. Diz a fonte da área econômica. Depois o Governo espera atrair os investidores privados. Por que é que não começa com os investidores privados, já que existe volume de recursos em excesso para aplicação? O que não há no sentido de atração desses investidores privados são as normas legais, que impedem que se faça...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – (pronunciamento fora do microfone)

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Pois é, querida. Fique aqui comigo.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – A Senadora agora está bem suave e *soft*. Ela falou agora.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Eu fiquei muito feliz, ela de um tempo para cá está *light*, como ela fica maravilhosamente bem.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Provoça para ver. (*risos*)

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Não, eu não estou provocando, não. Eu estou só elogiando.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Obrigada.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Eu quero que V.Ex^a permaneça sempre assim. Feliz com a vida, com a política, com os companheiros e companheiras. E nós todos vamos trabalhar para o Brasil. Eu estou...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Deixa o Brasil andar.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Exatamente. Deixa o Brasil andar, mas vamos resolver o problema do apagão aéreo, porque senão ele não voa. Ele não voa e não anda também, porque as estradas estão esburacadas, aí começa a complicar as coisas.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Mas deixa o homem trabalhar.

(risos)

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Então, como eu dizia, existem recursos da iniciativa privada em excesso para aplicar nisso. Apenas precisa ter regras claras para que isso possa realmente ser feito.

Então, colocar... Aí eu vou usar uma expressão talvez até inadequada para o Senado Federal, mas vou, entre aspas, como “boi de piranha”, os recursos dos trabalhadores nesse Fundo no sentido de vamos ver como é que o Fundo se comporta para que em função do resultado desse Fundo nós então possamos captar os recursos da iniciativa privada. E mais preocupação ainda, com relação que esse valor que é de 5 bilhões pode chegar a 80% do patrimônio líquido do FGTS. Aí já é demais. Aí já é um absurdo, porque com isso vai inviabilizar todos os programas para os quais o FGTS foi criado.

Então, nós vamos ter 80% do patrimônio do FGTS aplicado na infra-estrutura, que é importante. Não tem dúvida nenhuma. Mas vamos buscar outros recursos, Senadora Ideli, para que isso seja feito, e rapidamente.

Então, eu estou de pronto, da forma como está, salvo melhor juízo, contrário à utilização dos recursos dos trabalhadores nesse Fundo de Investimento. Mesmo porque diz assim: O novo Fundo não terá cobertura de risco de crédito. Ou seja, a partir daí o trabalhador não tem garantido a rentabilidade que a sua aplicação... E que é uma reserva que ele tem para uma necessidade, (soa a campanha) seja por desemprego, ou seja, por saúde naquela norma já estabelecidas.

Outro ponto que eu gostaria de fazer referência, seria... Pelo que eu pude depreender do brilhante Relatório do Senador Eduardo Azeredo, ele é favorável à utilização dos recursos para aquisição de lotes urbanizados, evidentemente dentro da legalidade.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Senador, esse Projeto é de um Deputado do PT. Não tem nada a ver com o PSDB.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Sim, mas o Relatório é seu.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Pois é, mas eu estou só enfatizando que eu estou aprovando um Projeto de um Deputado do PT.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Sim.

Então, é uma aliança do PT com o PSDB no sentido de fazer com que os trabalhadores possam usar parte do seu FGTS na aquisição de lotes urbanizados, o que eu acho louvável. Até porque ele tendo lote urbanizado e tendo à frente uma fonte de financiamento pela CAIXA ECONÔMICA para comprar material de construção, ele pode aos poucos ir construindo a sua habitação, que é o sonho de toda família, de todo chefe de família brasileiro.

Então, eu acho que é uma iniciativa que deve ser estudada, quero parabenizá-lo pelo voto favorável e voto rejeitando todos os demais projetos que estavam apensados. E por último... Os que estão aqui relacionados.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Eu estou aceitando também o pagamento de liquidação do crédito educativo e a questão do micro empresário.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – E por último, eu gostaria de... Se não tiver a resposta agora, mas que o Conselho Curador ou a CAIXA ECONÔMICA pudesse encaminhar à Comissão, eu gostaria de ter um retrato da aplicação do FGTS por região do Brasil, e por Estado. Porque lamentavelmente aonde há mais necessidade de aplicação de infra-estrutura, eu acho que há necessidade no Brasil todo, mas nas regiões periféricas, como a Região Amazônica, minha, do Presidente Senador Augusto Botelho, no nordeste, então eu gostaria de saber como é que estão sendo distribuídos esses recursos pelo Governo Federal. Se também através da aplicação do FGTS nós estamos aumentando o GAP entre as desigualdades regionais brasileiras, ou se o FGTS é um instrumento de diminuição dessas desigualdades, como deve ser. Como estabelece a Constituição Federal.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– A maior parte é em São Paulo. Não tenho dúvida nenhuma.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Eu também não tenho, mas eu quero ter isso como um documento encaminhado pelo Conselho Curador e pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. E, ao final, eu quero parabenizar a todos, e principalmente ao Presidente da CAS e da Comissão de Educação, que eu acho que é importante a gente aprofundar o debate a respeito da aplicação do FGTS. Porque ele é um Fundo importantíssimo, é um Fundo que já passou por

crises enormes, por mau uso dos seus recursos, e nós não podemos deixar os trabalhadores brasileiros correrem mais um risco como já correram no passado. No passado. E todos nós lembramos que houve super aplicação dos recursos do FGTS e muito pior do que super aplicação, má aplicação desses recursos, que não trouxeram o retorno que é o patrimônio de milhões de trabalhadores brasileiros que têm esperança no FGTS. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Muito obrigado, Senador Flexa. Antes de passar a palavra para o Senador Antônio Carlos Valadares, eu gostaria de solicitar à Comissão que tomasse as providências para que as informações que V.Ex^a sugeriu fossem solicitadas à CAIXA ECONÔMICA.

Com a palavra o Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, que chegou aqui e sentou ali e começou a ficar quietinho, era para ele estar assumindo aqui a reunião. Mas ele começou a olhar uns documentos, eu deixei ele ficar e ele ficou bastante tempo. Com a palavra, Senador.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Presidente, é uma satisfação poder participar do debate nesta reunião conjunta das duas Comissões, Educação e Comissão de Assuntos Sociais, e V.Ex^a está presidindo com muito brilho e eficiência esta Sessão, que eu considero histórica. Porque reúne segmentos mais diversos interessados na boa administração do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, que é um patrimônio do trabalhador como aqui já foi afiançado pelos diversos oradores que me antecederam. Inegavelmente que ao longo desses anos em que se criou o Fundo, muitas alterações já foram feitas, não só de saques, mas também de movimentação desses saques, de distribuição, e alguns equívocos foram cometidos em passado recente, por exemplo, os grandes investimentos na área de habitação se voltavam para o atendimento dos interesses das grandes incorporadoras, das grandes empresas que construíam prédios, e até de luxo com o financiamento da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, retirando assim esse recurso imprescindível ao desenvolvimento do País, mas que é um recurso pertencente ao trabalhador que no seu dia-a-dia oferece o seu sacrifício, o seu trabalho e o seu esforço em benefício da Nação, mas levando em consideração que ele é prioritário na destinação desses recursos.

Tanto isso é verdade que a partir da origem de sua formação, o Fundo tinha duas preocupações fundamentais: A construção de habitações para o trabalhador, e também a possibilidade de transformá-lo num empresário. Ou seja, que ele pudesse montar o seu

próprio empreendimento com aquela poupança que foi criada fruto do seu esforço, do seu trabalho.

Entretanto, ao longo do tempo a habitação foi realmente o grande instrumento da aplicação desse Fundo, houve grandes benefícios para a redução do déficit, mas o déficit ainda é muito grande na habitação no nosso País, são mais de... São sete milhões, mais ou menos, de habitações que nós precisamos para corrigir esse déficit. Mas agora eu vejo que há um direcionamento mais social, mais voltado para os interesses do trabalhador de quando o Governo está iniciando projetos, ou reiniciando projetos voltados para habitação de populações e que ganham poucos salários.

Então, eu acho que no momento isso aí não apenas se faz Justiça social, com a distribuição de casas para quem realmente precisa, como também está se gerando emprego em todo o País. Mas como eu falei, há um Projeto que foi adicionado em termos de Emenda ao Relatório do nobre Senador Eduardo Azeredo, que foi apresentado no ano de 1999. Eu tive essa iniciativa. A preocupação em dirigir, em aplicar uma parte desses recursos na montagem, na instituição de microempresas. *(soa a campainha)* O Senador Eduardo Azeredo, ele cooptou essa idéia, incluindo no seu Relatório, no seu Parecer, e no corpo do Projeto, dizendo que o Fundo de Garantia poderia ser aplicado na constituição de microempresa para o trabalhador que estivesse desempregado e tivesse dinheiro na sua conta vinculada do Fundo de Garantia.

Eu sei que há uma resistência dos gestores do Fundo em criar mais retiradas dessa instituição, de vez que já existem diversos setores que se beneficiam com esses saques. Entretanto, eu acho que a gente se preocupando com o trabalhador que pode transformar a sua capacidade, o seu potencial latente em empresário, nós estaremos contribuindo de duas maneiras para prestigiar o trabalhador e a própria economia do País.

Primeiro, aproveitar a sua capacidade empresarial que muitas vezes ela é colocada de lado e não é levada em consideração, porque simplesmente ele está com aquele dinheiro depositado no Fundo de Garantia, e não pode retirar para a instalação de uma microempresa que ele gostaria de se utilizar desse Fundo.

Em segundo lugar, se essa empresa foi instalada, ele vai dar mais empregos, conseqüentemente o Fundo vai ter uma arrecadação maior, vai haver uma geração maior de emprego para o País.

Então, a minha pergunta se volta para essa idéia que foi, como eu disse, aceita pelo nobre Relator Eduardo Azeredo. Se o trabalhador pegar uma parte do seu Fundo de Garantia ao invés de tomar empréstimo

com juros, que os senhores já sabem escorçante nos Bancos, tomar uma parte desse Fundo de Garantia para montar uma microempresa, isso não é um instrumento de desenvolvimento econômico e social para o País, nós não vamos gerar mais emprego, nós não vamos aumentar a arrecadação do Fundo de Garantia, de forma direta? Porque haverá contratação de mais empregados, conseqüentemente se aqueles empregados vão pagar, vão ter direito ao Fundo de Garantia, vão contribuir para o Fundo de Garantia, vai haver um aumento do volume da arrecadação desse Fundo.

Então, a minha pergunta é essa. Essa montagem da microempresa se utilizando do Fundo vai prejudicar em que o Fundo de Garantia? Se vai, ao contrário, não vai ajudar ao Fundo de Garantia. Ou seja, ao próprio trabalhador e a economia do nosso País. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTE-LHO (PDT-RR) – Senador Valadares, muito obrigado. Agora eu vou passar a palavra para os expositores para responderem as perguntas que lhes foram pertinentes e fazer as considerações finais também. Que é para a gente encerrar que já são 13h07. Com a palavra o Dr. Joaquim, da CAIXA ECONÔMICA.

SR. JOAQUIM LIMA DE OLIVEIRA – Vou começar aqui pela consideração do Senador Valadares, muito pertinente. Eu só gostaria de esclarecer que os detentores de conta vinculada são trabalhadores regidos pela CLT. Então ele tem um vínculo empregatício. Quais seriam os eventos que possibilitaria esse trabalhador se tornar um empreendedor? Seria quando ele pede demissão de empresa, quando ele é demitido, ele não tem aquele vínculo, ele vai tocar o seu próprio empreendimento. Neste caso, ele já saca o FGTS e é a maior incidência de saques. É 67,55% das pessoas já sacam o Fundo de Garantia e muitos deles o fazem com esse propósito. Além disso, uma outra possibilidade que poderia se pensar é na aposentaria. Ele aposentou, quer ainda realizar o seu sonho. Ele também saca o Fundo de Garantia e hoje nós temos um índice de saque por aposentaria de 8,26.

Então, nesse sentido nós já teríamos em torno de 76% dos saques do FGTS já possibilitam este ato. A criação de algum outro evento nessa modalidade passaria pela possibilidade de ele continuar no seu vínculo empregatício e lateralmente ter uma iniciativa que também é digna, é justa, mas só para dar o esclarecimento de que essas oportunidades já se fazem presentes. Com relação à solicitação da Senadora Ideli, sobre a questão da estratificação das contas do FGTS, o que acontece é que um segmento, um setor da economia altamente empregador é o setor da

construção civil. Onde os salários são muito pequenos. São salários baixos.

Então, além de ser um recolhimento pequeno, mensalmente ao trabalhador para que ele possa formar essa poupança, também tem uma rotatividade muito menor, em torno no máximo pela média dos diversos segmentos chega a nove meses de vínculo. Geralmente é a construção de um empreendimento, é uma participação numa obra, em seguida ele é demitido, ele entra na outra empresa, e em todas essas oportunidades ele saca o dinheiro da conta. Por isso nós temos um depósito nas contas vinculadas, uma quantidade grande de contas vinculadas com depósitos muito pequenos. Ela citou, e procede. Mais de 78% das contas têm valores ínfimos, à média, obviamente tem umas maiores e outras menores, mas a média nos chega a cem reais. Em compensação, a estratificação mostra a forte concentração de renda que o País reflete. Porque em apenas 3,4% da quantidade de trabalhadores que têm conta no Fundo de Garantia, nós temos mais de 32% dos recursos nessas contas. E geralmente, quando a gente pensa num saque, por exemplo, nós fizemos um estudo daqueles que aplicaram o dinheiro da conta vinculada no FMP da VARIG e da PETROBRÁS. Quais foram os perfis desses trabalhadores? Na verdade, todos eles tinham estabilidade, todos eles tinham altos salários, tinham acesso à informação, muito conhecimento de mercado, e tinha saldo favorável a investir.

Então, na verdade, eles acabaram sendo privilegiados porque a grande maioria no dia que é demitida, ela prefere lançar mão do recurso para subsidiar a sobrevivência até o próximo emprego.

Então, isso é onde esta a base dessa quantidade de contas e desses valores muito pequenos que nós temos no FGTS. E esses trabalhadores que têm altos salários e que, às vezes, está no mesmo vínculo empregatício, ele usa para a moradia. Mas como ele tem uma estabilidade de emprego, é ele quem contribui para que o Fundo seja Fundo. Porque não se pode pensar numa concepção de Fundo, como disse o Paulo Eduardo, sem que ele não acumule riqueza para fazer um enfrentamento de algo coletivo. Porque o FGTS, enquanto ele é um patrimônio individual do cidadão que o socorre, já foi dito aqui pelos Srs. Senadores, por V.Ex^{as}., na verdade ele é um patrimônio individual que só ocorre nas horas mais definitivas, perdi o meu emprego, *(soa a campainha)* me aposentei, estou com uma doença grave na família... Então ele socorre. Mas ele, ao mesmo tempo, ele é um pecúlio da sociedade. Quando ele investe em saneamento, ele atende todo mundo daquela localidade. Quando faz o saneamento básico, ele alcança a comunidade. Quando ele faz a habitação, ele não só dá a habitação para quem tem o

recolhimento do FGTS. O INFONAVIT que é um Fundo análogo ao FGTS, inspirado no FGTS do México, ele só concede o benefício do financiamento para quem é contribuinte do próprio Fundo. O FGTS ele é universal, ele é singular em termos de modelagem.

Então, ele faz esse enfrentamento. Foi dito de maneira muito apropriada pelo Senador Flexa, a questão que o Fundo já passou por muitas crises. E é verdade. 91 e 92 o Fundo quebrou literalmente. Foi preciso fazer toda uma reengenharia financeira nesse Fundo, de gestão, para que ele apresentasse os resultados de hoje. O PL desse Fundo é resultado de gestão. É o acúmulo dos resultados positivos que esse Fundo vem tendo. Pela governança, pela atuação muito firme do Conselho Curador, e isso tem propiciado com que esse Fundo se mostre saudável e que ele passe por toda a conformidade requerida. É o Fundo, acho que de todos os estudos que nós temos no País, o mais fiscalizado, e suas contas até o ano 2005 já estão quitadas.

Então, é isso que dá uma segurança para a gente continuar com esse Fundo perene para fazer os enfrentamentos da habitação e do saneamento. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Muito obrigado. Com a palavra agora o representante da Confederação Nacional do Comércio, Conselho Curador para suas considerações finais e responder alguns questionamentos que acha conveniente responder.

SR. PEDRO CORTÊZ – As colocações feitas pelos Srs. Senadores realmente foram muito interessantes e muito adequadas com as dúvidas, os questionamentos que os membros do Conselho Curador se fazem a cada reunião semanal através do grupo técnico do GAP e a cada reunião bimensal que é realizada. E isso nos dá tranquilidade de continuar atuando dentro dessa linha de prudência, de cuidado, e de... E talvez até com uma certa maior ousadia no momento que nós sabemos da preocupação dos Srs. Senadores com os projetos, e também com maior ousadia porque nós saberemos também transmitir aquilo que nós estamos fazendo dentro do Conselho Curador o que representa o Conselho Curador, quais são os programas, e trazer efetivamente esses estudos que nos foram solicitados, e que talvez vá surpreender a todos. Porque a preocupação do Conselho Curador com a garantia do retorno dos valores alocados e dos empréstimos efetuados, é muito maior. E às vezes encontra aquela população mais carente que situa nas grandes metrópoles, e aqui eu falo São Paulo, falo Rio de Janeiro, falo Belo Horizonte, Porto Alegre, essa população não tem condições de ser atendida pelas restrições de crédito impostas pelo Conselho Curador e pelos programas.

Não obstante, a Resolução que permeia essas aplicações tenha tido algumas... Alguns posicionamentos muito interessantes para evitar também esse desvirtuamento. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Muito obrigado, SR. PEDRO CORTÊZ. Agora com a palavra Paulo Furtado, Secretário Executivo do Conselho Curador do FGTS, Ministério do Trabalho e Emprego.

SR. PAULO EDUARDO CABRAL FURTADO – Muito obrigado, Presidente. É um prazer ter participado dessa Audiência Pública, e poder esclarecer e debater o Fundo de Garantia.

Nessas considerações finais, eu gostaria só de colocar um ponto na fala do meu conterrâneo, Senador Flexa Ribeiro. Senador, eu senti que há uma preocupação de que o Fundo de Investimento inviabilize recursos para habitação e saneamento. Isso é impossível de acontecer. Eu lhe explico. O Fundo de Garantia tem 181 bilhões de reais de patrimônio. Vou repetir, 181 bilhões de patrimônio. Desses 181 bilhões de patrimônio, o Projeto que veio à apreciação dos senhores retira 5 bilhões. 5 bilhões para investimento em infra-estrutura. Em tese, 181 menos 5, vai dar 176 bilhões de reais podem continuar sendo aplicados em habitação e saneamento. Essa é uma conta grosseira, mas é exatamente isso.

Então, no limite, esse Fundo de investimento pode chegar a 16 milhões. O que também praticamente tornaria inalterada essa relação de recursos para habitação e saneamento. Isso foi condição imposta pelo Ministro Luiz Marinho que preside essa proposta e levar ao Conselho Curador, não há hipótese do Conselho Curador ter aprovado uma medida que traga prejuízo aos investimentos históricos do Fundo de Garantia em habitação e saneamento.

Então, queria lhe tranquilizar em relação a isso. Outro ponto da sua colocação é a distribuição espacial do recurso do Fundo de Garantia. Porque São Paulo, porque... A distribuição que se faz do recurso do Fundo de Garantia pelo Conselho Curador anualmente leva em consideração o déficit habitacional. Esse é o critério de distribuição nas unidades da federação do recurso do Fundo de Garantia. Déficit habitacional.

Então, São Paulo tem o maior déficit habitacional, é para lá que vai a maioria parte do recurso porque realmente é lá que está o déficit habitacional maior. Então, essa distribuição é absolutamente em linha com o critério de déficit habitacional. Qual é o problema que se tem, Senador? É porque o recurso do FGTS é via crédito. Então alguém vai ter que tomar esse crédito. Alguém vai ter que ter capacidade de ir no Banco, ou na CAIXA ECONÔMICA FEDERAL mais especifica-

mente e ter condições de tomar o empréstimo. E muitas vezes a população particularmente do norte não tem muita capacidade de tomar crédito, principalmente a de baixa renda.

Então, esse é um dificultador. Onde é que está a solução? A solução estaria em as entidades estatais tomarem crédito. O Estado tomar crédito, as companhias de habitação tomar crédito. E aí vem um outro problema, que é o problema do contingenciamento de crédito ao setor público imposto por decisão do Conselho Monetário Nacional, que já foi exposto aqui, que dificulta a tomada de crédito do FGTS por parte do setor público, o que seria em parte a solução dessas questões habitacionais seria via setor público. Nós entendemos que é importante a participação do setor público. O setor público tem dado uma participação extraordinária na contrapartida das ações do FGTS capitaneadas pelo Ministério das Cidades, mas não via crédito.

Então, tem essa questão. Mesmo assim está aí disponibilizado o crédito e esse crédito é disponibilizado do ponto de vista espacial, nós vamos encaminhar para o senhor essas questões. Outro ponto que eu queria colocar aqui, finalmente, é uma colocação feita pela Senadora Ideli, e usando até uma imagem. (*soa a campanha*) O Fundo de Garantia ele é um Robin Hood. Ou seja, todas as políticas possíveis para habitação de baixa renda para subsídio de habitação de baixa renda, é pelas maiores contas. O Diretor Joaquim Lima, da CAIXA, fez mais ou menos um balanço disso. Ou seja, as maiores contas é que sustentam o Fundo. No momento que se sangra, se tira esse recurso sem retorno, retorno à minha primeira intervenção: Corre-se o risco de ter o esvaziamento desse Fundo.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Só me permitir um aparte?

SR. PAULO EDUARDO CABRAL FURTADO – Pois não, Senadora.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Por isso que a minha posição com relação ao repasse do FGTS para a educação é terminantemente contra. Porque no caso da educação, inverte totalmente esta lógica. 3/4 das contas provavelmente não têm mensalidades atrasadas em universidades particulares, e vai beneficiar 1/4 que pode vir a ter. Ou seja, nós vamos inverter a lógica “Robin Hoodiana” do Fundo de Garantia, além de mudar o foco da habitação muda também os beneficiados pela aplicação do recurso do Fundo.

SR. PAULO EDUARDO CABRAL FURTADO – Muito obrigado, Senadora. E para concluir, um dado que eu considero importante, e aí especificamente para o Senador Azeredo. Senador, o FIES, 80% do risco de crédito do FIES é recurso do Tesouro Nacional. O Banco, a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL ou

quem for fazer esse empréstimo via FIES só responde por 20% do risco, 80% do risco é o Tesouro Nacional. Ou seja, ao se admitir esse saque, se estaria tirando recurso do trabalhador no limite para ingressar no Tesouro Nacional. Eu sinceramente acho que é uma lógica invertida.

E por fim, só para concluir aqui o meu raciocínio, acho que eu fico muito preocupado com as sinalizações que se dá a partir de certas decisões. Ou seja, acho que é importante um investimento privado, mas é fundamental um investimento público em educação.

Então, no momento que se abre a possibilidade de uso do Fundo de Garantia para o ensino privado, acho que se inverte um pouco a seta, o indicativo, a tendência de que na verdade é importante nós insistirmos na alocação de mais recurso público para a educação. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Muito obrigado.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Presidente, só na verdade algumas observações. Quando a gente está defendendo a questão do trabalhador, o dinheiro é dele. Quer dizer, não é o dinheiro dele que vai para o Tesouro, é o dinheiro dele. Ele está tirando... Se ele está sacando, ele não está sacando o dinheiro público, ele está sacando o dinheiro dele que ele tenha autonomia de decidir como quer usar.

Então, se ele prefere usar esse dinheiro para quitar uma dívida que ele tem com o crédito educativo, não interessa se o risco do crédito educativo é do Tesouro ou se é da CAIXA. Me permita discordar disso aí. O que está se discutindo é a possibilidade do trabalhador poder optar por usar uma parte do seu Fundo de Garantia para quitar uma dívida que ele tem com a questão do crédito educativo.

Então, não é que está tirando dinheiro para colocar no Tesouro. Está tirando dinheiro dele, dinheiro da conta dele mesmo. Eu queria só também, só aproveitar, Sr. Presidente, esclarecer, na verdade a Senadora Ideli falou a questão... Também acho muito importante, estou aqui até agora para assistir, está sendo muito interessante e informativo. Eu não fui contra a audiência, não. O que nós estávamos defendendo é que a audiência fosse na Comissão de Assuntos Sociais, onde o Projeto é terminativo. Só para esclarecer que eu sempre defendo que quanto mais puder discutir melhor é. Mas eu por enquanto continuo defendendo que pudesse haver também a utilização na educação. Não me convenci ainda de que não pudesse dar ao trabalhador essa opção. Quer dizer, é uma decisão dele se ele quer usar parte do dinheiro. Se vai pagar, Joaquim, se vai pagar uma prestação só ou duas, é também critério do trabalhador. Se ele acha que vale a

pena quitar uma, às vezes uma prestação é suficiente para normalizar a vida dele, poder rematricular ou as faculdades às vezes não permitem que seja feito dessa maneira. São 75% dos alunos, nós vimos os dados aí, estão em faculdades particulares.

Então, não se está pensando em beneficiar a camada superior, não. É a camada inferior mesmo, a camada inferior que está na faculdade e que não consegue pagar a matrícula. Não discordo também da Senadora, ninguém está falando em impossibilitar o saque só para quem ganha muito dinheiro, não. É para aquele que não consegue pagar, não consegue pagar e evidentemente eu parto do pressuposto que sejam aqueles que ganham menos.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Essa é uma audiência conjunta da Comissão de Educação e da Comissão de Assuntos Sociais. Só para reafirmar.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Sr. Presidente, se me permitisse ainda fazer apenas uma observação.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – E até quero chamar o Senador Eduardo Azeredo para a gente poder de repente construir algumas alternativas. Porque é claro, todos nós sabemos da importância e da dificuldade que milhares de famílias atravessam por não darem conta de pagar as mensalidades do ensino. Nós vimos aí, a explosão foi astronômica, foi exponencial o crescimento da matrícula no ensino privado. E o ensino público, terceiro grau permaneceu praticamente estagnado durante décadas. Começou a ter uma pequena elevação agora nos dois últimos anos. Mas uma das coisas que está sendo debatida, Senador Eduardo Azeredo, que talvez possa ser uma saída muito melhor do que esta que nós estamos debatendo aqui da questão do Fundo de Garantia, nós temos uma experiência muito bem sucedida do PROUNI, que foi transformar e quantificar a desoneração.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – (pronunciamento fora do microfone)

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Exatamente. Por isso que eu estou chamando para a parceria.

Então, o PROUNI ele transforma o incentivo fiscal, a desoneração tributária, quantifica isso em bolsas para faixas de renda e para segmentos da população, como os afro-descendentes, portadores de necessidades especiais, e tal. Está em estudo, Senador Eduardo Azeredo, e acho que a gente deveria inclusive verificar a possibilidade da gente poder contribuir com esse estudo de fazer um PROUNI 2. A maior parte das ins-

tuições privadas de ensino tem dívidas com a União, dívidas quilométricas com a União.

Então, nós poderíamos transformar... É isso que está sendo estudado, transformar parte da dívida, ou a integralidade da dívida com a União, que é impagável, a gente não vê perspectiva dessas instituições pagarem, de transformar isto em bolsas, como foi o PROUNI, ou então poderíamos pensar numa hipótese de parte disso, são invés, de ser bolsa para novos alunos, ser abatimento de dívida de alunos até determinada faixa de renda. Talvez a gente solucionasse o problema sem criar mais um rombo, mais uma dificuldade para o FGTS por uma outra solução.

Então, isso está sendo estudado, a gente... Eu tenho inclusive audiência com o Ministro Fernando Haddad hoje às três e meia. Um dos assuntos que eu quero inclusive tratar com ele é isso, em que pé que anda esse estudo, se a gente pode tomar de repente alguma iniciativa já Legislativa para poder ajudar que isto floresça. Porque de repente essa pode ser uma alternativa mais viável, com mais impacto e mais eficiência do que ficar desmontando as pequenas contas do FGTS que isoladamente não resolve o problema do que está inadimplente, e ainda contribui para dilapidar o patrimônio do Fundo e ir buscar soluções coletivas que para nós são tão importantes na área da habitação e do saneamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Senadora Ideli, estamos completando três horas e meia de audiência. Por isso a gente tem que encurtar a fala. Com a palavra o Sr. Eduardo Soares, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Mantenedores de Educação Superior.

SR. EDUARDO SOARES: Eu vou procurar abreviar aqui, Presidente, por essa questão de tempo. Eu gostaria de deixar registrado essa possibilidade de utilização do FGTS para pagamento de dívidas com o FIES, para as instituições de ensino realmente representa muito pouco. Até porque essa dívida que esse aluno tem é com a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. Então o dinheiro vai sair do FGTS e vai para a CAIXA. As instituições de ensino não vão ser beneficiadas em momento algum. Os alunos inadimplentes continuarão inadimplentes.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – O senhor gostou mais da minha sugestão. Com certeza. (risos)

SR. EDUARDO SOARES – Sim, claro. E sobre essa sugestão eu gostaria de fazer um comentário, o seguinte. Vocês viram ali aquele gráfico sobre a questão da inadimplência.

Então, evidente que muitas instituições que não puderam cumprir com o pagamento dos encargos, um

dos motivos principais foi exatamente... Foi motivado por essa inadimplência que vocês vêem. Ou seja, criou um problema de fluxo de caixa muito grande nessas instituições, e entre deixar um funcionário sem receber, deixar de cortar etc, uma das alternativas foi protelar o pagamento desses encargos que não foram recolhidos. Essa idéia do PROUNI 2 ela vem sendo discutida, inclusive, conta com o apoio irrestrito do segmento, porque a gente acredita que resolveria em boa parte essa questão do acesso e da manutenção desses estudantes na escola. E no que depender das nossas entidades, estaremos aí para discutir e apoiar.

E eu queria fazer só mais um comentário rápido, Sr. Presidente, que é o seguinte. Eu ouvi aqui durante as exposições algumas colocações do tipo: O FGTS é do trabalhador, é patrimônio do trabalhador, não podemos esvaziar o Fundo, esse recurso tem que ser mantido, tem que ser limitado os saques, enfim. Mas acho que precisaria observar uma questão interessante. O ciclo virtuoso da aplicação do FGTS para as mensalidades escolares. Eu rascunhei aqui rapidamente dentro dessas colocações que foram feitas. No momento em que você cria possibilidades de atender aqueles 12 milhões e 500 mil alunos que a gente colocou ali naquele gráfico, ou seja, 10 milhões que são os egressos do ensino médio que estão fora das faculdades porque não tiveram como ingressar por questões financeiras, e os 2 milhões e 500 mil que ingressaram mas acabaram tendo que sair porque também não conseguiram pagar as suas mensalidades.

Então, esses 12 milhões e 500 mil veriam na possibilidade de utilização do seu Fundo de Garantia parte do Fundo para pagamento das mensalidades. O que vai acontecer? A possibilidade de ingresso e manutenção, viabilizaria o emprego, porque a gente sabe que com o ensino superior a possibilidade de emprego, ela é bem maior, aqueles que já estão empregados poderiam melhorar um pouco a sua renda, melhorar o seu salário, numa vertente à qualidade de vida, isso aí é indiscutível, e na outra vertente na medida em que você aumenta a renda, aumenta o salário e aumenta o número de empregos, a contribuição para o Fundo de Garantia também aumenta.

Então, na outra ponta, nós estaríamos criando possibilidades e aumentando os recursos, aliás, o recolhimento do FGTS e o número de contribuintes para o Fundo, que por sua vez iria criar esse ciclo virtuoso e a possibilidade de estarmos aí financiando novos alunos, novos ingressantes para chegarmos àquele patamar dos 30%, que é o que prevê o Plano Nacional de Educação.

Então, eu acho que nessa ótica é importante, e eu chamo a atenção para esse fato, de repente um estu-

do mais aprofundado (*soa a campainha*) de ver qual o impacto traria para em nível de recolhimento de FGTS, qual o aumento nós poderíamos estar proporcionando ao Fundo a partir do momento que esses 12 milhões e 500 mil estariam melhorando a sua renda por meio de um emprego melhor, enfim, saindo da informalidade. Era isso, Presidente, que eu gostaria de...

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Muito obrigado, Dr. Eduardo Soares. Agora com a palavra a Secretária Nacional de Habitação do Ministério das Cidades, Profª. Inês da Silva Magalhães.

SRA. INÊS DA SILVA MAGALHÃES – Bom, Senador, quero agradecer o convite e vou procurar ser breve, dado o adiantado da hora. Mas eu queria ressaltar duas questões que foram... Já foram colocadas na minha fala inicial. E que a minha companheira, Senadora Ideli, colocou pertinentemente.

Quer dizer, essa audiência não deve ser encarada como uma questão de se colocar a questão do saneamento e habitação versus educação. Nós sabemos que essas duas colunas são colunas estruturadoras de um Projeto de desenvolvimento do País. Não há dúvida sobre isso, e redutor de desigualdade. O que a gente está discutindo aqui é o foco que nós damos a um instrumento fundamental que é o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

Então, acho que isso é uma premissa importante sobre a qual nós devemos ter consenso. Em relação ao caráter do Fundo, acho que a gente deve retornar com outras discussões sobre isso, Senadora Ideli, e Senador Eduardo, no sentido do seguinte: Ele nasceu, sim, como uma questão de natureza para substituir a indenização, mas ele nasceu, sim, para que seus Fundos fossem utilizados em saneamento, habitação e infra-estrutura. E no limite... E essa gestão pública implica no limite à garantia de que o Tesouro tem que cobrir as contas, o saldo das contas vinculadas.

Então, por isso que ele não é um Fundo qualquer. E por isso que quando a gente fala que ele é do trabalhador, mas ele está sob gestão pública, a gente tem que considerar essa especificidade dele. No limite o Tesouro garante.

Em relação... Eu vou dialogar com as questões que o Senador Romeu Tuma colocou, porque ele prometeu que vai ler as notas taquigráficas, então em relação à questão da poupança, as medidas que o Governo tomou em relação à obrigatoriedade do direcionamento da poupança na aplicação dos recursos para habitação, está propiciando um maior acesso da classe média a este bem. A gente vem assistindo aí uma queda ainda, não a ideal dos juros para o merca-

do imobiliário, e o aumento da oferta para essa classe média baixa e tal.

Em relação a essa questão da poupança como um instrumento fundamental para o desenvolvimento, reiteramos que o Fundo de Garantia é hoje o principal instrumento de poupança de longo prazo no País, que é uma questão fundamental para o equilíbrio das contas.

Em relação ao retorno, pelo contrário, o retorno dos investimentos de saneamento do ponto de vista do investimento do Fundo de Garantia neste item, é seis vezes superior ao que nós estamos investindo.

Então, há um retorno efetivo dos investimentos em saneamento muito, digamos, lucrativo para a saúde do Fundo de Garantia.

E por último, em relação à distribuição do recurso, o Paulo Eduardo colocou como o FGTS é um recurso vinculado ao empréstimo, ele evidentemente necessita que haja renda para isso, mas nos recursos, tendo em vista as alterações que foram feitas na aplicação do item subsídio do FGTS, a boa notícia, Senador, é que o norte e nordeste foram (*soa a campanha*) às regiões que mais receberam recursos subsidiados, aqueles recursos na faixa de renda de até cinco salários mínimos.

Então, é uma diretriz do Governo como um todo, a admissão dessas desigualdades, e nós temos utilizado naquilo que nós temos como gestão sobre... Ou seja, nas parcerias com os Estados e Municípios o direcionamento dessa aplicação.

Muito obrigado a todos e nós encaminharemos aí as informações que nos foram solicitadas.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Gostaria de agradecer aos participantes dessa audiência em nome da Comissão de Educação e da Comissão de Assuntos Sociais.

E declaro encerrada a 44ª Reunião das Comissões. Muito obrigado a todos.

(Sessão encerrada às 13h37)

Ata da 45ª Reunião Extraordinária, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 12 de dezembro de 2006.

Às doze horas e vinte e seis minutos do dia doze de dezembro de dois mil e seis, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senhor Senador Wellington Salgado de Oliveira e com a presença dos Senhores Senadores Jorge Bornhausen, José Jorge, Maria do Carmo Alves, Edison Lobão, Marcelo Crivella, Juvêncio da Fonseca, Leonel Pavan, Almeida Lima, Ney Suassuna, Gilberto Mestrinho, Aelton Freitas, Paulo Paim, Fátima Cleide, Flávio Arns, Ideli Salvatti, Rober-

to Saturnino, Mozarildo Cavalcanti, Sérgio Zambiasi, Augusto Botelho, Jonas Pinheiro, César Borges, Cristovam Buarque, Romeu Tuma, Eduardo Azeredo, Lúcia Vânia, Geraldo Mesquita, Aloizio Mercadante, Delcídio Amaral e Antônio Carlos Valadares reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores, Demóstenes Torres, Teotônio Vilela Filho, Gerson Camata, Valdir Raupp e Sérgio Cabral. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Wellington Salgado de Oliveira, comunica ao Plenário da Comissão que o Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2006 que “Dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo e dá outras providências” avocado pelo mesmo, está prestes a ser deliberado nesta Comissão. Em razão de dúvidas quanto a eficácia da chamada Lei do Esporte, uma vez que o setor Cultural vem alegando prejuízos quando da sua sanção, a Comissão de Educação esta negociando com os dois setores (Cultural e Esportivo) e os Ministérios da Cultura e do Esporte para alcançar uma redação alternativa e consensual. Devido a esta situação posta, o Senhor Presidente consulta o Plenário a dispensa do protocolo regimental para possibilitar que os representantes das áreas do Esporte e da Cultura possam usar da palavra, com o que todos concordam. O Senhor presidente antes de disponibilizar o uso da palavra aos representantes citados, registra a presença, para acompanhar a reunião, dos Senhores Senadores Eduardo Suplicy (PT/SP), Heráclito Fortes (PFL/PI), José Agripino (PFL/RN) e Pedro Simon (PMDB/RS), não membros da Comissão; Deputado Agnelo Queiroz (PCdoB/DF), Deputado Ivan Ranzolin (PFL/SC), Presidente da Frente Parlamentar do Esporte da Câmara dos Deputados, Deputado Wanderley Alves de Oliveira (PSC/RJ), Antônio Grassi, Presidente da Fundação Nacional de Arte – FUNARTE; Marco Mendonça, Presidente da TV Cultura de São Paulo, Aníbal Massaini, cineasta, Weber Magalhães, Ex Secretário de Estado de Esporte e Lazer do Distrito Federal; dos artistas Odilon Wagner, Fernanda Montenegro, Ney Latorraca, Beatriz Segal; os produtores culturais Paulo Pélico e Eduardo Barata; os desportistas: Gustavo Borges, Hortência Macari, Rogério Sampaio, Ricardo Prado, Djan Madruga, Luisa Parente, Alexey, Paulinho Villas Boas, Jacqueline Silva, Marcus Vinicius, Bernard Rajzman, Soraya Carvalho, Rico de Souza, Agberto Guimarães, Georgette Vidor, Robson Caetano Lars Graef, Adriana Samuel, Berenice Arruda, Jaqueline Godoy, Sebastian Pereira, Mariana Vieira de Mello, Renata Carneiro, Carmem de Oliveira, Rafael Gonçalves e Ricardo Prado. Usam da palavra a atriz Fernanda Montenegro e a ex-jogadora Hortência Macari; os Senadores Eduardo

Suplicy, Ideli Salvatti, Leonel Pavan, José Agripino e os Deputados Agnello Queiroz e Ivan Ranzolin, Presidente da Frente Parlamentar do Esporte da Câmara dos Deputados. Encerrada a fase de pronunciamentos sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2006, a Presidência agenda a votação para o dia de amanhã, 13 de dezembro. Prosseguindo, passa-se a apreciação da Pauta de Projetos. O Senhor Presidente Senador Wellington Salgado de Oliveira submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência submete a deliberação do Plenário a preferência para iniciar a deliberação pela pauta de Projetos de Decretos Legislativos, o que é aprovado. Item 01: Projeto de Decreto Legislativo nº 419, de 2006, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural “Z” a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mauá, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. Item 02: Projeto de Decreto Legislativo nº 420, de 2006, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Amigos de Ouroeste a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ouroeste, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. Item 03: Projeto de Decreto Legislativo nº 423, de 2006, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Comunitária de Cesário Lange a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cesário Lange, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. Item 04: Projeto de Decreto Legislativo nº 426, de 2006, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Conchal a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Conchal, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. Item 05: Projeto de Decreto Legislativo nº 357, de 2006, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Fundação Álvaro Prestes a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Amarante, Estado do Piauí”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Juvêncio da Fonseca e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. Item 06: Projeto de Decreto Legislativo nº 432, de 2006, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o

ato que outorga permissão à Fundação de Apoio ao Jovem de Iguatu – FAJI para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Iguatu, Estado do Ceará”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Almeida Lima e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. Neste momento, os Senhores Senadores Geraldo Mesquita e Paulo Paim requerem, oralmente, pela ordem, a inversão de pauta para iniciar a deliberação pelos itens 06 e 12, o que é aprovado.. Item 06: Projeto de Lei do Senado nº 216, de 2006, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Geraldo Mesquita Júnior que, “Altera a Lei nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, que dispõe sobre os estágios de estudantes de estabelecimentos de ensino superior e de ensino profissionalizante do 2º Grau e Supletivo e dá outras providências, para assegurar aos estagiários o direito ao Vale-Transporte”. O relator designado é o Senador Almeida Lima e o parecer favorável é aprovado. Finda a deliberação da Pauta de Projetos de Decretos Legislativos inicia-se a apreciação da pauta de Projetos de Lei. Item 12: Projeto de Lei do Senado nº 286, de 2006, de caráter terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim que, “Institui o Dia Nacional de reflexão do ‘Cantando as Diferenças’”. O relator designado é o Senador Marcelo Crivella e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis, incorporando ao texto final a emenda nº 01-CE aprovada por dezessete (17) votos. Prosseguindo a Presidência retoma a ordem natural da pauta iniciando pelos itens cujos relatores estejam presentes. Item 02: Projeto de Lei do Senado nº 257, de 2005, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que “Acrescenta parágrafos ao art. 12 e um artigo 23-A à Lei nº 5.250, de 9 de fevereiro de 1967 (“Lei de Imprensa”), para disciplinar a divulgação de informações lesivas à dignidade da pessoa humana”. A relatora designada é a Senadora Fátima Cleide e o parecer é favorável, com as emendas oferecidas. Nesse momento, a Senhora Senadora Fátima Cleide requer, oralmente, a inclusão extra-pauta, de Requerimento, o que é aprovado. Extra-Pauta, Item 01: Requerimento nº 031, de 2006-CE, de caráter não terminativo de autoria da Senadora Fátima Cleide, que requer “..., nos termos do inciso I do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Educação, com a finalidade de instruir o PLS nº 257 de 2005, que acrescentam parágrafos ao art. 12 e um artigo 23-A à lei nº 5.250, de 9 de fevereiro de 1967 (“Lei de Imprensa”, para disciplinar a divulgação de informações lesivas à dignidade da pessoa humana, com a presença dos seguintes convidados: Sérgio Murillo de Andrade, Presidente da Federação Nacional

dos Jornalistas (FENAJ); Nelson Sirotsky, Presidente da Associação Nacional de Jornais (ANJ); Daniel Pimentel Slavieiro, Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT)". O requerimento é aprovado. A matéria fica sobrestada na Comissão até a realização da Audiência Pública. Item 03: Projeto de Lei do Senado nº 224, de 2000, de caráter terminativo, de autoria da Senadora Heloísa Helena, que "Torna obrigatório um percentual de edição de livros e revistas em Braille e dá outras providências". A relatora designada é a Senadora Fátima Cleide e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis, na forma da emenda substitutiva nº 02-CCJ/CE oferecida. A matéria será submetida a turno suplementar segundo o que preceitua o artigo 282, combinado com o artigo 92 do Regimento Interno do Senado Federal. Item 04: Projeto de Lei do Senado nº 297, de 1999, de caráter terminativo, de autoria do Senador Luiz Estevão que, "Institui o sistema de bolsa de estudo para os integrantes das carreiras de policiais federais, policiais civis, policiais militares, dos corpos de bombeiros militares e das Forças Armadas". O relator designado é o Senador Leonel Pavan e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis, incorporando ao texto final as emendas nºs 01, 02 e 03-CE (relator) e acaando a emenda nº 04-CE, de autoria do Senador Marcelo Crivella, aprovadas por dezesseis (16) votos. Item 13: Substitutivo (Turno Suplementar), de autoria do Senador Jonas Pinheiro ao Projeto de Lei do Senado nº 326, de 2005, de caráter terminativo, de autoria da Senadora Ana Júlia Carepa que "Denomina 'Aeroporto Internacional de Belém – Júlio Cezar Ribeiro de Souza' o aeroporto da cidade de Belém, no Estado do Pará". O substitutivo, submetido a turno suplementar, é dado como definitivamente adotado pela Comissão, segundo o que preceitua o caput do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal. Item 10: Projeto de Lei da Câmara nº 109, de 2005, de caráter não terminativo, de autoria da Deputada Mariângela Duarte que, "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir, no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática 'História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena'". A relatora designada é a Senadora Fátima Cleide e o parecer favorável, com a emenda nº 01-CE, é aprovado. Item 11: Projeto de Lei da Câmara nº 018, de 2002, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Geraldo Magela, que "Acrescenta inciso ao artigo 20 da Lei nº 8036, de 11 de maio de 1990 (possibilita a utilização do FGTS para aquisição de lote urbanizado)", tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do

Senado nº 122, de 1999, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Ramez Tebet, que "Altera a Lei 8036, de 1990, permitindo a utilização do FGTS para pagamento de Anuidades do Ensino Medio e de Curso Superior", tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 131, de 1999, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, que "Acrescenta dispositivo ao artigo 20 da Lei 8036, de 11 de maio de 1990, para permitir a movimentação da conta vinculada do FGTS nos casos de Constituição de microempresa por parte do trabalhador", tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 198, de 1999, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Álvaro Dias, que "Altera o artigo 20 da lei 8036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o FGTS, de forma a incluir, entre as hipóteses para movimentação da conta vinculada do trabalhador, o pagamento de encargos educacionais decorrentes de curso universitário de graduação e dá outras providências", tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 223, de 1999, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Luiz Estevão, que "Autoriza a utilização do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço no pagamento do credito educativo, e da outras providências", tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 356, de 1999, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Luzia Toledo, que "Altera o art. 20 da Lei nº 8036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o FGTS, de forma a incluir, entre as hipóteses para movimentação da conta vinculada do trabalhador, o pagamento de encargos educacionais decorrentes de curso universitário de graduação e dá outras providências", tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 073, de 2000, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Luiz Estevão, que "Acrescenta inciso ao art. 20 da Lei nº 8036, de 11 de maio de 1990, dispondo sobre a permissão de saque pelo trabalhador na conta do FGTS para pagamento de anuidade escolar", tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 203, de 2000, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Casildo Maldaner, que "Acrescenta inciso ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, de forma a permitir saque no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para pagamento de mensalidade escolar no ensino médio e no superior, bem como de dívidas do programa de crédito educativo", tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 245, de 2000, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Osmar Dias, que "Acrescenta o inciso XIII ao art. 20 da Lei nº 8036, de 11 de maio de 1990, para permitir o saque da conta vinculada do trabalhador no FGTS para pagamento de cirurgias", tramitando em conjunto com o Projeto

de Lei do Senado nº 101, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Ricardo Santos, que “Acrescenta dispositivo ao artigo 20 da Lei nº 8036, de 11 de maio de 1990, de forma a permitir que desempregados saquem os recursos do FGTS para abertura e expansão de negócio próprio”, tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Waldeck Ornelas, que “Dispõe sobre a utilização do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, para quitação de prestações atrasadas dos financiamentos habitacionais”, tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 095, de 2002, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Ricardo Santos, que “Acrescenta o inciso XI ao artigo 20 da Lei nº 8036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, de modo a permitir saques para a amortização de empréstimos do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies)”, tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 113, de 2002, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Waldeck Ornelas, que “Altera a Lei nº 8036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, de forma a permitir a movimentação da conta vinculada para aquisição de microcomputador”, tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 124, de 2002, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Carlos Bezerra, que “Altera o artigo 20 da Lei nº 8036, de 11 de maio de 1990, de forma a permitir a utilização do FGTS em casos de destruição da casa própria do trabalhador em função de calamidade pública ou caso fortuito”, tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 319, de 2003, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Efraim Morais, que “Dispõe sobre a utilização dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para pagamento de prestações em atraso relativas a financiamento habitacional concedido no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação (SFH)”. O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o parecer favorável na forma do Substitutivo oferecido ao PLC 18/02, acatando ainda a emenda de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares a este Projeto e rejeitando os PLS 122/99, PLS 131/99, PLS 198/99, PLS 223/99, PLS 356/99, PLS 73/00, PLS 203/00, PLS 245/00, PLS 101/01, PLS 185/01, PLS 95/02, PLS 113/02, PLS 124/02 e PLS 319/03 que tramitam em conjunto, é aprovado. Nesse momento, o Senhor Senador Eduardo Azeredo requer, oralmente, a inclusão extra-pauta, de Requerimento, o que é aprovado. Extra-Pauta, Item 04: Requerimento de Urgência nº 032, 2006-CE, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Eduar-

do Azeredo que, “Nos termos do artigo 336, inciso II, combinado com o artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requer urgência, para o Projeto de Lei da Câmara nº 018, de 2002, que ‘Acrescenta inciso ao artigo 20 da Lei nº 8036, de 11 de maio de 1990 (possibilita a utilização do FGTS para aquisição de lote urbanizado)’ que tramita em conjunto com o PLS nº 122, 131, 198, 223 e 356, de 1999; PLS nº 73, 203 e 245, de 2000; PLS nº 101 e 185, de 2001; PLS nº 95, 113 e 124, de 2002 e PLS nº 319, de 2003”. O Requerimento é aprovado. Dando prosseguimento, os Senhores Senadores Marcelo Crivella e Antônio Carlos Valadares igualmente, requerem, oralmente, pela ordem, a inclusão extra-pauta de Aditamentos a requerimento, com o que todos concordam. Extra-Pauta, Item 02: Aditamento nº 01 ao Requerimento nº 031, 2006-CE, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Marcelo Crivella que, “Nos termos do inciso II, do § do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o inciso II do art. 90 do Regimento Interno Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Educação, para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 257, de 2005, de minha autoria, com a participação de representantes do MPU e da OAB”. O Requerimento é aprovado. Extra-Pauta, Item 03: Aditamento nº 03 ao Requerimento nº 031, 2006-CE, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares que, requer “..., nos termos regimentais, aditamento ao requerimento nº 31, de 2006 – CE, para incluir um representante da Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB, para participar, como expositor, da Audiência Pública com a finalidade de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 257, de 2005, que ‘Acrescenta parágrafos ao art. 12 e um artigo 23-A à Lei nº 5.250, de 9 de fevereiro de 1967 (‘Lei de Imprensa’), para disciplinar a divulgação de informações lesivas à dignidade da pessoa humana”. O Requerimento é aprovado. Ficam adiadas, em virtude da ausência dos relatores, as seguintes matérias: Item 01: Projeto de Lei do Senado nº 005, de 2004, Item 05: Projeto de Lei do Senado nº 348, de 2005, Item 07: Projeto de Lei do Senado nº 284, de 2006, Item 08: Projeto de Lei do Senado nº 157, de 2006, Item 09: Projeto de Lei do Senado nº 346, de 2005 e Item 14: Projeto de Lei do Senado nº 007, de 2006. O Senhor Senador Wellington Salgado de Oliveira, Presidente da Comissão, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às quatorze horas e dois minutos, determinando que eu, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada

pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal. – Senador **Wellington Salgado De Oliveira**, Presidente da Comissão de Educação.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Havendo número regimental, declaro aberta a 45ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, no dia 12 de dezembro de 2006. Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a aprovação da mesma. Os Senadores que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Concorde, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Aprovado.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Presidente, pela ordem, se for possível.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Pela ordem, o Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – É interessante, Senador Wellington, que a sociedade saiba por que houve o atraso do início desta Comissão. Ontem V.Exª. tinha uma grande preocupação sobre a lei que beneficia os esportes. E é claro que essa sensibilidade também nós sentimos. Eu, como militei muito tempo na polícia sei a importância do esporte para retirar as crianças abandonadas ou que no fim acabam caindo para o crime por não ter outra opção. E o esporte tem demonstrado, através da realização individual e espontânea de alguns atletas, às vezes muito sem apoio, criando algum tipo de esporte e direcionando essa juventude. Eu dou um exemplo, o Granel, que tem o curso de navegadores no litoral paulista e tem centenas de jovens que têm o seu barquinho e lá praticam esse esporte. E outros tantos atletas que vão ao longo do tempo criando as suas entidades. E eu me lembro que quando candidato a Prefeito propus que houvesse um acordo entre a Prefeitura e os clubes desportivos profissionais, que durante o tempo de ociosidade... Em Uberlândia eu vi isto. Por isso que me deu essa idéia. Cidade onde V.Exª. tem um conceito muito alto. E que fosse cedido para aqueles que pudessem levar essas crianças para praticarem todos os esportes sem ônus, e uma compensação provavelmente de imposto, qualquer coisa, para os clubes se beneficiarem. E hoje V.Exª. estava bastante preocupado em colocar em votação. Quando aqui cheguei, o Senador Cristóvam Buarque já estava com uma Comissão de Artistas, que achavam que poderiam ser prejudicados, a Lei Rouanet ser prejudicada com a lei de benefício ao esporte. Mas V.Exª. demonstrou

uma alta sensibilidade. V.Exª., que é oriundo da área de Educação, como é o Senador Cristóvam Buarque. E o Senador, que é da área social com intensidade enorme, nós sentimos que havia a necessidade de buscar um acordo. V.Exª. foi, dentro da possibilidade, se reuniu. Agora, Senador Cristóvam, o que me deixou encantado e até emocionado, é que as duas partes, nenhuma foi agressiva no debate. Apenas sensibilizados para que não houvesse o prejuízo. Eu sinto muito, Senador, que o Governo não tenha no Orçamento a verba necessária, que se precise recorrer a pedidos de empresários e tudo para beneficiar as duas áreas tão importantes para a cidadania, que V.Exª. liderou e o Senador Wellington, dentro daquela... Grau, porque é quem é oriundo da Educação faz inveja a nós, porque tem uma visão muito mais longa, muito mais longe. Eu sou polícia, mas tenho aquela sensibilidade e eu acho que a gente que lida com a miséria e com a pobreza e com a criminalidade também sente falta de uma linha de conduta para evitar que a clientela dos presídios aumente. E só diminuirá se nós tivermos a sensibilidade de acomodar essas gerações como V.Exªs. fizeram. A Senadora Ideli não está presente, mas também colaborou. Eu pedi licença para assinar com o Senador Cristóvam a Emenda que foi acertada por V.Exª., e quero que fique registrado esta virtude de V.Exª., em poder discutir, e do Senador Cristóvam, que liderou a discussão a respeito do assunto para buscar uma harmonia e o Senador Arns também, que aqui... Obrigado, Presidente. Parabéns.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Obrigado pelas palavras, Senador Romeu Tuma, mas V.Exª. sabe que eu me aconselho muito com V.Exª. Hoje de manhã conversamos ao telefone e, como diz o Presidente Renan, essa Casa é uma Casa sábia, nós só precisamos ter um pouco de paciência às vezes. Com a palavra o Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu quero também concordar em primeiro lugar com que V.Exª. acabou de dizer, que é uma Casa sábia. Mas a gente precisa exercitar o diálogo, o entendimento, a conversa, a procura de caminhos. E quando isto é feito, aprovam-se as leis por unanimidade, por consenso, nós tivemos muitos exemplos bonitos nessa direção. Por exemplo, a Reforma do Judiciário, a LDB, à época que se pensava que seria uma aprovação complicada, difícil, mas fruto de muita conversa, de diálogo, de aparar arestas, aprovou-se no final, por consenso. E a mesma coisa acontece em relação a esta Legislação. Eu acho que toda a sociedade, todas as pessoas são favoráveis tanto a iniciativas que possam ser enfatizadas na cultura como também iniciativas que possam

ser enfatizadas na área do esporte. Principalmente do esporte educacional, do esporte para a população de uma maneira geral e isso a gente tem que tomar cuidado também na área da cultura também fazer esse debate, para que isto beneficie a população de uma maneira geral. Então, os debates têm que continuar acontecendo.

Então, eu fico feliz de que esse entendimento tenha acontecido. Porque hoje cedo, às nove e pouco, já o Senador Cristóvam Buarque, o Senador Romeu Tuma, o Senador Osmar Dias já estavam reunidos com representantes da área da cultura, e eu também estava lá presente e conversei com muitos deles e delas, expoentes, como Fernanda Montenegro aí presente, Beatriz Segall... E tantos outros. Depois o pessoal da área de esporte, Gustavo Borges, Lars Grael, Bernard, Robson Caetano... Quer dizer... Hortência... São todos campeões, sejam da área da cultura ou da área do esporte.

Então, eu fico feliz que esta conversa esteja acontecendo. Seria uma pena... Como o Senador Romeu Tuma já falou, quer dizer, a conversa entre as duas áreas também foi feita em alto nível, com toda educação, ninguém sendo contra o outro, mas procurando ver de onde é que os recursos viriam.

E eu só pediria, para a votação de amanhã, um favor para o nosso Secretário, aliás, quero elogiar aí o trabalho também que o Júlio vem fazendo, (*risos*) "Senador *ad hoc*", mas eu gostaria que a gente tivesse... Eu gostaria de ter as informações da área da cultura. Em que sentido? Quanto é que esta renúncia fiscal representa hoje em dia. Quanto é que representaria 4% e 6%. Quanto é que representaria. Não que esteja sendo utilizado, mas quanto é que representaria. Ao mesmo tempo, quanto é que está sendo utilizado desses 4 e 6%. Porque eu não disponho desse dado. Quanto desses recursos, como é que esses recursos vêm sendo distribuídos pelo Brasil. Porque já fizemos nesta Comissão de Educação um debate em outra ocasião, mostrando a concentração da distribuição desses recursos em alguns Estados. E Estados do norte, por exemplo, reclamando que eles têm lá o ITAÚ, têm o BRADESCO, tem isso, tem aquilo, mas as centrais, as direções dos Bancos estavam naquela época, e continuam hoje, em São Paulo, no Rio e tal. Então, para ver como é que esta distribuição vem acontecendo. Então, eu gostaria, porque esses dados devem estar imediatamente disponíveis, eu suponho, para que a gente possa, à luz dos dados, inclusive fazer um debate com mais propriedade em relação a caminhos possam ser buscados, se bem que o entendimento já tenha acontecido. Na área do esporte, eu só quero dizer, porque eu gostaria de ver na lei a certeza de que isto não vá

para time de futebol, por exemplo, onde a gente tem que buscar a transparência em primeiro lugar, ou em outras iniciativas profissionais, em detrimento de uma maioria da população que precisa, como é o Senador Romeu Tuma colocou muito bem, quer dizer, ter esse esporte como inclusão social, quer dizer, achar talentos, despertar talentos e beneficiar a maioria da população. Mas eu fico feliz que a conversa tenha acontecido, enaltecer V.Ex^a. com... Eu até já disse num outro dia, uma figura fisicamente bíblica, (*risos*) com cabelos de Sanção também (*risos*), mas dizer que nada como o diálogo, o entendimento, a conversa para chegarmos a boas conclusões. Agradeço.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Só fazer um comentário, Senador Flávio Arns. Em todo esse debate, em momento algum eu fiquei preocupado. Porque eu conheço a Casa, conheço os Senadores, tenho a oportunidade de participar de vários debates e eu tinha certeza que nós chegaríamos a um acordo. Absoluto. Eu tenho o meu Relatório, mas iria acompanhar o sentimento da Casa, porque eu acho que isso é que é importante. E veja bem, o Senador Cristóvam, o Senador Azeredo, que comunicou comigo, o Paim, o Almeida Lima, que chegou agora, o Senador Almeida Lima, esses momentos são momentos prazerosos aqui no Senado. Eu acho que nós vivemos aí nesse um ano e meio, pelo menos no período que estou aqui, momentos de... O senhor que está sempre sentado, Senador Flávio Arns, a meu... Atrás, naquela posição, eu sempre falo para o Senador "é incrível isso aqui, a gente estar num debate oposição e situação", e quando a gente chega a esse momento, tipo hoje, na manhã esse debate, é um momento prazeroso, eu acho que revigora as forças e a vontade de estar aqui no Senado Federal. Com a palavra o Senador Cristóvam Buarque, que foi um grande artífice desse grande acordo entre cultura e esporte.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)

– Senador, Presidente, eu quero apenas dizer aos nossos colegas Senadores e, se tiver um público maior transmitindo, do seu papel de magistrado nesse assunto. Verdade. Porque há uns dez dias que começou a aflorar o assunto, o senhor me disse com maior clareza a sua posição, que aliás em grande parte tem razão também, mas disse: "Vou fazer aquilo que for o correto para a Comissão. Faço o meu parecer e vamos ao voto". E ao longo de toda a negociação a sua posição foi realmente muito boa. Eu quero lhe elogiar, o seu papel de magistrado. E quanto ao Senador Romeu Tuma, que pediu para assinar a Emenda junto comigo, eu acho que essa Emenda não é minha, em absoluto, ela é da Senadora Ideli, que foi quem inclusive levam-

tou no momento a possibilidade de ser uma Emenda de redação, e sua, que coordenou esse processo, eu apenas ajudei ali conversando com os artistas e com os esportistas. Mas eu quero parabenizar o seu papel de Presidente, como magistrado, apesar de ter o lado neste caso, não usou da Presidência para impor nada de acordo com a sua posição. Parabéns, e eu fico feliz de estar aqui sob a sua Presidência.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Muito obrigado; Senador Cristóvam Buarque. Pra mim é uma honra muito grande ouvir essas palavras de V.Ex^a. E V.Ex^a. está sendo até tímido, digamos assim, porque realmente teve um papel importantíssimo como catalisador, a acalmar, discutir... Foi um momento prazeroso estar sentado naquela Mesa, que começou primeiro com seis pessoas, oito pessoas e de repente estavam todos ali, organizadamente, chegou a nossa Senadora Ideli Salvatti, que também teve as grandes idéias para essa Emenda que vai acontecer.

Então, realmente é o que eu digo, foi um momento prazeroso hoje no Senado Federal. Senadora Ideli Salvatti com a palavra, por favor. Desculpe, Senadora. Senador Azeredo com a palavra. Desculpe, Senador.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Tudo bem. Senador Wellington, eu quero também cumprimentá-lo e dizer que é um dilema muito ruim o que estava colocado, o dilema entre a cultura e o esporte. São duas áreas que têm uma importância crescente na sociedade, tanto a questão cultural quanto a questão do esporte. A alternativa, eu queria até dizer ao Senador Flávio Arns que a Consultoria do Senado já me informou que, na verdade, dos 4% que se pode chegar não se está chegando à renúncia fiscal de 4%, o que o se chega normalmente é a 1,7 apenas da renúncia possível. Mas o que acontece é que as empresas que colaboram com a Lei Rouanet já colaboram com 4%. Então, se nós tivermos o esporte disputando com a cultura, no percentual total existe folga ainda, mas no por cento é percentual de cada empresa ele já está gasto. Especialmente das empresas estatais, como PETROBRÁS e outras empresas aí. Por exemplo, no caso de Minas, a USIMINAS sempre usa os 4%. Então, se tiver que competir também dentro dos mesmos 4 o esporte, o que é que ela vai fazer? Provavelmente vai dar 2% para o esporte e 2% para a cultura. Aí haveria prejuízo real para a cultura. O melhor é que nós tenhamos realmente o percentual aparte, a exemplo do que acontece com criança e adolescente, o Fundo da Criança e do Adolescente ele permite uma dedução de 1% no caso das empresas, da Pessoa Jurídica, mas é 1% exclusivo, é 1% que não pode ser compartilhado com os outros quatro.

Então, na prática, as empresas todas já podem utilizar a renúncia fiscal em 4% na Lei Rouanet, na cultura, e 1% na criança e adolescente. O que nós temos, portanto, me parece que é esse o caminho, é que o esporte tem um outro percentual também exclusivo e aí nós poderemos ter uma boa solução que contempla as duas áreas. O esporte, sempre, o esporte olímpico, o esporte que tira realmente a juventude do caminho da bebida, da droga... E é muito importante, o esporte paraolímpico... Enfim, nós não podemos deixar o esporte também sem uma alternativa, ao mesmo tempo em que a cultura não pode também sofrer um desfalque no recurso que hoje tem sido fundamental para a expressão cultural do Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador Azeredo, eu queria colocar que aconteceu o debate e imediatamente V.Ex^a. me ligou, preocupado com a situação, preocupado com a cultura, recebi vosso telefonema e coloquei como seria o caminho, claro, como nesta Comissão funciona e eu acho que foi um entendimento maravilhoso que aconteceu e vamos ver agora a reunião que vai ter à tarde entre os dois Ministros e o Presidente para acertar tudo. E agora com a palavra a Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Presidente, nós estávamos com muita preocupação, porque já há alguns dias a gente estava ouvindo estes sinais da controvérsia e se criando um clima como se os interesses de nós... Do apoio, do desenvolvimento da cultura estivessem em oposição aos interesses do desenvolvimento também do esporte.

Então, a nossa grande preocupação era buscar evitar de qualquer modo que este acirramento pudesse ter continuidade e se criasse inclusive uma impossibilidade de nós podermos sentar, como acabamos sentando, de forma em alguns momentos um pouco mais acalorada com... Tem uma rapaziada tanto da cultura quanto do esporte que não está acostumada com os nossos apartes, então o pessoal vai falando, vai se sobrepondo, mas o diálogo foi extremamente positivo, extremamente produtivo, eu diria inclusive. Nós tivemos a oportunidade de ouvir as preocupações de ambos os lados, a preocupação do pessoal dos esportes de que a matéria seja votada este ano, para que ela possa já a partir do ano que vem estar em vigor. Portanto, os benefícios justos, legítimos que a área do esporte está pleiteando possam entrar em vigor, possam já poder ser executados a partir do ano que vem e dirimir a dúvida e encontrar uma saída para que não cause qualquer tipo de dúvida de que o setor cultural possa ter diminuição dos recursos que hoje eles têm possibilidade de acessar via Lei Rouanet.

Então, eu acho que em primeiro lugar nós tivemos esta capacidade de criar um espaço de debate, foi uma Audiência Pública meio inusitada, aonde todos os segmentos tiveram a oportunidade de falar democraticamente, colocar, e nós fomos construindo ali a... Foi uma Mesa redonda, no cafezinho. Aliás, tem um programa lá na Globo News, como é que é? O papo do cafezinho. Acho que foi o melhor papo do cafezinho...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Tem na TV Senado também.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Tem, tem a programação também na TV Senado. Mas acho que foi bastante produtivo, e nós ganhamos inclusive o tempo até amanhã para amadurecer toda esta conversação, para permitir inclusive que o Presidente, junto com os dois Ministros, sele o acordo em termos da ação governamental junto aos dois Ministérios e, principalmente, que nós tenhamos a possibilidade de na redação da Emenda, em primeiro lugar, transformá-la em Emenda de redação mesmo, porque eu acho que se nós conseguirmos fazer esta engenharia de transformar em Emenda de redação, nós não vamos correr nenhum risco. Votaremos aqui no Senado, ela irá para sanção. Se não pudermos transformar em Emenda de redação, a votação sendo feita ainda esta semana, permitirá que a Câmara, na semana que vem, possa apreciá-la.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Um pequeno aparte.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Pois não.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Estava aqui o Presidente da Comissão de Esportes da Câmara e ele estava aqui interessado que houvesse o acordo, para não ter nenhuma prejuízo no andamento das duas áreas. Então, há uma consciência na Câmara da importância que não haja prejuízo. Quer dizer, a sua Liderança é importante porque ele já venha aqui hoje de manhã dizer que estava de acordo com uma solução harmônica.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Bom, e eu acho que a redação, a Emenda que a Assessoria está nos preparando, conforme o acordo que nós buscamos encontrar lá no cafezinho, eu acho que ela tem grandes possibilidades de prosperar e de ser, digamos, a consagração da conversa feita entre os dois setores, com os representantes tanto dos artistas como do mundo esportivo brasileiro e, se nós pudermos amanhã, numa Reunião Extraordinária, consagrar o acordo, aprovar a Emenda como Emenda de redação eu acho que nós teremos avançado de forma significativa, solucionando este impasse que... Sob todos os aspectos, não interessa a ninguém contrapor esporte

e cultura. São dois setores fundamentais para o nosso povo, para o nosso País e que ao incentivo que a Lei Rouanet propicia possa ser aplicado aos dois setores de forma a que não haja o confronto.

E eu queria dizer ainda que a minha chegada lá na reunião e todas às vezes que eu pedi a palavra eu acho que fui muito incentivada pela fala do Presidente ontem, ao receber o prêmio do grupo, da Revista Isto É, aonde ele fez uma observação muito ponderada, dizendo que conforme vão passando os anos e vão aumentando os fios de cabelo e as responsabilidades de cada um, quem está num extremo busca se aproximar do centro, quem está no outro extremo também busca se aproximar do centro e, portanto, todas as minhas ponderações foi de encontrar o meio, o meio do caminho para a gente poder fazer a confluência aí dos interesses tanto do esporte quanto da cultura para a gente poder aprovar este Projeto e não trazer obviamente nenhuma preocupação para o setor cultural do nosso País.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Eu queria convidar o Ex-Ministro Agnelo para sentar ao meu lado aqui, por favor. Presidente também da Comissão de Esportes da Câmara. Senadora Ideli, eu queria apesar parabenizá-la, eu acho que a idéia que V.Ex^a. teve...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Você reparou como eu estava zen, não é?

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – (risos) Eu acho que é aquela fase que o Presidente colocou ontem. A fase do centro. No meio. Mas eu queria parabenizá-la pela colocação e a solução do problema realmente, colocado por V.Ex^a., do qual o Senador Cristovam também participou, eu acho que V.Ex^a. também tem que ser signatário junto com a Senadora Ideli Salvatti, mais o Senador Romeu Tuma desse caminho para essa solução entre o esporte e a cultura. Eu acho, Senador Cristovam, que realmente a participação de V.Ex^a., mais a da Senadora Ideli Salvatti foi presencial e pontual para solucionar o problema. E isso tem que ficar na história, participando Senadora Ideli Salvatti, Senador Cristovam e Senador Romeu Tuma signatários dessa Emenda de correção que vai acontecer. Vamos entrar na pauta, com o Senador Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Sr. Presidente. Primeiro, cumprimentar o nosso Ministro Agnelo, Deputado Federal comigo em longo período, o Deputado Ranzolin também, que fizemos um trabalho junto na Comissão e só pedindo, Sr. Presidente, que efetivamente entrássemos na pauta, já que essa questão do esporte ficou para amanhã, mediante um amplo entendimento entre esporte e cultura. E amanhã poderíamos

inclusive fazer aqui um bom debate. O bom debate, eu diria, na linha de cumprimentar principalmente V.Ex^a., Presidente, pelo acordo construído.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Um debate do bem.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – E eu encerrei (*risos*) já.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Eu queria simplesmente anunciar a presença dos Presidentes das fundações, a presença do nosso grande nadador Gustavo Borges, aqui presente, nosso grande jogador de vôlei, histórico, Bernard, que cheguei a presenciar aquela cortada que batia no fundo e ia até o teto. Os artistas também presentes (*palmas*). O Grassi presente. O nosso grande ator, que sempre, Ney Latorraca, que sempre que vejo e lembro do “Mistério de Irma Vap”, sempre presente. Então eu acho que esse é um momento maravilhoso. Houve um acordo entre a cultura e o esporte, onde cada um não abriu mão dos espaços conquistados e nem dos espaços a conquistar pelo esporte. Eu acho que é maravilhoso. Eu queria simplesmente anunciar a presença, porque realmente largaram os seus afazeres e vieram aqui participar desse grande acordo. Vocês estão de parabéns.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Presidente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone).

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Obrigado. Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – O Senador Flávio Arns estava comentando comigo aqui, existe uma dúvida, que talvez pudesse ser esclarecida hoje nessa reunião dos dois Ministros, é que o momento que se faz a dedução, ela hoje tem que ser até 31 de dezembro e o ideal é que fosse no momento da declaração, porque aí a pessoa tem a noção clara de quanto... Tanto a pessoa física quanto a pessoa jurídica. Então, que fosse levantada essa questão na reunião também. Quer dizer, o momento em que se faz a dedução.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Senador Azeredo, só uma dúvida, um perigo é que, como está com uma Emenda e estudando de ser de redação, a alteração que vá mexer com o Imposto de Renda pode voltar para Câmara e dificultar. Poderíamos depois o senhor fazer um Projeto especial nisso. Só uma preocupação correta.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Claro, se a solução for essa da Emenda de redação, que não precise de voltar à Câmara, tudo bem, mas se

tiver que voltar à Câmara de qualquer maneira, seria interessante colocar na Mesa essa discussão, porque, se hoje não se consegue atingir os 4% de renúncia fiscal, atinge apenas 1,7, o grande motivo é esse, é porque a dedução tem que ser feita...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Eu queria ver se nós entraríamos nesse debate amanhã, porque senão... O Senador Paim está um pouco ansioso com a pauta, mas eu queria também anunciar a presença do Graiel aqui, da nossa grande cestinha, Hortência, o nosso ator Odilon Wagner, também o Presidente da TV Cultura de São Paulo, Sr. Marcos Mendonça, o Grassi eu já anunciei, a nossa atriz Beatriz Segall, também aqui presente, Bernard eu já falei, Aníbal Massaini, a nossa dama do teatro brasileiro Fernanda Montenegro, Aivaldo Boscoli, Gustavo Borges já falei, porque é impossível não vê-lo, não é Gustavo? Meu nadador (*risos*), Bernard também já falei, as Sinfônicas do Rio e de São Paulo também. Se eu esqueci alguém, por favor, me perdoem, porque realmente... O nosso Secretário de Esportes de Brasília, aqui presente também... Ou seja... O Djan Madruga, claro. Grande nadador. Presenciei grandes vitórias. Acho que estão todos falados. Cada um... Pelo teatro Eduardo Barata. Acho que não esqueci ninguém.

Com a palavra... Desculpe, o pessoal do paraolímpico, o nosso grande medalhista também paraolímpico, que está aqui presente. A Lucélia, que ganhou a corrida da Pampulha, não é isso? Aqui presente. Eu acho que... Estou aqui ao lado do nosso Ex-Ministro dos Esportes, Deputado Federal, que ele vai me passando tudo. E é difícil nominar todos. A Carmen de Oliveira, que ganhou a São Silvestre, eu estava reconhecendo, desculpe, mas o nosso Ministro passou tudo aqui. Acho que não esqueci de ninguém. Dele, grande meio-de-campo do Fluminense, o nosso Deputado Dele. Paulo Peres, da APESP de São Paulo. Desculpem, Senadores, mas é que como eles largaram tudo, eu sei que o Senador Paim está um pouco ansioso...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Eu só queria, como foi um momento tão importante, se for possível e não quebrar o Regimento, eu queria que a nossa dama maior, Fernanda Montenegro, sentasse um pouco aqui na Mesa para marcar a sua presença aqui hoje. E na hora que... Como nós vamos debater assuntos muito ligados à educação, no momento em que ela sentir um pouco... (*risos*), que ela possa se retirar à vontade, na hora que bem quiser.

(pronunciamentos fora do microfone)

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Não, não vai ser discutido hoje.

(pronunciamentos fora do microfone)

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – O esporte está aqui representado pelo Agnelo. Teria a maior honra de ter a Hortência ao meu lado, mas já que está o Agnelo, desculpe Hortência. Hortência, então venha. Hortência, por favor. Ganhei o dia. Que o Ex-Ministro me perdoe, estou trocando o Agnelo pela Hortência. Que o Ministro me perdoe, mas trocar o Agnelo pela Hortência eu acho que... Presidente... Tá bom assim, Almeida Lima? A troca foi boa?

(palmas)

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Não, não. Você não. Eu queria...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Todos os microfones estão bloqueados. Só V.Ex^a. vai falar?

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Já desbloqueou.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – O ciúme é (risos) grande, mas... Senadora Ideli, a honra é a mesma quando eu sento ao vosso lado.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Com certeza. Com certeza.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Mas eu queria deixar só à vontade a nossa atriz maior e também a nossa jogadora maior, que é o momento em que nós vamos entrar em pauta de assuntos da Comissão e no momento que não se sentirem mais a vontade de ficar muito tempo ao lado do Senador Ney, Hortência, pode se (risos) retirar.

(pronunciamentos fora do microfone)

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – O tema foi, conforme acordo, para amanhã. Certo, Senadora Ideli? Às 14h30.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Aliás, Presidente, o Presidente Renan deve estar chegando, ele ficou de receber a comitiva representativa dos dois setores. Eu falei por telefone com o Senador Agripino e o Senador Arthur Virgílio que se encontram fora do Congresso neste momento, mas que já sinalizaram favoráveis ao acordo...

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Mas nós já voltamos. Nós estávamos numa reunião na Aeronáutica e já voltamos todos. Não só o Zé...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Mas é que o Arthur Virgílio, da reunião da Aeronáutica foi para um almoço de confraternização. E o Agripino também está fora. Mas já sinalizaram positivamente e eu acho que nós podemos depois à tarde explicitar melhor o acordo e a Emenda, inclusive, que está sendo construída.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Queria anunciar também a presença do Senador Heráclito. Eu aconselho ao pessoal de esporte e cultura a visitá-lo, para que possa ter um acordo, Senador Heráclito. Eu aconselhei o pessoal de cultura e do esporte a visitá-lo pessoalmente para que possa haver um grande clima de encaminhamento no Plenário.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – V.Ex^a. está inspirado hoje. (risos)

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Bom, (risos) Senador Paim. Vamos à pauta, porque... Com a palavra o Senador Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu até queria sugerir a V.Ex^a., abrindo uma exceção ao Regimento, que desse a palavra à Fernanda Montenegro e à Hortência, porque daí então... Eu acho que todos nós concordamos. (palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – É o que eu digo, essa Casa é sábia.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Que os Senadores parem de falar e elas concluam (inaudível).

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Exatamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Agora, me diga, Senador Flávio Arns, V.Ex^a., a quem eu devo conceder primeiro a palavra? A nossa grande musa maior do teatro, Fernanda Montenegro, com a palavra a nossa atriz maior.

SRA. FERNANDA MONTENEGRO – Falou-se em conciliação, (soa a campainha) E quase se falou em armistício. Eu acho que não é nem conciliação, não é nem armistício. Estivemos todos do mesmo lado sempre. São pequenos detalhes de sobrevivência. E chegamos a uma... Não a um acordo, porque eu acho que isso só... Os senhores vão me dar licença de ser vivida. Nós só saberemos o que é quando sair no Diário Oficial. Concordam? Então, pelos trâmites gerais aí, a gente não sabe o que se vai ganhar e o que se vai perder. Tanto de um lado como de outro.

Então, esperando que quando sair no Diário Oficial, ambas as partes estejam satisfeitas, a partir deste momento de encontro e não de conciliação ou de ar-

mistício, eu acho que foi um dia proveitoso e esperamos que os senhores endossem o bem dos dois pedaços, dos dois blocos e dos dois movimentos culturais que fazem parte e, por que não, a grandeza do nosso País. Era só isso que eu queria dizer. Obrigada. *(palmas)*

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Após a palavra da nossa musa maior do teatro, agora a nossa musa maior do esporte.

SRA. HORTÊNCIA – Obrigada. Hoje é um dia muito feliz e histórico para o esporte em geral. Há muitos anos a gente vem lutando muito por uma lei de incentivo ao esporte, que é fundamental, principalmente para a base, principalmente para a área social. Eu tenho um exemplo, eu sou um exemplo vivo, de uma família muito pobre, que não tinha condições de ser sócia de um clube e fui descoberta através de um projeto social de uma Prefeitura. E eu acho que essa lei vai ajudar muito a descobrir novos talentos. Nós somos um Brasil muito rico, muito amplo, muito grande, onde nós não precisamos brigar por nada. Existe espaço para todo mundo. Nós estamos sempre junto com a cultura, nós nos honramos muito pelo que a cultura tem feito pelo Brasil não só aqui dentro, mas lá fora também. Eu acho que a nossa luta é muito grande, é muito árdua e contamos com a ajuda dos senhores, pessoas aqui muito queridas por nós, que têm nos ajudado muito e esperamos que essa lei seja aprovada agora, que nós entramos num consenso, que seja aprovada ainda este ano, que é fundamental para o esporte e, como vocês mesmos sabem, se for para o ano que vem, vai ser muito difícil.

Então, esperamos que amanhã a gente consiga aprovar essa lei. E, para finalizar, queria agradecer a oportunidade de estar aqui, eu sempre vejo vocês pela televisão, acompanho muito, não só pela televisão, como pelo rádio e pelos jornais e a gente ouve muito vocês. A Ideli, agradecer muito a força que ela nos deu hoje, é uma mulher guerreira, gosto muito do temperamento dela, é muito parecido com o meu.

(risos)

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Mas tem um monte que não gosta aqui, viu querida?

(risos)

SRA. HORTÊNCIA – Agradecer ao Senador aqui também, Cristovam, com o jeito dele bem manso, bem educado, convence a gente. Ao meu grande amigo, ex-basqueteiro, pelo tamanho, pela força... Enfim, a todo mundo. Ao Agnelo, que começou essa lei e que trouxe muitas coisas a nós, ao novo Secretário, ao Suplicy, que eu tentei convencê-lo no avião, mas não sei se eu consegui. *(risos)*

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP) – (pronunciamento fora do microfone) eu tenho um entendimento com os artistas... Com a Fernanda e com você...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Veio ao meu lado ali.

SRA. HORTÊNCIA – E ao lado também do Romeu Tuma, falando o tempo todo. Mas então, a gente ainda precisa muito de vocês, vai precisar sempre e espero que amanhã vocês nos ajudem a aprovar esta tão sonhada lei. Obrigada. *(palmas)*

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senadora Ideli, V.Ex^a, veja que nem a Hortência sabe se convenceu o senhor ou não...

(risos)

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Esta dúvida, viu, Senador Wellington, é ampla, geral e *(risos)* irrestrita.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP) – Eu tinha transmitido a ela que a Beatriz Segall, o Odilon Wagner e diversos artistas tinham ponderado a mim sobre a importância do incentivo à cultura e então era importante poder compatibilizar e, felizmente, está se chegando a um entendimento aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Com a palavra o Líder do PMDB, Senador Ney Suassuna.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Sr. Presidente, dias atrás nós tivemos aqui uma votação, que foi muito importante para a área de cinema. Agora nós vamos ter para esportes e cultura, ou melhor, para a área toda de cultura, e eu acho que é uma obrigação nossa, do mesmo jeito que fizemos esforço para votar ainda esse ano a área de cinema, temos que votar também essa legislação a tempo e a hora. O PMDB estará unido, apoiando.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Com a palavra o Senador Almeida Lima, que nos honra muito em estar presente nesta Comissão. Com a palavra, Senador.

SENADOR ALMEIDA LIMA (PMDB-SE) – Sr. Presidente, parafraseando o nosso artista popular, “para não dizer que não falei das flores”, eu quero, num ato assim raro, homenagear esta Casa do Congresso Nacional pela postura tomada no dia de hoje, qual seja, a de ouvir a sociedade. Quando esta Casa ouve a sociedade, ela encaminha as questões da forma a mais correta possível e que o exemplo de hoje seja seguido sempre, ouvindo a sociedade, sobretudo, porque nós representamos ela e quando nós nos distanciamos dela não estaremos representando nin-

guém, só a nós mesmos. Portanto, as minhas homenagens hoje ao Parlamento, por ter ouvido a sociedade e chegado, com certeza, a esse entendimento. Muito obrigado. É só. *(palmas)*

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Como é, Senador Paim, peço a sua paciência, como é um momento realmente festivo, eu queria quebrar um pouco o protocolo e dar a palavra ao nosso Ex-Ministro, atual Deputado, que pudesse falar rapidamente sobre a situação. Rapidamente.

DEPUTADO AGNELO QUEIROZ – Agradecer ao nosso Presidente, Wellington Salgado, a todos os Senadores, às representantes aqui da sociedade, a Fernanda Montenegro, a Hortência, porque acho que representam muito bem a cultura e o esporte no nosso País, e me somar aqui com os nossos Senadores, porque eu acho que o Parlamento brasileiro dá um exemplo de democracia, compreende essas duas áreas como áreas importantes para o desenvolvimento da nossa Pátria, da nossa Nação, nunca poderemos ter um País soberano, um País com futuro e desenvolvido sem ter o desenvolvimento da cultura e não poderemos também ter um País com desenvolvimento humano se não tivermos utilizado o esporte como uma política de desenvolvimento humano, política pública, política de Estado.

E por isso é que a aprovação dessa lei incentivo fiscal ao esporte, o Estado está abrindo mão de uma parte do Imposto de Renda para que o empresário possa financiar na sua cidade, no seu Estado e até no País o esporte no Brasil. E isso vai capilarizar muito o investimento da área do esporte, porque é em todo o Brasil, não é só nos lugares desenvolvidos. Devemos ter financiamento do esporte no Norte do Brasil, no Nordeste, no Centro-Oeste, nas áreas menos desenvolvidas e com isso dar oportunidade a um número grande de jovens no nosso Brasil com grande talento e com dificuldade de financiamento para o desenvolvimento pleno.

Por isso que é importante. Essa lei tem o aspecto importante, porque ela não é só para o alto rendimento, só para área do... Mais, digamos assim, especializada do esporte, mas vai também para a inclusão social, abatendo no Imposto de Renda, para o esporte educacional, que é muito importante abater no Imposto de Renda, e é uma lei também temporária, porque é até 2015, tempo suficiente para que os empresários adquiram a cultura de financiar o esporte e vai ver que ganha dinheiro financiando o esporte, colando a imagem da empresa com o esporte.

Dá um retorno é maravilhoso. É colar a imagem com sucesso, com beleza, com saúde. Então, isso é

muito importante. E eu tenho certeza que a partir daí pode até não precisar mais de uma lei de incentivo, mas é essa que é a importância do Estado, é induzir para fazer com que haja maior investimento também empresarial. Como é crescente a responsabilidade social no Brasil e as empresas estão ganhando para isso, com o incentivo, eu tenho certeza que será um sucesso e nós vamos ampliar muito o financiamento do esporte, há uma projeção de até dobrar o financiamento do esporte no Brasil, num período curto, e isso vai significar mais desenvolvimento humano. Não só medalhas, não só grandes campeões, mas, sobretudo, desenvolvimento humano para o nosso País, ocupar as crianças e o tempo livre com algo saudável, que é o esporte, tirar da rua, das drogas, da violência, e não tem uma ferramenta mais eficaz, justamente porque é atrativo, é prazeroso. Assim como a cultura. É o esporte e a cultura ajudando no desenvolvimento integral das nossas crianças. E eu tenho certeza que essa lei que, com a ajuda dos Senadores, porque nós sabemos no fim do ano há uma agenda muito lotada e mostram assim a grandeza do nosso Senado da República do Brasil, de acelerar outras votações, inclusive Medidas Provisórias, mas dando essa grande conquista para o esporte brasileiro esse ano, que já vai repercutir nos Jogos Pan-Americanos no Rio de Janeiro, no próximo ano de 2007, quando estaremos realizando o maior Jogos das Américas e um dos maiores do mundo aqui no nosso País. E mesmo sendo um prazo curto, pouco vai interferir assim já no resultado, mas na estima dos atletas, na possibilidade de poder continuar treinando e ter financiamento para treinar, eu tenho certeza que isso vai influenciar muito o resultado dos jogos com a ajuda do Executivo e do Parlamento brasileiro, reconhecendo isso e garantindo a lei de incentivo fiscal ao esporte, que é tão sonhada, há mais de 30 anos, pelo esporte brasileiro. E completando essa dupla, com a união com a cultura é que... Nós vamos inclusive fazer uma campanha juntos, cultura e esporte, para incentivar o empresariado a patrocinar o esporte e a cultura no Brasil. Muito obrigado e parabéns, Presidente. *(palmas)*

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Eu queria passar a palavra agora ao Senador Leonel Pavan. Com a palavra, Senador.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Sr. Presidente, primeiro eu queria cumprimentar aqui a Comissão de Educação, que tem prestado grande serviço à Nação brasileira. Em todos esses quatro anos que estamos aqui, a Comissão de Educação tem trabalhado firmemente para trazer benefícios à sociedade brasileira. E hoje, mais uma vez, há uma

demonstração da importância desta Comissão e da forma democrática com que aqui se discutem as leis. E o Presidente Wellington, tem presidido a nossa Comissão dessa forma, com transparência e com muita democracia. Então eu quero homenageá-lo, Presidente, por ter a oportunidade de presidir esse instrumento histórico do nosso País.

E aqui os artistas, os atletas, todos são da área cultural, podemos dizer, e do lazer, do entretenimento, todos nos proporcionam momentos de alegria e de felicidade. Todos que aqui estão. E todos eles merecem o nosso empenho, o nosso respeito e nossa admiração. E hoje certamente é um exemplo daquilo que nós queremos para o Brasil: Conciliação. A semana passada, me parece que sexta-feira passada, foi o Dia Nacional da Conciliação. E hoje demonstramos isso. Conciliação entre duas áreas muito importantes no nosso Brasil, e às vezes desvalorizadas e não reconhecidas, que é a área do esporte e a área da cultura. O Governo, o Senado, o Congresso, o Brasil, dá um passo muito importante no reconhecimento àqueles que nos proporcionam momentos felizes e às vezes terminam suas carreiras sem nenhuma condição, às vezes com dificuldades, muitos com dificuldades. E me permitam aqui todos vocês, fazer uma homenagem a todos os atletas e artistas, na pessoa de uma pessoa, do Lars Graef, que aqui está, que é um exemplo de persistência e de luta. *(palmas)* E ele que nos comoveu muitas e muitas e muitas vezes. Queria também, Presidente, aqui mencionar, eu sou de Santa Catarina e fico feliz ao ver aqui o Ivan Ranzolin, Deputado Federal, que presidiu a Frente Parlamentar de Esporte. E ele também, certamente, ao presidir essa frente, também estava procurando o entendimento com o setor da cultura.

Então, eu quero cumprimentar a todos vocês. Acho que eu, que vou sair do Senado agora no fim do ano, vou assumir a Vice-Governança em Santa Catarina, saio daqui feliz, porque estamos encerrando um ano, um período, com sucesso, com duas áreas que precisavam de respeito e continuam precisando de respeito, mas de atenção do Parlamento e do Governo. Por isso, meus cumprimentos a todos e a todos os Senadores e ao nosso Presidente. Muito obrigado.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – (pronunciamento fora do microfone) compromisso assinado.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Esporte e cultura está, sem dúvida alguma, como a do Turismo, está, sem dúvida alguma, dentro dos nossos projetos para Santa Catarina, como foi aqui os nossos projetos para o Brasil. *(palmas)*

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Eu queria dizer que o Presidente Renan, inclusive está no telefone

comigo, está avisando que está chegando à Casa, já está na Casa e que os artistas e os atletas poderiam... Que ele vai recebê-los no salão.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Pois não. Com a palavra a Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Se V.Ex.^a me permite, como nós havíamos combinado que na chegada do Presidente nós tentaríamos levar também os Líderes partidários para poder fazer, eu queria pedir que a gente pudesse suspender a reunião e podermos, a Presidência da Comissão, os Líderes que estão aqui acompanhar a comitiva representativa, se for possível.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senadora, nós estamos com uma pauta extensa e tem muitas coisas para serem votadas, eu acho que eu vou dar a palavra ao Líder, Senador José Agripino, e eu acho que poderíamos só os Líderes caminharem e nós continuarmos com a votação, porque isso é importantíssimo.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Mas nós não vamos fazer Reunião Extraordinária amanhã?

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Amanhã.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Aí amanhã seria só para esse Projeto?

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Só para esse Projeto, entendeu, Senadora. Porque a pauta está extensa. Com a palavra o ilustre Líder do PFL, Senador José Agripino.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu queria cumprimentar, nas pessoas de Fernanda Montenegro e de Hortência, dois ídolos pessoais meus, os esportistas e os atores que nos dão a honra de suas presenças. Eu vou ser muito rápido. Eu estava fora do Congresso, recebi um telefonema da Líder Ideli Salvatti pedindo minha presença na Comissão de Educação. Eu disse a ela que ia tentar, ia fazer o possível. Assim como o Presidente, eu fiz o possível para vir aqui e pensei que fosse participar de um embate na busca da “escolha de Sofia”. Eu pensei que eu fosse obrigado, em nome do meu partido, a fazer uma opção entre o esporte e a cultura. Já imaginou que Fernanda, que desastre? Graças a Deus, a maturidade de ícones como vocês promoveu o entendimento e não há necessidade de “escolha de Sofia” nenhuma e está feito o acordo.

O que eu queria... Eu conversava com Hortência agora há pouco, o que eu queria era garantir, em nome

do meu partido, uma coisa que é importante para a sacramentação do acordo que vocês fizeram. É a dispensa dos interstícios. Porque entre o acordo e a votação de uma matéria há toda uma tramitação legislativa. E aqui nessa Casa o embate é o normal. É a prática. O consenso é o eventual. Se vocês propiciaram um consenso, a nossa obrigação é fazer a reunião de Líderes para dispensar os interstícios, para encurtar os prazos. *(palmas)* Para que aquilo que vocês, com maturidade, correspondendo àquilo que nós imaginamos de vocês, qualquer... O mais importante dos Senadores não tem a metade do prestígio de Fernanda Montenegro ou de Hortência. Então nós temos a obrigação de respeitar vocês e aplaudir o acordo que vocês fizeram e garantir, no plano legislativo, que o acordo que vocês fizeram nós honraremos, dispensando prazos para que o acordo se transforme em lei, e aquilo que vocês entenderam seja a prática do Governo no que diz respeito à distribuição de verba. Da parte do PFL, eu nem preciso ir a Renan, ao Presidente Renan, eu já estou garantindo, em nome do meu partido, a dispensa de interstícios e a busca do consenso pelo acordo de líderes para que se vote rapidamente no Senado, para que a Câmara vote rapidamente e qualquer reparo tenha vigência e eficácia até o recesso, que começa dia 22 de dezembro. É o meu compromisso. *(palmas)*

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Eu acho que por último eu queria só passar a palavra ao Presidente da Frente Parlamentar do Esporte, o Deputado Ivan Ranzolin. Com a palavra.

DEPUTADO IVAN RANZOLIN – Sr. Presidente, hoje à noite nós teremos no Rio de Janeiro um grande encontro, que é o maior encontro do esporte do ano, que é a entrega do prêmio olímpico aos atletas que se destacaram neste País. E a maior notícia que nós poderemos levar para o Rio de Janeiro é deste encontro que está tendo hoje aqui e desse resultado e da posição dos Srs. Senadores em votar amanhã, em regime de urgência nesta Comissão, para possibilitarmos a sanção deste Projeto para que o ano dos Jogos Pan-Americanos seja contemplado com esta grande lei. Gostaria de dizer à nossa queridíssima artista Fernanda Montenegro que a sua manifestação, pela imprensa, da preocupação com a cultura foi que transformou esse assunto num assunto nacional. E que mobilizou a todos...

SRA. FERNANDA MONTENEGRO – Toda crise é necessária.

DEPUTADO IVAN RANZOLIN – Exatamente. Toda crise é necessária. Isto fez com que houvesse uma mobilização dos atletas, do mundo esportivo, da cultura e que nós chegássemos a esta Casa para ver

aqui tantos Senadores interessados em resolver este problema. Como Presidente da Frente Parlamentar da Câmara dos Deputados, que congrega 106 Deputados, devo dizer, meu caro Ex-Ministro Agnelo, que esse foi um grande trabalho do seu Ministério, que trouxe grandes alegrias para esse País junto com o valoroso *(inaudível)* (52:57), que eu quero homenagear aqui, comitê olímpico e paraolímpico, que têm dado grandes alegrias para este País. E podem ter certeza que nos Jogos Pan-Americanos nós não vamos querer disputar o terceiro lugar. Nós vamos disputar já o segundo lugar. Só vamos respeitar, por enquanto, os Estados Unidos. Por isso, Sr. Presidente, muito obrigado. Esta aqui é a nossa grande vitória. Quero saudar, por fim, a nossa Senadora Ideli e o Senador Pavan, que estão aqui presentes, como o Senador Bornhausen, que tem dado grande colaboração e que tem orgulhado o nosso Estado de Santa Catarina nesta luta pelo esporte e pela cultura, e cumprimentando assim todos os Srs. Senadores. Isto é realmente Poder Legislativo. Muito obrigado. *(palmas)*

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Eu queria anunciar que o Presidente Renan já me ligou aqui três vezes para todos estarem presentes. Queria anunciar também a presença do nosso símbolo maior, Senador Pedro Simon, aqui presente. O Presidente Renan aguarda os esportistas e os atores lá.

Bom, voltamos à pauta, Senador Paim? Bom, pediria a votação da... Com a palavra o Senador. Por favor.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Presidente, eu queria encarecidamente pedir, se possível, inversão de pauta, para que apreciemos o Item 6, é não terminativo e é um projeto de relevante interesse.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Nós temos que pedir a inversão de pauta para as rádios, porque é terminativo. Para nós votarmos logo, porque é rapidinho. Senador Paim, um pouquinho mais de paciência, por favor.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Na mesma linha, Sr. Presidente, pedindo que um que terminativo nosso, que é simbólico, é só a data de 10 (F) de agosto, a morte *(inaudível)* (54:32) Fernandes fosse votada. Não é polêmico, não é nada.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador Mesquita, Senador Paim, vamos às rádios, rapidamente, que é terminativo.

Vamos ao Item 1 da pauta, Projeto de Decreto Legislativo nº 419/2006, aprova o ato que autoriza a

Associação Comunitária Ecológica Educativa e Cultural Z a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mauá, Estado de São Paulo. A autoria é do Poder Executivo e Relatoria é do Senador Romeu Tuma. Senador Romeu Tuma tem três rádios para relatar. Poderia eu ler as três de uma vez, Senador?

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Pode ler, por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – É o Item 2 da pauta, também terminativo, Projeto de Decreto Legislativo nº 420/2006, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Amigos de Oroeste a executar o serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Oroeste, Estado de São Paulo. Autoria do Poder Executivo e Relatoria é do Senador Romeu Tuma, que tem também parecer favorável.

O Item 3 da pauta, também terminativo, Projeto de Decreto Legislativo nº 423/2006, aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Comunitária de Cesário Lange a executar o serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cesário Lange, no Estado de São Paulo. Autoria do Poder Executivo e Relatoria do Senador Romeu Tuma também, que tem parecer favorável.

E o Item 04 – o Senador Romeu Tuma hoje tomou conta da pauta – é o Projeto de Decreto Legislativo nº 426/2006, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Conchal a executar o serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Conchal, Estado de São Paulo. Autoria do Poder Executivo e Relatoria do Senador Romeu Tuma, que também tem parecer favorável. Com a palavra o Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – V.Ex.^a, praticamente homenageou o meu Estado, que eu amo tanto e, diante das leituras das Emendas e dos projetos e sendo apresentada toda a documentação necessária, meu voto é favorável à aprovação dos quatro itens.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Em discussão. Faremos a votação em bloco ao final.

Vamos ao Item 5, é um Projeto também terminativo, Projeto de Decreto Legislativo nº 357/2006, que aprova o ato que autoriza a Fundação Álvaro Prestes a executar o serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Amarante, Estado do Piauí. Autoria do Poder Executivo e Relatoria do Senador Mão Santa, que não está presente e queríamos nomear *ad hoc* o Senador Juvêncio da Fonseca. Senador Juvêncio, o Item 5, terminativo.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Sr. Presidente, o projeto atendeu todo o trâmite legal. Nosso parecer é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Em discussão. O Projeto será votado ao final. Não havendo quem queira discutir, o projeto será votado ao final.

Vamos ao Item 6, Projeto de Decreto Legislativo nº 432/2006, aprova o ato que outorga permissão à Fundação de Apoio ao Jovem de Iguatu, FAJI, para executar o serviço de radiodifusão sonora de Frequência Modulada na cidade de Iguatu, Estado do Ceará. Autoria do Poder Executivo e a Relatoria é da Senadora Patrícia Saboya Gomes, que não está presente e nomeamos o Senador Almeida Lima como Relator *ad hoc*. Por favor, Senador Almeida Lima, com a palavra. O Item 6 da pauta, terminativo, de rádio.

SENADOR ALMEIDA LIMA (PMDB-SE) – Pelo relatório apresentado, se conclui que toda a documentação necessária, legal, foi devidamente apresentada. Portanto, sou de parecer favorável à aprovação do referido projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Em discussão. Não havendo quem queira discutir, será votado nesse momento. Vamos votar para todos os projetos. Os projetos são terminativos e a votação é nominal. Senador José Jorge.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Presidente, eu poderia fazer pela ordem? Só...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Pela ordem, o Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Sobre o Item 2, há um pedido da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão e, com todo o respeito ao Senador Crivella, autor, e à Relatora, Fátima Cleide, há um voto em separado contrário do...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Nós vamos chegar lá.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Ia propor uma Audiência Pública só para não atrasar...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – É o próximo item da pauta. Vamos à votação. Senadora Maria do Carmo Alves. Senador Edison Lobão.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Com os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Com os Relatores. Senador Juvêncio da Fonseca.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador Leonel Pavan.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador Almeida Lima.

SENADOR ALMEIDA LIMA (PMDB-SE) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador Ney Suassuna. Senador Gilberto Mestrinho. Senador Alton Freitas. Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senadora Fátima Cleide.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – Com os Relatores, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador Flávio Arns. Senadora Ideli Salvatti. Senador Roberto Saturnino.

SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Com o Relatores, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador Sérgio Zambiasi. Senador Augusto Botelho. Senador César Borges. Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Com os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Com os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador Geraldo Mesquita.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Com os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Com os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Faltou alguém? Não. Aprovado por unanimidade. Passamos então ao Item 2 da pauta, com a presença dos Relatores.

O Item 2 da pauta, não terminativo, Projeto de Lei do Senado nº 257/2005, acrescenta parágrafos do art. 12 no art. 23-A a Lei 5.250, de 9 de fevereiro de 1967, Lei de Imprensa, para disciplinar a divulgação de informações lesivas à dignidade da pessoa humana. Autoria do Senador Marcelo Crivella e Relatoria da Senadora Fátima Cleide. Parecer favorável, com as Emendas oferecidas. Observações: Foi concedida vista ao Senador Antônio Carlos Valadares na reunião do dia 17/10/2006, que apresentou voto em separado pela rejeição do projeto; Observação 2: Matéria terminativa na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania.

Tem sobre a Mesa Requerimento sobre o projeto. Requeiro, nos termos do inciso I do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Educação com a finalidade de instruir o PLS nº 257/2005, que acrescenta parágrafos ao art. 12 e o art. 23-A à Lei 5.250, de 9 de fevereiro de 1977, Lei de Imprensa, para disciplinar a divulgação de informações lesivas à dignidade da pessoa humana, com a presença dos seguintes convidados: Sérgio Murilo de Andrade, Presidente da Federação Nacional dos Jornalistas, Nelson Sirotsky, Presidente da Associação Nacional de Jornais, Daniel Pimentel Slaviero, Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio, ABERT. Está em votação o Requerimento. Para encaminhar, a autora do Requerimento, Senadora Fátima Cleide, com a palavra.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, esta é uma matéria que causou bastante polêmica nos últimos dias na imprensa e eu acredito no projeto da forma como apresentei o substitutivo e acredito também que, por ser polêmico, merece discussão. O Relatório substitutivo do Senador Antônio Carlos Valadares é pela rejeição da matéria, conseqüentemente, pelo arquivamento do Projeto. E eu acredito que a gente precisa discutir um pouco mais. E por isso gostaria de ter dos nobres pares o voto favorável à realização da Audiência Pública.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Presidente, peço a palavra, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Desculpe, Senador Valadares, o Senador Romeu Tuma tinha

pedido a palavra, pela ordem, anteriormente. Com a palavra o Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu acho que a Senadora Fátima Cleide já tinha falado com o nosso Secretário que há conflitante nos dois relatórios, há uma preocupação no setor de imprensa para não parecer que haja obstrução ao noticiário, à liberdade de imprensa. Tenho a impressão que o Senador Crivella vai concordar, como a Senadora Fátima Cleide já pediu a Audiência Pública, que ela realmente seja realizada. E sem nenhum constrangimento então, o nosso apoio ao Requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Com a palavra o Senador Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Sr. Presidente, eu concordo inteiramente com o Requerimento apresentado pela eminente Relatora deste Projeto, a Senadora Fátima Cleide, visando à convocação de uma Audiência Pública, onde serão ouvidos vários especialistas ligados ao setor da imprensa. Acho que é uma atitude democrática, o meu voto em separado era pela rejeição, entretanto, quem sabe, através dos debates que aqui serão travados, de uma discussão ampla e democrática, nós possamos encontrar mecanismos que preservem a liberdade de imprensa e atendam os objetivos maiores do respeito à dignidade da pessoa humana, como propõe inicialmente o Projeto do Senador Marcelo Crivella. Portanto, o meu voto é favorável ao Requerimento da Senadora Fátima Cleide.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Com a palavra o Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sra. Senadora Relatora, acho que nós todos devemos concordar com a Audiência Pública. Apenas pediria, se fosse possível, que incluíssemos também um representante da OAB e do Ministério Público, para que nós pudéssemos ouvir não só os Jornalistas, mas também os representantes do Direito e chegarmos a um acordo. Eu lembro, Sr. Presidente, que o Projeto ele apenas visa a trazer para a lei o que hoje já consta, Senador Valadares, nos manuais de ética. Folha de São Paulo, O Globo, os grandes meios de comunicação já prevêm que o Jornalista deve publicar documentos, mas que antes tenham sido cotejados, verificados e também que dêem oportunidade ao acusado de ser ouvido na matéria. É isso que diz o Projeto de Lei, que já consta, como disse, não em todos os jornais, nem todos os

jornais têm Conselho de Ética ou o obedecem, mas na Folha de São Paulo, por exemplo, que eu consultei, é de praxe. Mas acho que a gente pode debater isso numa grande Audiência Pública, que possa de alguma maneira trazer o consenso da matéria. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Primeiro, então, em votação... Com a palavra o Senador Saturnino, para discutir.

SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – É só para apoiar a sugestão do Senador Crivella no sentido de que na Audiência Pública estejam presentes também representantes da lei, afinal de contas, da OAB e do Ministério Público, porque acho que escutar só a parte dos Jornalistas não seria tão esclarecedor quanto agora com a complementação do Senador Crivella.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Então, vamos fazer duas votações. A primeira votação, da ilustração... Do Requerimento da Senadora, que está em votação. Quem aprova, continue como está. Aprovado. E agora...

(tumulto)

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador Leonel Pavan, primeiro.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – A Audiência Pública ela seria realizada este ano?

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Aí temos que ver a pauta. Talvez não. Essa é a penúltima... Esse ano eu acho impossível.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – É impossível se realizar neste ano essa audiência, que eu acho de extrema importância. Infelizmente, eu não vou estar aqui quando vai ter essa Audiência Pública. Só como convidado. Eu tenho uma posição firme em relação a esse projeto, acho necessário nós tomarmos uma posição, porque existe... A maioria são bons, mas existe uma minoria que trabalha em diversos setores, na política, na imprensa, que merecem realmente ser tomada uma providência para que não cometam injustiça com as pessoas. Eu não vou estar aqui na Audiência Pública, mas, como convidado do Senador Romeu Tuma, poderei estar sem dúvida alguma para participar.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Meu convidado também.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Obrigado, Wellington. Então não vai ser agora, só será ano que vem, certamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Com a palavra... O Senador Saturnino queria falar? Alguém mais? O Senador Valadares. Desculpe. Com a palavra o Senador Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Em aditamento ao que foi sugerido para a vinda dos representantes do Ministério Público e da OAB, é natural que a gente pense em prestigiar também uma classe que é quem julga na realidade em última instância, que é a dos magistrados. Um representante da Associação dos Magistrados do Brasil. É a nossa sugestão.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Então, mais um aditamento. Então, vamos votar primeiro o Relatório da... Já votamos. Aprovado. Agora o aditamento do Senador Crivella. Que está aprovado. E agora também o aditamento do Senador Valadares. Está aprovado também. Está certo assim? Então, está sobrestado este projeto até o resultado da Audiência Pública. Passamos agora ao Item...

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Pela ordem, o Senador Geraldo Mesquita.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Eu solicitei a V.Ex.^a, possibilidade de inversão de pauta para apreciarmos o Item 6, aproveitando a presença do Relator aqui, Senador Almeida Lima.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Então vamos ao Item 6. Submeto à aprovação da Comissão. Aprovada a inversão de pauta. Vamos ao Item 6.

O Item 6, Projeto de Lei do Senado nº 216/2006, que altera a Lei nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, que dispõe sobre os estágios de estudantes de estabelecimentos de ensino superior e de ensino profissionalizante de segundo grau e supletivo e dá outras providências, para assegurar aos estagiários o direito do vale transporte. Autoria do Senador Geraldo Mesquita e Relatoria do Senador Almeida Lima, com o parecer favorável. Matéria terminativa na Comissão de Assuntos Sociais. Com a palavra o Senador Almeida Lima.

SENADOR ALMEIDA LIMA (PMDB-SE) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, em exame nesta Comissão, o Projeto de Lei do Senado 216/2006 de autoria do Senador Geraldo Mesquita Júnior, que intenta assegu-

rar aos estagiários o direito integral ao vale transporte, nos termos da Lei 7.418, de 85, sem participação dos estudantes no custeio do benefício.

Para esse fim, a proposição inclui dois dispositivos na Lei 6.494, de 77, conhecida como Lei Geral do Estágio.

Para justificar a iniciativa, o autor argumenta que o valor da bolsa de estágio paga aos estudantes tem se mostrado na prática insuficiente para cobrir as despesas com os deslocamentos exigidos para a realização da atividade. Em casos extremos, acrescenta, os estudantes têm se submetido a estágios não remunerados, o que dificulta ainda mais as suas possibilidades de enriquecimento curricular. Com apreciação terminativa na Comissão de Assuntos Sociais desta Casa, a proposição foi encaminhada a Requerimento de V.Ex.^a, Senador Wellington Salgado, a audiência desta Comissão de Educação onde não recebeu Emendas no prazo regimental. Este é o Relatório.

A análise. De acordo com o art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Educação avaliar o mérito de proposições que digam respeito, entre outros assuntos, a normas gerais sobre educação, cultura, ensino e desporto e instituições educativas e culturais, diretrizes e bases da educação nacional e salário-educação, além da formação e aperfeiçoamento de Recursos Humanos.

Com efeito, a apreciação da matéria que envolve a preocupação tendente a aprimorar o estágio curricular no âmbito desta Comissão, além de regimentalmente legitimada, conforme já havia suscitado o Senador Wellington Salgado de Oliveira, apresenta-se deveras oportuna, uma vez que se trata de temática pertinente à área da educação, a envolver as etapas mais relevantes no que toca à formação de futuros profissionais.

A importância do estágio curricular acentua-se ainda mais com as restrições ora postas pelo mercado de trabalho, que tem transferido sistematicamente aos candidatos a emprego a obrigatoriedade de comprovação de experiência profissional prévia.

Como resultado dessa prática, disseminada em massa, muitos candidatos recém formados são alijados de plano da postulação a vagas de emprego, porquanto, infelizmente, não logram comprovar o exigido desempenho profissional que lhes impõe.

Assim, o estágio tem sido um dos caminhos procurados pelos estudantes para suprir esta lacuna, a ponto de muitos se sujeitarem àqueles não remunerados, com o fim de, ao lado da prática profissional como atividade curricular, formalizar a experiência que lhes será demandada quando da busca do emprego efetivo.

Por fim, conforme destacou o autor do PLS 216, nobre Senador Geraldo Mesquita, importa salientar que o vale-transporte destinado aos trabalhadores já encontra, no que tange à iniciativa privada, tratamento fiscal privilegiado, o que mitiga o ônus imposto ao setor empresarial. Ademais, o vale-transporte pago aos estudantes já é subsidiado pelo instituto da meia-passagem, vala das regiões que concentram a maior oferta de estágio. Portanto, não há razões para se falar em aumento de custos.

Por tudo isso, a preocupação do autor é, além de meritória, muito oportuna, por responder satisfatoriamente a um problema que afeta expressiva parcela dos futuros trabalhadores deste País.

No que concerne à conformação jurídica e constitucional, a proposição não reclama reparos, apresentando-se igualmente adequada às prescrições de técnica legislativa insculpidas na Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 98. Esta é a análise.

O voto. Diante do exposto, somos favorável à aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 216/2006, do nobre Senador Geraldo Mesquita. Este é o parecer e o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Aprovado.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Pela ordem, o Senador Leonel Pavan.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Sr. Presidente, tem um projeto aqui para ser votado em fase terminativa. Eu gostaria de pedir...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador Leonel Pavan, tenho aqui também um projeto terminativo também e eu queria ir direto a este projeto terminativo. Vamos votar o do Paim e imediatamente de V.Ex^a. Está bom assim?

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Eu pediria que ninguém... Que todos permanecessem, para aproveitar. Porque senão não teremos outra oportunidade.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Sr. Presidente, só uma sugestão. Que todos lessem o resumo, a Ementa, para poder... Se tiver alguma dúvida...

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Apenas o resumo.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Fique ao meu lado, Senador Romeu Tuma.

Vamos ao Item 12, projeto terminativo, Projeto de Lei do Senado nº 286, institui o Dia Nacional de Reflexão do "Cantando as Diferenças". Autoria do Senador Paulo Paim e Relatoria do Senador Marcelo Crivella. Parecer favorável, com as Emendas oferecidas. Com a palavra o Relator, Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Sr. Presidente, diante do entendimento dos Srs. Senadores, e aí eu quero me valer, Sr. Presidente, do portfólio de projetos relevantes, preocupados, sobretudo, com os mais carentes, que têm pautado a atuação Parlamentar do Senador Paulo Paim, para ler apenas o voto. Ler apenas o voto.

Então, como os senhores já devem saber, trata-se de um dia em homenagem a Florestan Fernandes e que cuida de lembrar aos brasileiros de vencer as diferenças, sejam religiosas, sejam opções sexuais, sejam de cor e, talvez a mais disseminada entre nós, que é do nível social e econômico.

Diante do exposto, conclui-se pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado 286/2006, que vai com a seguinte Emenda: Parágrafo único: Dia 10 de agosto, buscará a reflexão sobre as diversidades em todo o País nos aspectos sociais, culturais, individuais e do meio ambiente. É esse o Relatório, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Em discussão o parecer. O Senador Paim, deseja? Vamos então... Tenho certeza que o Senador Paim não está debatendo em função do tempo de todos nós. Obrigado, Senador Paim.

Vamos agora então à votação nominal, visto que é terminativo. Senador José Jorge, como vota? Senadora Maria do Carmo. Senador Edison Lobão. Senador Marcelo Crivella, que é o Relator. Senador Juvêncio da Fonseca. Senador Leonel Pavan.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Voto com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador Almeida Lima. Senador Gilberto Mestrinho e Ney Suassuna, não estão presentes. Senador Aelton Freitas. Senador Paulo Paim. Senadora Fátima Cleide. Senador Flávio Arns. Senadora Ideli Salvatti, não está. Senador Roberto Saturnino. Senador Sérgio Zambiasi, não está. Senador Augusto Botelho, não está. Senador César Borges. Senador Cristóvam Buarque. Senador Romeu Tuma. Senador Eduardo Azeredo. Senador Geraldo Mesquita. Senador Antônio Carlos Valadares. Aprovado por unanimidade.

Passamos imediatamente a outro Projeto terminativo, que é o Item 2 da pauta. Desculpe, é o Item 3.

Desculpem, eu tenho que perguntar se está mantido o voto à Emenda dos Srs. Senadores. Mantido por unanimidade.

Vamos agora ao Item 3 da pauta. Também terminativo. Depois do 4. O Item 4 qual é? Então nós vamos ao Item 04, porque eu prometi...

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – O Item 3, Sr. Presidente. Eu estou aqui. *(risos)*

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Desculpe *(risos)* também. O Senador Pavan e sua...

Vamos ao Item 3 da pauta. Também terminativo. Torna obrigatório o percentual de edição de livros e revistas em braile e dá outras providências. Autoria da Senadora Heloísa Helena e Relatoria da Senadora Fátima Cleide. Parecer favorável, na forma do substitutivo oferecido na CCJ. Observação 1: Sendo aprovado o substitutivo, a matéria será incluída em pauta na próxima reunião para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 192 do Regimento Interno do Senado Federal. Com a palavra a Senadora Fátima Cleide, Relatora.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – Sr. Presidente, de uma maneira bem breve também, quero dizer que esse Projeto de Lei é de autoria da Senadora Heloísa Helena, que torna obrigatória a impressão em linguagem de braile de 0,5% das edições de livros e revistas de grandes circulações, sejam literários, didáticos ou acadêmicos possam ser impressos em braile. Muito rapidamente, para que nós possamos agilizar a nossa reunião, o nosso voto é pela aprovação deste Projeto, pela sua relevância social e também para homenagear a Senadora Heloísa Helena.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Em discussão o voto da Relatora. Não havendo quem queira discutir, vamos passar à votação nominal, visto que é terminativo. Senador José Jorge. Senadora Maria do Carmo. Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Sr. Presidente, com a Relatora. É um projeto relevante, 0,5%, por exemplo, da Revista Veja, da Revista Época, de todas as grandes revistas de circulação e até jornais deverão ser editados em braile. É claro que a lei vai regular isso, mas acho que o espírito da lei merece o apoio de todos nós.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador Leonel Pavan.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Com a Relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador Almeida Lima. Senador Ney Suassuna. Senador Gilberto Mestrinho. Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Com a Relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senadora Fátima Cleide, que é a Relatora. Senador Flávio Arns. Senador Roberto Saturnino.

SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Com a Relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Com a Relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador Geraldo Mesquita.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Com a Relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador Valadares. Aprovado por unanimidade. A matéria será submetida a turno suplementar na próxima reunião. Pela ordem...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Desculpe, Senador Jonas Pinheiro. Incrível. Senador Jonas Pinheiro, como vota? Desculpe.

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Com a Relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Aprovado anterior unanimidade. Perdoe.

Agora vamos ao Item 4. E eu não podia... O senhor está com um terno maravilhoso hoje, claro, eu não podia ter deixado de observar.

Vamos ao Item 4 terminativo, Projeto de Lei do Senado nº 297/1999, institui o sistema de bolsas de estudo para integrantes das carreiras de policiais federais, policiais civis, policiais militares, do Corpo de Bombeiros e militares e das Forças Armadas. Autoria do Senador Luiz Estevão e Relatoria do Senador Leonel Pavan. Parecer favorável às Emendas ofereci-

das. Observação 1: Serão realizadas duas votações nominais, uma para o Projeto e outra para a Emenda. Observação 2: Foi concedida vista ao Senador Saturnino na reunião do dia 28/11/2006, que devolveu sem manifestações por escrito. Passamos agora a palavra ao Senador Leonel Pavan.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Sr. Presidente...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Desculpe, Senador. Tem uma Emenda submetida que acresce ao Projeto de Lei do Senado... Não precisa ler. Tem uma Emenda aqui. Do Senador Marcelo Crivella. Desculpe, com a palavra, primeiro, o Senador Marcelo Crivella, que é o autor da Emenda.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Sr. Presidente, essa Emenda reflete uma preocupação que eu manifestei na última vez que discutimos este Projeto, que é de beneficiarmos os oficiais de praça das Forças Armadas, já fui integrante das Forças Armadas e tenho o maior respeito por eles. Por oito anos servi o Exército Brasileiro. Mas me preocupa de fazerem um curso de especialização e depois fazerem um concurso para o Banco Central, Banco do Brasil, há precedentes, e abandonarem as Forças Armadas.

Então, fui consultar o Estatuto dos militares e de lá eu copieei os prazos que hoje se exigem de um militar que recebe subsídio do Governo para o aperfeiçoamento na carreira. E foi esses prazos que eu então propus ao Senador Pavan para que fosse incluído no Projeto. E já consta no Estatuto dos militares. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Então, com a palavra o Senador Leonel Pavan.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Eu acabei não entendendo. O Senador Marcelo Crivella aprovou o Projeto com uma Emenda?

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Sim. Eu aprovo o Projeto, mas propus essa Emenda, que o militar que receba a bolsa, Pavan, ele não saia do Exército ou da Marinha ou da Aeronáutica dentro de um determinado prazo.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Acho que é importantíssima essa Emenda do Senador Marcelo Crivella, visto que, além de garantir a bolsa, faz com que também eles permaneçam em suas funções. Quero dizer ao Senador Paim, que tem sido aí autor de inúmeros projetos que trazem benefícios sociais, esse projeto não é meu, eu, como Relator, eu achei um grande projeto, aliás, um projeto do Luiz Estevão, ele é um projeto que vem trazer benefícios para justamente

aqueles que oferecem segurança, ou têm obrigação de oferecer segurança ao povo brasileiro.

Então, por isso é que eu dei o voto favorável aqui no meu relatório. Quero apenas cumprimentar o Sr. Marcelo Crivella e agradecer a rapidez, a agilização do pedido de vista que ele fez ao meu relatório. Só isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Em discussão o item... A Emenda.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – O senhor acatou a Emenda?

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Aca-tei. Eu acatei a Emenda. Ao agradecê-lo pela sua Emenda, acato a Emenda, para que o projeto não seja prejudicado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Então, em votação o parecer, com a Emenda acatada do Senador Leonel Crivella... Desculpe.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Só falta eu ser pastor, mas, olha, eu tenho a mesma crença que o Senador Marcelo Crivella.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – É que os dois moram no meu coração. Então eu acabei criando a imagem do “Leonel Crivella”.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – É a mesma fé, viu Marcelo? Eu tenho a mesma fé.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – *(risos)* Na verdade, é uma mistura de dois grandes Senadores. Votaremos então o Projeto...

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – E *(risos)* “Marcelo Pavan”.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Desculpem, *(risos)* Senadores, mas realmente foi uma mistura... *(risos)*

Votaremos então o projeto e com acatção da Emenda. Primeiro projeto. Senador Marcelo Crivella. Senador Juvêncio da Fonseca. Senador Leonel Pavan, que é o autor. Senador Almeida Lima. Senador Gilberto Mestrinho. Senador Paulo Paim. Senador Aelton Freitas. Senadora Fátima Cleide. Senador Flávio Arns. Senador Roberto Saturnino. Senador Sérgio Zambiasi. Senador Augusto Botelho. Senador César Borges. Senador Romeu Tuma. Senador Eduardo Azeredo. Senador Geraldo Mesquita. Senador Jonas Pinheiro. Senador Antônio Carlos Valadares. Agora os senadores mantêm os votos para as Emendas? Mantido. Aprovado por unanimidade.

Vamos ver se tem mais algum item terminativo para podermos aprovar. Não tem, não?

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – 13.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – O Item 13? O 13 não precisa, porque é turno suplementar.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – O Item 7 não é terminativo, não, Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Eu preciso do Relator presente, Senador Marcelo Crivella e o Edison Lobão não está.

O Item 13. Vamos ao Item 13. Também é terminativo. Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 326/2005, denomina Aeroporto Internacional de Belém Júlio César Ribeiro de Sousa o aeroporto da cidade de Belém, no Estado do Pará. Autoria do substitutivo é do Senador Jonas Pinheiro, a autoria do PLS é da Senadora Ana Júlia Carepa. Não sendo oferecidas Emendas ao Projeto até o fim da discussão, a matéria será dada como definitivamente adotada pela Comissão, segundo o que preceitua o art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal. Observação 2: O parecer do PLS 326/05, de autoria do Senador Jonas Pinheiro é favorável ao projeto, na forma do substitutivo oferecido. Foi aprovado na reunião no dia 05/12/2006. Não foram apresentadas Emendas, então matéria foi adotada pela Comissão. Não precisa ir a votação. Qual é o próximo item?

Agora vamos aos item não terminativos. Item 12 da pauta. É o 12?

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – 10.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Item 10 da pauta. Vamos ver se nós organizamos, porque as coisas estão muito rápidas aqui.

Projeto de Lei da Câmara nº 109/2005, altera a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei 10.636, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para concluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática história e cultura afro-brasileira indígena. Autoria da Deputada Mariângela Duarte e Relatoria da Senadora Fátima Cleide. Parecer favorável, com a Emenda oferecida. Com a palavra a ilustre Relatora, Senadora Fátima Cleide.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, tendo em vista a relevância desta matéria apresentada também pela Deputada Mariângela Duarte, o nosso voto é pela aprovação do PLC, acolhida a Emenda de redação e nesse momento eu quero fazer um agradecimento especial ao Secretário-Geral da Mesa, Dr. Carreiro, que colaborou conosco

para que encontrássemos essa saída, uma vez que já há na LDB a obrigatoriedade do ensino sobre as questões afro-brasileiras. Portanto, a lacuna permanece com relação ao ensino das questões indígenas.

E eu farei então a leitura da Emenda que oferecemos como Emenda de redação ao Projeto de Lei da Câmara nº 109/2005, com a seguinte redação: Art. primeiro. O art. 26-A da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação: Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. § 1º. O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e a luta dos povos ameríndios no Brasil e suas contribuições na formação da sociedade nacional, nas áreas social, econômica e política pertinentes à história do Brasil.

Parágrafo 2º. Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas do Brasil serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial, nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras. É o voto, Sr. Presidente.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)

– Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Em discussão o voto da Relatora. Com a palavra o Senador (risos) Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)

– Sr. Presidente, serei breve. Sem sombra de dúvida, este projeto acaba cumprindo, preenchendo uma lacuna importante no ensino dos brasileiros, que é falar da relevante contribuição dos índios. Foram eles que, ao lado dos portugueses, fizeram com que este País, por exemplo, tivesse hoje uma unidade de língua nacional. Lá na minha cidade do Rio de Janeiro, por mais de dez anos os franceses ocuparam aquela ilha ao lado do Aeroporto Santos Dumont, Villegagnon, e foi um índio, que hoje é vulto na terra de V.Exª., onde V.Exª. tem negócios, Araribóia, que nadando na Baía de Guarábará explodiu o paiol, à noite, explodiu o paiol dos franceses e deu a vitória, com este gesto de bravura, aos portugueses. Eu cito apenas um gesto de bravura dos nossos índios. Mas a história está cheia deles. E acho que... Tenho a maior admiração pela nossa cultura afro, que respeito, vivi dez anos na África, mas é preciso também enaltecermos o sangue

vermelho que corre nas nossas veias, dos índios brasileiros que, sem sombra de dúvida, têm sido esquecidos, estavam sendo esquecidos neste projeto. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Continuando em discussão, não havendo quem queira discutir, passaremos à votação. Quem concorda, não se manifeste. Aprovado.

Passaremos agora ao Item 11 da pauta. Projeto de Lei da Câmara nº 18/2002, tramitando em conjunto com os PLS 122/99, 131/99, 198/99, 223/99, 356/99, 073/00, 203/00, 245/00, 101/01, 185/01, 195/02, 113/02, 124/02, 319/03. Acrescenta um inciso ao art. 20 da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990. Possibilita a utilização do FGTS para aquisição de lote urbanizado. Autoria do Deputado Geraldo Magella e Relatoria do Senador Eduardo Azeredo. Parecer favorável, na forma do substitutivo oferecido, acatando a Emenda apresentada pelo Senador Antônio Carlos Valadares ao Projeto e rejeitando, ainda, os seguintes projetos que tramitam em conjunto: PLS 122/99, 131/99, 198/99, 223/99, 356/99, 073/00, 203/00, 245/00, 101/01, 185/01, 195/02, 113/02, 124/02, 319/03. Foi concedida vista à Senadora Fátima Cleide na reunião do dia 17/10/06. No dia 07/12/06 foi realizada Audiência Pública para instruir o presente Projeto, atendendo a Requerimento das Senadoras Fátima Cleide e Ideli Salvatti, aprovado no dia 07/11. Observação 03: A matéria constou na pauta da reunião do dia 07/11/06. Tudo isso, Relatoria do Senador Eduardo Azeredo, essa confusão (*risos*) tremenda. Com a palavra o Senador.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Senadoras, eu já fiz a leitura do parecer numa reunião anterior, e depois nós tivemos semana passada Audiência Pública, que foi realmente muito produtiva, uma audiência conjunta com a Comissão de Assuntos Sociais, são projetos que discutem a utilização do Fundo de Garantia. Nós temos ali todos esses projetos, é uma pilha de projetos. Eu estou, na verdade, acatando esse projeto, que possibilita a utilização do Fundo de Garantia para aquisição de lote urbanizado para baixa renda, são lotes de até 250 metros quadrados para pessoas de baixa renda. Além disso, também acatando o Projeto que possibilita o saque do Fundo de Garantia para pagar dívida do FIES, do chamado crédito educativo. Do crédito educativo. E ainda, esta Emenda do Senador Antônio Carlos Valadares que, em situações muito especiais, quem estiver desempregado poderá sacar o recurso para a abertura de microempresa, no caso também limitado a 30% apenas do saldo do Fundo de Garantia, para não permitir que haja uma descapitalização do fundo. Os

demais projetos, apesar da relevância, da importância, estão sendo rejeitados, como o projeto, por exemplo, para ensino médio, projeto para comprar computadores... Esses todos estão sendo rejeitados.

Então, eu estou acatando, sob forma de substitutivo, a utilização do Fundo de Garantia para lote urbanizado, para quitação de dívida com o crédito educativo e para microempresário, para a criação de microempresa. Parecer favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Em discussão. Não havendo mais quem queira discutir, em votação. Aprovado, Senador. Parabéns, porque realmente foi um trabalho árduo este projeto, V.Ex^a, trabalhou bastante. Parabéns. Vai agora para a Comissão de Assuntos Sociais. Com a palavra, Senador.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Pode ser pedido urgência, para evitar que vá para arquivo?

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Podemos pedir votação. Em discussão. Aprovado o Requerimento de urgência.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Está ótimo. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Bom, eu queria agradecer a presença de todos, eu acho que realmente hoje foi uma reunião produtiva, trabalhamos bem hoje para o esporte e para a cultura. Não tendo mais nada a tratar, declaro encerrada esta reunião produtiva de hoje.

(Sessão encerrada às 14h02)

Ata da 46ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação e 6ª Reunião Ordinária da Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 13 de dezembro de 2006.

AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA

Às dez horas e cinquenta e dois minutos do dia treze de dezembro de dois mil e seis, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senhor Senador Flávio Arns com a presença dos Senhores Senadores Marcelo Crivella, Juvêncio da Fonseca, Paulo Paim, Ideli Salvatti, Mozarildo Cavalcanti, Sérgio Zambiasi, Augusto Botelho, Marco Maciel, Romeu Tuma, Eduardo Azeredo, Geraldo Mesquita, Delcídio Amaral e Antônio Carlos Valadares reúnem-se a Comissão de Educação e a Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia. Deixam de comparecer os Senhores Senadores

Demóstenes Torres, Jorge Bornhausen, José Jorge, Maria do Carmo Alves, Edison Lobão, Leonel Pavan, Teotônio Vilela Filho, Wellington Salgado de Oliveira, Gerson Camata, Valdir Raupp, Almeida Lima, Sérgio Cabral, Gilvam Borges, Ney Suassuna, Gilberto Mes-trinho, Aelton Freitas, Fátima Cleide, Roberto Saturni-no, Marco Maciel, Lúcia Vânia, Cristovam Buarque e Jonas Pinheiro. O Senhor Presidente Senador Flávio Arns submete à Comissão e à Subcomissão a dispen-sa da leitura das Atas das Reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 029-CE, de 2006 e nº 004-CESCT, de 2006, de autoria dos Senho-res Senadores Augusto Botelho, Roberto Saturnino e Juvêncio da Fonseca, para debater sobre a Nanotec-nologia. Comparecem à Audiência Pública o Senhor Márcio Augusto dos Anjos, Vice-Coordenador de Micro e Nanotecnologia da Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação – Ministério da Ciência e Tecnologia; Senhor Marcelo Knobel, Coordenador do Projeto NanoAventura da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP; Senhor José D’Albuquerque e Castro, Coordenador de Nanomagnetismo do Instituto Milênio de Nanotecnologia e José Antônio Brum, Di-retor Geral do Laboratório Nacional de Luz Síncrotron – LNLS/Centro de Pesquisa do Ministério da Ciência e Tecnologia. Finda a exposição, a Presidência fran-queia a palavra aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Augusto Botelho, autor do requerimento; Senadores Geraldo Mesquita e Marcelo Crivella. O Senhor Se-nador Flávio Arns, Presidente da Subcomissão, agra-dece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às treze horas e onze minutos, de-terminando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares**, Secretário da Comissão de Educação e da Subcomis-são Permanente de Ciência e Tecnologia, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Se-nado Federal. – Senador **Flávio Arns**, Presidente da Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia e Comissão de Educação.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Há número regimental, declaro aberta a 46ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação e 6ª Reunião Ordinária da Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia da 4ª Sessão Legislativa Or-dinária da 52ª Legislatura, sendo realizada, portanto, neste dia 13 de dezembro de 2006.

Em primeiro lugar, submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura das Atas das reuniões anteriores e a aprovação das mesmas. Os Senadores que estiverem de acordo, permaneçam como se en-contram. Aprovado.

Esta reunião tem como objetivo realizar Audiência Pública sobre nanotecnologia. A autoria do Reque-rimento é dos Senadores Augusto Botelho e Roberto Saturnino. Eu tenho a honra então de convidar as pessoas que farão parte desta Audiência Pública. Em primeiro lugar, o Dr. Márcio Augusto dos Anjos, que é Vice-Coordenador de Micro e Nanotecnologia da Se-cretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do Ministério da Ciência e Tecnologia. Convido o Dr. Marcelo Knobel, que é Coordenador do Projeto Na-noAventura da Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP. Convido o Dr. José de D’Albuquerque e Castro, que é Coordenador de Nanomagnetismo, do Instituto Milenium de Nanotecnologia. Convido tam-bém o Dr. José Antônio Brum, que é Diretor-Geral do Laboratório Nacional de Luz Síncrotron, LNLS, centro de pesquisa do Ministério da Ciência e Tecnologia. Agradeço a presença dos convidados. Mencionava a eles que duas semanas atrás tivemos Audiência Pú-blica sobre robótica. E, além da divulgação do tema, através da Audiência Pública, as Audiências Públicas têm também por objetivo abrir caminhos, perspectivas em termos do plano de elaboração do Plano Plurianu-al, que se avizinha, em termos da LDO, Lei de Diretri-zes Orçamentárias, do próprio Orçamento, os meios de comunicação do Senado, Jornal do Senado, TV Senado, Rádio Senado, Agência Senado fazem tam-bém os desdobramentos destas Audiências Públicas e, enfim, há um conjunto de iniciativas que podem ser tomadas a partir da realização de um debate, de um aprofundamento, de uma reflexão sobre o tema. En-tão, é com muita alegria que temos a realização desta iniciativa. Como foi dito, uma... Agora eu acho que o som está funcionando.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (*pronuncia-mento fora do microfone*) (*inaudível*)

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Como? Tem um pouco de eco também, não é? É uma iniciativa, como foi enfatizado, dos Senadores Augusto Botelho e Roberto Saturnino e na justificação eles colocam o seguinte argumento também: Reque-remos a realização de Audiências Públicas – até no plural – no âmbito desta Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia, sendo a primeira conjunta com a Comissão de Educação, para iniciar os debates sobre uma das áreas mais promissoras da ciência mundial, a nanotecnologia, ciência que está associada a áreas como mecânica, eletrônica, compunção, física, química,

biologia e engenharia de materiais, pesquisa e produção na escala nano, escala atômica. O princípio básico da nanotecnologia é a construção de estruturas e novos materiais a partir dos átomos. É uma área promissora, que começa a dar seus primeiros passos já mostrando resultados surpreendentes na área médica, na biotecnologia, na produção de semicondutores, biomateriais, chips, nanocompostos, entre outros.

Visando a dar conhecimento ao Congresso Nacional da relevância das questões suscitadas pela nanotecnologia que solicitamos aos pares, solicitamos, os dois, Augusto Botelho e Roberto Saturnino, o apoio a esta iniciativa.

Então, novamente enfatizando a importância da Audiência Pública, dando as boas-vindas aos convidados e esclarecendo que nós teremos então, agora nessa primeira etapa, 15 minutos para as falas de cada um dos senhores. O relógio marca os 15 minutos automaticamente, quando falta um minuto, tem uma campainha aí que bate. Mas também isto não será impedimento para a conclusão do pensamento.

Não havendo discordância, vamos então ter a mesma sequência do chamamento dos convidados. Em primeiro lugar, eu passo a palavra então ao Dr. Márcio Augusto dos Anjos, que é Vice-Coordenador de Micro e Nanotecnologia da Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do Ministério da Ciência e Tecnologia. Com a palavra o Dr. Márcio.

SR. MÁRCIO AUGUSTO DOS ANJOS – Bom dia a todos. Agradeço o convite para estar aqui presente, eu sou da coordenação de nanotecnologia do Ministério da Ciência e Tecnologia e vou tentar ser breve na apresentação e focando nas atividades, em algumas atividades do Governo Federal na área de nanotecnologia.

Em termos mundiais, um fato importante ocorre no ano 2000, que é o lançamento do Programa Nacional de Nanotecnologia dos Estados Unidos. Esse é um evento que provoca que vários outros Países também comecem a investir em nanotecnologia e a criar programas nacionais. No Brasil, houve uma articulação rápida, já em 2001, foi lançado, por iniciativa do CNPq, criado um grupo encarregado de elaborar um primeiro esboço do que viria a ser o programa de nanotecnologia e, fato muito importante, foram criadas quatro redes de nanotecnologia. É em torno dessas quatro redes que se estruturou inicialmente o sistema de nanotecnologia do País.

Em 2003, o Ministério de Ciência e Tecnologia encampou a idéia de criar um programa específico para a nano, para isso foi criado um Grupo de Trabalho, que elaborou um documento base do programa. Ao mesmo tempo, foi criada a coordenação, encarregada da ges-

tão do programa e, em 2004, teve início então no PPA o programa de nanociência, nanotecnologia.

Aqui eu abro um parêntesis, para chamar atenção para o seguinte fato. Em 2000 ou 2001, a nanotecnologia surge oficialmente, mas isso não significa aquela parte do zero ou que seja uma ciência nova que surge nesse momento. Na verdade, ela é uma evolução que ocorre em várias áreas do conhecimento, da eletrônica, química, biotecnologia, entre outras, e que chega num ponto em que se torna comum a utilização de técnicas que trabalham com dimensões muito menores do que se usava anteriormente, ou seja, técnicas nanométricas. Esse investimento específico, ocorrido em 87, era na área de crescimento de filmes finos, que são muito usados em semicondutores. Em 87, era muito raro usar o termo nanotecnologia. No entanto, essas mesmas técnicas, atualmente, são perfeitamente classificadas como nanotecnologia.

Eu tinha mencionado as quatro redes criadas em 2001. Aqui nós temos os resultados dessas redes. Eu chamaria a atenção para o número significativo de artigos publicados. Foram quase mil artigos, de 2001 a 2005. Isso significa que já havia no País uma massa crítica de pesquisadores não só altamente qualificados como extremamente interessados em atuar na área de nanotecnologia.

Falando um pouco mais especificamente do programa de nanotecnologia, o programa do PPA está estruturado de uma forma bastante simples e funcional. São quatro ações. Uma, que visa a criar laboratórios de redes de nanotecnologia, a segunda para garantir a continuidade desses laboratórios e redes, uma terceira ação para apoiar pesquisas básicas e uma quarta, que apóia pesquisas cooperativas, ou seja, empresa/universidade.

Uma crítica inicial recebida pelo programa foi que os recursos seriam insuficientes. Foram, em 2004, oito milhões, 12 milhões em 2005, 14 milhões em 2006. Uma forma que o MCT encontrou para fortalecer um pouco mais o programa foi reservar parte dos recursos dos fundos setoriais, aplicando no programa de nanotecnologia.

Falando pouco mais especificamente das atividades desenvolvidas no programa, em 2005 houve uma reestruturação das redes de nanotecnologia, as quatro redes iniciais deram origem a dez redes. Além disso, foram apoiados nove projetos cooperativos, empresa/universidade, 19 projetos chamados “Jovens Doutores” ou “Jovens Pesquisadores”, desenvolvidos por Pesquisadores com até cinco anos de Doutorado e, graças ao aporte suplementar dos fundos setoriais, foi possível apoiar alguns laboratórios nacionais de grande porte que desenvolvem atividades de nanotecnologia como

o Laboratório Nacional de Luz Síncrotron, Instituto Nacional de Meteorologia, Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, Centro de Tecnologia do Nordeste, que se encontra em fase de implementação, a EMBRAPA, que em 2005 criou o Laboratório Nacional de Nanotecnologia para o Agronegócio. Além disso, foi iniciada cooperação com a França, criado o Centro Brasileiro-Argentino de Nanotecnologia e também dado apoio a empresas incubadas na área de nanotecnologia.

Aqui nós temos uma visão das dez redes de nanotecnologia atualmente em funcionamento. Em comparação com as quatro anteriores, essas redes têm focos mais específicos, por exemplo, em nanofônica, nanobiomagnetismo, nanotubos de carbono, nanocosméticos, entre outras.

Os Institutos do Milênio não são apoiados diretamente pelo programa, mas também são extremamente importantes dentro do sistema de pesquisa de nanotecnologia do País.

Quanto às atividades em 2006, elas seguiram basicamente a mesma estratégia de 2005, foi dado prosseguimento ao apoio às redes de nanotecnologia, lançado novamente um edital para apoio a jovens pesquisadores e um edital para apoio a infra-estrutura de laboratórios.

Uma novidade em 2006 foi o lançamento, por parte da FINEP, de um edital para subvenção a pesquisa em empresas. O foco era nas áreas da política industrial tecnológica e de comércio exterior, entre as quais está a nanotecnologia. Nesse edital, a área de nano recebeu um aporte de 30 milhões.

Em função desse apoio dos últimos três anos, nós temos, no momento, uma quantidade significativa de projetos em nanotecnologia, são 106 projetos no momento, envolvendo tanto projetos de pesquisa básica quanto projetos com empresas, cooperação internacional e impactos sócio-ambientais.

Quanto à distribuição geográfica. Existem grupos de pesquisa em nanotecnologia atuando em todas as regiões do País e nas principais universidades.

Quanto à área de atuação, nós temos uma indicação interessante. Esses são os resultados... A demanda bruta do edital de jovens pesquisadores de 2005, nós podemos ver que a demanda se concentra principalmente na área de nanobiotecnologia e produção de materiais nanoestruturados, compósitos, polímeros(F), cerâmicos e outros.

Aqui nós temos a demanda dos editais do CNPq. Um fato interessante é que enquanto no edital do ano anterior o número já havia nos surpreendido, foram 178 propostas, o desse ano nos surpreendeu mais ainda, foram quase 300 propostas recebidas. Isso indica que a cada ano aumenta o número de Pesquisadores in-

teressados em trabalhar com nanotecnologia no País. Por outro lado, a demanda tem sido muito superior aos recursos do programa. Na verdade, esse ano serão atendidos apesar 10% das propostas recebidas.

Quanto à geração de produtos, que é a finalidade ou o objetivo do programa, gerar produtos e dessa forma aumentar a competitividade da indústria nacional.

Nós nos encontramos ainda numa fase um pouco inicial. Já há empresas atuando em nanotecnologia no País, mas, de modo geral, a maior parte está se conscientizando dos benefícios da nanotecnologia. Alguns produtos já no mercado. Nós temos a chamada língua eletrônica desenvolvida pela EMBRAPA. Esse é um sensor químico que permite determinar a qualidade de bebidas como café, vinho, entre outros.

O dosímetro de radiação ultravioleta desenvolvida por uma empresa incubada a partir de pesquisas da Universidade Federal de Pernambuco.

Um novo pigmento para tintas, desenvolvido a partir de uma parceria com a UNICAMP com a empresa Bunji(F).

Um secador de cabelo com ação bactericida, cujo funcionamento está baseado em nanopartículas de estânio. Produtos da Empresa NanoCor, que está desenvolvendo sistemas de liberação controlada de drogas.

Esses são apenas alguns exemplos que eu apresentei. Na verdade, há diversas outras empresas no Brasil interessadas em nanotecnologia. Eu espero que isso tenha dado uma visão geral do panorama. Eu agradeço a atenção dos senhores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Muito bem. Agradeço a participação inicial do Dr. Márcio Augusto dos Anjos e passo a palavra em seguida ao Dr. Marcelo Knobel, que é Coordenador do Projeto NanoAventura da Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP.

SR. MARCELO KNOBEL – Bom, queria agradecer o convite e a possibilidade de vir aqui apresentar um pouco uma ação que a gente está desenvolvendo lá em Campinas. É uma parceria entre a UNICAMP e o Laboratório Nacional de Luz Síncrotron, no Instituto Sangari. E eu acho que é bem interessante que a gente esteja aqui hoje nessa Comissão de Educação, na Subcomissão da Comissão de Educação, porque o que eu vou apresentar aqui é um projeto de divulgação científica, um Projeto que envolve, de uma maneira geral, mostrar o que é a nanociência, o que é nanotecnologia, mas já voltado para as gerações que vão usufruir dessas tecnologias e dessa ciência, que são as crianças e os adolescentes. Então, é significativo vir aqui nessa Comissão porque trata-se de um projeto de divulgação que a gente, em um panorama geral,

pode definir como uma educação não formal, que no momento ainda no Brasil é muito incipiente, apesar de ser bastante ativa em diversos lugares do mundo, através de museus de ciência, museus de tecnologia e outras atividades. Então, a gente lá na UNICAMP, preocupado com essa questão, estamos criando um museu de ciências, um museu interativo e, como estratégia para criar esse museu, realizamos um primeiro projeto que, de modo desafiador, resolvemos começar a mostrar o que é que é a nanociência e o que é que é a nanotecnologia para crianças. Então é algo que é inovador no mundo, não é só no Brasil. Então, não existem projetos desse tipo em nenhum lugar do mundo ainda em andamento.

Então, a idéia que a gente teve é criar uma experiência artística e cultural que a gente utilizasse diferentes mídias para mostrar para as crianças, para os jovens, como a ciência, a tecnologia podem ser interessantes, são interessantes, são divertidas, então a idéia é realmente despertar o interesse, trazer a curiosidade para a Ciência e Tecnologia, para, eventualmente, motivar essas crianças e esses adolescentes a seguir, a perseguir carreiras em Ciência e Tecnologia, em particular, em nanociência, que é o futuro, que a gente acredita que é o futuro da ciência e mostrar, estimular, de uma maneira geral, o pensamento crítico. E a gente, como não tem ainda uma sede física, optou por fazer um circo itinerante que pudesse viajar pelo Brasil. E de fato a gente inaugurou em 2005, abril de 2005, no Rio de Janeiro, já fomos para Porto Alegre, estivemos em Campinas, um período também na cidade de São Paulo e, em pouco mais de um ano, já atendemos um público de aproximadamente um pouco mais de 25 mil pessoas. Atualmente o projeto está instalado lá em Campinas.

Então, a idéia realmente é mostrar para o público alvo específico, são crianças entre oito e treze anos, mostrar o que é que é a nanociência, o que é que é a nanotecnologia e como isso pode ser importante para o futuro deles. Então, a idéia é, dentro de um marco mais geral, despertar o interesse pela ciência e criar interesse pela cultura científica de uma maneira geral.

Então, como missão geral é contribuir para a apresentação da nano ciência, divulgar quais são os alcances da nanotecnologia brasileira, despertando a criatividade, o pensamento crítico das crianças e jovens, fornecendo-lhes ferramentas conceituais para que tenham interesse pela arte e pela ciência.

Então aí tem uma idéia do projeto, a estrutura é uma estrutura na forma de tenda, foi pensada para ser instalada em qualquer parque, em qualquer praça pública, em qualquer cidade do Brasil. É claro que é uma estrutura um pouco complexa de ser movimenta-

da, mas nada que em uma semana não seja possível de se montar.

Então, aí tem a idéia da estrutura como um todo. A próxima também é uma a visão interna, fica mais fácil de ver aqui. É pensado para um grupo escolar. Então, chega um ônibus, 48 crianças, no máximo, entram aqui nessa sala, assistem a um vídeo introdutório de 20 minutos. Gostaria de fazer um comentário breve aqui. Faz dois dias recebemos a bela notícia que o nosso vídeo introdutório da NanoAventura ganhou o Festival de Cinema Científico do Mercosul. Então, menção honrosa no cinema de vídeo científico do Mercosul. E eles assistem a esse vídeo introdutório sobre escala, sobre a nanociência, a nanociência feita no Brasil, uma série de noções gerais e depois são divididos em grupos onde eles vão em quatro estações de trabalho, na verdade, são jogos eletrônicos onde vão se divertir, realmente brincar com Ciência e Tecnologia fingindo que estão num laboratório de nanociência, nanotecnologia. Então, eles vão a quatro estações diferentes, se dividem em grupos, que vão colaborar entre si, vão brincar juntos para descobrir o que é nanociência e nanotecnologia.

Então, aqui vocês têm uma idéia do circo aí já funcionando. as crianças chegando, entrando no corredor, tem um corredor onde já começa a ser mostrada a questão da escala com um espelho, uma mão, um polegar e vai descendo aí a escala até a escala nanométrica.

E aí tem um filme inicial, tem um ator. Tem mais algumas imagens. Tem um ator que estimula a brincadeira, mostra um pouco... Faz umas brincadeiras com as crianças para elas se envolverem, vocês podem ver aqui pelas caras das crianças que elas ficam absolutamente envolvidas no jogo, na brincadeira.

Temos aqui o primeiro jogo, que é uma montagem, um jogo de montagem de nanocircuitos, como se imagina que os circuitos serão no futuro. Então eles têm que trabalhar em grupos. Você vê que são jogos de computador onde, na verdade, é um quebra-cabeça que eles têm que montar em um circuito em 50 segundos trabalhando em equipe. Então nós aqui evitamos de qualquer maneira trabalhar com ficção científica. Tentamos mostrar realmente como a ciência é feita no cotidiano, no dia-a-dia e como isso pode ser desafiador, pode ser divertido. Então as crianças chegam aqui e têm que montar um circuito aí em 50 segundos e a equipe vai ganhando pontos conforme isso é feito.

O próximo jogo é um passeio virtual, eles passeiam de modo virtual, eles se encontram num ambiente virtual passeando pelo Laboratório Nacional de Luz Síncrotron, que foi reproduzido virtualmente, passeando

pela UNICAMP, têm que colocar amostras em microscópios, tudo isso num ambiente de simulação.

Isso aqui é um jogo de nanobiotecnologia. Na verdade, o que eu quero mostrar aqui é que a gente desenvolveu jogos especificamente para o produto, que é a NanoAventura, mas que, na realidade, são jogos clássicos, esse daqui, na realidade, é um jogo de tiro, eles têm que atirar, na verdade aqui são remédios, em uma célula, para curar uma célula em vez de matar. Então, a idéia é também de trabalhar em equipe para curar uma célula que está doente com nanotecnologia.

E esse aqui é o quarto jogo. É o jogo de microscopia de força atômica. Eles simulam como se sentissem trabalhando, mexendo em microscópios e têm que limpar uma superfície, átomo por átomo. Então, eles têm que trabalhar em grupo e, na verdade, fazer uma grande diversão.

No final, eles... Vocês vêem aí um pouco os rostos das crianças, que ficam absolutamente entretidas durante a aventura, que dura no total uma hora.

Então aí um pouco de imagens do jogo. Aqui eu quero destacar uma interessante, que é o contrário do que ocorre geralmente no ambiente de museus e no ambiente escolar, as crianças, rapidamente, em 10 segundos aprendem as regras do jogo, enquanto os adultos às vezes passam a hora inteira sem conseguir compreender como a coisa funciona. Então, não conseguem nem mexer (*risos*) *Joystick*. Então, é interessante porque a gente conseguiu aí uma maneira de realmente estimular e trabalhar com a linguagem dos jovens, dos adolescentes, das crianças e funcionar inclusive como um instrumento de inclusão digital, porque é todo através de jogos eletrônicos e assim por diante.

Então, isso tem evidentemente gerado... Pela novidade do trabalho, pela inovação, a gente tem conseguido atrair bastante a mídia, isso tem parecido bastante na mídia e faz parte deste processo tão necessário que a gente está fazendo aqui hoje, mostrando um pouco o que é que é a nanociência, o que é que é a nanotecnologia, mas já começando com gerações anteriores, começando realmente com quem vai trabalhar nesta área daqui a cinco, dez, quinze anos. Então, é um assunto que é absolutamente fundamental, um trabalho que é absolutamente necessário e que também deve entrar na pauta, deve entrar na pauta das discussões, de uma maneira geral, da política de Ciência e Tecnologia do Governo Federal.

Bom, só para destacar, evidentemente como isso foi possível de ser criado. Não é, como vocês podem imaginar, não é um projeto barato. No total, ele custou aproximadamente dois milhões de reais para ser desenvolvido. Ele foi patrocinado 50% pela FAPESP, 50% pela Fundação Vitae, nessa primeira etapa. Evi-

dentemente agora nós temos um desafio pela frente, porque às vezes criar algo novo, criar algo diferente, interessante, quando você mostra o projeto, às vezes é até fácil ou relativamente fácil de conseguir os recursos. O problema é agora sobreviver, como manter o projeto ativo, funcionando e a gente está tentando lutar para isso. Porque é um projeto que, assim como custou caro o seu desenvolvimento, também custa caro a sua manutenção, as viagens e tal e evidentemente nós, como uma instituição pública, queremos oferecer essa possibilidade gratuitamente às crianças, aos jovens do Brasil. Mas para isso, tudo isso tem um custo. E não é fácil, como vocês devem imaginar, encontrar empresas que possam patrocinar o projeto, ou mesmo recursos federais ou estaduais destinados à manutenção de uma atividade de divulgação científica, que é tão pouco comum e tão pouco valorizada ainda no nosso País.

Bom, só para lembrar, esse projeto foi uma parceria, ou é uma parceria entre o Laboratório Nacional de Luz Síncrotron, Instituto Sangary também, que é um instituto privado que tem sede em São Paulo, a UNICAMP e a gente tem conseguido alguns patrocínios esporádicos e alguns apoios esporádicos tanto dentro da UNICAMP, no Ministério da Ciência e Tecnologia e em algumas empresas que têm nos auxiliado para diferentes ações. Mas ainda é algo muito incipiente.

Então, eu acho que já o Senador Flávio Arns comentou anteriormente que a gente já pode colocar algumas questões em discussão, eu já me adianto e coloco que acho que é fundamental a gente trabalhar nessa história de estimular a educação não formal, de estimular a divulgação científica, mas encontrar, fundamentalmente, meios para que essas possam ter realmente idéias novas e que possam viver e sobreviver num ambiente que ainda não é propício. Bom, agradeço a atenção de todos. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Muito bom. Agradeço a participação do Dr. Marcelo Knobel, passo, em seguida, a palavra ao Dr. José D'Albuquerque e Castro, que é Coordenador de Nanomagnetismo do Instituto Milênio de Nanotecnologia.

SR. JOSÉ D'ALBUQUERQUE E CASTRO – Bom dia a todos, eu quero primeiramente agradecer o convite e a oportunidade de participar dessa Audiência Pública e também parabenizar os Srs. Senadores, Sras. Senadoras por essa iniciativa, uma vez que trata-se de um tema de grande relevância.

Bom, gostaria rapidamente de falar sobre a nanociência e a nanotecnologia. Aqui nós estamos tratando de sistemas que têm pelo menos uma de suas dimensões da ordem ou menor do que dezenas de nanô-

metro. Nanometro é um bilionésimo do metro. Se nós fôssemos dividir o metro e a cada divisão levasse um segundo, para fazer um bilhão de divisões, nós levaríamos um século. Para ver como é que é pequeno um bilionésimo de metro em comparação com o metro.

Bem, essa área ela se expandiu a partir de um desenvolvimento realmente admirável nas técnicas de preparação de material e de caracterização. Quer dizer, processos na escala nanométrica ocorrem na natureza e os processos catalíticos, muitos processos biológicos, são processos todos na escala nanométrica. A grande novidade foi a capacidade que a humanidade desenvolveu nas últimas décadas do século passado de controlar esse processo, de atuar na natureza na escala nanométrica. E é interessante, porque quando você desce a escala manométrica, você desce a escala atômica, então fica sem sentido você falar se aquela molécula tem um fim biológico, ou um fim químico, você quer estudar a propriedade da molécula usando as ferramentas que são comuns a todas essas áreas. Portanto, nanociência e nanotecnologia têm um contratar multi e interdisciplinar. Isso é um ponto importante, porque nós temos que pensar nos profissionais que vão atuar nessa área e a formação deles. Eu voltarei a falar sobre formação de profissionais, Recursos Humanos um pouco mais adiante.

Bom, a nanotecnologia, em primeiro lugar, é uma fonte de inovação. Isso é reconhecido internacionalmente. Ou seja, nós podemos ter produtos novos, podemos ter processos novos, com grande impacto na economia e na sociedade. Como eu disse, produtos e processos. É importante ressaltar que a nanotecnologia ela é relevante tanto para o setor industrial de alta tecnologia, celulares, computadores, enfim, esses que são, vamos dizer, dispositivos de alta tecnologia, como até para a indústria convencional. Por exemplo, tecidos. Eu vou mostrar um exemplo para vocês que a nanotecnologia pode melhorar a qualidade de tecidos ou agregar certas características a tecidos que são importantes e que a gente não tem. Representa uma oportunidade e desafio para os Países em desenvolvimento. Porque, como é uma área nova, nós poderemos encontrar nichos onde nós sejamos altamente competitivos. Nós já perdemos algumas oportunidades no Brasil na área de micro eletrônica, mesmo na área de biológica e a nanotecnologia é uma oportunidade que nós não devemos deixar passar. Sem dúvida, o domínio da nanotecnologia será importante para agregar valor e competitividade aos produtos brasileiros no cenário internacional. Isso é algo que já é reconhecido por parte não só de Governo, comunidade científica e até se torna mais aceito no meio empresarial.

Bem, eu queria falar de um instrumento que teve um muito importante no desenvolvimento da nanotecnologia, que é o microscópio de tunelamento, que foi inventado em 1981. Você tem aqui uma superfície de um sólido e você tem uma ponte, e você faz uma diferença de potencial elétrico aqui e surge uma corrente que atravessa aqui esse espaço vazio e essa corrente é extremamente sensível à distância entre a ponta da argulha e o meio, de maneira que quando você percorre lateralmente isso aqui, você vai sentindo a mudança no ambiente e você vai vendo, na verdade, os átomos.

O próximo slide mostra para vocês, aqui nós temos o que se chama de um curral quântico. São átomos dispostos na superfície, átomos dispostos na superfície de um material com átomo no meio. E o que vocês estão vendo aqui são ondas eletrônicas. Então, é um instrumento de altíssima precisão, a gente está vendo átomo e inclusive o que ocorre com os elétrons na superfície desse material.

Bem, como é que se constrói isso, vocês vejam, aqui tem uma imagem de átomos dispostos desorganizadamente na superfície do material, você vai com o microscópio de tunelamento e você pinça átomo por átomo e você vai construindo então aquele curral quântico, como eu mostrei para vocês. Você trabalha átomo a átomo. Graças a isso os técnicos da IBM puderam, num momento importante, escrever a palavra IBM com átomos de argônio na superfície de um metal. Bom, se os técnicos da IBM escrevem a palavra IBM, nós escrevemos a palavra UFRJ. Isso (*risos*) aí foi... É o logotipo da primeira escola de nanociência e nanotecnologia, organizada na UFRJ justamente dentro desse espírito de uma atividade multi e interdisciplinar que envolveu cinco unidades da UFRJ. E o programa envolvia palestras, Professores tanto da Física, da Química, da Biofísica, da COPI(F) e do Instituto de Macromolécula. Ocorreu em 2006 e nós vamos fazer uma outra em 2007.

Você pode também, usando um instrumento que se chama... Um feixe de elétrons, você pode ir e fazer desenho numa superfície. Vocês vejam que ali a superfície foi escavada graças ao feixe de elétrons. E repare a qualidade desse processo. Isso aí se chama nanolitografia. Quer dizer, o homem numa certa época escrevia sobre a pedra usando um sisal. Agora a gente usa um feixe de elétrons para escrever. Isso aí é o logotipo do Instituto do Milênio de Nanotecnologia, que é um dos institutos criados pelo MCT, só para apresentá-lo rapidamente, a Coordenadora é a Prof. Belita Koller(F), da UFRJ, e o Vice-Coordenador é o Professor Hélio Shacham(F). Nós atuamos em cinco áreas na nanotecnológica, nanotubo de carbono e

sistemas relacionados, sistemas magnéticos, esse é coordenado por mim, nano sistemas biológicos, nano estruturas semicondutoras, e aí tem algumas coisas importantes, e nano medicamentos. O instituto ele envolve 93 Pesquisadores de 24 instituições no País, sendo uma empresa estatal, que é a EMBRAPA, e três empresas privadas, uma delas é a NanoCor, sobre a qual o Márcio já falou, que está produzindo medicamentos e vacinas.

Bem, eu queria mostrar para vocês como se produzem algumas dessas nano estruturas. Por exemplo, aqui nós temos a produção de arranjos de pontos metálicos, ou nano partículas metálicas. Essas nano partículas metálicas elas são produzidas da seguinte maneira: Você pega um polímero, faz o que a gente chama... Você faz um desenho usando luz ultravioleta ou elétrons, faz um ataque químico e cria esses buracos e depois você faz uma deposição por evaporação, formam-se essas pequenas ilhas e depois, com o ataque químico, você remove o polímero e fica só com essas nano estruturas. Essas nano estruturas, acredita-se, poderão ser usadas na fabricação de memórias de computador, chegando ao limite que se almeja de 150 gigabytes por centímetro quadrado. Atualmente nós estamos mais ou menos na faixa de 200 megabytes por centímetro quadrado.

Uma outra estrutura que se prepara por deposição atômica, isso que eu estou mostrando para vocês é uma microscopia e vocês podem ver que essa estrutura é formada por mono camadas atômicas, deposita-se uma camada de átomo, outra camada de átomo, é deposição atômica. E vejam a precisão e a qualidade dessa deposição. Isso aqui é feito através de um equipamento que se chama... A técnica é epitaxia por feixe molecular.

Quando você trabalha com materiais magnéticos, dependendo da estrutura magnética, ele pode apresentar uma alta resistência à passagem da corrente elétrica ou, se as magnetizações estiverem paralelas, uma baixa resistência. Portanto, se você pegar esse material e aproximar um ímã, que muda a orientação das camadas, você, através de uma medida de resistência, você mede o campo magnético. E isso tem sido usado para sensores magnéticos. Os computadores que nós todos usamos têm no seu disco rígido essa estrutura para a leitura da informação gravada no disco rígido.

Bem, outra estrutura importante são os nanotubos de carbono. Esses nanotubos, aqui é uma representação gráfica, mas aqui está a microscopia de como se produzem nanotubos. Nanotubos têm uma importância muito grande – eu acho que eu vou estourar o tempo – nanotubos têm uma importância muito grande porque

eles têm propriedades mecânicas muito importantes. Por exemplo, você pode... Um nanotubo ele tem uma resistência mecânica muito superior ao aço ou qualquer outro material que a gente conheça. Poderão ser feitas, por exemplo, você poderá ter um colete à prova de balas levíssimo e extremamente resistente, ou cabos para tração. E também esses nanotubos estão sendo pensados como sistema de entrega de medicamento. Você poderá colocar um medicamento dentro do nanotubo e ele ser conduzido até o local e liberar a droga no ponto específico sem danificar as células sãs. O problema é que o nanotubo virou algo extremamente estratégico. Hoje em dia, o Brasil não consegue comprar nanotubo. Não consegue. Está proibido pelo Governo americano. As empresas estão proibidas de vender nanotubo para o Brasil. Nós hoje em dia somos capazes de produzir nos laboratórios de pesquisa algo da ordem de quilo de nanotubo. No entanto, se nós formos fazer a aplicação tecnológica, nós vamos precisar produzir toneladas de nanotubo. Então, esse é um ponto muito importante. A EMBRAER utiliza... Nós tivemos esse problema, por exemplo, com a fibra de carbono, que a EMBRAER utiliza nos seus aviões, que a NUCLEBRAS utiliza nas ultracentrifugadoras que fazem o enriquecimento do material radioativo. Nós tivemos problemas porque nós éramos proibidos de comprar. As empresas eram proibidas de vender fibra de carbono para o Brasil. Então, se nós não desenvolvermos a tecnologia no Brasil nós estamos perdidos.

Eu vou passar, porque tem mais coisas para falar. Aqui é tratamento de superfície. Isso é madeira que foi tratada com nano partículas. E vocês sabem que a madeira ela é hidrofílica, você joga uma gota de água na madeira e a gota de água se espalha. Aqui um tratamento com nano partículas, a madeira se tornou hidrofóbica, então, ela não molha. Isso aqui tem várias aplicações tecnológicas.

Bom, eu queria mostrar para vocês a produção científica brasileira. Aqui está o aumento percentual da produção científica ao longo desde os anos 80 – eu não estou vendo bem aqui agora – até o ano 2000, comparada com a produção na América Latina e a produção média no mundo. O Brasil teve um grande desenvolvimento científico graças a um Programa Nacional de Pós-Graduação iniciado nos anos 60. Agora, a questão é: Esse crescimento científico chega na indústria? Ele se transforma em produto, em riqueza para o País? Então, vou fazer aqui uma comparação interessante com o Brasil e a Coreia. No início dos anos 80 o Brasil e a Coreia produziam mais ou menos o mesmo número de patentes. Mas a gente observa que a partir dos anos 90 a Coreia do Sul



aumenta o número de patentes numa taxa muito acelerada, enquanto que o Brasil progride muito pouco. Por que ocorreu isso? Porque Brasil e Coréia do Sul, que tiveram desenvolvimento científico comparáveis, o Brasil até um pouco mais, porque a Pós-Graduação do Brasil ela é mais abrangente do que a da Coréia do sul, pôr que essa diferença? Vamos ver aqui um fator importante. Aqui nós temos várias regiões do mundo comparação entre o investimento feito por Governo e investimento feito pela iniciativa privada. E a gente observa que a contribuição da iniciativa privada ao desenvolvimento tecnológico em todas as partes do mundo é importante.

Bom, vamos ver o que acontece no Brasil no próximo slide. Aqui é como as empresas gastam seus recursos. Comparando o que ocorria no ano 2000 e o que ocorreu em 2003 e os senhores vão ver que a atividade interna de pesquisa e desenvolvimento é baixíssima. *(soa a campainha)*

Os recursos, a empresa brasileira investe pouco no desenvolvimento, na pesquisa em desenvolvimento. Quais as razões para isso? São várias, que vão desde taxas de juros elevadas, sistema tributário, legislação complicada para abrir uma pequena empresa ou fechar, esses aspectos que têm recebido atuação por parte do Governo, Congresso, foi aprovada a Lei da Inovação no ano passado, mas existe também uma questão cultural, o empresário brasileiro ele ainda não absorveu completamente a cultura de desenvolver a tecnologia.

Eu chamo atenção dos senhores, para o seguinte ponto. Reparem que a mentalidade de adquirir tecnologia no exterior funciona quando a tecnologia existe. Por exemplo, a PETROBRÁS teve que desenvolver a própria tecnologia. Porque a prospecção em água profunda não existia no mundo. A EMBRAPA teve que desenvolver seus próprios produtos, suas próprias tecnologias e o Brasil hoje é um grande exportador de produtos agrícolas. Então, a idéia de adquirir tecnologia no exterior e não investir na produção do País não funciona. Não funciona, claro.

Voltamos aqui àquele quadro em que a Coréia do Sul cresce a sua produção de patentes. O Brasil, é importante mencionar, o Brasil participa de 2% da riqueza mundial. Mais ou menos o nosso Produto Interno Bruto corresponde mais ou menos a 2% do que é gerado no mundo. A nossa produção científica é mais ou menos isso, 1,9% da produção científica mundial. A nossa produção de patente é 0,2. É um fator de 10 abaixo do que é a nossa economia. Então, o que é que está acontecendo? São vários os fatores, como eu falei, mas eu queria chamar a atenção de um. Veja o que aconteceu. Na Coréia, veja que aquele salto

ocorre entre os anos 80 e 90. Aqui está a formação de engenheiros na Coréia. A Coréia salta de oito mil engenheiros no início dos anos 80, ou final da década de 70, ela salta para 90 mil. Engenheiro. O Engenheiro ele tem um papel importante. Porque é ele que faz a interface entre a academia e a empresa. É ele que leva para a empresa a novidade, o desafio, as possibilidades. O Brasil tem uma carência de Engenheiros e não é só quantitativa, mas também qualitativa impressionante.

Vejam só, aqui são os formandos universitários. As pessoas que se formam no Brasil. Veja o que ocorre, eu não quero, por favor, ser mal interpretado pelas pessoas, achando que eu sou contra Filosofia, Sociologia, História, Direito, nada disso, mas eu estou dizendo que todas essas áreas são importantes para o País, mas vejam a distorção aqui entre o número de formandos, ou o percentual de formandos em áreas como Ciências Sociais e Engenharias. Aqui inclusive está incluindo Engenharia, produção e construção. É menor do que o que se forma em Ciências, em Física, Química, Matemática... É menor do que a formação de Cientistas.

O Brasil, ele possui cerca de seis Engenheiros por mil trabalhadores. A França possui 18 Engenheiros por mil trabalhadores. Estados Unidos e Japão possuem 25 Engenheiros por mil trabalhadores. Nós temos cerca de quatro milhões e meio de estudantes universitários, dos quais, esse total representa somente 13% dos jovens com idade entre 18 e 24 anos. E somente 5,9% deles fazem Engenharia. Então, esse não é o único gargalo, o único estrangulamento que nós temos, mas Recursos Humanos é um aspecto fundamental. A gente pode fazer um paralelo bastante simples. A China tem um bilhão de habitantes. Se nós pensarmos que 20% dessa população está preparada para atuar no desenvolvimento do País, são 200 milhões de pessoas. Mais do que a população do Brasil inteira. Então, a China tem um contingente de pessoas qualificadas que é muito grande, muito superior ao Brasil.

Bom, meu último slide. Desculpem ter sido muito longo, mas eu não falei sobre a questão da infra-estrutura para pesquisa, que o Professor José Antônio Brum vai falar, eu não falei sobre as técnicas de preparação, são muitas técnicas de preparação e não são... Exigem um certo investimento, eu não falei de Recursos Humanos para pesquisa, eu não falei na cooperação internacional, que é um instrumento muito importante, e eu não falei em nanometrologia. Nanometrologia é um assunto extremamente importante. Nós sabemos que os Países desenvolvidos impõem barreiras aos produtos que nós exportamos. Essas barreiras elas estão se tornando barreiras tecnológicas. Então, hoje em dia

nós temos as chamadas barreiras fitossanitárias. Mas já começam a surgir barreiras de nanometrologia. Se o material não for preparado com características especificadas na escala manométrica, eles não compram o material. Não compram o produto. Então, se nós não formos capazes de desenvolver, e isso o INMETRO está fazendo um esforço muito grande, a nanometrologia no Brasil nós estaremos seriamente prejudicados. Desculpem pelo tempo tomado. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Foi muito bom. Não se preocupe em relação à pequena extrapolação do tempo, porque o assunto também merece a abordagem, se bem que rápida, mas fundamental para os objetivos dessa Audiência Pública. Passo, em seguida, a palavra ao Dr. José Antônio Brum, que é Diretor-Geral do Laboratório Nacional de Luz Síncrotron, LNLS, centro de pesquisa do Ministério da Ciência e Tecnologia.

SR. JOSÉ ANTÔNIO BRUM – Obrigado, Senador. Em primeiro lugar agradecer o convite, é uma grande honra estar nessa Audiência Pública da Subcomissão de Ciência e Tecnologia da Comissão de Educação do Senado.

Eu vou tentar não repetir já a discussão que foi feita, mas vou me concentrar em alguns aspectos da nanociência e nanotecnologia, aproveitando já o que os meus colegas apresentaram aqui. E complementar um pouco os conceitos.

O Professor José D'Albuquerque já introduziu a nanotecnologia, mas eu só quero chamar atenção de dois aspectos fundamentais. Aqui eu tenho uma escala de dimensões, que ajuda a gente a se situar, o metro, a escala do ser humano, o micro, micrômetro, que é a escala... Isso aqui são bactérias, bactérias típicas que você encontra no organismo humano inclusive. Nós temos então a escala do micron. Isso aqui é uma proteína, é uma proteína associada ao músculo. As proteínas são a estrutura básica de funcionamento de todos os seres vivos. Nós estamos nas escalas de dez nanômetros. E isso aqui é uma estrutura artificial de semicondutores, (inaudível) na verdade, as dimensões aqui são dezenas de nanômetros, mas nós temos... O controle que se tem para construir essa estrutura é um controle subnanometro, 0,1 nanometro.

Então isso aqui nos dá uma idéia da escala. E os dois aspectos que é quero chamar atenção: Primeiro lugar, o nanometro, e aí está a importância da nanociência e da nanotecnologia, é a menor dimensão prática da engenharia. O que é que eu quero dizer com isso? Basicamente, que se a gente olhar na história da humanidade, o que é que nós estamos fazendo no desenvolvimento, primeiro, da tecnologia e depois, conjuntamente, Ciência e Tecnologia, foi aprendermos

a manipular a matéria em escalas cada vez menores. Nós fomos dominando essa tecnologia e, como o Prof. José D'Albuquerque mencionou, nas últimas décadas do século XX, nós começamos a controlar a matéria, enxergá-la e manipulá-la na escala nanométrica. Isso significa a menor escala possível. Nós estamos na escala atômica, do átomo e na escala molecular. Essa é a escala fundamental que os materiais são construídos. Então, nós chegamos na escala mais fundamental possível que você pode manipular a matéria. Portanto, as propriedades fundamentais de todos os materiais podem ser dominadas, controladas e eventualmente construídas desta forma, manipulando nesta escala. Daí a importância da nanotecnologia. Da nanociência e da nanotecnologia.

Esse é o primeiro aspecto que eu queria mencionar. O segundo aspecto, justamente, isso aqui é dez nanômetros, dimensão típica das proteínas, que são formadas por uma dezena de milhares de átomos. O nosso mecanismo funciona dessa maneira. O que eu quero dizer com isso? Nanotecnologia é como a natureza aprendeu a construir a vida. Ela construiu a vida a partir de estruturas em escalas nanométricas. A gente só foi aprender isso no final do século... Ao longo do século XX. Aprendemos como é que era o DNA e depois aprendemos como é que eram as proteínas. Então, os organismos vivos são construídos desta forma. A gente não enxergava isso, hoje enxergamos, mas essa é a estrutura fundamental. Ou seja, quando a gente começa a manipular a matéria nessa escala, nós começamos então a poder, numa forma intencional, controlada, e daí a grande aplicação na biotecnologia e na medicina, em estruturas que se comparam, orgânica e inorgânica, ou seja, nossas estruturas nanométricas a gente constrói e podem atingir nas estruturas mais fundamentais do organismo e por isso que nós podemos fazer então remédios que têm uma função muito mais eficiente na sua atuação.

Eu vou agora mostrar dois exemplos de nanociência e nanotecnologia, dois exemplos que não estão resolvidos, dois problemas que se apresentam na nossa sociedade e que a nanociência e a nanotecnologia podem ser uma solução.

Primeiro problema, energia. Isso aqui é do ano 1998, é o consumo mundial de energia nas suas diversas fontes de energia. Óleo, gás, carvão e as energias renováveis e mais nuclear. Basicamente, a nossa energia é queima de algum tipo de substância, óleo, gás e gás carbônico. Produzindo, portanto, gás carbônico em excesso.

Consumo mundial em 98, 12,8 terawatts. Estados Unidos é responsável por 1/4 do consumo de energia. Eles têm 5% da população mundial. Previsão para 2050,

eu não vou entrar em detalhes como se chega a essa previsão, 30 terawatts. É isso que nós vamos ter que produzir em energia em 2050 se nós melhorarmos a nossa eficiência e tudo mais.

Custo da energia hoje. O custo mais barato, justamente, razões de mercado, é onde nós mais consumimos e também onde nós temos maiores reservas. Energia solar, uma das energias mais fáceis, mais renováveis, o custo é um dos mais elevados. Ou seja, combustível fóssil, abundante e barato, energia renovável, não vai ter um papel importante, a não ser que nós controlemos os preços artificialmente, ou nós temos alguma solução tecnológica radical, alguma revolução tecnológica que possa então torná-la competitiva.

Eu não vou entrar em todas as energias renováveis, isso aí pode ser objeto de uma outra discussão, eu quero olhar para a energia solar, que é a mais fácil da gente conseguir produzir de uma forma renovável, portanto, com menores danos para a natureza e tem a grande disponibilidade e é possível de satisfazer a necessidade de 30 terawatts necessários no ano de 2050. Temos dois grandes problemas, como absorver energia solar e como armazenar a energia.

Como é que nós transformamos energia solar em ou eletricidade, combustível, ou basicamente como é que nós conseguimos transformá-la em alguma coisa que a gente possa depois realizar trabalho? Na natureza, fotossíntese. Quer dizer, a natureza toda aprendeu a fazer a fotossíntese e essa é a maneira como ela absorve a energia solar ao longo de milênios e milênios, milhões e milhões de anos. Nós fazemos isso, transformando em eletricidade, seja por células usando semicondutores ou células fotovoltaicas, duas tecnologias que nós dominamos. Nós somos muito menos eficientes do que a natureza na absorção de energia.

A figura não dá para mostrar muito bem, isso aqui é a evolução da eficiência na absorção da célula solar, absorção de energia solar pela tecnologia humana usando silício amorfo que é barato, lembre-se que o custo da energia solar é muito caro, muito mais caro que a energia disponível com petróleo, gás e carvão, porque silício cristalino, que é muito mais caro, chega a 25% de eficiência. Isso é uma eficiência baixa. Ou seja, somente 25% da energia do sol ele consegue absorver naquela superfície.

E isso aqui é uma das alternativas que nós olhamos para o futuro como nós podemos, primeiro lugar, diminuir o custo das células solares e torná-las então eventualmente competitivas. Isso aqui é um esquema de uma célula solar, não vou entrar nos detalhes, mas basicamente ele precisa de uma camada absorvedora, que é um polímero, e é justamente trabalhando em vez de silício, que não é muito eficiente e também tem um

custo alto, você substituir isso por polímeros, que são de custo muito mais baixo. O Prof. José D'Albuquerque já introduziu o que é que é um nanotubo, isso aqui são nanotubos e isso aqui são moléculas, e o que você tenta fazer é usando contatos que são em vez de metais usar nanotubos para fazer os contatos da célula solar e usando moléculas orgânicas para fazer a absorção de energia, transformando energia solar em energia química e que depois então pode produzir trabalho. Isso é um trabalho do grupo do Prof. Ivo (inaudível), da Universidade Federal do Paraná, isso aqui obviamente é um trabalho de pesquisa, não está no mercado, mas é uma das alternativas que você tem para produzir usando a nanotecnologia, nanotubos, e a estrutura de moléculas orgânicas, que são estruturas de tamanho nanométrico, para, eventualmente, resolver o problema.

Agora, nós temos soluções mais radicais se nós olharmos para as alternativas da nanotecnologia. Usar a química de moléculas orgânicas ou usar nanotubos, que já é bastante sofisticado, é uma possibilidade. Baixa o custo. No entanto, a fotossíntese das plantas tem uma eficiência de 30 a 40%, a eficiência do silício cristalino, que é caro, 25%. Hoje nós estamos aprendendo, isso aqui é um resultado ainda de 2006, não é no Brasil, mas nós aprendemos a fazer formas sintéticas de clorofila, que façam absorção solar, inclusive com maior absorção. O tamanho típico é 300 a 800 nanômetros. Ou seja, uma forma mais radical é nós produzirmos a nossa própria fotossíntese, (inaudível) construindo estruturas que imitam a natureza, é o que a gente chama de biomimetismo, com estruturas justamente do mesmo tamanho que a natureza funciona, nanométricas, e eventualmente até mais eficientes que a própria natureza, como a gente diz, em vez de fazer plantas verdes, a gente faria plantas artificiais pretas, porque a cor preta absorve mais. Então, essa é uma solução muito mais radical, mas também uma solução em que a nanotecnologia pode atacar um problema que vai ser fundamental no futuro, que é o problema da energia.

Olhar um outro problema. Aí eu quero também olhar como é que a nanotecnologia evoluiu. Esse é o primeiro transistor, 1947, inventado na Bel. Isso aqui é um tamanho macroscópico, um tamanho tipicamente da mão de uma pessoa, um pouco menor.

Esse é o circuito integrado. Do chip pentium, cinco milhões de transistores. Ou seja, o que é que a nossa tecnologia de semicondutores aprendeu a fazer? Aqui nessa época ainda se usava válvulas. Só nos anos 50 que nós começamos então a ir para semicondutores. Hoje nós fazemos integração de transistores muito maior que essa. O que é que nós fizemos? Nós

aprendemos a construir os nossos semicondutores cada vez menores. Eventualmente, no início com estruturas micrométricas, e eventualmente chegando a estruturas nanométricas.

Isso aqui é o gráfico comum que se faz da Lei de Mohr, onde nós começamos a aumentar a integração cada vez maior dos transistores a não só cinco milhões, hoje nós chegamos perto de um bilhão de transistores integrados num único chip. E o importante é nós diminuimos o tamanho desses transistores aqui – isso aqui é uma escala típica, como eu mencionei, de vários centímetros – a escala cada vez menor e estamos chegando hoje na escala nanométrica de algumas centenas de nanômetros ou dezenas de nanômetros, diminuindo cada vez mais.

Ou seja, reduzindo os nossos semicondutores, nós vamos chegar numa escala onde a natureza, no tamanho fundamental da natureza, usando nanotubos de carbono mais uma vez para fazer os contatos ou eventualmente usando os transistores que funcionam como um único elétron.

Isso aqui, eu tinha mostrado no início, são uma ilha de semicondutor de silício sobre germanio (F) e a escala dela é algumas dezenas de nanômetros e esses pontos que os senhores vêem aqui são, na verdade, colunas de um único átomo. São colunas atômicas. Como é que você enxerga isso? Você enxerga isso com um microscópio de tunelamento, onde você vai tateando e você consegue tatear átomo por átomo, o Prof. José D'Albuquerque já mostrou exemplos bastante interessantes disso, e você consegue então enxergar essa escala. Você consegue, portanto, crescer e olhar o que é que você tem, eventualmente aquilo que será então as nossas estruturas básicas para se construírem os transistores do futuro.

Se você usa, por exemplo, agora só olhar a superfície dele não é suficiente, se você usa de fração de Raio-X, uma alta tensidade de Raio-X usando uma fonte de Luz Síncrotron, por exemplo, você consegue então saber como esses materiais são construídos. Isso aqui é simplesmente uma visualização desses mesmos materiais, vocês vêem que têm dois formatos diferentes. A cor vermelha significa o conteúdo de germânio nesse material e aqui a variação de cores significa uma liga silício-germânio. Ou seja, você controla quase que átomo a átomo, ou camadas de átomo a átomo e você consegue enxergar, usando Raio-X e usando microscopia de tunelamento, você consegue enxergar o que é que você está construindo e com isso você consegue aprender a fazê-los. Essa é uma tecnologia que ainda estamos desenvolvendo no mundo inteiro, em particular no Laboratório Nacional de Luz Síncrotron também, aprendendo a denominar aquilo

que será provavelmente os próximos elementos fundamentais para a construção de microeletrônica, na verdade, da nanoeletrônica.

Bom, esses idosos exemplos mostram então a potencialidade e aplicações, são só exemplos, da nanotecnologia. Em dois problemas fundamentais. Problema justamente de informação, informação em grande escala, e o problema da energia. O que é que nós precisamos dominar do ponto de vista de ciência e do ponto de vista depois da sua aplicação tecnológica? Nós precisamos aprender a controlar a síntese desses materiais, eu mostrei o exemplo então como é que a gente pode fazer isso e enxergando esses materiais, nós temos que saber que é que nós estamos construindo, átomo a átomo, temos que aprender associar essas propriedades à função que nós queremos que elas exerçam, por exemplo, manipular e construir clorofila artificial, por exemplo, e, ponto fundamental mencionado também pelo Prof. José D'Albuquerque, temos que começar a construir isso não apenas na escala de laboratório de pesquisa e prototipagem, mas construir isso em grande escala, para que possa satisfazer as necessidades justamente da sociedade, da humanidade.

O que é que nós precisamos então e qual a estratégia nacional, como o Brasil tem procurado atacado isso? (*soa a campanha*) Eu vou tentar terminar rapidamente. Nós precisamos construir grandes equipamentos que são necessários justamente para nós podermos enxergar esses objetos. A natureza funciona dessa maneira, é um aspecto interessante, não vou entrar no detalhe por que, mas quanto menor você quer enxergar, maior é o equipamento que você precisa.

Isso é o Laboratório Nacional de Luz Síncrotron, é um laboratório do Ministério da Ciência e Tecnologia, é um laboratório federal, de uso aberto para todos os Pesquisadores do Brasil e é a melhor fonte de Raio-X que você tem e que permite, então, você enxergar tanto as proteínas como as ilhas de semicondutores que eu mostrei para os senhores e foi lá que foi feita essa medida. Esse é o único laboratório desse tipo em operação no hemisfério-sul e, em particular, na América Latina. Então, é esse tipo de laboratórios de uso público, uso aberto para toda a comunidade de pesquisa acadêmica e industrial que é necessário o Brasil desenvolver para dominar esse tipo de capacidade de caracterizar, ou seja, de enxergar as nano estruturas que você faz.

Outros laboratórios, o Márcio já mencionou isso, a estratégia do Ministério. Definir alguns laboratórios estratégicos que possam então criar a massa crítica e focar em algumas áreas específicas, também atuando conjuntamente.

Redes temáticas, os problemas de nanotecnologia são de grande porte e exigem conhecimento multidisciplinar, portanto, o CNPq vem trabalhando nisso desde o ano 2000, é necessário integrar os Pesquisadores dessa forma usando esses grandes laboratórios justamente.

Jovens pesquisadores, essa é a fonte de conhecimento, e fundamentalmente como é, eu já não diria mais uma tecnologia nova, era nova em 2001, faz cinco anos, e há um grande investimento mundial nisso. Ela já está no mercado. Mesmo assim é uma possibilidade de o Brasil aprender a fazer aquilo que, o Prof. José de D'Albuquerque mostrou, nós não sabemos fazer, que é interagir academia e indústria e transformar conhecimento em riqueza.

Bom, eu vou pular isso, eu estou adiantado no tempo, esse gráfico nos mostra até 2003 o investimento nos Estados Unidos, na Europa e no Japão em nanotecnologia, começando em 2000 até 2003, onde nós temos investimento em 2000 na ordem desses três Países ou três... Chamando Europa como País, na faixa de duzentos milhões de dólares chegando próximo a um bilhão de dólares. E em 2004, nós temos um investimento nos Estados Unidos de um bilhão e meio de dólares por ano em nanotecnologia, algo dessa ordem. Um bilhão no Japão. E se pegarmos toda a parte da Europa, também um bilhão de dólares.

O Brasil tem um investimento tipicamente na faixa, envolvendo todo investimento, de cem milhões de reais. Portanto, nós estamos com investimento muito menor do que é feito nos outros Países. O que é que isso significa? Resumo da minha apresentação. Nanotecnologia está presente já a nível de mercado, isso foi mostrado aqui, e estará cada vez mais presente. Ou seja, o Brasil tem que dominá-la também. O Brasil deve manter um amplo esforço científico em nanociência, no conhecimento. O conhecimento tem uma aplicação bastante generalizada e é muito difícil você decidir qual conhecimento será utilizado. Agora, o Brasil, e aí vem a questão do financiamento, precisa fazer escolhas de nichos tecnológicos. Não adianta imaginarmos que nós vamos ter recursos financeiros para competir com Europa, Japão e Estados Unidos. Isso nós não teremos nunca. Portanto, nós temos que saber dimensionar o nosso esforço tanto financeiro quanto de Recursos Humanos, que é da mesma ordem de diferença, para escolher os nichos tecnológicos que nós vamos investir. Eu não sugiro escolher nichos científicos. A ciência tem que ser ampla e variada. Mas a aplicação tecnológica tem que ser bem escolhida e ela deve ser escolhida em função da indústria brasileira que nós temos. Porque ela tem que ser feita, a tecnologia tem que ser feita na indústria usando o conhecimento do

meio acadêmico. E esse era o outro ponto que eu queria mencionar, justamente.

O último ponto que eu quero enfatizar. É necessário, portanto, ampliar e reforçar os mecanismos de interação entre a academia e a indústria, a Lei de Inovação foi excelente. Precisa ir além dela. A aplicação dela ainda é complicada. Precisa ter estruturas gerenciais que permitam grande flexibilidade e eficiência na operação dos laboratórios de pesquisa. O Congresso criou em 1998 a Lei de Organizações Sociais para tornar as instituições de pesquisa mais ágeis. É necessário reforçar este conceito, permitindo então que a pesquisa possa atuar com toda a flexibilidade necessária.

E eu vou reforçar dois aspectos que não estão no meu resumo, que é bastante importante. Primeiro, investimento é fundamental. Mas investimento sem recursos de operação é investimento perdido. Tipicamente, por ano, você precisa de 10% do que você investiu num laboratório para operá-lo. Se você investe num equipamento dois milhões de dólares, isso é um número típico, o Laboratório Sintrocron custa cem milhões de dólares, você precisa de 10% disso por ano para operá-lo. Se você não tem isso, você desperdiça o seu investimento. E ele envelhece, porque esses equipamentos envelhecem rapidamente. Então, isso é fundamental. Você precisa de investimento, mas ao mesmo tempo precisa operação, precisa de recurso de operação. Segundo aspecto, Recursos Humanos, foi mencionado já aqui, o Prof. Marcelo Knobel mostrou uma maneira de incentivar o despertar da ciência para os jovens; Recursos Humanos é fundamental. O Brasil forma um número de Doutores bastante razoável para o tamanho da sua economia, para o tamanho da sua ciência. Agora, a qualidade dos Recursos Humanos formados no Brasil precisa melhorar e muito. Eu fui Professor Universitário durante 10 anos, formei alguns Doutores e Mestres e eu costumo dizer: Sim, nós não formamos Doutores com a qualidade necessária ainda. Na média, estou falando, obviamente. E a principal razão disso é que a matéria-prima das universidades é muito ruim. Os estudantes que chegam na universidade não têm a qualificação necessária e o que a universidade tem que fazer é quase impossível. É fundamental que haja um grande investimento no ensino médio e fundamental, principalmente público, para tornar a nossa sociedade capaz então de formar os Pesquisadores tanto na área científica e, principalmente, tecnológica, o Prof. José D'Albuquerque mencionou a necessidade disso, formar Engenheiros, formar técnicos, que são necessários para fazer frente a esse novo desafio de Ciência e Tecnologia no Brasil. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Agradeço a participação do Dr. José Antô-

nio. Então, todos os participantes desta audiência já tiveram oportunidade de fazer apresentação. Eu abro agora a palavra aos Srs. Senadores.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)

– Para se inscrever, Presidente? Eu gostaria de me inscrever.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR) – Isso. Também. Gostaria de se inscrever. Então, o Senador Augusto Botelho está... Não sei se eu... Quer falar primeiro? *(risos)* Quer. Então, com a palavra o Senador Augusto Botelho, que é um dos autores do Requerimento, junto com o Senador Roberto Saturnino, para a realização desta Audiência Pública.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Eu

peço desculpas, porque eu estou defendendo justamente o quê? Dinheiro. Orçamento para um hospital lá no meu Estado, no meu Estado só tem um hospital público. A minha cidade é a capital, e é o único do Estado. Um Hospital Geral. E queremos construir outro. E o orçamento que eu propus foi cortado quase 50% e está na hora de eu defender lá.

Bom, eu gostaria de agradecer a presença dos senhores aqui e dizer que nós nesta Casa precisamos realmente de conhecer esses caminhos. Essa Luz Síncrotron eu conheci na Universidade de Brasília aqui, porque eu uma vez fui lá falar conversar com o Reitor e ele tocou no assunto e eu comecei a me interessar para pesquisar.

Eu acho que realmente nós temos uma falha muito grande no nosso sistema de patentes aqui no Brasil. O nosso órgão responsável por patentes está com deficiência de quase 50% de pessoas. Porque quem vai registrar as patentes têm que ser pessoas do nível dos senhores. Têm que ser cientistas também. Então, se nós não estamos tendo para trabalhar na iniciativa privada e tudo, a gente fica com dificuldade, mas o Estado tem que se organizar para o Governo fazer um concurso para melhorar para poder haver isso. Como eles falaram aí, que nós produzimos ciência, mas nós não conseguimos registrar os nossos conhecimentos, com as dificuldades. Nós aqui nesta Casa, eu pelo menos pessoalmente, não tinha noção da dimensão em que nós estávamos aqui no Brasil, o que é que nós fazemos, o que é que nós investimos. E é aqui nesta Casa que a gente decide a quantidade de recursos que tem que... E eu gostaria de sugerir aos senhores que fossem mais... Apesar de que quem vive estudando... Fosse mais combativos, lutassem mais para conseguir as coisas aqui dentro, se articulando através das organizações sociais que participam com vocês e tudo, porque... Vou citar um exemplo que ocorreu ontem e que vai ser votado hoje à tarde: O Presidente Sarney fez aquela Lei de Incentivo à Cultura e ao Esporte. Ela foi

cancelada há 20 anos atrás, isso quem me relatou foi um nadador, João... Um nadador brasileiro que aqui vive lutando com isso. Ele relatou ontem para nós. O esporte e a cultura seriam beneficiados naquela lei tipo a Lei Rouanet, que no começo foi Lei Sarney. Foi cancelada e veio a Rouanet. Aí continua a mesma briga. Só que propuseram aos esportistas, os artistas vieram aqui, que ia ficar só para os artistas, mas que logo depois faria uma outra para entrar o esporte também. Passaram-se 21 anos. Está fazendo 21 anos agora e agora que está saindo a do esporte. Porque naquele tempo os artistas vinham e os atletas não vinham aqui. Não se mobilizaram. Veio apenas esse que está ainda aqui lutando para conseguir recurso. Então, eu sugiro aos senhores que peguem as organizações sociais para voltar aqui para ficar brigando. Para ficar procurando, reivindicando. É lógico que nós temos o dever de investir nessa área que vocês estão aí. Mas esta Casa aqui só funciona sob pressão. Eu estou aqui há quatro anos e só funciona sob pressão de grupos. É por isso que o Judiciário tem o melhor salário do Brasil. Porque ele pressiona aqui em cima. Então, eu queria fazer uma pergunta. Esse microscópio de tunelamento. Existem quantos aqui no Brasil desses microscópios?

SR. JOSÉ D'ALBUQUERQUE E CASTRO – Há vários. Sendo usados por Físicos, Químicos, Engenheiros... É difícil dizer o quantitativo. Eu sei que a PUC do Rio tem lá na UFRJ nós temos na Biofísica, temos na COPI e temos na Física. Nós temos no Rio Grande do Sul, UNICAMP tem vários, a USP de São Paulo também, São Carlos tem. Em Pernambuco também tem. É um equipamento, vamos dizer, que está se tornando uma ferramenta básica para pesquisa na área de nano.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR) – Dr. José Antônio ia complementar.

SR. JOSÉ ANTÔNIO BRUM – Só complementando, tem dois tipos de microscópio que a gente chama de força atômica e tunelamento. Não quero fazer essa diferença, porque é bem sofisticado. Um é muito mais complicado e o outro é mais simples. Mas de qualquer forma, como o Prof. José D'Albuquerque disse, existem vários no Brasil, as universidades têm eles e um dos grandes problemas que a gente enfrenta é qualificar o pessoal para operá-lo. Novamente este é sempre uma... Algo que nós temos que ter sempre em mente, a qualificação dos Recursos Humanos no Brasil, chamando atenção para uma questão, os Estados Unidos têm plena consciência, isso é objeto de relatório deles, eles sabem disso, eles estão atuando nessa direção. Eles sabem muito bem que mesmo contando com os estudantes estrangeiros que eles têm nos Estados Unidos, eles formarão em torno de 50% do que eles

precisarão nas próximas décadas. O resto eles buscam de fora. Então, a competição pelas pessoas bem formadas será grande.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR)

– Mais um questionamento. Esse tubo de carbono, os Estados Unidos proibiram de vender para o Brasil depois que nós desenvolvemos a tecnologia de apurar melhor urânio do que eles ou já foi há mais tempo?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu passo a palavra ao Dr. José D’Albuquerque.

SR. JOSÉ D’ALBUQUERQUE CASTRO – É relativamente recente. Porque também apareceram empresas produzindo nanotubos de carbono mais recentemente. É mais recente do que a questão do material nuclear. Um ponto importante, Senador, é que nós falamos dos microscópios que existem nas universidades. As empresas não têm. Um ponto importantíssimo é que as empresas brasileiras incorporem a atividade de pesquisa e desenvolvimento. Porque essa é que gera patente. A atividade de pesquisa na universidade ela é, por sua natureza, aberta. Ela não pode ser secreta. Ela é financiada por recursos públicos. Então, nós temos uma lógica na universidade que é diferente da lógica da empresa, a pesquisa na empresa é secreta. O Brum, o Prof. Brum esteve na IBM um certo período, ele fez um estágio na IBM, em Nova York, e ele me contava como cada artigo que era escrito, antes de ser publicado, passava por um comitê para verificar se daria origem a uma patente ou não. Não era isso, Brum? Então, a lógica da empresa é diferente da lógica da universidade. E é preciso que as empresas tenham os microscópios de tunelamento, as empresas tenham suas equipes de pesquisa.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR)

– Mais só uma para encerrar.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Sim. Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR)

– Existe alguma patente nossa, de brasileiros, já essa área?

SR. JOSÉ D’ALBUQUERQUE CASTRO – Olha, tem alguma coisa na área de biotecnologia. Nós já temos... Tem alguns grupos, em particular, tem um grupo no Rio Grande do Sul, que é uma das redes do CNPq, que trabalha na área de fármacos e cosméticos. Eles têm parceria com algumas empresas como Natura, Boticário, estão atuando juntos e já têm alguns produtos patenteados. Na área de química também. Ah, é verdade, foi assinado um convênio entre a Bozano Petroquímica e a UFRJ e gerou uma patente para recobri-

mento resistente ao fogo. Uma tecnologia para recobrir materiais e eles se tornam resistentes ao fogo. Isso é uma coisa recente. Tem algumas patentes, sim.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – As nossas universidades não podem registrar patentes?

SR. JOSÉ D’ALBUQUERQUE CASTRO – Podem, podem. O paradoxo que nós temos aqui no Brasil, a empresa que mais produz patente no Brasil sempre foi a PETROBRÁS. A PETROBRÁS tem uma atividade de pesquisa e desenvolvimento intensíssima. Mas no ano passado ela foi batida pela UNICAMP. Isso é um absurdo. Em nenhum outro País desenvolvido uma universidade produz mais patente do que a indústria. Porque a indústria abriga pesquisa tecnológica. Então, veja que distorção, nós temos uma universidade no Brasil que é a maior produtora de patentes no País, vencendo todas as outras empresas.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Sim. Passo de novo a palavra ao Dr. Brum, José Antônio Brum.

SR. JOSÉ ANTÔNIO BRUM – Justamente na direção do comentário do Prof. José D’Albuquerque, eu tomaria muito cuidado, acho que o Brasil não produz patentes suficientes, isso ficou claramente demonstrado e esse é um dos grandes problemas. Patente é um indicador. Nós temos que tomar muito cuidado com indicadores. Ele é apenas um indicador. Ele protege conhecimento. Mas patente, se nós não temos um sistema industrial, comercial, que utilize a patente, ele é custo. Ele não gera lucro, não gera renda. Então, patente é importante, mas você tem que ter a capacidade de licenciar essa patente, ou seja, de utilizar a patente. Nós começamos a patente... E esse é problema justamente no Brasil, a universidade de Campinas é a maior detentora de patentes por ano, não faz sentido. Claro, ela faz um esforço de licenciamento. Mas não é ela que tem que utilizar isso numa produção. É a indústria. Então é fundamental, quando a gente pensa em patentes, pensar que a patente é apenas uma etapa. Uma patente internacional, que é a que realmente conta, custa muito caro. Fica caro fazê-la, custa caro mantê-la. Tipicamente, na ordem de vinte mil dólares/ano. Você só faz isso se você tem um sistema de produção e de comercialização que vai te render dinheiro com isso. Senão, você vai perder dinheiro. Então, é preciso tomar muita atenção. Temos que aprender a patentear, temos que inovar, ou seja, criar conhecimento tecnológico que possa ser transformado em produto, mas temos que transformar isso em produto e vendê-lo. Nós temos que chegar até o mercado. Senão...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Passo a palavra ao Senador Geraldo Mes-

quita. Até eu quero sugerir que o Senador faça as considerações e, em seguida, eu passo a palavra ao Senador Marcelo Crivella, para também fazer as reflexões sobre esse assunto, e depois, na seqüência, eu passo para os componentes da Mesa.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Prezado amigo, Senador Flávio Arns, prezados expositores e cientistas, técnicos que se fazem presente nessa audiência, meus companheiros aqui, Marcelo Crivella e Augusto Botelho.

Uma audiência como essa me deixa, ao mesmo tempo, feliz e triste, Senador Arns. Eu fico dividido. Eu fico triste, porque uma audiência como essa nos aponta, nos mostra, mais uma vez, que nós estamos dobrando mais um século e não conseguimos ainda debelar talvez a nossa grande doença, o grande mal que acomete a todos nós brasileiros, que é a ignorância. A ignorância crônica, perversa, cruel que se abate sob todos nós, a grande maioria do povo brasileiro.

A Ciência e Tecnologia ela não... Apesar das iniciativas heróicas, inclusive, daqueles que atuam tanto no campo da tecnologia, do desenvolvimento tecnológico como na ciência, apesar do esforço heróico de muitos neste País, ela não consegue avançar, Senador Arns, porque nós não conseguimos resolver a questão básica da educação. O Brasil ainda ostenta vergenhosamente a condição de ter milhões talvez de analfabetos. Analfabetos. Olha só. Século XXI. Eu só acredito que a gente bote o pé realmente na estrada do tão falado desenvolvimento sustentável, quando, por exemplo, num auditório como esse aqui do Congresso Nacional, nós temos inúmeros ambientes desse aqui, quando nós utilizarmos um ambiente desse aqui, por exemplo, acabou, o Congresso pára de funcionar, esse aqui é ocupado para se tornar uma sala de aula, seja para alfabetizar, seja para uma exposição de um assunto como esse, entende? Nós temos Casas legislativas. Senador Augusto Botelho, das milhares de Câmaras de Vereadores que nós temos no País, a grande maioria delas funciona uma vez por semana. Um dia por semana. Às vezes à noite. E fica o restante da semana absolutamente ocioso aquele espaço. Eu só acredito que nós definitivamente vamos nos encaminhar para uma grande transformação neste País quando a população brasileira for mobilizada, quando todos neste País se mobilizarem, e nós temos um exemplo muito recente, lembrem os senhores do período do apagão elétrico, da energia aqui no nosso País, a população brasileira, a partir de uma campanha feita (*soa a campanha*) para que racionalizássemos a utilização da energia, a população se envolveu e se envolveu de forma disciplinada, racionalizamos a utilização de energia e conseguimos superar aquela difícil fase da vida do

País... Eu estou trazendo esse exemplo à baila, porque se nós no Brasil investíssemos com seriedade, com responsabilidade, num grande esforço nacional, para a superação dessa grande dificuldade que eu enxergo, para que resolvêssemos definitivamente e déssemos um outro patamar à condição da educação neste País, um assunto como esse hoje não seria tão estranho para a gente. Eu fiquei de fato mesmo, de veras, emocionado com a experiência desenvolvida a partir da UNICAMP. Na demonstração que o Dr. Marcelo fez a gente observa, primeiro, o entusiasmo, em fazer, em contagiar a garotada para um assunto que, em princípio, poderia ser absolutamente estranho. E segundo, um fato relevantíssimo pra mim. Por exemplo, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica, PETROBRÁS... E aqui, não tenho nada contra, financiamento de atividade esportiva, principalmente na área do esporte, e ali eu não vi qualquer patrocínio, qualquer participação do Banco do Brasil, da Caixa Econômica, da PETROBRÁS num projeto como esse. Num projeto como esse. Então, é por isso que eu digo. Eu fico ao mesmo tempo feliz e fico ao mesmo tempo triste, porque isso tudo mostra que nós não temos... Talvez seja até de caso pensado mesmo, de população brasileira ter que ficar na escuridão da ignorância. E não me venha dizer que é uma questão de você ter outras prioridades. Qual é a maior prioridade que nós temos? Nós vamos sucumbir. Nesse passo, nós vamos sucumbir. O elemento de valor que há hoje no mundo é o conhecimento. Nós estamos, cada vez que vem um grupo seleto de profissionais, Cientistas e técnicos aqui numa Sessão como essa, a gente observa cada vez mais que nós estamos... O fosso está se tornando cada vez mais profundo. Entre aqueles que enxergaram isto já algum tempo e aplicam, desenvolvem toda a sua energia, para obter conhecimento e trabalhar com ele, e nós. A gente observa que essa instância está aumentando cada vez mais, Senador Arns. Ao invés de diminuir, nós estamos nos afastando cada vez mais daquele pelotão de frente. Ali Estados Unidos, Japão etc, Europa e nós estamos nos distanciando cada vez mais.

Então, para encerrar, o resultado dessa audiência aqui, concretamente, qual seria o resultado dessa audiência? Talvez daqui a alguns anos, se os senhores voltarem aqui em outras oportunidades, talvez daqui a alguns anos a gente consiga talvez colocar no *Orçamento da União recurso para organismos, instituições* que possam aplicar tais recursos. Agora, eu acho que isso é muitíssimo pouco. Muitíssimo pouco. Acho que a gente deveria, a partir de uma experiência como essa, procurar sensibilizar o Congresso Nacional, procurar sensibilizar o Governo do nosso País, para enfrentarmos definitivamente essa questão. A

questão da doença que nos acomete, que nos abate e que nos deixa lá para baixo, que é a doença da ignorância. Uma mobilização nacional nesse sentido. Recursos Humanos e materiais, seja onde for, na rua. Ali na minha rua, quantos analfabetos têm? Quantas pessoas precisariam de... Utilizarmos todos os espaços possíveis, inclusive espaços como esse aqui do Congresso Nacional. Das Casas Legislativas. Órgãos que ficam horas e horas ociosos durante o ano inteiro. Eu só acredito que nós superaremos essa nossa grande diferença, que se acentua cada vez mais com o mundo moderno, com o mundo desenvolvido, quando nós tomarmos decisões como essa, dramáticas e drásticas, no sentido de nos envolvermos todos nós numa grande campanha pela educação neste País e pela utilização e introdução da Ciência e Tecnologia como uma coisa natural e corriqueira da nossa vida. Eram essas as minhas considerações e eu faço votos de que cada vez mais nos compenetrems e nos conscientizemos dessa necessidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Agradeço a participação do Senador Geraldo Mesquita, que traz para este debate considerações essenciais, fundamentais. Eu quero destacar inclusive que a Câmara dos Deputados já aprovou também uma lei, de iniciativa do Poder Executivo, naturalmente de renúncia fiscal para a área da Ciência e Tecnologia. Então, esta lei está vindo agora para o Senado para discussão e apreciação por parte do Senado. E eu quero também enfatizar que um dos objetivos desta Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia é contribuir com a organização da área sugerida pelo Senador Augusto Botelho para os encaminhamentos e as articulações necessárias. Eu acho que se a Subcomissão contribuir com as universidades, com os Cientistas, com as iniciativas que vem sendo desenvolvidas, já será um grande trabalho. Inclusive tomando conhecimento, como o Dr. Brum colocou agora há pouco, tomando conhecimento destas ligações que têm que haver entre os Pesquisadores, os grupos de pesquisas e as organizações para que o próprio Congresso Nacional possa contribuir para essa finalidade. Conversava com o Dr. Marcelo, que também me impressionou muito a apresentação, uma coisa prática para as crianças, adolescentes, adultos e eu inclusive comentava com ele que esta Subcomissão pode se dedicar a uma interface junto com a UNICAMP para pensarmos em conjunto sobre como o projeto se desenvolver adiante, não ter os percalços no sentido de manutenção da idéia. Eu acho que é algo assim, em função da apresentação, que pode ser desenvolvido em conjunto por todos nós, Subcomissão, pensarmos em como é que esse projeto pode continuar, que acho que realmente como grande

objetivo de fazer com que a criança e o jovem percebam a importância, se interessarem pela área, a gente desperte potenciais nesta área para contribuírem com a área da ciência de uma maneira geral. Senador Marcelo Crivella com a palavra.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)

– Presidente, Senador Flávio Arns, Srs. Senadores, Srs. palestrantes, desculpem a gente ter chegado aqui já no final, mas é que hoje tem cinco Comissões, existem cinco Comissões funcionando simultaneamente no Senado. E todas elas extremamente relevantes. Eu queria começar fazendo uma pergunta rápida aqui. Eu entendo muito pouco de nanotecnologia, mas prometo que vou ler esses documentos. Ouvi de que um material, na dimensão nano, por exemplo, um nano de aço, tem as suas características mecânicas, por exemplo, muito maiores, que resistem muito mais à tração, compressão, flexão, torção, coisas desse tipo. É isso?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Dr. Marcelo.

SR. MARCELO KNOBEL – Bom, certamente não é só isso. Isso é uma das características.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)

– Quanto mais, Dr. Knobel?

SR. MARCELO KNOBEL – Olha, é que não é só isso. Depende um pouco de vários fatores. Então você cria um material na escala nanométrica e ele pode apresentar coisas incríveis. Não só a parte de resistência mecânica, como o senhor está mencionando, mas também a parte de resistência elétrica, a parte de catálise, magnética... Todas as propriedades, ou grande parte das propriedades, e isso que é justamente a grande revolução da nanociência e da nanotecnologia é que muitas das propriedades podem ser completamente diferentes. Muito melhores, por exemplo, o exemplo citado pelo senhor é que a resistência realmente à tração de um nanotubo de carbono como foi mostrado aqui, que são pouquíssimos átomos, feitos na forma de tubo, eles ficam muito leves e muito mais resistentes. São ordens de grandeza. São, por exemplo, mil vezes...

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)

– Um espetáculo.

SR. MARCELO KNOBEL – Ou até dez mil vezes mais resistentes. Então, por exemplo, uma aplicação prática que vem sendo utilizada, que é meio trivial, mas é bacana, que é a utilização de nanotubos de carbono em raquetes de tênis, que ficam muito mais leves e muito mais resistentes. Isso numa aplicação que já existe no mercado. Mas se usam-se em raquetes de tênis, por que não usar em poços de petróleo ou casas ou cimentos ou compósitos que vão formar...

Então, as possibilidades que se abrem, as perspectivas que se abrem na área de nanotecnologia são infinitas. Porque aí as propriedades magnéticas ficam diferentes, as propriedades óticas, os materiais, dependendo do tamanho, por exemplo, começam a ter cores diferentes, então você pode utilizar para diagnóstico por imagens de tumores... Bom, abrem-se inúmeras possibilidades e perspectivas, muitas delas que a gente sequer sonha. Por isso é que tem que ter um grande esforço na área básica de ciência, para que a gente consiga enxergar algum desenvolvimento ulterior.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) –

Sr. Presidente, que coisa fantástica. Sabe a que é que isso me remete? À Bíblia, a Cristo. Na teoria bíblica, na filosofia bíblica, Botelho, os grandes líderes da Bíblia eram sempre levados ao deserto. Por que ao deserto? Porque o deserto é lugar onde a montanha vira grão de areia. Devido ao intemperismo. Muito frio à noite, muito calor durante o dia, os materiais vão, na elasticidade, quebrando. E assim as pessoas iam adquirindo melhores qualidades. Moisés era um assassino, quando, aos 80 anos, foi para o deserto. Aos 120 anos... Perdão, aos 40. Aos 80, quando peregrinou 40 anos no deserto, foi o grande líder da antiguidade. A mesma coisa Cristo, que esteve no deserto. Todos os profetas. João Batista... Foram levados ao deserto. O rei Davi. E no deserto foram se depurando das suas vaidades, dos seus orgulhos, das suas... Dos seus sentimentos pequenos. E quando perguntaram a Cristo: "Senhor, a que compararei o reino dos céus?" Ele pensou e disse assim: "A que compararei o reino dos céus? A um grão de mostarda". A menor de todas as sementes. Mas, que quando cresce se torna a maior árvore. Vocês sabem, hoje na sociedade brasileira, nós temos uma dívida de um trilhão de reais, é a nossa dívida pública. Oitocentos bilhões, números redondos, pertencem a 15 mil famílias brasileiras. Essa discussão toda nossa aqui é muito de recursos. Vocês já imaginaram 15 mil famílias brasileiras serem donas hoje nos Bancos publicasse e privados de oitocentos bilhões de reais? E durante todo esse tempo neoliberal no País terem exigido juros acima de 20%. A média. O que significa que no ano passado nós pagamos para 15 mil famílias cem bilhões de reais. Cem bilhões de reais a título de juros. Quando não temos dinheiro para investir numa ciência que é fascinante e que, certamente, se tivessem acesso nossas crianças poderíamos tirá-las do caminho das drogas. Hoje, um menino pobre do Rio de Janeiro, o mundo mais fascinante que ele encontra é o das drogas. É de sair da realidade da favela, do dente estragado, da falta de um tênis, daquele confronto terrível entre ricos e pobres, que agride a nós todos, usando a droga, ou então bebendo. Enquanto

que não só a ciência, mas também o esporte, a arte têm um poder de sedução tremendo. Acredito que se eles tivessem acesso a isso teriam tido caminhos muito melhores.

Mas, Sr. Presidente, eu quero dizer aqui aos nossos Pesquisadores, *(soa a campainha)* já vou concluir, Sr. Presidente, de que apresentei uma proposta para que as empresas que apliquem, isso na linha daquela lei que nós aprovamos da inovação tecnológica, que o Presidente Lula mandou para cá e que é importante, porque aproxima a universidade da empresa, hoje a empresa já tem, se contratar um técnico ela já tem 50% subsidiado do custo do salário dele pelo Governo. E fizemos a inclusão digital... Inclusive o Presidente Lula se preocupa muito com isso. Mas faltam os recursos. Agora estamos começando a baixar... Estamos pensando em usar os recursos do superávit primário. Quatro anos atrás, quando eu tomei posse como Senador, Saturnino Braga, que agora vence o mandato dele, fez uma proposta no Plano Plurianual de diminuir 0,5%, o Senador Flávio Arns é testemunha disso, 0,5% no superávit. Era 4,25, nós íamos diminuindo 0,5% a cada ano para termos os recursos. Na época o Governo, Palocci não aceitou e Saturnino renunciou. E assumiu no lugar dele o Sibá Machado. Os juros que herdamos do Fernando Henrique foram de 26%. Porque Fernando também acreditava que os juros eram importante na política macroeconômica quando tem inflação. Baixamos para 13. Metade. E a inflação continua a mesma. Imagine quanto tempo nós perdemos. E eu não vou ser cínico de criticar pessoas que, na época, enfrentando as circunstâncias que enfrentavam, tomaram as decisões que as suas consciências indicavam. Mas olhando para trás, nós vemos que mais uma vez somos essa sociedade que não é generosa. É a sociedade que concentra riqueza e renda. Por timidez, por erro, sei lá. A gente não arrisca na hora, por exemplo, de investir em coisas importantes como essa aqui.

Pois bem, mas eu quero dizer o seguinte. Então apresentei um projeto para que as empresas que têm centro de pesquisas possam ter prioridade nos recursos do BNDES. São 60 bilhões. 60 bilhões de reais. Nós não conseguimos aplicar todos esses 60 bilhões. As empresas não estão pesquisando muito. Porque o povo não tem dinheiro para comprar, não há mercado e eles acabam não investindo no crescimento dos seus produtos etc. Mas acho, e estou com o Senador Flávio Arns, que a gente devia ter uma Audiência Pública dessa pelo menos uma vez por mês, Senador. E propagar isso. Quer dizer, isso aqui vai sair no Jornal do Senado, isso aqui vai sair na televisão do Senado em algum momento, nós vamos divulgar aqui a nano-

tecnologia... E quem sabe, nesse esforço nosso, que hoje parece nano, um “nano esforço” diante das nossas potencialidades, das carências que nós temos, esse paradoxo tremendo, não ser de grande vulto.

✱ Mas nem por isso podemos desanimar. Aliás, Ruy Barbosa tinha uma frase tremenda. Ele dizia o seguinte. Que o dever de consciência substitui... O amor ao dever de consciência substitui com vantagem a expectativa de êxito. Às vezes a gente luta, mas, uma voz clamando no deserto, mas a paixão pelo dever ela acaba chegando a algum lugar. Então hoje lembrei de Cristo, lembrei da Bíblia, lembrei da nanotecnologia, quer dizer, como a gente fica maior quando a gente fica menor, quando a gente perde as vaidades, o orgulho e essas coisas todas, que, aliás, também a entrevista das páginas amarelas da Revista Veja do Presidente da DemleKlister(F) dizendo que o grande problema dele é que entre os executivos existe muito orgulho, vaidade política e assim as empresas acabam perdendo oportunidade e crescimento. Sr. Presidente, era isso. Muito obrigado. Perdão ter-me alongado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Por favor. Sempre muito importante. Eu gostaria, na sequência, de passar novamente a palavra aos expositores, aos participantes desta Audiência Pública para que, desejando, façam considerações sobre as observações e as reflexões dos Srs. Senadores e que, ao mesmo tempo, aproveitem também o tempo para fazer os encaminhamentos e as considerações finais. Então, em primeiro lugar, eu passo novamente a palavra ao Dr. Márcio Augusto dos Anjos, que é Vice-Coordenador de Micro e Nanotecnologia da Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do Ministério da Ciência e Tecnologia.

SR. MÁRCIO AUGUSTO DOS ANJOS – Obrigado. Eu vou retomar alguns pontos. Por exemplo, do Senador Augusto Botelho, quando ele comentou sobre se a questão da proibição de venda dos nanotubos dos Estados Unidos para o Brasil teria alguma relação com a questão nuclear. Não tem, porque ela, na verdade, foi posterior, a questão nuclear. Por outro lado, o que chama atenção nisso, não pode ser tomado como represália dos Estados Unidos. Os Estados Unidos decidiram que eles consideraram nanotubos de carbono como sendo material estratégico e reservam-se ao direito de vender a quem eles bem entenderem, o que é direito soberano deles. Não se questiona. Por outro lado, parece que mais uma vez o que acontece? Os Países ricos têm recursos suficientes para investir naquilo que eles sabem que vai ter futuro e criam mecanismos bastante sutis de impedir a transmissão de tecnologia para outros Países.

No caso dos nanotubos é curioso que a China também já está pesquisando e investindo e eles pretendem vender comercialmente. Então, não vai adiantar muito os Estados Unidos proibirem. Por outro lado, eu acho que chama a atenção para isso. Mais uma vez, a gente enfrenta dificuldades, como já teve no passado na área de informática e em várias outras áreas, quando a gente sabe que as áreas são estratégicas para o País, a gente tem interesse em desenvolver e é difícil avançar sozinho.

No caso da nano, eu acho curioso que a nano é considerada área estratégica. Ela está na (inaudível) como sendo uma das áreas estratégicas. Porém, o que não tem acontecido é o equivalente monetário dessa estratégia. Por mais estratégica que ela seja considerada, ela não tem recebido recursos suficientes.

Eu tinha mencionado rapidamente na apresentação sobre o Grupo de Trabalho que criou o documento base do programa. Esse grupo, uma das coisas que eles indicaram foi o quanto que eles considerariam necessário, o mínimo necessário para que a gente tivesse o avanço da nanotecnologia no País. Eles estimaram que, no mínimo, no mínimo, precisaria de cem milhões por ano para que a gente montasse uma estrutura de laboratórios e Pesquisadores que conseguissem tocar a nanotecnologia. Bom, dos cem milhões que eles propuseram, na verdade, eles receberam no primeiro ano oito milhões. Isso já causa uma certa frustração.

Mais alguns números. Uma idéia que surgiu desde o início, foi criar um centro de referência. O Dr. Brum comentou sobre isso, seria um laboratório grande de nanotecnologia. Foi feito um estudo preliminar sobre isso e, no mínimo, seriam necessários 50 milhões. Para que se toque um laboratório do porte do laboratório, do Luz Síncrotron são necessários... O contrato de gestão prevê 25 milhões. E isso tem sido pouco. Ou seja, para um laboratório. Para que se tenha um sistema de nanotecnologia, portanto, precisa não só do Luz Síncrotron, precisa de muitos outros laboratórios. Na verdade, a gente falar em 50 milhões é pouco. E o que é que nós temos no PPA? Em 2006 são 14 milhões. Eu chamaria atenção para que, o PPA termina agora em 2007, em 2008 começa uma nova fase e imagino que a nanotecnologia continuará como programa, mas uma coisa a se pensar é como fortalecer esse programa. Porque realmente, com o valor atual, nós vamos ficar patinando. Ainda que a gente defina área prioritária, 14 milhões é muito, muito pouco para se conseguir resultado.

Um outro ponto que o Senador Botelho tocou foi quanto a patentes. Já foi comentado isso. Mas eu retomaria um ponto que é interessante. Há relativamente poucas patentes na nanotecnologia, mas elas estão

surgindo. Por outro lado, quem mais deposita patentes no Brasil são as multinacionais. Não vou citar nomes, mas a empresa que mais deposita patentes em nanotecnologia no Brasil é uma multinacional do setor de cosméticos. Por quê? Reserva de mercado. Está tudo ainda numa fase bastante inicial, nem é que ela tenha os produtos ainda lançados, mas eles vão surgir. Em breve. E no Brasil também. Nós já temos vários grupos trabalhando com cosméticos. Nós temos uma rede de nanocosméticos. Só que pode ocorrer que quando esses grupos desenvolverem um produto já exista a patente da multinacional. Então, isso pode ser um empecilho. Mais uma vez, pode se ter um mecanismo de reserva de mercado que impede esses grupos. O que acontece com as patentes é que os pequenos grupos de pesquisa, as pequenas universidades não têm recursos. Depositar uma patente é caro. E não é à-toa que os Países ricos geram tantas patentes. Eles têm dinheiro para isso. Algumas universidades brasileiras criaram mecanismos. Por exemplo, a UNICAMP tem escritório de depósito de patentes, que dá uma certa facilidade. Mas, novamente, é uma instituição que tem um pouco mais de recursos do que as outras. Eu acredito que à medida que surjam mais parcerias com empresas, universidade/empresa, em parte esse problema seja reduzido. Porque as empresas, quando é um produto de interesse delas, podem entrar com recursos.

Bem, um outro ponto aqui já foi tocado pelo Senador Crivella, mas eu acho que tem a ver com que eu estava comentando.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Sr. Presidente, eu queria só aproveitar essa questão...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Eu estava aqui assistindo ainda a sabatina do novo Embaixador do Brasil nos Estados Unidos, que eu fui Relator, e não pude participar aqui. Agora, tem um assunto só que me preocupou um pouco, os senhores devem estar a par aí que, nessa discussão que estamos tendo aqui no Senado que vai ter votação na parte da tarde sobre questão de incentivos à cultura e ao esporte, o que está se avançando é que o incentivo ao esporte não vai competir com o incentivo à cultura e, sim, vai competir na área de tecnologia. Os senhores já teriam alguma informação sobre isso? Estão a par dessa questão? Porque o que está se avançando é nesse sentido. Quer dizer, aquela parte que você pode deduzir, que as empresas podem deduzir do Imposto de Renda para projetos de inovação tecnológica, a questão do esporte vai entrar nessa área. Vai competir

nesses 4% de inovação tecnológica. Não têm nenhuma informação ainda?

SR. MÁRCIO AUGUSTO DOS ANJOS – Não, não.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Dr. Márcio com a palavra.

SR. MÁRCIO AUGUSTO DOS ANJOS – Eu ia continuar. Eu ia tocar num outro ponto, na verdade, que era a Lei da Inovação. Mas acho que a gente continua no... Era na verdade para dizer que essa lei foi muito bem recebida. Eu tinha comentado que a FINEP lançou esse ano um edital de subvenção, ele é exatamente a consequência da Lei da Inovação. Era uma coisa que já há muito tempo era esperada. O que os Pesquisadores em geral esperam muito da empresa, porque eu acho que a questão do incentivo favorece, mas o Pesquisador espera muito que eles consigam trabalhar em conjunto e que a empresa entre com recursos, ajude a equipar um laboratório da universidade... É o que eles esperam muito. E com a Lei da Inovação agora eu acho que isso se tornou possível. Eu estive acompanhando a análise dos projetos da FINEP e constatei um fato interessante. A maior parte das empresas, ao contrário do que a gente imaginava inicialmente, a maior parte das empresas que concorreram em nanotecnologia ao edital, não são as grandes empresas. A maioria, inclusive, eram empresas incubadas. O que é que isso me parece? As empresas pequenas no País estão muito interessadas em desenvolver tecnologia e estão cientes que elas só vão conseguir crescer se buscarem as novas tecnologias. Por outro lado, não sei se isso é verdade, mas é uma hipótese, as grandes já têm essa certa tradição de considerarem mais barato importar tecnologia. Com algumas exceções, claro, como a PETROBRÁS, que desenvolve tecnologia. Então, acho que a Lei da Inovação vai permitir essa mudança também no Ministério, para que haja mais integração entre Pesquisador e a empresa e que isso a gente deve começar a ver os frutos muito em breve. Era isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Bem, agradeço a participação do Dr. Márcio Augusto dos Anjos. E lançando o desafio, inclusive,

particularmente dois desafios sobre os quais nós temos que nos deter no ano que vem, que é o debate mais intenso e mais detalhado sobre os recursos necessários para a área, seja através do Orçamento, através de leis de renúncia fiscal, como a que vem sendo aprovada, que já foi aprovada na Câmara dos Deputados e que vai ser objeto de análise aqui no Senado Federal e, ao mesmo tempo também, a aplicação de instrumentos legais já existentes, como é o caso da Lei de Inovação tecnológica, cuja aplicação deve ocorrer em nosso País.

Passo, em seguida, a palavra ao Dr. Marcelo Knobel, Coordenador do Projeto NanoAventura da Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP.

SR. MARCELO KNOBEL – Bom, queria fazer alguns comentários. Em primeiro lugar, comentando o comentário do Senador Azeredo, eu li sobre isso no jornal, sobre essa discussão que houve ontem aqui sobre a questão da Lei de Incentivo à Cultura e ao Esporte e que no fim, para eles não brigarem, acabaram encontrando como solução que o esporte iria competir com recursos com a Ciência e Tecnologia. O que me deixou, como Cientista, em particular, bastante assustado. Eu não sei detalhes, porque realmente no jornal saíram poucos detalhes, mas é preocupante se realmente isso acontecer. E eu aproveito a oportunidade para comentar que foi citado aqui sobre o meu projeto em particular, sobre o Projeto NanoAventura. Eu acredito que nesse ano em meio de funcionamento eu tenha visitado aí, sei lá, umas 50, 60 empresas pedindo patrocínio. Todo mundo gosta do projeto, acha ótimo, maravilhoso, mas no momento de pôr a mão no bolso a história é mais complicada. Não é fácil de conseguir os recursos. E por quê? Porque quando você vai dar um patrocínio, se pensa no número de pessoas que você vai atingir. Muitas vezes a visão dos empresários é um pouco a curto alcance, e falam: “Quanta gente vai ver a minha marca?” É uma visão de curto alcance mesmo. Então, eles preferem colocar... Sei lá, o que eu precisaria para operar o projeto por dois anos um milhão de reais, eles falam: “Prefiro patrocinar um show de música uma noite, porque eu atinjo muito mais gente do que vocês vão atingir em dois anos”. É claro que vai atingir muito mais gente, mas vão apenas ver a marca e não vão estar associando a um projeto de educação, de divulgação científica, a um projeto de educação de crianças e jovens para o futuro e assim por diante. Então às vezes a visão do empresário na área de patrocínio, em particular, é muito estreita. Quanto mais, quando a gente comentou aqui, sobre a inovação. Então me preocupa particularmente se Ciência e Tecnologia for competir com eventos esportivos, não tenho nada contra o esporte, pelo contrário, eu adoro, mas certamente eles têm muito mais visibilidade na mídia. E é uma competição muito assimétrica, digamos assim. Então, é o meu comentário, sem saber maiores detalhes. Então, eu me preocupo com essa votação de hoje à tarde, mas é só uma preocupação pessoal aqui.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– A informação é essa. Exatamente essa que o senhor tem. Eu estava só querendo ouvir a opinião dos senhores. Mas a informação que eu tenho é exatamente essa. Que a solução que está se achando é essa. Quer dizer, vai se utilizar o mesmo percentual da inovação

tecnológica para o esporte. Então, de repente alguma empresa pode ficar nesse dilema. Ou eu aplico em inovação tecnológica ou eu aplico em patrocínio ao esporte. É claro que são situações muito diferentes. O tipo de empresa é bem diferente. Mas...

SR. MARCELO NOBEL – Bom, e dando continuidade então aos meus comentários, eu fiquei particularmente feliz com os comentários sobre o nosso projeto, claro que eu sou suspeito para falar porque eu vivo lá o dia-a-dia, participei desde a concepção, criação, coordenação. Então, eu acho que o projeto tem os seus méritos. Mas, só para quitar um detalhe de como a gente está defasado em recursos em todas as áreas, não só na pesquisa e na inovação, na pesquisa básica. Há duas semanas eu fui num Congresso sobre divulgação de nano ciência e nanotecnologia nos Estados Unidos, de uma rede financiada ali pela iniciativa nanotecnológica norte-americana. Uma única rede ali, com três museus de ciência, o Museu de Ciência de Minnesota, o Museu de Ciência de San Francisco e o Museu de Ciência de Boston, três museus, eles conseguiram (*soa a campainha*) recursos da ordem de vinte milhões de dólares para fazer projetos de divulgação. Não falaram de pesquisa nem nada. Divulgação de Ciência e Tecnologia e projetos de educação em nanociência e tecnologia. Uma única rede. Vinte milhões de dólares. E o que, seguindo as palavras do Senador, me deixou por um lado feliz, é que no Congresso foi citado que o nosso projeto aqui do Brasil é ainda o único projeto interessante que surgiu etc, com pouquíssimos recursos. Em compensação a gente vê que logo, logo a gente vai estar defasado nessa área também. Não só na área científica, na área tecnológica, na área de aplicações, mas em todas as áreas, se a gente não escolher realmente nichos específicos, pontos onde atuar e fazer um planejamento a médio e longo prazo, realmente, como se diz num jargão, a gente vai perder novamente o bonde aí da nanociência e da nanotecnologia.

Então, nós temos que encontrar mecanismos específicos de encontrar caminhos para o Brasil em nanociência e nanotecnologia. Isso, é claro, da área científica, eu também sou Cientista, trabalho nessa área, na área de aplicações tecnológicas, mas também sigo os meus colegas aqui, eu acho que a geração e formação de Recursos Humanos é algo absolutamente fundamental. E isso começa desde a infância. Então, projetos de educação em ciência, em tecnologia, projetos de divulgação, projetos de educação formal e não formal são fundamentais. Eu acho que aí então... Lanço aí a idéia de uma proposta de discussão de como realmente aproveitar e incentivar mecanismos

financeiros mesmo para incentivar projetos nessa área de educação não formal.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Muito bem. Agradeço a participação do Dr. Marcelo Knobel. Passo, em seguida, a palavra ao Dr. José D’Albuquerque e Castro, que é Coordenador de Nanomagnetismo do Instituto Milênio de Nanotecnologia.

SR. JOSÉ D’ALBUQUERQUE E CASTRO – Eu estava aqui ouvindo as diversas considerações, eu me lembrei mais uma vez de uma idéia que Einstein expunha com muita clareza. Ele dizia que para resolver um problema, a coisa fundamental, o ponto de partida é você entender o problema. Você não vai encontrar solução se você não tiver um diagnóstico e não conhecer o problema perfeitamente. Nós estamos falando aqui do desenvolvimento tecnológico do País. E é um problema muito complicado, porque ele tem várias interfaces. Passa pela questão, como já falamos, de legislação, formação de Recursos Humanos, recursos financeiros... É bastante complexo, portanto, um diagnóstico não é simples. Mas eu diria o seguinte, eu acho que nós podemos sair daqui com uma visão otimista. Porque, a despeito de todas as dificuldades que já foram levantadas, identificadas aqui, os muitos pontos de estrangulamento talvez, a gente vê que o Brasil tem conseguido sucessos impressionantes. A gente sabe que a EMBRAER é a quarta empresa... O Brasil, graças à EMBRAER, é o quarto exportador de avião no mundo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (*pronunciamento fora do microfone*)(*inaudível*)

SR. JOSÉ D’ALBUQUERQUE E CASTRO – Agora já é o terceiro? Então, isso aí é uma coisa impressionante. A gente vê a PETROBRÁS o que tem conseguido na área de petróleo, e na área de energia, porque agora ela é uma empresa de energia. A gente vê o que EMBRAPA tem conseguido. É claro que a gente não... A gente gostaria de ter mais “PETROBRÁS” e mais “EMBRAPAs” atuando no País. Mas existem alguns requerimentos básicos que poderão nos levar, se soubermos conduzir o processo, a um desenvolvimento econômico, social, muito maior do que nós temos tido.

A questão da educação, que foi mencionada aqui, é um dos pontos fundamentais. E eu diria o seguinte, é importante que nós tenhamos educação de qualidade em todos os níveis. Não basta termos só o universitário, não basta ter só ensino médio, não basta só ter ensino fundamental de qualidade. Se toda a sequência não for de qualidade e atender ao número de alunos que nós precisamos... Eu já citei, entre os jovens de 18 e 24 anos apenas 13% dos jovens estão

em universidade no Brasil. Nós só perdemos, se eu não me engano, para o Paraguai ou para a Bolívia na América Latina. E não adianta, me desculpem os que tiverem uma visão diferente, mas o PROUNI, que coloca alunos nas faculdades e universidades privadas, nós sabemos que as faculdades privadas não atuam na área tecnológica. Não é que Filosofia, História, Sociologia não sejam importantes. De maneira nenhuma. Aliás, eu gosto. O problema é que o Brasil não pode ter esse déficit de técnicos e Engenheiros que nós temos. Eu vou dar um exemplo aos senhores. Na região do Rio de Janeiro, vocês sabem quantos cursos de Administração existem? São 46. Os senhores sabem quantos que tem de Engenharia? Uma meia-dúzia. Porque são faculdades privadas e elas têm a lógica da faculdade privada. No Brasil, somente 27% dos estudantes universitários estão nas universidades públicas. O resto está nas universidades privadas. Então, a questão do ensino é fundamental em todos os níveis. Inclusive na formação universitária. Eu gostaria de (*soa a campainha*) mencionar um último ponto, que é o seguinte. Como que às vezes diagnósticos errados nos impedem de fazer avanços importantes. Houve durante muito tempo aqui no Brasil a argumentação de que a universidade, a academia havia crescido, mas o País não tinha crescido. Porque a academia não fazia o papel que deveria fazer que era fazer a pesquisa aplicada. Ora, em todo o mundo a pesquisa aplicada é feita nas empresas. Nós já tratamos dessa questão. Não é a missão da universidade desenvolver produtos e jogar com o mercado. Não é essa a missão da universidade. Então, isso criou uma mentalidade de que não valia a pena jogar dinheiro na ciência. Por quê? Porque não resultava em desenvolvimento industrial. Nós tivemos essa mentalidade prevalecendo no Brasil durante muito tempo. Eu acho que felizmente isso começa a se reconhecer que não é por aí o caminho. Como eu falei, em todos os níveis. Acho que Governo, empresas, o meio acadêmico está percebendo que não é esse o caminho.

Mas eu terminaria dizendo, se nós olharmos as perspectivas que o Brasil tem eu acho que nós podemos ser otimistas. Podemos, sim. Mas, ao mesmo tempo, reconheceremos que o caminho será longo e difícil.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Agradeço a participação do Dr. José D’Albuquerque e Castro, e passo, finalmente, a palavra ao Dr. José Antônio Brum, que é Diretor-Geral do Laboratório Nacional de Luz Síncrotron, LNLS, centro de pesquisa do Ministério da Ciência e Tecnologia.

SR. JOSÉ ANTÔNIO BRUM – Obrigado. Acho que a primeira observação, antes de fazer as minhas considerações falácia, é a respeito então desse Proje-

to de Lei que está em discussão, referente a incentivo fiscal para cultura e esporte e que pode estar competindo com a questão tecnológica. Eu não conheço a lei, recebi uma cópia do projeto agora, então eu já me desculpo se eu estiver falando de algo que for incorreto. Eu não conhecia, o Prof. Marcelo tinha mencionado hoje de manhã justamente sobre isto, não sabia que estava circulando.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu posso fazer só uma observação, que o texto da lei que o senhor tem em suas mãos, é um outro Projeto de Lei, que foi aprovado na Câmara e que está chegando agora no Senado e que tem por objetivo haver uma renúncia específica, como existe para o esporte, existe para a cultura, para a área da Ciência e Tecnologia. Agora, só de Pessoas Jurídicas, porque eu estou vendo, porque eu estou tomando conhecimento desse texto da lei agora também. O que o Senador Eduardo Azeredo estava se referindo é que nesse debate sobre donde sair o dinheiro para o esporte e cultura, em princípio, mencionou-se de que isto sairia justamente desta legislação, da Lei de Inovação Tecnológica. Quer dizer, essa renúncia iria para a área do esporte. Nós teríamos que ficar atentos também no debate que vai acontecer no período da tarde nesta mesma Comissão de Educação, até faço apelo ao Senador Augusto Botelho, ao Senador Eduardo Azeredo mencionar isto para os demais membros desta Subcomissão Permanente, para que, como foi dito também pelo Dr. Marcelo, todos nós somos amplamente favoráveis à cultura e ao esporte, mas que isso não signifique, em absoluto, qualquer tipo de diminuição de recursos em outra área. Me desculpe só pela interrupção, Dr. Brum.

SR. JOSÉ ANTÔNIO BRUM – Eu é que agradeço o esclarecimento. Eu vou, então, simplesmente mencionar se a discussão que houver no Plenário está colocando uma questão de que o recurso que possa ser aplicado apoiando esporte e cultura e a renúncia fiscal a isso entrar em competição com a questão, com o mesmo recurso que iria para a Ciência e Tecnologia eventualmente, isto, no meu ponto de vista, obviamente, é extremamente perigoso. E na minha visão, não faz nenhum sentido. Não faz nenhum sentido, com todo o respeito ao esporte e cultura, que são muito interessantes em todos os aspectos, mas, do ponto de vista de uma indústria, isto é publicidade. Ele investe em cultura e esporte não porque isso vai gerar recursos para ele. Isso vai gerar indiretamente, porque isso é publicidade. Ciência e Tecnologia não é publicidade e nunca será. Ele investe em Ciência e Tecnologia, no caso em tecnologia, para criar produtos que então vão render. Você investir e fazer algum tipo

de renúncia fiscal para fazer investimento em tecnologia numa indústria, você está, na verdade, criando um mecanismo mais rápido, talvez mais rápido e talvez mais eficiente, essa é uma outra discussão, para a indústria então investir no desenvolvimento tecnológico e aí conseguir produzir produtos mais eficientes e entrar melhor no mercado. É facilitar aquilo ao seu objetivo final. Esporte e cultura, não está incentivando o seu objetivo final. Está criando um mecanismo, onde ela pode então incentivar atividades da sociedade que são muito importantes, mas que para ela, a indústria, é publicidade. É um outro tipo de recurso. Misturar esses dois recursos não faz nenhum sentido, ao meu ver, está completamente errado e é muito perigoso para o País. Então, acho que era a observação que eu queria fazer. Como eu disse, não conheço a discussão, mas ela é muito complicada. E eu espero que ela seja bem conduzida. Tenho confiança na Casa para isso.

As minhas considerações finais então, na questão de nanociência e nanotecnologia, e mencionando talvez um pouco, comparando, a gente compara muito com outros Países, nós devemos fazer isso, eles estão, no ponto de vista de investimento, mais avançados do que a gente, nos Países desenvolvidos, em particular, nós temos uma grande influência dos Estados Unidos e como o Márcio mencionou, nós começamos a pensar em nanociência e nanotecnologia de uma forma mais organizada no Brasil a partir do movimento que ocorreu nos Estados Unidos, 2000 e 2001, e naquela época eles decidiram criar cinco laboratórios nacionais de nanotecnologia, todos eles associados já aos inúmeros laboratórios nacionais que os Estados Unidos têm, e o que é que significa isto? Significa concentrar em algumas regiões do País a massa crítica necessária, para com isso alavancar a qualidade e a tecnologia necessária para isso. O Brasil tentou fazer isso, não conseguiu, acabou não criando um laboratório nacional de nanociência e nanotecnologia, por várias razões, e tem muita dificuldade de criar laboratórios de grande porte, que são cada vez mais necessários devido à complexidade da Ciência e Tecnologia. O Laboratório Nacional de Luz Síncrotron levou 10 anos para ser construído. Entre 1987 e 1997. Faz nove anos que ele opera. *(soa a campanha)* Ele levou dez anos, devido, obviamente, em parte porque adquiriu a tecnologia e foi construído no Brasil por brasileiros, mas também pela dificuldade de investimento. Mas é necessário que você possa ter de desenvolver esse tipo de laboratórios para criar a massa crítica ao mesmo tempo em que você mantém o apoio à pesquisa universitária, para criar então a formação de Recursos Humanos, que já foi mencionada e que é extremamente importante.

E nesse aspecto, então, é essa a minha consideração final, é fundamental, obviamente, duas coisas. Investir implica em garantir custeio e operação. Se você investe cem milhões de dólares num laboratório, você precisa de dez milhões de dólares por ano para operá-lo. Se você cria um Laboratório Síncrotron, você tem que pensar no mínimo 20 anos de operação. No mínimo. Se você põe um microscópio eletrônico em alguma instituição que custa pelo menos um milhão de dólares, você precisa botar nessa instituição nos próximos 10, 15 anos cem mil dólares por ano para operá-lo. Senão você está jogando dinheiro fora.

O último aspecto é: Isso implica planejamento. Planejamento implica você saber quais os recursos que você vai ter. Isso implica que contingenciamento quebra você pelo meio. Quando você se discute o orçamento de um laboratório, embora você tenha um contrato de gestão com uma organização social por quatro anos, o Orçamento na União é anual. Os senhores conhecem isso melhor do que ninguém. Você discute o orçamento no laboratório em maio para o ano seguinte. Você discute com o Ministério e julho. Vai para o Congresso. Se tudo correr bem, ele é votado no final de dezembro, quando corre bem, 2006 não foi o caso. E aí a Fazenda vai contingenciar em fevereiro. No melhor dos mundos, em março você saberá o teu orçamento do ano. Neste ano nós soubemos em julho. É impossível operar Ciência e Tecnologia dessa forma. Ciência e Tecnologia é médio e longo prazo. Ciência, principalmente. Tecnologia já é curto prazo. Mas ela usa esse conhecimento. Ou nós somos capazes de planejar e garantir a operacionalidade daquilo que nós estamos investindo ou nós vamos jogar dinheiro fora. E isto é fundamental nós termos em mente. Obrigado.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Eu posso dar uma palavrinha, Senador?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – É claro. Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Eu acho que, por exemplo, a gente só vai fazer as coisas se fizer mudanças. Se os senhores deixarem bem claro com a gente, eu vou falar em nome da Comissão, Presidente, desculpe, sou membro e posso falar em nome da Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Aliás, o Senador Augusto Botelho, eu me desculpo de novo, é Vice-Presidente da Comissão de Educação.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Mas (*risos*) eu estou como membro da Subcomissão de Ciência e Tecnologia.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Então, (*risos*) me penitencio de novo.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR)

– Nós temos elaborar uma fórmula, porque nós temos que mudar essa coisa. Não pode você gastar cem bilhões e depois perder o dinheiro que investiu. E talvez tentar fazer um orçamento, já que para Ciência e Tecnologia, que é uma área que todo mundo respeita e todo mundo aceita, fazer um orçamento impositivo, já com o planejamento dos próximos anos, de custeio. Dentro do orçamento inicial. Agora, nós precisamos da ajuda dos senhores para a gente poder justificar essas coisas. Viu, Senador Flávio? Outra coisa que eu gostaria de falar também é para no próximo PPA vocês ficarem responsáveis de alertar a gente logo o que é que é querer que a gente coloque. No PPA é bom que a gente coloca quase tudo, no PPA. Agora, no Orçamento é difícil. Mas se não tiver no PPA não sai no Orçamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Exatamente. Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– O meu comentário também é só em cima dessa questão orçamentária. Um exemplo lá de Minas. A gente está vivendo esse momento lá em Minas Gerais, de energia nuclear, se conseguiu um recurso, nós conseguimos no ano passado para universidade, agora estão discutindo que não têm o recurso para poder usar o que é produzido pelo laboratório. Quer dizer, se produz e não é... Agora temos que arrumar dinheiro para o tal do PET, que é poder usar o que está sendo produzido pelo laboratório da tecnologia nuclear. Então, não tenho dúvida, acho que é fundamental. E eu quero aqui registrar até o papel importante dos Estados também. A FAPESP e, no caso de Minas, a FAPEMIG tem tido um papel muito importante nisso. Nós já tivemos dificuldades maiores e a FAPEMIG hoje em Minas é muito importante e ela tem mantido essa regularidade. Então eu quero aqui mencionar e cumprimentar o Governador Aécio Neves, que tem conseguido fazer isso. É bem verdade que na época, quando eu fui Governador, nós começamos os primeiros passos. Porque nós tínhamos uma obrigatoriedade de 3% que ninguém cumpria. Então era uma lei de faz de conta. 3% da arrecadação estadual tinha que ir para a FAPEMIG e ninguém cumpria. Eu então propus que fosse 1%, mas para cumprir. E aí realmente foi uma coisa gradual até chegar nesse 1% e agora está sendo cumprido.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Que bom.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– É a fundação para a pesquisa de Minas Gerais.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Exatamente. É o que reforça o argumento

trazido pelo Dr. Brum nas considerações não só finais, mas também durante a sua exposição. Quero então agradecer novamente a participação dos expositores, dos participantes desta Audiência Pública, enfatizar de novo que, como Senador Augusto Botelho também colocou, o Senador Eduardo Azeredo e os demais, não terminarmos este debate nesta Audiência Pública, tanto que o Requerimento apresentado pelo Senador trata de Audiências Públicas no geral, mas, independente de Audiências Públicas, haver essa parceria, esse entendimento, esse diálogo sugerido pelo Senador Augusto Botelho, para que possamos, juntos, estabelecer aí os mecanismos para o Plano Plurianual, para a LDO, para o Orçamento, necessidades da área, estas articulações, como já mencionado também com o Projeto NanoAventura da UNICAMP e tantas outras coisas eu imagino que possam ser feitas nesta construção desta articulação do Congresso Nacional com a sociedade organizada e, particularmente, nesta área da ciência e também da tecnologia. Então, pra mim foi uma satisfação presidir esta Audiência Pública, tenho a certeza de que ela foi muito útil, cumprimentar o Senador Augusto Botelho pela iniciativa e dizer a todos que a gente continua nesta caminhada a favor da construção de alternativas para o Brasil e pedir também para que todas as pessoas que acompanham este momento pelo Brasil, ao vivo também, mas depois também o Senado, a TV Senado, a Agência Senado, o Jornal do Senado, Rádio Senado tomem a iniciativa de repetir a Audiência Pública e também de fazer as notícias sobre isto, que estas pessoas todas que gostam do tema ajudem a divulgar, ajudem a pensar, refletir e que tragam as contribuições para esta Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia, para que esta área possa também receber a contribuição do País inteiro. Agradeço novamente, cumpridos os objetivos, declaro encerrada a presente Audiência Pública. Obrigado.

(Sessão encerrada às 13h11)

Ata da 47ª Reunião Extraordinária, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 13 de dezembro de 2006.

As quinze horas do dia treze de dezembro de dois mil e seis, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senhor Senador Wellington Salgado de Oliveira e com a presença dos Senhores Senadores Marcelo Crivella, Juvêncio da Fonseca, Leonel Pavan, Aelton Freitas, Paulo Paim, Fátima Cleide, Flávio Arns, Ideli Salvatti, Roberto Saturnino, Augusto Botelho, Cristovam Buarque, Romeu Tuma, Eduardo Azeredo, Lúcia Vânia, João Batista Motta, Geraldo Mesquita, Romero Jucá e Antônio Carlos Valadares reúne-se a Comissão

de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Demóstenes Torres, Jorge Bornhausen, José Jorge, Maria do Carmo Alves, Edison Lobão, Teotônio Vilela Filho, Gerson Camata, Valdir Raupp, Almeida Lima, Sérgio Cabral, Gilvam Borges, Ney Suassuna, Gilberto Mestrinho, Mozarildo Cavalcanti e Sérgio Zambiasi. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente Senador Wellington Salgado de Oliveira, registra a presença, para acompanhar a reunião, do Senador Osmar Dias (PDT/PR), não membro da Comissão; Deputado Agnelo Queiroz (PCdoB/DF), Deputado Ivan Ranzolin (PFL/SC), Presidente da Frente Parlamentar do Esporte da Câmara dos Deputados, Weber Magalhães, Ex Secretário de Estado de Esporte e Lazer do Distrito Federal, Carlos Artur Nuzman, Presidente do Comitê Olímpico Brasileiro – COB, Vital Severino, Presidente do Comitê Paralímpico Brasileiro, Antônio Grassi, Presidente da Fundação Nacional de Arte – FUNARTE; os artistas: Fernanda Montenegro, Ney Latorraca; Beatriz Segal; os produtores culturais Paulo Pélico, Eduardo Barata; os desportistas: Giovane, Jaqueline Silva, Gustavo Borges, Hortência Macari, Rogério Sampaio, Ricardo Prado, Djan Madruga, Luisa Parente, Alexey, Paulinho Villas Boas, Jacqueline Silva, Marcus Vinicius, Bernard Rajzman, Soraya Carvalho, Rico de Souza, Agberto Guimarães, Georgette Vidor, Robson Caetano, Lars Grael, Adriana Samuel, Berenice Arruda, Jaqueline Godoy, Sebastian Pereira, Mariana Vieira de Mello, Patrícia Amorim, Renata Carneiro, Rafael Gonçalves, Ricardo Prado, Clodoaldo, Weber Magalhães, Rui Campos, César Castro, Paulo Vilas. O Senhor Presidente, Senador Wellington Salgado de Oliveira, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da pauta e passa a Presidência ao Senador Juvêncio da Fonseca, para relatar o seguinte item: Item Único: Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2006, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Bismarck Maia, que “Dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo e dá outras providências”. O relator designado é o Senador Wellington Salgado de Oliveira e o parecer favorável, com as emendas nºs 01 e 02-CE de autoria das Senadores Ideli Salvatti e Cristovam Buarque oferecidas, são aprovadas. A Presidência submete a dispensa do protocolo regimental para que os representantes das áreas do Esporte e da Cultura possam usar da palavra, com o que todos concordam. Usam da palavra a atriz Fernanda Montenegro e Carlos Artur Nuzman, Presidente Comitê Olímpico Brasileiro-COB. Nesse momento, os Senhores Senadores Wellington

Salgado de Oliveira e Paulo Paim requerem, oralmente, pela ordem, a inclusão extra-pauta, de Requerimentos, o que é aprovado. Extra-Pauta, Item 01: Requerimento de Urgência nº 033, de 2006–CE, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Wellington Salgado de Oliveira que, “Nos termos do artigo 336, inciso II, combinado com o artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requer urgência, para o Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2006, que ‘Dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo e dá outras providências’”. O Requerimento é aprovado. Reassume a Presidência o Senador Wellington Salgado de Oliveira. Extra-Pauta, Item 02: Requerimento nº 034, de 2006–CE, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim que, “Com fundamento no disposto no art. 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso II, do Regimento Interno da Casa, requeiro a realização de Audiência Pública, com vistas a tratar das questões atinentes ao financiamento de curso de tecnólogo por profissionais técnico em radiologia, a realizar-se em dia e hora a ser designado. Devendo ser convidados as pessoas e instituições constantes da relação: 1) Carlos Alberto Monteiro de Oliveira, Presidente da Federação Nacional dos Técnicos em Radiologia; 2) Waldemar Nunes da Silva Filho, Presidente do Sindicados dos Técnicos Auxiliares de Radiologia Médico do Estado do Rio Grande do Sul; 3) Valdelice Teodora, Presidente do Conselho Nacional dos Técnico em Radiologia; 4) Celso Carneiro Ribeiro, Coordenador Geral do Programa de Financiamento Estudantil – MEC; 5) Andréa de Faria Barros Andrade, Coordenadora Geral de Avaliação da Educação Profissional e Tecnológica”. O Requerimento é aprovado. O Senhor Presidente Senador Wellington Salgado de Oliveira, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às dezesseis horas e seis minutos, determinando que eu, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal. – Senador **Wellington Salgado de Oliveira**, Presidente da Comissão de Educação, – Senador **Juvêncio da Fonseca**, Presidente Eventual da Comissão de Educação.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Havendo quorum, declaro aberta a 47ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, a realizar-se em 13 de dezembro de 2006, quarta-feira, às 14h30.

Item único, não terminativo, Projeto de Lei da Câmara 118/2006. Dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo e dá outras providências. Autoria é do Deputado Bismarck Maia, Relatoria do Senador Wellington Salgado. Já que eu sou Relator, eu queria passar a Presidência nesse momento ao Senador Juvêncio.

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Inicialmente, nós queremos dar as boas-vindas a todos aqui presentes, tanto da área da cultura quanto do esporte, e gostaria...

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Com a palavra o Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Queria sugerir à Presidência que convidasse o Presidente da Confederação, Carlos Nuzman, Fernanda Montenegro, os artistas para que fizessem parte da bancada.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Estamos preparados para esse convite. E atendendo à solicitação do Senador Romero Jucá, que já era pretensão da Mesa, nós convidamos inicialmente a nossa querida artista Fernanda Montenegro para representar a área da cultura, e o Dr. Carlos Arthur Nuzman, do COB, para que estejam conosco aqui na Mesa. *(palmas)*

Como já foi anunciado pelo nosso Presidente, em lugar de quem tenho a honra de presidir esta Sessão, está em pauta o Projeto de Lei da Câmara nº 118/2006. Dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo e dá outras providências. Autoria do Deputado Bismarck Maia, Relatoria do Senador Wellington Salgado de Oliveira, a quem passamos a palavra.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Sr. Presidente, Juvêncio, Srs. Senadores presentes, demais convidados dessa Mesa, encontra-se sob análise desta Comissão de Educação, o Projeto de Lei da Câmara nº 118/2006, oriundo do substitutivo do Projeto de Lei 1367/2003 da Câmara dos Deputados. O PLC 118/2006 deu entrada inicialmente na Comissão de Educação, de onde deverá seguir para a Comissão de Assuntos Econômicos. O Projeto em apreço tensiona introduzir na ordem jurídica pátria uma regulação no que diz respeito às atividades de contratar desportivo, invocando, para tanto, a necessidade de atenção por parte do Estado no fomento de benefícios e incentivos fiscais ao setor que, segundo o seu autor, este jamais foi contemplado com um diploma legal que configurasse um mecanismo amplo de fomento e investimento capaz de propiciar o desen-

volvimento dos inúmeros segmentos que conformam o universo dos desportos.

É, pois, nitidamente objetivo do Projeto possibilitar às pessoas jurídicas e jurídicas a alternativa de abater o pagamento de parcelas do Imposto de Renda devido mediante patrocínio ou doação, realizado por, ou em favor de, Pessoa Jurídica com finalidade exclusivamente desportiva com cadastro no Ministério do Esporte.

Análise. No que concerne à constitucionalidade e à regimentalidade, entendemos não haver vícios que prejudiquem o projeto. O texto segue a boa técnica legislativa, sendo dotado de concisão, clareza e objetividade. Compete à Comissão de Educação, nos termos no art. 102, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal manifestar-se acerca dos aspectos atinentes a: Normas gerais sobre educação, cultura, ensino e desportos; Instituições educativas e culturais; Diretrizes e base da educação nacional; Salário educação.

No mérito, é sabidamente crível que o mecanismo idealizado no projeto em tela traz significativo arrojo na disseminação das práticas desportivas. No que respeita não só aos desportos de alto regimento como também àquele de contratar participativo e educacional.

Em nosso modo de organização jurídico-política, constitui obrigação com o Estado a promoção das condições necessárias suficientes para o desenvolvimento dos desportos, sendo ainda Direito Público subjetivo do cidadão ter facilitado o acesso às práticas desportivas, sejam essas formais ou não formais, conforme se desprende do art. 207 da Carta Política de 1988.

Art. 217. É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, com o direito de cada um observado. A regulamentação infraconstitucional estabelecida dos ditames concernentes aos desportos no Brasil encontra o seu arrimo na Lei 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais para o esporte. Dessa norma hipotética geral inovadora, conforme se vê no seu art. 56, insurge a necessidade de se definir, por lei específica para fomento do esporte, os recursos imprescindíveis, advenientes de incentivos fiscal a serem estabelecidos em lei.

Art. 56. Os recursos necessários ao fomento das práticas desportivas formais e não formais, ao que se refere o art. 207 da Constituição Federal serão assegurados em programas de trabalho específico constantes dos Orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além dos provenientes de: fundos desportivos; receita oriunda de concursos de prognósticos; doações, patrocínios e legados; prêmios de concurso de prognósticos da Loteria Esportiva Federal não reclamados nos prazos regulamentares; incentivos fiscais previstos em lei; 2% da arrecadação

bruta dos concursos de prognósticos de loterias federais e similares, cuja realização estiver sujeita a autorização federal, deduzindo-se este valor do montante destinado aos prêmios; outras fontes.

Parece razoável a iniciativa resultante do Projeto sob exame, uma vez que propõe, em face do interesse da indústria desportiva, buscar-se implementar um instrumento que permita ao setor dispor de uma fonte permanente de financiamento para investir na aquisição, construção, reforma e/ou ampliação de áreas desportivas. Portanto, vislumbra-se inexorável a inovação legislativa que consubstancie esses incentivos fiscais para o fomento do esporte, por ser medida de extrema repercussão para o pleno desenvolvimento da atividade desportiva na sociedade.

Voto. Por todo o exposto, o voto é pela aprovação no Projeto de Lei da Câmara nº 118/2006. Voltando. Por todo o exposto, o voto é de aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 118/2006, acatando Emendas apresentadas pela Senadora Ideli Salvatti e pelo Senador Cristovam Buarque. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Em discussão o relatório do Senador Wellington Salgado.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Com a palavra o Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu queria só fazer uma proposta, se fosse possível, visto ter sido discutido... O Senador Cristovam, a Senadora Ideli, mais outros Senadores e o Wellington, ontem nós conseguimos encaminhar o ajuste. O Governo aceitou, em razão... Eu vi até a entrevista da Ministra Dilma, que havia uma discussão para acertar isso, que não se discutisse, que nós aprovássemos rapidamente e pedíssemos urgência do projeto. Só para adiantar, visto que todos estão interessados, é uma coisa tão importante, para ver se a gente aprova ainda, porque vão mais duas Comissões, para ver se dá tempo de se aprovar ainda nesta Legislatura.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Continua em discussão. Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Eu queria apenas um esclarecimento do Relator. Me preocupa que nós também num primeiro momento não prejudiquemos a cultura e, num segundo momento, que não prejudicamos também a Ciência e Tecnologia, que possamos ter um incentivo efetivo para o esporte, mantido o incentivo para a cultura, mas sem prejudicar

também a Ciência e Tecnologia. Eu gostaria de uma explicação se isso não está acontecendo.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Presidente, então eu quero fazer as explicações devidas, até porque nós fechamos ontem aqui, lá no famoso cafezinho do Senado o pacto de conjugação dos esforços para que toda esta situação criada não se consolidasse no sentido de termos uma disputa entre a cultura e o esporte. E acho que fomos extremamente bem-sucedidos e a sinalização foi dada já no dia de ontem e concretizada no dia de hoje. O que o Senador Eduardo Azeredo coloca foi assim acertado que não haveria disputa entre cultura e esporte, como a mudança do inciso II para o inciso I ensejou discussões ou preocupações de que poderia daí criar uma outra controvérsia, daí com a Ciência e Tecnologia.

Então, eu gostaria de fazer algumas explicações. Eu saí lá da Casa Civil às duas e quinze da tarde, depois que estava tudo, todas as dúvidas dirimidas. Então, eu gostaria de fazer as explicações bem detalhadamente. Em primeiro lugar, por que é que não é Emenda de redação? Não é Emenda de redação porque, por mais que nós quiséssemos entender que “leia-se inciso II como inciso I...” todos nós aqui sabemos que é um enquadramento. É um enquadramento com diferente fonte de incentivo. Portanto, por mais que nós quiséssemos ter a boa vontade de considerar Emenda de redação, vários Parlamentares, inclusive aqui na Casa, levantaram o risco de, mesmo tendo acordo de Liderança, de nós podermos enfrentar qualquer tipo de questionamento. Portanto, não tinha... Mesmo que fosse só passar do inciso II para o inciso I, como Emenda de redação, eu já tinha convicção quando saí daqui de manhã para ir lá na Casa Civil de que nós não deveríamos correr este risco.

A segunda questão é de que o inciso I, na lei original tem o Programa de Alimentação do Trabalhador e o incentivo para Ciência e Tecnologia. Só que, posteriormente, nós tivemos a aprovação aqui na Casa, no Congresso, da Lei da Inovação Tecnológica. É todo o incentivo para a Ciência e Tecnologia, inovação, está regulamentado na legislação da inovação tecnológica. Portanto, a ciência e a inovação tecnológica não está mais regulamentada o benefício no inciso I. Portanto, o esporte não irá competir com a Ciência e Tecnologia. Portanto, esse risco está eliminado e, portanto, a inovação tecnológica não vai ficar prejudicada, ou não vamos ter, com a inclusão do esporte no inciso 01, a repetição da preocupação que tivemos entre cultura e esporte.

A outra questão, que é muito importante colocar, que o Governo fez uma única exigência para fazer esta inclusão, a retirada do inciso II para que pudesse o es-

porte ser contemplado no inciso I. É que as regras que estabelecem o incentivo à cultura, que são as regras de todo ano ter um Decreto regulamentando o volume de recursos e ter um Decreto, inclusive, que especifica qual é o percentual diferenciado para os projetos, que no caso da cultura vai de 30 até 100%, que esta regra a que a cultura já está submetida, que isto também valesse para o esporte. Por isso que nós apresentamos também a Emenda aditiva, aonde vai ficar estabelecido em regulamento os percentuais para cada uma das manifestações que na lei, está lá no art. 2º que é o desporto educacional, o desporto de participação e o desporto de rendimento. É legítimo inclusive que aja um percentual diferenciado, porque, é óbvio, eu consigo imaginar e eu sei que os que estão aqui defendendo a Lei de Incentivo ao Esporte sabem muito bem que as empresas elas têm como objetivo não apenas incentivar, mas ter algum benefício, inclusive de viabilidade. E é claro que o esporte de rendimento passará a ser, digamos assim, o preferido, “entre 10, 11” vão referir o esporte de rendimento. Portanto, ter um diferencial vai estimular inclusive que a escolinha de base do esporte tenha um, digamos assim, um benefício maior do que o esporte de rendimento de ponta. Portanto, estes percentuais eu acho que até é aceito e é recomendável que seja feito. Por isso nós apresentamos duas Emendas, a Emenda modificativa que é aquela do esporte ao invés de ser incluído no inciso II passa a ser incluído no inciso I, portanto, ficando separado da cultura; e a Emenda aditiva, que é a Emenda da obrigatoriedade anual do Decreto regulamentando os percentuais para cada uma das modalidades esportivas que vão ser beneficiadas com o incentivo e também o volume de recursos, como já acontece na cultura. E a questão da Ciência e Tecnologia, está absolutamente dirimida as dúvidas, inclusive aqui eu quero deixar registrado que fizemos até uma conferência telefônica, o Ministro da Ciência e Tecnologia num telefone, o Ministro da Fazenda e o Rachid no outro, com a Ministra Dilma Russef comandando, antes de bater o martelo, para poder nos trazer a... E o Ministro dos Esportes e o Ministro Gil nos outros telefones celulares querendo saber se estava tudo andando bem. Mas eu acho que o acordo é plenamente factível, é benéfico e eu acho que nós damos um grande passo fazendo a votação com o acordo consagrado.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Pela ordem, o Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Apenas para fazer um registro e fazer uma solicitação na

mesma direção do Senador Romeu Tuma. Primeiro, dizer que essa matéria ela é muito importante e ela é tão importante e houve um entendimento, hoje pela manhã nós tivemos um entendimento com os Líderes partidários todos, inclusive da base do Governo e da oposição, e nós acertamos que essa matéria, daqui não irá mais para a Comissão de Assuntos Econômicos. Nós estamos puxando, em regime de urgência, hoje à tarde ainda, para o Plenário do Senado, para que possa ser votada ainda hoje e remetida à Câmara hoje, para que amanhã a Câmara dos Deputados possa votar a matéria. *(palmas)* Então, é imprescindível que nós possamos votar aqui rapidamente e a Comissão possa remeter ao Plenário daqui a pouco, para que faça parte da ordem do dia. Portanto, eu pediria celeridade na votação dessa matéria.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Só um minutinho, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Eu gostaria de fazer um esclarecimento primeiro. É certo que o Senador Romeu Tuma fez a mesma observação, e certamente a Senadora Ideli vá fazer também, mas a Mesa não pode cercear a liberdade da palavra. Portanto, eu apelo, na continuidade da discussão, que não se use da palavra. Se não usar da palavra, eu posso encaminhar o processo para a votação. Essa é a solução prática.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Vamos então, Presidente.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Inscrito o Senador Cristovam Buarque, autor da Emenda.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Vai pedir para votar.

(risos)

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Vou *(risos)* pedir para votar, apenas com um curto comentário. O que vale para uma pessoa vale para um povo. A cabeça, a mente longe do corpo não dá certo. Vira neuroses, traz problemas muitos sérios. A lei Sarney e a Lei Rouanet, desde o início, deveriam ter trazido o esporte também como um dos beneficiários. Devia ter vindo junto tudo isso. Não veio. Quando eu vi a dos esportes, claro que por um lado eu me alegrei e, por outro lado, eu disse: Em vez de serem duas partes do mesmo corpo, a gente vai é tirar tudo para uma, porque nós achamos que o esporte teria um poder maior. Eu quero dizer aqui que fico feliz de ter participado dessa “junção” do esporte com a cultura. Da mente com o corpo. E quero falar, Sr. Presidente, só para dizer que isso teria sido impossível sem a compreensão do Ministro Orlando Silva, do Ministro Gilberto Gil e do Ministro Agnelo Queiroz também,

antecessor, e que a saída que nós encontramos eu quero que fique registrado que ela veio da Assessoria do Ministro Gilberto Gil. Dois Assessores, que eu nem conhecia, não sei se estão aqui, que trouxeram essa saída. Eu parabenizo a eles...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – (pronunciamento fora do microfone) (inaudível), que esteve o tempo todo lá na conferência telefônica.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Isso. Então, eu quero dizer que a eles, aos Ministros, obviamente, ao Governo, a gente deve isso. Mas, sobretudo, à mobilização dos artistas. Porque sem eles teria passado aquela maneira. E a mobilização de vocês também do esporte, que puderam dizer “nós queremos já”. E aí ficamos devendo uma partezinha, que o Senador Jucá trouxe aqui à Mesa. Agora é “correr” para cumprirmos o que está faltando ao nosso acordo, com a parte do esporte, que é aprovar essa lei ainda esse ano. *(palmas)*

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Mas é uma corrida artista. Senador Cristovam, apenas uma corrida artística.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Encerrada a discussão, vamos passar à votação. Os Srs. Senadores que estão de acordo com o relatório e as Emendas oferecidas, permaneçam como se encontram. Aprovado. *(palmas)*

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Sr. Presidente, pela ordem. Pela ordem, Sr. Presidente. Eu queria fazer um pedido de urgência, para poder ir para Plenário hoje. Eu queria que V.Ex.^a submetesse à votação.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Em votação. Quem concorda com a urgência, permaneça como se encontra. Aprovado. *(palmas)* Eu gostaria... Atenção. *(soa a campainha)* Atenção, atenção. Eu gostaria de passar a palavra, primeiramente, *(soa a campainha)* para a nossa primeira-dama do teatro, Fernanda Montenegro, e em seguida para o Carlos Arthur, a pedido de ambos. A pedido de ambos. Portanto, com a palavra Fernanda Montenegro.

SRA. FERNANDA MONTENEGRO – Sr. Senador Juvêncio da Fonseca, Presidente eventual da Comissão de Educação, a Mesa que está aqui presente, Srs. Senadores. A movimentação de parte da classe teatral, os chamados artistas, e de outros importantes representantes de outras áreas culturais, não se fez essa movimentação contra o esporte. Pelo simples motivo de, embora em campos diferentes, somos todos representantes da nossa extraordinária cultura. Essa nossa pequena delegação, porque somos muito poucos, que aqui está quer lembrar que não faz presença

nesta Casa apenas representando o nosso dito teatro. Estamos aqui por uma ambição muito mais ampla e real, e eu gostaria que os senhores nos dessem, e estão dando atenção, e é isso que é queremos reafirmar aqui. Estamos aqui, esta pequena delegação, pela preservação da memória nacional, pela preservação do nosso patrimônio arquitetônico, pelos nossos museus, pelas nossas editoras oficiais, pelas nossas expressões folclóricas, pelas nossas artes plásticas, pelas nossas orquestras sinfônicas de grande, de médio e pequeno porte, pelos conjuntos regionais, inclusive as bandas, pelas artes cênicas, circo, dança, teatro sim, também, pelas nossas escolas de arte e de artesanato. Também como parte, ouçam bem, de atendimento audiovisual. Pelos teatros municipais com seus departamentos artísticos e administrativos. Esta pequena nossa delegação. Nós estamos aqui representando isso. Pelas festas populares do “Bumba-meu-boi” até as centenas de escolas de samba, que hoje existem por todo o Brasil, e só no Rio são mais de 30 escolas, com até cinco mil componentes.

Por tudo isso e muito mais é que estamos aqui. Tudo isso faz parte do atendimento do nosso Ministério da Cultura. Quero também lembrar que, comprovadamente, a realização, o atendimento cultural é no mundo, não é só aqui, no mundo a maior fonte de trabalho e de mão-de-obra. É só ver o que abrange a atividade cultural artística de um País. Uma área quase impossível de ser mecanizada, quase toda ela artesanal. Cultura, como os senhores sabem, não é uma expressão abstrata. Não é apenas um tema para uma discussão ou um discurso bonito. Cultura é, principalmente e acima de tudo, atendimento social. Não é frescura. Claramente, atendimento social. Até mesmo quando parte dela atende a um gosto dito mais elitizado. Ao se ouvir o som de um cravo, que serve ao gosto de uma minoria, não podemos esquecer que ele, o cravo, o instrumento, foi feito por um artesão. Por um operário. Para afiná-lo, é necessário outro artesão, outro operário. E para carregá-lo, mais alguns outros artesãos, portanto, operários, operários sensíveis. Porque o instrumento é extremamente frágil. E, por fim, o cravista, que, para alcançar a sua arte, ele nada mais é do que um artesão, um operário buscando e dando trato ao seu talento artístico. Cultura é, principalmente, atendimento social. Não é uma fantasia para eleitos, para uma elite.

Agradecemos muito, a nossa delegação, a nossa pequena delegação a esta Casa. E permitam os senhores ressaltar aqui a pessoa do Senador Cristovam Buarque, que, desde sempre, vive e luta pela educação e pela cultura do nosso País. Agradecemos à Senadora Ideli Salvatti, que brilhantemente e sem perda de tem-

po, que é o que estamos pedindo aqui, se ela se juntou a nós, esportistas e artistas, para que chegássemos a uma proposta de solução, acima de tudo, uma solução justa, ao prezado Senador José Sarney, que é o criador do marco legal do atendimento cultural para todos nós, ao Senador Jucá, que olhou por nós nesta manhã, e dizer aos Srs. Senadores, está em suas mãos esta aprovação deste propósito de solução, repito, de uma solução justa. É uma solução cultural e social. É possível que, num futuro muito próximo, outras solicitações de outras áreas fora do espaço artístico e esportivo tenham que ser atendidas com dotações para as suas respectivas administrações. No caso, senhoras e senhores, estaremos aqui não para confronto, mas para diálogo e soluções. A cada dia a sua agonia. No momento, a agonia deste dia parece bem encaminhada. Portanto, agradecemos o “sim” do seu voto, feliz 2007 para o nosso País. Muito obrigada. *(palmas)*

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Com a palavra o Sr. Carlos Arthur Nuzman, do Comitê Olímpico Brasileiro.

SR. CARLOS ARTHUR NUZMAN – Caro Presidente desta Comissão, Senador Juvêncio da Fonseca, Sr. Relator, Exmo. Sr. Relator, Senador Wellington Salgado, Srs. Senadores, Sra. Senadora, Presidentes de Confederações brasileiras que dirigem os esportes olímpicos, Deputados Federais, autoridades, estimada Fernanda Montenegro, meu carinhoso cumprimento e minha saudação, e saudando-a, eu o faço à toda a classe artística e cultural presente e, assim, eu queria deixar uma saudação aos atletas. Atletas, aqui nós temos bicampeões olímpicos, campeões olímpicos, campeões mundiais, campeãs mundiais, medalhas de prata, medalhas de ouro em jogos olímpicos, em campeonatos mundiais... Eu não vou elencar este currículo que honra o patrimônio esportivo do Brasil, com sangue, suor, lágrimas e um esforço gigantesco, ultrapassando barreiras e fronteiras, confederações e atletas e técnicos ultrapassaram vários dos limites do esporte mundial e olímpico. Quero deixar uma saudação também muito especial, e eu digo que eu aprendi uma das mais belas artes, que é a arte da política, numa reunião de segunda-feira pela manhã, com o Ministro Gilberto Gil e o Ministro Orlando Silva. E eu fui testemunha, Senador Cristovam Buarque, do fato que V.Ex^a. aqui mencionou, quando nasceu o caminho deste acordo. E foi de uma habilidade política, e é por aí que cresce o País e a confiança enorme no Parlamento brasileiro. E eu posso lhe dizer, até com emoção, da alegria e da emoção que o esporte traz por segundos, minutos, pontos, sets, cestas e vencendo as barreiras da velocidade. Queria deixar também um cumprimento muito especial pelo início, pelo esforço,

e também pela arte política do Ministro... Deputado Agnelo Queiroz. *(palmas)*

SR. CARLOS ARTHUR NUZMAN – E queria deixar também um registro muito especial ao Deputado Bismarck Maia. *(palmas)* Enfim, eu queria nessas saudações deixar ao meu colega, meu irmão Vital Severino, Presidente do Comitê Paraolímpico Brasileiro e a sua delegação de campeões paraolímpicos, medalhistas, e aqui o destaque ao nosso Clodoaldo, talvez o maior atleta paraolímpico do mundo, que chegou às duas e meia da manhã da África do Sul. *(palmas)*

Bom, eu gostaria de registrar que em 1983, por uma coincidência do destino, numa Sessão na Câmara dos Deputados, tratando do esporte, pela primeira vez, fui eu que levei a questão do incentivo fiscal ao esporte, como é dado em várias partes do mundo. E nesses 23 anos nós caminhamos, vencendo, superando e ultrapassando as barreiras até chegar no dia de hoje. E é esse esporte, e disse muito bem, Senadora Ideli Salvatti, de que não é o alto rendimento apenas, e eu gostaria de fazer justiça, que quando se começou a discutir esse Projeto, sob a liderança do Ministro Agnelo Queiroz, sob o comando técnico do hoje Ministro Orlando da Silva, isto ficou claro. As páginas que vão ser atingidas é o do esporte de alto rendimento numa sua fatia. Mas também ao desporto paraolímpico. As questões sociais, as escolinhas, as vilas olímpicas dos interiores desse País, ao desporto escolar e universitário, eu dizia ao Senador Cristóvam Buarque, quando V.Ex.^a era Ministro da Educação, que saiu e foi costurado o acordo que hoje tem as olimpíadas escolares e universitários com o Ministério do Esporte, Ministro Agnelo aqui era o Ministro, e as Organizações Globo.

Então todos eles, Senador, eles estarão dentro disso. E são essas fatias percentuais que o regulamento irá brincar. E brindará de acordo com as necessidades, brindará com aquele que é o momento mais oportuno e que o Parlamento e o Poder Executivo irá entender ser melhor para a construção do esporte brasileiro. Temos de nos lembrar que tantos campeões aqui, que começaram em lugares longínquos do Brasil, pobres, e o destino quis trazê-los à tona da glória. Mas a maioria ficou pelo caminho com o seu talento. Eles ficaram, porque não tinham condições de progredir. E aí ficava fácil o caminho da marginalidade e das drogas. E quantos deles falavam isso? E com estes projetos, e como V.Ex.^a disse bem, Senadora, eles terão oportunidade de um caminho. E é por isso que nós assinamos totalmente. E quando V.Ex.^a me disse que eu ficava feliz com isso. Porque esse é realmente o sentido e o objetivo. Mas gostaria, em nome de toda essa delegação do esporte e que diziam que o esporte faltava a ele a união e aqui ele está unido. Está unido de uma maneira

ra muito forte, muito firme e muito competente. O que aconteceu nesses últimos dias é uma demonstração dos atos democráticos que regem o Brasil. Dos atos que permitem a sadia discussão dos temas importantes que o País abraça, cresce e desenvolve. *(palmas)* Obrigado, Senador, obrigado. E eu acho que isso vem trazer uma união maior. União das classes. E por uma coincidência, não foi proposital, porque foi combinado e acertado há mais de seis meses, o Prêmio Brasil Olímpico de ontem ele estava misturado com a cultura, numa demonstração que é este o caminho, que nós sempre estivemos juntos e seguiremos. O Comitê Olímpico Internacional já diz “O esporte é cultura, é educação e é arte”. Por isso eu queria traduzir a V.Ex.^as. e a todos os presentes a minha enorme alegria, a minha enorme emoção e a agilidade do processo, a convicção do Poder Executivo, e eu não posso hoje não mencionar, por uma questão de justiça, da coragem do Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva. *(palmas)* No dia 4 de maio, S.Ex.^a apresentou o projeto e, ao apresentar o projeto da Lei Incentivo de Fiscal ao esporte, pela primeira vez o Chefe do Poder Executivo fazia isso, ele trouxe, sem dúvida nenhuma, o abraço do Poder Executivo a toda a sociedade e ao esporte. Portanto, eu vou querer encerrar e agradecer, temos alguns caminhos a percorrer, mas a confiança inabalada de que este sucesso se deve às classes, porque todos permearam este caminho, em especial a classe dos Deputados, dos Senadores, dos Ministros, da Ministra Dilma, do Presidente da República e, encerrando, da classe artística e da classe esportiva. Fernanda. Muito obrigado. *(palmas)*

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Antes de passar a palavra para o Senador Wellington Salgado, que é o Presidente dessa Comissão, vamos liberar a nossa querida dama do teatro, Fernanda Montenegro, para sua viagem. Com a palavra, para encerrar, o Presidente desta Comissão, Senador Wellington Salgado.

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Bom, eu sei que... Eu queria esse momento histórico, porque somente o Senador Paim para ter um Requerimento nesse *(risos)* momento. Mas vamos ler o Requerimento do Senador Paim. *(risos)* Qual é o Requerimento dele? Queria passar a palavra para o Senador Paim. Robson, por favor.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Bem rapidamente, é um Requerimento para uma Audiência Pública de investimento no ensino técnico profissionalizante. Eu peço o apoio de todos os Deputados e

Senadores, à Audiência Pública que faremos no início do ano próximo.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Em votação o Requerimento. Quem estiver de acordo... Aprovado. Com a palavra a Senadora Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Sr. Presidente, eu queria ver a possibilidade de V.Ex^a. colocar hoje, extra pauta, o projeto que trata do FIES.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Eu recebo a informação, Senadora Lúcia Vânia, que não é possível. Eu sinto muito. Mas procuraremos, se tiver uma próxima votação, colocaremos na primeira da pauta.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Então, por favor, eu gostaria de fazer uma explicação a respeito do projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Com a palavra a Senadora Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Ontem eu pedi a retirada do Projeto...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – *(soa a campanha)* Por favor, com a palavra a Senadora Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Sr. Presidente, ontem, atendendo um pedido do próprio Governo, eu retirei de pauta o Projeto do FIES. Esse projeto é de autoria do Senador Eduardo Siqueira Campos. É um Projeto altamente importante para o estudante brasileiro, principalmente do curso superior e qual não foi a minha surpresa hoje em abrir os jornais e ver toda a imprensa nacional dizendo que o Governo prepara um pacote para modificar o FIES e o PROUNI. E a maior surpresa é que, na modificação do FIES, ele adota na íntegra o projeto do Senador Eduardo Siqueira Campos. Eu acredito que uma atitude como essa ela gera desconfiança e gera, acima de tudo, indignação. O Senador Eduardo Siqueira Campos está encerrando o seu mandato aqui. Esse Projeto seria, sem dúvida nenhuma, um grande passo para o seu currículo, de uma importância enorme para o seu currículo. No entanto, para ser cordata com o Governo, para ser gentil, eu aceitei a retirada do projeto. E hoje eu me vejo numa situação extremamente constrangedora com o próprio Senador, que é autor do projeto, e vendo a imprensa nacional dizer que o Governo prepara um belo pacote sobre o FIES e o PROUNI, em cima do projeto do Senador Eduardo Siqueira Campos.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senadora Lúcia Vânia, vamos procurar ver o levantamento. Se

competir, vamos registrar de alguma maneira nesta Comissão esse acontecimento. Com a palavra o Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Sr. Presidente, eu quero reforçar as palavras da Senadora Lúcia Vânia, porque, na verdade, eu próprio, eu já disse para ela, fui procurado no dia de ontem pelo Assessor do Ministério da Educação pedindo para que este projeto do Senador Siqueira Campos fosse mais discutido. E eu conversei com a Senadora Lúcia Vânia, inclusive com o Senador Paulo Paim, e nós três sempre atuamos, a gente pode dizer, com bastante ligação nesta área social, e eu falei isto inclusive para a Senadora Lúcia Vânia e pedi para ela a gentileza de podermos discutir mais, a pedido do Ministério da Educação.

Então, eu próprio fiz esse pedido e realmente eu próprio fui surpreendido no dia de hoje com as notícias estampadas em todos os jornais, eu tenho cópias aqui inclusive do Jornal do Brasil, Estado de São Paulo, Correio Braziliense, que adotam uma... Quer dizer, o anúncio de uma medida exatamente na linha adotada pelo projeto que a Senadora Lúcia Vânia ia relatar no dia de ontem e que, a pedido nosso, meu, a pedido do Ministério da Educação, foi retirado de pauta.

Então, eu quero dizer que, também já disse isso para ela, que eu não sabia deste fato. Me sinto, como ela, extremamente constrangido com esse fato, jamais poderia ter acontecido isto, jamais vou dar atenção para uma sugestão que venha da mesma pessoa, porque, na verdade, houve um processo de inverdade, de enganação nisto tudo e a gente não pode se prestar a isto. Então, neste sentido, eu reforço as palavras da Senadora Lúcia Vânia e encareço de V.Ex^a. que este projeto seja colocado, imediatamente, em votação, se possível, no dia de hoje, como assunto extra pauta nesta Sessão, para que este equívoco, este engano a que nós fomos levados pela informação, que isto nunca mais se repita aqui dentro do Senado Federal. Que um Senador seja procurado por pessoas que representem o Ministério dizendo para retirar de pauta para haver mais discussão sobre o assunto e, no dia seguinte, este assunto estar estampado em todos os meios de comunicação como uma iniciativa do Ministério. Quer dizer, o Ministro talvez nem saiba que tudo isto foi feito, se souber, também não deveria ter acontecido, mas isto sinalizaria para o fato de que esta "enganação" não pode se repetir dentro do Senado Federal. Falei com a Senadora Lúcia Vânia, baseado em informações, ela se sentiu enganada, eu me senti enganado, é uma situação constrangedora e, para corrigir isto, o projeto deveria ser votado. Então, como já aconteceu em outras sessões, eu só pediria que isto constasse

cornio... É um Requerimento verbal para colocação na pauta como extra pauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Antes da Senadora Fátima Cleide, o Senador Paim havia pedido a palavra. Com a palavra o Senador Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador Wellington, como eu também pedi vista a esse projeto numa das Sessões e, devido a essa vista, ele não foi votado, eu quero dizer que comungo na íntegra com o Senador Flávio Arns. Eu pedi vista, porque o Frei David havia me pedido que eu apresentasse uma Emenda, de uma pequena alteração no projeto. Falei com a Senadora Lúcia Vânia, ela me disse que a Emenda só iria complicar a votação de um projeto que principalmente os mais pobres seriam beneficiados. Retirei a Emenda, entendendo que o projeto ia ser votado ontem. Entendia que ele seria votado ontem. Entreguei de volta o projeto, retirei o pedido de vista e retirei a Emenda. Por isso, toda a minha solidariedade ao Senador Flávio Arns e à Senadora Lúcia Vânia.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Com a palavra a Senadora Fátima Cleide.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu quero aqui também externar a minha solidariedade à Senadora Lúcia Vânia pelo ocorrido, eu não tive conhecimento desta postura, acredito que por parte do Ministro da Educação também não haja conhecimento deste ocorrido, eu quero inclusive esclarecimentos, eu acho que nós da Comissão de Educação merecemos e nós que somos da base do Governo também temos aqui a intenção de cobrar esclarecimentos do Ministério da Educação sobre o ocorrido. Agora, eu penso que este fato não deve justificar o atropelamento. Acredito que a matéria é muito importante e eu acho, que eu aqui me proponho a trabalhar para que a gente possa votar esta matéria na terça-feira, com calma e que a gente hoje possa seguir os trabalhos da Comissão, com a colocação do quadro da fotografia do Senador Osmar Dias como Ex-Presidente da Comissão, e que na terça-feira a gente faça essa discussão serenamente e aprecie a matéria na pauta do dia. Eu me comprometo a conversar e a buscar um diálogo para que a gente possa resolver esta situação, que realmente traz constrangimentos para todos nós da Comissão de Educação.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Alguém mais deseja fazer uso da palavra? Não.

Então, Senadora, eu quero dizer o seguinte. Esta Casa, sempre foi decidido tudo no voto. Pelo menos durante o período em que fui Presidente desta Casa.

Nós defendemos Governos, algumas partes também se apresentam contrárias à ação do Governo, mas eu acho que, em primeiro, sempre tem que ser esta Casa. Esta Casa é que tem a palavra final.

Então, eu queria dizer o seguinte, se não houver nenhum uso de alguma questão regimental, eu vou colocar em votação a questão de extra pauta de V.Ex^a. Porque eu acho que isso não pode acontecer nesta Casa.

Então, estou colocando em votação, para ver se vai entrar extra pauta, vou sugerir para ver se vai ser aprovado para entrar extra pauta o PLS 005/2004, que insere no artigo da Lei 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento do Estudante do Ensino Superior, FIES, com o fim de criar forma especial de amortização mediante serviço social. Autoria: Senador Eduardo Siqueira Campos; Relatoria: Senadora Lúcia Vânia. Parecer favorável, com a Emenda oferecida. Observação: Foi concedido vista ao Senador Paulo Paim na reunião do dia 05/12. Observação dois: Serão realizadas duas votações nominais, uma para o projeto e outra para Emenda. Eu queria dizer o seguinte. Submeto este projeto se pode entrar em extra pauta. Em votação.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Sim. E com o direito, por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Quantos temos? Aprovado. A Senadora Fátima Cleide contra?

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – Sim, eu propus que fosse para terça-feira, para que tivéssemos tempo de discutir, de apreciar a matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Estou submetendo se entra extra pauta. E pelo... Vamos contar o voto, Júlio, por favor. Se é a favor da extra pauta, não se manifeste. Está aprovado, com manifestação contrária do Senador Saturnino e da Senadora Fátima Cleide. Entrou em pauta. Com a palavra a projeto, Senadora Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Sr. Presidente, pode até parecer imprudência da minha parte solicitar a votação deste projeto hoje. Mas como da outra vez foi pedido a minha aquiescência para que o Governo se manifestasse, e ele se manifestou da forma com que se manifestou hoje, é óbvio que eu não poderia esperar mais. Acho que aguardando mais nós corremos o risco de não ver esse projeto votado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senadora Lúcia Vânia, eu acho que isso tem que servir de exemplo, para que não aconteça mais. V.Ex^a. e os demais Senadores têm total razão. Isso não pode acontecer.

Portanto, foi aprovado aqui nesta Comissão que será colocado em votação este projeto. Portanto, V.Ex.^a está com a palavra. Com a palavra.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Sr. Presidente, eu quero apenas registrar aqui que a Senadora Fátima Cleide se retirou, para não dar quorum de votação. Senadora pelo PT.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Veja bem, mas tem alguém pedindo... Alguém artifício regimental? Então, por favor, continue Senadora.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Chega a esta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 005/2004, que insere o artigo na Lei 10.260/2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, com o fim de criar forma especial de amortização mediante serviço social.

Análise. O financiamento pelos poderes públicos de gastos de alunos da rede privada de ensino superior é prática desde a década de 1970, quando se instituiu o chamado Programa de Crédito Educativo, como forma de atendimento a alunos provenientes de camadas populares, que não alcançavam vagas nas universidades públicas. Embora milhares de jovens e adultos deles tivessem se beneficiado, conseguindo o tão almejado diploma de nível superior, o modelo original do CREDUC tornou-se inviável, à medida que o volume de inadimplência e as dificuldades de controle de desempenho acadêmico ultrapassaram a capacidade financeira e gerencial do Governo Federal. De outro lado, era urgente a necessidade de se manter e aperfeiçoar algum problema de financiamento dos estudos universitários, já que crescia a sua demanda por setores da população que tinham dificuldade objetiva tanto de alcançar as poucas vagas gratuitas das universidades públicas como de pagar o custo das mensalidades das instituições privadas.

Em 2001, foi instituído o FIES, cujo maior instrumento de proteção foi a exigência de dois fiadores. Entretanto, esse mecanismo acabou afastando ainda mais os estudantes que mais necessitam, uma vez que a dificuldade de se conseguirem fiadores é diretamente proporcional ao tamanho da pobreza de família.

Disputas judiciais acabaram suspendendo a obrigatoriedade dos fiadores, o que fez crescer novamente o volume de inadimplência mostrando a perversidade desse círculo vicioso.

A reação do Governo Federal, até certo ponto compreensível, foi a de diminuir as oportunidades de empréstimos aos estudantes, criando uma nova política para o mesmo segmento de alunos universitários carentes de bolsas, totais ou parciais, por meio do Programa Universidade Para Todos, PROUNI.

Hoje coexistem os dois programas. E dos quase quatro milhões de alunos matriculados, ou a se matricular em cursos de graduação privados em 2006, cerca de 400 mil estarão atendidos pelo FIES ou PROUNI. Entretanto, um milhão de vagas de instituições particulares não foram preenchidas em 2005, exatamente porque a grande maioria dos concluintes de ensino médio atualmente é constituída de jovens oriundos de família que não dispõe nem de renda familiar nem de emprego dos quais possa separar o custo da mensalidade.

Por isso julgamos de alto alcance social e educativo o presente projeto. Ele não pretende mudar a lógica do FIES, mas introduzir um elemento novo, um, como fiador social.

Uma parte dos recursos financeiros das loterias, hoje utilizadas para compor o Fundo, segundo a Lei 10.260, passaria a ser ressarcida não por pagamento em espécie, mas por meio de serviços de alcance social. Para os alunos de Pedagogia e Alfabetização de Adultos, por exemplo. Para os alunos de Medicina e Odontologia, um projeto de atendimento em áreas carentes de profissionais de saúde. Para os alunos de Direito, por meio de serviços jurídicos para famílias de baixa renda. Outros exemplos e outras alternativas não faltarão. A redação atual do art. 5º-A, proposto pelo PLS é sábia em prever regulamento e antecipar alguns critérios. Entretanto, propomos uma Emenda, com a qual esperamos aperfeiçoar seus dispositivos no sentido de articular os serviços sociais com os poderes públicos e evitar a sua sobreposição a estágios curriculares.

Diante do exposto, o nosso voto é favorável ao PLS nº 005/2004, com a seguinte Emenda: Insira-se no texto do art. 5º-A da Lei 10.260/2001, nos termos do Projeto de Lei do Senado nº 005/2004 o seguinte parágrafo: Parágrafo único: O serviço de alcance social a que se refere o *caput* será prestado pelo estudante depois da conclusão do curso financiado e gerido por entes públicos, preferencialmente, universidades. Este é o Relatório, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Exma. Sr.^a. Senadora Lúcia Vânia, V.Ex.^a. leu o relatório, V.Ex.^a. leu como seria essa lei. Mas, na impossibilidade do quorum, visto que alguns Senadores se retiraram e como é em caráter terminativo, que fique registrado o projeto perante as câmeras, como V.Ex.^a. leu, porém não temos como votar, visto que é em caráter terminativo. Mas fica a manifestação e a correção de como seria o projeto que estaria sujeito a esta Comissão. Nada mais tendo a declarar, eu convoco a próxima reunião para daqui a cinco minutos, a 48ª Reunião da Comis-

são de Educação da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, a realizar-se em 13 de dezembro de 2006, quarta-feira, após a 47ª Reunião Extraordinária, homenagem póstuma ao educador Darcy Ribeiro, a contribuição de Darcy Ribeiro para a educação brasileira. O expositor é o Senador Cristóvam Buarque, e encerramento é a aposição do retrato do Exmo. Senador Osmar Dias, Presidente da Comissão de Educação no biênio 2003/2004.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Presidente, antes só eu quero deixar bem claro aqui...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Que o Projeto não está sendo votado por obstrução do Governo. Deixar bem claro isso. Quer dizer, nós não podemos votar porque o Governo obstruiu.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador Azeredo, eu não gosto de dizer às pessoas sem... O que está acontecendo. O que está acontecendo é que nós não temos quorum para o projeto terminativo. A colocação da Senadora Lúcia Vânia ali eu acho que é uma defesa da nossa posição como Senador. Nós não podemos deixar que isso aconteça, como bem colocou o Senador Paim, inclusive a Senadora Fátima Cleide e o Senador Flávio Arns. Eu acho que isso está bem colocado. Pela ordem, o Senador Pavan.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Sr. Presidente, Senador Wellington, fica encerrado, vai encerrar hoje a discussão. Só fica a votação...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Mas essa é a nossa penúltima, porque a última será o retrato do Senador Osmar Dias, mas essa é a última reunião deliberativa da Comissão de Educação nesta Legislatura.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – É a última?

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – É a última.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Então, me permita aqui, Senador Wellington.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Eu já permiti e já está com a palavra.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Quero só fazer a ressalva que o Senador Flávio Arns e Senador Paim, que são do Governo, mas que estão aqui.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Eu queria justamente... Eu queria também... Aliás, o Senador Flávio e o Senador Paim...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Hoje inclusive eu vi o Senador Azeredo aplaudindo na hora que falou “Presidente Lula”. Um momento histórico. Pois não, Senador Pavan.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Eu queria justamente dizer isso, que o Senador Paim e o Senador Flávio eles não têm olhado a questão de Governo, não. Eles têm olhado a questão da sociedade brasileira. Eles não têm olhado. São coerentes com suas idéias, defendem o Governo, mas quando é para ser contra, é contra. Nesses quatro anos que eu passei aqui, eu tenho sentido isso. E aproveito a oportunidade, meu querido amigo Wellington, Presidente, é a última Sessão deste ano e é a minha última como Senador, porque eu vou me despedir também dessa Comissão. Fiz a despedida hoje no Plenário da Casa, e quero me despedir de todos os companheiros da Comissão de Educação, estou aqui para prestigiar nesta última Sessão e descerrar aqui a placa, a fotografia do nosso amigo Osmar Dias e agradecer aqui a todos os companheiros. Todos. Acho que contribuimos muito com o Brasil. Eu ajudei muito, aprovando projetos bons, reprovando projetos que achamos que eram injustos para sociedade, discutimos muito. O processo democrático funcionou aqui nesta Casa. E V.Exª., Senador Wellington, tem sido um dos baluartes, conseguiu não apenas conduzir esta Casa com galhardia, com transparência, mas com muita liderança. Com muita liderança. Aqui e no Plenário. Eu vou levar muita saudade do amigo Wellington. Quando há pouco fizeram homenagens a alguns Senadores naquele processo dessa união dos artistas e dos desportistas, eu achei que merecia uma homenagem ao Relator, que trabalhou realmente muito para que essa unidade acontecesse.

Então, fica aqui o meu agradecimento pelo bom trabalho que tem desenvolvido aqui, meus parabéns, e pela sua amizade também. E a todos os meus companheiros e companheiras, Senadoras e Senadores desta Comissão. Parabéns a todos. Obrigado. *(palmas)*

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador Flávio Arns, deixa eu só agradecer as palavras do Senador Pavan. Realmente, vamos sentir também muita saudade de V.Exª. Mas, de qualquer maneira, aguardo o convite para quando V.Exª. assumir o Palácio, que nos convide pelo menos para um almoço.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Parece que em março já vou assumir alguma coisa.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Então estaremos lá. É só chegar o convite. Com a palavra o Senador Flávio Arns.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Me permita ainda, por favor. Os Secretários da Comissão, os funcionários desta Comissão, o Júlio, que tem sido um brilhante companheiro e tem sempre se esforçado para manter esta Casa lotada. Cometeria uma injustiça se não mencionasse aqui todos os funcionários da Comissão em nome do Júlio. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Com a palavra o Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Sr. Presidente, é que nesse debate em relação ao relatório da Senadora Lúcia Vânia e ao projeto do Senador Siqueira Campos, bastante se falou em termos de partidos políticos, posição ou oposição. Mas eu acho que o mais importante de tudo é que nós, de diferentes partidos, convivemos nesta Comissão. E todos nós temos ideais que queremos ver conquistados para o bem-estar da sociedade brasileira.

Então, a discussão que nós temos o tempo todo com a Senadora Lúcia Vânia, nós nunca perguntamos se é do PSDB ou PT, porque nós tentamos chegar a alguma conclusão. Mesma coisa com o Senador Osmar Dias, com Cristovam Buarque, com o Eduardo Azeredo, com o Leonel Pavan.

Então, a relação aqui na Comissão, e as discussões, os encaminhamentos são sempre balizados por um clima de confiança. Quer dizer, um clima de confiança em que se eu chegar como eu cheguei ontem para a Senadora Lúcia Vânia e fiz um apelo e esse apelo depois se mostra irreal, quer dizer, uma coisa totalmente contrária daquilo que eu havia dito, quer dizer, quebra-se uma das coisas mais fundamentais não só no Congresso, mas na sociedade, que é a confiança, o relacionamento humano, o prestígio. E saber que essas coisas têm que ser valorizadas.

Então, nesse sentido, isso eu considero muito mais forte, muito mais necessário e importante do que o partido político eventualmente. Porque a Lúcia Vânia, o Paim e eu, por exemplo, estamos em situações politicamente diferentes em termos de Governo. Mas não em termos de sociedade. Não é verdade? Porque nós discutindo, dialogando e tal nós vamos chegar a belas conclusões onde a experiência de cada um e de todos que estão aqui presentes vai contribuir para o resultado final. Por isso que eu fiz questão de deixar muito claro que realmente essas coisas não podem e

não devem, como V.Ex^a. inclusive enfatizou, que não podem e não devem acontecer.

Então, é neste sentido que realmente eu tornei público, porque isto não pode acontecer, porque nós vamos aprimorar neste sentido a nossa construção legislativa, vamos aprimorar a nossa construção política que tem que ser feita na base do respeito e da confiança.

Agora, a última coisa, só indagaria de V.Ex^a.... Só para V.Ex^a. inclusive me explicar, porque com essa mudança que houve de período de recesso do Congresso, que antes era até o dia 15 de dezembro, agora nós temos o mês de janeiro e mesmo as atividades do Congresso vão... Do Congresso não, mas do Senado pelo menos vão até o dia 22, pelo que está sendo anunciado. O que é que impede de nós termos uma... De nos reunirmos numa reunião da Comissão de Educação na terça-feira da semana que vem, no nosso horário habitual, porque todos nós estaremos aqui presentes para Sessões do Plenário, Orçamento e tudo, eu não sei eventualmente assim se há algo regimental que impeça que isso aconteça. Se não houver, até sugeriria a V.Ex^a. que terminássemos esse processo e aí ficaria tudo resolvido também ainda no decorrer desta Legislatura.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador Flávio Arns, acabamos de convocar para uma reunião na próxima terça-feira em que estará em pauta esse Projeto de Lei do qual a Relatora é a Senadora Lúcia Vânia. Eu teria o maior prazer em aprovar se não fosse terminativo, Senadora. Mas nós estamos presos às questões regimentais, muito bem lembrado pelo Senador Osmar Dias, pra mim. Então, como tem caráter terminativo, não poderá ser votado.

Diante disso, encerro a Sessão, convocando para a próxima reunião, daqui a cinco minutos. Sessão encerrada.

(Sessão encerrada às 16h06)

Ata da 48ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, Realizada em 13 de dezembro de 2006.

APOSIÇÃO DE RETRATO

Às dezesseis horas e sete minutos do dia treze de dezembro de dois mil e seis, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senhor Senador Wellington Salgado de Oliveira com a presença dos Senhores Senadores Marcelo Crivella, Juvêncio da Fonseca, Fátima Cleide, Flávio Arns, Roberto Saturnino, Augusto Botelho, Cristovam Buarque, Romeu Tuma, Eduardo Azeredo,

Lúcia Vânia, Geraldo Mesquita e Antônio Carlos Valadares reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Demóstenes Torres, Jorge Bornhausen, José Jorge, Maria do Carmo Alves, Edison Lobão, Leonel Pavan, Teotônio Vilela Filho, Gerson Camata, Valdir Raupp, Almeida Lima, Sérgio Cabral, Gilvam Borges, Ney Suassuna, Gilberto Mestrinho, Aelton Freitas, Paulo Paim, Ideli Salvatti, Mozarildo Cavalcanti e Sérgio Zambiasi. O Senhor Presidente Wellington Salgado de Oliveira submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada para aposição do retrato do Senador Osmar Dias, Presidente da Comissão de Educação, no biênio 2003/2004, na galeria dos ex-presidentes da Comissão de Educação e como é de praxe na Comissão, homenageamos uma personalidade significativa da Educação, sendo que na sessão de hoje, a homenagem póstuma será ao educador Darcy Ribeiro, com a palestra intitulada “A contribuição de Darcy Ribeiro para a educação brasileira”, com o expositor, Senhor Senador Cristovam Buarque. Em virtude do funcionamento do Plenário do Senado, onde está ocorrendo a despedida da Senhora Senadora Heloísa Helena, o expositor, Senador Cristovam Buarque, submete a presidência a dispensa da realização da palestra para agilizar a solenidade de aposição do retrato. A sugestão é acatada por todos. A seguir, a Presidência passa a palavra ao Senador Osmar Dias, que pelo mesmo motivo acima citado, se abstém de se pronunciar. O Senhor Senador Wellington Salgado de Oliveira, Presidente da Comissão, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às dezesseis horas e dez minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares**, Secretário da Comissão de Educação lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Wellington Salgado de Oliveira**, Presidente da Comissão de Educação.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Havendo *quorum*, declaro aberta a 48ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, da 4ª Legislativa ordinária, da 52ª Legislatura a realizar-se em 13/12/2006, quarta-feira, após a 47ª Reunião Extraordinária.

Homenagem póstuma ao educador Darcy Ribeiro, com palestra “A contribuição de Darcy Ribeiro para a Educação Brasileira”. Expositor Senador Cristovam Buarque, e teremos também a posição do retrato do

Senador Osmar Dias, Presidente da Comissão de Educação no biênio 2003/2004. Com a palavra, o Senador Cristovam.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)

– Presidente, eu queria fazer uma proposta. Eu creio que o grande Senador Darcy Ribeiro mereceria a gente ter uma solenidade melhor. E eu confesso que hoje, apesar de todo o meu amor por ele, eu gostaria de estar presente à despedida da Senadora Heloísa Helena, por quem também eu tenho um grande amor.

Então, eu queria propor que isso ficasse para outro momento. Eu terei o maior prazer. Me preparei para isso, mas seria melhor no outro momento.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Tenho certeza que será uma grande palestra, Senador. E diante disso vamos fazer... Está acatado o pedido de V.Exª, e faremos a posição do retrato do Senador Osmar Dias, ou transferimos também junto com a... Senador Osmar, hoje... Então vamos à posição.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASSI (PTB-RS) – É uma bela fotografia.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Segundo o Senador Sérgio, é uma bela fotografia para ser colocada.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Diante da posição do retrato do Senador Osmar, não sei se ele deseja fazer uso da palavra.

Então, declaro encerrada a reunião.

(Sessão encerrada às 16h10)

Ata da 8ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, Realizada em 14 de novembro de 2006.

Às doze horas e cinquenta e cinco minutos do dia quatorze de novembro de dois mil e seis, na sala de reuniões da comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência Eventual do Senador Geraldo Mesquita e com a presença dos Senhores Senadores Demóstenes Torres, Marcelo Crivella, Cristovam Buarque, Valdir Raupp, Sérgio Zambiasi, Romeu Tuma, Luiz Otávio, Paulo Paim e Flávio Arns, reúne-se a Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social. Deixam de comparecer os Senhores Senadores, Leonel Pavan, Sérgio Cabral, Wellington Salgado de Oliveira, Roberto Saturnino, Magno Malta e Aelton Freitas. Havendo número regimental abrem-se

os trabalhos. O Senhor Presidente Eventual, Senador Geraldo Mesquita, submete à Subcomissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência submete a deliberação do plenário os seguintes itens: **Item 01: Requerimento nº 004, 2006-SCTMC**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Roberto Saturnino e Paulo Paim, que requer "... nos termos dispostos nos incisos II, V, IX e XI do artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social em conjunto com a Comissão de Educação, para discutir a inclusão da música como disciplina obrigatória no currículo escolar". O requerimento é aprovado. **Item 02: Requerimento nº 005, 2006-SCTMC**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que requer "... nos termos dispostos nos incisos II, V, IX e 5XI do artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, no âmbito da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social e da Comissão de Educação destinada a discutir a política de ensino e formação na área do cinema e audiovisual". O requerimento é aprovado. A Presidência agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às treze horas e quatro minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares**, Secretário da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Geraldo Mesquita**, Presidente Eventual da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA (PMDB-AC) – Reunião da Subcomissão de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social aberta, submeto à apreciação dos Srs. Senadores presentes a Ata da reunião anterior. Aprovada. Temos na pauta dessa 8ª Reunião Extraordinária da 4ª Sessão Legislativa, dois requerimentos, um de autoria do Senador Roberto Saturnino, e designo *ad hoc* aqui o Senador Paulo Paim para relatá-lo.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Sr. Presidente, pela importância do tema eu apresentei um projeto aqui na Casa, autorizativo, que se chama "Cantando as Diferenças", cantando, ou seja, é música, é canção. Porque como diz aqui a justificativa, com muita clareza, a música, ela é internacional, a canção, a comunicação, nós podemos ouvir uma música em inglês, ou

até mesmo em espanhol, ou japonês e a gente sente que ela se comunica com a gente, passa a energia da canção, enfim, da música, por isso que é mais do que legítimo que a gente faça esse debate com o objetivo de garantir a inclusão da música como disciplina obrigatória no currículo escolar. Eu entendo que a música é um combate à violência, ela ajuda na formação e também na inclusão social e, eu digo mais, até na distribuição de renda, porque ela vai na linha do carinho, da solidariedade, da igualdade e que nós juntos vamos ouvir muito e cantar a liberdade. Por tudo isso e muito mais que eu poderia aqui expandir, é que eu peço, com muita satisfação, a aprovação do Requerimento originado pela lavra do Senador Roberto Saturnino, um grande Senador desta Casa.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA (PMDB-AC) – Para discutir, Senador Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu quero dizer que eu concordo com a realização da Audiência Pública. Mas pediria a possibilidade do Senador Paulo Paim, através da Audiência Pública, pensar no próprio título da Subcomissão que é teatro, é música, é cinema, é dança, é artesanato, é pintura, tantas coisas que podem ser feitas, importantes, necessárias com toda a argumentação que o Senador Paulo Paim levantou, mas que possa ter talvez um guarda-chuva maior que seria a arte, não sei se já não tem isso, inclusive, educação artística ou arte. Aí, em cada local, de acordo com os talentos que existam ter essas alternativas para a pessoa, para a criança, para o jovem fazer o teatro, fazer a música, fazer a dança, ter alternativas inclusive de acordo com a realidade local. Mas o fato de se ter arte numa escola, isso, sem dúvida alguma, no meu ponto de vista, vai fazer com que tenhamos melhores cidadãos, mais comunicativos, mais sensíveis, mas solidários, pessoas assim que prestem atenção nos talentos do ser humano. Então, arte, eu acho assim que aí a gente englobaria tudo também, nesse sentido. Obrigado.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador Flávio Arns, eu quero dizer que não há nenhuma discordância. A Audiência Pública tem esse objetivo, e no debate aqui, e o Senador Cristovam inclusive me auxiliava, no debate da Audiência Pública nós podemos até ampliar o conceito de um primeiro momento que entrou a palavra somente "música" e por isso o Senador Flávio Arns, como sempre, dá uma bela contribuição.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA (PMDB-AC) – Tem razão o Senador Paim e louvo a preocupação e iniciativa, Senador Arns. De fato, o Júlio está aqui nos lembrando que nós temos a

Comissão de Educação e Cultura, mas a sua preocupação e pertinentíssima, já acolhida e amparada pela providência do Senador Paim com vistas à realização da audiência, que nesse foro, nessa audiência trataremos dessa questão para dar um tema guarda-chuva, porque a história desta Subcomissão é a provocação de setores, setor do cinema, setor do teatro, da música, mas eu acho que nós estamos rumando talvez para essa proposição do Senador Arns, de abrigarmos a arte de uma maneira geral numa Subcomissão como esta e reservarmos outros temas para serem tratados na Comissão de Educação e Cultura. O Senador Buarque parece que quer se manifestar.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)

– Apenas para dizer que os dois têm razão e se junta tudo isso. Vai ser um bom debate e pode trazer grandes avanços o ensino das artes em geral no ensino formal.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Sr. Presidente, só mais uma observação, eu acho que não há divergência, absolutamente, só uma preocupação para a gente pensar nisto na hora em que Audiência Pública estiver sendo realizada, mas a Subcomissão é de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, e eu penso assim também, nós temos aprovado tantas rádios aqui nesta Comissão, rádio, rádio, rádio e a gente passa nessas escolas todas e vê o talento de muitos jovens, sejam do ensino fundamental, do ensino médio, educação de jovens e adultos para a comunicação. A gente poderia pensar, eu penso assim, nessa questão da rádio e escola para que através de uma... E que é uma coisa tão barata, e que você pode acabar favorecendo a que a pessoa se desiniba, a que a pessoa se manifeste, tenha tranquilidade ao se manifestar verbalmente, é uma forma de aglutinar os alunos, dos alunos discutirem com a comunidade. Eu acho que essa questão da rádio escolar, alguma coisa assim, eu acho que seria muito interessante.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA (PMDB-AC) – Senador Flávio Arns, hoje inspiradíssimo como sempre. Podemos pensar na rádio escola, quem sabe aí a gente não discuta o assunto e ele surge assim na força de iniciativas como essa, Senador Flávio Arns. Senador Paim. Coloco em votação a apreciação do Requerimento. Aprovado. O próximo Requerimento, de autoria do Senador Cristovam Buarque. Tem o propósito de discutir a política de ensino e formação na área do cinema e audiovisual. Com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)

– Esse Requerimento, Sr. Presidente, acaba de ser aprovado na Comissão de Educação, mas formalmente tem que passar por aqui. Visa a reunir um conjunto

de pessoas para debatermos como é que deve ser o ensino do audiovisual nos nossos cursos de comunicação. Sempre tem sido uma coisa relegada, mas com o crescimento dos últimos dez, quinze anos é preciso a gente rever o assunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA (PMDB-AC) – Continua em discussão.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Somente cumprimentar o Senador Cristovam por essa Audiência Pública e, Senador Cristovam, eu tenho sido procurado lá no Estado por uma série de Diretores, donos de Cinema, e eles têm demonstrado também a sua preocupação na linha do Requerimento de V.Ex^a., por isso eu achei que chega num bom momento o seu pedido de Audiência Pública, visando a estabelecer um debate sobre esse tema, tanto é que eu terei um encontro com eles na semana que vem e já vou de pronto comunicá-los que eles venham para cá, nessa Audiência Pública participar desse debate. Eu acho que o audiovisual, enfim, o nosso sistema precisa, nos tempos modernos, como a gente fala, de caminharmos juntos nesse novo momento. Até porque muito, muitos e muitos pequenos Cinemas no interior do nosso País estão fechando, e eles querem fazer esse debate nesse momento importante. É só um cumprimento ao Senador Cristovam e dizer que esse tema está na ordem do dia. E eu vou, eu me comprometi inclusive com um deles que me procurou a participar mais desta Subcomissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA (PMDB-AC) – Continua em discussão. Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação o Requerimento. Aprovado. Quero esclarecer que, com vistas à realização da audiência para discutir a inclusão da Música como disciplina, nós temos reservado aqui a próxima quarta-feira, dia 11, às 10h da manhã, nesta Sala, dia 22. E nada mais havendo a tratar, está encerrada a Sessão.

(Sessão encerrada às 13h04)

Ata da 38ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação e 9ª Reunião Ordinária da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 22 de novembro de 2006.

**AUDIÊNCIA PÚBLICA
CONJUNTA**

Às onze horas e dois minutos do dia vinte e dois de novembro de dois mil e seis, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência Eventual do Senhor Senador Roberto Saturnino, da Comissão de Educação e Subcomissão

Permanente do Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social com a presença dos Senhores Senadores José Jorge, Maria do Carmo Alves, Edison Lobão, Geovani Borges, Roberto Cavalcanti, Aelton Freitas, Paulo Paim, Augusto Botelho, Jonas Pinheiro, Cristovam Buarque, Eduardo Azeredo, Geraldo Mesquita Júnior, Mão Santa, Luiz Otávio, Delcídio Amaral, Antônio Carlos Valadares e Magno Malta reúnem-se a Comissão de Educação e a Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Demóstenes Torres, Jorge Bornhausen, Marcos Guerra, Juvêncio da Fonseca, Leonel Pavan, Teotônio Vilela Filho, Wellington Salgado de Oliveira, Valdir Raupp, Almeida Lima, Sérgio Cabral, Ney Suassuna, Gilberto Mestrinho, Fátima Cleide, Ideli Salvatti, Mozarildo Cavalcanti e Sérgio Zambiasi. Justificam a ausência os Senhores Senadores Marcelo Crivella e Flávio Arns. O Senhor Senador Roberto Saturnino, Presidente Eventual, registra a presença, para acompanhar a Audiência Pública, das seguintes personalidades: Felipe Radicetti, Compositor e Coordenador do Grupo de Articulação Parlamentar Pró-Música; Cristina Saraiva, Compositora, Professora de História e Coordenadora do Grupo de Articulação Parlamentar Pró-Música; Doutora Magali Kleber, Professora Adjunta do Departamento de Música da Universidade Estadual de Londrina; Dra. Maria Isabel Montandon, Professora do Departamento de Música da Universidade de Brasília – UnB; Doutora Cristina Grossi, Professora e Vice-Presidente da Associação Brasileira de Educação Musical; Senhor José Mauro Ribeiro, Professor e Presidente da Federação dos Artes Educadores do Brasil; Senhora Grace Elizabeth, Coordenadora-Geral de Promoção do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN; Senhor Emílio de César, Maestro e Vice-Presidente da Associação Brasileira de Regentes de Coros e Orquestras; Beatriz Sales, Chefe do Departamento de Música da Universidade de Brasília – UnB; Cláudio Coin, Representante da Secretaria de Educação do Distrito Federal. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Senador Roberto Saturnino, Presidente Eventual, submete à Comissão e a Subcomissão a dispensa da leitura das Atas das Reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 024-CE, de 2006 e nº 004-CECTMCS, de 2006, de autoria do Senhor Senador Roberto Saturnino, para discutir a inclusão da Música como disciplina obrigatória no currículo escolar. Comparecem à Audiência Pública a Senhora Liane Hentschke, Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS; Senhor Sérgio Luiz

Ferreira de Figueiredo, Professor da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC; Senhor Turíbio Santos, Músico e Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ; Senhor Murílio Hingel, Conselheiro da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação do MEC e Ex-Ministro de Estado da Educação e Senhor João Guilherme Ripper, Compositor e Diretor da Sala Cecília Meireles – RJ. Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Cristovam Buarque e Geraldo Mesquita. Durante a discussão e com a aprovação de todos os Senhores Senadores, a Presidência designa o Senhor Senador Cristovam Buarque para elaborar um Projeto de Lei pela Comissão de Educação e Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, instituindo a música como disciplina obrigatória no currículo escolar. O Senhor Senador Roberto Saturnino, Presidente Eventual, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às doze horas e quarenta e três minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares**, Secretário da Comissão de Educação e da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Roberto Saturnino**, Presidente Eventual da Comissão de Educação e da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Declaro aberta a 38ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, e a 9ª Reunião Ordinária da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura, realizando-se hoje, 22 de novembro de 2006.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior. Se todos os Srs. Senadores estão de acordo, fica dispensada.

A reunião de hoje tem por objeto realizar uma Audiência Pública a respeito do tema da inclusão da música como disciplina obrigatória no currículo escolar. E os convidados já estão presentes, e eu peço à Secretaria que os encaminhe à Mesa. São os Srs. Murilo Hingel, ex-Ministro da Educação e Conselheiro do Conselho Nacional de Educação do MEC. A Profª Liane Hentschke da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, o Prof. Sérgio Luiz Ferreira de Figueiredo

da Universidade de Santa Catarina, Federal de Santa Catarina, Turíbio Santos, nosso músico conhecido e Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e João Guilherme Ripper que é compositor e Diretor da Sala Cecília Meireles, do Rio de Janeiro.

Estando os presentes... Bom, trata-se de um tema que há tempos é discutido, recorrentemente nesta Comissão, e lembrado por um ou outro depoente que por aqui passa, é um tema antigo na discussão dos currículos escolares brasileiros, que é a inclusão da música no currículo escolar. A música já fez parte do currículo no meu tempo de colégio, a música fazia parte.

Agora, é claro que hoje não é necessariamente a mesma forma de ensino musical que estaria se pretendendo recolocar, mas precisamente sobre este tema, isto é, sobre a importância, a necessidade mesmo da música fazer parte do currículo, e a forma pela qual ela deveria ser apresentada aos nossos estudantes, e que estará hoje em discussão aqui nesta Audiência Pública.

E eu vou logo passar a palavra ao primeiro expositor, que é a Prof^a. Liana Hentschke, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Eu vou pedir aos expositores que dentro das suas possibilidades, se limitem ao uso de 15 minutos. Naturalmente, se houver alguma necessidade de uma certa elasticidade, isso faz parte da praxe, da condução dos trabalhos. Com a palavra a Prof^a Liane.

SRA. LIANE HENTSCHKE – Exm^o. Sr. Roberto Saturnino, Presidente da Subcomissão de Educação e Cultura; Exm^o. Sr. Murilo Hingel, representante do Ministério da Educação; Exm^o. Sr. Júlio Ricardo Linhares, Secretário da Comissão de Educação e Cultura; Exm^{os} Srs. Senadores, ilustríssimos colegas de Mesa e de área aqui presentes.

É com imensa satisfação que retorno ao Senado, depois de 11 anos. Em 1995, por ocasião das últimas Audiências Públicas para decidir sobre a nova LDB, um grupo de educadores musicais e de educadores de outras artes, estavam aqui reivindicando a inclusão do ensino de artes como disciplina obrigatória no currículo escolar, uma vez que havia sido proposta a extinção completa da obrigatoriedade de qualquer modalidade artística.

A manutenção de ensino de artes como obrigatória no currículo escolar foi sem dúvida um ganho significativo para a qualidade da educação das nossas crianças e adolescentes.

Passaram-se 11 anos e hoje estamos aqui para solicitar aos senhores a redação de um Projeto de Lei que contemple a obrigatoriedade do ensino de música nas escolas, corrigindo, portanto, a redação da LDB, cujo texto é ambíguo e tem gerado múltiplas in-

terpretações. Passo aqui a elencar alguns problemas enfrentados nos últimos anos.

Nos últimos 35 anos, temos presenciado um quase total abandono do ensino de música nas escolas. Isso porque, em 71, a educação artística passa a ser obrigatória no ensino básico. Um professor polivalente que deveria ter conhecimento de todas as artes: Música, artes visuais e teatro. Nas universidades, criam-se os cursos de Licenciatura em Educação Artística.

Após 24 anos, um quadro desolador, mostrado através de pesquisas, quis que o professor por possuir formação polivalente não se sentia em condições de trabalhar com música nas escolas.

1996, surge então a nova LDB, que elimina o nome educação artística e coloca ensino de artes. A partir daí, surgem outras interpretações. A minha participação na Comissão de Especialistas em Artes e Música no MEC na SESU entre 95 e 2000, mostrou entre outras coisas, a desarticulação existente na época entre as políticas para os diversos níveis de ensino.

Na SESU estávamos discutindo currículos para as licenciaturas específicas em cada uma das linguagens artísticas. Na Secretaria de Ensino fundamental, criavam-se parâmetros curriculares para o ensino das artes de certa forma prevendo o profissional para desenvolver o trabalho de todas.

Situação atual: Hoje nós temos a universidade formando licenciados em áreas específicas, e Estados e Municípios criando concursos para admitir professores polivalentes, isso sem contar que muitas escolas se utilizam de qualquer professor, de história, de geografia, para cantar com as crianças.

Outro problema sério sobre o qual eu tenho sido sistematicamente questionada quando da participação em fóruns internacionais em relação ao acesso restrito e elitista de indivíduos que buscam uma formação superior em música.

A falta de acesso à formação musical de crianças e jovens, de famílias de baixa renda, é uma realidade gritante nesse País. Como a disciplina música não é obrigatória e, portanto, não oferecida na grande maioria das escolas, o aspirante a uma carreira musical precisa ter freqüentado escolas particulares durante a sua formação pré-universitária. Como consequência, temos poucos alunos oriundos de família de baixa renda na música erudita, por exemplo. Porque os espaços públicos para aprendizagem musical são muito restritos.

Apesar de existirem muitas ONGs no Brasil, e o meu colega Turíbio vai certamente discorrer sobre essa temática, estamos muito distantes de oportunizar a uma parcela mínima de crianças e jovens o acesso ao ensino musical.

O papel da educação musical nas escolas é o de expandir o universo musical dos alunos, oferecendo a eles o acesso à diversidade de práticas e de manifestações musicais locais, regionais e multiculturais. E a oportunidade, se desejarem, de seguir a carreira profissional em música no ensino superior.

Os estudos na área de psicologia na música mostram que o ensino de música favorece o desenvolvimento de ferramentas básicas de aprendizagem, do desenvolvimento intelectual, psicomotor, emocional, e, sobretudo, da criatividade.

Já os estudos no campo da sociologia da música, mostram que o envolvimento com música auxilia no processo de integração cultural e social, e com isso, na mediação de uma cultura para a paz.

É inegável que o espaço de educação musical é um espaço de formação de valores pessoais, sociais e de cidadania, podendo assim ser importante no desenvolvimento da tolerância e da compreensão de diferentes matizes culturais.

Infelizmente, a educação musical no Brasil ainda é associada com conservatórios, com professores particulares, algo enfadonho de pouco impacto social. No entanto, como Presidente da *International Society for Music Education*, ISME, maior sociedade internacional de educação musical do mundo com sócios em mais de 80 Países, eu tenho presenciado a expansão de sistemas de educação musical escolares mesmo em Países com restrições religiosas.

A Associação Americana de Educação Musical possui 104 mil sócios, e mobiliza uma indústria musical de bilhões de dólares anuais. A sociedade chinesa possui 350 mil sócios, todos esses membros da sociedade que eu presido.

Todas essas convicções que há anos me acompanham e que norteiam a minha atuação profissional, estavam presentes nas falas de Ministros de Estado da Educação e Cultura e intelectuais oriundos de 93 Países que participaram da I Conferência de Educação em Artes da UNESCO que aconteceu em março passado, em Lisboa. A conferência mundial ela foi promovida pela UNESCO com o apoio então das três sociedades internacionais de música, artes visuais e teatro.

Foram quatro dias de intensos debates, e mostras de programas de todas as linguagens artísticas desenvolvidos nas escolas em projetos comunitários ao redor do mundo. Os participantes, na sua totalidade, foram muito enfáticos ao defender o ensino das artes como forma de desenvolver a criatividade e consequentemente promover o desenvolvimento sustentável das economias emergentes.

Todos nós aqui presentes, uma platéia privilegiada, sabemos que nós vivemos na sociedade do

conhecimento, onde o grande capital das nações está centrado no capital humano, na capacidade de produzir e comercializar o conhecimento.

As escolas, por enquanto, se constituem em espaços sociais institucionalizados, destinados ao ensino formal de crianças e adolescentes, e esta tem a obrigação de oportunizar a todos os seus alunos o desenvolvimento de suas capacidades cognitivas, sociais e afetivas.

Queremos que as nossas crianças e jovens façam opções musicais conscientes, para que possam agir e interagir no seu meio social de forma crítica sem serem manipulados pelo gosto musical alheio.

Concluindo, eu gostaria de dizer que incluir a obrigatoriedade de uma área de conhecimento presente na essência humana, significa antes de tudo trabalhar com cidadania, com inclusão social, com acesso igualitário aos bens culturais nacionais e internacionais. Significa aprender a respeitar e promover para além fronteira a diversidade musical brasileira e fazer dela, quem sabe, uma *commodity* para ser exportada de forma sistemática.

Como Presidente da ISME, eu não gostaria de concluir o meu mandato em 2010 tendo atuado como mediadora política em mais de 80 Países, sem ver o meu próprio País atento para uma questão educacional tão importante como essa.

Nós todos contamos com o apoio de vocês no sentido de promover uma redação do Projeto de Lei que contemple a obrigatoriedade de ensino de música nas escolas. Muito obrigada.

(palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Agradecendo a Prof^a Liane pela sua exposição, a professora, além de professora da Universidade Federal do Rio Grande, é Presidente da Sociedade Internacional de Educação Musical. Uma pessoa, por conseguinte, altamente credenciada para dizer tudo que nos disse.

Passo a palavra então ao segundo expositor, que é o Prof. Sérgio Luiz Ferreira de Figueiredo, da Universidade Federal de Santa Catarina. Aliás, é do Estado de Santa Catarina...

SR. SÉRGIO LUIZ FERREIRA DE FIGUEIREDO – Senador Roberto Saturnino, Secretário Júlio Linhares, demais colegas dessa Mesa, Srs. Parlamentares, é com muita satisfação que eu venho a essa audiência representando a ABEM, a Associação Brasileira de Educação Musical, que nesse ano de 2006 completou 15 anos de atuação, e que tem debatido incansavelmente a educação musical brasileira.

Dessa forma, é muito importante, muito satisfatório verificar que essa questão que vem sendo debatida

tantos anos pelos profissionais da educação musical, chega ao Senado Federal para que novos encaminhamentos possam ser feitos em nome, então, da formação musical do cidadão brasileiro.

Então, nessa breve intervenção eu pretendo focalizar algumas questões breves da Legislação Educacional Brasileira vigente, que afeta diretamente o ensino de música no Brasil.

Começando pela LDB, pela Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional de 1996, então se estabeleceu uma grande expectativa com relação ao ensino de música, já que o art. 26 dessa lei estabelece que o ensino de arte é obrigatório em todos os níveis da educação básica. Então, essa obrigatoriedade do ensino de arte, é sem dúvida, um avanço no sentido de que é possível realizar esse ensino e ele é obrigatório na educação infantil, no ensino fundamental e também no ensino médio.

Os parâmetros curriculares nacionais, que foram produzidos posteriormente, trouxeram alguns esclarecimentos com relação àquilo que a LDB propôs como ensino de arte. Então, arte, nos parâmetros curriculares nacionais, é entendida como a divisão em quatro linguagens: As artes visuais, a dança, a música e o teatro.

Portanto, a música está contemplada de uma certa maneira nessa orientação legal. E essa divisão dos conteúdos dentro dos parâmetros curriculares é uma divisão muito clara, e que demonstra e que afirma a especificidade de cada linguagem artística que deveria ser aplicada na escola.

Dentro dos parâmetros curriculares, diversas informações e reflexões sobre o ensino de arte no passado também estão ali apresentadas. A disciplina da educação artística, que já foi mencionada pela Prof^a. Liane, estabelecida em 1971, acabou tornando – isso nas palavras do próprio PCN – o ensino superficial, e acabou se tornando irrelevante e pouco contribuiu para o desenvolvimento das várias artes no currículo escolar.

Citando literalmente um parágrafo dos parâmetros, então... Abre aspas: “A partir destas constatações que a experiência do passado não foi uma experiência positiva para as diferentes linguagens artísticas, procurou-se formular princípios que orientem os professores na sua reflexão sobre a natureza do conhecimento artístico”. Em outro momento do mesmo texto do PCN, há a seguinte indicação. Abre aspas: “Cabe à equipe de educadores responsável pelo projeto curricular da escola trabalhar com os professores de artes visuais, dança, música ou teatro”.

Então, esses dois momentos do PCN, só para citar dois deles, já demonstram com muita clareza a

necessidade ou a obrigatoriedade de profissionais específicos para esse trabalho com cada uma das linguagens artísticas. Então, muitos exemplos poderiam ainda ser extraídos desse documento para que então a presença das diferentes linguagens artísticas na escola pudessem realmente acontecer. Mas não há clareza suficiente para um documento que procura, entre aspas, “formular princípios que orientem os professores”.

Nesse sentido, é possível perceber a possibilidade da aula de música, mas não há explicações claras para que isso aconteça de fato em todos os sistemas educacionais. Então, esses dois documentos citados, a LDB e os parâmetros curriculares distinguem claramente uma nova etapa e uma nova forma de entender o ensino de arte na escola, revogando de certa maneira a prática anteriormente utilizada da educação artística, que tinha em sua concepção a idéia da polivalência para o ensino de artes, também já mencionado pela Prof^a Liane.

No entanto, a polivalência continua presente em diversos sistemas educacionais brasileiros, perpetuando um modelo criticado pelos próprios parâmetros curriculares nacionais, quando afirmam que o resultado da prática da polivalência foi, abre aspas, “a diminuição qualitativa dos saberes referentes às especificidades de cada uma das formas de arte”. Fecha aspas.

Então, se um documento orientador como os parâmetros curriculares nacionais, que foi produzido pelo Ministério da Educação, assumem que o modelo anterior era inadequado, pode-se deduzir que o que se propõe não é a continuação daquele modelo vigente. Então, a polivalência não deveria mais estar em discussão. Mas, no entanto, ela está ainda muito presente ainda na realidade brasileira.

Então, uma breve síntese até aqui. A LDB fala da obrigatoriedade da arte. Os PCNs dizem que arte, quer dizer, artes visuais, dança, música e teatro. Portanto, a música está contemplada. Os PCNs criticam o modelo anterior da polivalência, e deduz-se então que a polivalência não deveria mais ser aplicada nas escolas, se o que se pretende é uma educação de qualidade, já que o modelo da polivalência trouxe superficialidade e irrelevância para todas as áreas.

Seguindo nessa mesma linha de raciocínio, é importante apresentar também algumas questões referentes às diretrizes curriculares nacionais no que tange a formação dos professores. O Ministério da Educação organizou um grande processo de elaboração e publicação das Diretrizes Curriculares Nacionais para todos os cursos superiores brasileiros, incluindo todos os cursos de arte.

Então, durante vários anos os profissionais das artes discutiram em diversos fóruns a necessidade de se estabelecer uma formação específica em cada linguagem artística em cursos de licenciatura, já que os cursos de educação artística não conseguiram preparar um profissional múltiplo, capaz de atuar em várias linguagens artísticas com competência.

Dessa forma, e como resultado do processo de vários anos de avaliações, debates e reflexões, as diretrizes curriculares nacionais são atualmente dirigidas para cada modalidade artística, encerrando definitivamente a idéia da polivalência para o ensino das artes na escola. Não há diretrizes curriculares para a educação artística. Não há diretrizes curriculares para formar professor polivalente de artes. Então, não há mais porque existir essa prática nos sistemas educacionais.

Então, retomando aquela síntese apresentada, pode-se acrescentar mais este ponto. Então, a LDB obriga o ensino da arte, os PCNs definem o que é arte, os PCNs criticam a polivalência e as diretrizes curriculares encerram a discussão desta prática polivalente, pois estabelecem que os cursos de licenciatura não preparam mais um profissional para atuar de maneira múltipla.

Dessa forma, só poderá ensinar música na escola quem tem formação musical adequada adquirido em curso de licenciatura específico na área de música.

Então, assim se fecha um círculo que demonstra a necessidade de professores específicos para cada linguagem artística na escola. A Legislação vigente apresenta potencialmente essa possibilidade carecendo de maiores esclarecimentos e aperfeiçoamentos para que todas essas orientações possam surtir efeitos de fato na prática escolar.

Enquanto falta clareza nas orientações, o que acontece? Em pontos isolados do território nacional, nós poderemos encontrar exemplos positivos do ensino de cada um das linguagens artísticas, mas felizmente isso não é uma regra nacional. Isso são alguns poucos exemplos. De um modo geral, essa prática não está satisfatória nos sistemas educacionais.

Tantos anos de ausência da música na escola contribuem de forma decisiva para a manutenção dessa situação. Ou seja, não há um espaço digno para a presença da educação musical escolar.

Exportamos música. A música brasileira é considerada uma das melhores músicas do mundo. No entanto, tornou-se natural não ter música no currículo, já que gerações de brasileiros têm sido privados da experiência musical na escola.

Parafraseando o texto dos próprios parâmetros curriculares, quem não tem música na escola tem uma experiência de aprendizagem limitada. E o que

se pretende é oferecer às crianças e jovens do Brasil uma educação com conteúdo humanístico, estético e artístico capaz de contribuir para uma educação com mais qualidade.

Com essas considerações, é fundamental que sejam revistas as questões de orientação educacional com relação à música.

O fato da Legislação e outros documentos educacionais indicarem potencialmente a presença da música no currículo não tem sido suficiente para garantir que todo cidadão brasileiro vivencie a música em seu processo educativo. Entende-se que as mudanças podem levar tempo, mas a clareza na Legislação será certamente um indicador para que o ensino de música esteja presente na educação musical, na educação brasileira.

Então, é preciso, para encerrar, que se estabeleça de forma inequívoca, digna e legal o espaço da música na formação dos cidadãos brasileiros. Para isso, medidas urgentes são necessárias para que se inicie um processo de integração da música ao currículo escolar de todos os sistemas educacionais brasileiros. Obrigado.

(palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Obrigado ao Prof. Ferreira de Figueiredo, que falou também em nome da Associação Brasileira de Educação Musical.

Antes de passar a palavra ao terceiro expositor, que vai ser o Turíbio Santos, eu quero registrar a presença que muito nos honra de Felipe Radicetti, compositor e coordenador do Grupo de Articulação Parlamentar Pró-Música. Cristina Saraiva, compositora e professora de história e coordenadora do Grupo de Articulação Parlamentar Pró Música. Prof^a. Magali Kleber, professora adjunta do Departamento de Música da Universidade Estadual de Londrina. Prof^a. Maria Isabel Montandon, professora do Departamento de Música da UnB, Prof^a Cristina Grossi, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Educação Musical, pela qual acabou de falar o Prof. Ferreira de Figueiredo. Prof. José Mauro Ribeiro, Presidente da Federação dos Arte-Educadores do Brasil, e a Sr^a Grace Elizabeth, Coordenadora-Geral de Promoção do IPHAN.

Muito bem, agradecendo a presença dessas pessoas, que enriquecem a nossa audiência, eu vou passar a palavra agora ao terceiro expositor, que vai ser o Turíbio Santos, um músico, um dos mestres da música brasileira, reconhecido como tal, e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Com a palavra, Turíbio Santos.

SR. TURÍBIO SANTOS – Bom dia. É uma honra estar aqui. Quero saudar o Presidente da Comissão de

Educação, Senador Saturnino Braga, o representante do Ministro, Prof. Murilo Hingel, o Secretário Júlio Linhares, e vou começar a falar... É quase inevitável no assunto educação musical, de Heitor Villa-Lobos.

O maior Projeto de Educação Musical no Brasil foi criado e administrado por Heitor Villa-Lobos entre 1930 e 1945. Chamava-se Sema. Tinha essas iniciais, SEMA, Superintendência de Educação Musical e Artística. Segundo o seu biógrafo, o Embaixador Vasco Mariz, Villa-Lobos sempre foi apaixonado pela infância. Para ele, a melhor maneira de reeducar o espírito era aproximar-se das crianças, conviver com elas. O que ele fez a vida toda, por sinal. Eu mesmo me considero fruto desse Projeto do Villa-Lobos, do Projeto do SEMA, assim como a maior parte de intérpretes e músicos na faixa de 60 a 65 anos.

Como Villa-Lobos concentrava o seu Projeto Musical nas professoras e professores de canto orfeônico, eles repercutiam com grande êxito as idéias musicais dele para o mundo infanto-juvenil. Todos nós já acompanhamos a documentação sobre as manifestações cívicas realizadas por Heitor Villa-Lobos durante o Governo de Getúlio Vargas. Aqui temos uma demonstração, aqui na foto. Mas se colocarmos o foco desse acompanhamento na preparação e treino dos professores, poderemos entender melhor a enorme quantidade de compositores e intérpretes, resultado do ensino musical do nosso maior compositor. Esse ensino musical trouxe à tona do inconsciente brasileiro a nossa extraordinária riqueza musical, disseminada por todo o País.

O famoso guia prático de Villa-Lobos recolheu, harmonizou e organizou o cancionário folclórico e popular de todo o Brasil. Uma obra didática, mas preservadora da memória musical, que catapultou para gerações subseqüentes um repertório dinâmico, motivador, inspirado e cheio de poesia, e que realmente sacudiu a infância e a juventude de toda a minha geração.

Em todos os movimentos musicais, o esforço didático de Villa-Lobos se fez sentir, desde a bossa nova à tropicália, de Tom Jobim a Caetano Veloso, dos choros aos sambas, de Jacó do Bandolim a Paulinho da Viola. Se considerarmos o benefício cultural extraordinário para a população brasileira, não podemos excluir o movimento econômico fabuloso que gera a nossa música.

Dentro e fora do País, popular, clássica, religiosa, folclórica, ela nos guia sempre como manifestação essencial da alma brasileira. Do poder extraordinário do ensino musical na transformação e educação de crianças, eu tive duas experiências muito felizes, e diria mesmo extraordinária. A primeira foi junto à comunidade da favela D^a Marta, no Rio de Janeiro, iniciada em

1986 pelo Museu Villa-Lobos, e apoiada pela Academia Brasileira de Música pela LBA e pela SEBIA(F).

A segunda experiência, continuação de certa forma do mesmo Projeto, começou a partir de 1999 tendo sido financiada pela Família Moreira Salles e vários padrinhos beneficentes. Chama-se os "Vila Lobinhos". O parêntese aqui, a idéia foi do banqueiro Walter Moreira Salles que não adotou nenhum favorecimento fiscal. Todos esses padrinhos e a própria família perdiam dinheiro, mas ele queria dar um exemplo para a elite brasileira.

Em ambos os projetos, tivemos um público que variava entre sete e dezessete anos, de baixa renda, e sequioso pela aprendizagem musical. Os alunos mais aplicados e que se transformariam em profissionais modificaram as condições econômicas de suas respectivas famílias, e passaram a ser eles mesmos vetores desse tipo de transformação. A mãe não admitia que o filho estudasse música, porque ele ajudava a vender bala no sinal. Na medida em que ela foi percebendo que aquele aprendizado de música favorecia a família, inclusive economicamente, a família toda adotou o mesmo instrumento, que era a flauta doce. Isso era um exemplo para justificar essa transformação. É como se fosse uma pedra que você joga dentro de um lago, e aqueles círculos vão atingir lugares que você nem imagina. É isso que a educação musical promove, principalmente nas faixas carentes, nas faixas de baixa renda. Esse mesmo efeito vem sendo sentido por uma atividade do Museu Villa-Lobos, iniciada em 1985, e chamada mini-concertos didáticos. Abraçada pelos funcionários do museu, ela se dirige preferencialmente a crianças da rede pública e privada e já conta com o elenco de 60 jovens músicos que se apresentam para pequenos públicos de 25 a 35 crianças, passando informação musical e artística sobre a música, seus instrumentos e sua história.

Mais uma vez, sentimos nessas crianças, são cerca de oito mil por ano, a busca por uma sinalização forte do nosso País e da nossa cultura.

Recentemente ampliamos essa experiência preparando os professores de educação artística para atividades mais específicas dentro do ensino musical no Estado do Rio de Janeiro, com o apoio da Secretaria de Educação do Estado. Ora, nós usamos a experiência do próprio Villa-Lobos, com o seu sistema de manos-solfa, o seu sistema de ensino aos professores, e a repercussão que vai muito além da nossa imaginação. E descobrimos o óbvio: Os professores também estão sedentos de ensino musical, e ansiosos para poderem participar com a máxima eficiência na formação de nossas crianças e de nosso futuro.

Villa-Lobos dizia que a música é feito um ser humano. A cabeça é a melodia, o corpo é a harmonia, e os membros o ritmo. Eu tive a chance e a oportunidade de escutar essas belas palavras ditas pelo próprio Villa-Lobos. Mas eu acho que nós, todos juntos, precisamos dizer que a educação musical é a consciência desse ser humano e a materialização de um sentimento de brasilidade que precisa pairar sobre o nosso futuro.

Portanto, visando dar continuidade à fantástica visão didática de Villa-Lobos, precisamos a garantia legal do ensino de música nas escolas de educação básica com realização de concursos para os professores, e cursos para o seu aperfeiçoamento constante. Estaremos, então, interpretando a obra mais bonita do nosso maior compositor. Obrigado.

(palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Obrigado dizemos nós, Turíbio Santos, pela sua exposição, que trouxe à nossa lembrança e a nossa consideração essas figuras extraordinárias da nossa história. Villa-Lobos é conhecido como um dos maiores e muitos dizem que o maior de nossos compositores. Mas costuma-se esquecer que ele foi talvez o maior... E aí eu acho que seguramente, o maior divulgador da música, o maior educador musical brasileiro, promovendo aqueles espetáculos fantásticos no estádio São Januário, com coro de crianças de todas as escolas do Rio de Janeiro. Um momento extraordinário da cultura brasileira e da formação cultural do povo brasileiro coordenado, liderado por essa figura extraordinária que foi Villa-Lobos. Claro que teve o apoio de Capanema, que era o grande Ministro da Educação, e do próprio Presidente Getúlio Vargas, que era um homem que tinha sensibilidade para a importância desses fatos. E outro exemplo admirável também do banqueiro Walter Moreira Salles, um financista, um homem que foi Ministro da Fazenda, que foi Embaixador do Brasil em Washington, mas que também tinha a sensibilidade para a importância do desenvolvimento cultural de nosso povo, e que, como disse Turíbio, ele promoveu um programa de educação musical para as crianças, os “Villa Lobinhos”, com recursos que não tinham incentivos fiscais, não. Saía do bolso dele e ele arrecadava de outros amigos para financiar esse movimento.

Então, esses exemplos são edificantes e são muito importantes no momento em que nós estamos aqui discutindo a questão da inclusão da música no currículo. E eu antes de dar a palavra ao próximo, eu quero registrar também a presença além daqueles que eu já citei, de Beatriz Sales, que é Chefe do Departamento de Música da UnB, e de Cláudio Coin(F) que é o

espala(F) da nossa orquestra sinfônica, representando a Secretaria de Educação do Distrito Federal.

Agradeço a presença de ambos, e passo a palavra então ao quarto dos nossos expositores, que é Murilo Hingel. Foi Ministro da Educação e hoje é Conselheiro do Conselho Nacional de Educação. Com a palavra o Dr. Murilo.

SR. MURILO HINGEL – Bom dia a todos. Eu cumprimento o Senador Saturnino Braga, que é o autor do Requerimento que propiciou esta Audiência Pública, cumprimento os meus companheiros convidados, gostaria de fazer um cumprimento especial ao Ministro Cristovam Buarque, a quem devo em grande parte a minha nomeação para o Conselho Nacional de Educação, quem sabe, abrindo um importante precedente, porque ex-Ministros em um Conselho Nacional de Educação, evidentemente, têm uma grande contribuição a oferecer.

Eu não preparei nenhum texto, porque eu fui comunicado na tarde de ontem que deveria estar aqui presente como membro do Conselho Nacional de Educação, representando o Sr. Ministro da Educação, Fernando Haddad. Mas, afinal, esta determinação de última hora ela se tornou muito importante, porque eu integro a Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, e faço parte da Comissão que exatamente nesse momento, está examinando a revisão e atualização das diretrizes curriculares para a educação básica. Não poderia haver um momento mais propício para que eu pudesse ouvir os convidados, três dos quais foram brilhantes na sua defesa da música nos currículos de educação básica. E certamente eu vou poder levar aos meus companheiros de Comissão, aos meus companheiros de Câmara de Educação Básica tudo aquilo que eu estou ouvindo aqui nesta Audiência Pública.

Queria também dizer que é a primeira vez que retorno ao Senado Federal depois de 12 anos, porque em 1993 e 94, eu estive muitas vezes no Senado Federal, exatamente na Comissão de Educação, discutindo com os Srs. Senadores sobre o Projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que havia nascido do Poder Legislativo. Que chegou a ser aprovado, esse Projeto de Lei, pela Câmara dos Deputados. Chegou a ser aprovado pela Comissão de Educação do Senado e de repente eu não sei dizer por que, talvez aí os historiadores possam buscar melhores informações, esse Projeto saiu de circulação depois de ter sido debatido por toda a sociedade brasileira em numerosos simpósios, conferências e encontros, e foi substituído por uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, que tem virtudes, mas que precisa ser revisa-

da e atualizada, porque dez anos depois ela se mostra inadequada à realidade da educação no Brasil.

Penso que se tornaria desnecessário dizer que eu comungo com as idéias dos que me antecederam. Assim como com as idéias do Senador Saturnino Braga ao propor essa Audiência Pública. Realmente, não há que discutir sobre a importância da educação musical na formação do cidadão, que afinal de contas, é o grande objetivo da educação em qualquer nível, em qualquer modalidade, em qualquer etapa, em qualquer situação.

Portanto, nisso nós estamos plenamente de acordo. Também quero dizer que nas oportunidades em que pude exercer um trabalho nessa direção, eu aproveitei essas oportunidades.

No Governo Federal nós tivemos ocasião de desenvolver o Programa Nacional de Atenção Integral às Crianças e aos Adolescentes, o PRONAICA, que construiu por todo o Brasil cerca de 450 centros de atenção integral à criança e o adolescente, e essas unidades educacionais eram unidades de ensino em dois turnos. Por conseguinte, criavam as condições para o trabalho com a música e assim também com os esportes, o lazer, o teatro, o cinema, e tudo mais, porque eram unidades de tempo integral. Eu insisto nesse dado porque eu acho que aí é que nós vamos encontrar alguns problemas para superar. E eu acho que eles são superáveis.

Além disso, naquela ocasião nós apoiamos financeiramente um programa muito interessante, e eu me lembrei dele por uma das fotografias aqui, umas transparências apresentadas pelo nosso músico Turíbio Santos, o Projeto Curumim. O Projeto Curumim era um Projeto complementar à escola, que oferecia ao aluno recuperação de estudos, e oferecia, além disso, esporte, música, teatro, dança e lazer. Desenvolveu-se especialmente no Estado de Minas Gerais, e continua existindo. Infelizmente não teve prosseguimento como uma ação governamental de política pública voltada para a educação. Embora o Projeto tivesse nascido na Secretaria de Esportes do Estado de Minas Gerais. E como Secretário de Educação do Estado de Minas Gerais, de 1999 a 2002, eu tive o prazer de desenvolver algo que me parece privilégio do Estado de Minas Gerais. O Estado tem na sua rede educacional, 11 conservatórios estaduais de música. Repito: Na sua rede educacional. São unidades que integram a Secretaria de Educação. E a essas unidades nós demos muito apoio construindo prédios próprios, equipando-as, e tornando-as, trabalhando em coordenação, um resultado bastante expressivo. Lembro que nos conservatórios estaduais de música de Minas Gerais, associa-se a educação básica, ensino fundamental e ensino

médio, portanto a educação regular com a educação musical. E na verdade, os conservatórios também trabalham com o tempo integral, porque os alunos vão em um turno diferente daquele em que as aulas são oferecidas para receber a educação musical.

Bem, falamos agora do nosso apoio, do nosso interesse. Agora, como fazer? É aí, sem dúvida nenhuma, que nós temos o nó a ser desatado. O que temos no Brasil? Nós temos na educação básica, e vamos nos voltar particularmente para o ensino fundamental, que é o único ensino obrigatório nos termos constitucionais, talvez fosse o momento de rever a Constituição é tornar obrigatório também a educação infantil e o ensino médio, mas o único obrigatório é o ensino fundamental. E imensa maioria de escolas brasileiras de ensino fundamental elas trabalham em tempo parcial. Na verdade, elas cumprem 200 dias letivos, que é o mínimo exigido, nem todas atingem a essa quantidade de dias letivos, com quatro horas de atividades escolares por dia. Isto é, 800 horas anuais. E nem todas escolas cumprem essa carga horária. Haja vista que Municípios de São Paulo que ainda tem muitas escolas diurnas que funcionam em três turnos. É claro que aí não é possível chegar às 800 horas de atividade escolar. Ora, se nós temos assim 20 horas de trabalho escolar por semana, quatro horas diárias de segunda a sexta-feira, porque nenhuma escola trabalha aos sábados a não ser em situações excepcionais, a carga horária a que o aluno está obrigado, ela é mínima. Na verdade, uma das menores do mundo. E nessa carga horária, nós queremos que o aluno aprenda português, matemática, história, geografia, ciências, sem contar o tempo destinado à educação básica, e eventualmente ao ensino religioso de oferta obrigatória, mas de matrícula facultativa.

Os sistemas de avaliação do ensino fundamental têm mostrado os resultados lamentáveis, conhecidos nacionalmente e internacionalmente. Que alunos que estão no quarto ano do ensino fundamental, na verdade, não sabem ler e escrever, e muitos dos que estão no oitavo ano do ensino fundamental são analfabetos funcionais.

Então, como tornar obrigatória a disciplina música? Não estou nem falando na educação infantil e do ensino médio. Estou falando do ensino fundamental. O que obrigaria a reduzir a carga horária de alguns dos outros conteúdos. Mas haveria uma outra alternativa? Eu acho que há uma outra alternativa. A primeira delas, é claro, nós temos que trabalhar para termos um ensino fundamental de tempo integral. Isso não há dúvida nenhuma. Isso tem que ser prioridade das políticas públicas de educação do Brasil. Porque é isso que vai tornar possível enriquecer o currículo e oferecer muito

mais. Mas enquanto nós temos quatro horas diárias de atividade escolar, o que fazer? A mim me parece, e eu trocava essa idéia com os outros convidados, um dos quais o João Guilherme Ripper, que ainda vai se manifestar, eu dizia que talvez uma forma fosse a de tornar obrigatória na educação básica a educação musical. Admitindo, porém, para a educação musical o agrupamento de alunos não por ano ou por série, mas segundo o seu interesse, a sua vocação, segundo a sua manifestação como, aliás, se recomenda para o ensino de línguas estrangeiras, como, aliás, se recomenda para a dança, para o teatro. Que os alunos vão ser agrupados não por estarem no segundo ano do ensino fundamental ou no sétimo ano do ensino fundamental. Mas por terem um mesmo nível de desenvolvimento, um mesmo nível de interesse.

Então, as escolas teriam que ter um professor de música. E esse professor teria que ter uma formação muito apropriada, não apenas para atender aos alunos vocacionados, mas também para despertar nos demais alunos o gosto pela música nas suas mais variadas manifestações, pois a música é um instrumento de valorização da nossa nacionalidade. Falou-se aqui em Heitor Villa-Lobos. O que mais poderia valorizar a nossa nacionalidade do que a música de Heitor Villa-Lobos? E o que mais pode despertar admiração pelo Brasil do que a música popular brasileira, os nossos grandes compositores?

Então, a escola teria que ter professor de educação musical, de música. Os alunos seriam enturmados e matriculados de acordo com o seu interesse, vocação e aptidão e de acordo com capacidade do professor de levantar a sua vontade de aprender música nas suas variadas manifestações.

Fica aí, portanto, uma sugestão. É claro que ao levar a Câmara de Educação Básica o que eu estou ouvindo ou o que eu estou dizendo aqui nesta Audiência Pública, certamente eu poderei defender uma posição como esta. Como esta é possível defender. Agora, ficará difícil defender a introdução da música como disciplina no currículo obrigatório da educação básica, particularmente do ensino fundamental. Muito obrigado.

(palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Obrigado demais nós ao aproveitar Murilo Hingel, que já se mostrou um aliado importante, na medida que como membro da Câmara de Educação Básica do Conselho, ele levará os pontos de vista aqui expressos, e que coincidem com os deles também para que seja modificado, enfim, a Legislação com a introdução do ensino de música.

Aproveito para fazer um comentário, antes de passar a palavra ao último expositor aqui, esta defesa que nós fazemos já era feita há 2500 anos por Platão. Na República Platão aconselhava... E ele dava conselho sobre todas as atividades do ser humano, ideais para a constituição de uma República ideal, mas a educação das crianças tinha que passar pela música. Não só pela matemática, que naquele tempo era aritmética e geometria, pela fala e pela escrita, pela retórica e pela música. Que dizia ele, que a música é importantíssima para a formação da inteligência, do sistema nervoso que efetivamente é, hoje se constata isso. Naquele tempo era uma intuição de Platão, uma observação, e naturalmente a ginástica, o atletismo, que era a complementação do corpo às virtudes do espírito que eram formadas na infância.

Então, agradecendo muito ao Prof. Murilo Hingel, que também fez a referência a Villa-Lobos, que é uma marca extraordinária do Brasil, e eu vou aproveitar também para passar uma informação que eu escutei na Confederação do Comércio no Rio de Janeiro, há pouco tempo atrás. A Confederação do Comércio fez uma pesquisa para aconselhar aos exportadores brasileiros a levar junto com seus produtos uma tática de *marketing* que tornasse os produtos brasileiros simpáticos à receptividade no mundo. E fiz uma pesquisa sobre qual a face dos brasileiros mais simpática aos povos do mundo inteiro. É claro que essa pesquisa foi feita na Europa e nos Estados Unidos. E surpreendentemente todo mundo esperava que fosse o futebol. E surpreendentemente foi a música.

Quer dizer, então a Confederação passou a aconselhar aos exportadores brasileiros que fizessem o *merchandising* do seu produto junto com alguma coisa que levasse à música brasileira, porque a música era a mais bem recebida de todas as atividades desenvolvidas no Brasil de nossos dias. A música realmente... A Prof^a. Liane fez uma referência à capacidade da música, a capacidade de desenvolver a sociabilidade, a confraternização, e evidentemente a paz.

Eu também quero lembrar um episódio, um episódio histórico que até faz parte de um filme que está sendo esses dias lançado no Rio de Janeiro, um filme que se passa na I Grande Guerra Musical, de 14 a 18, aquela guerra que era uma guerra de fronteiras onde os inimigos ficavam de uma distância que não era muito grande, entrincheirados, e o que pusesse a cabeça fora da trincheira era fuzilado, metralhado, então, ficava aqueles impasses. Era uma guerra que acabou não... Levou muito tempo num impasse de trincheiras, e na noite de Natal de 1917, um soldado alemão, da sua trincheira, começou a cantar *Stille Nacht*. Noite feliz, noite silenciosa. *Stille Nacht*... Eu

me emociono até lembrando desse episódio. E imediatamente os franceses e os ingleses do outro lado começaram a cantarem juntos. E levantaram-se das trincheiras. E os soldados saíram de suas trincheiras e foram confraternizar. Abraçaram-se, desejaram Feliz Natal, e voltaram para as suas trincheiras e continuaram à guerra. Mas a música teve esse condão, esse enfeitiçamento de levar o sentimento da paz, da fraternidade, da humanização do ser humano. Isso é um episódio absolutamente único, talvez, na história de todo mundo, mas que tem essa importância e que mostra o que a música é capaz de fazer nas almas ou na vibração das almas dos seres humanos.

Bem, eu já falei demais, vou passar aqui a palavra ao último expositor. João Guilherme, compositor e Diretor da Sala Cecília Meireles, a grande sala musical da minha cidade do Rio de Janeiro. Com a palavra o professor.

SR. JOÃO GUILHERME RIPPER – Muito obrigado, Exm^o. Sr. Senador Roberto Saturnino, Presidente da Subcomissão, Exm^o. Sr. Murilo Hingel, representante do Ministro da Educação, Júlio Linhares, Secretário da Comissão de Educação do Senado, Senadores aqui presentes, demais membros que compõem essa Mesa, senhoras e senhores.

Nos últimos sete anos tive a oportunidade de dirigir duas instituições que atuam nas áreas de educação e produção musical. Primeiro, a Escola de Música da UFRJ, que dirigi de 99 a 2003, depois a Sala Cecília Meireles, que é uma das principais salas de concertos do País, e que dirijo desde 2004. Em ambas as situações pude perceber que a falta de ensino musical nas escolas afeta tanto aqueles que desejam ingressar na profissão como os seus futuros ouvintes. A música de concerto é tida como elitista e inacessível, quando, na verdade, falta na maior parte dos casos conhecimento básico para apreciá-la.

Atualmente pode-se considerar que a educação musical de crianças e jovens está restrita a meritórios programas sociais e educativos, alguns dos quais com excelentes resultados, como acabaram de mostrar Turíbio Santos. Algumas das imagens que vocês viram foram de um concerto recentemente realizado na Sala Cecília Meireles com excelente afluência de público, e o resultado emocionante desse trabalho feito pelo Museu Villa-Lobos, dirigido pelo Turíbio.

A educação musical, entretanto, deveria ter uma existência muito mais abrangente em nossa sociedade, porque a música é a própria essência da nossa civilização. A educação musical não visa à formação de profissionais, apenas, mas de um público capaz de usufruir o imenso patrimônio que foi construído em sua maior parte no decorrer dos últimos quatro

séculos, e que se constitui uma das maiores provas do gênio humano.

Aaron Copland, compositor americano do Século XX, fala em livro “MÚSICA e imaginação”, de ouvintes talentosos. Ouvintes talentosos são pessoas que são capazes de abordar gradativamente um repertório musical cada vez mais amplo e explorar relações sonoras cada vez mais complexas. Em minha opinião, esses ouvintes são co-responsáveis pela evolução da arte musical juntamente com os compositores e intérpretes que revolucionaram a arte da música. Não há como separar as inovações de Arnold Schönberg da rica vida musical vienense do início do Século XX, onde cada residência abrigava um piano, onde a música fazia parte da formação de todo jovem.

No Brasil, como bem colocou o Turíbio, o impacto do canto orfeônico de Villa-Lobos e do SEMA na formação musical de toda uma geração, proporcionou uma grande efervescência nos anos 50, 60 e 70, inclusive com a intensa participação do público em festivais de música contemporânea, como as bienais de Música Brasileira Contemporânea e os festivais de música nova de Santos, em São Paulo.

A iniciativa de Villa-Lobos ainda se reflete hoje nas cabeleiras grisalhas que freqüentam as salas de concerto. Mas quem irá substituí-las?

Eu passo a relacionar pontualmente as minhas principais observações quanto às conseqüências da supressão da disciplina educação musical do ensino fundamental, conforme pude perceber no exercício das direções da Sala Cecília Meireles e da Escola de Música da UFRJ. Elas representam dois lados da situação: A formação musical do ouvinte e a formação musical encaminhada à profissão. Então, eu começo pela Escola de Música da UFRJ. São observações de caráter pessoal num universo restrito, mas que podem ser até um determinado ponto, generalizadas. Existiu no decorrer da minha vida de estudante até a minha vida profissional uma redução da procura pela carreira de músico. Ela passou a ser menos procurada, sobretudo nas áreas de composição e regência. Existiu também uma mudança do perfil sócio-econômico dos alunos. Antigamente nós tínhamos uma clientela na escola de música muito mais ampla. Ela era formada por estudantes da classe média e estudantes de baixa renda que vinham através das bandas do interior e que vinham também de igrejas evangélicas.

Hoje em dia nós notamos também uma pouca preparação cultural e humanística dos alunos. O que eu reputo também à falta de educação musical no ensino básico. Existiu também uma mudança da origem geográfica dos alunos. Hoje em dia existe muito pouca procura pela carreira musical de estudantes da classe

média. Existe muito mais de estudantes que moram na periferia e que são egressos desses movimentos sociais educativos e também de igrejas evangélicas que vão procurar a formação superior na escola de música.

Eu acho que existe também uma ausência de escuta crítica ou seletiva, sobretudo, em relação à música comercial. Hoje em dia nós somos bombardeados por uma música comercial de baixa qualidade e que o aluno ou o jovem, em geral, ele é pouco crítico, ele é pouco seletivo em relação a isso. Eu também reputo isso à ausência da educação musical no ensino básico.

Existe também uma procura do músico por trabalhos mal remunerados, ainda na fase de formação. Isso nós notamos pela ausência do músico nos concertos. O músico em formação não assiste a concertos. Não existe a concertos por dois motivos: Primeiro, porque ele mora longe. Ele tem dificuldade de transporte, o transporte acaba sendo oneroso para ele vir assistir concertos na Sala Cecília Meireles no Teatro Municipal, e o outro motivo é que ele, para poder ganhar alguma coisa, ainda em fase de formação, ele começa a frequentar orquestras jovens, que tem uma pequena bolsa. Então, como tem uma pequena bolsa, ele frequenta três. Ele troca em três ou quatro orquestras jovens. Então, ele não pode participar de palestras, não pode participar de concertos, *master class*, e ele também mal participa da orquestra universitária, que é uma orquestra mais de formação. Na Sala Cecília Meireles eu notei o outro lado da moeda. A redução da fluência de público jovem aos concertos. Nós temos na Sala Cecília Meireles uma política de ingressos a um real para estudantes das escolas de música. São fileiras específicas. Eu não consigo, na maior parte dos casos, encher essas fileiras. Os alunos não comparecem aos concertos. Fiz uma enquête, uma pequena pesquisa. A resposta é... Está no quadro anterior. Eu não posso vir porque eu tenho a orquestra tal, tal e tal que eu tenho ensaio. Então, as terças, quintas e sábados ele toca na orquestra X. Nas segundas, quartas e sextas na orquestra Y. Ele ainda tem que dar conta dos trabalhos escolares... Então, ele não pode comparecer ao concerto. O aluno de música não vai ao concerto. Por conta disso, a ineficiência da política de ingressos populares para estudante de música, não tem sido, e é uma autocritica que nós fazemos, não tem sido eficiente essa política. Falta de acesso à música. Isso, em geral, não só com alunos de música, mas falta de acesso do jovem aos concertos. E o concerto é um bem cultural. Justificativa da apresentação musical. Quer dizer, o que é que acontece? Nós só conseguimos ter apresentação musical quando ele é vinculado a uma

ação social e educativa. E a ausência, mais uma vez, da escuta crítica em relação à música comercial.

O objetivo da educação musical é contribuir para a capacitação do indivíduo com vistas ao pleno exercício da cidadania. Acredito que dentre as definições de cidadania, algumas delas contemplem o pleno acesso aos bens gerados pela indústria cultural. E aqui eu faço uma distinção entre cultura e entretenimento. Indústria cultural, bens de qualidade. Não adianta uma política de ingressos a preços populares quando não há público que possa usufruir.

A educação musical não cria apenas pessoas capazes de assistir a um concerto ou uma ópera, mas também beneficia o aprendizado em outras áreas, como a matemática. Afinal, música é a proporção matemática traduzida em ritmo e som. Teremos também ouvintes mais críticos e seletivos que identificam na indústria de entretenimento produtos de melhor qualidade.

Como mencionou o Prof. Sérgio Figueiredo, os cursos de licenciatura e educação artística estão felizmente sendo substituídos por aqueles de licenciatura em música. Universidades no Brasil seguem esse caminho, estão preparadas para atender à demanda das escolas em busca de professores qualificados. Acredito que com a participação de profissionais formados especificamente para esse fim, conseguiremos oferecer uma educação musical de qualidade.

Usando aqui uma imagem do Senador Roberto Saturnino, eu acho que é hora de nós sairmos das nossas trincheiras, e sairmos cantando em prol da educação musical desse País. Será uma verdadeira revolução na vida cultural do Brasil. Muito obrigado.

(palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Obrigado, João Guilherme Ripper, pela sua exposição. Desnecessário ressaltar a alta qualificação e a riqueza das exposições aqui trazidas.

Eu vou passar então a palavra aos Senadores que quiserem... Já tem aqui dois Senadores inscritos. Vou apenas pedir licença para registrar a presença do Maestro Emílio de César, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Regentes, Coro e Orquestras. Obrigado pela presença aqui, muito prestígio, e a palavra então vou passar ao Senador Cristovam Buarque, ex-Ministro da Educação, e ex-candidato à Presidência da República, com uma belíssima campanha desenvolvida em torno da questão da educação, enfim, uma pessoa que sempre tem muito a nos dizer.

Com a palavra... Ah, um momento. Eu peço, porque o Secretário me avisa e eu esqueci de fazer uma referência ao Prof. Murilo Hingel referiu-se à importância do ensino em tempo integral, ensino básico em tempo integral. Esta Comissão do Senado, há uma semana

ou duas semanas atrás aprovou um Projeto instituindo a educação básica em tempo integral.

(palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – E o Relator desse Projeto foi exatamente o Senador Cristovam Buarque, a quem passo a palavra.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – E fazendo justiça ao autor, foi o Senador Marcos Guerra.

Bem, Sr. Presidente, em primeiro lugar eu queria lhe agradecer por essa manhã aqui, esse trabalho tão insosso do Congresso a gente ter uma manhã para ouvir músicos, professores de música defenderem a música é algo fundamental. Eu não consegui pensar aqui Júlio o argumento deveria fazer uma sobre poesia. Precisamos encontrar um pretexto para fazer isso. Ao mesmo tempo, eu fico feliz de ver o ânimo como vocês vêm aqui defender algo fundamental.

Era o próprio Einstein que dizia que a imaginação é mais importante que o conhecimento. Não há imaginação sem música. Música e literatura são as duas pernas da imaginação. E não adianta querer ter uma boa educação sem dar imaginação às nossas crianças. Sem falar do prazer estético, sem falar da beleza, sem falar do usufruir da música. Então, é óbvio que música tem que estar como uma disciplina obrigatória na educação. Não é possível não estar. Português tem que estar, matemática tem que estar, música tem que estar. O que a gente tem que discutir é por que não está e como fazer para que venha. Três coisas eu acho que fizeram com que não tenha. Uma é que a gente abandonou a educação. O segundo é que a gente seguiu a educação, e o terceiro é que a gente mercantilizou a educação.

Eu vou começar pelo último. A Profª. Liane fez uma bela defesa. Mas inclusive usou um argumento que parece de nós políticos. Quando a gente quer conseguir, usa os argumentos dos outros, quando a senhora disse que a música pode vir a ser uma boa *commodity* para a exportação. Ao mesmo tempo eu lhe felicito por ter tido essa argúcia retórica, eu fico triste que a gente, para defender a música, precisa dizer que ela é uma *commodity*. Daqui a pouco vai ter gente justificando as igrejas que criam, porque a gente vai poder exportar religiões. Aí Deus virou uma *commodity*. E não está longe de ser usado como justificativa disso. Então, nós mercantilizamos. E de fato, a música não é, no processo educacional, um instrumento que ajude a dar emprego para criança. Claro que muitos vão ter talento, mas para todos é importante. As pessoas não percebem isso. As pessoas acham que um curso de digitação é mais importante que um curso de tocar

piano. Os teclados... Um é mais utilitário do que o outro. E a gente tem que perder isso. Porque a longo prazo, é burrice não ensinar música. Mesmo do ponto de vista utilitário. Aquele que aprende música, ele desenvolve melhor a sua aptidão nas outras áreas. Muitos acham que dificilmente Einstein teria formado a Teoria da Relatividade se ele não tocasse violino, mesmo que sem ser um grande músico, obviamente. Grandes músicos são raros, como grandes jogadores são raros, de futebol. Mas todos jogam futebol, e é importante.

Então, primeira coisa é essa, trazer a idéia de que educação é mais do que uma profissão. Então, você aprende música não para ser um profissional de música, mas para ser um bom profissional em qualquer área e para ser um bom cidadão e para usufruir do mundo. Segunda é a segmentação, a gente tem que voltar à idéia de que cultura e educação têm que estar juntos. Juntas. Não é possível a gente achar que cultura é uma coisa e educação é outra. Mas hoje se passa essa idéia. Não há como ter uma boa educação sem ter cultura lá dentro da escola. E também não há como ter o desenvolvimento cultural pleno, salvo alguns gênios sem a gente poder fazer com que a educação seja um setor fundamental.

E aí vem a outra coisa, o abandono. A educação já teve canto orfeônico. Eu tive canto orfeônico. Porque era para poucos. E como a educação era para poucos, a gente dava importância a ela. Era para a elite, para a aristocracia. Os poucos que conseguiam vagas nas universidades públicas, raríssimas, mas eram boas. O Colégio Dom Pedro II sempre foi uma excelência. Mas Dom Pedro fez aquele colégio para os pouquinhos dos filhos dos seus amigos, dos filhos da Corte. (soa a campainha) Quando ela ficou para todos, imediatamente nós abandonamos. Entregamos ao Município. O Município, sim, é que tem que gerenciar. Mas não é quem tem que ter a responsabilidade. Primeiro porque as nossas cidades são muito desiguais. E uma criança não tem culpa de nascer numa cidade ou na outra. Hoje no Brasil o futuro de uma criança depende de uma cidade dela. Então, tem que nacionalizar a educação. Era Getúlio que a gente falava. Hoje se a gente for comentar sobre educação, a gente vai comentar do Governador, e não do Presidente. O Presidente tem nada a ver com a educação hoje no Brasil. A não ser as universidades, que são federais, e as escolas técnicas. Tem, nacionalizar a educação. Deixando a gerência para o Prefeito.

Aíás, aí eu sou radical. Eu defendo até que a gerência pode ser dos pais e dos professores. Não precisa nem ser do Estado. Agora, o padrão é nacional. Os recursos são nacionais. Não pode ser só locais. E aí fazer integrá-lo à escola. Não há dúvida, não há como

ensinar. Não só música, as outras coisas todas necessárias sem ser integral. A classe média resolveu o seu problema. O menino sai às quatro lá da escola, aí põe no carro, e leva para estudar música não sei aonde, balé não sei aonde, inglês não sei aonde, francês, ginástica, judô... Então, inventaram a escola em horário integral partida. Espalhada. Termina-se gastando um dinheirão de transporte. Criando neuroses, raiva dos meninos de se locomoverem tanto quando podia ser na própria escola.

E aí eu quero concluir dizendo: O caminho da gente, a meu ver, para forçar o ensino médio e fundamental em horário integral, para ter música, é criar a demanda. O que é necessidade não se realiza. O que é demanda se realiza. Enquanto não é obrigatório o ensino médio, os Governadores ficam na deles. Não é obrigatório, não fazem. E os pais não procuram. Quando for obrigatório, os pais vão procurar. No começo, alguns. Aí será obrigado a fazer. Uma criança numa calçada de uma escola necessita dentro da escola a demanda. Quando você põe uma criança que está na calçada dentro da escola, não tem cadeira para ela, não tem professor para ela, não tem merenda para ela... Mas vai aparecer. Porque ela passa a demandar. Só que no Brasil demandam aos poucos. Os outros necessitam. Tem que transformar a necessidade em demanda. Como? Fazendo leis que obriguem o Estado a dar aquilo que as pessoas necessitam e não tem a demanda. Ou porque não tem o dinheiro, como resolve privadamente a classe média alta, ou porque não têm uma lei que lhe garanta.

Então, vamos aprovar, sim, essa lei, antes mesmo de haver horário integral. Porque ela é um instrumento para viabilizar o horário integral. E outras leis desse tipo.

Então, Senador Saturnino, meu amigo, eu lhe agradeço essa manhã. Foi uma bela manhã, e vamos fazer com que ela seja conseqüente. Que ela não seja só como ir ao concerto, e sair deslumbrado, que já é uma grande justificativa, mas vamos fazer com que ela tenha utilidade.

Eu já saio deslumbrado. Mas não me contento com o deslumbramento. Eu quero ter uma transformação do mundo a partir disso aqui. Vamos levar rapidamente o Projeto obrigando o ensino de música. E aí que se consiga dar o tempo necessário. No começo até vão tirar uma disciplina e pôr música. Tá bom. Não faz mal, no começo. *(palmas)* Mas aí as pessoas não vão querer isso. Aí, aqueles que ficarem sem uma disciplina, vão lutar para que essa disciplina não desapareça. E aí a gente termina fazendo o que os outros Países já fizeram, que é ter horário integral para todas as crianças desse País com música e outros instrumentos e outros

valores e outros conteúdos fundamentais na formação de um cidadão e de uma pessoa.

(palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Muito obrigado, Senador Cristovam. Antes de passar a palavra a palavra ao próximo Senador, que é o [Geraldo Mesquita](#), eu vou propor a Comissão, aos Senadores da Comissão que a Comissão tome o encargo e a responsabilidade de produzir um Projeto de Lei que naturalmente consulte os expositores que aqui estiveram sobre a forma, mas um Projeto de Lei nesse sentido. E peço... Apelo ao Senador Cristovam que seja, enfim, o coordenador desta iniciativa da Comissão, de produzir um Projeto desta natureza.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)

– Está aceito. Na próxima reunião o senhor vai ter esse Projeto.

(palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Com a palavra então o Senador Geraldo Mesquita.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR

(PMDB-AC) – Acho até, Senador Saturnino, que a elaboração do Projeto, Senador Cristovam, deve merecer posteriormente uma nova reunião com esse grupo que está aqui, para que a gente discuta o Projeto coletivamente.

Eu não sei... Olha a grande coincidência. Hoje a gente está aqui reunida com pessoas importantes no mundo da música, no mundo da arte, da cultura do nosso País. E hoje, Senador Buarque, se comemora, salvo engano, o dia universo da música. Eu não sei se o Júlio fez isso de propósito, de marcar a audiência hoje. Talvez tenha sido porque ele é vivo que é danado.

(risos)

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR

(PMDB-AC) – Mas uma grande coincidência, e uma coincidência feliz. Aqui no Senado, Profª Liane, aqui no Senado nos momentos solenes, se fazem acompanhar da presença do nosso coral. Desse momento aqui. Acho que foi uma falha nossa, viu Júlio? Falha sua. Agora lhe atribuí o mérito, vou lhe atribuir uma falha. O coral do Senado deveria ter sido convidado para participar dessa audiência. Porque acho que é um momento de fundamental importância para a música, para o Senado Federal. Então, na próxima audiência, Senador Buarque, o Júlio já fica intimado a convocar o... E convidar os integrantes do coral do Senado para participar dessa nossa audiência aqui.

Senador Saturnino disse que eu falo muito, eu vou tentar reduzir aqui a... Veja com muita atenção, eu ouvi a exposição de cada um dos senhores e da

senhora. Tive... Essa audiência me deu a grata satisfação de sem demérito aos demais, mas rever o Turíbio. O Turíbio não tem a obrigação nenhuma de lembrar de mim, mas eu tenho o dever cívico, inclusive, de lembrar do Turíbio sempre, em todos os instantes, até quando eu ouço os discos dele. Porque acerca de 30 anos atrás, eu levei o Turíbio lá na minha terra, no Acre, não sei se ele está lembrado... (risos) Através da FUNARTE, Lembra Turíbio? Ele foi lá e extasiou os acreanos, deu lá alguns concertos. O Turíbio, como muitos músicos brasileiros, hoje ele cumpre um papel importante. É professor de uma universidade, mas é daquelas pessoas que devia viver numa campânula de vidro. Entendeu, Turíbio? A imagem que eu tenho das pessoas como você, de muitos e muitos músicos, alguns inclusive anônimos que a gente tem por esse País afora. Vocês deveriam estar numa posição em que todo dia a gente reverenciasse pelo que vocês nos dão, pelo que vocês... Pela mensagem que vocês promovem nos nossos corações. Eu fiquei empolgado agora com a elaboração desse Projeto. Antes da fala do Senador Buarque, e aqui... Olha o meu atrevimento, eu vou discordar do Senador Buarque. Eu achei fantástica a idéia do *commodity*. (risos) Eu achei. Sabe por que, Senador Buarque? Eu não vejo incompatibilidade nenhuma, na prática da música, na cultura, e a gente ganhar uma grana com isso. Não vejo nenhuma incompatibilidade. Achei ótima a idéia da *commodity*. E antes do Senador Buarque falar, eu estava aqui colocando no papel, se eu fosse elaborar um Projeto dessa natureza, eu faria (soa a campainha) segundo quatro pontos fundamentais aqui. O Projeto teria a chamada principal de introduzir a música na grade curricular do ensino público do nosso País no prazo de... Um prazo que nós estipularíamos para cumprirmos três outras obrigações.

A primeira: Uma preocupação da Profª. Liane, formação de professores com capacidade específica. Nada de multidisciplinariedade. A segunda, já foi lembrado aqui que semana passada nós aprovamos um Projeto de autoria ou da relatoria do Senador Marcos Guerra para que as escolas de ensino fundamental adotem o período integral. Acho fantástico isso. Então, isso faria parte também. Seria uma condição para que essa introdução da música na grade curricular fosse objeto da preocupação desse Projeto. E a terceira condição é que... Aí eu concordo com o meu professor, Senador Cristovam Buarque. Que a música fosse adotada como uma disciplina básica e não complementar. Eu devo dizer, inclusive, para ilustrar o que eu estou falando, eu estudei... Aqui em Brasília, por exemplo, na década de 60, meu pai era Deputado Federal e eu tive que morar aqui um período. Estudei, fui aluno da Profª. Neu-

za França, a quem eu rendo homenagem, professora de música, na época que eu estudava no ginásio. Foi uma pessoa muito importante, e eu estudava música. Tínhamos coral, tínhamos atividade de toda sorte na área da música. Estudávamos as matérias que são consideradas importantes: Matemática, física... Física, eu não me lembro de absolutamente nada de física. Nunca me serviu para nada, na verdade. Pode ter servido para algumas pessoas, mas para mim nunca serviu para coisíssima nenhuma. Mas a música, o pouco que eu tive contato com a música, me proporcionou aqui... Desculpem a falta de modéstia, me proporcionou grandes amizades, me proporcionou... Eu desafio aqui quem me diga que os momentos de maior deleite na vida não tenham sido passados sob o som de alguma música. Desafio aqui quem me diga isso. Os meus também foram. E música me impregnou. Faz parte da minha razão de ser, inclusive. Sem brincadeira. Eu me atrevi, inclusive, a... Sou compositor de banheiro... (risos) A física nunca me proporcionou absolutamente nada. Mas a música me proporcionou.

Portanto, a minha defesa para que a música seja considerada uma disciplina básica. De formação básica. E como diz o Prof. Buarque, se a gente tiver que tirar uma outra matéria, uma outra disciplina da grade, que a gente tire. Isso aí não me causa nenhuma espécie. Portanto, está aqui o esqueleto daquilo que seria um Projeto, se eu fosse apresentá-lo. Agora, eu me submeto à coordenação do Prof. Buarque e vou sugerir aqui que alguma coisa nesse sentido seja adotada.

Portanto, o Projeto... Digamos, a introdução da música na grade curricular num determinado prazo, Senador Buarque, porque é como diz o Prof. Murilo: Não adianta a gente instituir sem ter as condições básicas para tal. Então, formação de professor com capacidade específica, um grande programa de formação de professor; Adotar o período integral, pelo menos nas escolas de ensino fundamental; e considerar a música como paulina básica do currículo escolar. Está aqui o esqueleto do Projeto, e eu quero dizer para vocês que eu estou muito feliz hoje aqui de ter tido a oportunidade de ouvi-los. Muito obrigado.

(palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Obrigado, Senador Geraldo Mesquita. Eu vou concordar inteiramente com V.Exª de que a música é mais importante na formação do ser humano do que a física. (risos) Mas vou lembrar também que Arquimedes estava numa banheira, tomando banho, quando teve a intuição da Lei da Hidrostática, e foi um grande avanço na física naquele tempo. (risos)

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – (pronunciamento fora do microfone)...

O Senador Botelho que ele provavelmente deveria estar ouvindo uma música.

(risos)

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Provavelmente. Seria isso mesmo. Bem, já que não há mais Senador inscrito, eu vou passar a palavra a cada um dos expositores para fazerem as suas considerações finais. A começar pela Profª Liane Hentschke.

SRA. LIANE HENTSCHE – Muito obrigada, Srs. Senadores. Realmente é um prazer tê-los ouvido, e esses relatos e... Professor Cristovam realmente minha admiração é de longa data pelo seu trabalho.

Eu realmente hoje com a experiência profissional não só no Brasil, como a internacional, como eu disse, nós temos 80 Países membros, eu tenho trabalhado com a indústria internacional diretamente envolvida com a educação musical, e tenho sido um dos fatores que tem motivado muitos Países pela defesa da educação musical.

Nos Estados Unidos, quem vai ao Senado não são educadores musicais, é a indústria, porque eles têm um cálculo muito claro que se houver música na escola, qual é o índice de emprego, de geração de emprego, de consumo de instrumento, etc. Na China a mesma coisa. Na China é obrigatório o ensino musical desde o início.

Então, eu não vejo em primeiro lugar como um demérito, digamos assim, inicialmente. E também não vejo como excludentes os argumentos da educação musical com uma base filosófica, estética e humanista, e uma parte, digamos, comercial. Eu acho que aí está um potencial que o Brasil pode explorar. E tanto quando... Daí eu falo da minha presença, negociando com grandes empresas de instrumentos americanas, com premiações para a criação de premiações internacionais, e eu ouço o relato deles dizendo que eles não têm interesse nenhum na América Latina, que o foco deles no mercado está na Ásia e na Europa.

Então, é lamentável ter ouvido isso de muitas fontes. Nós não temos tido a competência de mostrar do que nós somos capazes. De produzir, de exportar e de mostrar ao mundo. Então, esse é o relato que eu trago, nessa minha experiência oito anos já nesse cenário internacional, e muitos anos aqui no Ministério, e há mais de 15 anos advogando a causa da educação musical.

Eu tenho a vocês agradecer muito. Peço muitíssimo, que quando for o momento da redação de qualquer documento, que sejam consultados os profissionais da área. Não necessariamente os mesmos. Nós temos excelentes profissionais no Brasil, nas universidades,

(soa a campainha) que sejam realmente então consultados esses profissionais.

Agradeço imensamente a você, ao Ministro, ao Senador Roberto Saturnino por essa oportunidade ímpar de nós estarmos aqui falando sobre educação musical. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – A palavra agora ao Prof. Sérgio Figueiredo.

SR. SÉRGIO LUIZ FERREIRA DE FIGUEIREDO – Quero dizer que eu saio dessa audiência extremamente feliz de ver que essa causa já foi abraçada. Ela foi iniciada, tem um longo processo, tem uma história até a chegada nesse momento, e a gente tinha uma expectativa muito grande que esse resultado acontecesse, e ele está aqui configurado na palavra dos Senadores, e esse Projeto vai acontecer.

Então, também coloco à disposição a experiência da Associação Brasileira de Educação Musical, que há 15 anos tem batalhado pela presença da música na escola. Então já temos alguns materiais acumulados e temos uma experiência que gostaríamos muitíssimo de dividir e de poder contribuir para que esse processo se torne um fato, e que ele saia mesmo do papel e chegue na escola no tempo que for possível, no tempo que for previsto como um tempo adequado para a implantação da música na escola. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Muito obrigado ao professor, e passo a palavra agora ao Turíbio Santos.

SR. TURÍBIO SANTOS – Também quero agradecer a todos. Foi uma manhã muito emocionante. Apreendi muitíssimo não só aqui no Plenário como lá dentro com o Prof. Murilo Hingel, que deu uma verdadeira aula sobre os problemas da música no Brasil. E fiquei muito emocionado com a sua lembrança. Isso de vez em quando me acontece. 30 anos atrás, 40 anos atrás. Até 40 anos atrás. Mas aí fica meio apavorado. Caramba! Já estou ficando bem velhinho. (risos)

Em suma, eu acho que esse Projeto vai para frente. Pelo entusiasmo que eu vejo, principalmente dos Senadores, porque o entusiasmo do lado de cá, nós sabemos que ele é muito forte. Mas ver refletido do lado daí eu acho uma vitória essa manhã. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Agora o Dr. Murilo Hingel.

SR. MURILO HINGEL – Eu quero repetir, como outros que me antecederam, que essa manhã já agora começando à tarde, foi para mim de grande satisfação. Satisfação pessoal porque eu sou um admirador da música. E certamente devo muito à música. No meu discernimento, na minha apreciação, até na minha vi-

são de mundo. Então, eu me sinto em casa. E a minha alegria ainda se amplia porque eu vou poder levar a Câmara de Educação Básica à Comissão Especial que está tratando das diretrizes curriculares para a educação básica, tudo o que eu ouvi aqui da parte dos Senadores e da parte dos convidados.

O estabelecimento de diretrizes curriculares é uma atribuição do Conselho Nacional de Educação. Nada impede que o Poder Legislativo do Brasil aprove uma lei que se colocará acima da competência do Conselho Nacional de Educação dizendo alguma coisa sobre música e educação musical, como já se fez anteriormente para outros aspectos que introduziram mudanças na LDB por força de leis aprovadas pelo Congresso Nacional.

Certamente isso para o Senador Mesquita, apenas a título de contribuição, é que nós não trabalhamos sobre grade curricular. Nós trabalhamos sobre diretrizes curriculares. Porque, na verdade, a grade curricular, ela vai se concretizar a nível de escola. Mas é claro que se música é um conteúdo obrigatório, a grade curricular lá embaixo terá de contemplar um tempo especial para a música. *(soa a campainha)* Muito obrigado a todos pelo que eu aprendi aqui nessa manhã.

(palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Obrigado, Dr. Murilo. E agora João Guilherme Ripper.

SR. JOÃO GUILHERME RIPPER – Eu faço minhas as palavras dos membros dessa Mesa. Realmente foi uma manhã muito especial, e eu creio que posso dizer histórica para a música desse País.

Eu gostaria de congratular o Felipe Radicetti e a Cristina Saraiva por terem feito essa articulação desse movimento que já há algum tempo acontece no meio musical com essa Casa. Eu gostaria de agradecer muito a acolhida de todos nós pelos Srs. Senadores, e eu acho que os elementos para o sucesso dessa empreitada estão aqui. Estão presentes.

Nós já temos a aprovação do horário integral, que é muito oportuno. Uma série de coincidências que a gente vê que o sucesso está aqui porque existe uma série de coincidência. A aprovação do horário integral, a primeira delas. As Universidades Federais estão hoje capacitadas para atender a demanda na formação de profissionais especificamente nessa área. Na escola de música da UFRJ, eu transformei um curso que era genérico, educação artística, em um curso especificamente em formação de professores de música. Porque é uma demanda crescente.

E, portanto, nós contamos com os Srs. Senadores para que nós possamos realmente chegar ao fim, ao bom termo nessa batalha. E não bastasse tudo isso,

como bem lembrou o Senador Geraldo Mesquita, hoje é dia de Santa Cecília. Muito obrigado.

(palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Muito obrigado. Bem, vamos chegando ao fim, e desnecessário repetir o que todos já disseram. Foi uma manhã realmente extraordinária e muito especial desta Comissão, e da própria Casa, Senado Federal, e para o mundo da música brasileira de um modo geral. Quero dizer apenas que o nosso Secretário Júlio Linhares aceita a crítica da falta do coro. Entretanto, ele diz que há músicos tocando lá no salão principal do Senado, e, enfim, ele não descuidou tão completamente assim *(risos)* da preocupação do Senador Mesquita.

Aqui me chegou às mãos uma manifestação do Núcleo Independente dos Músicos, cumprimentando a Comissão de Educação e Cultura do Senado pela aprovação do Projeto do Tempo Integral para o Ensino Básico, com assinatura de Alexandre Negriske(F), Cristina Saraiva, Dalmo Mota, Felipe Radicetti, Fernanda Abreu, Francis Hime e Ivan Lins.

Agora, tive conhecimento de que o Felipe Radicetti tem um outro manifesto ainda mais amplo que ele... Pediria então que ele nos trouxesse este outro...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – *(pronunciamento fora do microfone)*

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – O Felipe Radicetti nos traz um manifesto já com mil assinaturas, e diz ele que essas mil já estão se acrescentando para mil e cem mil e duzentos... Enfim, do mundo da música e do mundo da cultura de um modo geral, exatamente um manifesto pela implantação do ensino da música nas escolas brasileiras.

De modo que é mais uma manifestação de grande importância para nós Senadores sobre esse tema que foi objeto da nossa Audiência Pública de hoje.

Quero então manifestar também o meu regozijo, agradecer a presença de todos e especialmente dos expositores, e declarar encerrada a Sessão.

(palmas)

(Sessão encerrada às 12h43)

Ata da 4ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 28 de novembro de 2006.

Às doze horas e cinquenta e sete minutos do dia vinte e oito de novembro de dois mil e seis, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência Eventual, do Senhor Senador Roberto Saturnino e com a presença dos Se-

nhores Senadores Jonas Pinheiro, Cristovam Buarque, Flávio Arns, Eduardo Azeredo, Mozarildo Cavalcanti e Antônio Carlos Valadares, reúne-se a Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Marco Maciel, Lúcia Vânia, Wellington Salgado de Oliveira e Valdir Raupp. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente Eventual, Senador Roberto Saturnino, submete à Subcomissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a deliberação da Pauta. **Item 01: Requerimento nº 004, 2006-CESCT**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Augusto Botelho e Roberto Saturnino que, “De acordo com o que preceitua os arts. 90, II, V, IX e XI e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requero a realização de Audiências Públicas, no âmbito desta Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia sendo a primeira conjunta com a Comissão de Educação, para iniciar os debates sobre uma das áreas mais promissoras da ciência mundial: a **Nanotecnologia**, ciência que está associada a áreas como, mecânica; eletrônica; computação; física; química; biologia e engenharia de materiais; pesquisa e produção na escala nano (escala atômica). O princípio básico da Nanotecnologia é a construção de estruturas e novos materiais a partir dos átomos. é uma área promissora que começa a dar seus primeiros passos, já mostrando resultados surpreendentes na área médica, na biotecnologia, na produção de semicondutores, biomateriais, chips, nanocompostos entre outros. Visando dar conhecimento ao Congresso Nacional da relevância das questões suscitadas pela nanotecnologia é que solicito aos pares o apoio a esta iniciativa”. O requerimento é aprovado. **Item 02: Requerimento nº 005, 2006-CESCT**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Flávio Arns e Roberto Saturnino que, requer “..., nos termos regimentais, e no âmbito da Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia da Comissão de Educação do Senado, que se realize Audiência Pública para debater os preparativos para o **Ano Polar Internacional**, a realizar-se no biênio 2007 e 2008, assim como os resultados e perspectivas do **Programa Antártico Brasileiro**, indico como expositores para a Audiência Pública o **Almirante José Eduardo Borges**, Secretário da Comissão Interministerial dos Recursos do Mar, um Representante do Ministério do Meio Ambiente e um Representante do Ministério da Ciência e Tecnologia. O Programa Antártico Brasileiro é uma Política de Estado de relevância no cenário científico que favorece a consolidação da posição do Brasil entre os países do Cone Sul do continente, figurando entre os 29 demais outros países que possuem

voz e voto nas deliberações que definem os destinos do Continente Antártico”. O requerimento é aprovado. **Item 03: Aditamento nº 01 ao Requerimento nº 007, 2005-CESCT**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Flávio Arns e Roberto Saturnino que, requer “..., em aditamento ao requerimento nº 007/05 aprovado na Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia no dia 30 de junho de 2005, sugiro a alteração que se segue: onde se lê ‘...Audiência Pública...’ leia-se ‘... Audiências Públicas...’, sendo a primeira em conjunto com a Comissão. Tal alteração se deve ao fato de que, por se tratar de um tema novo e de caráter científico, que ainda não foi discutido pelo Congresso Nacional, é conveniente ampliarmos o espaço na agenda legislativa para a discussão de matéria, tão importante quanto complexa, envolvendo os dois colegiados”. O requerimento é aprovado. O Senhor Presidente Eventual, Senador Roberto Saturnino, declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às treze horas, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares**, Secretário da Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Roberto Saturnino**, Presidente Eventual da Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – ... Ordinária da 52ª Legislatura, realizando-se no dia 28 de novembro, hoje, de 2006.

A reunião tem por objetivo examinar três requerimentos. O primeiro, o Item 1, é o Requerimento que propõe uma Audiência Pública para discutir a nanotecnologia, ciência que está associada a áreas como mecânica, eletrônica, computação, física, química, biologia, etc. É uma ciência que realmente está crescendo e abrangendo múltiplos setores.

A autoria é do Senador Augusto Botelho, e com a minha assinatura também. Os Srs. Senadores que aprovam o Requerimento permaneçam como estão. Aprovado.

O Item 2 é um Requerimento para também de Audiência Pública, com a presença do Almirante José Eduardo Borges, Secretário da Comissão Interministerial de Recursos do Mar, um representante do Ministério do Meio Ambiente, um representante do Ministério de Ciência e Tecnologia sobre o Programa Antártico Brasileiro, que é uma política de Estado de grande relevância no cenário científico que favorece a consolidação da posição do Brasil entre os Países do Cone Sul que possuem atuação no continente Antártico.

O requerente é o Senador Flávio Arns, e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. Aprovado.

E finalmente, o Item 3 é um aditamento ao Requerimento nº. 07/2005, que propõe alteração que se segue. Onde se lê Audiência Pública, leia-se Audiências Públicas, sendo a primeira em conjunto com a Comissão... Que por se tratar de um tema novo, de caráter... Eu vou precisar de... Parece que está mal... A alteração é que em vez de ser uma Audiência Pública só, são várias Audiências Públicas, sendo a primeira em conjunto com a Comissão de Educação.

O autor é o Senador Flávio Arns, e também o subscrevo o mesmo Requerimento e se nenhum dos Senadores quer discutir, eu coloco em votação. Os Senadores que aprovam permaneçam como estão. Está aprovado. Esgotada a nossa pauta, declaro encerrada a nossa reunião.

(Sessão encerrada às 13h00)

Ata da 41ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação e 5ª Reunião Ordinária da Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 29 de novembro de 2006.

AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA

As onze horas e um minuto do dia vinte e nove de novembro de dois mil e seis, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senhor Senador Flávio Arns com a presença dos Senhores Senadores Demóstenes Torres, José Jorge, Marcelo Crivella, Juvêncio da Fonseca, Wellington Salgado de Oliveira, Flávio Arns, Mozarildo Cavalcanti, Augusto Botelho, Geraldo Mesquita e Delcídio Amaral reúnem-se a Comissão de Educação e a Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Jorge Bornhausen, Maria do Carmo Alves, Edison Lobão, Leonel Pavan, Teotônio Vilela Filho, Gerson Camata, Valdir Raupp, Almeida Lima, Sérgio Cabral, Roberto Cavalcanti, Ney Suassuna, Gilberto Mestrinho, Aelton Freitas, Paulo Paim, Fátima Cleide, Ideli Salvatti, Roberto Saturnino, Sérgio Zambiasi, Marco Maciel, Jonas Pinheiro, Lúcia Vânia e Cristovam Buarque, que justifica a ausência. O Senhor Presidente Senador Flávio Arns submete à Comissão e à Subcomissão a dispensa da leitura das Atas das Reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo aos Requerimentos nº 026-CE, de 2006 e nº 007-CESCT, de 2005, de autoria dos Senhores Senadores Flávio Arns e Delcídio Amaral, para

aprofundar o debate sobre Robótica e ao Aditamento nº 01-CE. Comparecem à Audiência Pública o Senhor José Luiz Rubinatto, Diretor da Área de Automação Industrial da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica – ABINEE e Diretor Geral da Yaskawa Elétrica do Brasil; Senhor Dante Augusto Barone, Coordenador do Laboratório de Robótica Inteligente da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS; Senhora Anna Helena Reali Costa, Coordenadora do Comitê de Robótica da Sociedade Brasileira de Automação – SBA e Professora da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo – USP; Senhor Henrique de Oliveira Miguel, Coordenador Geral de Microeletrônica da Secretaria de Política de Informática do Ministério da Ciência e Tecnologia e Senhora Louise Pereira Ribeiro, Gerente de Tecnologia Submarina do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Leopoldo Américo Miguez de Mello – CENPES/PETROBRAS-RJ. Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Geraldo Mesquita e Augusto Botelho. O Senhor Senador Flávio Arns, Presidente da Subcomissão, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às treze horas e doze minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares**, Secretário da Comissão de Educação e da Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Flávio Arns**, Presidente da Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia e Comissão de Educação

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Havendo *quorum* regimental, declaro aberta a 41ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação e 5ª Reunião Ordinária da Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizando-se nesta quarta-feira, nesta Sala da Comissão de Educação.

Solicito, em primeiro lugar, a dispensa da leitura das Atas, tanto da Comissão de Educação, como da Subcomissão de Ciência e Tecnologia. Havendo concordância, estão aprovadas as Atas então das reuniões anteriores dessas duas... Comissão e Subcomissão.

Essa Reunião Ordinária tanto da Comissão de Educação, como da Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia tem por objetivo realizar Audiência Pública sobre o assunto robótica. A autoria do Requerimento é desse Presidente e também do Senador

Delcídio Amaral e também existe um aditamento ao Requerimento na minha autoria.

Na justificação do Requerimento estão expostos os seguintes argumentos: Já está amplamente demonstrada a existência de correlação direta entre o desenvolvimento científico e tecnológico, desenvolvimento econômico, assim quanto maiores os investimentos em pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico, maiores os benefícios colhidos pela sociedade.

A robótica, objeto dessa Audiência Pública, é área fundamental para o avanço do progresso industrial do nosso País, e necessário se faz a análise dos mecanismos de investimento no setor. Pela relevância do assunto, julgamos necessária e oportuna a realização de Audiência Pública com a participação de representantes dos diversos segmentos e entidades interessados na temática para a discussão minuciosa dos vários aspectos que envolvem a questão e a avaliação de efetiva atuação dos mecanismos de investimento.

Houve aditamento ao Requerimento nos seguintes termos: Em aditamento ao Requerimento nº 7/2005 sugiro a alteração que se segue, onde se lê Audiência Pública, leia-se Audiências Públicas, sendo a primeira em conjunto, no dia de hoje com a Comissão de Educação. Tal alteração se deve ao fato que por se tratar de um tema novo e de caráter científico que ainda não foi discutido pelo Congresso Nacional é conveniente ampliarmos o espaço na Agenda Legislativa para a discussão de matéria tão importante quanto complexa envolvendo os dois colegiados.

Para esta Audiência Pública temos a satisfação de ter os seguintes convidados, a minha esquerda o Dr. Henrique de Oliveira Miguel que é Coordenador-Geral de Microeletrônica do Ministério da Ciência e Tecnologia, também a minha esquerda, Louise Pereira Ribeiro, Gerente de Tecnologia Submarina do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Leopoldo Américo Miguez de Mello, CENPES/PETROBRÁS, Rio de Janeiro. Também à minha esquerda, temos a satisfação de ter a presença de José Luiz Rubinatto, Diretor da Área de Automação Industrial de Associação Brasileira de Indústria Elétrica e Eletrônica e Diretor-Geral da YASKAWA Elétrico do Brasil.

À minha direita temos a alegria de ter a presença de Dante Augusto Barone que é Coordenador do Laboratório de Robótica Inteligente da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e também a minha direita à presença de Marylin Peixoto da Silva Nogueira, aliás, desculpe que é Louise Pereira Ribeiro, não, não, está certo. Me desculpe, viu. (*risos*) Nós já estávamos falando antes, eu que me atrapalhei aqui nos convidados. Anna Helena Reali Costa, exatadamente, da USP, Coordenadora do Comitê de Robótica da Sociedade

Brasileira de Automática e Professora da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, USP.

Eu quero dar as boas vindas a todos os convidados, ressaltar novamente a importância desta Audiência Pública em conjunto com a Comissão de Educação. É o primeiro debate sobre este assunto que está acontecendo dentro do Congresso Nacional, donde há razão para mudarmos, inclusive, o termo de Audiência para Audiências Públicas, para que as Audiências Públicas possam subsidiar o trabalho dos Senadores, dos Deputados e da sociedade em geral em termos das medidas a serem tomadas, em termos dos investimentos no setor, da legislação e que essa e as outras Audiências Públicas possam indicar ao Congresso Nacional caminhos que possibilite um avanço maior, ainda da ciência e tecnologia e particularmente desta área da robótica.

Então, com alegria é que estamos realizando essa Audiência Pública. Passo, em primeiro lugar, conforme já havia sido combinado ao Sr. José Luiz Rubinatto, Diretor da Área de Automação Industrial da Associação Brasileira de Indústria Elétrica Eletrônica e Diretor-Geral da YASKAWA Elétrico do Brasil.

Então, com prazer, passo a palavra a V.S^a.

SR. JOSÉ LUIZ RUBINATTO – Bom dia a todos, Srs. Senadores, membros da Mesa e pessoas que estão nos ouvindo aqui no auditório.

Esse é um tema de suma importância para o desenvolvimento industrial brasileiro, visto a competitividade que o mundo, hoje, em suas indústrias coloca-se como necessário. Vou tentar mostrar um pouco da visão da nossa empresa, um pouco da visão da ABINEE sobre esse mercado, especificamente sobre robôs industriais. São robôs que são instalados nas indústrias automotiva, nas indústrias de autopeça, nas indústrias de manuseio de materiais em geral e o conceito que nós temos de robótica.

O conceito de robótica é muito amplo, desde robôs móveis, até máquinas específicas que recebem a denominação de robôs sendo que a minha apresentação vai se concentrar especificamente no braço mecânico fixo que consideramos como robô industrial. Vou mostrar alguns números, alguma coisa de tecnologia e fazer uma comparação com relação à base instalada no Brasil.

O robô surgiu de uma tecnologia chamada mecatrônica, esse termo, essa tecnologia foi desenvolvida em YASKAWA do Japão em 1969, registrada em 1972 e tornada pública para uso em 1982. O que é mecatrônica? Naquela época a YASKAWA desenvolveu essa nova tecnologia com uma junção a integração da engenharia mecânica, da engenharia eletrônica e da ciência da computação. Para quê? Para o desenvolvimento de

projeto e manufatura de produtos e processos. Hoje a mecatrônica, ela cresceu, houve a introdução de outras engenharias, outras aplicações, então, além da mecânica, da eletrônica, do desenvolvimento de software e hardware aplicados a mecatrônica com a eletromecânica, o controle digital, os circuitos de controle, o *cad cam(F)* como engenharia de manufatura, os modelamentos de sistemas, sensores, microcontroladores, simulação de formas e modelos surgiu a mecatrônica atual. E dentro da mecatrônica surgiu um produto, esse produto surgiu no Japão em 1972 e foi o primeiro robô industrial totalmente elétrico dentro do conceito de robô que hoje nós temos desenvolvido na YASKAWA no Japão.

✱ Eu vou apresentar um pouco desse contexto de robótica pela visão da YASKAWA. Um pouquinho da nossa empresa. É uma empresa quase centenária fundada em 1915, aonde ela foca quatro ramos estratégicos de negócio no Japão que forma o nosso conceito de mecatrônica. Tem a divisão de *motion(F)* controle que são servos acionamentos, tem a divisão de robótica propriamente dita, tem a divisão de inversores de frequência e tem a divisão de engenharia de sistemas.

Falando especificamente sobre a área de robótica, foram feitas vendas de um bilhão de dólares durante o ano de 2005, foram comercializados 18.367 robôs aonde se acumularam desde 1977 quando foi iniciada a venda de robótica, 140 mil unidades, tem uma participação mundial de mercado de 24%, emprega três mil pessoas no total entre Japão, América e Europa.

Aqui mostra uma divisão de todas as áreas com seus respectivos faturamentos e a divisão por mercado doméstico japonês, mercado europeu, mercado americano e uma área específica de semicondutores.

Esse é um quadro muito interessante que mostra a evolução da robótica desde 1977. Em 1977, a nossa empresa comercializou 15 robôs, o volume de produção hoje pode exceder a 20 mil robôs por ano e nós devemos fechar o total de 2006 com aproximadamente 160 mil robôs. O que está em vermelho são os robôs, isso aqui é acumulativo, tá certo? É o que foi vendido na Europa, nos Estados Unidos e América e o azul no mercado japonês. Vocês podem ver que o mercado japonês é extremamente automatizado. A indústria japonesa tem robôs em todos os seus segmentos.

Este é um quadro aonde mostra o total de robôs vendidos no mundo e a participação da YASKAWA e a participação de concorrentes da YASKAWA como a AZEIA(F), BROWNBOVERI(F) FANUC, KUCA, NASH, KAWASAKI desde 2003 e 2005, e aqui a produção, venda de robôs no mundo.

Então, em 2005, foram vendidos 73 mil e 900 robôs no mundo todo. Falando um pouquinho sobre robótica e tendência, o primeiro robô comercializado foi em 1977 que teve uma evolução ao longo dos anos. Essa evolução se deu no número de eixos de controle. Hoje, um robô ele tem seis eixos de controle. Uma grande preocupação da YASKAWA é o domínio total da tecnologia robótica. Então nós fabricamos desde os servos acionamentos que acionam os eixos dos robôs, nós fabricamos a tecnologia de controle, baseado em tecnologia de CNC, a tecnologia de sensores, divisão e sensores a laser, aplicação específica de robôs a solda arco e solda a ponto e sistemas integrados de manufatura em termos de desenvolvimento de *software*.

Temos selos de qualidade e selos, vamos dizer assim, de fabricação no mundo todo, e um desenvolvimento específico, principalmente para a indústria automotiva, para a indústria de pintura, para a indústria de manuseio de materiais e robôs desenvolvidos para a área no campo de LCD a plasma e manuseio de LCD a plasma e também no campo de semicondutores.

A YASKAWA também desenvolveu os robôs específicos para cada área. Para a área de solda a arco, solda ponto, pintura, manufaturamento de silicone para a indústria de semicondutores, para a indústria de LCD e plasma e culminando com uma nova tecnologia que foi lançada no ano de 2006 que é um robô com um formato humanoíde com dois braços e com sete graus de operação, sete eixos. Essa é a tendência mundial, nós temos robôs com sete eixos, superando os robôs com seis eixos, dando maior produtividade, maior repetibilidade e precisão. Esse é o segredo de um robô dentro de uma linha de produção, é a repetibilidade do processo.

A tecnologia robótica, ela tem evoluído além da tecnologia do uso industrial. A YASKAWA desenvolveu alguns robôs para a manutenção de linhas vivas de linhas de transmissão. Está desenvolvendo protótipos na área médica, na área de terapia, reabilitação de pessoas com problemas físicos, na área educacional, dando suporte para o desenvolvimento em diversas áreas como engenharia, física. E trabalhando também no desenvolvimento de robôs humanoídes com formato humano de maneira que possa ter algum grau de mobilidade. E hoje, o robô nosso de mais alta tecnologia é o da série DA que tem dois braços mecânicos para executar suas funções numa linha de produção.

Bom, aí a YASKAWA tem suporte no mundo todo, principalmente no Brasil, e aqui eu gostaria de fazer uma comparação com o que nós temos instalado no Brasil. Essas informações são colhidas junto com outros fornecedores, visto que até agora dados estatísticos são muito pouco, a ABINEE a partir do ano que vem

terá um grupo setorial especificamente sobre a área de robótica para a gente poder ter dados mais precisos e estatísticos e evolução do mercado de robótica.

Esse foi o número de vendas de robôs em 2005, em toda a indústria nacional, incluindo a indústria automotiva de montagem de automóvel.

Então, nós vendemos 322 robôs durante o ano de 2005. Se nós compararmos com que a YASKAWA fabricou em 2005, dezessete quase dezoito mil robôs e foram vendidos no mundo 75.900 robôs o desenvolvimento da área robótica no Brasil é muito pequeno. Aqui alguma participação no mercado, só o que importa é aquele número que eu mostrei antes.

Aqui é tirando a indústria automobilística e deixando somente a indústria de autopeças e outras indústrias que foram consideradas.

Então, foram vendidos 180 robôs. Então a demanda por robôs ela é concentrada na indústria automobilística hoje dia. (*soa a campanha*) Aqui também a participação dessas empresas sem a... Nós fizemos um levantamento e nós temos, desde 1994, quando começou a instalar-se e utilizar-se robôs no Brasil, nós temos uma base instalada de cinco mil e duzentos, acreditamos que esse número seja um pouco maior, 10, 20%, mas ele é muito pequeno se nós compararmos com Europa, Estados Unidos, Japão e com outros Países em desenvolvimento.

Aqui, eu gostaria de comentar um pouquinho. A fábrica da YASKAWA no Japão, ela é totalmente automatizada, os robôs montam robôs. Aqui é uma parte só da montagem, só para vocês poderem ver como é feita a montagem dos robôs lá na fábrica do Japão. Esse é um sistema de visão. Essa fábrica ela é inteirinha automatizada, ou seja, os 18 mil robôs que são fabricados, eles são fabricados por robôs.

É importante dizer que já está existindo por parte do Governo um incentivo a automatização das nossas indústrias. Hoje a importação de robôs tem um ex de 6%, tem uma isenção de IPI, mas mesmo assim não está havendo um desenvolvimento esperado na indústria em termos de robótica. Uma sugestão que eu gostaria de deixar aqui seria que o BNDES quando ele faz o FINAME de algum projeto, ele considera necessário 60% de participação da indústria nacional. No caso da robótica, o robô, ele é uma *commodity*, ele chega aqui no Brasil, praticamente como um braço mecânico. Todo o desenvolvimento, toda a engenharia, toda a instalação, toda a análise, todo o processo de instalação de um robô dentro de uma indústria é feito por nossos engenheiros aqui no Brasil. Então tem um desenvolvimento de engenharia e tecnologia muito grande.

Então, seria importante que houvesse uma diminuição desse índice de nacionalização para nós

podermos aumentar a instalação de robôs no Brasil. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Agradeço a participação do José Luiz Rubinato. Passo, em seguida, a palavra ao Dante Augusto Barone à minha direita com prazer o revejo aqui dentro do Congresso Nacional, batalhador também na área da educação, particularmente do PET, Programa do PET e que é Coordenador do Laboratório de Robótica Inteligente da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Com a palavra, então, V.S^a.

SR. DANTE AUGUSTO BARONE – Bom dia, Senador Flávio Arns, é um prazer muito grande estar presente nessa Audiência Pública, gostaria, então de saudar o Senador que foi o autor dessa Emenda, da proposta, digamos, dessa Audiência Pública, conheço o Senador desde a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, pude então acompanhar o seu trabalho em prol da educação, da questão também da assistência aos deficientes físicos e nós vamos ver também nessa audiência que as tecnologias de robótica, pode atender muito também a questão dos deficientes. E saudar também os demais componentes da Mesa, o nome da Prof^a Anna Realí Costa da USP, saúdo também os demais integrantes da Mesa.

Então, essa Audiência Pública que também é uma audiência conjunta da Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia e da Comissão de Educação do Senado vai tratar desse tema que é importante não só para a ciência e tecnologia no País como também é muito importante para a educação.

Nessa figura nós já vemos como a robótica tem avançado em termos de pesquisa mundial e nós vemos duas imagens que é difícil a gente identificar qual é a pessoa e qual é já o robô humanóide que está sendo já desenvolvido nos centros mais avançados tanto da China, quanto do Japão. Como nós não temos muito tempo para facilitar, queria também saudar a presença do Senador Geraldo Mesquita aqui, presente nessa importante Audiência Pública.

Então, a moça, à nossa direita está vendo o robô à esquerda e ali justamente o cientista também fez o seu robô gêmeo. O cientista está à esquerda e o robô está à direita.

Então, nós vemos que o avanço é muito grande e são tecnologias, como eu estava falando, que podem ser muito úteis também para o ser humano.

Me cabe também fazer algumas definições mais introdutórias sobre robótica, então vamos ver, se a gente for pensar, quando a gente vê essas figuras de robôs humanóides, vamos pensar também do próprio corpo humano como é que, digamos, ele se estrutura. Do ser humano, temos uma estrutura de corpo, um sistema

muscular que vai movimentar esse corpo propriamente dito. Nós temos todo o sistema sensorial que vai nos levar informações de temperatura, a questão da visão, assim por diante, que vai nos dar uma série de informações que nós vamos reagir em função dessas informações, uma fonte de potência que vai ativar os nossos músculos e sensores, ou seja, toda a energia que nós obtemos através dos alimentos e evidentemente como principal o próprio cérebro que vai processar as informações, a partir do sistema sensorial e vai determinar ações através dos músculos, é claro que a gente faz isso automaticamente, não pensa. Mas quando nós vamos desenvolver os robôs, a nossa maior fonte de inspiração é o próprio corpo humano tanto dos seres humanos, como corpos também de animais.

Isso se nós formos ver o robô tipo que tem os mesmos componentes físicos, uma estrutura física móvel, tanto de um braço robótico quanto de um robô móvel que pode se deslocar. Motores para mover essa estrutura, todo o sistema de sensoramento e também um sistema que vai prover potência e um computador que vai controlar todos os componentes.

Então, a inspiração maior para os robôs é visto no comportamento humano e também no comportamento animal. Qual é a origem dessa palavra robô? Então, a origem está muito ligada a questão da automatização do trabalho, então foi um dramaturgo tcheco Karel Capek, em 1923 que através dessa peça de teatro, *Rossum Universal Robots*, ele justamente colocava como que seres artificiais, que ali ele empregou o termo *Robot* que é a palavra tcheca para esse trabalho, digamos assim, ser criativo e repetitivo. Como é que uma sociedade, com esses trabalhadores, poderiam, digamos assim, interferir no comportamento da própria sociedade.

Então, de uma certa maneira às vezes a ficção, ela coloca muito como preocupante a questão da presença dos robôs e a gente vê também que há um desenvolvimento grande até de robôs humanóides, mas o que nós vamos querer procurar ver nessa Audiência Pública é que a robótica não só, desnistificar aquela idéia que ela tira postos de trabalho, de uma certa maneira, alguns postos no processo produtivo é claro que são eliminados, mas muitos outros postos de trabalho com valor mais agregados são incorporados e com uma perspectiva muito grande para o desenvolvimento científico e tecnológico das nações que se envolvem com a robótica.

E como nós vimos também na apresentação do Dr. Rubinatto a robótica mesmo industrial ainda tem muito que desenvolver no nosso País.

Então, vamos ver uma definição de robô. Aí quando eu falo uma definição, eu vou pegar justamente, o

que a Associação de Automação e Robótica Australiana diz, e aí o que ela diz: “não há uma definição exata, é muito complexo, um conceito preciso”. Então é muito amplo esse conceito de robótica, porque tem muitas coisas envolvidas como a questão da visão computacional, os dispositivos robóticos em si, a questão de sensoramento, desenvolvimento de pele robótica, enfim, é um campo muito vasto de aplicações que é difícil dizer o que é efetivamente um robô.

Bom, mas basicamente seriam três características principais que teriam os robôs. Eles deveriam possuir alguma forma de mobilidade, eles deveriam ser programáveis para realizar uma série de tarefas diversas e também devem operar automaticamente após serem programados, e cada vez mais também, quando a gente, a Profª Anna Costa e eu, atuamos muito também no campo da inteligência artificial e a idéia também é que cada vez mais eles possam tomar decisões de uma forma autônoma, incorporando esses mecanismos da inteligência artificial. Já para o Museu Tecnológico de Inovação em San José na Califórnia, eles dão a seguinte definição para o robô: O robô é uma máquina que coleta informações sobre o seu ambiente, então a informação sensorial e usa essa informação, que seria o seu pensamento, para seguir construções, para realizar um determinado trabalho, ou seja, a forma que ele iria atuar. Aqui nós vemos já um campo também muito importante para a robótica, robótica médica e com orgulho também podemos falar que foi uma empresa que surgiu da própria Universidade do Rio Grande do Sul, um trabalho que se originou do Laboratório de Robótica Inteligente e é um braço robótico voltado para cirurgias videolaparoscópicas e aí também a gente pode pensar, mas como que nós vamos entrar na robótica médica, nós não vamos estar tirando postos de trabalho? Muito pelo contrário, foi um próprio médico que nos procurou para desenvolver esse braço robótico. Nós temos lá no estudo de cardiologia, um braço robótico importado que introduziu recentemente células tronco para uma cirurgia cardíaca, então é minimamente invasiva, o paciente ficaria uma semana numa cirurgia convencional de abertura do tórax, fez apenas três micro incisões e ficou apenas três dias hospitalizado. Então nós achamos também que o próprio Ministério da Saúde teria que se envolver cada vez mais com robótica. E essa importância também dessa Audiência Pública com vários atores aqui presentes, inclusive agentes governamentais, mas essa ação não se restringe apenas ao Ministério da Ciência e Tecnologia, é uma ação que perpassa vários outros Ministérios e vários outros órgãos públicos do País e como está presente aqui a própria PETROBRÁS.

Bom, vamos falar um pouco mais do braço robótico que, digamos, é a aplicação principal da indústria. Nós temos o manipulador robótico de alguns graus de liberdade. Grau de liberdade, então, é a possibilidade de variação, digamos assim, de um movimento possível.

Então, se eu for falar da minha mão, eu girar num certo ângulo, isso revelaria um grau de liberdade, se um braço robótico levanta um segmento, isso seria um outro grau de liberdade. Então nós temos um ombro que montado numa base estacionária, ele poderia, por exemplo, ter seis graus de liberdade e o robô ele deve mover um atuador de uma posição a outra. Então o robô de pintura que é muito usado na indústria automobilística, ele justamente é indicado à posição e ele começa a fazer a pintura, faz a cobertura em toda de pintura ou a soldagem, uma série de ações que são até repetitivas também.

Aqui nós temos, então, o exemplo de um braço robótico, um braço puma 560. Aqui também temos uma mão robótica que foi desenvolvida pela Agência Espacial Alemã. E nós vemos cada vez mais como a tecnologia tem que se desenvolver até para pegar objetos com mais sensibilidade e essas tecnologias são muito importantes também para pessoas com deficiências físicas. Então, já houve também no exterior o implante de um braço robótico numa pessoa que tinha um braço decepado e com um controle muito complexo da fisiologia com esse braço robótico que a pessoa reconquistou todos os seus movimentos através desse através robótico. Então a gente vê como essas tecnologias são inclusivas. Então uma alta tecnologia que tem um poder social fantástico.

Aqui nós vemos também outra aplicação fantástica para a robótica, são aplicações espaciais, nós mesmos do laboratório de robótica inteligente em 97, fomos convidados a participar do projeto da Estação Espacial Internacional que teria uma participação de um braço robótico brasileiro, mas infelizmente, aparentemente, o financiamento brasileiro não correspondeu ao que estava meio compromissado e essa participação mais acadêmica do Brasil, na Estação Espacial Internacional, que é o maior projeto tecnológico já feito pela humanidade, envolveu em princípio sessenta bilhões de dólares, nós ficamos um pouco a parte, apenas montando partes para esse braço robótico. Mas, enfim, toda a pesquisa espacial ela se tornaria impossível se não fossem os robôs móveis e os braços robóticos também.

Então, nós vemos a exploração de Marte, através de sondas que podem coletar o material e fazer a própria análise. E também nessa robótica, digamos, espacial, é uma aplicação fantástica para a robótica

móvel e para a autonomia dos robôs, porque justamente entre Marte e a Terra o sinal leva quatro minutos. Ora, nós não podemos com a imagem que nós estamos vendo aqui na Terra de Marte, era uma imagem do passado de quatro minutos, então nós não podemos operar seja por um *joystick*, para dizer, vai para a esquerda, vai para a direita, pode ser que o robô esteja se deslocando para um precipício, e ele de forma autônoma, ele tem que justamente tomar suas próprias decisões sobre o terreno.

E uma grande aplicação também da robótica móvel, temos tanto a robótica aérea quanto a robótica submarina. Nós visitamos também recentemente em maio um importante estudo dos sistemas robóticos em Lisboa, nesse aspecto também Portugal está muito mais avançado que o Brasil em robótica, principalmente do ponto de vista de financiamento para as universidades, e lá, eles têm muito problemas de incêndio em florestas e vários robôs aéreos já são usados para controlar esses incêndio em florestas. E outra aplicação também é a robótica submarina que a própria Dr^a Luiza terá a oportunidade de falar que já é bastante trabalhada aqui na PETROBRÁS também.

Temos, então, os robôs humanóides, esse é o robô COG que tinha a intenção de desenvolver a mesma capacidade cognitiva de inteligência de uma criança de até dois anos de idade. Foi desenvolvida lá no MIT, pelo Dr. Rodney Brooks. Aqui também nós vemos um robô humanóide que é o professor japonês a direita também construiu uma réplica de si mesmo, mas com o objetivo de que cada vez mais, robôs... Por que também a idéia de fazer esses robôs antropomórficos mais parecidos com o ser humano? Porque se acha também que quanto mais parecidos forem essa interação com as pessoas, vai ser facilitada também.

Temos um mercado fantástico também no entretenimento. Nós temos, por exemplo, fabricados pela SONY o AIBO, AI Robot, que é um cão robótico em que ele tem 20 motores, ele pode andar, jogar futebol, sentar, deitar, expressa emoções, tem instintos, pode fazer brincadeiras, ele pode expressar quando está com fome, sono e etc., e entretém muito os donos também. Temos os robôs AZIMO e QRIO também da SONY que também são robôs com forma humanóide e também servem para o entretenimento.

E temos o mercado fantástico agora que são os robôs domésticos, e a gente vê como a robótica é importante em termos mundiais e de mercado mesmo. Robôs limpadores de superfície, tanto para superfícies externas com superfície mais dura, como também para aspirar carpete. E vamos ver que esse AI Robot, o modelo Romba, ele está sendo vendido, já vendeu dois milhões de unidades vendidas em todo o mundo.

Até nós estávamos conversando um pouco, em 2005, com a Prof^a Anna aqui, já está também a venda pela internet podemos comprar até no Brasil a um preço de apenas 600 reais, na base de trezentos dólares e que já vem um pacote, esse robô para aspiração e um robô também para fazer a limpeza de superfícies duras.

Temos, então, um maior mercado que são os robôs de manufatura que fazem pintura e soldagem e, inclusive, como já foi falado também pelo Dr. Rubinatto, no mercado brasileiro já temos um parque instalado razoável e cada vez mais no mercado automobilístico, e outras aplicações também industriais, a robótica está entrando com força, e é importante que ela entre com força para aumentar os ganhos de produtividade. E que no mercado global, a gente tem que ser efetivamente competitivo.

Um outro mercado importantíssimo, mas não como um mercado, como uma aplicação para as pessoas. A medicina, operação à distância, telecomandadas. Às vezes, a gente vê também (*soa a campanha*) locais, por exemplo, distantes a nossa estação na Antártida, regiões inacessíveis como a Amazônia, no centro-oeste, às vezes, tem um problema sério de uma saúde de uma pessoa e poderia se fazer telecirurgias ou até consultas a outros especialistas à distância.

Então, esse efetivamente é uma aplicação muito importante para a robótica, a robótica médica. E como eu falei, nós já temos essa aplicação no Brasil até com a implantação de células tronco através dessa modalidade. Aí vamos falar um pouquinho também sobre a estruturação da área de robótica no País.

Então, nós temos tanto no setor industrial, temos aqui presentes à própria ABINEE, a ABIMAC que é a Associação Brasileira das Indústrias Mecânicas, Automação e Controle, temos a Confederação Nacional da Indústria e viemos, então, com muita simpatia à oportunidade dessa Audiência Pública em que esses atores estão aqui reunidos.

Então o segmento industrial está colocando essa importância junto com o seguimento de ciência, tecnologia e inovação como Centro de Pesquisa dos CENPES, as universidades, temos a USP, a UFRGS representadas, as sociedades científicas, temos também as sociedades científicas atuando, como a Sociedade Brasileira de Computação, a Sociedade Brasileira de Automática, e o seguimento governamental com o Ministério de Ciência e Tecnologia, o Ministério da Educação e o Ministério da Saúde, também.

Essas são as principais sociedades científicas ligadas à robótica, a BCM, que é a Associação Brasileira de Ciências Mecânicas mais voltadas ao aspecto da construção dos robôs, a construção física. Envolve mais a mecânica e mecatrônica, a SBA, Sociedade Bra-

sileira de Automática, com a sua Comissão Especial de Robótica que já foi criada, que se envolve mais no controle dos robôs, e a Sociedade Brasileira de Computação, através da Comissão Especial de Robótica da qual eu faço parte, se envolve mais com o controle inteligente de robôs, técnica de computação e inteligência artificial, e nesse aspecto também deve-se mencionar que esse ano de 2006 foi um ano muito oportuno para a robótica que foi criado dentro do Conselho Nacional de Pesquisas, o CNPq, um comitê Assessor específico para a área de robótica e mecatrônica. Então nós já temos robótica, mecatrônica e automação.

Então nós temos um comitê de especialistas que podem já ver demandas específicas para a robótica, do ponto de vista mais acadêmico, e apreciar com competências essas demandas. Temos também a Sociedade Brasileira de Automação, a Sociedade Brasileira de Robótica, desculpa, de Automação, elas realizaram também, realizam, cada uma delas, eventos específicos de robôs. Então, temos aí o pôster do 7º Simpósio Brasileiro de Automação Inteligente, que foi realizado em São Luiz do Maranhão e temos também um fator de aglutinação, é o futebol de robôs em que justamente várias universidades desenvolvem robôs, tem-se uma câmara, uma ou duas câmaras em cima, então tem toda a questão de tecnologia em visão computacional, isso é um grande estímulo para as universidades e para as escolas.

Pesquisando na base do CNPq, esses dados estão desatualizados, está sendo feito uma reatualização, a cada três anos, está fechando agora, mas nos dados que nós tínhamos da última atualização, nós temos 816 pesquisadores doutores no País atuando em robótica, 114 grupos de pesquisa dos quais 35 grupos na área de ciência de computação.

E quais são as áreas que nós vemos nesses 114 grupos? Nós temos, então, a robótica não está apenas na engenharia, ela está na matemática, na ciência da computação, na medicina, na filosofia, porque é fundamental também que as ciências humanas se preocupem nessa empregabilidade, nessa convivência de robôs, homens e máquinas. Nas artes também, o design das máquinas, como é que é a melhor interface para as pessoas se relacionarem com as máquinas. E as engenharias, então, nem se fala. Tanto a elétrica, mecânica, produção civil, nuclear, biomédica, materiais e metalúrgica. E qual é, então, a ação governamental e a articulação com o Congresso? Então, o legislativo tem um papel fundamental como esse, a realização de Audiências Públicas, ano que vem também, vai ser um ano fundamental, porque vão estar se definindo as Emendas do Plano Plurianual 2008/2011 e nós gostaríamos também que essa Audiência Pública que seja

precursora de outras e que nós possamos fazer uma ação articulada que a própria robótica mereça, então, uma Emenda no Plano Plurianual 2008/2011.

No nível do Executivo, gostaríamos muito que o MCT abraçasse a idéia de constituir um embrião do Plano Nacional de Robótica através dos fundos setoriais, das ações transversais, e temos uma sinalização muito importante, o próprio Dr. Henrique, que isso já está sendo pensado no nível do MCT. Formação de rendes de pesquisa, fomento e infra-estrutura de laboratórios e também a criação de bolsas de mestrados, doutorados específicas tal como nós temos um Plano Nacional de Microeletrônica. E também a robótica, ela vai desenvolver muitas engenharias e as demandas para a próxima microeletrônica.

Já finalizando, e no Executivo também no nível do Ministério da Educação, nós temos ações de robótica educativa, as olimpíadas de robótica e competições de futebol de robôs.

Aqui temos uma grande competição mundial que nós no Brasil estamos muito longe de sermos competitivos. E também uma ação concreta, finalizando, então, o Projeto RUBEDU(F) uma parceria da Federal do Rio Grande do Sul com a Secretaria de Educação, eu coordeno esse projeto com duas escolas públicas, a Escola Tubino Sampaio e a Escola Técnica de Comércio da URGs financiada pelo MEC para PROMED e UNESCO.

E aqui nós justamente mostramos várias dessas ações da integração nas escolas públicas e isso aumenta muito o interesse por física e matemática, e aí também um registro ao Senador Flávio Arns, já desde a época da Comissão de Educação que tanto defenderam o Programa de Educação Tutorial, o PET, que esteve ameaçado de extinção, justamente aqueles rapazes de camisa laranja, são petianos que estão trabalhando em robótica nas escolas públicas para sensibilizar, para melhorar a física e a matemática.

Então, a gente vê como concretamente, a ação do Legislativo ela implica, ela impacta em ações concretas na sociedade civil. Aqui, então, de novo, várias ações com aulas de física, lançador de projéteis, enfim, então várias das nossas interações com a escola.

Temos para aprimorar o aprofundamento, temos alguns artigos, da minha própria autoria, "Reflexões sobre o futuro da robótica" que apareceu na revista Consciência da UNICAMP de outubro de 2005 e também os meus dados de contato.

Mais uma vez agradeço a oportunidade e cumprimento o Senador Flávio Arns pela oportunidade dessa Audiência Pública. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Muito bem. Agradeço a participação do

Prof. Dante Augusto Barone e dizer da satisfação desta Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia tê-lo como convidado com as informações e com as sugestões, inclusive, apontadas até falávamos, sugeriríamos que há um amplo, uma ampla possibilidade de ações a serem tomadas como desdobramento da apresentação também. Passo em seguida a palavra a Dr^a Anna Helena Realí Costa que é a Coordenadora do Comitê de Robótica da Sociedade Brasileira de Automática e professora da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, USP. Com prazer, então, a palavra com V.S^a.

SRA. ANNA HELENA REALI COSTA – Bom dia a todos, agradeço ao Senador Flávio Arns aqui presente, pelo Senador Wellington Salgado de Oliveira também, e parabeno entusiasticamente essa brilhante iniciativa de realizar Audiências Públicas relativas para debater essa questão da robótica tão importante para o nosso desenvolvimento, o desenvolvimento científico e tecnológico, possibilitar inovações no nosso País e o progresso do nosso País.

Eu vou ser rápida, complementando as apresentações já feita pelo Dr. Rubinatto e pelo Dr. Dante Barone, e eu gostaria, então, somente de elucidar um pouquinho com alguns termos em relação o que é falado, o que é estipulado da Federação Internacional de Robótica que é o IFR, International Federation of Robotic.

Eles dividem os robôs como bem vimos nessa apresentação em duas classes distintas: A primeira seria os robôs industriais, bastante abordados pelo Dr. Rubinatto, onde a grande parte dos robôs estão em operação, são manipuladores a grande maioria e são voltados, principalmente, 50% desses robôs, os meus dados estão um pouco desatualizados, porque como mesmo ele, como representante da ABINEE ressaltou, temos dificuldades de colher esses dados, principalmente aqui no Brasil, mas dentro do relatório apresentado na IFR, no final de 2003, aproximadamente 50% dos robôs industriais em operação eram voltados para a tarefa de soldagem, enquanto que 28% ficavam no manuseio de materiais e empacotamento e 7% em montagens e depois outras aplicações menos relevantes.

As indústrias, as principais indústrias que adotam essa tecnologia são vinculadas à indústria automotiva, metalúrgica, química, eletroeletrônica, máquinas, manipulação de produtos alimentícios e na área de comunicação, essas são mais relevantes.

Em operação em 2004, talvez os números divirjam justamente pela dificuldade do levantamento desses dados, mas segundo o IFR tínhamos aproximadamente em operação no mundo inteiro 850 mil unidades,

850 mil robôs. O Japão é bastante expressivo como ele mostrou nos números. Na América como um todo, tínhamos aproximadamente 127 mil unidades, sendo que dessas, eu já vi que tem uma discrepância, lá no IFR estava constando o Brasil em robôs industriais com número de 2.355 unidades, sendo que 124 mil, a grande parte dessa representação com robôs na América está voltada para Estados Unidos, Canadá e México. A Ásia e Austrália têm aproximadamente 445 mil unidades, tinha no final de 2004 em operação e União Européia 280 mil.

A projeção para a América, incluindo, portanto, a América do Sul, Central e do Norte, em 2009 haverá um total de 150 mil robôs industriais implantados em operação. E no mundo a estimativa seria de um milhão, cento e doze mil e quinhentos unidades no mundo inteiro. Isso representando um crescimento médio anual de 4,9% de implantação de robôs.

A segunda classe definida pelo IFR de robôs, são os robôs de serviços. Nesses estão aglomerados uma gama bastante diversificada de robôs. Uma definição temporária, como eles mesmos dizem, ainda não muito formalizada de que seriam robôs de serviços, seriam robôs autônomos, ou semi-autônomos que realizam serviços úteis para o bem-estar de humanos ou equipamentos, excluindo aí operações e manufatura porque em manufatura estaria na classe de robôs industriais. Essa área de robótica está em franca expansão devendo superar o mercado de robôs industriais em quantidades devido à imensa diversidade de aplicações como o Prof. Dante Barone aqui bem salientou. Esse grupo de robôs de serviços são divididos em dois grandes grupos, e esses grupos são assim divididos devido ao custo de cada robô. Então são os robôs de serviços profissionais e o robô de serviços pessoais, ou particulares ou privados. Do robô de serviços profissionais, em 2005, tinha num levantamento bastante informal e difícil de ser feito por volta de 31.600 unidades instaladas. A maioria desses robôs, apesar de estar uma distribuição bastante equivalente, lembrem que nos soldadores eram 50% do mercado dos robôs industriais, aqui já tem uma distribuição bem mais homogênea, desses, desculpem, desses robôs de serviços profissionais subaquáticos e submarinos representam 20%, e eu acredito que a Dr^a. Louise vai falar um pouco mais porque é uma área de bastante interesse para a PETROBRÁS. Robôs de limpeza, limpeza em geral, LUFTANZA para lavar aviões, lavar janelas em edifícios e todos são robôs de limpeza, representam 18% do mercado para defesa, resgate e monitoramento, segurança, patrulhamento, são 16% para construção e demolição, então, robôs que auxiliam em construção e demolição, aproxima-

damente 11% do mercado, medicina 11%, bastante diversificado como salientou o Prof. Dante Barone e aí com aplicações no campo, em agricultura, tratores autônomos, colheitas autônomas, inspeção de solo, e assim por diante, são 11% e plataformas móveis de uso em geral ficam com mais 11%.

No final de 2005, tinha aproximadamente dois milhões de unidades de robôs de serviços para uso doméstico como aqui também salientou o Prof. Dante Barone, o aspirador de pó da empresa AI Robot, que era o aspirador Romba foi um sucesso em 2005 com dois milhões de unidades vendidas a um preço bastante acessível e no mesmo estilo tem robôs para lavar chão, para limpeza miúdas em áreas externa, quintal, garagens, cortadores de grama é um que cresceu muito nesse ano, cortadores autônomos de grama, guardas residenciais que fazem o patrulhamento de residência e possuem visão computacional para verificar se está sendo invadida alguma área ou não. E a maioria desses robôs que são, portanto, dividido dentre os robôs de serviços para serviços pessoais são assim dividido, porque a faixa de preço de custo de cada produto é bem menor do que os outros, que por sua vez é menor do que o de serviços profissionais, que por sua vez ainda é menor do que robôs industriais, como o Dr. Rubinatto salientou. Então a maioria está na faixa de 150 a 400 dólares.

Além disso, dentro desses robôs de serviços pessoais, têm também os robôs voltados para a diversão e entretenimento que é uma fatia do mercado que está crescendo muito, e em 2005 houve uma venda de um milhão de unidades, que são brinquedos voltados para *robby*, educação, treinamento, para difusão do conhecimento tecnológico e motivação principalmente das crianças em colégio com o trabalho bastante bonito e relevante que o Prof. Dante tem feito. O crescimento esperado nas áreas de aplicação são assistências a deficientes e idosos, para transporte pessoal, para segurança e monitoramento. Esses são o que o mercado está sentindo que vai crescer muito a faixa de aplicação de robôs de serviços. A projeção de 2006 a 2009 é uma projeção de venda de 5,6 milhões de unidades nesse período. E o interesse do Brasil, qual seria? Robôs é um produto com bastante tecnologia agregada que possui atualmente um desempenho como produto em franca melhoria com os preços cada vez mais reduzidos, então tornando-se cada vez mais acessíveis para serem difundidos em diversas aplicações. É uma das tecnologias de interesse da Defesa Nacional que cita nominalmente o item de inteligência de máquina e robótica entre suas áreas de interesse, e como o Prof. Dante já salientou é interesse também da academia, tanto é que houve uma solicitação para o CNPq para

a criação de um novo comitê de Assessoramento dentro das áreas de engenharia que é o comitê de Assessoramento em robótica, mecatrônica e automação, o CNPq que está nascendo esse mês.

As dificuldades no Brasil. Infelizmente, ainda não se conseguiu inserir pesquisa na indústria. Isso, com algumas exceções, a PETROBRÁS é uma louvável exceção. Isso daí torna muito difícil converter o conhecimento em inovação e desenvolvimento que é o que a gente quer para o nosso País.

Então, somente de transferência de tecnologia da universidade para a indústria não é suficiente, tem um *gap*(F). Algumas políticas estão sendo formadas nesse sentido, tanto no âmbito Federal, quanto lá no meu Estado, no âmbito da FAPESP, com o incentivo da transferência de tecnologia, junção uma unificação maior no discurso da universidade com as indústrias e a FAPESP fomentando esse tipo de interação. Mesmo assim não é muito eficiente e suficiente para gerar toda a inovação e desenvolvimento que o Brasil seria capaz de conquistar. Então a universidade não pode substituir a pesquisa que deve ser conduzida na indústria com a agregação, com o Assessoramento da universidade, mas não fazendo totalmente a pesquisa. E ainda o Brasil possui uma economia fechada e falta de ambição de conquista de mercado internacional por parte do nosso setor produtivo.

Então, como que nós poderíamos promover esse avanço tecnológico no País? A gente precisa de uma atuação pró-ativa e isso louvável seja aqui o Senado que tomou essa iniciativa, realmente, sentiu essa necessidade para dominar o conhecimento e a tecnologias e gerar inovação e desenvolvimento.

Então, nós precisamos formar um projeto mesmo de Estado para o avanço tecnológico brasileiro na área de robótica, através de diversas ações, como ações de divulgação da robótica e suas aplicações, essa Audiência Pública consta numa dessas ações, desmistificação e popularização desse tema para motivar nossas crianças e futuros desenvolvedores e detentores do conhecimento nessa área, através de promoção de feiras, de mostras, competições, com participação de todos os níveis escolares e de grande público, mais uma vez saliento o trabalho relevante do Prof. Dante Barone nesse sentido. Incentivo a formação, o que o Governo pode fazer, incentivo à formação de recursos humanos nas áreas e áreas afins, agregadas com novos cursos, bolsas de estudos, premiações voltadas nesse sentido e recursos para ensino, enfim, fomentando os recursos para ensino, pesquisa e desenvolvimento nesse setor.

Um exemplo do Japão, o Japão, como o Dr. Rubinatto bem salientou, é um expoente na área de ro-

botização. Em 2003, o Governo japonês, por exemplo, designou a cidade de Fukuoka, que está, ajude-me, por favor, Kitaguchi(F) como zona de experimentação robótica e colocou robôs com formato humanoíde, como o Prof. Dante Barone salientou para melhor interação com as pessoas nas ruas, literalmente nas ruas, para auxiliar idosos a atravessar ruas, idosos, crianças e deficientes atravessar ruas, subir escadas, para guiar e informar pessoas no trânsito, para interagir com infratores, a última notícia que teve, eles jogavam bolinhas coloridas nos infratores de trânsito para mostrar que estavam infringindo de alguma forma a lei, mas voltado para a educação, obviamente. Aplicações de interesse que penso, algumas são bastante relevantes e por isso que eu salientei aqui para o nosso País, os robôs submarinos que eu nem vou me expandir mesmo porque a Dr^a. Louise já vai se aprofundar nesse tema.

Com relação à defesa e áreas afins o uso de VANT, veículos autônomos não tripulados, para fazer reconhecimento tático, apoio operacional e execução de missões militares ou não. Patrulhamento e monitoramento de regiões remotas (*soa a campainha*) fronteiras e áreas costeiras, segurança e apoio policial, busca e salvamento, operação em zonas de perigo e de desastre, para mapear, mapear solos, mapear regiões de agricultura para fazer coleta de dados a respeito de colheita, de contagem de rebanho para a detenção e suporte a extinção de incêndio como o Prof. Dante salientou, pesquisa ambiental e de clima, inspeção de linhas de transmissão, que já existe robôs para isso também, além de represas e estradas, para telecomunicações e serviços de transmissão. Além disso, uma área expoente e que está crescendo no mundo, e que vai ser muito útil, a área de redes de sensores móveis, onde se agrega à parte de sensoriamento, de comunicação com robôs que são máquinas que permitem a locomoção e de tal forma que se possa realizar o sensoriamento de forma cooperativa e dinâmica reconfigurando a formação desses sensores conforme a necessidade.

Auxílio a deficientes com cadeiras de rodas e andadores autônomos, próteses inteligentes que foi aquele exemplo salientado pelo Prof. Dante Barone da garra com bastante grau de liberdade, assistência a idosos e crianças que isso é um serviço que está crescendo no mundo, devido ao envelhecimento da população mundial, que é através do monitoramento de supervisão, incluindo equipamentos sofisticados de interação para garantir segurança dessas pessoas que moram sozinhas, robôs para educar, divertir, fazer companhia, lembrar de atividades, como tomar medicamento, alimentação, tomar água, e assim por diante para pessoas que assim necessitam. Na medicina, queria

só lembrar que a robótica vai desde a nanorrobótica onde se tem, hoje em dia, micro-robôs, daí a integração também com a área de microeletrônica, onde se tem micro, já se possuem micro-robôs navegando pelo corpo humano, pelos vasos sanguíneos e tudo mais, intestinos, verificando, e aí ele tem que ser autônomo, ele não pode ter colisão forte com os órgãos para não danificar para fazer uma inspeção mais rigorosa e desobstrução de vias, e assim por diante, fazendo exames. Assessoramento e execução de cirurgias, como foram os exemplos aqui demonstrados, robôs que permite a interação à distância do médico e paciente hospitalar, já existe, eu peço desculpa, mas eu esqueci o nome, eu tenho dificuldade com nome japonês, mas já tem alguns hospitais japoneses que o robô vai visitar o paciente nos hospitais e coleta diversos dados e através da sua tela e da sua interação, ele já se comunica com o médico que está lá na clínica dele para fazer acompanhamento de diversos pacientes. E além do mais, uma área bastante interessante que é de reabilitação que é para assistir, assessorar a reabilitação do paciente. Então são máquinas inteligentes que reanima, ajudam a reaprender movimento e assim por diante. A agricultura é outro tópico bastante de interesse para o nosso País com tarefas de mapeamentos, análise de solo, agricultura de precisão, identificação e extração de ervas daninhas, colheitas autônomas e assim por diante e educação, onde essas equipes educacionais voltados para as áreas tecnológicas motivariam os jovens para essa área que é o que gera inovação e desenvolvimento nos Países.

Há diversos grupos acadêmicos, o Prof. Dante salientou inúmeros e eu saliento em algumas instituições, em todos eles, há atualmente representantes, doutores com atuação em robótica no País.

Então, no momento, na coordenação desse, recém criado, comitê de robótica da Sociedade Brasileira de Automática, um dos nossos grandes objetivos é fazer mapeamento de desses grupos atuantes em robóticas e observar, e salientar as suas competências promovendo também, fazer uma promoção também de eventos nessa área e melhor levantamento do Estado, do País na área, tanto na área acadêmica, quanto nas competências também e como está o nosso setor produtivo e nossas indústrias, espero ter a colaboração da ABINEE nesse trabalho que é uma meta comum de toda a sociedade. Como conclusão, podemos ver, que então, que a robótica tem excelentes e variadas oportunidades de desenvolvimento e geração de inovação que o Brasil pode se adiantar, então, realmente numa ação pró-ativa e ser um desenvolvedor de diversos produtos, não só um importador e consumidor que há muito espaço que o País

ainda pode ocupar, várias áreas de interesse que ele tem competência para isso a área e para a área que está um pouco frágil, distribuída e incipiente no País por falta de uma política mais clara agregadora poderia, então, fomentar o incentivo e o apoio, e a ideia de um Programa Nacional de Robótica seria também bastante bem-vindo e espero que colha frutos. Como referências, então, temos a International Federation of Robotics, a United Nations Economic Commission for Europe que também se aplica bastante na área de robótica, a notícias e fomentos realizados pela agência FAPESP e também pelo CNPq e CAPES, peguei dados também da Used Today, da inovação tecnológica, da AI Robot e da revista Consciência. Muito obrigado e parabênz mais uma vez a iniciativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Muito bem. Muito interessante. Agradecemos a participação da Dr^a Anna Helena Reali Costa e em seguida passo a palavra a Marylin Peixoto da Silva Nogueira, Marylin está sendo substituída pelo Dr. Henrique de Oliveira Miguel que é Coordenador-Geral de Microeletrônica do Ministério da Ciência e Tecnologia, Secretaria Política de Informática.

Então, com a palavra V.S^a.

SR. HENRIQUE DE OLIVEIRA MIGUEL – Bom, eu inicialmente saúdo o Exm^o. Sr. Senador Flávio Arns agradecendo e saudando em nome dos demais Senadores presentes, a oportunidade do convite para a Secretaria de Política de Informática do Ministério da Ciência e Tecnologia estar participando dessa reunião da Subcomissão Permanente a de Ciência e Tecnologia aqui do Senado Federal.

Apesar da nossa apresentação, a apresentação que a Dr^a Marylin teria oportunidade de fazer está tratando do assunto robótica, nós vamos falar mais precisamente sobre a Política Nacional de Tecnologia da Informação que abrange esse setor e concluindo também, avaliando algumas sugestões, algumas propostas para fomentar, para apoiar esse setor.

Bom, o Ministério da Ciência e Tecnologia estabeleceu já, desde o início dessa última gestão, um plano estratégico que busca exatamente resgatar algumas das tecnologias que nós já havíamos desenvolvido internamente ou através de parceria com instituições ou mesmo empresas e buscando disseminar essas tecnologias por todo o País. Analisando, então, hoje o mapa das instituições de ensino e pesquisa nacionais, principalmente aquelas que atuam na área de ciência e tecnologia e inovação, nós verificamos que há uma distribuição, uma concentração, melhor dizendo, muito forte nas regiões sul e sudeste, então, esse plano estratégico do MCT visa transformar esse sistema de ciência, tecnologia e inovação, possibilitar uma am-

pla participação de agentes públicos e privados. Aumentar e distribuir melhor todo o sistema de ciência e tecnologia pelo Brasil, envolvendo todos os setores e segmentos. Daí, mais uma vez a importância desta reunião que estamos tendo. Nos seus eixos verticais, através de ações efetivas foram vinculadas todas as ações e atividades do Ministério de Ciência e Tecnologia, as prioridades da Política Industrial, Tecnológica de Comércio Exterior lançada em 2004 pelo Governo Federal. Também aliar os objetivos estratégicos nacionais e promover a inclusão social.

Esse, então, é o plano estratégico do MCT no qual, uma parte a Secretaria que integra o Ministério está atuando nas suas atribuições específicas para apoiar esse plano.

Bom, como integrar essas ações? Através, exatamente, de medidas conjuntas entre os diversos Governos, ou seja, na esfera federal, estadual e municipal buscando uma maior interação entre as empresas e as instituições de ensino e pesquisa, essa aproximação é necessária, tanto pela transferência de tecnologia, como também por uma maior presença de pesquisadores mestres e doutores na iniciativa privada, porque aqui no Brasil, diferentes de outros Países, a maior parte de pesquisa e desenvolvimento, e da participação e presença de mestres e doutores estão no Governo, nas suas três esferas e não nas empresas. Isso faz com que nós tenhamos uma pesquisa que ficam projetos, pesquisas e desenvolvimento que fica muito concentrado nas instituições de ensino e pesquisa e na sua maioria ainda nas regiões sul e sudeste.

Outro objetivo ampliar os investimentos em pesquisa desenvolvimento e inovação nas empresas. Porque a inovação, na realidade, ela ocorre na empresa, o centro de pesquisa desenvolve, mas ele precisa repassar para a empresa para que haja a efetiva comercialização e industrialização do bem.

Então, quais são as ações, então, efetivamente realizadas? Na nossa área, em particular, de atuação da SEPIN, a extensão da vigência da lei de tecnologia da informação ou da Lei de Informática como nós conhecemos. Houve uma proposta de Projeto de Lei que foi aprovado em 2004 e esse Projeto de Lei se transformou, então, na Lei 11.077 que estendeu a vigência da Lei de TI de 2009 para 2019.

Então, houve uma atuação efetiva do Legislativo na aprovação dessa legislação, desde já das legislações anteriores como nós vamos verificar a seguir. Se estabeleceu também um novo modo de gestão dos fundos setoriais, os fundos setoriais eles são constituídos por comitês gestores em áreas estratégicas com a participação de representantes do Governo Federal, do Governo Estadual, da área acadêmica, da área em-

presarial e também participação de trabalhadores em alguns casos. A gestão dos fundos, então, ou seja, os recursos e a destinação dos projetos ficam vinculados ao plano estratégico do MCT com aquelas diretrizes, com os macro objetivos e as ações transversais da política industrial de comércio exterior que definiu áreas prioritárias para a atuação. E mais recentemente foram aprovadas as leis de inovação e a chamada MP do Bem que foi transformada na Lei do Bem.

Sobre os fundos setoriais é um importante instrumento do MCT e eu extrapolaria dizendo que é da sociedade como um todo para promover o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação e os incentivos fiscais que compõem o arcabouço específico voltados na área de ciência, tecnologia e inovação.

Eu gostaria de destacar fundamentalmente as duas últimas legislações ali que estão mencionadas, a Lei de Inovação e a Lei do Bem que são mais recentes, estão sendo regulamentadas e seus frutos devem começar a surgir em breve.

Bom, esses são os Fundos Setoriais, além desses quinze Fundos Setoriais, existem dois Fundos que não estão na atuação do MCT, estão na esfera do Ministério das Comunicações e eu destaco o Fundo de Tecnologia da Informação que são recursos advindos do setor privado para apoiar as atividades de pesquisa e desenvolvimento nessa área. Mas existem outros Fundos, como os senhores podem observar, estão relacionados ao tema aqui tratado como a aeronáutica, o agronegócio, a biotecnologia, a área energética, a área espacial, a área mineral, a área de petróleo, a área de saúde, a área de transportes e a área de infraestrutura que é responsável por um Fundo que apóia o desenvolvimento e a implantação de uma infraestrutura de pesquisa e desenvolvimento nas instituições de ensino e pesquisa vinculadas ou não ao Ministério de Ciência e Tecnologia.

Mais especificamente sobre a Lei de Informática, ela tem já uma longa história, ela vem desde a Lei 7.232 de 29 de outubro de 84 no qual havia um regime bastante restrito de atuação das empresas que ficou conhecido como o regime, na época, como reserva de mercado. Havia um controle das importações e um controle bastante rigoroso do ponto de vista de importações, isso em função do setor no momento. Essa legislação, então, ela evoluiu, a Lei 8.248, a Lei 10.176 e mais recente a Lei 11.077 que altera os dispositivos anteriores e que na mudança da Lei 7.232 para a Lei 8.248, nessa época, o setor de robótica e de automação como um todo já era considerado um setor estratégico, mas com a abertura de mercado. A partir dos anos 90, as poucas empresas que atavam no setor de robótica, praticamente integrando bem aqui no País e

executando a engenharia de serviços, de instalação e de manutenção deixaram de existir.

Hoje, na Lei 11.077, nós não temos nenhuma empresa se beneficiando dos incentivos estabelecidos nessa legislação, ou seja, produzindo esses equipamentos no País e recebendo, em troca, a redução do IPI na comercialização do bem final. Essas são as diretrizes que norteiam a política, é um fomento ao investimento de um setor produtivo, na área de pesquisa e desenvolvimento em ITI, ela busca também uma aproximação efetiva, uma interação maior entre as empresas que participam desse setor e as instituições de ensino e pesquisa, ela busca universalizar a informática, as telecomunicações e automação na sociedade brasileira e está intimamente vinculada a APTS(F), porque dois setores estratégicos da APTS(F) fazem parte da legislação de ITI, que é o setor de microeletrônica e também o *software* e também formar e capacitar recursos humanos.

Os investimentos em P&D, então, é uma contrapartida ao benefício que as empresas podem receber para os seus produtos aqui fabricados, ou seja, os produtos recebem a redução do IPI na sua comercialização, mas há também um incentivo importante que é o direito de preferência nas aquisições da Administração Pública. Estão abrangidos por essa lei o setor de informática, tradicionalmente, o setor de telecomunicações, as centrais, os telefones celulares, o setor de automação, os CLPs, os controladores lógicos programáveis, os SDCDs também, os equipamentos mais tradicionais de informática que a gente conhece só para voltar os microcomputadores, as impressoras e também alguns produtos da área de automação comercial também e automação bancária. Então é um leque bastante interessante de equipamentos abrangidos por essa legislação. A contrapartida das empresas habilitadas, então, é investir em pesquisa e desenvolvimento em tecnologia de informação. Estão obrigatoriamente compelidas a produzir cumprindo um processo produtivo básico estabelecido, as empresas precisam também obrigatoriamente no prazo máximo de dois anos, implantarem o sistema da qualidade e também implantarem o programa de participação dos trabalhadores nos lucros resultados da empresa.

Esse é o arcabouço legal, eu não vou... Apenas comentar que recentemente a Lei 11.077 foi regulamentada em 26 de setembro, mas ela não teve uma suspensão na sua operação, ela continua operando sem nenhuma interrupção. Essa é a distribuição dos incentivos, as empresas precisam realizar investimentos em pesquisa e desenvolvimento na área de ITI, ou investimentos internos propriamente com liberdade de atuação pela empresa de escolher seus parceiros ou

investimentos com instituições credenciadas, que é exatamente aquela segunda linha no meio de 1,44% do faturamento com os bens advindos dos incentivos ou investirem no Fundo Setorial de Informática que esse fundo que realiza, então, projetos, pesquisa e desenvolvimento na área de ITI, buscando também a parceria entre empresas e instituições.

Bom, aí é um resumo, são investimentos em convênio, são investimentos obrigatórios também nas regiões do norte, nordeste e centro-oeste, uma parte desse faturamento é obrigatoriamente investido nessas instituições situadas nessas regiões. E o Decreto, como já comentei, regulamentou, estendeu os benefícios, deu novas condições para os investimentos em P&D, possibilitou as renegociações de dívidas de empresas em investimentos anteriores não realizados, e instituiu um mecanismo operacional de suspensão e cancelamento para aquelas empresas que não cumprem em contrapartida aos incentivos auferidos as suas obrigações.

Bom, robótica, nós já vimos, eu só gostaria de destacar que essa tecnologia, desde a sua origem nos anos 70, quando se começaram as primeiras implantações, isso vale também para o setor de automação como um todo, ela realmente possibilita para as empresas, apesar de um grande investimento inicial, uma redução de custos, um aumento de produtividade e um ganho indireto que é a redução de problemas com trabalhadores. Mas no bom sentido, obviamente, porque determinadas tarefas executadas em ambientes agressivos e muito repetitivos, causam realmente lesão aos trabalhadores, isso é um problema essencialmente sério. Agora, por outro lado, é um ponto bastante polêmico agrava as questões de vagas no mercado de trabalho, quando se substitui mão-de-obra por máquinas. É claro que há um ganho em termos de qualificação necessária para o profissional que lida programa, atua com essas máquinas.

Especificamente, em relação aos bens, por exemplo, robô industrial aqui mencionado, esse produto, ele é passível de se beneficiar dos incentivos da Lei de Informática. Esses produtos estão enquadrados naquelas posições tarifárias da TIPI, que é a tabela de incidência de IPI, mas como já foi mencionado aqui, existe um desestímulo indireto, mas a gente entende a necessidade, porque é um bem de capital para a importação, por isso que existem diversos "Ex" Tarifários com o imposto de importação reduzido e também a alíquota do IPI reduzido.

Bom, um pouquinho agora da conclusão. Qual seriam as possibilidades de apoio para o setor de robótica no Brasil? Primeiramente para as indústrias, as indústrias podem se beneficiar da Lei de Informática

desde que produzam aqui os seus equipamentos numa profundidade ou numa maior agregação de valor ou não, dependendo dessa possibilidade da viabilidade de agregação da cadeia produtiva a esse bem. Nós sabemos que realmente é muito complexo a produção de um robô industrial, por exemplo, vamos nem falar do seu desenvolvimento. Retorna por gentileza só um pouco. E também através de apoio com ações transversais ou verticais dos Fundos Setoriais.

Obviamente (*soa a campanha*) a Lei do Bem também pode ser utilizada. E como já foi destacado aqui, essa legislação do Setor de Ciência Tecnologia e Inovação pode apoiar a formação e a capacitação de recursos humanos nessa área. E é óbvio que seria importante estabelecer uma política industrial e tecnológica visando esses investimentos produtivos é outra possibilidade para que haja empresas fabricantes de capital nacional e externo implantadas aqui no Brasil.

Esses são dados da ABIMAC que é o setor que além da ABINEE representam também parte dos fabricantes potenciais desse tipo de produtos, nós temos 4.500 que a ABIMAC representa. Então são empresas que fabricam diversos equipamentos, por exemplo, máquinas e ferramenta e sistemas integrados de manufatura, equipamentos hidráulicos, pneumáticos de automação industrial.

Então, existem aí diversos produtos que hoje poderiam se beneficiar dessa legislação, mas nós entendemos que a complexidade necessária para a produção no Brasil realmente é uma barreira. Esse é o mercado, são informações da ABIMAC, isso deve estar já ampliado, mas é um setor, realmente muito interessante.

Só para concluir, então, eu gostaria de relatar que no ano passado nós fizemos um levantamento, neste ano e no ano passado, nessa posição referente a robôs industriais, foram importados cerca de dezoito milhões de dólares em 2005, correspondendo a 1.660 unidades, aparentemente não há condições de garantir que sejam 1.660 robôs, e este ano até outubro, já foram importados aproximadamente vinte milhões de dólares, representando 621. Aqui, sim, acredito que sejam robôs industriais. Então é um volume crescente de importações que deve, em breve, justificar talvez a participação maior dessas indústrias no País. Eu agradeço, então, mais uma vez e me coloco à disposição aqui para...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Agradeço a participação do Dr. Henrique de Oliveira Miguel que é o Coordenador-Geral de Microeletrônica do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Passo em seguida a palavra a Marylin... Não, Marylin, sim. Desculpe, eu estou um pouco atrapalhado

aqui nos nomes, mas de fato a Marylin está sendo substituída, como eu já havia dito anos, pelo Dr. Henrique. Passo em seguida a palavra, com muito prazer, para a Louise Pereira Ribeiro que é Gerente de Tecnologia Submarina do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Leopoldo Américo de Mello, CENPES/PETROBRÁS, Rio de Janeiro. Com a palavra, então, V.S^a.

SRA. LOUISE PEREIRA RIBEIRO – Bom dia, Senador, bom dia presentes a Mesa, demais presentes a essa audiência, em nome do nosso Gerente Executivo Carlos Tadeu que eu agradeço em nome da PETROBRÁS a possibilidade de estar aqui contribuindo nessa audiência e em todas as demais que se fizerem necessário.

Eu vou fazer uma breve explicação da aplicação da robótica na PETROBRÁS e até por ser a minha área de atuação, eu vou fazer a importância desse uso na área submarina. E para isso, eu trouxe alguns dados que correlacionam produção e reservas, a profundidade. Nesse primeiro gráfico, aqui, nós temos a produção de óleo equivalente diário, a média diária da produção de 2005 que foi de mil novecentos e cinquenta e oito mil barris de óleo equivalente, onde se pode perceber que nesses dados de produção, 19% somente dessa produção veio de campos em terra, o que significa que 81% vieram de campos, ou seja, poços que estão no mar. Sendo que significativamente a maior parte, 60%, em campos, em poços que estão em lâmina d'água de 300 a 1.500 metros de profundidade, 16% de 0 a 300 metros e ainda uma pequena fatia de 5% em campos em lâminas d'água superiores a 1.500 metros.

Com relação a reservas, ainda no ano de 2005, reservas provadas, esse quadro também se repete onde a gente pode perceber que uma pequena fatia, somente de 10% de reservas estão em campos em terra. Ou seja, 90% em campos, em mar. E cada vez aqui mais, sempre caminhando para águas profundas ou ultra-profundas com 55% em campos entre 300 e 1.500 e já uma contribuição significativa de campos em lâminas d'água superiores a 1.500.

A área exploratória, o que nós estamos fazendo esse ano também, temos concessões também numa... 24% somente de campos em terra e outra vez, 64% das áreas de concessão estão em águas profundas, que são aquelas de 300 a 1.500 ou águas ultra-profundas, ou seja, acima de 1.500.

Então, a gente pode perceber que existe um grande nicho para a aplicação da robótica na área submarina.

Bom, eu trouxe aqui alguns exemplos de aplicação, essa necessidade que se faz, nesse caso-se até subaquática e submarina de serviços que se fazem necessários, nesse caso feito por mergulhadores, por-

que eles são em lâminas d'água de até 300 metros, então aqui nós temos um mergulhador fazendo uma solta, aqui uma mediação de espessura, aqui ele está fazendo uma conexão de um equipamento e aqui auxiliando colocação de um cabo para o içamento de um equipamento submarino. Mas, conforme eu mostrei, a lâmina d'água, poços, o nosso cenário são de lâmina d'água acima de 300 metros onde a gente não pode ter o mergulhador, os mergulhos, mesmo saturados, eles se limitam a 300 metros. Além do fato, mesmo nessa lâmina d'água, a segurança. Isso aqui é um homem trabalhando em condições difíceis, além do que também prejudica a saúde.

Então, hoje o que a gente tem utilizado muito na área submarina são os denominados ROVs, que do inglês, veio do Remote Operating Vehicle, que nada mais é do que um robô submarino telecontrolado da superfície através de umbilical eletromecânico.

Se a gente comparar esse robô com um homem, com é que a gente poderia fazer a comparação das suas características básicas? O que é que ele se utiliza para se deslocar? O homem utiliza as pernas e ele vai se utilizar de propulsores hidrodinâmicos.

Com relação a manuseio, nós temos os braços e as mãos e o ROV terá os manipuladores. Com relação a visualização, nós temos os nossos olhos e eles se utilizaram de câmaras de vídeos submarinhas especiais. Com relação ao controle e decisões, nós temos o cérebro e eles terão um sistema de controle da superfície com algoritmos dedicados. Aqui tem uma visão, então, de um ROV, é um equipamento com essa... Ele possui, então, as câmaras, os manipuladores, o sistema de controle e telemetria, potência, também, alimentação elétrica e os propulsores para ele poder se locomover. É um veículo móvel. Ele está ligado, então, a superfície por um cabo eletro-ótico, ou mecânico, e na superfície, operado normalmente por dois homens, nós temos uma central de controle. Nessa central, nós temos os monitores das câmaras, os controladores dos manipuladores, os controles dos propulsores e sistema de navegação e os sensores das variáveis dos sistemas elétricos, eletrônicos e hidráulicos.

Bem, aqui são alguns exemplos de robôs que a gente vem utilizando na indústria do petróleo desde a década de 70, 80. Esses primeiros aqui, a PETROBRÁS fez grande uso dos RCV 225. Eles basicamente eram só para visualização e mesmo onde a gente tinha, quer dizer, a visualização é a transmissão da viagem para a superfície.

Então, mesmo quando nós tínhamos os mergulhadores, nós sempre tínhamos a presença desse tipo de veículo para transmitir a imagem do que um mergulhador e podemos até nos comunicarmos com

ele para saber se a atividade que ele estava fazendo, estava fazendo correta e ter esse feedback.

Aqui já se vê um aumento da complexidade desse tipo de equipamento e nessa última, temos aqui mesmo no caso tendo um mergulhador, temos só um robô para visualização e um aqui já para manipuladores, onde mostra que também eles podem conviver. Mas, caracterizam uma passagem quase já do... Ele está passando aqui até uma chave, já para o robô automatizado.

Aqui são alguns exemplos de ROVs que nós temos atualmente em operação, a PETROBRÁS não é dona desses equipamentos, ela contrata esse tipo de serviço, nós temos hoje, cerca de 43 desses robôs contratados de empresas, contrata o serviço de inspeção e 20 desses robôs estão em unidades em barcos especiais que nós chamamos de RSCVs esses barcos onde normalmente só temos o ROV e 23 em sondas de perfuração e completação. Que o nós usualmente utilizamos esse ROVs para fazer que tipo de operações.

Então, o ROV não são operações que a gente faz todo dia, igual a indústria, elas variam bastante. Aqui existe um exemplo de um ROV, um equipamento submarino e ele está atuando uma válvula, aqui é o *open*, abrir e aqui é o *close* de fechar.

Então, nossos equipamentos, apesar da atuação muitas vezes serem atuações remotas, nós temos *backup*, que no caso de falha de uma operação automática, você poderia ir com o ROV e fazer essa operação.

Nesse caso aqui, um ROV, o mesmo que até o anterior... Com o seu manipulador fazendo uma montagem de um cabo de aço para possibilitar o içamento de um equipamento que está no fundo do mar. Ele também é muito utilizado na inspeção visual de qualquer equipamento, nesse caso aqui é uma árvore de (inaudível) molhada, é um equipamento de segurança de poços submarinos ou ele pode também ser utilizado para a mediação de potencial eletroquímico também de um equipamento submarino, nesse caso aqui é o *manifold* para avaliar a proteção anticorrosiva e são operações que a gente tem que fazer para garantir a integridade daquele equipamento no fundo do mar. Além dessas que são operações regulares, existem aqueles casos de falha, aqueles casos onde a gente precisa desenvolver algo que o próprio ROV não dispõe que a gente chama que são as intervenções especiais.

Então, por exemplo, nesse caso foi desenvolvida aqui uma ferramenta, ela tem uma câmara e um bico aqui para a injeção de glicol onde era de difícil acesso, por exemplo, você tem metro vazamento e não sabe de

onde ele vem. E olhando, só para as câmaras do ROV, você não é capaz de identificar de onde ele vem.

Então, a gente desenvolve em conjunto com indústria ferramentas que são acopladas ao ROV para, por exemplo, nesse caso um local de difícil acesso. Nesse aqui é uma ferramenta de toque também como a câmara, aqui a própria ferramenta de toque que também foi acoplada pelo braço do ROV também pelo seguinte motivo porque ele era um lugar de difícil acesso e somente com um braço e uma ferramenta de toque nós não teríamos acesso ao local onde a gente precisava apertar a porca de um parafuso de um flange. Então foi desenvolvida essa ferramenta. Uma outra ferramenta também que a gente faz uso é uma ferramenta de corte de parafuso. Aqui a ferramenta mostrada num modelo computacional e aqui ela já montada num flange, aqui é os cortes onde fazia o corte e normalmente essas ferramentas são projetadas, são testadas em laboratório, primeiro, e depois elas são testadas no campo e depois para fazer a operação realmente a que ela se destina.

Bom, aqui eu trouxe também alguns exemplos de projetos que nós temos em desenvolvimento. Todos esses projetos, usualmente são feitos em conjunto com a indústria ou com as universidades, apesar da gente dispor de um laboratório na PETROBRÁS, nós testamos algumas coisas, mas sempre temos a iniciativa para poder agilizar essa chegada da prestação de serviço fazer junto com a indústria e a universidade. Essa é uma ferramenta que nós chamamos de ARGUS, ela é utilizada para a inspeção de dutos, nesse caso um duto flexível e esse duto normalmente ele está asso-reado, e para garantir a integralidade, nós temos que fazer uma inspeção em toda a circunferência, e também na geratriz inferior. Então essa foi uma ferramenta desenvolvida para que ela possa inspecionar todo esse trecho horizontal do duto, mas com uma visão completa da circunferência, aqui ele em teste, 100% testado em campo antes da gente levar a ferramenta para o mar.

O outro projeto é o robô GIRINO, esse girino vem das iniciais de Gabarito Interno Robotizado de Incidência Normal Oleoduto, ele caminha sozinho, claro que ele tem umbilical que conecta ele até a superfície, mas ele se desloca dentro do duto sozinho. Ele tem a finalidade de fazer a restituição, ele pode carregar ferramenta com ele, e com isso ele pode restituir a geometria de um duto, fazer levantamentos de dados geométricos e também desobstrução interna, dependendo da ferramenta que ele carregue com ele. Aqui já temos o teste também feito em campo para depois, a gente poder ir para o mar, são projetos todos que

estão ainda em desenvolvimento, não são tecnologias ainda totalmente disponibilizadas.

Bom, aqui é um robô, nós chamamos o robô ambiental Chico Mendes, que é um robô móvel que não está em Marte, mas está lá na Amazônia fazendo, ele é parte de um projeto PETROBRÁS denominado Pia-tã, e ele vai fazer um monitoramento visual, além da coleta de amostras e espécimes.

Então, a gente começa com modelos reduzidos como esse aqui, ele está sendo testado lá mesmo no CENPES para partir para modelos, para o seu protótipo no seu tamanho original já fazendo um teste aqui no Rio Solimões. Ele transmite a imagem para onde você quiser e pode coletar imagem e trazer.

(soa a campainha)

Bom, além desse projeto, nós temos também o robô-cobra que é um coletor e observador de borra robótico articulado que é utilizado na inspeção de tanques de combustível e ele também coleta amostras em pontos específicos. Então a mesma coisa, ele pode colher amostras quanto fazer a inspeção. E o que é que a gente entende, o que é o futuro dessa robótica, alguns exemplos do que a gente pensa que pode ter no futuro. Primeiro um equipamento autônomo com inteligência artificial que é o, a gente chama de AUV Autonomous Underwater Vehicle. Já existem alguns até no exterior a utilização em serviços de levantamento de dados geofísicos, assim como também poderiam ser adequados para a realização de inspeção submarina.

Uma outra necessidade é o sistema de visualização submarina tridimensional, a necessidade da gente até para poder se localizar melhor, ter essa visão 3D. Então nós temos também lá, é um projeto que está em andamento, desenvolvendo, mais posicionamento das câmaras e um software que permite, inclusive, a gente fazer medições como essas, esse aqui é um teste de laboratório em regiões congestionadas, mas a importância para que amanhã a gente possa, inclusive, programar certas operações ainda em terra e que o ROV sozinho possa lá e fazê-la. Com isso a gente tem redução de custo, porque essas intervenções submarinhas utilizam-se de barcos que têm valor de taxa diária bem elevada.

Aqui, até por uma necessidade da PETROBRÁS no campo de barricuda, nós vamos precisar trocar muitos parafusos porque nós tivemos problemas numas conexões, então essa ferramenta ela trocaria, ela substituiria automaticamente todos os parafusos de um sistema de conexão. Aqui só está o modelo computacional, mas em breve, a gente conta ter essa ferramenta disponibilizada.

Então, muito útil e necessário até para diminuir o tempo de operações, seria softwares para simulação

e testes para nossas intervenções em que a gente pudesse similar tudo antes, para que quando a gente chegasse para fazer a operação realmente no mar, a gente pudesse diminuir o tempo dessas operações.

Bom, agradeço. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu agradeço a participação da Louise Pereira Ribeiro que é Gerente de Tecnologia Submarina do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Leopoldo Américo de Mello, CENPES/PETROBRÁS, Rio de Janeiro. Passo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Agradeço ao Senador Arns e quero cumprimentar as senhoras e os senhores que nos dão a oportunidade de uma imersão num assunto que, há determinados assuntos que dada a sua importância, as audiências públicas, Senador Arns deveriam ocorrer no Plenário do Senado, para despertar a curiosidade, o interesse, a atenção do maior número possível de Parlamentares.

Para os senhores, e os senhores avaliem a importância de uma Audiência Pública como essa, há necessidade, primeiro, de haver Parlamentares que tem a compreensão exata do que representa uma Audiência Pública, com representantes de setores da sociedade, de organismos, como essa que nós realizamos hoje. Há necessidade de ter Parlamentares aqui que tenham essa exata compreensão. Para vocês terem idéia, ainda ontem por provocação também do Senador Arns, tivemos oportunidade de discutir um outro tema relativo ao complexo de assistência à saúde em nosso País, a relação do SUS com a rede hospitalar e etc. Algum de nós ou talvez muito de nós não damos, não por negligência ou displicência, mas às vezes a nossa atenção está voltada para outros problemas outros aspectos e não valorizamos como devemos valorizar a realização de uma audiência como essa.

Então, eu quero, mais uma vez, parabenizar a iniciativa do Senador Arns de proporcionar e nos envolver num debate de um tema que muito de nós, eu confesso a minha quase total ignorância no assunto, muito superficial e aqui, durante, quase uma hora, nós tivemos oportunidade de perceber o quanto o assunto é importante porque ele impacta do usuário a nossa economia, é de uma importância fundamental para não me estender, eu gostei muito da expressão utilizada pelo Senador Arns e ela traduz o propósito de não ficarmos por aqui, as Audiências Públicas que eu já estou aqui na expectativa de voltarmos a discutir essa questão em outras oportunidades. Eu acho fundamental que isso ocorra e, portanto, louvo a iniciativa. Eu fiquei atento aqui a dois aspectos que eu acho que são, vejam, que aqui me permito não discordar,

Dr. Rubinatto, mas eu coloquei aqui também não em confronto, mas considerações paralelas feitas pelo senhor e pela Dr^a. Anna, se não estou equivocado, acerca da... Ela inclusive utilizou uma expressão que eu achei muito interessante, desenvolvedores, é isso? Pelo que entendi, nós estamos muito longe de atingirmos, de demonstrarmos a capacidade que nós temos, inclusive, em outras áreas. A Dr^a. Louise, aqui representa a PETROBRÁS, a PETROBRÁS canta isso em verso, isso daí, ela é talvez (*soa a campainha*) das empresas de prospecção de petróleo no mundo inteiro, aqui tem talvez uma das melhores tecnologias de prospecção em águas profundas, isso é cantado em prosa e verso no nosso País.

O Brasil tem o melhor sistema eleitoral que tem sido copiado por outros Países. É uma coisa interessante, nós temos, no que tange a tecnologia, desenvolvimentos fantásticos em algumas áreas, mas esse é o centro da questão, não discordando do senhor, mas por coincidência um dia desses nós estávamos tratando de um outro assunto na área da educação, inclusive, surgiu a expressão *commodity*, eu discordei, inclusive do Senador Cristovam porque ele achava que não deveríamos aplicar a expressão na nossa, na música brasileira, por exemplo, é exportada para o mundo inteiro e eu achava que... Por que não? Mas, hoje, eu me inclino a considerar que o Brasil deve se debruçar com a maior atenção, com a maior responsabilidade no sentido de criar as condições para que *pari passu* deixemos de importar o que o senhor considera uma *commodity*, um braço mecânico. Como eu disse, nós temos... Isso aqui não é ufanismo, mas o brasileiro se lhe é dado condição material, financeira para que ele produza coisas fantásticas, isso se torna uma realidade.

Então, eu creio que o que nos falta é de isso, Sr. Arns. Observarmos essa questão com a responsabilidade que ela exige, com a atenção que ela exige, para *pari passu* nos tornarmos menos exportadores do que o senhor denomina de *commodity* e nos tornarmos cada vez mais desenvolvedores nessa área de equipamentos, de robôs, de tecnologia de ponta, encarando com realismo, com inteligência, a questão que é a todo instante, é recorrente mesmo nessa área de vocês, a relação entre o crescimento dessa área e o mercado de empregos e trabalhos.

Na década de 70, eu trabalhei como torneiro mecânico numa... Em várias empresas no Rio, desde o turno imor(F), aquele mecânico mesmo, e acompanhei o que talvez seja na área, na área da tornearia mecânica o precursor da robótica que era o surgimento do torno semi-automático e depois do torno automático. De fato, isso no nosso ambiente casou, impactou na área do

emprego. O torno automático, por exemplo, substituíra cinco, seis, sete torneiros mecânicos. A gente programava o bicho e ele produzia ali, sem a estafa que nos acometia, sem os problemas que o ser humano, na prática, no trabalho desenvolve. Mas eu acho que a gente deve encarar esse aspecto com realismo, também com extrema responsabilidade, com criatividade, nós não podemos, o Japão que talvez seja o País onde isso ocorre de forma extremada, o desenvolvimento da robótica, a atuação e a aplicação da robótica, talvez isso tenha que ser aplicado em nosso País sem a cópia direta, por quê? A gente precisa como em áreas que a gente tem crescido e se desenvolvido com criatividade, com inteligência, não precisamos copiar as coisas formalmente, precisamos copiar é o interesse pela ciência, copiar o interesse pelo desenvolvimento da tecnologia, isso sim, mas com criatividade, observando a nossa realidade que talvez aponte para outras necessidades para outros campos. Então eram as considerações que eu queria fazer, louvando mais uma vez a iniciativa e agradecendo o privilégio, inclusive, de ter estado aqui ouvindo as senhoras e os senhores com muita atenção e queira Deus que o Congresso Nacional incorpore esse assunto, esse tema como um de seus temas mais importantes para que a gente possa, quem sabe, aí no futuro, como às vezes ocorre no desdobramento de Audiências Públicas como essa de sair aqui na Casa ou tramitar na Casa projetos que contemplam o setor na sua moldagem normativa, na sua fonte de financiamento, quem sabe, não é Senador Arns?

Então, eu quero agradecer o privilégio de ter estado aqui ouvindo as senhoras e os senhores, e tomara que coisa se desenvolva e cresça aqui nessa Casa como eu acho que é importante que isso ocorra.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Agradeço a reflexão sempre adequada, profunda do Senador Geraldo Mesquita sobre esta Audiência Pública, passo em seguida a palavra ao Senador Augusto Botelho. Nós comentávamos, inclusive, antes, que a tecnologia que V.Ex.^a utiliza sempre nos lembra da Amazônia também.

(risos)

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR)

– Do meu sapinho.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – É, o sapinho no telefone. Eu até peço desculpas porque eu já deveria ter convidado V.Ex.^a antes para cá para presidir essa reunião que é Conjunta da Comissão de Educação com a Subcomissão de Ciência e Tecnologia, eu quero destacar a todos que o Senador Augusto Botelho é Vice-Presidente da Comissão de Educação do Senado Federal. Médico, atuante, estava

também no debate hoje sobre a lei que regulamenta o ato médico. Então são várias atividades... (celular tocando) Olha aí... (risos) Concomitantes no Senado Federal, mas está com a palavra V.Ex.^a.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) –

Muito obrigado, Sr. Presidente, realmente eu gostaria de me desculpar porque é a primeira vez no parlamento, nos 180 anos de parlamento do Brasil, que esse assunto robótica está sendo abordado e os senhores não fiquem triste porque a frequência foi pequena porque havia uma discussão, duas discussões assim que tinham que votar com presença aqui na Comissão de Assuntos Sociais, o ato médico estava sendo discutido, e na Comissão de Infra-Estrutura também havia uma discussão que já vinha rolando algum tempo que exigia a presença dos Senadores para votar.

Terminando lá, eu corri para cá porque eu acho assim, que nós passamos para o terceiro milênio, no terceiro milênio quem vai mandar é o conhecimento e os senhores estão na ponta do conhecimento.

É lamentavelmente que no nosso País, ainda, talvez só 10% das escolas públicas tenham acesso a informática, que é o primeiro passo para chegar no campo dos senhores, mas eu tenho certeza que nós brasileiros, Santos Dumont era brasileiro, essa mistura genética que tem aqui no Brasil, nós conseguimos produzir coisas importantes e de ponta. E robótica, na minha área de medicina é uma coisa que dá muitas esperanças, dá esperanças mesmo de reduzir as intervenções, as procuras de doenças a pequenas incisões, sempre vai ter que ter uma incisão, isso o cirurgião não pode correr. Então do conforto paciente da segurança, e até de intervenções mesmo, é sonhar, mas a gente tem que sonhar mesmo para a gente chegar lá. Eu gostaria de agradecer a presença dos senhores e dizer que essa presença dos senhores vai ser reproduzida e os Senadores terão acesso, eu vou ter acesso às duas que eu perdi, foi do Dr. Rubinatto e do Dr. Barone que eu perdi. A TV vai reproduzir também, todos terão oportunidade de ver. E tenho certeza que os senhores serão incomodados novamente para vir aqui, numa ocasião que tiver mais gente para participar, porque o dinheiro é resolvido aqui que vai para as universidades. Eu vou falar uma coisa, eu sou da Comissão de Orçamento, a gente briga com dificuldade para conseguir colocar dinheiro no conhecimento, na ciência, na tecnologia.

A EMBRAPA que é um exemplo, que todo mundo respeita e conhece, que sabe-se que já pagou milhares de vezes o dinheiro que foi investido nela e o que é investido nela, a gente tem dificuldade de conseguir. Por isso que os senhores quando forem chamados, devem vir aqui com boa vontade e fazer o que fizeram

hoje, mostrar o conhecimento, introduzir o assunto na cabeça das pessoas aqui, porque na hora que a gente for lutar por uma reivindicação dos setores de vocês, todos saberão para poder ter consciência da necessidade de colocar mais recursos.

Muito obrigado a todos e, Presidente Flávio Arns, parabéns pelo Requerimento de V.Ex^a e do Senador Demóstenes.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Agradeço também a participação do Senador Augusto Botelho e eu quero dizer o seguinte que esta é uma... Se bem que a audiência esteja sendo conjunta da Comissão de Educação, com a Subcomissão de Ciência e Tecnologia, todas as conclusões serão levadas para a Comissão de Educação, ao mesmo tempo, eu acho que como já foi ressaltado, é a primeira vez que esse debate acontece dentro do Congresso Nacional, o que também é outro ponto positivo, ao mesmo tempo a TV Senado, a Rádio Senado, a Agência Senado, quer dizer, os mecanismos de comunicação do Senado Federal estão levando as notícias, a repercussão, a informação dessa Audiência Pública para todo o Brasil e através desses mecanismos, esta audiência vai ser repetida, inclusive, para todo o Brasil. Então muitas pessoas vão assistir, vão discutir, vão pensar sobre o assunto e é uma oportunidade assim, inclusive, de se desmistificar coisas em relação a essa área para ver... Quer dizer isso está desde quando usando a expressão do Senador Geraldo Mesquita, desde a utilização pela pessoa, pelo indivíduo, pelo cidadão, até a grande indústria, numa tecnologia de ponta em termos, por exemplo, da PETROBRÁS. Mas, ao mesmo tempo, nós temos um conjunto de sugestões que foram apresentadas e todas essas sugestões serão analisadas pela Comissão, pela Subcomissão e nós vamos aqui fazer esses encaminhamentos para que isso subsidie os trabalhos na sequência também em termos de robótica.

Então, eu diria assim que foi um momento importante, rico, produtivo, agradecemos assim, a participação, o conhecimento, a troca de informações. Fazemos esse pleito de novo para realmente o Congresso Nacional poder contar com os senhores e com as senhoras em outras ocasiões, esta convocação, este Requerimento é para a realização de Audiências Públicas.

Então, no plural, inclusive.

Então, foi uma satisfação muito grande. Antes de encerrarmos essa Audiência Pública, eu gostaria de durante um minuto, dar a palavra a cada um dos participantes para as considerações finais.

Então, em primeiro lugar, o Dr. José Luiz Rubinatto que é Diretor da Área de Automação Industrial da

Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica e Diretor-Geral da YASKAWA Elétrico do Brasil.

SR. JOSÉ LUIZ RUBINATTO – Quero agradecer a oportunidade em estar presente num evento que eu considero de suma importância para o desenvolvimento do nosso País e que num futuro breve o Brasil esteja na mesma posição das grandes potências, tanto na utilização da área de robótica, como no desenvolvimento dela. Nós temos um corpo de cientistas e doutores universitários que são capazes, junto com a indústria, de levar o Brasil a essa posição.

Então, eu quero agradecer e pode contar com a minha presença em outros eventos e com a nossa colaboração. Muito obrigado a todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Agradeço ao Dr. Rubinatto, passo a palavra ao Dr. Dante Augusto Barone, Coordenador do Laboratório de Robótica Inteligente da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

SR. DANTE AUGUSTO BARONE – Mais uma vez, gostaria de agradecer a oportunidade dessa Audiência Pública, o Requerimento do Senador Flávio Arns e do Senador Delcídio Amaral, e também quando justamente estava na presidência da Comissão de Educação, o Senador Augusto Botelho aqui presente, que inclusive também temos que depois marcar um momento para entregar oficialmente o diploma de amigo do PET, que quando houve o congresso lá em julho em Florianópolis, o Senador estava com problema de saúde. Mas queremos, então, registrar de público que é amigo do Programa de Educação Tutorial assim como Senador Flávio Arns e vamos marcar uma oportunidade. E justamente por que eu falo do PET? Porque como eu mostrei nas transparências e foi justamente o próprio Congresso Nacional, a Comissão de Educação do Senado, a Comissão de Educação da Câmara que mantiveram esse importante programa para a educação. E esse programa ensino, pesquisa e extensão e a gente vê como ações justamente do próprio Congresso Nacional impactando na sociedade, eu mostrei uma atividade que nós fazemos do meu grupo, PET-Computação, com escolas públicas, então, a própria robótica, não só ela é fundamental na ciência e tecnologia como também para desenvolver todo o interesse pela física, pela matemática e pelo interesse pelas engenharias como um todo.

Então, o nosso País realmente tem uma vocação para ser um País grande, nós sabemos que entre 1900 e 1970 era o País que mais crescia no mundo, então a nossa vocação é para ser o que a China é hoje, as taxas de desenvolvimento extremamente elevadas da China, dos Tigres Asiáticos e efetivamente a robótica veio para ficar e nós temos que assumir o nosso papel.

Então, temos também condições de fazer um Plano Nacional de Robótica e juntamente com o Governo, setor industrial, academia, podemos partir até para Emenda, para o Plano Plurianual 2008/2011.

Então, mais uma vez muito obrigado por essa importante oportunidade que vocês dão para a robótica num País como o todo, e para a ciência e tecnologia e para a educação como um todo. *(soa a campanha)*.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Agradeço ao Prof. Dante Barone. Passo em seguida a palavra para as considerações finais para a Dr^a Anna Helena Reali Costa que é Coordenadora do Comitê de Robótica da Sociedade Brasileira de Automação e Professora da Escola Politécnica na Universidade de São Paulo, USP.

SRA. ANNA HELENA REALI COSTA – Mais uma vez eu gostaria muito de agradecer aqui a nossa participação, essa importante iniciativa tomada aqui pelo Senado, por essa Casa e indicar que também queremos fazer a difusão e a desmistificação do nome robótica, do tema robótica bem explorado na ficção, mas que no fundo afeta e impacta diretamente a sociedade, e está aí, vai chegar, vai tomar conta dos nossos lares, dos nossos serviços, das empresas, indústrias e nos resta somente difundir isso, encarar esse problema, apostar na educação e na difusão do conhecimento, na transferência de desenvolvimento de tecnologia e inovação para que façamos parte de fato e assumamos o nosso papel que está nos esperando aí no mundo, como potência que é o nosso País. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Agradecemos a Dr^a Anna Helena. Passo em seguida a palavra ao Dr. Henrique de Oliveira Miguel que é o Coordenador-Geral de Microeletrônica da Secretaria de Política de Informática do Ministério da Ciência e Tecnologia.

SR. HENRIQUE DE OLIVEIRA MIGUEL – Eu agradeço a oportunidade da Secretaria de Política de Informática trazer as políticas que estão ora em desenvolvimento nesse setor, mas é claro, é visível pelas apresentações aqui feitas, pelas discussões que certamente ainda serão desenvolvidas que nós temos um desafio muito grande pela frente. Esse não é um setor, realmente, muito fácil de atuar, é bastante complexo, a dificuldade de acompanhar e de superar as defasagens e as lacunas que nós temos no Brasil, realmente são muito grandes. Esses desafios realmente transcendem a atuação do próprio Ministério da Ciência e Tecnologia, dos parceiros aqui presentes, porque demandaria uma ação conjunta, realmente, da indústria, das instituições de ensino e pesquisa, dos mais diversos setores, desenvolvimento seja hardware, seja software, seja formação de recursos humanos, enfim, é

um leque muito grande e esse setor pela abrangência que terá e pela importância que terá no futuro é significativo e merece realmente uma atuação conjunta de toda a sociedade.

Só para os senhores terem uma idéia o déficit da nossa balança no complexo eletrônico esse ano deverá superar oito bilhões de dólares. E nós pagamos esse déficit com as exportações e outros setores da economia. E para que nós consigamos e tenhamos condições de crescer e superar e realmente levar o País a uma condição de sociedade do conhecimento no futuro, essa é uma área que a gente entende que o desafio é grande, mas se conseguirmos realizar e tomar essas medidas, teremos sucesso, então o Ministério da Ciência e Tecnologia, essa é a mensagem que o Secretário nos pediu que trouxesse, *(soa a campanha)* está à disposição dos senhores para auxiliá-los e para que essas medidas sejam direcionadas para apoiar e desenvolver esse setor. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Muito bem, passo em seguida a palavra a Dr^a. Louise Pereira Ribeiro, Gerente de Tecnologia Submarina do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Leopoldo Américo de Mello, CENPES/PETROBRÁS, Rio de Janeiro.

SRA. LOUISE PEREIRA RIBEIRO: Também agradeço mais uma vez o convite feito a PETROBRÁS e coloco à disposição todo o nosso conhecimento, a nossa informação no que for necessário para colaborar a introdução nesse assunto no País. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Muito bem, agradecendo a presença dos convidados para esta Audiência Pública, também ainda dos Senadores Marcelo Crivella, que está aqui presente, Senador Augusto Botelho, Geraldo Mesquita, de todas as pessoas aqui presentes. E já dizendo, antecipando, que daqui a duas semanas teremos uma Audiência Pública aqui nesta Subcomissão sobre nanotecnologia e, inclusive, já tivemos uma introdução ao assunto nesta audiência de hoje e realmente é uma outra área extremamente importante também a ser discutida e desenvolvida, mas eu agradeço a participação, a presença, o envolvimento de todos e que sejamos...

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)
– Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – ...competentes para fazer os desdobramentos dessa Audiência Pública. Antes de encerrar pela ordem ao Senador Marcelo Crivella com a palavra.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)
– Eu só queria pedir a V.Ex^a e aos nossos ilustres convidados que perdoasse a hora que eu cheguei, mas é que o Presidente da República hoje em exercício, Pre-

sidente do meu partido José Alencar fez uma visita a Câmara. Por questões protocolares eu tinha que estar lá. A reunião terminou 12h40 e eu vim correndo para cá, por isso eu peço desculpas aos senhores por não ter estado aqui. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Pois não. Agradeço a todos os presentes e declaro encerrada esta reunião. Obrigado.

(Sessão encerrada às 13h12)

Ata da 46ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação e 6ª Reunião Ordinária da Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 13 de dezembro de 2006.

AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA

Às dez horas e cinquenta e dois minutos do dia treze de dezembro de dois mil e seis, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senhor Senador Flávio Arns com a presença dos Senhores Senadores Marcelo Crivella, Juvêncio da Fonseca, Paulo Paim, Ideli Salvatti, Mozarildo Cavalcanti, Sérgio Zambiasi, Augusto Botelho, Marco Maciel, Romeu Tuma, Eduardo Azeredo, Geraldo Mesquita, Delcídio Amaral e Antônio Carlos Valadares reúnem-se a Comissão de Educação e a Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Demóstenes Torres, Jorge Bornhausen, José Jorge, Maria do Carmo Alves, Edison Lobão, Leonel Pavan, Teotônio Vilela Filho, Wellington Salgado de Oliveira, Gerson Camata, Valdir Raupp, Almeida Lima, Sérgio Cabral, Gilvam Borges, Ney Suassuna, Gilberto Mes-trinho, Aelton Freitas, Fátima Cleide, Roberto Saturnino, Marco Maciel, Lúcia Vânia, Cristovam Buarque e Jonas Pinheiro. O Senhor Presidente Senador Flávio Arns submete à Comissão e à Subcomissão a dispensa da leitura das Atas das Reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 029-CE, de 2006 e nº 004-CESCT, de 2006, de autoria dos Senhores Senadores Augusto Botelho, Roberto Saturnino e Juvêncio da Fonseca, para debater sobre a Nanotecnologia. Comparecem à Audiência Pública o Senhor Márcio Augusto dos Anjos, Vice-Coordenador de Micro e Nanotecnologia da Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação – Ministério da Ciência e Tecnologia; Senhor Marcelo Knobel, Coordenador do Projeto NanoAventura da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP; Senhor José D’Albuquerque e Castro, Coordenador de Nanomagnetismo do Instituto

Milênio de Nanotecnologia e José Antônio Brum, Diretor Geral do Laboratório Nacional de Luz Síncrotron – LNLS/Centro de Pesquisa do Ministério da Ciência e Tecnologia. Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Augusto Botelho, autor do requerimento; Senadores Geraldo Mesquita e Marcelo Crivella. O Senhor Senador Flávio Arns, Presidente da Subcomissão, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às treze horas e onze minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares**, Secretário da Comissão de Educação e da Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Flávio Arns**, Presidente da Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia e Comissão de Educação.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Há número regimental, declaro aberta a 46ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação e 6ª Reunião Ordinária da Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, sendo realizada, portanto, neste dia 13 de dezembro de 2006.

Em primeiro lugar, submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura das Atas das reuniões anteriores e a aprovação das mesmas. Os Senadores que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Esta reunião tem como objetivo realizar Audiência Pública sobre nanotecnologia. A autoria do Requerimento é dos Senadores Augusto Botelho e Roberto Saturnino. Eu tenho a honra então de convidar as pessoas que farão parte desta Audiência Pública. Em primeiro lugar, o Dr. Márcio Augusto dos Anjos, que é Vice-Coordenador de Micro e Nanotecnologia da Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do Ministério da Ciência e Tecnologia. Convido o Dr. Marcelo Knobel, que é Coordenador do Projeto NanoAventura da Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP. Convido o Dr. José de D’Albuquerque e Castro, que é Coordenador de Nanomagnetismo, do Instituto Milenium de Nanotecnologia. Convido também o Dr. José Antônio Brum, que é Diretor-Geral do Laboratório Nacional de Luz Síncrotron, LNLS, centro de pesquisa do Ministério da Ciência e Tecnologia. Agradeço a presença dos convidados. Mencionava a eles que duas semanas atrás tivemos Audiência Pú-

blica sobre robótica. E, além da divulgação do tema, através da Audiência Pública, as Audiências Públicas têm também por objetivo abrir caminhos, perspectivas em termos do plano de elaboração do Plano Plurianual, que se avizinha, em termos da LDO, Lei de Diretrizes Orçamentárias, do próprio Orçamento, os meios de comunicação do Senado, Jornal do Senado, TV Senado, Rádio Senado, Agência Senado fazem também os desdobramentos destas Audiências Públicas e, enfim, há um conjunto de iniciativas que podem ser tomadas a partir da realização de um debate, de um aprofundamento, de uma reflexão sobre o tema. Então, é com muita alegria que temos a realização desta iniciativa. Como foi dito, uma... Agora eu acho que o som está funcionando.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO –(pronunciamento fora do microfone) (inaudível)

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Como? Tem um pouco de eco também, não é? É uma iniciativa, como foi enfatizado, dos Senadores Augusto Botelho e Roberto Saturnino e na justificção eles colocam o seguinte argumento também: Requeremos a realização de Audiências Públicas – até no plural – no âmbito desta Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia, sendo a primeira conjunta com a Comissão de Educação, para iniciar os debates sobre uma das áreas mais promissoras da ciência mundial, a nanotecnologia, ciência que está associada a áreas como mecânica, eletrônica, computação, física, química, biologia e engenharia de materiais, pesquisa e produção na escala nano, escala atômica. O princípio básico da nanotecnologia é a construção de estruturas e novos materiais a partir dos átomos. É uma área promissora, que começa a dar seus primeiros passos já mostrando resultados surpreendentes na área médica, na biotecnologia, na produção de semicondutores, biomateriais, chips, nanocompostos, entre outros.

Visando a dar conhecimento ao Congresso Nacional da relevância das questões suscitadas pela nanotecnologia que solicitamos aos pares, solicitamos, os dois, Augusto Botelho e Roberto Saturnino, o apoio a esta iniciativa.

Então, novamente enfatizando a importância da Audiência Pública, dando as boas-vindas aos convidados e esclarecendo que nós teremos então, agora nessa primeira etapa, 15 minutos para as falas de cada um dos senhores. O relógio marca os 15 minutos automaticamente, quando falta um minuto, tem uma campainha aí que bate. Mas também isto não será impedimento para a conclusão do pensamento.

Não havendo discordância, vamos então ter a mesma sequência do chamamento dos convidados. Em primeiro lugar, eu passo a palavra então ao Dr. Márcio

Augusto dos Anjos, que é Vice-Coordenador de Micro e Nanotecnologia da Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do Ministério da Ciência e Tecnologia. Com a palavra o Dr. Márcio.

SR. MÁRCIO AUGUSTO DOS ANJOS – Bom dia a todos. Agradeço o convite para estar aqui presente, eu sou da coordenação de nanotecnologia do Ministério da Ciência e Tecnologia e vou tentar ser breve na apresentação e focando nas atividades, em algumas atividades do Governo Federal na área de nanotecnologia.

Em termos mundiais, um fato importante ocorre no ano 2000, que é o lançamento do Programa Nacional de Nanotecnologia dos Estados Unidos. Esse é um evento que provoca que vários outros Países também comecem a investir em nanotecnologia e a criar programas nacionais. No Brasil, houve uma articulação rápida, já em 2001, foi lançado, por iniciativa do CNPq, criado um grupo encarregado de elaborar um primeiro esboço do que viria a ser o programa de nanotecnologia e, fato muito importante, foram criadas quatro redes de nanotecnologia. É em torno dessas quatro redes que se estruturou inicialmente o sistema de nanotecnologia do País.

Em 2003, o Ministério de Ciência e Tecnologia encampou a idéia de criar um programa específico para a nano, para isso foi criado um Grupo de Trabalho, que elaborou um documento base do programa. Ao mesmo tempo, foi criada a coordenação, encarregada da gestão do programa e, em 2004, teve início então no PPA o programa de nanociência, nanotecnologia.

Aqui eu abro um parêntesis, para chamar atenção para o seguinte fato. Em 2000 ou 2001, a nanotecnologia surge oficialmente, mas isso não significa aquela parte do zero ou que seja uma ciência nova que surge nesse momento. Na verdade, ela é uma evolução que ocorre em várias áreas do conhecimento, da eletrônica, química, biotecnologia, entre outras, e que chega num ponto em que se torna comum a utilização de técnicas que trabalham com dimensões muito menores do que se usava anteriormente, ou seja, técnicas nanométricas. Esse investimento específico, ocorrido em 87, era na área de crescimento de filmes finos, que são muito usados em semicondutores. Em 87, era muito raro usar o termo nanotecnologia. No entanto, essas mesmas técnicas, atualmente, são perfeitamente classificadas como nanotecnologia.

Eu tinha mencionado as quatro redes criadas em 2001. Aqui nós temos os resultados dessas redes. Eu chamaria a atenção para o número significativo de artigos publicados. Foram quase mil artigos, de 2001 a 2005. Isso significa que já havia no País uma massa crítica de pesquisadores não só altamente qualificados

como extremamente interessados em atuar na área de nanotecnologia.

Falando um pouco mais especificamente do programa de nanotecnologia, o programa do PPA está estruturado de uma forma bastante simples e funcional. São quatro ações. Uma, que visa a criar laboratórios de redes de nanotecnologia, a segunda para garantir a continuidade desses laboratórios e redes, uma terceira ação para apoiar pesquisas básicas e uma quarta, que apóia pesquisas cooperativas, ou seja, empresa/universidade.

Uma crítica inicial recebida pelo programa foi que os recursos seriam insuficientes. Foram, em 2004, oito milhões, 12 milhões em 2005, 14 milhões em 2006. Uma forma que o MCT encontrou para fortalecer um pouco mais o programa foi reservar parte dos recursos dos fundos setoriais, aplicando no programa de nanotecnologia.

Falando pouco mais especificamente das atividades desenvolvidas no programa, em 2005 houve uma reestruturação das redes de nanotecnologia, as quatro redes iniciais deram origem a dez redes. Além disso, foram apoiados nove projetos cooperativos, empresa/universidade, 19 projetos chamados “Jovens Doutores” ou “Jovens Pesquisadores”, desenvolvidos por Pesquisadores com até cinco anos de Doutorado e, graças ao aporte suplementar dos fundos setoriais, foi possível apoiar alguns laboratórios nacionais de grande porte que desenvolvem atividades de nanotecnologia como o Laboratório Nacional de Luz Síncrotron, Instituto Nacional de Meteorologia, Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, Centro de Tecnologia do Nordeste, que se encontra em fase de implementação, a EMBRAPA, que em 2005 criou o Laboratório Nacional de Nanotecnologia para o Agronegócio. Além disso, foi iniciada cooperação com a França, criado o Centro Brasileiro-Argentino de Nanotecnologia e também dado apoio a empresas incubadas na área de nanotecnologia.

Aqui nós temos uma visão das dez redes de nanotecnologia atualmente em funcionamento. Em comparação com as quatro anteriores, essas redes têm focos mais específicos, por exemplo, em nanofotônica, nanobiomagnetismo, nanotubos de carbono, nanocosméticos, entre outras.

Os Institutos do Milênio não são apoiados diretamente pelo programa, mas também são extremamente importantes dentro do sistema de pesquisa de nanotecnologia do País.

Quanto às atividades em 2006, elas seguiram basicamente a mesma estratégia de 2005, foi dado prosseguimento ao apoio às redes de nanotecnologia, lançado novamente um edital para apoio a jovens

pesquisadores e um edital para apoio a infra-estrutura de laboratórios.

Uma novidade em 2006 foi o lançamento, por parte da FINEP, de um edital para subvenção a pesquisa em empresas. O foco era nas áreas da política industrial tecnológica e de comércio exterior, entre as quais está a nanotecnologia. Nesse edital, a área de nano recebeu um aporte de 30 milhões.

Em função desse apoio dos últimos três anos, nós temos, no momento, uma quantidade significativa de projetos em nanotecnologia, são 106 projetos no momento, envolvendo tanto projetos de pesquisa básica quanto projetos com empresas, cooperação internacional e impactos sócio-ambientais.

Quanto à distribuição geográfica. Existem grupos de pesquisa em nanotecnologia atuando em todas as regiões do País e nas principais universidades.

Quanto à área de atuação, nós temos uma indicação interessante. Esses são os resultados... A demanda bruta do edital de jovens pesquisadores de 2005, nós podemos ver que a demanda se concentra principalmente na área de nanobiotecnologia e produção de materiais nanoestruturados, compósitos, polímeros(F), cerâmicos e outros.

Aqui nós temos a demanda dos editais do CNPq. Um fato interessante é que enquanto no edital do ano anterior o número já havia nos surpreendido, foram 178 propostas, o desse ano nos surpreendeu mais ainda, foram quase 300 propostas recebidas. Isso indica que a cada ano aumenta o número de Pesquisadores interessados em trabalhar com nanotecnologia no País. Por outro lado, a demanda tem sido muito superior aos recursos do programa. Na verdade, esse ano serão atendidos apesar 10% das propostas recebidas.

Quanto à geração de produtos, que é a finalidade ou o objetivo do programa, gerar produtos e dessa forma aumentar a competitividade da indústria nacional.

Nós nos encontramos ainda numa fase um pouco inicial. Já há empresas atuando em nanotecnologia no País, mas, de modo geral, a maior parte está se conscientizando dos benefícios da nanotecnologia. Alguns produtos já no mercado. Nós temos a chamada língua eletrônica desenvolvida pela EMBRAPA. Esse é um sensor químico que permite determinar a qualidade de bebidas como café, vinho, entre outros.

O dosímetro de radiação ultravioleta desenvolvida por uma empresa incubada a partir de pesquisas da Universidade Federal de Pernambuco.

Um novo pigmento para tintas, desenvolvido a partir de uma parceria com a UNICAMP com a empresa Bunji(F).

Um secador de cabelo com ação bactericida, cujo funcionamento está baseado em nanopartículas

de estânio. Produtos da Empresa NanoCor, que está desenvolvendo sistemas de liberação controlada de drogas.

Esses são apenas alguns exemplos que eu apresentei. Na verdade, há diversas outras empresas no Brasil interessadas em nanotecnologia. Eu espero que isso tenha dado uma visão geral do panorama. Eu agradeço a atenção dos senhores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Muito bem. Agradeço a participação inicial do Dr. Márcio Augusto dos Anjos e passo a palavra em seguida ao Dr. Marcelo Knobel, que é Coordenador do Projeto NanoAventura da Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP.

SR. MARCELO KNOBEL – Bom, queria agradecer o convite e a possibilidade de vir aqui apresentar um pouco uma ação que a gente está desenvolvendo lá em Campinas. É uma parceria entre a UNICAMP e o Laboratório Nacional de Luz Síncrotron, no Instituto Sangari. E eu acho que é bem interessante que a gente esteja aqui hoje nessa Comissão de Educação, na Subcomissão da Comissão de Educação, porque o que eu vou apresentar aqui é um projeto de divulgação científica, um Projeto que envolve, de uma maneira geral, mostrar o que é a nanociência, o que é nanotecnologia, mas já voltado para as gerações que vão usufruir dessas tecnologias e dessa ciência, que são as crianças e os adolescentes. Então, é significativo vir aqui nessa Comissão porque trata-se de um projeto de divulgação que a gente, em um panorama geral, pode definir como uma educação não formal, que no momento ainda no Brasil é muito incipiente, apesar de ser bastante ativa em diversos lugares do mundo, através de museus de ciência, museus de tecnologia e outras atividades. Então, a gente lá na UNICAMP, preocupado com essa questão, estamos criando um museu de ciências, um museu interativo e, como estratégia para criar esse museu, realizamos um primeiro projeto que, de modo desafiador, resolvermos começar a mostrar o que é que é a nanociência e o que é que é a nanotecnologia para crianças. Então é algo que é inovador no mundo, não é só no Brasil. Então, não existem projetos desse tipo em nenhum lugar do mundo ainda em andamento.

Então, a idéia que a gente teve é criar uma experiência artística e cultural que a gente utilizasse diferentes mídias para mostrar para as crianças, para os jovens, como a ciência, a tecnologia podem ser interessantes, são interessantes, são divertidas, então a idéia é realmente despertar o interesse, trazer a curiosidade para a Ciência e Tecnologia, para, eventualmente, motivar essas crianças e esses adolescentes a seguir, a perseguir carreiras em Ciência e Tecnologia,

em particular, em nanociência, que é o futuro, que a gente acredita que é o futuro da ciência e mostrar, estimular, de uma maneira geral, o pensamento crítico. E a gente, como não tem ainda uma sede física, optou por fazer um circo itinerante que pudesse viajar pelo Brasil. E de fato a gente inaugurou em 2005, abril de 2005, no Rio de Janeiro, já fomos para Porto Alegre, estivemos em Campinas, um período também na cidade de São Paulo e, em pouco mais de um ano, já atendemos um público de aproximadamente um pouco mais de 25 mil pessoas. Atualmente o projeto está instalado lá em Campinas.

Então, a idéia realmente é mostrar para o público alvo específico, são crianças entre oito e treze anos, mostrar o que é que é a nanociência, o que é que é a nanotecnologia e como isso pode ser importante para o futuro deles. Então, a idéia é, dentro de um marco mais geral, despertar o interesse pela ciência e criar interesse pela cultura científica de uma maneira geral.

Então, como missão geral é contribuir para a apresentação da nano ciência, divulgar quais são os alcances da nanotecnologia brasileira, despertando a criatividade, o pensamento crítico das crianças e jovens, fornecendo-lhes ferramentas conceituais para que tenham interesse pela arte e pela ciência.

Então aí tem uma idéia do projeto, a estrutura é uma estrutura na forma de tenda, foi pensada para ser instalada em qualquer parque, em qualquer praça pública, em qualquer cidade do Brasil. É claro que é uma estrutura um pouco complexa de ser movimentada, mas nada que em uma semana não seja possível de se montar.

Então, aí tem a idéia da estrutura como um todo. A próxima também é uma a visão interna, fica mais fácil de ver aqui. É pensado para um grupo escolar. Então, chega um ônibus, 48 crianças, no máximo, entram aqui nessa sala, assistem a um vídeo introdutório de 20 minutos. Gostaria de fazer um comentário breve aqui. Faz dois dias recebemos a bela notícia que o nosso vídeo introdutório da NanoAventura ganhou o Festival de Cinema Científico do Mercosul. Então, menção honrosa no cinema de vídeo científico do Mercosul. E eles assistem a esse vídeo introdutório sobre escala, sobre a nanociência, a nanociência feita no Brasil, uma série de noções gerais e depois são divididos em grupos onde eles vão em quatro estações de trabalho, na verdade, são jogos eletrônicos onde vão se divertir, realmente brincar com Ciência e Tecnologia fingindo que estão num laboratório de nanociência, nanotecnologia. Então, eles vão a quatro estações diferentes, se dividem em grupos, que vão colaborar entre si, vão brincar juntos para descobrir o que é nanociência e nanotecnologia.

Então, aqui vocês têm uma idéia do circo aí já funcionando, as crianças chegando, entrando no corredor, tem um corredor onde já começa a ser mostrada a questão da escala com um espelho, uma mão, um polegar e vai descendo aí a escala até a escala nanométrica.

E aí tem um filme inicial, tem um ator. Tem mais algumas imagens. Tem um ator que estimula a brincadeira, mostra um pouco... Faz umas brincadeiras com as crianças para elas se envolverem, vocês podem ver aqui pelas caras das crianças que elas ficam absolutamente envolvidas no jogo, na brincadeira.

Temos aqui o primeiro jogo, que é uma montagem, um jogo de montagem de nanocircuitos, como se imagina que os circuitos serão no futuro. Então eles têm que trabalhar em grupos. Você vê que são jogos de computador onde, na verdade, é um quebra-cabeça que eles têm que montar em um circuito em 50 segundos trabalhando em equipe. Então nós aqui evitamos de qualquer maneira trabalhar com ficção científica. Tentamos mostrar realmente como a ciência é feita no cotidiano, no dia-a-dia e como isso pode ser desafiador, pode ser divertido. Então as crianças chegam aqui e têm que montar um circuito aí em 50 segundos e a equipe vai ganhando pontos conforme isso é feito.

O próximo jogo é um passeio virtual, eles passeiam de modo virtual, eles se encontram num ambiente virtual passeando pelo Laboratório Nacional de Luz Síncrotron, que foi reproduzido virtualmente, passeando pela UNICAMP, têm que colocar amostras em microscópios, tudo isso num ambiente de simulação.

Isso aqui é um jogo de nanobiotecnologia. Na verdade, o que eu quero mostrar aqui é que a gente desenvolveu jogos especificamente para o produto, que é a NanoAventura, mas que, na realidade, são jogos clássicos, esse daqui, na realidade, é um jogo de tiro, eles têm que atirar, na verdade aqui são remédios, em uma célula, para curar uma célula em vez de matar. Então, a idéia é também de trabalhar em equipe para curar uma célula que está doente com nanotecnologia.

E esse aqui é o quarto jogo. É o jogo de microscopia de força atômica. Eles simulam como se sentissem trabalhando, mexendo em microscópios e têm que limpar uma superfície, átomo por átomo. Então, eles têm que trabalhar em grupo e, na verdade, fazer uma grande diversão.

No final, eles... Vocês vêem aí um pouco os rostos das crianças, que ficam absolutamente entretidas durante a aventura, que dura no total uma hora.

Então aí um pouco de imagens do jogo. Aqui eu quero destacar uma interessante, que é o contrário do que ocorre geralmente no ambiente de museus e

no ambiente escolar, as crianças, rapidamente, em 10 segundos aprendem as regras do jogo, enquanto os adultos às vezes passam a hora inteira sem conseguir compreender como a coisa funciona. Então, não conseguem nem mexer (*risos*) Joystick. Então, é interessante porque a gente conseguiu aí uma maneira de realmente estimular e trabalhar com a linguagem dos jovens, dos adolescentes, das crianças e funcionar inclusive como um instrumento de inclusão digital, porque é todo através de jogos eletrônicos e assim por diante.

Então, isso tem evidentemente gerado... Pela novidade do trabalho, pela inovação, a gente tem conseguido atrair bastante a mídia, isso tem parecido bastante na mídia e faz parte deste processo tão necessário que a gente está fazendo aqui hoje, mostrando um pouco o que é que é a nanociência, o que é que é a nanotecnologia, mas já começando com gerações anteriores, começando realmente com quem vai trabalhar nesta área daqui a cinco, dez, quinze anos. Então, é um assunto que é absolutamente fundamental, um trabalho que é absolutamente necessário e que também deve entrar na pauta, deve entrar na pauta das discussões, de uma maneira geral, da política de Ciência e Tecnologia do Governo Federal.

Bom, só para destacar, evidentemente como isso foi possível de ser criado. Não é, como vocês podem imaginar, não é um projeto barato. No total, ele custou aproximadamente dois milhões de reais para ser desenvolvido. Ele foi patrocinado 50% pela FAPESP, 50% pela Fundação Vitae, nessa primeira etapa. Evidentemente agora nós temos um desafio pela frente, porque às vezes criar algo novo, criar algo diferente, interessante, quando você mostra o projeto, às vezes é até fácil ou relativamente fácil de conseguir os recursos. O problema é agora sobreviver, como manter o projeto ativo, funcionando e a gente está tentando lutar para isso. Porque é um projeto que, assim como custou caro o seu desenvolvimento, também custa caro a sua manutenção, as viagens e tal e evidentemente nós, como uma instituição pública, queremos oferecer essa possibilidade gratuitamente às crianças, aos jovens do Brasil. Mas para isso, tudo isso tem um custo. E não é fácil, como vocês devem imaginar, encontrar empresas que possam patrocinar o projeto, ou mesmo recursos federais ou estaduais destinados à manutenção de uma atividade de divulgação científica, que é tão pouco comum e tão pouco valorizada ainda no nosso País.

Bom, só para relembrar, esse projeto foi uma parceria, ou é uma parceria entre o Laboratório Nacional de Luz Síncrotron, Instituto Sangary também, que é um instituto privado que tem sede em São Paulo, a UNICAMP e a gente tem conseguido alguns patrocínios

esporádicos e alguns apoios esporádicos tanto dentro da UNICAMP, no Ministério da Ciência e Tecnologia e em algumas empresas que têm nos auxiliado para diferentes ações. Mas ainda é algo muito incipiente.

Então, eu acho que já o Senador Flávio Arns comentou anteriormente que a gente já pode colocar algumas questões em discussão, eu já me adianto e coloco que acho que é fundamental a gente trabalhar nessa história de estimular a educação não formal, de estimular a divulgação científica, mas encontrar, fundamentalmente, meios para que essas possam ter realmente idéias novas e que possam viver e sobreviver num ambiente que ainda não é propício. Bom, agradeço a atenção de todos. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Muito bom. Agradeço a participação do Dr. Marcelo Knobel, passo, em seguida, a palavra ao Dr. José D’Albuquerque e Castro, que é Coordenador de Nanomagnetismo do Instituto Milênio de Nanotecnologia.

SR. JOSÉ D’ALBUQUERQUE E CASTRO – Bom dia a todos, eu quero primeiramente agradecer o convite e a oportunidade de participar dessa Audiência Pública e também parabenizar os Srs. Senadores, Sras. Senadoras por essa iniciativa, uma vez que trata-se de um tema de grande relevância.

Bom, gostaria rapidamente de falar sobre a nanociência e a nanotecnologia. Aqui nós estamos tratando de sistemas que têm pelo menos uma de suas dimensões da ordem ou menor do que dezenas de nanômetro. Nanometro é um bilionésimo do metro. Se nós fôssemos dividir o metro e a cada divisão levasse um segundo, para fazer um bilhão de divisões, nós levaríamos um século. Para ver como é que é pequeno um bilionésimo de metro em comparação com o metro.

Bem, essa área ela se expandiu a partir de um desenvolvimento realmente admirável nas técnicas de preparação de material e de caracterização. Quer dizer, processos na escala nanométrica ocorrem na natureza e os processos catalíticos, muitos processos biológicos, são processos todos na escala nanométrica. A grande novidade foi a capacidade que a humanidade desenvolveu nas últimas décadas do século passado de controlar esse processo, de atuar na natureza na escala nanométrica. E é interessante, porque quando você desce a escala manométrica, você desce a escala atômica, então fica sem sentido você falar se aquela molécula tem um fim biológico, ou um fim químico, você quer estudar a propriedade da molécula usando as ferramentas que são comuns a todas essas áreas. Portanto, nanociência e nanotecnologia têm um contratar multi e interdisciplinar. Isso é um ponto importante, porque nós temos que pensar nos profissionais que

vão atuar nessa área e a formação deles. Eu voltarei a falar sobre formação de profissionais, Recursos Humanos um pouco mais adiante.

Bom, a nanotecnologia, em primeiro lugar, é uma fonte de inovação. Isso é reconhecido internacionalmente. Ou seja, nós podemos ter produtos novos, podemos ter processos novos, com grande impacto na economia e na sociedade. Como eu disse, produtos e processos. É importante ressaltar que a nanotecnologia ela é relevante tanto para o setor industrial de alta tecnologia, celulares, computadores, enfim, esses que são, vamos dizer, dispositivos de alta tecnologia, como até para a indústria convencional. Por exemplo, tecidos. Eu vou mostrar um exemplo para vocês que a nanotecnologia pode melhorar a qualidade de tecidos ou agregar certas características a tecidos que são importantes e que a gente não tem. Representa uma oportunidade e desafio para os Países em desenvolvimento. Porque, como é uma área nova, nós poderemos encontrar nichos onde nós sejamos altamente competitivos. Nós já perdemos algumas oportunidades no Brasil na área de micro eletrônica, mesmo na área de biológica e a nanotecnologia é uma oportunidade que nós não devemos deixar passar. Sem dúvida, o domínio da nanotecnologia será importante para agregar valor e competitividade aos produtos brasileiros no cenário internacional. Isso é algo que já é reconhecido por parte não só de Governo, comunidade científica e até se torna mais aceito no meio empresarial.

Bem, eu queria falar de um instrumento que teve um muito importante no desenvolvimento da nanotecnologia, que é o microscópio de tunelamento, que foi inventado em 1981. Você tem aqui uma superfície de um sólido e você tem uma ponte, e você faz uma diferença de potencial elétrico aqui e surge uma corrente que atravessa aqui esse espaço vazio e essa corrente é extremamente sensível à distância entre a ponta da orgulha e o meio, de maneira que quando você percorre lateralmente isso aqui, você vai sentindo a mudança no ambiente e você vai vendo, na verdade, os átomos.

O próximo slide mostra para vocês, aqui nós temos o que se chama de um curral quântico. São átomos dispostos na superfície, átomos dispostos na superfície de um material com átomo no meio. E o que vocês estão vendo aqui são ondas eletrônicas. Então, é um instrumento de altíssima precisão, a gente está vendo átomo e inclusive o que ocorre com os elétrons na superfície desse material.

Bem, como é que se constrói isso, vocês vejam, aqui tem uma imagem de átomos dispostos desorganizadamente na superfície do material, você vai com o microscópio de tunelamento e você pinça átomo

por átomo e você vai construindo então aquele curral quântico, como eu mostrei para vocês. Você trabalha átomo a átomo. Graças a isso os técnicos da IBM puderam, num momento importante, escrever a palavra IBM com átomos de argônio na superfície de um metal. Bom, se os técnicos da IBM escrevem a palavra IBM, nós escrevemos a palavra UFRJ. Isso (*risos*) aí foi... É o logotipo da primeira escola de nanociência e nanotecnologia, organizada na UFRJ justamente dentro desse espírito de uma atividade multi e interdisciplinar que envolveu cinco unidades da UFRJ. E o programa envolvia palestras, Professores tanto da Física, da Química, da Biofísica, da COPI(F) e do Instituto de Macromolécula. Ocorreu em 2006 e nós vamos fazer uma outra em 2007.

Você pode também, usando um instrumento que se chama... Um feixe de elétrons, você pode ir e fazer desenho numa superfície. Vocês vejam que ali a superfície foi escavada graças ao feixe de elétrons. E repare a qualidade desse processo. Isso aí se chama nanolitografia. Quer dizer, o homem numa certa época escrevia sobre a pedra usando um sisal. Agora a gente usa um feixe de elétrons para escrever. Isso aí é o logotipo do Instituto do Milênio de Nanotecnologia, que é um dos institutos criados pelo MCT, só para apresentá-lo rapidamente, a Coordenadora é a Prof. Belita Koller(F), da UFRJ, e o Vice-Coordenador é o Professor Hélio Shacham(F). Nós atuamos em cinco áreas na nanotecnológica, nanotubo de carbono e sistemas relacionados, sistemas magnéticos, esse é coordenado por mim, nano sistemas biológicos, nano estruturas semicondutoras, e aí tem algumas coisas importantes, e nano medicamentos. O instituto ele envolve 93 Pesquisadores de 24 instituições no País, sendo uma empresa estatal, que é a EMBRAPA, e três empresas privadas, uma delas é a NanoCor, sobre a qual o Márcio já falou, que está produzindo medicamentos e vacinas.

Bem, eu queria mostrar para vocês como se produzem algumas dessas nano estruturas. Por exemplo, aqui nós temos a produção de arranjos de pontos metálicos, ou nano partículas metálicas. Essas nano partículas metálicas elas são produzidas da seguinte maneira: Você pega um polímero, faz o que a gente chama... Você faz um desenho usando luz ultravioleta ou elétrons, faz um ataque químico e cria esses buracos e depois você faz uma deposição por evaporação, **formam-se essas pequenas ilhas e depois, com o ataque químico, você remove o polímero e fica só com essas nano estruturas.** Essas nano estruturas, acredita-se, poderão ser usadas na fabricação de memórias de computador, chegando ao limite que se almeja de 150 gigabytes por centímetro quadrado. Atualmente nós

estamos mais ou menos na faixa de 200 megabytes por centímetro quadrado.

Uma outra estrutura que se prepara por deposição atômica, isso que eu estou mostrando para vocês é uma microscopia e vocês podem ver que essa estrutura é formada por mono camadas atômicas, deposita-se uma camada de átomo, outra camada de átomo, é deposição atômica. E vejam a precisão e a qualidade dessa deposição. Isso aqui é feito através de um equipamento que se chama... A técnica é epitaxia por feixe molecular.

Quando você trabalha com materiais magnéticos, dependendo da estrutura magnética, ele pode apresentar uma alta resistência à passagem da corrente elétrica ou, se as magnetizações estiverem paralelas, uma baixa resistência. Portanto, se você pegar esse material e aproximar um ímã, que muda a orientação das camadas, você, através de uma medida de resistência, você mede o campo magnético. E isso tem sido usado para sensores magnéticos. Os computadores que nós todos usamos têm no seu disco rígido essa estrutura para a leitura da informação gravada no disco rígido.

Bem, outra estrutura importante são os nanotubos de carbono. Esses nanotubos, aqui é uma representação gráfica, mas aqui está a microscopia de como se produzem nanotubos. Nanotubos têm uma importância muito grande – eu acho que eu vou estourar o tempo – nanotubos têm uma importância muito grande porque eles têm propriedades mecânicas muito importantes. Por exemplo, você pode... Um nanotubo ele tem uma resistência mecânica muito superior ao aço ou qualquer outro material que a gente conheça. Poderão ser feitas, por exemplo, você poderá ter um colete à prova de balas levíssimo e extremamente resistente, ou cabos para tração. E também esses nanotubos estão sendo pensados como sistema de entrega de medicamento. Você poderá colocar um medicamento dentro do nanotubo e ele ser conduzido até o local e liberar a droga no ponto específico sem danificar as células sãs. O problema é que o nanotubo virou algo extremamente estratégico. Hoje em dia, o Brasil não consegue comprar nanotubo. Não consegue. Está proibido pelo Governo americano. As empresas estão proibidas de vender nanotubo para o Brasil. Nós hoje em dia somos capazes de produzir nos laboratórios de pesquisa algo da ordem de quilo de nanotubo. No entanto, se nós **fomos fazer a aplicação tecnológica, nós vamos precisar produzir tonelada de nano tubo.** Então, esse é um ponto muito importante. A EMBRAER utiliza... Nós tivemos esse problema, por exemplo, com a fibra de carbono, que a EMBRAER utiliza nos seus aviões, que a NUCLEBRAS utiliza nas ultracentrifugadoras que fazem

o enriquecimento do material radioativo. Nós tivemos problemas porque nós éramos proibidos de comprar. As empresas eram proibidas de vender fibra de carbono para o Brasil. Então, se nós não desenvolvermos a tecnologia no Brasil nós estamos perdidos.

Eu vou passar, porque tem mais coisas para falar. Aqui é tratamento de superfície. Isso é madeira que foi tratada com nano partículas. E vocês sabem que a madeira ela é hidrofílica, você joga uma gota de água na madeira e a gota de água se espalha. Aqui um tratamento com nano partículas, a madeira se tornou hidrofóbica, então, ela não molha. Isso aqui tem várias aplicações tecnológicas.

Bom, eu queria mostrar para vocês a produção científica brasileira. Aqui está o aumento percentual da produção científica ao longo desde os anos 80 – eu não estou vendo bem aqui agora – até o ano 2000, comparada com a produção na América Latina e a produção média no mundo. O Brasil teve um grande desenvolvimento científico graças a um Programa Nacional de Pós-Graduação iniciado nos anos 60. Agora, a questão é: Esse conhecimento científico chega na indústria? Ele se transforma em produto, em riqueza para o País? Então, vou fazer aqui uma comparação interessante com o Brasil e a Coréia. No início dos anos 80 o Brasil e a Coréia produziam mais ou menos o mesmo número de patentes. Mas a gente observa que a partir dos anos 90 a Coréia do Sul aumenta o número de patentes numa taxa muito acelerada, enquanto que o Brasil progride muito pouco. Por que ocorreu isso? Porque Brasil e Coréia do Sul, que tiveram desenvolvimento científico comparáveis, o Brasil até um pouco mais, porque a Pós-Graduação do Brasil ela é mais abrangente do que a da Coréia do sul, por que essa diferença? Vamos ver aqui um fator importante. Aqui nós temos várias regiões do mundo comparação entre o investimento feito por Governo e investimento feito pela iniciativa privada. E a gente observa que a contribuição da iniciativa privada ao desenvolvimento tecnológico em todas as partes do mundo é importante.

Bom, vamos ver o que acontece no Brasil no próximo slide. Aqui é como as empresas gastam seus recursos. Comparando o que ocorria no ano 2000 e o que ocorreu em 2003 e os senhores vão ver que a atividade interna de pesquisa e desenvolvimento é baixíssima. *(soa a campainha)*

Os recursos, a empresa brasileira investe pouco no desenvolvimento, na pesquisa em desenvolvimento. Quais as razões para isso? São várias, que vão desde taxas de juros elevadas, sistema tributário, legislação complicada para abrir uma pequena empresa ou fechar, esses aspectos que têm recebido atuação por

parte do Governo, Congresso, foi aprovada a Lei da Inovação no ano passado, mas existe também uma questão cultural, o empresário brasileiro ele ainda não absorveu completamente a cultura de desenvolver a tecnologia.

Eu chamo atenção dos senhores, para o seguinte ponto. Reparem que a mentalidade de adquirir tecnologia no exterior funciona quando a tecnologia existe. Por exemplo, a PETROBRÁS teve que desenvolver a própria tecnologia. Porque a prospecção em água profunda não existia no mundo. A EMBRAPA teve que desenvolver seus próprios produtos, suas próprias tecnologias e o Brasil hoje é um grande exportador de produtos agrícolas. Então, a idéia de adquirir tecnologia no exterior e não investir na produção do País não funciona. Não funciona, claro.

Voltamos aqui àquele quadro em que a Coréia do Sul cresce a sua produção de patentes. O Brasil, é importante mencionar, o Brasil participa de 2% da riqueza mundial. Mais ou menos o nosso Produto Interno Bruto corresponde mais ou menos a 2% do que é gerado no mundo. A nossa produção científica é mais ou menos isso, 1,9% da produção científica mundial. A nossa produção de patente é 0,2. É um fator de 10 abaixo do que é a nossa economia. Então, o que é que está acontecendo? São vários os fatores, como eu falei, mas eu queria chamar a atenção de um. Veja o que aconteceu. Na Coréia, veja que aquele salto ocorre entre os anos 80 e 90. Aqui está a formação de engenheiros na Coréia. A Coréia salta de oito mil engenheiros no início dos anos 80, ou final da década de 70, ela salta para 90 mil. Engenheiro. O Engenheiro ele tem um papel importante. Porque é ele que faz a interface entre a academia e a empresa. É ele que leva para a empresa a novidade, o desafio, as possibilidades. O Brasil tem uma carência de Engenheiros e não é só quantitativa, mas também qualitativa impressionante.

Vejam só, aqui são os formandos universitários. As pessoas que se formam no Brasil. Veja o que ocorre, eu não quero, por favor, ser mal interpretado pelas pessoas, achando que eu sou contra Filosofia, Sociologia, História, Direito, nada disso, mas eu estou dizendo que todas essas áreas são importantes para o País, mas vejam a distorção aqui entre o número de formandos, ou o percentual de formandos em áreas como Ciências Sociais e Engenharias. Aqui inclusive está incluindo Engenharia, produção e construção. É menor do que o que se forma em Ciências, em Física, Química, Matemática... É menor do que a formação de Cientistas.

O Brasil, ele possui cerca de seis Engenheiros por mil trabalhadores. A França possui 18 Engenheiros por

mil trabalhadores. Estados Unidos e Japão possuem 25 Engenheiros por mil trabalhadores. Nós temos cerca de quatro milhões e meio de estudantes universitários, dos quais, esse total representa somente 13% dos jovens com idade entre 18 e 24 anos. E somente 5,9% deles fazem Engenharia. Então, esse não é o único gargalo, o único estrangulamento que nós temos, mas Recursos Humanos é um aspecto fundamental. A gente pode fazer um paralelo bastante simples. A China tem um bilhão de habitantes. Se nós pensarmos que 20% dessa população está preparada para atuar no desenvolvimento do País, são 200 milhões de pessoas. Mais do que a população do Brasil inteira. Então, a China tem um contingente de pessoas qualificadas que é muito grande, muito superior ao Brasil.

Bom, meu último slide. Desculpem ter sido muito longo, mas eu não falei sobre a questão da infra-estrutura para pesquisa, que o Professor José Antônio Brum vai falar, eu não falei sobre as técnicas de preparação, são muitas técnicas de preparação e não são... Exigem um certo investimento, eu não falei de Recursos Humanos para pesquisa, eu não falei na cooperação internacional, que é um instrumento muito importante, e eu não falei em nanometrologia. Nanometrologia é um assunto extremamente importante. Nós sabemos que os Países desenvolvidos impõem barreiras aos produtos que nós exportamos. Essas barreiras elas estão se tornando barreiras tecnológicas. Então, hoje em dia nós temos as chamadas barreiras fitossanitárias. Mas já começam a surgir barreiras de nanometrologia. Se o material não for preparado com características especificadas na escala manométrica, eles não compram o material. Não compram o produto. Então, se nós não formos capazes de desenvolver, e isso o INMETRO está fazendo um esforço muito grande, a nanometrologia no Brasil nós estaremos seriamente prejudicados. Desculpem pelo tempo tomado. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Foi muito bom. Não se preocupe em relação à pequena extrapolação do tempo, porque o assunto também merece a abordagem, se bem que rápida, mas fundamental para os objetivos dessa Audiência Pública. Passo, em seguida, a palavra ao Dr. José Antônio Brum, que é Diretor-Geral do Laboratório Nacional de Luz Síncrotron, LNLS, centro de pesquisa do Ministério da Ciência e Tecnologia.

SR. JOSÉ ANTÔNIO BRUM – Obrigado, Senador. Em primeiro lugar agradecer o convite, é uma grande honra estar nessa Audiência Pública da Subcomissão de Ciência e Tecnologia da Comissão de Educação do Senado.

Eu vou tentar não repetir já a discussão que foi feita, mas vou me concentrar em alguns aspectos da

nanociência e nanotecnologia, aproveitando já o que os meus colegas apresentaram aqui. E complementar um pouco os conceitos.

O Professor José D'Albuquerque já introduziu a nanotecnologia, mas eu só quero chamar atenção de dois aspectos fundamentais. Aqui eu tenho uma escala de dimensões, que ajuda a gente a se situar, o metro, a escala do ser humano, o micro, micrômetro, que é a escala... Isso aqui são bactérias, bactérias típicas que você encontra no organismo humano inclusive. Nós temos então a escala do micron. Isso aqui é uma proteína, é uma proteína associada ao músculo. As proteínas são a estrutura básica de funcionamento de todos os seres vivos. Nós estamos nas escalas de dez nanômetros. E isso aqui é uma estrutura artificial de semicondutores, (inaudível) na verdade, as dimensões aqui são dezenas de nanômetros, mas nós temos... O controle que se tem para construir essa estrutura é um controle subnanometro, 0,1 nanometro.

Então isso aqui nos dá uma idéia da escala. E os dois aspectos que é quero chamar atenção: Primeiro lugar, o nanometro, e aí está a importância da nanociência e da nanotecnologia, é a menor dimensão prática da engenharia. O que é que eu quero dizer com isso? Basicamente, que se a gente olhar na história da humanidade, o que é que nós estamos fazendo no desenvolvimento, primeiro, da tecnologia e depois, conjuntamente, Ciência e Tecnologia, foi aprendermos a manipular a matéria em escalas cada vez menores. Nós fomos dominando essa tecnologia e, como o Prof. José D'Albuquerque mencionou, nas últimas décadas do século XX, nós começamos a controlar a matéria, enxergá-la e manipulá-la na escala nanométrica. Isso significa a menor escala possível. Nós estamos na escala atômica, do átomo e na escala molecular. Essa é a escala fundamental que os materiais são construídos. Então, nós chegamos na escala mais fundamental possível que você pode manipular a matéria. Portanto, as propriedades fundamentais de todos os materiais podem ser dominadas, controladas e eventualmente construídas desta forma, manipulando nesta escala. Daí a importância da nanotecnologia. Da nanociência e da nanotecnologia.

Esse é o primeiro aspecto que eu queria mencionar. O segundo aspecto, justamente, isso aqui é dez nanômetros, dimensão típica das proteínas, que são formadas por uma dezena de milhares de átomos. O nosso mecanismo funciona dessa maneira. O que eu quero dizer com isso? Nanotecnologia é como a natureza aprendeu a construir a vida. Ela construiu a vida a partir de estruturas em escalas nanométricas. A gente só foi aprender isso no final do século... Ao longo do século XX. Aprendemos como é que era o DNA

e depois aprendemos como é que eram as proteínas. Então, os organismos vivos são construídos desta forma. A gente não enxergava isso, hoje enxergamos, mas essa é a estrutura fundamental. Ou seja, quando a gente começa a manipular a matéria nessa escala, nós começamos então a poder, numa forma intencional, controlada, e daí a grande aplicação na biotecnologia e na medicina, em estruturas que se comparam, orgânica e inorgânica, ou seja, nossas estruturas nanométricas a gente constrói e podem atingir nas estruturas mais fundamentais do organismo e por isso que nós podemos fazer então remédios que têm uma função muito mais eficiente na sua atuação.

Eu vou agora mostrar dois exemplos de nanociência e nanotecnologia, dois exemplos que não estão resolvidos, dois problemas que se apresentam na nossa sociedade e que a nanociência e a nanotecnologia podem ser uma solução.

Primeiro problema, energia. Isso aqui é do ano 1998, é o consumo mundial de energia nas suas diversas fontes de energia. Óleo, gás, carvão e as energias renováveis e mais nuclear. Basicamente, a nossa energia é queima de algum tipo de substância, óleo, gás e gás carbônico. Produzindo, portanto, gás carbônico em excesso.

Consumo mundial em 98, 12,8 terawatts. Estados Unidos é responsável por 1/4 do consumo de energia. Eles têm 5% da população mundial. Previsão para 2050, eu não vou entrar em detalhes como se chega a essa previsão, 30 terawatts. É isso que nós vamos ter que produzir em energia em 2050 se nós melhorarmos a nossa eficiência e tudo mais.

Custo da energia hoje. O custo mais barato, justamente, razões de mercado, é onde nós mais consumimos e também onde nós temos maiores reservas. Energia solar, uma das energias mais fáceis, mais renováveis, o custo é um dos mais elevados. Ou seja, combustível fóssil, abundante e barato, energia renovável, não vai ter um papel importante, a não ser que nós controlemos os preços artificialmente, ou nós temos alguma solução tecnológica radical, alguma revolução tecnológica que possa então torná-la competitiva.

Eu não vou entrar em todas as energias renováveis, isso aí pode ser objeto de uma outra discussão, eu quero olhar para a energia solar, que é a mais fácil da gente conseguir produzir de uma forma renovável, portanto, com menores danos para a natureza e tem a grande disponibilidade e é possível de satisfazer a necessidade de 30 terawatts necessários no ano de 2050. Temos dois grandes problemas, como absorver energia solar e como armazenar a energia.

Como é que nós transformamos energia solar em ou eletricidade, combustível, ou basicamente como é

que nós conseguimos transformá-la em alguma coisa que a gente possa depois realizar trabalho? Na natureza, fotossíntese. Quer dizer, a natureza toda aprendeu a fazer a fotossíntese e essa é a maneira como ela absorve a energia solar ao longo de milênios e milênios, milhões e milhões de anos. Nós fazemos isso, transformando em eletricidade, seja por células usando semicondutores ou células fotovoltaicas, duas tecnologias que nós dominamos. Nós somos muito menos eficientes do que a natureza na absorção de energia.

A figura não dá para mostrar muito bem, isso aqui é a evolução da eficiência na absorção da célula solar, absorção de energia solar pela tecnologia humana usando silício amorfo que é barato, lembre-se que o custo da energia solar é muito caro, muito mais caro que a energia disponível com petróleo, gás e carvão, porque silício cristalino, que é muito mais caro, chega a 25% de eficiência. Isso é uma eficiência baixa. Ou seja, somente 25% da energia do sol ele consegue absorver naquela superfície.

E isso aqui é uma das alternativas que nós olhamos para o futuro como nós podemos, primeiro lugar, diminuir o custo das células solares e torná-las então eventualmente competitivas. Isso aqui é um esquema de uma célula solar, não vou entrar nos detalhes, mas basicamente ele precisa de uma camada absorvedora, que é um polímero, e é justamente trabalhando em vez de silício, que não é muito eficiente e também tem um custo alto, você substituir isso por polímeros, que são de custo muito mais baixo. O Prof. José D'Albuquerque já introduziu o que é que é um nanotubo, isso aqui são nanotubos e isso aqui são moléculas, e o que você tenta fazer é usando contatos que são em vez de metais usar nanotubos para fazer os contatos da célula solar e usando moléculas orgânicas para fazer a absorção de energia, transformando energia solar em energia química e que depois então pode produzir trabalho. Isso é um trabalho do grupo do Prof. Ivo (inaudível), da Universidade Federal do Paraná, isso aqui obviamente é um trabalho de pesquisa, não está no mercado, mas é uma das alternativas que você tem para produzir usando a nanotecnologia, nanotubos, e a estrutura de moléculas orgânicas, que são estruturas de tamanho nanométrico, para, eventualmente, resolver o problema.

Agora, nós temos soluções mais radicais se nós olharmos para as alternativas da nanotecnologia. Usar a química de moléculas orgânicas ou usar nanotubos, que já é bastante sofisticado, é uma possibilidade. Baixa o custo. No entanto, a fotossíntese das plantas tem uma eficiência de 30 a 40%, a eficiência do silício cristalino, que é caro, 25%. Hoje nós estamos aprendendo, isso aqui é um resultado ainda de 2006, não é

no Brasil, mas nós aprendemos a fazer formas sintéticas de clorofila, que façam absorção solar, inclusive com maior absorção. O tamanho típico é 300 a 800 nanômetros. Ou seja, uma forma mais radical é nós produzirmos a nossa própria fotossíntese, (inaudível) construindo estruturas que imitam a natureza, é o que a gente chama de biomimetismo, com estruturas justamente do mesmo tamanho que a natureza funciona, nanométricas, e eventualmente até mais eficientes que a própria natureza, como a gente diz, em vez de fazer plantas verdes, a gente faria plantas artificiais pretas, porque a cor preta absorve mais. Então, essa é uma solução muito mais radical, mas também uma solução em que a nanotecnologia pode atacar um problema que vai ser fundamental no futuro, que é o problema da energia.

Olhar um outro problema. Aí eu quero também olhar como é que a nanotecnologia evoluiu. Esse é o primeiro transistor, 1947, inventado na Bel. Isso aqui é um tamanho macroscópico, um tamanho tipicamente da mão de uma pessoa, um pouco menor.

Esse é o circuito integrado. Do chip pentium, cinco milhões de transistores. Ou seja, o que é que a nossa tecnologia de semicondutores aprendeu a fazer? Aqui nessa época ainda se usava válvulas. Só nos anos 50 que nós começamos então a ir para semicondutores. Hoje nós fazemos integração de transistores muito maior que essa. O que é que nós fizemos? Nós aprendemos a construir os nossos semicondutores cada vez menores. Eventualmente, no início com estruturas micrométricas, e eventualmente chegando a estruturas nanométricas.

Isso aqui é o gráfico comum que se faz da Lei de Mohr, onde nós começamos a aumentar a integração cada vez maior dos transistores a não só cinco milhões, hoje nós chegamos perto de um bilhão de transistores integrados num único chip. E o importante é nós diminuimos o tamanho desses transistores aqui – isso aqui é uma escala típica, como eu mencionei, de vários centímetros – a escala cada vez menor e estamos chegando hoje na escala nanométrica de algumas centenas de nanômetros ou dezenas de nanômetros, diminuindo cada vez mais.

Ou seja, reduzindo os nossos semicondutores, nós vamos chegar numa escala onde a natureza, no tamanho fundamental da natureza, usando nanotubos de carbono mais uma vez para fazer os contatos ou eventualmente usando os transistores que funcionam como um único elétron.

Isso aqui, eu tinha mostrado no início, são uma ilha de semicondutor de silício sobre germanio(F) e a escala dela é algumas dezenas de nanômetros e esses pontos que os senhores vêem aqui são, na verdade,

colunas de um único átomo. São colunas atômicas. Como é que você enxerga isso? Você enxerga isso com um microscópio de tunelamento, onde você vai tateando e você consegue tatear átomo por átomo, o Prof. José D'Albuquerque já mostrou exemplos bastante interessantes disso, e você consegue então enxergar essa escala. Você consegue, portanto, crescer e olhar o que é que você tem, eventualmente aquilo que será então as nossas estruturas básicas para se construírem os transistores do futuro.

Se você usa, por exemplo, agora só olhar a superfície dele não é suficiente, se você usa de fração de Raio-X, uma alta tensidade de Raio-X usando uma fonte de Luz Síncrotron, por exemplo, você consegue então saber como esses materiais são construídos. Isso aqui é simplesmente uma visualização desses mesmos materiais, vocês vêem que têm dois formatos diferentes. A cor vermelha significa o conteúdo de germânio nesse material e aqui a variação de cores significa uma liga silício-germânio. Ou seja, você controla quase que átomo a átomo, ou camadas de átomo a átomo e você consegue enxergar, usando Raio-X e usando microscopia de tunelamento, você consegue enxergar o que é que você está construindo e com isso você consegue aprender a fazê-los. Essa é uma tecnologia que ainda estamos desenvolvendo no mundo inteiro, em particular no Laboratório Nacional de Luz Síncrotron também, aprendendo a denominar aquilo que será provavelmente os próximos elementos fundamentais para a construção de microeletrônica, na verdade, da nanoeletrônica.

Bom, esses idosos exemplos mostram então a potencialidade e aplicações, são só exemplos, da nanotecnologia. Em dois problemas fundamentais. Problema justamente de informação, informação em grande escala, e o problema da energia. O que é que nós precisamos dominar do ponto de vista de ciência e do ponto de vista depois da sua aplicação tecnológica? Nós precisamos aprender a controlar a síntese desses materiais, eu mostrei o exemplo então como é que a gente pode fazer isso e enxergando esses materiais, nós temos que saber que é que nós estamos construindo, átomo a átomo, temos que aprender associar essas propriedades à função que nós queremos que elas exerçam, por exemplo, manipular e construir clorofila artificial, por exemplo, e, ponto fundamental mencionado também pelo Prof. José D'Albuquerque, temos que começar a construir isso não apenas na escala de laboratório de pesquisa e prototipagem, mas construir isso em grande escala, para que possa satisfazer as necessidades justamente da sociedade, da humanidade.

O que é que nós precisamos então e qual a estratégia nacional, como o Brasil tem procurado atacado isso? *(soa a campainha)* Eu vou tentar terminar rapidamente. Nós precisamos construir grandes equipamentos que são necessários justamente para nós podermos enxergar esses objetos. A natureza funciona dessa maneira, é um aspecto interessante, não vou entrar no detalhe por que, mas quanto menor você quer enxergar, maior é o equipamento que você precisa.

Isso é o Laboratório Nacional de Luz Síncrotron, é um laboratório do Ministério da Ciência e Tecnologia, um laboratório federal, de uso aberto para todos os Pesquisadores do Brasil e é a melhor fonte de Raios-X que você tem e que permite, então, você enxergar tanto as proteínas como as ilhas de semicondutores que eu mostrei para os senhores e foi lá que foi feita essa medida. Esse é o único laboratório desse tipo em operação no hemisfério-sul e, em particular, na América Latina. Então, é esse tipo de laboratórios de uso público, uso aberto para toda a comunidade de pesquisa acadêmica e industrial que é necessário o Brasil desenvolver para dominar esse tipo de capacidade de caracterizar, ou seja, de enxergar as nano estruturas que você faz.

Outros laboratórios, o Márcio já mencionou isso, a estratégia do Ministério. Definir alguns laboratórios estratégicos que possam então criar a massa crítica e focar em algumas áreas específicas, também atuando conjuntamente.

Redes temáticas, os problemas de nanotecnologia são de grande porte e exigem conhecimento multidisciplinar, portanto, o CNPq vem trabalhando nisso desde o ano 2000, é necessário integrar os Pesquisadores dessa forma usando esses grandes laboratórios justamente.

Jovens pesquisadores, essa é a fonte de conhecimento, e fundamentalmente como é, eu já não diria mais uma tecnologia nova, era nova em 2001, faz cinco anos, e há um grande investimento mundial nisso. Ela já está no mercado. Mesmo assim é uma possibilidade de o Brasil aprender a fazer aquilo que, o Prof. José de D'Albuquerque mostrou, nós não sabemos fazer, que é interagir academia e indústria e transformar conhecimento em riqueza.

Bom, eu vou pular isso, eu estou adiantado no tempo, esse gráfico nos mostra até 2003 o investimento nos Estados Unidos, na Europa e no Japão em nanotecnologia, começando em 2000 até 2003, onde nós temos investimento em 2000 na ordem desses três Países ou três... Chamando Europa como País, na faixa de duzentos milhões de dólares chegando próximo a um bilhão de dólares. E em 2004, nós temos um investimento nos Estados Unidos de um bilhão e meio de

dólares por ano em nanotecnologia, algo dessa ordem. Um bilhão no Japão. E se pegarmos toda a parte da Europa, também um bilhão de dólares.

O Brasil tem um investimento tipicamente na faixa, envolvendo todo investimento, de cem milhões de reais. Portanto, nós estamos com investimento muito menor do que é feito nos outros Países. O que é que isso significa? Resumo da minha apresentação. Nanotecnologia está presente já a nível de mercado, isso foi mostrado aqui, e estará cada vez mais presente. Ou seja, o Brasil tem que dominá-la também. O Brasil deve manter um amplo esforço científico em nanociência, no conhecimento. O conhecimento tem uma aplicação bastante generalizada e é muito difícil você decidir qual conhecimento será utilizado. Agora, o Brasil, e aí vem a questão do financiamento, precisa fazer escolhas de nichos tecnológicos. Não adianta imaginarmos que nós vamos ter recursos financeiros para competir com Europa, Japão e Estados Unidos. Isso nós não teremos nunca. Portanto, nós temos que saber dimensionar o nosso esforço tanto financeiro quanto de Recursos Humanos, que é da mesma ordem de diferença, para escolher os nichos tecnológicos que nós vamos investir. Eu não sugiro escolher nichos científicos. A ciência tem que ser ampla e variada. Mas a aplicação tecnológica tem que ser bem escolhida e ela deve ser escolhida em função da indústria brasileira que nós temos. Porque ela tem que ser feita, a tecnologia tem que ser feita na indústria usando o conhecimento do meio acadêmico. E esse era o outro ponto que eu queria mencionar, justamente.

O último ponto que eu quero enfatizar. É necessário, portanto, ampliar e reforçar os mecanismos de interação entre a academia e a indústria, a Lei de Inovação foi excelente. Precisa ir além dela. A aplicação dela ainda é complicada. Precisa ter estruturas gerenciais que permitam grande flexibilidade e eficiência na operação dos laboratórios de pesquisa. O Congresso criou em 1998 a Lei de Organizações Sociais para tornar as instituições de pesquisa mais ágeis. É necessário reforçar este conceito, permitindo então que a pesquisa possa atuar com toda a flexibilidade necessária.

E eu vou reforçar dois aspectos que não estão no meu resumo, que é bastante importante. Primeiro, investimento é fundamental. Mas investimento sem recursos de operação é investimento perdido. Tipicamente, por ano, você precisa de 10% do que você investiu num laboratório para operá-lo. Se você investe num equipamento dois milhões de dólares, isso é um número típico, o Laboratório Síncrotron custa cem milhões de dólares, você precisa de 10% disso por ano para operá-lo. Se você não tem isso, você desperdiça o seu investimento. E ele envelhece, porque esses

equipamentos envelhecem rapidamente. Então, isso é fundamental. Você precisa de investimento, mas ao mesmo tempo precisa operação, precisa de recurso de operação. Segundo aspecto, Recursos Humanos, foi mencionado já aqui, o Prof. Marcelo Knobel mostrou uma maneira de incentivar o despertar da ciência para os jovens, Recursos Humanos é fundamental. O Brasil forma um número de Doutores bastante razoável para o tamanho da sua economia, para o tamanho da sua ciência. Agora, a qualidade dos Recursos Humanos formados no Brasil precisa melhorar e muito. Eu fui Professor Universitário durante 10 anos, formei alguns Doutores e Mestres e eu costumo dizer: Sim, nós não formamos Doutores com a qualidade necessária ainda. Na média, estou falando, obviamente. E a principal razão disso é que a matéria-prima das universidades é muito ruim. Os estudantes que chegam na universidade não têm a qualificação necessária e o que a universidade tem que fazer é quase impossível. É fundamental que haja um grande investimento no ensino médio e fundamental, principalmente público, para tornar a nossa sociedade capaz então de formar os Pesquisadores tanto na área científica e, principalmente, tecnológica, o Prof. José D'Albuquerque mencionou a necessidade disso, formar Engenheiros, formar técnicos, que são necessários para fazer frente a esse novo desafio de Ciência e Tecnologia no Brasil. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Agradeço a participação do Dr. José Antônio. Então, todos os participantes desta audiência já tiveram oportunidade de fazer apresentação. Eu abro agora a palavra aos Srs. Senadores.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Para se inscrever, Presidente? Eu gostaria de me inscrever.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Isso. Também. Gostaria de se inscrever. Então, o Senador Augusto Botelho está... Não sei se eu... Quer falar primeiro? *(risos)* Quer. Então, com a palavra o Senador Augusto Botelho, que é um dos autores do Requerimento, junto com o Senador Roberto Saturnino, para a realização desta Audiência Pública.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Eu peço desculpas, porque eu estou defendendo justamente o quê? Dinheiro. Orçamento para um hospital lá no meu Estado, no meu Estado só tem um hospital público. A minha cidade é a capital, e é o único do Estado. Um Hospital Geral. E queremos construir outro. E o orçamento que eu propus foi cortado quase 50% e está na hora de eu defender lá.

Bom, eu gostaria de agradecer a presença dos senhores aqui e dizer que nós nesta Casa precisamos realmente de conhecer esses caminhos. Essa Luz Sí-

crotron eu conheci na Universidade de Brasília aqui, porque eu uma vez fui lá falar conversar com o Reitor e ele tocou no assunto e eu comecei a me interessar para pesquisar.

Eu acho que realmente nós temos uma falha muito grande no nosso sistema de patentes aqui no Brasil. O nosso órgão responsável por patentes está com deficiência de quase 50% de pessoas. Porque quem vai registrar as patentes têm que ser pessoas do nível dos senhores. Têm que ser cientistas também. Então, se nós não estamos tendo para trabalhar na iniciativa privada e tudo, a gente fica com dificuldade, mas o Estado tem que se organizar para o Governo fazer um concurso para melhorar para poder haver isso. Como eles falaram aí, que nós produzimos ciência, mas nós não conseguimos registrar os nossos conhecimentos, com as dificuldades. Nós aqui nesta Casa, eu pelo menos pessoalmente, não tinha noção da dimensão em que nós estávamos aqui no Brasil, o que é que nós fazemos, o que é que nós investimos. E é aqui nesta Casa que a gente decide a quantidade de recursos que tem que... E eu gostaria de sugerir aos senhores que fossem mais... Apesar de que quem vive estudando... Fosse mais combativos, lutassem mais para conseguir as coisas aqui dentro, se articulando através das organizações sociais que participam com vocês e tudo, porque... Vou citar um exemplo que ocorreu ontem e que vai ser votado hoje à tarde: O Presidente Sarney fez aquela Lei de Incentivo à Cultura e ao Esporte. Ela foi cancelada há 20 anos atrás, isso quem me relatou foi um nadador, João... Um nadador brasileiro que aqui vive lutando com isso. Ele relatou ontem para nós. O esporte e a cultura seriam beneficiados naquela lei tipo a Lei Rouanet, que no começo foi Lei Sarney. Foi cancelada e veio a Rouanet. Aí continua a mesma briga. Só que propuseram aos esportistas, os artistas vieram aqui, que ia ficar só para os artistas, mas que logo depois faria uma outra para entrar o esporte também. Passaram-se 21 anos. Está fazendo 21 anos agora e agora que está saindo a do esporte. Porque naquele tempo os artistas vinham e os atletas não vinham aqui. Não se mobilizaram. Veio apenas esse que está ainda aqui lutando para conseguir recurso. Então, eu sugiro aos senhores que peguem as organizações sociais para voltar aqui para ficar brigando. Para ficar procurando, reivindicando. É lógico que nós temos o dever de investir nessa área que vocês estão aí. Mas esta Casa aqui só funciona sob pressão. Eu estou aqui há quatro anos e só funciona sob pressão de grupos. É por isso que o Judiciário tem o melhor salário do Brasil. Porque ele pressiona aqui em cima. Então, eu queria fazer uma pergunta. Esse microscópio de tunelamento. Existem quantos aqui no Brasil desses microscópios?

SR. JOSÉ D'ALBUQUERQUE E CASTRO – Há vários. Sendo usados por Físicos, Químicos, Engenheiros... É difícil dizer o quantitativo. Eu sei que a PUC do Rio tem lá na UFRJ nós temos na Biofísica, temos na COPI e temos na Física. Nós temos no Rio Grande do Sul, UNICAMP tem vários, a USP de São Paulo também, São Carlos tem. Em Pernambuco também tem. É um equipamento, vamos dizer, que está se tornando uma ferramenta básica para pesquisa na área de nano.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Dr. José Antônio ia complementar.

SR. JOSÉ ANTÔNIO BRUM – Só complementando, tem dois tipos de microscópio que a gente chama de força atômica e tunelamento. Não quero fazer essa diferença, porque é bem sofisticado. Um é muito mais complicado e o outro é mais simples. Mas de qualquer forma, como o Prof. José D'Albuquerque disse, existem vários no Brasil, as universidades têm eles e um dos grandes problemas que a gente enfrenta é qualificar o pessoal para operá-lo. Novamente este é sempre uma... Algo que nós temos que ter sempre em mente, a qualificação dos Recursos Humanos no Brasil, chamando atenção para uma questão, os Estados Unidos têm plena consciência, isso é objeto de relatório deles, eles sabem disso, eles estão atuando nessa direção. Eles sabem muito bem que mesmo contando com os estudantes estrangeiros que eles têm nos Estados Unidos, eles formarão em torno de 50% do que eles precisarão nas próximas décadas. O resto eles buscarão de fora. Então, a competição pelas pessoas bem formadas será grande.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Mais um questionamento. Esse tubo de carbono, os Estados Unidos proibiram de vender para o Brasil depois que nós desenvolvemos a tecnologia de apurar melhor urânio do que eles ou já foi há mais tempo?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu passo a palavra ao Dr. José D'Albuquerque.

SR. JOSÉ D'ALBUQUERQUE CASTRO – É relativamente recente. Porque também apareceram empresas produzindo nanotubos de carbono mais recentemente. É mais recente do que a questão do material nuclear. Um ponto importante, Senador, é que nós falamos dos microscópios que existem nas universidades. As empresas não têm. Um ponto importantíssimo é que as empresas brasileiras incorporem a atividade de pesquisa e desenvolvimento. Porque essa é que gera patente. A atividade de pesquisa na universidade ela é, por sua natureza, aberta. Ela não

pode ser secreta. Ela é financiada por recursos públicos. Então, nós temos uma lógica na universidade que é diferente da lógica da empresa, a pesquisa na empresa é secreta. O Brum, o Prof. Brum esteve na IBM um certo período, ele fez um estágio na IBM, em Nova York, e ele me contava como cada artigo que era escrito, antes de ser publicado, passava por um comitê para verificar se daria origem a uma patente ou não. Não era isso, Brum? Então, a lógica da empresa é diferente da lógica da universidade. E é preciso que as empresas tenham os microscópios de tunelamento, as empresas tenham suas equipes de pesquisa.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Mais só uma para encerrar.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Sim. Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Existe alguma patente nossa, de brasileiros, já essa área?

SR. JOSÉ D'ALBUQUERQUE CASTRO – Olha, tem alguma coisa na área de biotecnologia. Nós já temos... Tem alguns grupos, em particular, tem um grupo no Rio Grande do Sul, que é uma das redes do CNPq, que trabalha na área de fármacos e cosméticos. Eles têm parceria com algumas empresas como Natura, Boticário, estão atuando juntos e já têm alguns produtos patenteados. Na área de química também. Ah, é verdade, foi assinado um convênio entre a Bozano Petroquímica e a UFRJ e gerou uma patente para recobrimento resistente ao fogo. Uma tecnologia para recobrir materiais e eles se tornam resistentes ao fogo. Isso é uma coisa recente. Tem algumas patentes, sim.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – As nossas universidades não podem registrar patentes?

SR. JOSÉ D'ALBUQUERQUE CASTRO – Podem, podem. O paradoxo que nós temos aqui no Brasil, a empresa que mais produz patente no Brasil sempre foi a PETROBRÁS. A PETROBRÁS tem uma atividade de pesquisa e desenvolvimento intensíssima. Mas no ano passado ela foi batida pela UNICAMP. Isso é um absurdo. Em nenhum outro País desenvolvido uma universidade produz mais patente do que a indústria. Porque a indústria abriga pesquisa tecnológica. Então, veja que distorção, nós temos uma universidade no Brasil que é a maior produtora de patentes no País, vencendo todas as outras empresas.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Sim. Passo de novo a palavra ao Dr. Brum, José Antônio Brum.

SR. JOSÉ ANTÔNIO BRUM – Justamente na direção do comentário do Prof. José D'Albuquerque, eu tomaria muito cuidado, acho que o Brasil não produz patentes suficientes, isso ficou claramente demons-

trado e esse é um dos grandes problemas. Patente é um indicador. Nós temos que tomar muito cuidado com indicadores. Ele é apenas um indicador. Ele protege conhecimento. Mas patente, se nós não temos um sistema industrial, comercial, que utilize a patente, ele é custo. Ele não gera lucro, não gera renda. Então, patente é importante, mas você tem que ter a capacidade de licenciar essa patente, ou seja, de utilizar a patente. Nós começarmos a patente... E esse é problema justamente no Brasil, a universidade de Campinas é a maior detentora de patentes por ano, não faz sentido. Claro, ela faz um esforço de licenciamento. Mas não é ela que tem que utilizar isso numa produção. É a indústria. Então é fundamental, quando a gente pensa em patentes, pensar que a patente é apenas uma etapa. Uma patente internacional, que é a que realmente conta, custa muito caro. Fica caro fazê-la, custa caro mantê-la. Tipicamente, na ordem de vinte mil dólares/ano. Você só faz isso se você tem um sistema de produção e de comercialização que vai te render dinheiro com isso. Senão, você vai perder dinheiro. Então, é preciso tomar muita atenção. Temos que aprender a patentear, temos que inovar, ou seja, criar conhecimento tecnológico que possa ser transformado em produto, mas temos que transformar isso em produto e vendê-lo. Nós temos que chegar até o mercado. Senão...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Passo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita. Até eu quero sugerir que o Senador faça as considerações e, em seguida, eu passo a palavra ao Senador Marcelo Crivella, para também fazer as reflexões sobre esse assunto, e depois, na sequência, eu passo para os componentes da Mesa.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Prezado amigo, Senador Flávio Arns, prezados expositores e cientistas, técnicos que se fazem presente nessa audiência, meus companheiros aqui, Marcelo Crivella e Augusto Botelho.

Uma audiência como essa me deixa, ao mesmo tempo, feliz e triste, Senador Arns. Eu fico dividido. Eu fico triste, porque uma audiência como essa nos aponta, nos mostra, mais uma vez, que nós estamos dobrando mais um século e não conseguimos ainda debelar talvez a nossa grande doença, o grande mal que acomete a todos nós brasileiros, que é a ignorância. A ignorância crônica, perversa, cruel que se abate sob todos nós, a grande maioria do povo brasileiro.

A Ciência e Tecnologia ela não... Apesar das iniciativas heróicas, inclusive, daqueles que atuam tanto no campo da tecnologia, do desenvolvimento tecnológico como na ciência, apesar do esforço heróico de muitos neste País, ela não consegue avançar, Senador Arns,

porque nós não conseguimos resolver a questão básica da educação. O Brasil ainda ostenta vergonhosamente a condição de ter milhões talvez de analfabetos. Analfabetos. Olha só. Século XXI. Eu só acredito que a gente bote o pé realmente na estrada do tão falado desenvolvimento sustentável, quando, por exemplo, num auditório como esse aqui do Congresso Nacional, nós temos inúmeros ambientes desse aqui, quando nós utilizarmos um ambiente desse aqui, por exemplo, acabou, o Congresso pára de funcionar, esse aqui é ocupado para se tornar uma sala de aula, seja para alfabetizar, seja para uma exposição de um assunto como esse, entende? Nós temos Casas legislativas. Senador Augusto Botelho, das milhares de Câmaras de Vereadores que nós temos no País, a grande maioria delas funciona uma vez por semana. Um dia por semana. Às vezes à noite. E fica o restante da semana absolutamente ocioso aquele espaço. Eu só acredito que nós definitivamente vamos nos encaminhar para uma grande transformação neste País quando a população brasileira for mobilizada, quando todos neste País se mobilizarem, e nós temos um exemplo muito recente, lembrem os senhores do período do apagão elétrico, da energia aqui no nosso País, a população brasileira, a partir de uma campanha feita (*soa a campanha*) para que racionalizássemos a utilização da energia, a população se envolveu e se envolveu de forma disciplinada, racionalizamos a utilização de energia e conseguimos superar aquela difícil fase da vida do País... Eu estou trazendo esse exemplo à baila, porque se nós no Brasil investíssemos com seriedade, com responsabilidade, num grande esforço nacional, para a superação dessa grande dificuldade que eu enxergo, para que resolvéssemos definitivamente e déssemos um outro patamar à condição da educação neste País, um assunto como esse hoje não seria tão estranho para a gente. Eu fiquei de fato mesmo, de veras, emocionado com a experiência desenvolvida a partir da UNICAMP. Na demonstração que o Dr. Marcelo fez a gente observa, primeiro, o entusiasmo, em fazer, em contagiar a garotada para um assunto que, em princípio, poderia ser absolutamente estranho. E segundo, um fato relevantíssimo pra mim. Por exemplo, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica, PETROBRÁS... E aqui, não tenho nada contra, financiamento de atividade esportiva, principalmente na área do esporte, e ali eu não vi qualquer patrocínio, qualquer participação do Banco do Brasil, da Caixa Econômica, da PETROBRÁS num projeto como esse. Num projeto como esse. Então, é por isso que eu digo. Eu fico ao mesmo tempo feliz e fico ao mesmo tempo triste, porque isso tudo mostra que nós não temos... Talvez seja até de caso pensado mesmo, de população brasileira ter que ficar na escu-

ridão da ignorância. E não me venha dizer que é uma questão de você ter outras prioridades. Qual é a maior prioridade que nós temos? Nós vamos sucumbir. Nesse passo, nós vamos sucumbir. O elemento de valor que há hoje no mundo é o conhecimento. Nós estamos, cada vez que vem um grupo seletivo de profissionais, Cientistas e técnicos aqui numa Sessão como essa, a gente observa cada vez mais que nós estamos... O fosso está se tornando cada vez mais profundo. Entre aqueles que enxergaram isto já algum tempo e aplicam, desenvolvem toda a sua energia, para obter conhecimento e trabalhar com ele, e nós. A gente observa que essa instância está aumentando cada vez mais, Senador Arns. Ao invés de diminuir, nós estamos nos afastando cada vez mais daquele pelotão de frente. Ali Estados Unidos, Japão etc, Europa e nós estamos nos distanciando cada vez mais.

Então, para encerrar, o resultado dessa audiência aqui, concretamente, qual seria o resultado dessa audiência? Talvez daqui a alguns anos, se os senhores voltarem aqui em outras oportunidades, talvez daqui a alguns anos a gente consiga talvez colocar no Orçamento da União recurso para organismos, instituições que possam aplicar tais recursos. Agora, eu acho que isso é muitíssimo pouco. Muitíssimo pouco. Acho que a gente deveria, a partir de uma experiência como essa, procurar sensibilizar o Congresso Nacional, procurar sensibilizar o Governo do nosso País, para enfrentarmos definitivamente essa questão. A questão da doença que nos acomete, que nos abate e que nos deixa lá para baixo, que é a doença da ignorância. Uma mobilização nacional nesse sentido. Recursos Humanos e materiais, seja onde for, na rua. Ali na minha rua, quantos analfabetos têm? Quantas pessoas precisariam de... Utilizarmos todos os espaços possíveis, inclusive espaços como esse aqui do Congresso Nacional. Das Casas Legislativas. Órgãos que ficam horas e horas ociosos durante o ano inteiro. Eu só acredito que nós superaremos essa nossa grande diferença, que se acentua cada vez mais com o mundo moderno, com o mundo desenvolvido, quando nós tomarmos decisões como essa, dramáticas e drásticas, no sentido de nos envolvermos todos nós numa grande campanha pela educação neste País e pela utilização e introdução da Ciência e Tecnologia como uma coisa natural e corriqueira da nossa vida. Errar essas as minhas considerações e eu faço votos de que cada vez mais nos compenetraremos e nos conscientizemos dessa necessidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Agradeço a participação do Senador Geraldo Mesquita, que traz para este debate considerações essenciais, fundamentais. Eu quero destacar inclusive

que a Câmara dos Deputados já aprovou também uma lei, de iniciativa do Poder Executivo, naturalmente de renúncia fiscal para a área da Ciência e Tecnologia. Então, esta lei está vindo agora para o Senado para discussão e apreciação por parte do Senado. E eu quero também enfatizar que um dos objetivos desta Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia é contribuir com a organização da área sugerida pelo Senador Augusto Botelho para os encaminhamentos e as articulações necessárias. Eu acho que se a Subcomissão contribuir com as universidades, com os Cientistas, com as iniciativas que vem sendo desenvolvidas, já será um grande trabalho. Inclusive tomando conhecimento, como o Dr. Brum colocou agora há pouco, tomando conhecimento destas ligações que têm que haver entre os Pesquisadores, os grupos de pesquisas e as organizações para que o próprio Congresso Nacional possa contribuir para essa finalidade. Conversava com o Dr. Marcelo, que também me impressionou muito a apresentação, uma coisa prática para as crianças, adolescentes, adultos e eu inclusive comentava com ele que esta Subcomissão pode se dedicar a uma interface junto com a UNICAMP para pensarmos em conjunto sobre como o projeto se desenvolver adiante, não ter os percalços no sentido de manutenção da idéia. Eu acho que é algo assim, em função da apresentação, que pode ser desenvolvido em conjunto por todos nós, Subcomissão, pensarmos em como é que esse projeto pode continuar, que acho que realmente como grande objetivo de fazer com que a criança e o jovem percebam a importância, se interessem pela área, a gente desperte potenciais nesta área para contribuírem com a área da ciência de uma maneira geral. Senador Marcelo Crivella com a palavra.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)

– Presidente, Senador Flávio Arns, Srs. Senadores, Srs. palestrantes, desculpem a gente ter chegado aqui já no final, mas é que hoje tem cinco Comissões, existem cinco Comissões funcionando simultaneamente no Senado. E todas elas extremamente relevantes. Eu queria começar fazendo uma pergunta rápida aqui. Eu entendo muito pouco de nanotecnologia, mas prometo que vou ler esses documentos. Ouvi de que um material, na dimensão nano, por exemplo, um nano de aço, tem as suas características mecânicas, por exemplo, muito maiores, que resistem muito mais à tração, compressão, flexão, torção, coisas desse tipo. É isso?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – [Dr. Marcelo.

SR. MARCELO KNOBEL – Bom, certamente não é só isso. Isso é uma das características.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)

– Quanto mais, Dr. Knobel?

SR. MARCELO KNOBEL –Olha, é que não é só isso. Depende um pouco de vários fatores. Então você cria um material na escala nanométrica e ele pode apresentar coisas incríveis. Não só a parte de resistência mecânica, como o senhor está mencionando, mas também a parte de resistência elétrica, a parte de catálise, magnética... Todas as propriedades, ou grande parte das propriedades, e isso que é justamente a grande revolução da nanociência e da nanotecnologia é que muitas das propriedades podem ser completamente diferentes. Muito melhores, por exemplo, o exemplo citado pelo senhor é que a resistência realmente à tração de um nanotubo de carbono como foi mostrado aqui, que são pouquíssimos átomos, feitos na forma de tubo, eles ficam muito leves e muito mais resistentes. São ordens de grandeza. São, por exemplo, mil vezes...

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)

– Um espetáculo.

SR. MARCELO KNOBEL –Ou até dez mil vezes mais resistentes. Então, por exemplo, uma aplicação prática que vem sendo utilizada, que é meio trivial, mas é bacana, que é a utilização de nanotubos de carbono em raquetes de tênis, que ficam muito mais leves e muito mais resistentes. Isso numa aplicação que já existe no mercado. Mas se usam-se em raquetes de tênis, por que não usar em poços de petróleo ou casas ou cimentos ou compósitos que vão formar...

Então, as possibilidades que se abrem, as perspectivas que se abrem na área de nanotecnologia são infinitas. Porque aí as propriedades magnéticas ficam diferentes, as propriedades óticas, os materiais, dependendo do tamanho, por exemplo, começam a ter cores diferentes, então você pode utilizar para diagnóstico por imagens de tumores... Bom, abrem-se inúmeras possibilidades e perspectivas, muitas delas que a gente sequer sonha. Por isso é que tem que ter um grande esforço na área básica de ciência, para que a gente consiga enxergar algum desenvolvimento ulterior.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) –

Sr. Presidente, que coisa fantástica. Sabe a que é que isso me remete? À Bíblia, a Cristo. Na teoria bíblica, na filosofia bíblica, Botelho, os grandes líderes da Bíblia eram sempre levados ao deserto. Por que ao deserto? Porque o deserto é lugar onde a montanha vira grão de areia. Devido ao intemperismo. Muito frio à noite, muito calor durante o dia, os materiais vão, na elasticidade, quebrando. E assim as pessoas iam adquirindo melhores qualidades. Moisés era um assassino, quando, aos 80 anos, foi para o deserto. Aos 120 anos... Perdão, aos 40. Aos 80, quando peregrinou 40 anos no deserto, foi o grande líder da antiguidade. A mesma coisa Cristo, que esteve no deserto. Todos os profetas.

João Batista... Foram levados ao deserto. O rei Davi. E no deserto foram se depurando das suas vaidades, dos seus orgulhos, das suas... Dos seus sentimentos pequenos. E quando perguntaram a Cristo: “Senhor, a que compararei o reino dos céus?” Ele pensou e disse assim: “A que compararei o reino dos céus? A um grão de mostarda”. A menor de todas as sementes. Mas, que quando cresce se torna a maior árvore. Vocês sabem, hoje na sociedade brasileira, nós temos uma dívida de um trilhão de reais, é a nossa dívida pública. Oitocentos bilhões, números redondos, pertencem a 15 mil famílias brasileiras. Essa discussão toda nossa aqui é muito de recursos. Vocês já imaginaram 15 mil famílias brasileiras serem donas hoje nos Bancos publicasse e privados de oitocentos bilhões de reais? E durante todo esse tempo neoliberal no País terem exigido juros acima de 20%. A média. O que significa que no ano passado nós pagamos para 15 mil famílias cem bilhões de reais. Cem bilhões de reais a título de juros. Quando não temos dinheiro para investir numa ciência que é fascinante e que, certamente, se tivessem acesso nossas crianças poderíamos tirá-las do caminho das drogas. Hoje, um menino pobre do Rio de Janeiro, o mundo mais fascinante que ele encontra é o das drogas. É de sair da realidade da favela, do dente estragado, da falta de um tênis, daquele confronto terrível entre ricos e pobres, que agride a nós todos, usando a droga, ou então bebendo. Enquanto que não só a ciência, mas também o esporte, a arte têm um poder de sedução tremendo. Acredito que se eles tivessem acesso a isso teriam tido caminhos muito melhores.

Mas, Sr. Presidente, eu quero dizer aqui aos nossos Pesquisadores, *(soa a campainha)* já vou concluir, Sr. Presidente, de que apresentei uma proposta para que as empresas que apliquem, isso na linha daquela lei que nós aprovamos da inovação tecnológica, que o Presidente Lula mandou para cá e que é importante, porque aproxima a universidade da empresa, hoje a empresa já tem, se contratar um técnico ela já tem 50% subsidiado do custo do salário dele pelo Governo. E fizemos a inclusão digital... Inclusive o Presidente Lula se preocupa muito com isso. Mas faltam os recursos. Agora estamos começando a baixar... Estamos pensando em usar os recursos do superávit primário. Quatro anos atrás, quando eu tomei posse como Senador, Saturnino Braga, que agora vence o mandato dele, fez uma proposta no Plano Plurianual de diminuir 0,5%, o Senador Flavio Arns é testemunha disso, 0,5% no superávit. Era 4,25, nós íamos diminuindo 0,5% a cada ano para termos os recursos. Na época o Governo, Palocci não aceitou e Saturnino renunciou. E assumiu no lugar dele o Sibá Machado.

Os juros que herdamos do Fernando Henrique foram de 26%. Porque Fernando também acreditava que os juros eram importante na política macroeconômica quando tem inflação. Baixamos para 13. Metade. E a inflação continua a mesma. Imagine quanto tempo nós perdemos. E eu não vou ser cínico de criticar pessoas que, na época, enfrentando as circunstâncias que enfrentavam, tomaram as decisões que as suas consciências indicavam. Mas olhando para trás, nós vemos que mais uma vez somos essa sociedade que não é generosa. É a sociedade que concentra riqueza e renda. Por timidez, por erro, sei lá. A gente não arrisca na hora, por exemplo, de investir em coisas importantes como essa aqui.

Pois bem, mas eu quero dizer o seguinte. Então apresentei um projeto para que as empresas que têm centro de pesquisas possam ter prioridade nos recursos do BNDES. São 60 bilhões. 60 bilhões de reais. Nós não conseguimos aplicar todos esses 60 bilhões. As empresas não estão pesquisando muito. Porque o povo não tem dinheiro para comprar, não há mercado e eles acabam não investindo no crescimento dos seus produtos etc. Mas acho, e estou com o Senador Flávio Arns, que a gente devia ter uma Audiência Pública dessa pelo menos uma vez por mês, Senador. E propagar isso. Quer dizer, isso aqui vai sair no Jornal do Senado, isso aqui vai sair na televisão do Senado em algum momento, nós vamos divulgar aqui a nanotecnologia... E quem sabe, nesse esforço nosso, que hoje parece nano, um "nano esforço" diante das nossas potencialidades, das carências que nós temos, esse paradoxo tremendo, não ser de grande vulto.

Mas nem por isso podemos desanimar. Aliás, Ruy Barbosa tinha uma frase tremenda. Ele dizia o seguinte. Que o dever de consciência substitui... O amor ao dever de consciência substitui com vantagem a expectativa de êxito. Às vezes a gente luta, mas, uma voz clamando no deserto, mas a paixão pelo dever ela acaba chegando a algum lugar. Então hoje lembrei de Cristo, lembrei da Bíblia, lembrei da nanotecnologia, quer dizer, como a gente fica maior quando a gente fica menor, quando a gente perde as vaidades, o orgulho e essas coisas todas, que, aliás, também a entrevista das páginas amarelas da Revista Veja do Presidente da DemleKlisler(F) dizendo que o grande problema dele é que entre os executivos existe muito orgulho, vaidade política e assim as empresas acabam perdendo oportunidade e crescimento. Sr. Presidente, era isso. Muito obrigado. Perdão ter-me alongado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Por favor. Sempre muito importante. Eu gostaria, na sequência, de passar novamente a palavra aos expositores, aos participantes desta Audiência Pú-

blica para que, desejando, façam considerações sobre as observações e as reflexões dos Srs. Senadores e que, ao mesmo tempo, aproveitem também o tempo para fazer os encaminhamentos e as considerações finais. Então, em primeiro lugar, eu passo novamente a palavra ao Dr. Márcio Augusto dos Anjos, que é Vice-Coordenador de Micro e Nanotecnologia da Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do Ministério da Ciência e Tecnologia.

SR. MÁRCIO AUGUSTO DOS ANJOS – Obrigado. Eu vou retomar alguns pontos. Por exemplo, do Senador Augusto Botelho, quando ele comentou sobre se a questão da proibição de venda dos nanotubos dos Estados Unidos para o Brasil teria alguma relação com a questão nuclear. Não tem, porque ela, na verdade, foi posterior, a questão nuclear. Por outro lado, o que chama atenção nisso, não pode ser tomado como represália dos Estados Unidos. Os Estados Unidos decidiram que eles consideraram nanotubos de carbono como sendo material estratégico e reservam-se ao direito de vender a quem eles bem entenderem, o que é direito soberano deles. Não se questiona. Por outro lado, parece que mais uma vez o que acontece? Os Países ricos têm recursos suficientes para investir naquilo que eles sabem que vai ter futuro e criam mecanismos bastante sutis de impedir a transmissão de tecnologia para outros Países.

No caso dos nanotubos é curioso que a China também já está pesquisando e investindo e eles pretendem vender comercialmente. Então, não vai adiantar muito os Estados Unidos proibirem. Por outro lado, eu acho que chama a atenção para isso. Mais uma vez, a gente enfrenta dificuldades, como já teve no passado na área de informática e em várias outras áreas, quando a gente sabe que as áreas são estratégicas para o País, a gente tem interesse em desenvolver e é difícil avançar sozinho.

No caso da nano, eu acho curioso que a nano é considerada área estratégica. Ela está na (inaudível) como sendo uma das áreas estratégicas. Porém, o que não tem acontecido é o equivalente monetário dessa estratégia. Por mais estratégica que ela seja considerada, ela não tem recebido recursos suficientes.

Eu tinha mencionado rapidamente na apresentação sobre o Grupo de Trabalho que criou o documento base do programa. Esse grupo, uma das coisas que eles indicaram foi o quanto que eles considerariam necessário, o mínimo necessário para que a gente tivesse o avanço da nanotecnologia no País. Eles estimaram que, no mínimo, no mínimo, precisaria de cem milhões por ano para que a gente montasse uma estrutura de laboratórios e Pesquisadores que conseguissem tocar a nanotecnologia. Bom, dos cem milhões que eles pro-

puseram, na verdade, eles receberam no primeiro ano oito milhões. Isso já causa uma certa frustração.

Mais alguns números. Uma idéia que surgiu desde o início, foi criar um centro de referência. O Dr. Brum comentou sobre isso, seria um laboratório grande de nanotecnologia. Foi feito um estudo preliminar sobre isso e, no mínimo, seriam necessários 50 milhões. Para que se toque um laboratório do porte do laboratório, do Luz Síncrotron são necessários... O contrato de gestão prevê 25 milhões. E isso tem sido pouco. Ou seja, para um laboratório. Para que se tenha um sistema de nanotecnologia, portanto, precisa não só do Luz Síncrotron, precisa de muitos outros laboratórios. Na verdade, a gente falar em 50 milhões é pouco. E o que é que nós temos no PPA? Em 2006 são 14 milhões. Eu chamaria atenção para que, o PPA termina agora em 2007, em 2008 começa uma nova fase e imagino que a nanotecnologia continuará como programa, mas uma coisa a se pensar é como fortalecer esse programa. Porque realmente, com o valor atual, nós vamos ficar patinando. Ainda que a gente defina área prioritária, 14 milhões é muito, muito pouco para se conseguir resultado.

Um outro ponto que o Senador Botelho tocou foi quanto a patentes. Já foi comentado isso. Mas eu retomaria um ponto que é interessante. Há relativamente poucas patentes na nanotecnologia, mas elas estão surgindo. Por outro lado, quem mais deposita patentes no Brasil são as multinacionais. Não vou citar nomes, mas a empresa que mais deposita patentes em nanotecnologia no Brasil é uma multinacional do setor de cosméticos. Por quê? Reserva de mercado. Está tudo ainda numa fase bastante inicial, nem é que ela tenha os produtos ainda lançados, mas eles vão surgir. Em breve. E no Brasil também. Nós já temos vários grupos trabalhando com cosméticos. Nós temos uma rede de nanocosméticos. Só que pode ocorrer que quando esses grupos desenvolverem um produto já exista a patente da multinacional. Então, isso pode ser um empecilho. Mais uma vez, pode se ter um mecanismo de reserva de mercado que impede esses grupos. O que acontece com as patentes é que os pequenos grupos de pesquisa, as pequenas universidades não têm recursos. Depositar uma patente é caro. E não é à-toa que os Países ricos geram tantas patentes. Eles têm dinheiro para isso. Algumas universidades brasileiras criaram mecanismos. Por exemplo, a UNICAMP tem escritório de depósito de patentes, que dá uma certa facilidade. Mas, novamente, é uma instituição que tem um pouco mais de recursos do que as outras. Eu acredito que à medida que surjam mais parcerias com empresas, universidade/empresa, em parte esse problema seja

reduzido. Porque as empresas, quando é um produto de interesse delas, podem entrar com recursos.

Bem, um outro ponto aqui já foi tocado pelo Senador Crivella, mas eu acho que tem a ver com que eu estava comentando.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Sr. Presidente, eu queria só aproveitar essa questão...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Eu estava aqui assistindo ainda a sabatina do novo Embaixador do Brasil nos Estados Unidos, que eu fui Relator, e não pude participar aqui. Agora, tem um assunto só que me preocupou um pouco, os senhores devem estar a par aí que, nessa discussão que estamos tendo aqui no Senado que vai ter votação na parte da tarde sobre questão de incentivos à cultura e ao esporte, o que está se avançando é que o incentivo ao esporte não vai competir com o incentivo à cultura e, sim, vai competir na área de tecnologia. Os senhores já teriam alguma informação sobre isso? Estão a par dessa questão? Porque o que está se avançando é nesse sentido. Quer dizer, aquela parte que você pode deduzir, que as empresas podem deduzir do Imposto de Renda para projetos de inovação tecnológica, a questão do esporte vai entrar nessa área. Vai competir nesses 4% de inovação tecnológica. Não têm nenhuma informação ainda?

SR. MÁRCIO AUGUSTO DOS ANJOS – Não, não.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Dr. Márcio com a palavra.

SR. MÁRCIO AUGUSTO DOS ANJOS – Eu ia continuar. Eu ia tocar num outro ponto, na verdade, que era a Lei da Inovação. Mas acho que a gente continua no... Era na verdade para dizer que essa lei foi muito bem recebida. Eu tinha comentado que a FINEP lançou esse ano um edital de subvenção, ele é exatamente a consequência da Lei da Inovação. Era uma coisa que já há muito tempo era esperada. O que os Pesquisadores em geral esperam muito da empresa, porque eu acho que a questão do incentivo favorece, mas o Pesquisador espera muito que eles consigam trabalhar em conjunto e que a empresa entre com recursos, ajude a equipar um laboratório da universidade... É o que eles esperam muito. E com a Lei da Inovação agora eu acho que isso se tornou possível. Eu estive acompanhando a análise dos projetos da FINEP e constatei um fato interessante. A maior parte das empresas, ao contrário do que a gente imaginava inicialmente, a maior parte das empresas que concorreram em nanotecnologia ao edital, não são as grandes empresas. A

maioria, inclusive, eram empresas incubadas. O que é que isso me parece? As empresas pequenas no País estão muito interessadas em desenvolver tecnologia e estão cientes que elas só vão conseguir crescer se buscarem as novas tecnologias. Por outro lado, não sei se isso é verdade, mas é uma hipótese, as grandes já têm essa certa tradição de considerarem mais barato importar tecnologia. Com algumas exceções, claro, como a PETROBRÁS, que desenvolve tecnologia. Então, acho que a Lei da Inovação vai permitir essa mudança também no Ministério, para que haja mais integração entre Pesquisador e a empresa e que isso a gente deve começar a ver os frutos muito em breve. Era isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Bem, agradeço a participação do Dr. Márcio Augusto dos Anjos. E lançando o desafio, inclusive, particularmente dois desafios sobre os quais nós temos que nos deter no ano que vem, que é o debate mais intenso e mais detalhado sobre os recursos necessários para a área, seja através do Orçamento, através de leis de renúncia fiscal, como a que vem sendo aprovada, que já foi aprovada na Câmara dos Deputados e que vai ser objeto de análise aqui no Senado Federal e, ao mesmo tempo também, a aplicação de instrumentos legais já existentes, como é o caso da Lei de Inovação tecnológica, cuja aplicação deve ocorrer em nosso País. Passo, em seguida, a palavra ao Dr. Marcelo Knobel, Coordenador do Projeto NanoAventura da Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP.

SR. MARCELO KNOBEL – Bom, queria fazer alguns comentários. Em primeiro lugar, comentando o comentário do Senador Azeredo, eu li sobre isso no jornal, sobre essa discussão que houve ontem aqui sobre a questão da Lei de Incentivo à Cultura e ao Esporte e que no fim, para eles não brigarem, acabaram encontrando como solução que o esporte iria competir com recursos com a Ciência e Tecnologia. O que me deixou, como Cientista, em particular, bastante assustado. Eu não sei detalhes, porque realmente no jornal saíram poucos detalhes, mas é preocupante se realmente isso acontecer. E eu aproveito a oportunidade para comentar que foi citado aqui sobre o meu projeto em particular, sobre o Projeto NanoAventura. Eu acredito que nesse ano em meio de funcionamento eu tenha visitado aí, sei lá, umas 50, 60 empresas pedindo patrocínio. Todo mundo gosta do projeto, acha ótimo, maravilhoso, mas no momento de pôr a mão no bolso a história é mais complicada. Não é fácil de conseguir os recursos. E por quê? Porque quando você vai dar um patrocínio, se pensa no número de pessoas que você vai atingir. Muitas vezes a visão dos empresários é um pouco a curto alcance, e falam: “Quanta gente vai ver a minha

marca?” É uma visão de curto alcance mesmo. Então, eles preferem colocar... Sei lá, o que eu precisaria para operar o projeto por dois anos um milhão de reais, eles falam: “Prefiro patrocinar um show de música uma noite, porque eu atinjo muito mais gente do que vocês vão atingir em dois anos”. É claro que vai atingir muito mais gente, mas vão apenas ver a marca e não vão estar associando a um projeto de educação, de divulgação científica, a um projeto de educação de crianças e jovens para o futuro e assim por diante. Então às vezes a visão do empresário na área de patrocínio, em particular, é muito estreita. Quanto mais, quando a gente comentou aqui, sobre a inovação. Então me preocupa particularmente se Ciência e Tecnologia for competir com eventos esportivos, não tenho nada contra o esporte, pelo contrário, eu adoro, mas certamente eles têm muito mais visibilidade na mídia. E é uma competição muito assimétrica, digamos assim. Então, é o meu comentário, sem saber maiores detalhes. Então, eu me preocupo com essa votação de hoje à tarde, mas é só uma preocupação pessoal aqui.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– A informação é essa. Exatamente essa que o senhor tem. Eu estava só querendo ouvir a opinião dos senhores. Mas a informação que eu tenho é exatamente essa. Que a solução que está se achando é essa. Quer dizer, vai se utilizar o mesmo percentual da inovação tecnológica para o esporte. Então, de repente alguma empresa pode ficar nesse dilema. Ou eu aplico em inovação tecnológica ou eu aplico em patrocínio ao esporte. É claro que são situações muito diferentes. O tipo de empresa é bem diferente. Mas...

SR. MARCELO NOBEL – Bom, e dando continuidade então aos meus comentários, eu fiquei particularmente feliz com os comentários sobre o nosso projeto, claro que eu sou suspeito para falar porque eu vivo lá o dia-a-dia, participei desde a concepção, criação, coordenação. Então, eu acho que o projeto tem os seus méritos. Mas, só para quitar um detalhe de como a gente está defasado em recursos em todas as áreas, não só na pesquisa e na inovação, na pesquisa básica. Há duas semanas eu fui num Congresso sobre divulgação de nano ciência e nanotecnologia nos Estados Unidos, de uma rede financiada ali pela iniciativa nanotecnológica norte-americana. Uma única rede ali, com três museus de ciência, o Museu de Ciência de Minnesota, o Museu de Ciência de San Francisco e o Museu de Ciência de Boston, três museus, eles conseguiram (soa a campanha) recursos da ordem de vinte milhões de dólares para fazer projetos de divulgação. Não falaram de pesquisa nem nada. Divulgação de Ciência e Tecnologia e projetos de educação em nanociência e tecnologia. Uma única rede. Vinte

milhões de dólares. E o que, seguindo as palavras do Senador, me deixou por um lado feliz, é que no Congresso foi citado que o nosso projeto aqui do Brasil é ainda o único projeto interessante que surgiu etc, com pouquíssimos recursos. Em compensação a gente vê que logo, logo a gente vai estar defasado nessa área também. Não só na área científica, na área tecnológica, na área de aplicações, mas em todas as áreas, se a gente não escolher realmente nichos específicos, pontos onde atuar e fazer um planejamento a médio e longo prazo, realmente, como se diz num jargão, a gente vai perder novamente o bonde aí da nanociência e da nanotecnologia.

Então, nós temos que encontrar mecanismos específicos de encontrar caminhos para o Brasil em nanociência e nanotecnologia. Isso, é claro, da área científica, eu também sou Cientista, trabalho nessa área, na área de aplicações tecnológicas, mas também sigo os meus colegas aqui, eu acho que a geração e formação de Recursos Humanos é algo absolutamente fundamental. E isso começa desde a infância. Então, projetos de educação em ciência, em tecnologia, projetos de divulgação, projetos de educação formal e não formal são fundamentais. Eu acho que aí então... Lanço aí a idéia de uma proposta de discussão de como realmente aproveitar e incentivar mecanismos financeiros mesmo para incentivar projetos nessa área de educação não formal.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Muito bem. Agradeço a participação do Dr. Marcelo Knobel. Passo, em seguida, a palavra ao Dr. José D’Albuquerque e Castro, que é Coordenador de Nanomagnetismo do Instituto Milênio de Nanotecnologia.

SR. JOSÉ D’ALBUQUERQUE E CASTRO – Eu estava aqui ouvindo as diversas considerações, eu me lembrei mais uma vez de uma idéia que Einstein expunha com muita clareza. Ele dizia que para resolver um problema, a coisa fundamental, o ponto de partida é você entender o problema. Você não vai encontrar solução se você não tiver um diagnóstico e não conhecer o problema perfeitamente. Nós estamos falando aqui do desenvolvimento tecnológico do País. E é um problema muito complicado, porque ele tem várias interfaces. Passa pela questão, como já falamos, de legislação, formação de Recursos Humanos, recursos financeiros... É bastante complexo, portanto, um diagnóstico não é simples. Mas eu diria o seguinte, eu acho que nós podemos sair daqui com uma visão otimista. Porque, a despeito de todas as dificuldades que já foram levantadas, identificadas aqui, os muitos pontos de estrangulamento talvez, a gente vê que o Brasil tem conseguido sucessos impressionantes. A

gente sabe que a EMBRAER é a quarta empresa... O Brasil, graças à EMBRAER, é o quarto exportador de avião no mundo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)(inaudível)

SR. JOSÉ D’ALBUQUERQUE E CASTRO – Agora já é o terceiro? Então, isso aí é uma coisa impressionante. A gente vê a PETROBRÁS o que tem conseguido na área de petróleo, e na área de energia, porque agora ela é uma empresa de energia. A gente vê o que EMBRAPA tem conseguido. É claro que a gente não... A gente gostaria de ter mais “PETROBRÁS” e mais “EMBRAPAs” atuando no País. Mas existem alguns requerimentos básicos que poderão nos levar, se soubermos conduzir o processo, a um desenvolvimento econômico, social, muito maior do que nós temos tido.

A questão da educação, que foi mencionada aqui, é um dos pontos fundamentais. E eu diria o seguinte, é importante que nós tenhamos educação de qualidade em todos os níveis. Não basta termos só o universitário, não basta ter só ensino médio, não basta só ter ensino fundamental de qualidade. Se toda a seqüência não for de qualidade e atender ao número de alunos que nós precisamos... Eu já citei, entre os jovens de 18 e 24 anos apenas 13% dos jovens estão em universidade no Brasil. Nós só perdemos, se eu não me engano, para o Paraguai ou para a Bolívia na América Latina. E não adianta, me desculpem os que tiverem uma visão diferente, mas o PROUNI, que coloca alunos nas faculdades e universidades privadas, nós sabemos que as faculdades privadas não atuam na área tecnológica. Não é que Filosofia, História, Sociologia não sejam importantes. De maneira nenhuma. Aliás, eu gosto. O problema é que o Brasil não pode ter esse déficit de técnicos e Engenheiros que nós temos. Eu vou dar um exemplo aos senhores. Na região do Rio de Janeiro, vocês sabem quantos cursos de Administração existem? São 46. Os senhores sabem quantos que tem de Engenharia? Uma meia-dúzia. Porque são faculdades privadas e elas têm a lógica da faculdade privada. No Brasil, somente 27% dos estudantes universitários estão nas universidades públicas. O resto está nas universidades privadas. Então, a questão do ensino é fundamental em todos os níveis. Inclusive na formação universitária. Eu gostaria de (soa a campanha) mencionar um último ponto, que é o seguinte. Como que às vezes diagnósticos errados nos impedem de fazer avanços importantes. Houve durante muito tempo aqui no Brasil a argumentação de que a universidade, a academia havia crescido, mas o País não tinha crescido. Porque a academia não fazia o papel que deveria fazer que era fazer a pesquisa

aplicada. Ora, em todo o mundo a pesquisa aplicada é feita nas empresas. Nós já tratamos dessa questão. Não é a missão da universidade desenvolver produtos e jogar com o mercado. Não é essa a missão da universidade. Então, isso criou uma mentalidade de que não valia a pena jogar dinheiro na ciência. Por quê? Porque não resultava em desenvolvimento industrial. Nós tivemos essa mentalidade prevalecendo no Brasil durante muito tempo. Eu acho que felizmente isso começa a se reconhecer que não é por aí o caminho. Como eu falei, em todos os níveis. Acho que Governo, empresas, o meio acadêmico está percebendo que não é esse o caminho.

Mas eu terminaria dizendo, se nós olharmos as perspectivas que o Brasil tem eu acho que nós podemos ser otimistas. Podemos, sim. Mas, ao mesmo tempo, reconheceremos que o caminho será longo e difícil.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Agradeço a participação do Dr. José D'Albuquerque e Castro, e passo, finalmente, a palavra ao Dr. José Antônio Brum, que é Diretor-Geral do Laboratório Nacional de Luz Síncrotron, LNLS, centro de pesquisa do Ministério da Ciência e Tecnologia.

SR. JOSÉ ANTÔNIO BRUM – Obrigado. Acho que a primeira observação, antes de fazer as minhas considerações falácia, é a respeito então desse Projeto de Lei que está em discussão, referente a incentivo fiscal para cultura e esporte e que pode estar competindo com a questão tecnológica. Eu não conheço a lei, recebi uma cópia do projeto agora, então eu já me desculpo se eu estiver falando de algo que for incorreto. Eu não conhecia, o Prof. Marcelo tinha mencionado hoje de manhã justamente sobre isto, não sabia que estava circulando.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu posso fazer só uma observação, que o texto da lei que o senhor tem em suas mãos, é um outro Projeto de Lei, que foi aprovado na Câmara e que está chegando agora no Senado e que tem por objetivo haver uma renúncia específica, como existe para o esporte, existe para a cultura, para a área da Ciência e Tecnologia. Agora, só de Pessoas Jurídicas, porque eu estou vendo, porque eu estou tomando conhecimento desse texto da lei agora também. O que o Senador Eduardo Azeredo estava se referindo é que nesse debate sobre donde sair o dinheiro para o esporte e cultura, em princípio, mencionou-se de que isto sairia justamente desta legislação, da Lei de Inovação Tecnológica. Quer dizer, essa renúncia iria para a área do esporte. Nós teríamos que ficar atentos também no debate que vai acontecer no período da tarde nesta mesma Comissão de Educação, até faço apelo ao Senador Augusto Botelho, ao Senador Edu-

ardo Azeredo mencionar isto para os demais membros desta Subcomissão Permanente, para que, como foi dito também pelo Dr. Marcelo, todos nós somos amplamente favoráveis à cultura e ao esporte, mas que isso não signifique, em absoluto, qualquer tipo de diminuição de recursos em outra área. Me desculpe só pela interrupção, Dr. Brum.

SR. JOSÉ ANTÔNIO BRUM – Eu é que agradeço o esclarecimento. Eu vou, então, simplesmente mencionar se a discussão que houver no Plenário está colocando uma questão de que o recurso que possa ser aplicado apoiando esporte e cultura e a renúncia fiscal a isso entrar em competição com a questão, com o mesmo recurso que iria para a Ciência e Tecnologia, eventualmente, isto, no meu ponto de vista, obviamente, é extremamente perigoso. E na minha visão, não faz nenhum sentido. Não faz nenhum sentido, com todo o respeito ao esporte e cultura, que são muito interessantes em todos os aspectos, mas, do ponto de vista de uma indústria, isto é publicidade. Ele investe em cultura e esporte não porque isso vai gerar recursos para ele. Isso vai gerar indiretamente, porque isso é publicidade. Ciência e Tecnologia não é publicidade e nunca será. Ele investe em Ciência e Tecnologia, no caso em tecnologia, para criar produtos que então vão render. Você investir e fazer algum tipo de renúncia fiscal para fazer investimento em tecnologia numa indústria, você está, na verdade, criando um mecanismo mais rápido, talvez mais rápido e talvez mais eficiente, essa é uma outra discussão, para a indústria então investir no desenvolvimento tecnológico e aí conseguir produzir produtos mais eficientes e entrar melhor no mercado. É facilitar aquilo ao seu objetivo final. Esporte e cultura, não está incentivando o seu objetivo final. Está criando um mecanismo, onde ela pode então incentivar atividades da sociedade que são muito importantes, mas que para ela, a indústria, é publicidade. É um outro tipo de recurso. Misturar esses dois recursos não faz nenhum sentido, ao meu ver, está completamente errado e é muito perigoso para o País. Então, acho que era a observação que eu queria fazer. Como eu disse, não conheço a discussão, mas ela é muito complicada. E eu espero que ela seja bem conduzida. Tenho confiança na Casa para isso.

As minhas considerações finais então, na questão de nanociência e nanotecnologia, e mencionando talvez um pouco, comparando, a gente compara muito com outros Países, nós devemos fazer isso, eles estão, no ponto de vista de investimento, mais avançados do que a gente, nos Países desenvolvidos, em particular, nós temos uma grande influência dos Estados Unidos e como o Márcio mencionou, nós começamos a pensar em nanociência e nanotecnologia de uma forma

mais organizada no Brasil a partir do movimento que ocorreu nos Estados Unidos, 2000 e 2001, e naquela época eles decidiram criar cinco laboratórios nacionais de nanotecnologia, todos eles associados já aos inúmeros laboratórios nacionais que os Estados Unidos têm, e o que é que significa isto? Significa concentrar em algumas regiões do País a massa crítica necessária, para com isso alavancar a qualidade e a tecnologia necessária para isso. O Brasil tentou fazer isso, não conseguiu, acabou não criando um laboratório nacional de nanociência e nanotecnologia, por várias razões, e tem muita dificuldade de criar laboratórios de grande porte, que são cada vez mais necessários devido à complexidade da Ciência e Tecnologia. O Laboratório Nacional de Luz Síncrotron levou 10 anos para ser construído. Entre 1987 e 1997. Faz nove anos que ele opera. *(soa a campanha)* Ele levou dez anos, devido, obviamente, em parte porque adquiriu a tecnologia e foi construído no Brasil por brasileiros, mas também pela dificuldade de investimento. Mas é necessário que você possa ter de desenvolver esse tipo de laboratórios para criar a massa crítica ao mesmo tempo em que você mantém o apoio à pesquisa universitária, para criar então a formação de Recursos Humanos, que já foi mencionada e que é extremamente importante.

E nesse aspecto, então, é essa a minha consideração final, é fundamental, obviamente, duas coisas. Investir implica em garantir custeio e operação. Se você investe cem milhões de dólares num laboratório, você precisa de dez milhões de dólares por ano para operá-lo. Se você cria um Laboratório Síncrotron, você tem que pensar no mínimo 20 anos de operação. No mínimo. Se você põe um microscópio eletrônico em alguma instituição que custa pelo menos um milhão de dólares, você precisa botar nessa instituição nos próximos 10, 15 anos cem mil dólares por ano para operá-lo. Senão você está jogando dinheiro fora.

O último aspecto é: Isso implica planejamento. Planejamento implica você saber quais os recursos que você vai ter. Isso implica que contingenciamento quebra você pelo meio. Quando você se discute o orçamento de um laboratório, embora você tenha um contrato de gestão com uma organização social por quatro anos, o Orçamento na União é anual. Os senhores conhecem isso melhor do que ninguém. Você discute o orçamento no laboratório em maio para o ano seguinte. Você discute com o Ministério e julho. Vai para o Congresso. Se tudo correr bem, ele é votado no final de dezembro, quando corre bem, 2006 não foi o caso. E aí a Fazenda vai contingenciar em fevereiro. No melhor dos mundos, em março você saberá o teu orçamento do ano. Neste ano nós soubemos em julho. É impossível operar Ciência e Tecnologia dessa forma.

Ciência e Tecnologia é médio e longo prazo. Ciência, principalmente. Tecnologia já é curto prazo. Mas ela usa esse conhecimento. Ou nós somos capazes de planejar e garantir a operacionalidade daquilo que nós estamos investindo ou nós vamos jogar dinheiro fora. E isto é fundamental nós termos em mente. Obrigado.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Eu posso dar uma palavrinha, Senador?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – É claro. Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Eu acho que, por exemplo, a gente só vai fazer as coisas se fizer mudanças. Se os senhores deixarem bem claro com a gente, eu vou falar em nome da Comissão, Presidente, desculpe, sou membro e posso falar em nome da Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Aliás, o Senador Augusto Botelho, eu me desculpo de novo, é Vice-Presidente da Comissão de Educação.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Mas *(risos)* eu estou como membro da Subcomissão de Ciência e Tecnologia.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Então, *(risos)* me penitencio de novo.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Nós temos elaborar uma fórmula, porque nós temos que mudar essa coisa. Não pode você gastar cem bilhões e depois perder o dinheiro que investiu. E talvez tentar fazer um orçamento, já que para Ciência e Tecnologia, que é uma área que todo mundo respeita e todo mundo aceita, fazer um orçamento impositivo, já com o planejamento dos próximos anos, de custeio. Dentro do orçamento inicial. Agora, nós precisamos da ajuda dos senhores para a gente poder justificar essas coisas. Viu, Senador Flávio? Outra coisa que eu gostaria de falar também é para no próximo PPA vocês ficarem responsáveis de alertar a gente logo o que é que é querem que a gente coloque. No PPA é bom que a gente coloca quase tudo, no PPA. Agora, no Orçamento é difícil. Mas se não tiver no PPA não sai no Orçamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Exatamente. Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – O meu comentário também é só em cima dessa questão orçamentária. Um exemplo lá de Minas. A gente está vivendo esse momento lá em Minas Gerais, de energia nuclear, se conseguiu um recurso, nós conseguimos no ano passado para universidade, agora estão discutindo que não têm o recurso para poder usar o que é produzido pelo laboratório. Quer dizer, se produz e não é... Agora temos que arrumar

dinheiro para o tal do PET, que é poder usar o que está sendo produzido pelo laboratório da tecnologia nuclear. Então, não tenho dúvida, acho que é fundamental. E eu quero aqui registrar até o papel importante dos Estados também. A FAPESP e, no caso de Minas, a FAPEMIG tem tido um papel muito importante nisso. Nós já tivemos dificuldades maiores e a FAPEMIG hoje em Minas é muito importante e ela tem mantido essa regularidade. Então eu quero aqui mencionar e cumprimentar o Governador Aécio Neves, que tem conseguido fazer isso. É bem verdade que na época, quando eu fui Governador, nós começamos os primeiros passos. Porque nós tínhamos uma obrigatoriedade de 3% que ninguém cumpria. Então era uma lei de faz de conta. 3% da arrecadação estadual tinha que ir para a FAPEMIG e ninguém cumpria. Eu então propus que fosse 1%, mas para cumprir. E aí realmente foi uma coisa gradual até chegar nesse 1% e agora está sendo cumprido.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Que bom.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– É a fundação para a pesquisa de Minas Gerais.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Exatamente. É o que reforça o argumento trazido pelo Dr. Brum nas considerações não só finais, mas também durante a sua exposição. Quero então agradecer novamente a participação dos expositores, dos participantes desta Audiência Pública, enfatizar de novo que, como Senador Augusto Botelho também colocou, o Senador Eduardo Azeredo e os demais, não terminarmos este debate nesta Audiência Pública, tanto

que o Requerimento apresentado pelo Senador trata de Audiências Públicas no geral, mas, independente de Audiências Públicas, haver essa parceria, esse entendimento, esse diálogo sugerido pelo Senador Augusto Botelho, para que possamos, juntos, estabelecer aí os mecanismos para o Plano Plurianual, para a LDO, para o Orçamento, necessidades da área, estas articulações, como já mencionado também com o Projeto NanoAventura da UNICAMP e tantas outras coisas eu imagino que possam ser feitas nesta construção desta articulação do Congresso Nacional com a sociedade organizada e, particularmente, nesta área da ciência e também da tecnologia. Então, pra mim foi uma satisfação presidir esta Audiência Pública, tenho a certeza de que ela foi muito útil, cumprimentar o Senador Augusto Botelho pela iniciativa e dizer a todos que a gente continua nesta caminhada a favor da construção de alternativas para o Brasil e pedir também para que todas as pessoas que acompanham este momento pelo Brasil, ao vivo também, mas depois também o Senado, a TV Senado, a Agência Senado, o Jornal do Senado, Rádio Senado tomem a iniciativa de repetir a Audiência Pública e também de fazer as notícias sobre isto, que estas pessoas todas que gostam do tema ajudem a divulgar, ajudem a pensar, refletir e que tragam as contribuições para esta Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia, para que esta área possa também receber a contribuição do País inteiro. Agradeço novamente, cumpridos os objetivos, declaro encerrada a presente Audiência Pública. Obrigado.

(Sessão encerrada às 13h11)

**SENADO
FEDERAL**



**SECRETARIA
ESPECIAL
DE EDITORAÇÃO
E PUBLICAÇÕES**

EDIÇÃO DE HOJE: 246 PÁGINAS